



FENAJ / RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DOS JORNALISTAS • FENAJ / RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DOS JORNALISTAS

Pela memória, pela verdade dos jornalistas brasileiros
1964 a 1985.

EDIÇÃO Antônio Paulo dos Santos



Realização FENAJ e

Sindicatos dos Jornalistas dos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Alagoas,
Dourados/MS, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro,
São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul .



RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DOS JORNALISTAS - FENAJ

Pela memória, pela verdade dos jornalistas brasileiros
- 1964 a 1985 -

Realização FENAJ e
Sindicatos dos Jornalistas dos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Alagoas,
Dourados/MS, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro,
São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul .

Sumário	Págs
Introdução	9
Regional Norte I e II	16
- Comissões da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas dos Estados do Amazonas e Pará	
- Jornalistas depoentes e/ou citados pela CVMJ	
Arlindo Porto (Amazonas)	
Erasmio Linhares (Amazonas)	
Pe. Tiago Braz (Amazonas)	
J. M. Antunes (Amazonas)	
Manoel José de Andrade Neto (Amazonas)	
Biano Garcia (Amazonas)	
Weselys Miranda Braga (Amazonas)	
Lúcio Flávio Pinto (Pará)	
Paulo Roberto Ferreira (Pará)	
Manoel Fausto Bulcão Cardoso (Pará)	
Manoel José Sena Dutra (Pará)	
Carlos Boução (Pará)	
Regional Nordeste I e II	32
- Comissões da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas dos Estados de Alagoas e Ceará.	
- Jornalistas depoentes e/ou citados pela CVMJ.	
Mendes de Barros (Alagoas)	
Valmir Calheiros (Alagoas)	
Jurandir Bóia (Alagoas)	
Luiz Nogueira (Alagoas)	
Anivaldo Miranda (Alagoas)	
Ricardo Neto (Alagoas)	
Gesivan Rodrigues Gouveia (Alagoas)	
Iremar Marinho (Alagoas)	
Aldo Rebelo (Alagoas)	
Maria Leda Lins da Rocha (Alagoas)	
Elza Miranda (Alagoas)	
Denis Agra (Alagoas)	
José Blanchard Girão Ribeiro (Ceará)	
Paulo Verlaine Coelho (Ceará)	
Durval Aires de Menezes (Ceará)	
Messias Araújo Pontes (Ceará)	
Zelito Nunes Magalhães (Ceará)	
Luciano Barreira (Ceará)	
Francisco Inácio de Almeida (Ceará)	
Edmundo Maia (Ceará)	

Sabino Henrique (Ceará)
José Milano Lopes (Ceará)
José Rangel de Araújo Cavalcante (Ceará)
Nazareno Albuquerque de Sousa (Ceará)
Antônio Frota Neto (Ceará)

- Jornalistas indenizados pelo Estado do Ceará/Comissão de Anistia Wanda Sidou

Blanchard Girão

Durval Aires

Edmundo Mais

Inácio Almeida

Luciano Barreira

Messias Pontes

Paulo Verlaine

Zelito Magalhães

Regional Centro-Oeste 68

- Comissões da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Distrito Federal, município de Dourados (MS) e do Estado de Goiás.

- Jornalistas depoentes e/ou citados pela CVMJ.

Tereza Cruvinel (Distrito Federal)

Romário Schetino (Distrito Federal)

Moacir de Oliveira/Moa (Distrito Federal)

Gioconda Metoni (Distrito Federal)

Beto Almeida (Distrito Federal)

Antônio Carlos Scartezini (Distrito Federal)

Alexandre Ribondi (Distrito Federal)

Theodorico Viegas (Dourados/MS)

Joãoomar Carvalho de Brito Neto (Goiás)

Agnaldo Lázaro Leão (Goiás)

Renato Dias (Goiás)

Jávier Godinho (Goiás)

Valterli Geudes (Goiás)

Marcus Araújo (Goiás)

José Elias Fernandes (Goiás)

Elma Dutra (Goiás)

Antonio Pinheiro Salles (Goiás)

Laurenice Noleto Alves (Goiás)

Sérgio Paulo Moreyra (Goiás)

Jarbas da Silva Marques (Goiás)

Regional Sudeste 188

- Comissões da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo

- Jornalistas depoentes e/ou citados pela CVMJ.

Cláudio Guerra (Espírito Santo)

Rogério Medeiros (Espírito Santo)

Álvaro José da Silva (Espírito Santo)
Francisco Flores (Espírito Santo)
Rubens Gbens Gomes (Espírito Santo)
Vitor Costa (Espírito Santo)
Adam Emil (Espírito Santo)
Hélcio Estrela (Rio de Janeiro)
José Alves Pinheiro Júnior (Rio de Janeiro)
Jourdam Amóra (Rio de Janeiro)
Fátima Lacerda (Rio de Janeiro)
Fernando Paulino (Rio de Janeiro)
Dulce Tupy (Rio de Janeiro)
Flávio Henrique (Rio de Janeiro)
Mário Augusto Jakobiskink (Rio de Janeiro)
Inaldo Batista (Rio de Janeiro)
Loudes Pacheco (Rio de Janeiro)
Continentino Porto (Rio de Janeiro)
Luiz Carlos Azedo (Rio de Janeiro)
Íris Ághata (Rio de Janeiro)
Adalberto Mauro Valadão (São Paulo)
Boris Casoy (São Paulo)
Gabriel Romeiro (São Paulo)
Jorge Silva (São Paulo)
Flamínio Fantini (São Paulo)
Betinho Duarte (São Paulo)
Virgínia Pinheiro (São Paulo)
Padre Cido (São Paulo)
David de Moraes (São Paulo)
Armando Sartori (São Paulo)
Vilma Amaro (São Paulo)
Claudio Guerra (São Paulo)
Geraldo Guimarães (São Paulo)
Laerte Coutinho (São Paulo)
Lu Fernandes (São Paulo)
Luiz Paulo Costa (São Paulo)
Mino Carta (São Paulo)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Sergio Gomes (São Paulo)
Sérgio Tafner Jorge (São Paulo)
Raimundo Rodrigues Pereira (São Paulo)
Rose Nogueira (São Paulo)
Caco Barcellos (São Paulo)
André Caramante (São Paulo)
Mauri Konig (São Paulo)

- Jornalistas mortos e desaparecidos em São Paulo

Antônio Benetazzo
David Capistrano da Costa
Djalma Carvalho Maranhão
Edmur Péricles Camargo
Gilberto Olímpio Maria
Ieda Santos Delgado

Jane Vanini
Jayme Amorim Miranda
Joaquim Câmara Ferreira
José Roberto Spiegner
Luiz Eduardo da Rocha Merlino
Luiz Inácio Maranhão Filho
Luiz Guilhardini
Mário Alves de Souza Vieira
Maurício Graboys
Nestor Veras
Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior
Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar
Rui Osvaldo Aguiar Pftzenreuter
Sidney Fix Marques dos Santos
Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto
Vladimir Herzog
Wânio José de Mattos

Regional Sul 257

- Comissões da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- Jornalistas depoentes e/ou citados pela CVMJ.

Luiz Oscar Matzenbacher (Rio Grande do Sul)
Danilo Ucha (Rio Grande do Sul)
José Antônio Vieira da Cunha (Rio Grande do Sul)
Lucídio Castelo Branco (Rio Grande do Sul)
Carlos Bastos (Rio Grande do Sul)
João Baptista Aveline (Rio Grande do Sul)
Kenny Braga (Rio Grande do Sul)
Mario de Almeida (Rio Grande do Sul)
Ney Fonseca (Rio Grande do Sul)
Paulo Totti (Rio Grande do Sul)
Francisco José Pereira (Santa Catarina)
Neri Clito Vieira (Santa Catarina)
Salim Miguel (Santa Catarina)
Sérgio da Costa Ramos (Santa Catarina)
Sérgio Luiz de Castro Bonson (Santa Catarina)
Paulo Ramos Derengovski (Santa Catarina)
Lauro Pimentel (Santa Catarina)
Marcílio Krieger (Santa Catarina)
Osmar Schlindwein (Santa Catarina)
Silvio Rangel (Santa Catarina)

Membros da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas 329

Diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) 330

Anexo I – Relatório da Comissão de Anistia

- Pesquisa sobre violações de direitos humanos contra jornalistas.
- Relação de jornalistas que pediram anistia.

João Batista de Paula
Ronald Cavalcanti Freitas
Fernando Braga Batinga de Mendonça
Carlos Eduardo de Senna Figueiredo
José Calil
Francisco Julião Arruda de Paula
Frederico Pessoa da Silva
Lúcio José Paes Nunes Pereira
Walmor Marcelino
Romero de Figueiredo
Armênio Guedes
Antônio de Pádua Silva
Laudo Leite Braga
Ernesto Soto Costa
Maria Aledenoura de Sá Porto Telles Pires
Fragmon Borges
Renato Guimarães Cupertino
Iza Barreto de Salles
José Augusto Godoy
Bento de Paula
Alípio Raimundo Viana Freire
Luiz Carlos Guimarães
Rui Goethe da Costa Falcão
Miriam Marreiro Malina
Oscar Maurício de Lima Azedo
José Hugo Arruda de Paula
Lucia Etienne Romeu
José Gomes Talarico
Hélio Fernandes
Paulo Ramos Derengovski
João Baptista Aveline
Salomão Malina
Geraldo Sétimo Moreira
Jório de Lira Machado
Antônio Edilberto Veras
Rubens Manoel Lemos Filho
Jurandir Persiquini Cunha
Fernando Augusto de Mendonça Filho
Hermano de Deus Nobre Alves
Sinval de Itacarambi Leão
Wilma Ary
Antonio Nelson do Amaral
Odon Pereira da Silva
Marcos Alexandre de S A M Mattos de Castro
João Candido Maia Netto
Milton Saldanha Machado
Donaciano Arraes de Alencar Norões

Jairo Mendes
Tito Guimarães Filho
Miguel Salomão

Anexo II - Lista extraída do livro “Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão”, organizado por Maria José Coelho e Vera Rotta, patrocínio do Ministério da Justiça/Comissão de Anistia.

Mário Alves de Souza Vieira (1923-1970)
Joaquim Câmara Ferreira (1913-1970)
Luiz Eduardo da Rocha Merlino (1947-1971)
Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter (1942-1972)
Lincoln Cordeiro Oest (1907-1972)
Luiz Ghilardini (1920-1973)
Wânio José de Mattos (1926-1973)
Luiz Ignácio Maranhão Filho
Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto (1937-1974)
Edmur Péricles Camargo (1914-1974)
Hiran de Lima Pereira (1913-1975)
Jayme Amorim de Miranda (1926-1975)
Nestor Veras (1915-1975)
Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior (1915-1975)
Vladimir Herzog (1937-1975)
Norberto Armando Habegger (1941 – 1978)
David Capistrano (1913)
Israel Tavares Roque (1929-1964/1967)
José Toledo De Oliveira (1941-1972)
Pedro Domiense de Oliveira (1921-1964)
José Roberto Spiegner (1948-1970)
Sidney Fix Marques dos Santos (1940-1976)
Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar (1913-1976)
Maurício Grabois (1912-1972)
Ieda Santos Delgado (1945-1974)
Gilberto Olimpio Maria (1942-1973)
Antônio Benetazzo (1941-1972)

Anexo III – Relatórios originais das Comissões da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas dos Sindicatos Estaduais/Regionais pesquisados; entrevistas em vídeo, fotos e documentos históricos do período da ditadura militar.

INTRODUÇÃO

A partir da criação da Comissão Nacional da Verdade, de iniciativa do Governo brasileiro (Lei 12.528/2011), e instalada em maio de 2012 para examinar e esclarecer violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, principalmente no período da ditadura militar (1964-1985), a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) criou a Comissão da Verdade, Memória e Justiça para levantar parte da história recente do País, revelando especialmente o envolvimento dos jornalistas na luta pela democracia.

A Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas Brasileiros foi instalada em 18 de janeiro de 2013, no auditório do CCCEV, em Porto Alegre, no Seminário Internacional Direitos Humanos e Jornalismo, e empossados os membros da CVMJ: Audálio Dantas, como presidente, Sérgio Murillo de Andrade, da FENAJ, Rose Nogueira, Carlos Alberto Caó e o deputado Nilmário Miranda. Em parceria com comissões estaduais, que realizaram um trabalho voluntário durante um ano, e coordenadas pelos Sindicatos dos Jornalistas Profissionais de todas as Regiões do País, foi possível fazer um levantamento parcial dos casos de violações dos direitos humanos cometidos contra jornalistas brasileiros no período de 1964 a 1985 por meio da coleta de documentos, depoimentos e entrevistas, bem como no levantamento de casos de jornais, revistas e outros veículos de comunicação fechados na ditadura militar.

O que foi encontrado nessa pesquisa aos arquivos oficiais, nos depoimentos comoventes de 89 profissionais, em sua maioria muito jovens, quando a democracia brasileira foi usurpada pela ditadura militar, dos Estados do Amazonas, Pará, Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Município de Dourados-Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, revelam o terror, a perseguição por militares, infiltrados e chefes de redações; a censura prévia e a autocensura por medo de represálias, sequestros, as prisões, torturas, desaparecimentos e mortes. O jornalista alagoano Valmir Calheiros conta que, em 1968, chegou ser detido de 18 a 20 vezes, como pichador de muro, sem nunca ter pichado. A polícia é que colocava lata de tinta para incriminá-lo. Há ainda o relato comovente do jornalista mineiro Antônio Pinheiro Sales, 77 anos, que foi preso e torturado no DOI-CODI de São Paulo por nove anos, indo depois para Goiás onde vive até hoje com sequelas marcantes na voz e por todo o corpo.

Os depoimentos de 12 ex-presos políticos, recolhidos pela Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas de Goiás, além dos relatos pessoais dos jornalistas no período mais duro da ditadura, revelaram outras 12 prisões e desaparecimentos de companheiros de redação, movimento estudantil e de partidos políticos, os mais perseguidos pelos agentes dos governos ditatoriais. Também foram citados nominalmente 34 torturadores e sete locais onde as prisões e torturas ocorreram no Estado de Goiás.

Outro caso emblemático dos anos de chumbo é revelado pela pesquisa da Comissão da Verdade, Memória e Justiça de Santa Catarina: o do jornalista e sociólogo Ruy Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, natural de Orleans, no Sul do Estado. Ele foi preso pelo DOI-CODI de São Paulo em 15 de abril de 1972 e sua morte está registrada oficialmente como em 20 de abril do mesmo ano. O laudo oficial diz que Ruy morreu “em tiroteio com forças de segurança” e que a causa da morte foi “anemia aguda traumática”. Ele foi enterrado como indigente no cemitério de Perus (SP). Posteriormente sua família conseguiu resgatar e transladar o corpo de Ruy para sua terra natal.

As entrevistas feitas pela CVMJ do Distrito Federal, com os jornalistas que participaram ou cobriram as greves estudantis e invasões militares na Universidade de Brasília (UnB) são chocantes porque relatam a truculência e os caminhos dos porões onde ocorriam as torturas na capital federal, como o Ministério do Exército e da Marinha.

A jornalista Tereza Cruvinel diz que é preciso ressituar o movimento estudantil da UnB, assim como os movimentos sociais de resistência em Brasília, porque esses movimentos são “segundarizados” dentro da história.

Na Amazônia não foi diferente. A Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Pará mostra que a repressão, a violência física e psicológica fizeram parte da vida de muitos jornalistas, em um contexto de cobertura de fatos que envolvia conflitos agrários, ocupação socioeconômica e a própria visão política que se tinha da região na época, sustentada pela ideologia da segurança nacional. No período que compreende 1964 a 1985, a Amazônia foi palco de um projeto geopolítico de ocupação territorial, por meio de ações que massacraram povos tradicionais (como indígenas e quilombolas), incentivaram a destruição da floresta e impactaram o crescimento social e econômico. Em Manaus, pelo menos, três profissionais sofreram represálias da ditadura militar: Arlindo Augusto dos Santos Porto, Erasmo do Amaral Linhares e Weselys Miranda Braga foram perseguidos e presos pelo regime de acordo com a CVNJ dos Jornalistas do Estado do Amazonas.

No Estado do Rio de Janeiro, a CVMJ relata que antes do golpe militar de 1964, já havia uma liga anticomunista criada pelo jornalista Joaquim Vieira Ferreira, o “Joaquim Metralha”, ligado a agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI). A Comissão fluminense também cita os nomes de torturadores e locais onde ocorreram as prisões.

A partir do material reunido pelas 11 comissões estaduais, foi possível identificar o quanto o jornalismo brasileiro foi amordaçado pela sucessão de fatos repressivos, com ameaças de bombas às redações, “empastelamento” (inutilizar oficina gráfica) de jornais, censura a veículos de comunicação da mídia tradicional e alternativa.

A Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Espírito Santo comprovou e documentou o desaparecimento da Folha Capixaba, que era o jornal “oficioso” do Partido Comunista no Estado, no qual muitos profissionais foram perseguidos como Darli Santos, Hermógenes Lima Fonseca, Audifax Amorim, entre outros. A Folha Capixaba foi “empastelada” três dias após o golpe. Jogaram as máquinas de escrever no meio da Rua Duque de Caxias (...). No depoimento do ex-delegado do Dops, Cláudio Guerra, há a revelação de como foi morto o jornalista Jevaux, dono do jornal “O Povão”, tendo como mandante o deputado federal Camilo Cola. Os dois casos relatados pela CVMJ marcam o desaparecimento de jornais no Espírito Santo.

A Comissão da Verdade dos Jornalistas da Grande Dourados-MS relata a prisão arbitrária de Theodorico Viegas, proprietário na época da “Folha de Dourados”, ocorrida em 1972 por abuso de autoridade. Theodorico foi detido, agredido, teve a cabeça raspada e correu risco de morte por causa das denúncias contra um delegado local suspeito de extorquir taxistas e prostíbulos. O motivo alegado pelo delegado para prender o jornalista foi um editorial criticando a construção de uma penitenciária no qual o jornal argumentava que a cidade precisava de escolas e faculdades e não de cadeia.

A Comissão da Verdade dos Jornalistas do Rio Grande do Sul deteve-se em dois grandes casos de repressão ao jornalismo gaúcho: o caso do jornal Última Hora em Porto Alegre e do jornal da Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre, o CooJornal. No interior do Estado, resgatou-se a história da repressão sobre o jornal 'A Platéia', da cidade fronteira de Santana do Livramento.

A CVMJ dos Jornalistas do Estado do Ceará fez uma pesquisa apurada sobre os veículos de comunicação (jornais, rádio e TV) atingidos pelo golpe de 1964. Cita casos como dos jornais “A Gazeta”, “O Nordeste”, os alternativos “O Mutirão” e “O Democrata”. A comissão cearense também nomina os censores da época entre eles: Borba, Wolfuang, Hugo Hortêncio Aguiar, Clóvis Alexandrino Nogueira entre outros.

Por outro lado, a CNMJ/CE revela os jornais locais que apoiaram a dita “revolução”. Os principais jornais locais publicaram editoriais e artigos exaltando a quartelada contra a “balbúrdia do comunismo ateu que

ameaçava o País”. “O Povo”, no dia três de abril de 64, saiu com editorial, sob o título A paz alcançada, salientando que “a vitória da causa democrática abre o País à perspectiva de trabalhar em paz e de aceitar que essa perspectiva seja toldada, que os ânimos sejam postos a fogo. Assim o querem as Forças Armadas, assim o quer o povo brasileiro e assim deverá ser, pelo bem do Brasil”.

A pesquisa realizada pelas Comissões da Verdade Estaduais verificou ainda que o golpe não atingiu somente os jornalistas, mas os intelectuais, operários, comerciantes e todos que de alguma forma contribuíam para a divulgação de matérias que incomodavam o poder político instalado à época. Em quase todas as CVMJs houve depoimentos ou citação de professores, estudantes, militantes políticos, parlamentares, chefes de redações e até donos de bancas de jornais e revistas que sofreram com a repressão militar nos 21 anos que perdurou o governo antidemocrático no Brasil.

Anistia aos ex-presos políticos

Em 2013, a Comissão da Verdade Memória e Justiça dos Jornalistas de Santa Catarina teve acesso ao Relatório das Atividades da Comissão Especial de Indenização aos Ex-presos Políticos do Estado, instituída pelo Ato nº 571, de 15 de abril de 1998, do então governador Paulo Afonso Vieira. Após um prazo de 60 dias, a Comissão Especial recebeu 415 requerimentos de indenização, dos quais 277 apresentados por ex-presos políticos e 138 por dependente de ex-presos políticos. Foram deferidos 315 processos, dentre eles todos os 5 referentes aos seguintes jornalistas: Francisco José Pereira, Nei Clito Vieira, Selim Miguel, Sérgio da Costa Ramos e Sérgio Luiz de Castro Bonson.

Em ato realizado na sede da FENAJ, no dia 6 de novembro de 2014, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça entregou à Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas o resultado de uma pesquisa sobre violações de direitos humanos contra jornalistas no período da ditadura militar no Brasil. O relatório contém dados relativos a 50 profissionais atingidos por atos do regime autoritário.

O relatório é resultado de uma pesquisa inserida no âmbito do Projeto BRA/08/021, criado no ano de 2008 pelo Governo Federal, por meio de um termo de cooperação estabelecido entre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (CA/MJ), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de fortalecer capacidades referentes à Justiça de Transição no Brasil, relacionadas ao direito à memória e à verdade; à reparação às vítimas; e à reforma das instituições ligadas às graves violações contra os direitos humanos.

A pesquisa realizada objetivou apoiar a Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas em sua investigação sobre jornalistas que sofreram perseguição, cujo resultado será enviado à Comissão Nacional da Verdade para apuração de graves violações de direitos humanos praticadas no país durante o período ditatorial. Baseou-se em 50 requerimentos encaminhados por jornalistas ou seus familiares à Comissão de Anistia e em fases distintas de tramitação processual (em andamento, pendentes de decisão definitiva ou arquivados), alguns digitalizados, outros em estado físico, e alguns ainda com dados quantitativos incompletos. Segundo o relatório, a militância do grupo pesquisado foi variada, mas a concentração foi no PCB (35,7%), em Sindicatos de Jornalistas, UBES e UNE (com 12% cada), na Ação Libertadora Nacional - ALN (7%), e na Ação Popular – AP e em outros sindicatos (5% cada). No entanto, a militância dos jornalistas perseguidos se traduzia também em seus artigos e reportagens em jornais e revistas de circulação local ou nacional. Em decorrência das denúncias que faziam e da livre expressão que pregavam, foram perseguidos, impedidos de exercer sua profissão e demitidos de seus empregos. Nos 50 requerimentos analisados, foram identificados 129 episódios de perseguição, o que revela que cada jornalista foi perseguido, em média, mais de duas vezes.

O monitoramento pelos órgãos de repressão foi o tipo de violação de direitos mais citado (32,5%), seguido por 30 episódios de prisão (23,3%) e 16 de tortura (12,4%). A clandestinidade e a cassação de direitos políticos atingiram cerca de 10% dos jornalistas. O exílio obteve 9,3% do total de perseguições identificadas nos processos. O banimento e a expulsão foram relatados apenas uma vez cada. A Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas Brasileiros também teve acesso e disponibiliza nesse relatório parcial, uma lista com 27 jornalistas mortos e desaparecidos durante a ditadura militar (1964-1985). A relação foi extraída do livro “Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão”, organizado por Maria José Coelho e Vera Rotta, patrocínio do Ministério da Justiça/Comissão de Anistia (Brasília & Florianópolis – Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012).

Na lista dos 27 mortos e desaparecidos está o jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) que comoveu o País e fez mudar a atitude da sociedade civil frente às torturas praticadas contra presos políticos. A repercussão das denúncias trouxe profundos danos à credibilidade do regime militar e permitiu que explodisse um forte sentimento de indignação em todos os meios capazes de formar opinião. A falsidade do alegado suicídio já ficou patente nas próprias fotos que mostravam o jornalista enforcado nas dependências do DOI-CODI paulista, onde tinha se apresentado para depor, atendendo a uma intimação recebida na véspera. Em 1979, em homenagem a Vlado — como era conhecido pelos seus colegas — o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo criou o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

RECOMENDAÇÕES

A Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas Brasileiros e as Comissões Estaduais entendem que a pesquisa e as investigações para resgatar a memória e a história dos profissionais presos, torturados e mortos ou que sofreram algum tipo de represália na ditadura militar não devem ser paralisadas com a apresentação desse relatório que por configurar esse caráter atemporal, constitui-se em um relatório parcial. A CNVMJ recomenda à FENAJ e aos 31 Sindicatos de Jornalistas Profissionais de todo o País a continuidade dessa obra.

Corroborando as recomendações de várias Comissões da Verdade Estaduais, que pedem a identificar os autores dos crimes de lesa-humanidade e colocá-los no rol dos culpados, a Comissão Nacional da Verdade reitera a “Carta de Maceió”, uma deliberação do 36º Congresso Nacional da categoria, realizado em Alagoas: A exigência de revisão da Lei de Anistia, com a apuração dos crimes e a punição dos responsáveis por torturas, assassinatos e desaparecimentos, é a conclusão natural do trabalho das Comissões da Verdade, organizadas também pelos Sindicatos e pela Federação a partir da decisão do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado no Acre, em 2012.

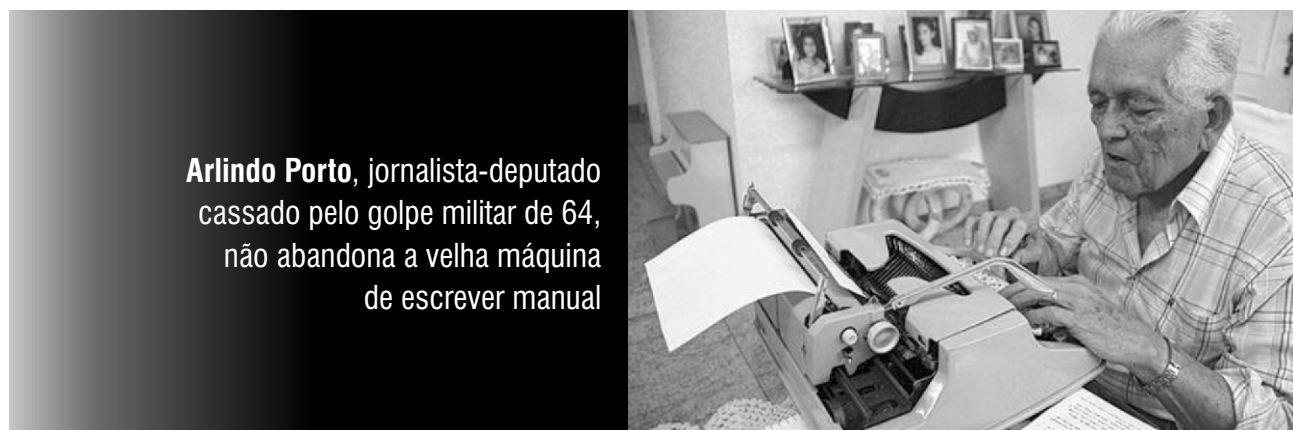
REGIONAL NORTE I E II

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DO AMAZONAS

Jornalistas perseguidos, presos e torturados na Ditadura Militar – 1964/1985

A exemplo do que ocorreu com centenas de jornalistas do Brasil, no Amazonas não foi diferente. Em Manaus, pelo menos, três profissionais sofreram represálias da Ditadura Militar: Arlindo Augusto dos Santos Porto, Erasmo do Amaral Linhares e Weselys Miranda Braga foram perseguidos e presos pelo regime.

O jornalista Arlindo Porto chegou a perder seu mandato de deputado estadual e em seguida foi preso, em maio de 1964, durante quatro meses na capital amazonense. “Levaram-nos para um alojamento em cima do primeiro andar do quartel. Ali, já estavam os escritores Aldo Moraes, Letício de Campos Dantas e o acadêmico Amazonino Mendes (ex-governador e ex-senador do Amazonas), que naquela época era tido pelo regime como elemento de esquerda. Estava também o Cid Cabral da Silva e o saudoso Manoel Rodrigues, ex-presidente do Sindicato da Construção Civil, e Berlamino Marreiro. Ficamos 128 dias presos. De detenção. E nunca me deram conhecimento do que eu estava respondendo. De nenhum processo”, relata Porto.



Jornalista e atual presidente da Academia Amazonense de Letras, Porto foi deputado estadual e teve o mandato cassado durante o Regime Militar em 1964, chegando a ficar detido em um quartel do Exército por 128 dias na capital amazonense. “Para poder justificar aquele processo todo de cassação, o Renato também foi caçado. Por que o Renato? Porque ele coordenava comigo os movimentos. Fazia pronunciamentos nacionalistas e defendia o monopólio do petróleo para o Brasil. Nós tínhamos as posições esquerdistas da época e nos rotularam como comunistas”, disse Arlindo Porto.

Em abril de 2013, a Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE/AM) realizou uma sessão solene para devolver simbolicamente o mandato de deputado estadual ao jornalista e advogado, Arlindo Porto, hoje com 84 anos. Na política, ele se tornou presidente da ALE/AM e chegou a assumir, temporariamente, o governo do Estado do Amazonas.

Além de jornalista por profissão e escritor, Arlindo Porto é também formado em Direito. Em 21 de Agosto de 1957, fundou o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas (SJPAM).



Erasmo Linhares,
perseguição e prisão.

Por não concordar com os interesses dos militares, Erasmo Linhares foi perseguido e preso. À época trabalhava na rádio Rio Mar e o diretor da empresa, Tiago Braz, também, foi preso pelo militares. A emissora de rádio pertencia a Arquidiocese de Manaus.

Como os dois estão mortos, o terceiro diretor da Rádio Rio Mar, Francisco Bezerra relatou como se deu a prisão de seus colegas de trabalho. Era ele quem mantinha a rádio em funcionamento após a prisão de Erasmo e do padre Tiago Braz. De acordo com Francisco Bezerra, o padre Tiago Braz e Erasmo Linhares foram presos pela Chefatura de Polícia, ao tempo existente na rua Marechal Deodoro, localizada no Centro Histórico da capital amazonense. A prisão dos dois chegou a ser denunciada por João Veiga, deputado federal.

A prisão do padre Tiago e de Erasmo se deu devido à liberação de uma entrevista do deputado federal João Veiga pertencente ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao programa “A Verdade é o Limite”, que acontecia diariamente na rádio Rio Mar. Após a prisão, somente dias depois, é que o deputado federal recebeu um cartão informando da prisão dos funcionários da rádio Rio Mar. Erasmo e o padre Tiago ficaram indignados com a prisão e resolveram enviar uma carta para que o deputado a lesse na Câmara Federal. “Sr. Deputado João Veiga, como já havia feito através de telegrama, formulo a presente para narrar com maiores detalhes a agressão que sofremos por parte da Polícia, em consequência da entrevista que V. Exa. prestou a esta emissora, através do programa da rádio” expressava trecho da carta.

A época, o padre Tiago informou em carta como se procedeu a prisão dos supostos acusados de um crime que não existiu. “Fui levado à Central de Polícia, para conversar com o comandante, enquanto o Erasmo foi direto para aquela repartição. Lá, ambos, sem responder a qualquer interrogatório, ou sem que algo nos fosse dito, fomos jogados no xadrez comum, em regime de incomunicabilidade, ao lado de marginais”, relatou o padre em detalhes na prisão.

Por conta da prisão, Erasmo e o padre Tiago ficaram temerosos com a arbitrariedade dos militares e também, com medo que algo de mais grave acontecesse. “Pedimos, senhor Deputado, que vossa excelência, com o espírito de luta e clarividência que o caracteriza, adote providências junto às autoridades competentes desta Nação, a fim de garantir a nossa integridade física e o livre exercício de nossa missão, segundo nos assegura a lei”, disse em pedido urgente ao deputado João Veiga.

Erasmo e o padre sabiam que não tinha abusado do direito de esclarecer a população e que queriam continuar exercendo seu papel junto à sociedade, mas que autoridades de segurança nacional os desse esse direito, pois não confiavam mais na polícia do Estado. “Estamos convictos, senhor Deputado, de que não abusamos do nosso dever de manter informado o público e de proporcionar oportunidade a que o povo e os seus representantes, dentro das normas de respeito e do acatamento à autoridade, expressem seus pensamentos sobre tudo aquilo que interesse à coletividade. Cremos que isso constitui-se em um dos mais positivos ângulos do regime democrático, regime cuja vigência é plena no País”, finalizou.

Diretor do jornal A Gazeta foi perseguido e teve que fugir de Manaus.

Em entrevista ao Jornal do Jornalista, o ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Amazonas (SJPAM), Frânio Lima, falou da perseguição ao jornalista Miranda Braga, que era a época presidente do Sindicato quando aconteceu o Golpe Militar. “Nós fazíamos oposição mesmo e nós ignoramos a força da revolução. Fazíamos sobretudo oposição ao Arthur Reis, que foi colocado com a saída do Plínio. Quando Wesley Miranda Braga assumiu a direção do jornal eu assumi o cargo de secretário de redação da Gazeta, que fechou em agosto. Parece que esperavam que o jornal maneirasse, mas não aconteceu exatamente isso. Alguns dias depois, o fechamento definitivo. Quando chegou uma bela manhã, não sei se foi 4 de setembro ou alguns dias depois, chega a polícia e fecha tudo e coloca todo mundo lá no juiz, lá na Chefatura de Polícia. O Miranda fugiu. O jornalista J.M. Antunes foi preso, ficou na polícia, mas por causa de outros fatores. Depois, o Miranda também foi preso”.

Miranda conseguiu fugir da capital amazonense com a ajuda de colegas de trabalho do jornal A Gazeta. “O jornalista Benedito Azedo, hoje aposentado, foi quem deu cobertura para o Miranda Braga fugir de Manaus”, disse Frânio Lima.

Frânio fez questão de ressaltar, também, os tipos de censura dos militares com os jornalistas, dentre eles, Arlindo Porto. “O Arlindo Porto ficou 108 dias incomunicável, mas felizmente não passou por tortura física, apenas psicológica, que infelizmente marca tanto quanto a física. Ele foi o responsável pela volta de Miranda Braga ao Amazonas, muitos anos depois”, disse.

Ainda de acordo com Frânio Lima, existem pessoas que vivem com medo, até hoje, dos torturadores, porque ainda detêm o poder no Estado. “Dizem que no Amazonas há outras pessoas que foram presas e torturadas, mas que elas têm medo de falar porque os responsáveis pelos horrores continuam dando as cartas no Amazonas. Que tragédia! É uma ferida que não fecha nunca... e estas pessoas continuam com medo e muitas morreram sem dar o seu testemunho e a sociedade vai continuar fingindo que aqui não houve “nada”. Mas, afinal cada povo escreve a sua história com a tinta que quer”, finalizou.

O site 'Brasil Nunca Mais' publicou no mês de agosto deste ano que mais dois jornalistas do Amazonas sofreram perseguições durante o período da Ditadura Militar. E que eles, também, foram alvos de investigação pelo Regime que instituiu o Golpe Militar no País, em 31 de março de 1964.

Responsáveis pela publicação do jornal 'A Notícia', o proprietário Manoel José de Andrade Netto e o editor, Bianor Garcia foram investigados pela PF após terem publicado uma manchete que ocupou meia página no jornal, em março de 1971, com o título: 'Empatada a partida: Revolução 1 x Corrupção 1'.

A matéria criticava decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que anulou ato do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE) negando diplomação a cinco políticos do Estado acusados de corrupção. Em julho de 1972, os dois jornalistas foram absolvidos pela Auditoria Militar, na cidade de Belém, no Pará.

As informações e depoimentos colhidos pela Comissão da Verdade, Memória e Justiça, do Sindicato dos Jornalistas do Estado Amazonas foram elaborados tendo como fontes os arquivos de jornais impressos e digitais, além de depoimentos e entrevistas de pessoas que sofreram represálias ou que testemunharam as agressões ao exercício da profissão de jornalista e ao jornalismo no Estado do Amazonas.

REGIONAL NORTE I E II

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DO PARÁ

Opressão, ameaças à liberdade de expressão, torturas, censura. Essas são algumas das expressões que marcaram a história brasileira a partir da instalação golpista e arbitrária do regime militar, em 1964, e se tornaram sequelas que afetam a prática e a forma de pensar o Jornalismo até os dias de hoje e, inevitavelmente, ainda muitas gerações do porvir. Diante de marcas reconhecidamente profundas - mas não cuidadosamente investigadas -, deixadas pela ação repressiva dos governos militares sobre a categoria, muitos cidadãos e a sociedade brasileira, a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), decidiu se juntar ao esforço nacional de resgatar essa parte recente da história brasileira e também deixar sua contribuição, investigando e reescrevendo a história de fatos e pessoas sobre os quais havia apenas as versões oficiais, ou nem estas. A ditadura militar não representou apenas um golpe, mas acabou sendo um regime politicamente repressivo que afetou profundamente a democracia brasileira e suas liberdades – e, inevitavelmente, a prática do jornalismo.

Na região amazônica não foi diferente. A repressão e a violência física e psicológica fizeram parte da vida de muitos jornalistas, assim como no Pará, em um contexto de cobertura de fatos que envolvia conflitos agrários, ocupação socioeconômica da Amazônia e a própria visão política que se tinha da região na época, sustentada pela ideologia da segurança nacional. No período que compreende 1964 a 1985, a região foi palco de um projeto geopolítico de ocupação territorial, por meio de ações que massacraram povos tradicionais (como indígenas e quilombolas), incentivaram a destruição da floresta e impactaram o crescimento social e econômico.

Criada através da Portaria Nº 001 / 2013, do Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor- PA), em resposta e apoio à ação da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), de apurar as violações de direitos e os efeitos da ditadura militar na vida dos jornalistas perseguidos no período de 1964 a 1985, a Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Pará, integrada pelos jornalistas paraenses Franssinete Florenzano, Priscilla Amaral, José Maria Pedroso, Emanuel Vilaça e Luciana Kellen, foi instalada em 16 de fevereiro de 2013. As atividades foram desenvolvidas entre fevereiro e dezembro do mesmo ano, sendo documentadas em audiovisual e em notas taquigráficas, fruto colaboração do Poder Legislativo, por meio de audiências públicas realizadas no auditório da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) da onde jornalistas paraenses contaram suas histórias de lutas e superações no exercício da profissão de jornalista durante a ditadura militar brasileira. Nas audiências públicas, as perguntas aos depoentes eram feitas livremente pelos integrantes da Comissão, mas os convidados e a plateia faziam perguntas por escrito, submetendo-as à Mesa. Após a avaliação, as perguntas eram direcionadas ao depoente.

Os objetivos da Comissão da Verdade do Pará foram tirar da obscuridade e desconhecimento social as violações de direito sofridas por jornalistas durante a ditadura militar no Pará, e colaborar com o relatório nacional da Comissão da Verdade da Federação. Resgatar os casos de jornalistas mortos e desaparecidos durante o período de 1964 a 1988, que foram comprovadamente perseguidos, ameaçados, cassados, indiciados em processos, condenados, exilados, presos e torturados, e de tantos outros que, apesar de sobreviverem à perseguição, tiveram suas vidas pessoais e profissionais expostas e alteradas. Valorizar a memória dos profissionais que trabalharam nesse período e contribuíram para a história da profissão, em

defesa dos princípios éticos, da democracia e cidadania. Contribuir para o registro oficial dos depoimentos dos personagens envolvidos nesse período da história do jornalismo brasileiro, principalmente no cenário peculiar que é o contexto amazônico. Mobilizar e sensibilizar a sociedade quanto à história do trabalhador jornalista no contexto da ditadura militar, para o debate crítico do papel da mídia na realidade da política social brasileira.

O relatório da Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará apresenta, através do olhar dos depoentes, os fatos da realidade traumática do cotidiano naquele período e, com a visão crítica deste, colabora na luta pela construção de uma nova sociedade brasileira, sem apontar culpados, nem julgar. Os jornalistas ouvidos foram protagonistas de fatos importantes ocorridos no Pará, principalmente em Belém, testemunhas e vítimas das ações restritivas ao exercício da liberdade de pensamento e expressão impostas aos meios de comunicação e a jornalistas no Pará. Não foi possível ouvir todos aqueles que escreveram suas histórias naquele período – alguns, vítimas da repressão, preferiram o silêncio, optando por não reviver fatos para eles ainda dolorosos, enquanto outros, identificados como aliados a agentes dos governos militares, simplesmente descartaram os convites da Comissão –, mas os depoimentos colhidos são suficientes para montar a radiografia da realidade vivida pela Imprensa e pela sociedade paraense naquele período.

DEPOIMENTOS

Desde a primeira reunião da Comissão da Verdade do Sinjor-PA os nomes dos personagens que seriam ouvidos surgiram com facilidade, já que todos são reconhecidos pelo trabalho até os dias de hoje, e a maioria dos integrantes desta comissão teve contato estreito com esses jornalistas. O primeiro desafio foi conciliar a agenda das audiências com a disponibilidade dos depoentes que aceitaram o convite. A ordem dos depoimentos foi definida conforme a aceitação desses convites. Houve os casos de não aceitação do convite, assim como alguns jornalistas não estarem mais vivos, e nesse contexto construímos o seguinte painel.

LÚCIO FLÁVIO PINTO: A censura e os dribles nas redações

Com 63 anos de vida, iniciou a carreira jornalística em 1966, dois anos após o golpe militar. Hoje com 47 anos de jornalismo e em plena atividade até os dias de hoje, trabalhou nos jornais “A Província do Pará” e “O Liberal”, em Belém do Pará; e “Correio da Manhã”, no Rio de Janeiro, entre outros. Em 1988 deixou a grande imprensa e se dedicou exclusivamente ao Jornal Pessoal. Hoje é considerado um dos maiores jornalistas brasileiros, reconhecido com premiações nacionais e internacionais.

O jornalista Lúcio Flávio Pinto, que ao longo de sua trajetória debruçou-se sobre os efeitos, e principalmente o “preço” do desenvolvimento na região amazônica, descreveu onde estava quando foi baixado o Ato Institucional Nº 5:

“Eu era secretário de A Província do Pará no dia 13 de dezembro de 1968, quando foi baixado o Ato Institucional nº 5. Ali começava a ditadura descarada em todos os sentidos. Lembro-me bem quando saí da sala do secretário, na verdade era um aquarozinho e fui lá para trás, para o bar do Chico pegar um café e fiquei lendo o Ato Institucional. Li e reli. Olhei ao redor e disse: acabou a imprensa no Pará. Porque a partir daqui se já era ruim fazer jornalismo, agora vai ser impossível. No dia 1º de janeiro de 1969, estava em São Paulo, achava que lá teria alguma possibilidade de fazer jornalismo. Esse período, no Estado de São Paulo até 1975, quando o jornal completou o centenário e o general Geisel deu de presente a retirada dos censores, vivemos uma experiência traumática para todo jornalista, que era o censor na redação. Soubemos que o censor viria para a redação no Estado. O tempo todo ficávamos: cadê o censor? Cadê o filho da mãe? À medida em que o tempo ia passando, o tratamento se tornava mais agressivo. Depois estava-se perguntando se o censor tinha mãe. Até que alguém gritou: “cadê esse filho daquilo?” Estava um advogado de vinte e cinco anos, era o censor. Um advogado. Então aquele era o nosso inimigo. Isso é muito importante porque o trauma é forte, mas sabemos quem era o inimigo; o inimigo não janta conosco, como no poema do Drummond. Então, todas as manobras da redação, incluindo o dono que ficou cada vez mais contra a censura, Júlio Mesquita Neto, foi contra aquele cidadão. Até que houve a notícia da guerrilha, única notícia publicada pela imprensa brasileira na época da censura, sobre a guerrilha do Araguaia.

Como publicar a matéria? Foi acertado que os seis primeiros parágrafos seriam sobre a ação cívico-social do Exército no Araguaia, altamente elogiosa pelos nossos bravos guerreiros, tirando dente dos caboclos, dando vermífugo, etc. E a partir do sétimo parágrafo vinha a matéria da guerrilha. Um contínuo que fornecia café e água para o censor foi instruído para dizer que a matéria sairia no Domingo. Nessa época O Estado de São Paulo circulava com 360, 380 páginas, das quais 240 eram anúncios classificados; 12, 14, 15

cadernos de classificados tinha uma mensagem do Marighella. E o censor foi ler 240 páginas de anúncio, porque os anúncios tinham que ir para o interior de São Paulo cedo, só depois que ia o noticiário. Quando chegou o noticiário, só leu o cabeçalho que chamamos de título e os primeiros dois, três parágrafos, não leu mais. E no domingo seguinte a matéria saiu inteira.

Na segunda-feira, tinha um novo censor, novamente advogado, que disse a seguinte frase ao se instalar na cadeira: “detesto contínuo, odeio café. Então, esse era o inimigo, e contra ele valia tudo.”

Apesar desse impacto inicial, o jornalista Lúcio Flávio afirmou que voltou para o Pará em 1966, após temporada no Rio de Janeiro, e disse que desconhece qualquer jornalista paraense que chegou a sofrer violência ao nível de Vladimir Herzorg.

“Não houve nenhum ato de violência nas redações, porque todos se submetiam à ordem da Polícia Federal quando vinha ordem de censurar matérias. Nunca foi publicada uma matéria que estivesse na lista de proibições da Polícia Federal. (...) Houve no início violência, prisões, mas isso não durou muito”.

(...)

“A imprensa aderiu completamente, eles não foram perseguidos. E ser tratado a pão e água não deve ser um negócio tão ruim, porque o Vladimir Herzog foi tratado à pancada e choques elétricos. Não conheço nenhum jornalista que teve esse tratamento. Como disse, entrei em 1966, vi que aqui havia essa composição entre os donos das empresas jornalísticas e os donos do poder”.

Após retorno ao Pará, Lúcio Flávio iniciou trabalho na extinta “A Província do Pará”, e considera um ato de resistência ao regime a criação do suplemento “Bandeira 3”, que seguia linha irônica. Uma maneira de driblar o confronto direto com o regime.

“Depois voltei para cá e o nosso ato de resistência foi criar um suplemento na Província do Pará chamado “Bandeira Três”. Ele foi criado logo depois do Pasquim e seguiu nessa trilha do humor, do deboche, da ironia, já que o confronto direto era impossível. E a partir do momento em que isso aconteceu, foi um sucesso, A Província passou a vender muito aos domingos com esse caderno do Bandeira 3, de charges, de entrevistas longas, uma maneira do Pasquim. Houve a reação da direção e esse caderno se tornou inviável”

O Bandeira 3 teve que sair de circulação. Então após uma nova temporada fora do Pará, Lúcio Flávio retornou e trabalhou no jornal O Liberal já em meados da década de 70. Com o retorno a uma redação de impresso diário paraense, criou o suplemento “Encarte”, e vivenciou um dos episódios mais marcantes da época: as denúncias de violação de direitos humanos cometidas contra os presos na Ilha de Cotijuba, na região metropolitana de Belém. “Tivemos um problema sério. Uma matéria sobre a fuga dos presos que eram espancados na Ilha de Cotijuba, eram levados daqui numa lancha chamada Marta da Conceição, e estavam sendo levados pelo nosso tenente Teodorico Rodrigues, Juiz de futebol e no caminho, para serem espancados em Cotijuba, aonde ninguém iria se incomodar com os gritos, os presos se rebelaram, jogaram o Teodorico na água da baía e fugiram”.

(...)

“Teve uma repercussão enorme porque foram três páginas com muitas fotos, uma repercussão enorme e o governador Aloísio Chaves mandou instalar IPM para apurar a violência da polícia”.

(...)

“Resultado: eu e o Paulo fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No processo fui palmilhado sozinho, ninguém me acompanhou até a Polícia Federal. Foi a denúncia para a Auditoria Militar, o Auditor Militar, que era o Juraci Reis Costa, não recebeu a denúncia, disse que a denúncia era inepta e enviou para a Justiça Comum. Deixou de ser Lei de Segurança Nacional, e na Justiça Comum o promotor Américo Monteiro disse que não apenas não ia fazer a denúncia como se pudesse dar a medalha para os jornalistas que denunciaram a violência, e o processo foi arquivado. Esse foi o único processo no regime militar”.

Apesar de Lúcio Flávio não ter sofrido sob a mão do regime militar de forma violenta fisicamente, destacou alguns nomes de jornalistas que, segundo ele, foram perseguidos no Estado do Pará. Destaca que era comum o uso de pseudônimos para evitar grandes problemas, assim como havia recolhimento compulsório, e até coleta para fuga da prisão de jornalista paraense preso em outro Estado.

“Por exemplo, o Hélio Gueiros e o Newton Miranda não podiam assinar nada, mas eles escreviam o Repórter 70. Então, não podiam aparecer. O Ruy Barata usou vários pseudônimos. O Ruy, o Benedito Monteiro e o Jesus eram de um grupo de hóspedes compulsórios do governo militar. Toda vez que vinha aqui uma autoridade, como o Presidente da República, eles eram recolhidos à V Companhia de Guardas. O Ruy já tinha a maletinha dele prontinha.

(...)

O jornalista Renato Tapajós talvez tenha sido o jornalista que mais sofreu perseguição aqui. Ele foi embora para São Paulo e foi preso lá. Era um sujeito de uma valentia incrível, provavelmente ele ia morrer de espancamento, até que alguém na redação da Veja - a Veja há pouco tempo estava funcionando – disse que o carcereiro cobraria um pedágio para permitir a fuga do Renato. Houve a coleta, foi comprada a liberdade dele e ele fugiu para a França. Mas, é como eu disse: foram casos localizados em um período específico. E depois eu não o vi mais.

Lúcio Flávio Pinto traçou um panorama geral do período compreendido entre 1964 e 1985, apontando a adesão da grande imprensa ao regime, no Pará, e a perseguição imposta aos jornalistas que ousaram pautar, produzir e publicar reportagens sobre questões polêmicas como a manipulação dos índices econômicos pelo então ministro Delfim Netto, a prisão de 14 lavradores posseiros em São Geraldo do Araguaia, na sede do GETAT – Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins, onde foram torturados para acusar os padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, missionários da diocese de Conceição do Araguaia, presos no dia 31 de agosto de 1981, acusados de incitar invasões de terra no sul do Pará, e em seguida julgados pela Justiça Militar e expulsos do País; e a Guerrilha do Araguaia, luta armada travada no sul do Pará que resultou no extermínio dos jovens idealistas que lutavam contra a ditadura.

Pontuando que havia entre os militares homens dignos e que inclusive alguns eram suas fontes, Lúcio Flávio Pinto disse que é um equívoco afirmar que quem não foi torturado, preso ou incomodado durante a ditadura militar foi conivente com ela. Nesse período, tão desfavorável à coleta de informações e à

transmissão de verdades, quando até conversar com essas pessoas era arriscado, ainda assim, contra todas as expectativas dos censores e controladores da opinião pública, a imprensa conseguia surpreender com reportagens fortes, substanciais, bem informadas. Isto graças a fontes situadas às vezes em posição de destaque dentro da estrutura do poder, tanto no governo quanto nas grandes empresas privadas, declarou.

As fontes se arriscavam muito, relatou Lúcio. Mas se arriscavam por confiarem nos seus interlocutores da imprensa, que se comprometiam a manter completo sigilo – se necessário e em qualquer circunstância. E a serem corretos no uso das informações fornecidas.

PAULO ROBERTO FERREIRA: A truculência policial interfere no exercício do Jornalismo

O jornalista Paulo Roberto Ferreira, 61 anos de idade, tem 38 de jornalismo. Iniciou na carreira a convite de Lúcio Flávio Pinto, para integrar o Jornal “Bandeira III”, e em seguida trabalhou na redação do Jornal “O Liberal” em 1976. Depois em 1977, participou da fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), e da criação do Jornal Resistência.

Algumas histórias podem ser marcadas desde a infância, como do jornalista militante Paulo Roberto Ferreira, que, ao trabalhar ainda com 12 anos de idade, lembra-se de ter visto a “revolução” que chegara ao Pará. Paulo Roberto se deparava com as forças armadas nas ruas de Belém e tentava compreender a nova realidade, ainda com o olhar de criança.

“Eu garoto não entendia muito, comecei a perguntar para as pessoas e as pessoas foram me explicando que era uma revolução que tinha acontecido no País, era o que passavam pra maioria das pessoas”.

A primeira experiência do futuro jornalista aconteceu ainda no ensino médio do colégio Magalhães Barata, em Belém (PA).

“Enfrentei o primeiro ato de censura no Colégio Magalhães Barata, onde fazia o ensino médio. Fazíamos um jornal alternativo, um jornal mural de estudantes. O Nélcio Palheta, jornalista, também era meu companheiro de colégio e estudávamos na mesma turma junto com o Luís Santos, que era outro estudante (...). Fizemos o Jornal Mural e pregávamos lá no quadro de avisos. Fomos chamados na Diretoria para retirar aquele mural porque nós tínhamos colocado o Poema “Apesar de Você”, a letra da música do Chico Buarque de Holanda. Então esse foi o primeiro ato, fomos obrigados a tirar.”

Já como universitário, Paulo Roberto Ferreira começou a ser espionado em 1977 pela Assessoria de Segurança e Informação, do governo federal, principalmente por já estar na condição de líder do movimento estudantil, quando presidiu o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e também participou da fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). No ano seguinte, em fevereiro de 1978, foi criado o Jornal Resistência, um dos produtos de comunicação mais populares e ácidos publicados durante o regime militar.

“Por sinal esse nome foi uma sugestão do jornalista João Marques, que era Presidente do Sindicato dos Jornalistas, inclusive com a sua palavra de ordem, 'Resistir é o primeiro passo'. Participaram também muitas pessoas, dentre elas, nessa assembleia histórica na Igreja de Nossa Senhora Santa Terezinha, no Jurunas, o

jornalista Raimundo Pinto, irmão do Lúcio, com quem trabalhei durante muitos anos e que era um ativista no Movimento de Organização do Sindicato dos Jornalistas”.

Em seu depoimento, o jornalista Paulo Roberto Ferreira contou que foi admitido através de concurso na Caixa Econômica Federal em 07/04/1976. Mas, em 05.11.1980, foi demitido, sem justa causa, em decorrência de perseguição política, porque atuava como jornalista voluntário no jornal “Resistência”, da SPDDH, e militava na luta pela redemocratização do País, que vivia sob a ditadura militar.

Antes, Paulo Roberto foi transferido para Óbidos, a 996 Km de Belém, por via fluvial. Era recém casado, sua mulher trabalhava em Belém e sua primeira filha já estudava, também em Belém. Reintegrado ao seu local de trabalho de origem por força de ordem judicial, concorreu à diretoria da associação de funcionários, o que lhe asseguraria o direito à imunidade sindical. Na véspera da eleição, foi demitido.

O regime político agia em várias frentes, relatou Paulo Roberto. Além de criar toda sorte de embaraço, no seu local de trabalho, intimidava, convocava e indiciava as pessoas, de forma a provocar pânico e medo. Foi intimado e indiciado duas vezes pela Polícia Federal, onde inquéritos o enquadraram na Lei de Segurança Nacional e uma vez pela Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. Todos foram arquivados pelo Ministério Público Militar, por absoluta inconsistência das peças acusatórias. Até 1987, sua vida foi objeto de investigação pelos órgãos de repressão, com relatórios de todos os lugares por onde passou desde que foi demitido da CEF.

Paulo rememorou que o primeiro presidente da SPDDH foi o advogado e na época ex-preso político Paulo Fonteles de Lima (que depois foi deputado estadual e assassinado), quem decidiu criar um veículo de comunicação, com o objetivo de difundir as notícias que a grande imprensa, por conveniência, autocensura e até mesmo por imposição da censura oficial, não publicava. E assim despontou o jornal “Resistência” em 1978, que funcionou regularmente até 1983, depois esporadicamente, e hoje é veiculado na internet.

Embora a sede da SPDDH funcionasse numa sala da casa paroquial da igreja católica de Nossa Senhora Aparecida, no bairro da Pedreira, em Belém, era diagramado na casa do editor ou de algum colaborador. O temor do empastelamento atormentava a todos os que faziam o jornal. Diagramadores que trabalhavam na grande imprensa não permitiam que seus nomes figurassem no expediente.

Paulo Roberto Ferreira relatou que a primeira edição do Jornal Resistência estampou na capa o título “Novos conflitos na fazenda Capaz”, situada no município de Paragominas. O número 2 tinha como manchete “Quem decide por Alacid?”. Analisava o desempenho do tenente-coronel Alacid Nunes, governador paraense nomeado pela segunda vez, em meio às disputas ocultas no meio militar. O número 3 fazia uma acusação de corrupção ao ex-governador e ex-senador pelo Pará Aloysio Chaves. E na quarta edição os temas eram “Corrupção no cais” e “Grilagem no Maranhão”. Antes que a quinta edição deixasse a gráfica, todos os exemplares foram apreendidos pela Polícia Federal, sem mandado judicial. Isso foi em agosto de 1978. O chefe da oficina gráfica foi detido e levado para prestar depoimento. E o jornalista Luiz Maklouf Carvalho, editor do jornal, foi chamado a depor e enquadrado na famigerada Lei de Segurança Nacional.

A fúria dos censores foi a matéria de capa da edição, que tratava do depoimento de quatro ex-presos políticos, ao contarem as torturas que sofreram nas dependências dos órgãos da repressão militar. “Fomos torturados no Ministério do Exército”, era a manchete. Os quatro eram Hecilda Veiga, socióloga; Humberto

Cunha, agrônomo; Paulo Fonteles, advogado; e Isabel Tavares, historiadora. Casados, Paulo e Hecilda foram presos quando estudantes, em Brasília, onde foram torturados dentro de uma unidade do Exército Brasileiro. Humberto e Isabel também eram casados. Humberto foi vítima do Decreto 477, que legitimava a expulsão de estudantes que figuravam na lista negra da ditadura. Os quatro atuaram como militantes de organizações clandestinas e eram membros do PC do B na época do processo contra o Resistência. Mas estavam legalmente filiados ao MDB, o partido de oposição consentido pelo regime.

Após a apreensão do jornal e abertura de processo que tramitou na Auditoria Militar de Belém contra várias pessoas que constavam no expediente do jornal, a notícia ganhou dimensão nacional e o caso repercutiu em vários jornais da chamada imprensa alternativa e também nos diversos fóruns de discussão da luta pela redemocratização. Meses depois a denúncia contra Maklouf e seus companheiros não foi aceita pelo Ministério Público Militar e o processo foi arquivado.

Quem assinava como jornalista responsável pelo Resistência era o livreiro Raimundo Jinkings, jornalista profissional, militante e dirigente do PCB. Na condição de bancário do Banco da Amazônia, Jinkings foi vítima de perseguição política, logo após o golpe militar de 1964. Demitido do banco, ele montou uma pequena livraria em Belém, que aos poucos foi crescendo e se tornou uma grande referência, uma espécie de ponto de encontro da intelectualidade paraense. Ali se encontrava o que era permitido pela censura, como também os livros que estavam na lista negra do regime. Homem calmo e de bom diálogo, Jinkings conseguia ter entre seus clientes até militares tidos como da linha dura do regime. Com intensa militância no Sindicato dos Jornalistas, vice-presidente da SDDH, Jinkings escrevia, com frequência, artigos para o Resistência. Foi militante ativo do núcleo pela anistia da SDDH e por isso mesmo pagou caro quando a entidade decidiu promover um debate com Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, preso e perseguido político, que retornara do exílio poucos meses antes. Na véspera da chegada de Arraes a Belém, a porta da igreja de N. Sra. de Aparecida (onde funcionava a SDDH) amanheceu pichada com a frase CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e a vidraça da Livraria Jinkings alvejada por um tiro de pistola, além de pichada com a aterrorizante inscrição. O mesmo aconteceu na casa do presidente da SDDH, o economista Jaime Teixeira.

Dois dias antes do Círio de Nazaré, no dia 8 de outubro de 1982, a Polícia Federal e a PM invadiram a gráfica Suyá, que imprimia o Resistência, e a sede da Comissão Pastoral da Terra, em Belém, a fim de recolher materiais que seriam distribuídos no dia da romaria, em protesto contra a prisão e condenação dos 15 presos do Araguaia (padres e posseiros).

Prenderam e arrebentaram. Espancaram, algemaram, provocaram, identificaram, fotografaram, sequestraram objetos. Foram duas horas de terror na gráfica do jornal. O editor Luiz Maklouf Carvalho foi espancado e ameaçado de fuzilamento. O distribuidor do Resistência, Carlos Boução, foi algemado, junto com o repórter João Vital e o vice-presidente da SDDH, Daniel Veiga. Dois gráficos, Alberdan Batista, vice-presidente do Sindicato dos gráficos, e o impressor Arlindo Rodrigues fizeram companhia aos outros quatro. Dezenas de pessoas, entre colaboradores, funcionários, clientes da gráfica e amigos foram presos aos chegar ao prédio. Eram colocados de frente para uma parede e fotografados. O jornalista Paulo Roberto Ferreira, então gerente da gráfica e diretor do jornal, conseguiu perceber a movimentação, correu, avisou a imprensa e amigos, e voltou. Foi preso e levado para depor na sede da PF.

“Eles chegaram sem mandado judicial e o Luiz Maklounf Carvalho, que era editor do jornal, interceptou-os quando se apresentaram e disse que não poderiam entrar por não terem mandado e houve uma reação quando disseram que entrariam na marra. O Maklounf tentou impedi-los e eles começaram a agredir o João, o Boução, o Daniel Veiga, que também era membro da SDDH”.

Criada pela SDDH, a partir da doação de recursos, principalmente após o episódio de apreensão da edição nº 5 do jornal, a Gráfica Suyá era localizada na Rua Ó de Almeida, bem no centro comercial de Belém, e tinha esse nome como homenagem a uma etnia indígena. Apesar da gráfica ter sido criada para imprimir todos os materiais relativos ao movimento de resistência ao regime, mantinha-se também com demandas comerciais.

“Eu já sabia o que me esperava. Quando entrei, estavam lá, além dos que já citei aqui, algemados, espancados, visivelmente abatidos. O Oberdan Batista, que era o gerente da gráfica, algemado junto com o Arlindo que era um gráfico impressor e várias pessoas que tinham ido para lá (...)

(...) foi perguntado quem era o responsável. Quando me apresentei, eles então me fizeram assinar um documento e fui levado para a Polícia Federal junto com a secretária da gráfica. Lá, eu assinei um documento com tudo que foi apreendido. Eles então quando chegou-se à polícia federal apresentaram um outro documento, infiltrando documento como se tivesse sido encontrado dentro da gráfica. Um documento do PC do B. Eu não assinei o documento porque já tinha assinado outro em que não constava isso. O inquérito foi arquivado depois de algum tempo, não prosperou. O auditor militar não aceitou, mas eu cheguei a ser, em função disso, junto com outros companheiros, enquadrado na Lei de Segurança Nacional”.

Novo inquérito policial militar foi aberto contra os jornalistas, diretores da SDDH e colaboradores do jornal, que também foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Depois de meses de apuração, o inquérito foi arquivado. Mas as perseguições continuaram.

A invasão da Gráfica Suyá foi uma das muitas situações vividas por Paulo Roberto e seus demais colegas jornalistas e companheiros de luta. Convocações para depoimentos e esclarecimentos sobre reportagens publicadas eram comuns, principalmente quando no periódico “Olha o passarinho”, que publicava fotos dos agentes do regime.

“Foi o Olha o Passarinho 1, Olha o Passarinho 2, que eram fotos sobre os canas, os agentes que nos espionavam. Eles nos fotografando e nós os fotografando. Publicamos isso numa série de título que o próprio Luiz Maklounf criou”.

O clima de perseguição era uma constante na vida de Paulo Roberto e de muitos companheiros do “Resistência”.

“Nós vivíamos um tempo de intimidação. Durante muito tempo eu saía da minha casa para trabalhar e todo dia eu via uma pessoa em uma moto, ao meu lado, atrás de mim, e eu julguei por muitos anos que era um vizinho, que morava ali próximo, já era uma pessoa do meu convívio, não sabia o nome. Só vim saber que essa pessoa era um agente, 'cana', quando ele estava no dia da invasão da nossa Gráfica Suyá. Vivíamos um medo permanente, vivíamos muita insegurança em função de ter feito uma opção democrática, de lutar pela democracia.”

João Marques, o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Pará, foi um dos fundadores do Resistência. E, na condição também de advogado, defendia as lideranças comunitárias que lutavam pelo direito de morar na periferia de Belém, recordou Paulo Roberto, enfatizando ainda o trabalho do jornalista Raimundo José Pinto à frente do Sindicato dos Jornalistas do Pará.

Ao final de seu depoimento, Paulo Roberto Ferreira entregou à Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará cópias de documentos existentes no acervo do SNI e Centro de Informações da Aeronáutica, nos quais o seu nome é citado como membro de diversas organizações clandestinas e que revelam as avaliações dos agentes sobre as pessoas que lutavam pela democracia.

MANUEL JOSÉ SENA DUTRA: O golpe militar e a imprensa no interior

Atualmente com 67 anos de idade, tem 40 anos de carreira jornalística. Natural de Santarém, Dutra vivenciou a carreira entre a cidade Natal, Recife e Belém. Trabalhou nos jornais O Liberal, A Província do Pará e Diário de Pernambuco, além de emissoras de rádio como a Rádio Rural de Santarém e foi correspondente do jornal O Estado de São Paulo. Hoje é professor universitário.

A segunda audiência pública promovida por esta Comissão contou com um dos personagens jornalísticos mais reconhecidos no Estado. Manuel Dutra, jornalista, professor da UFPA – Universidade Federal do Pará e UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e Doutor em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, 40 de carreira, trabalhou em rádio e jornais impressos, em Belém e Santarém, no Pará, e estudou jornalismo em Recife, na Universidade Católica de Pernambuco, onde, ainda como membro do Diretório Acadêmico, sentiu o peso do AI-5 no dia em que o muro em frente à Faculdade amanheceu pichado com os nomes dos considerados subversivos, o seu inclusive. Como sabia que a ameaça era para valer, decidiu dar um tempo em Santarém, sua terra natal, onde começou a trabalhar na Rádio Rural, dirigida pelos padres da igreja católica. Era 1969.

Em Santarém, Dutra foi chamado duas vezes ao Comando Militar, mas não foi preso, embora também tenha sido interrogado e sob a justificativa de que às 6h da manhã a rádio transmitia programação obscena. Como era um padre que rezava a Ave Maria, impossível tal conduta. A explicação: o zeloso militar achava que, no trecho “bendito é o fruto do vosso ventre”, “ventre” era um palavrão(!).

Retornou a Recife e trabalhou no Diário de Pernambuco e na Agência Nacional, que era a antiga agência de notícias do governo federal. Voltou novamente em 1972, já diplomado, para Santarém, e retomou suas atividades na Rádio Rural, onde aprendeu na própria pele a ter mais medo dos donos de garimpo do que dos militares. “Eles mandavam matar e ficava por isso mesmo. Lei do terror, do silêncio e da impunidade”, declarou.

Ao descrever sua jornada no Pará, Dutra contextualizou o trabalho na imprensa em Santarém, realizado em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), que estreitou relações com o movimento comunitário e influenciou nas ações militares, posteriores ao golpe.

“(…) tem uma relação com o Movimento de Educação de Base (MEB), que foi uma criação do então bispo Dom Vicente Sales, cardeal do Rio de Janeiro (...), e depois houve um entrelaçamento com aquelas teorias do Paulo Freire, da Educação Popular, etc. O MEB nasceu de um acordo entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo João Goulart para a educação popular de massa no Brasil, e a ferramenta escolhida foi o rádio. O rádio se tornou uma espécie de fetiche. O rádio vai agora alfabetizar as populações rurais do Brasil. E se espalharam rádios que estão por aí até hoje: Rádio Educadora de Bragança, Rádio Educadora de Santarém, de Tefé, de Manaus, Conceição do Araguaia. Criou-se uma rede de emissoras com esse nome”.

Eram emissoras que, além de terem programação musical e noticiário, também transmitiam serviços, como aulas radiofônicas. Dutra começou como repórter e chegou a ser diretor de uma delas. Com o cenário da ditadura militar, rádio comunitárias como as criadas nessa situação seriam efetivamente fechadas, como aconteceu em Recife. No entanto, Dutra diz que aqui não aconteceu perseguição ou fechamento algum. E tem uma hipótese:

“O MEB do Nordeste foi brutalmente golpeado. Houve uma junção com o movimento das ligas camponesas do Julião e o MEB do Nordeste foi dizimado, deixou de existir. As lideranças foram presas e o movimento foi proibido. Na Amazônia o MEB continuou, as rádios continuaram a funcionar, mas ficaram sendo muito observadas. Como tradicionalmente, naquela época, mais do que hoje, os bispos das prelazias e as dioceses da Amazônia eram majoritariamente - ou quase todos - de origem estrangeira: italianos, americanos, alemães, etc. e como estrangeiros eles tinham determinados condicionamentos para se relacionar, havia ameaças de expulsão do Brasil. Então, tenho a hipótese de que houve um acordo tácito entre a Igreja da Amazônia e o governo militar no sentido de preservar o MEB. Foi justamente no momento em que eu vinha entrando no MEB, ainda com vinte e poucos anos, na primeira vez em que eu retornei do Nordeste”.

O hoje professor Manuel Dutra conta que nunca foi preso, mas relata que foi detido para esclarecimentos em Santarém em 1972, quando ao testar uma máquina de impressão, usando o esboço de um jornal, o regime soube que tinha conteúdo “do contra”. Segundo ele, este jornal nunca seria publicado. Mesmo assim, passou um dia inteiro no quartel no 8º BEC.

Eu não fui para as grades, foi uma detenção. Eu estava com o plano de um jornal, este tinha o apoio do Bispo, que tinha conseguido trazer dos Estados Unidos umas impressoras velhas. E nós estávamos consertando aquilo, que na verdade nunca ia imprimir coisa nenhuma, como não imprimiu. Eram máquinas defasadas tecnologicamente. Então, correu a conversa de que um grupo de jovens estava fazendo um jornal, e este jornal seria 'do contra'. Então fui levado pelo tenente do Exército chamado “Nelito”, e um Policial Militar que não recordo o nome.

(...) Eu me lembro de também ficar lá sentado ali, o gabinete era grande. E todas as pessoas que ele atendia, eu estava lá dentro também, e ele fazia menção à minha presença, sempre assim desfazendo - “esse pessoal que não está percebendo que o Brasil está crescendo, fica falando mal do Exército”. Eu não falava mal do Exército, não falava bem, mal também não.

Lembro-me que no fim da tarde fui embora, mas com a recomendação de que eu estava advertido. Então, assim, coercitivamente, essa foi a única vez”.

Apesar de ter sido detido uma única vez, Dutra foi chamado muitas outras para prestar esclarecimentos, principalmente na Polícia Federal, e ouviu várias advertências. Uma delas foi por uma entrevista com Geisel com gravador escondido, cujo conteúdo foi publicado sem autorização.

“Agora, na Polícia Federal, também teve episódios assim muito graves, mas era uma intimidação. Não me lembro de eles terem - só uma vez - terem um objeto específico, era sempre uma ação que não sabíamos bem o que era, que era intimidatória, que era chamar. Lembro-me de cinco vezes em que eu estive na Polícia Federal, isso já mais na época em que eu era diretor da rádio, para falar coisas assim, dizer: “Olha, estamos escutando a rádio de vocês, estão fazendo isso, fazendo aquilo e tal, e invasão”. Invasão teve duas, de eu estar sentado no escritório e de repente chegar um funcionário e dizer: “olha, a Polícia Federal está lá dentro do estúdio”. Era bem em frente do nosso prédio, ficava exatamente em frente, eles só faziam atravessar a rua. (...) Isso aí por 78, 79. Calculo de 79 a 81, por aí.”

Apesar de perseguições externas, Dutra conta que nos bastidores do MEB a liberdade de pensamento e ação eram totais, tudo com apoio do próprio Bispo da região.

“Quanto à orientação interna, havia um nível de liberdade muito grande. Como repórter, como agente do Movimento de Educação de Base, depois como Diretor, nunca nenhum Padre, nem o Bispo chegou para mim e disse: “Olha, eu quero que diga isso, não quero isso”. Nesse sentido, acredito que foi por isso que eu passei tantos anos trabalhando lá, que se tinha uma situação adversa do ponto de vista externo, internamente não, a decisão era nossa. E o Bispo tinha uma confiança muito grande em nós, ele avalizava, ele não era um homem de esquerda, ele era um conservador, mas um homem de grande visão. Então, ele não interferia nesse sentido aí, era uma rádio confessional. É, até hoje, porque ela existe. Mas havia uma liberdade muito grande de expressão. Nesse sentido, acredito que por isso eu demorei tanto tempo lá.”

Perseguições a jornalistas como Emanuel Moura, Benedito Monteiro, Haroldo Sena e a tentativa de homicídio contra Elias Pinto foram realçados por Manoel Dutra, que em seu depoimento comentou os impactos da ditadura militar na sua vida profissional e pessoal.

“Às vezes fico pensando: será que não teria feito melhores trabalhos como jornalista se não fosse aqui? Ou, às vezes, fico pensando: Será que as coisas boas que fiz, dentre tantas coisas medíocres, que a gente faz, não foi também produto do momento histórico de repressão? Porque a gente vivia com medo. Eu tive sorte de trabalhar no “O Liberal” numa época em que a gente tinha uma cobertura. Um apoio do dono do jornal. Eu cito, mesmo, o nome dele, o Romulo Maiorana, o pai. A gente tinha uma certa segurança. Eu não me lembro, a não ser uma, eu sei lá, chego a falar de milhares de reportagens que eu fiz. Eu não sei se alguma vez alguma minha se desencaminhou e sumiu, aquela coisa toda de dentro de redação. Fora isso não.”

MANOEL BULCÃO: prisões e perseguições marcam o jornalismo paraense

Membro da Academia Paraense de Jornalismo, Manoel Bulcão, hoje aos 80, começou a carreira na Folha do Norte, em 1953, onde permaneceu até 1968. Durante a ditadura, integrava a lista de inimigos do regime militar. Quando veio o AI-5, foi proibido até de sair da redação. Considerado subversivo, foi preso seis vezes e respondeu a três processos. Nem sabia por que, mas era só um general presidente da República vir ao Pará, lá ele ia preso. Talvez por medida de segurança, contou. Teve um dia em que, por falta de viatura, precisou

desfilar a pé, preso, na via pública, a caminho do quartel. Na rua, sua mulher testemunhou a cena, evidentemente, muito sofrida. O depoimento de Bulcão foi emocionado e emocionante, de uma história que ainda será contada a partir dos fragmentos que se recolhe. Testemunho ocular de um tempo de trevas em que a liberdade virou sonho e esperança.

O relato de Bulcão teve momentos surreais: “Houve uma época em que eu, Raimundo Jinkings, Rui Barata, Pedro Galvão, entre outros, precisávamos ir todo mês a Fortaleza, para nos defender em um dos processos. E ainda pagávamos dos próprios bolsos.” (!) Ou, ainda, quando rememorou o dia em que, com o quartel – que era onde funciona hoje a Casa das Onze Janelas - cheio de jornalistas presos numa sala, começaram uma seresta que só acabou quando o comandante, incomodado com o barulho, quis saber que esbórnia era aquela e mandou acabar na hora.

Autor de artigos que defendiam a revolução cubana – Bulcão esteve na ilha de Fidel entre 1961 e 1962 e recolheu material que teria virado livro se, em 1971, sua agência de propaganda não tivesse sido invadida -, ele mesmo teve que dar um fim a esses textos, para se livrar da perseguição, que já não aguentava.

Nascido em Parintins, no Amazonas, Bulcão iniciou sua carreira jornalística no Pará no jornal “Estado do Pará”, em seguida migrou para a “Folha do Norte”, onde ficou até 1968 e ainda como colaborador no “Flash”. Todas essas experiências são definidas pelo depoente não somente como jornalísticas, mas também experiências políticas. No mesmo ano do golpe militar, Bulcão já tinha algumas restrições no exercício jornalístico, como por exemplo, não podia fazer coberturas externas, ficando limitado à redação.

“Primeiro, foi uma transformação muito radical, realmente. Porque aí eu tive que sofrer um retrocesso nas minhas atividades jornalísticas, ficando restrito à redação. Sem poder me locomover para fazer reportagem externa, para fazer contato. Mas isso a própria redação, eu quero crer, que não quis me expor. Cada vez que chegava aqui um Presidente da República eu ia pra cadeia. Aí, tinha que manter um certo receio do jornal e me expor”.

A primeira vez que foi preso, Bulcão lembra com detalhes, afirmando que a tortura que sofria era muito mais psicológica que física. Segundo o depoente, entre 1964 e 1971 ele foi preso “por umas cinco ou seis vezes”.

“A primeira vez, eu passei do dia 1º ao dia 13 de abril. Fui preso em abril de 1964. Fiquei na 5ª Companhia, até meados de maio. Sei que nesse tempo fiz até um desfile, aí na Praça, às 11 da manhã. A 5ª Companhia não tinha transporte para me levar ao QG, e eu tive que ir a pé, com a patrulha do Exército de metralhadora nas minhas costas, às 11 horas da manhã.”

(...) “O problema das prisões, o problema de eu ser alvo realmente de um movimento militar que houve, foi dos artigos que eu escrevia no Flash. Esses artigos foram que realmente acabaram me marcando como um perigoso subversivo”.

Sobre possíveis censuras sofridas dentro das redações paraenses, Bulcão acredita que a censura da época se dava tal qual como é hoje, onde prevalece o interesse do “patrão”, que, por sua vez, tem relações com os líderes políticos. A diferença é que considera o período do golpe muito mais grave. Pensamento semelhante expressado por Lúcio Flavio Pinto em seu depoimento.

“Eu não tenho divergência quanto à opinião do Lúcio, apenas é preciso fazer sentir que assim como hoje em grau muito mais grave, antigamente, nos tempos, nesse 64 também, o problema do jornal é interesse do patrão. Então eles sempre estiveram ligados ao governo e o golpe não era nada mais nada menos do que o governo que assumiu. Eles (os patrões) também aderiram por conveniência”.

Mesmo relatando que a censura vinha muito mais do dono do jornal, Bulcão afirma a existência da autocensura, dizendo que “isso é normal em qualquer local de trabalho. Há essa troca de opiniões e muitas vezes influencia realmente” no comportamento dos jornalistas.

Nas situações em que foi preso, Bulcão cita alguns nomes de jornalistas que também foram levados pelo Exército ou Polícia Militar. “Na primeira vez que fui preso, me levaram pra uma sala, uma visão boa da Baía e dentro dessa sala tinha uma porta aonde se encontrava preso o Jinkings, Raimundo Jinkings, ele estava na cela realmente. Era abril de 64, foi logo depois que ocorreu o golpe”.

Processado por subversão, Bulcão, durante um período, era obrigado a fazer visitas periódicas à Fortaleza, no Ceará.

Esse processo me obrigou em certa época a todo mês ir para Fortaleza, porque o processo foi desafortado daqui em função do impedimento do promotor e nós éramos obrigados a todo mês ir para Fortaleza em função das audiências. Nisso ia eu, Bené Monteiro, o Jinkings, Ruy Barata, fazíamos uma reunião todo mês em Fortaleza e por nossa conta, diga-se de passagem.”

A acusação era “subversão. E o pior era que nesse processo, inclusive, tenho cópia da sentença que absolveu todos os indicados nesse processo.”. Documento este que dispôs para a Comissão da Verdade no Pará e consta em anexo.

Com os olhos marejados pela emoção das lembranças, Bulcão encerrou seu depoimento afirmando que se questiona se valeu a pena tanto sofrimento, porque vê muita gente que, na época da ditadura militar, pareceu ter feito um investimento futuro, tão bem essas pessoas estão hoje. Momento forte que repercutiu fundo nos presentes.

CARLOS BOUÇÃO: Um relato de quem nasceu no berço militar

Nascido em Curitiba, Carlos Bouçã chegou no Pará aos dez anos quando o pai, militar, foi transferido para Belém. Iniciou a militância no jornalismo em 1977, na universidade, ao divulgar atividades acadêmicas. O seu engajamento político, associado à profissão de jornalista, ganhou densidade a partir de 1988, quando começou a fazer assessoria para movimentos sociais, estreitando sua relação com a militância política, até chegar à coordenação do núcleo de comunicação do jornal Resistência, da Sociedade em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).

“O jornal Resistência era um jornal alternativo, não ligado a partido político ou concepção política, mas uma entidade em defesa dos direitos humanos que representava na época, em 1979, os vários movimentos políticos. Eram os partidos clandestinos que não tinham expressão oficial de Arena e MDB; eram as representações sociais do movimento popular; movimento de bairros; movimentos políticos em defesa dos direitos humanos. Ou seja, era uma grande frente política dos que não tinham participação política oficial.

Eles viam na SDDH uma ampla frente de participação ou de presença política no que era permitido naquela conjuntura”.

Os jornalistas Luiz Maklouf Carvalho e João Vital faziam parte da equipe do jornal Resistência juntamente com Boução e o fotógrafo Miguel Chikaoka. O episódio da invasão da gráfica Suyá, já retratado neste relatório, ganha mais detalhes na voz de Boução, que também presenciou tudo. Segundo ele o delegado Moisés de Souza foi responsável pela ação e registros, e foram violentamente espancados.

“O evento aconteceu todo dentro do espaço da Suyá onde era impresso o jornal Resistência. (...) Foram seis pessoas algemadas, eu e o Maklouf, o Daniel Veiga que era o diretor da gráfica com outro jornalista, o João Vital, e os dois gráficos, o Alberdan Batista e mais outro que agora não recordo o nome, e mais outras pessoas acabaram sofrendo a pressão psicológica porque estavam no ambiente. Lá reuniam jornalistas, gráficos, clientes em geral da gráfica. Foi uma situação em que apanhamos muito, fomos literalmente espancados. Ao final do processo eles nos expuseram do ponto de vista de que o que estávamos fazendo era uma bagunça generalizada porque na época ia ser rezado o Círio aonde ia haver manifestação contra a prisão dos padres Aristides e Padre Francisco e mais três posseiros. Havia um movimento de libertação desses presos e a gráfica estaria produzindo material para divulgação. O que poderia ser feito, porque não era uma gráfica pública, poderia ser contratada para fazer um trabalho legal de divulgação de qualquer material. Quer dizer, essa foi a motivação e alegação que os policiais, e esse delegado em particular, fizeram aos quatro ventos para todos que estavam presentes, tentando desqualificar as pessoas, em tese, presas e algemadas, batidas, forçadas a sentir como bandidos ou como pessoas estranhas no momento político do País.

O papel político e social do jornal Resistência foi muito importante para que os movimentos sociais tivessem voz, em meio ao cenário obscuro da ditadura militar. O conteúdo eram denúncias, vindas de qualquer cidadão, vinculado ou não a movimentos sociais.

“As informações que divulgávamos no jornal eram, na época, geradas no movimento social, ou pelos sindicalistas ou pelas lideranças comunitárias, pelas lideranças organizadas da sociedade civil, que chegavam até nós e essas denúncias ou matérias e informações eram divulgadas, já porque boa parte delas regularmente não eram publicadas na grande imprensa, ou pelo menos tinham limitações em ser publicadas com maior número de informações, enfim.

Esse era o papel que o Resistência detinha na época, 80, 83, 84, era um momento de ampliação do espaço democrático, quer dizer, a grande imprensa já informava sobre situações de luta política, mas era muito limitado, aí vinha um cerceamento da divulgação dessas informações, de uma forma mais efetiva.

E o Resistência tentava ou procurava ocupar esse espaço que a grande imprensa não divulgava, essa era a nossa perspectiva de trabalho, era o nosso, vamos dizer assim, campo de como nos impor do ponto de vista de mercado ou da situação de divulgação, servir de eco ou servir de reprodutor das informações que a sociedade que estava se organizando para divulgar, para mostrar o que estava acontecendo”.

O fotógrafo Miguel Chikaoka, na época, “foi o primeiro jornalista a fazer fotografia engajada na luta política, as primeiras fotos sobre movimento social, de denúncia sobre violação de direitos humanos, queimadas e outras coisas mais”. Sobre os impactos na vida dele, Boução fala que independente do caminho tomado, o aprendizado é o mais importante. E que a luta na época contribuiu para o jornalismo de hoje.

“Acho que para minha vida, muito. Não podemos desconhecer nada do que fazemos, mesmo que avaliemos hoje que tenhamos errado em algumas situações, mas temos experiência que conquistamos e participamos. Mas acho que a nossa luta, que foi travada naquele período, contribuiu e muito para o fortalecimento das instituições que hoje temos. Claro que tem muito a ser ainda fortalecido, a ser modificado, mas acredito que valeu a luta que vários companheiros, várias pessoas participaram. O que temos de democracia foi fruto de uma luta política que todos realizamos, em vários momentos, de várias maneiras, de várias formas”.

Um ponto em comum em todos os depoimentos é que a imprensa paraense encontrou seu meio de lidar com o poder da ditadura militar no Estado, onde a única ação midiática que fazia frente à repressão do regime foi o jornal Resistência. Não houve resistência dentro das redações. Algumas pessoas importantes para a história do jornalismo nesse período não aceitaram depor para a Comissão, como, por exemplo, os jornalistas Luiz Maklouf Carvalho e Ana Diniz. Recusaram por não desejarem reviver todo o drama pelo qual passaram. Joaquim Antunes, que foi assessor do então Coronel Jarbas Passarinho, governador do Pará, ministro da Educação e da Previdência Social e subscritor do AI-5, testemunha ocular de momentos históricos importantes, alegou problemas de saúde. Outros jornalistas convidados, como Pedro Galvão e Regina Alves, estavam viajando no período de coleta de depoimentos.

Renato Tapajós, Raimundo Jinkings, Luiz Maklouf Carvalho, Ruy Barata, Benedicto Monteiro, João Marques, Raimundo José Pinto, Manoel Bulcão, Pedro Estevam da Rocha Pomar (que usava o codinome Marcos Soares), Ana Diniz, Lúcio Flávio Pinto, Paulo Roberto Ferreira, João Vital, Nélcio Palheta, Sérgio Palmquist, Agenor Garcia, Rosaly Brito, Miguel Chikaoka, Sérgio Bastos e Carlos Boução, entre outros jornalistas que atuavam tanto na chamada grande imprensa quanto em jornais alternativos como o “Resistência” editado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, foram mencionados durante os depoimentos nas audiências públicas da Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará, realizadas no auditório João Batista da Assembleia Legislativa.

Ao final das atividades, a Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Pará, recomenda que o trabalho seja permanente. Que a Comissão continue a missão ou que na estrutura do Sindicato dos Jornalistas no Pará seja criado um grupo de pesquisa com o propósito de reunir não só registros de depoimentos do período da ditadura militar, mas também de outros momentos e vertentes importantes para a memória do Jornalismo no Pará. A mobilização social acerca da história do jornalismo deve ter ações integradas também com a academia, estimulando a produção dos estudantes de comunicação social no tema.

REGIONAL NORDESTE I E II

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DE ALAGOAS

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas (Sindjornal), atendendo à solicitação da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), instituiu a Comissão da Verdade dos Jornalistas Alagoanos. Composta por Valdice Gomes (presidente), Edberto Ticianeli (coordenador), Olga Miranda, Graça Carvalho, Anivaldo Miranda e Adelmo dos Santos, a Comissão foi instalada no dia 27 de março, às 19 horas, no auditório do Museu da Imagem e do Som (Misa), em Jaraguá, com a presença do jornalista alagoano Audálio Dantas, presidente da Comissão da Verdade da Fenaj.

A partir de reuniões para definir a metodologia do trabalho, ficou definida a realização de entrevistas exclusivamente com os jornalistas que vivenciaram o período da ditadura militar ou pessoas que pudessem fornecer alguma informação que pudesse auxiliar a retratar os acontecimentos da época com o máximo de fidelidade. Decidiu-se ainda pela realização de um trabalho de pesquisa no Arquivo Público onde se encontra atualmente os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS (criado com o objetivo de efetuar o controle dos cidadãos brasileiros ou estrangeiros), e de investigação acerca das matérias dos impressos locais naquele período, pesquisa esta realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

A maioria das entrevistas foi realizada na sede do sindicato com a presença de pelo menos três membros da comissão e em pouquíssimos casos a Comissão se deslocou para realizar o trabalho fora da sede da entidade. As entrevistas foram todas gravadas e os materiais encontrados nos arquivos públicos foram digitalizadas. Houve grande dificuldade para recuperação dos acontecimentos, tanto por causa do envolvimento emocional dos depoentes, como também, em razão do tempo, da memória e da saúde de alguns. Todo esforço foi empreendido para captação do máximo de informações, com o intuito de contribuir para revelar a situação dos jornais e jornalistas no período ditatorial militar em Alagoas. O trabalho da Comissão da Verdade dos Jornalistas de Alagoas deve a duração de oito meses.

A repressão em Alagoas

A ação repressiva da Ditadura Militar contra jornalistas e órgãos de comunicação em Alagoas pode ser dividida em duas fases. A primeira, abrangendo o dia do golpe militar e as ações subsequentes, quando jornalistas foram presos e o jornal a Voz do Povo foi empastelado, além do surgimento da Censura. Nessa fase, a ação mais violenta da ditadura em Alagoas foi dirigida contra o semanário A Voz do Povo, jornal ligado ao Partido Comunista Brasileiro. Quase todos os jornalistas presos tinham alguma relação com este jornal. A exceção é o jornalista Etienne Pires de Melo, que presidia o sindicato da categoria em Alagoas, e, no momento do golpe, dirigia uma greve histórica.

Os jornalistas presos nesse período foram: Etienne Pires de Melo, José Cabral Irmão (Zito), Teófilo Alves Lins e Jayme Miranda. A maioria deles liberada ainda em 1964, com exceção de Jayme Miranda, solto no início de 1965, sem que se tenha nenhuma informação sobre tortura física. Sobre Etienne Pires de Melo, surgiram algumas dúvidas sobre a origem da doença que o vitimou pouco tempo após ser liberado. Havia a suspeita de que teria contraído tal doença ainda no presídio, mas não se teve acesso a nenhuma prova de que isso realmente aconteceu.

Na segunda fase, a partir de 1974, destacam-se os embates entre a censura, por um lado, e o surgimento de uma nova geração de jornalistas motivados por ideais libertários, concomitantemente com o aparecimento de jornais — ou mesmo espaços em jornais tradicionais — que abrigavam essas correntes. Nessa fase da repressão aos jornalistas e jornais em Alagoas, o destaque fica para a ação da censura. Os depoimentos não deixam dúvidas quanto à atuação dos censores nas redações. O episódio da proibição do Jornal Universitário, que era uma das páginas do Jornal de Alagoas, e a apreensão de uma edição da Tribuna de Alagoas podem ser considerados as atitudes mais arbitrárias da repressão, quando a análise tem como foco a imprensa local. As tentativas de incêndio contra a Banca Nacional, também têm um significado importante, pois ameaçavam a circulação dos jornais, principalmente os semanários que mais contestavam o Regime Militar.

O material colhido autoriza a concluir que também existiu a autocensura, que condicionava os profissionais de comunicação a somente produzir o que seria publicado. Constatou-se, também, a censura dos proprietários dos jornais, que, com raríssimas exceções, apoiaram o golpe militar e se alinharam à ditadura. Destaque-se o episódio da demissão de um jornalista da TV Gazeta, que estava encarregado de fazer as chamadas para cobertura da visita do então presidente Geisel a Alagoas.

DEPOIMENTOS

MENDES DE BARROS

Advogado. Trabalhou como colunista do Jornal de Alagoas, de propriedade de Assis Chateaubriand, antes do Golpe Militar. Posteriormente, já no final dos anos de 1970, foi o editorialista da Tribuna de Alagoas. Foi advogado de presos políticos. Defendeu Ronaldo Lessa, Rubens Colaço e os jornalistas Zito Cabral e Teófilo Lins, este, no início do processo.

“Houve um momento (início da ditadura) em que eu era o único advogado que defendia preso político em Alagoas. Só quem fazia isso era eu, até o Zé Costa retornar a Alagoas com o Moura Rocha. Estudei Direito por convicção e na melhor faculdade de Direito deste país. Tive os melhores professores da época e formação não só profissional, mas também moral. Gente que amava a liberdade e que ensinava o advogado a pugnar pela liberdade. Fui aluno de Luís Pinto Ferreira e Lourival Faustino Vilanova, gente da melhor qualidade intelectual. Dessa forma, quando saí advogado, logo depois, veio a famigerada Ditadura. Nessa época, cheguei a defender Ronaldo Lessa, Rubens Colaço e Zito Cabral, que era jornalista. O Zito foi denunciado, juntamente com Teófilo Lins, também jornalista. Este, no final do processo, quando a auditoria militar já tinha mudado para a beira do cais em Recife, já tinha como patrono o Zé Costa. As acusações que pesavam contra os dois jornalistas não tinham razão de ser. Eram apenas comentários que se faziam contra o que os militares chamavam de princípios da revolução, que não houve coisa nenhuma. Houve um golpe e, infelizmente, é preciso reconhecer, não houve reação civil à altura. Enfim, todos os acusados eram meus clientes, a exceção de um padre do interior, que tinha como patrono o professor de Direito Barreto, meu professor de Direito Penal, na Faculdade de Direito.

(...) O clima nas redações era de terror porque os jornalistas todos viviam da profissão e viviam ameaçados, não sabiam o que publicar, porque poderiam agradar ou não o censor. Até mesmo um

comentário antigo a respeito de alguém que era amigo do censor, eles aproveitavam pelo menos para prender. Eles convidavam você para ir, se você não aceitasse, iria preso.

“Antes mesmo da Ditadura, fui chamado pelo Alberto Jambo para ser colunista do Jornal de Alagoas, de propriedade de Assis Chateaubriand. Quando se deu, efetivamente, o Golpe, eu não estava em jornal. Eu era assessor técnico do ministro Osvaldo Lima Filho, da Agricultura. Eu estava no Rio de Janeiro executando o final da transferência do ministério para Brasília, pois, quando expirou meu mandato, ficou difícil minha permanência em Alagoas. Foi quando o deputado Eráclito Rego, de Pernambuco, meu amigo, me indicou para o Ministério e como eu tinha experiência política fiquei em destaque ali, dado às pessoas que me conheciam. Quando ocorreu o Golpe, quem passou o Ministério para o Exército fui eu. Depois que eu entreguei o Ministério para um coronel, eu saí dali e estava sendo aguardado para ser preso. Só que quebrou o elevador e eu desci pelas escadas, escapando da prisão, sem saber. Quando fui chegando em casa é que vi o Exército à minha espera. E estava ali também a polícia do Carlos Lacerda (para quem certa vez fiz um versinho: para Lacerda só tem uma rima....).

(...) Depois fui processado como presidente do Sindicato da Morte, contrabando de uísque e uso de documento falso. Os métodos eram absurdos. Na época, quando eu fui intimado, eu era presidente do MDB e candidato a Senador e, mesmo assim, a ditadura não sabia meu endereço. Fui intimado por meio de edital publicado na Gazeta de Alagoas.

“Em 1978/79, ainda em meio à Ditadura, embora sendo anti-golpista, fui convidado pelo então governador de Alagoas, Guilherme Palmeira, nomeado pelo governo golpista, para ser Consultor Geral do Estado, e indiquei o nome do jornalista Noaldo Dantas para uma secretaria. Ele nem chegou a assumir porque, na primeira oportunidade, fez um artigo arrasando com a Ditadura. E, nessas condições, eu que o convidei, terminei pedindo que ele recusasse porque iria criar problemas sobretudo para ele mesmo. Ele, com naturalidade que aceitou o cargo, recusou”.

(...) O jornal Tribuna de Alagoas, fundado por Noaldo Dantas, em plena Ditadura, rodava na gráfica oficial do Estado. Noaldo tinha amizade com um auxiliar do governador que estava na Consultoria Geral do Estado. E essa pessoa, eu mesmo, tinha a consciência de que nenhuma sociedade vai adiante sem imprensa livre, que é a única condição de sobrevivência com dignidade. Então, os secretários quando reclamavam, eu assumia a responsabilidade. Eu dizia que não serviria a um governo que não respeitasse a imprensa. O cidadão comum, recebendo uma crítica pode ou não responder. Agora, o cidadão que recebe do povo, um agente público, seja ele serviçal ou ministro do Supremo Tribunal Federal, tem obrigação de responder, de dar satisfação ao povo. Por menor ou maior que seja a ofensa tem que responder. Por isso, comigo, se falar bem cedo, meio dia tem à tona. Foi assim que aconteceu, teve gente que mexeu comigo e saiu como ladrão da presidência e eu me aposentei como marajá. Não tenho sigilo bancário, fiscal ou de qualquer natureza. Se eu não puder justificar o que faço, não quero passar dos 80.

“Eu dei guarida a algumas pessoas na época do empastelamento da Voz do Povo. Fiz o que pude. No entanto, apesar de ter muita amizade com a família Miranda, acompanhei à distância, não atuei profissionalmente, porque eu era muito visado. A única coisa que posso dizer é que os jornalistas só eram presos quando eu não estava perto, mas isso faz tanto tempo que eu não me lembro dos detalhes, nem de outros nomes. Eu só acrescento que não tinha medo da morte nem da tortura, mas tinha medo de ser exilado”.

Quando aconteceu o Golpe Militar fazia parte da Diretoria Executiva da antiga União dos Estudantes de Alagoas (Uesa) e, ao mesmo tempo, era repórter da Gazeta de Alagoas. Nunca teve vínculo com partido político.

“Quando o golpe estourou, eu estava em dois campos essenciais para absorver a repercussão e consequências do golpe. Estava na Diretoria Executiva da antiga União dos Estudantes de Alagoas (Uesa), presidida por Etevaldo Balbino e tendo como vice o Newton Silva. A maioria dos dirigentes fugiu, para não ir para Fernando de Noronha, ameaça da época. Então, acabei assumindo a presidência da entidade, por alguns dias, porque a Gazeta saiu com uma manchete dizendo que a Uesa estava acéfala. Ao mesmo tempo, eu era repórter da área policial, principalmente assuntos relacionados à Polícia Federal. De repente, eu passei a ser repórter na área de economia, quando surgiu a Sunab. Nessa época, eu tinha 20 anos. Nunca tive vínculo com partido político. Minha família era ultraconservadora. Meus avós eram senhores de Engenho, udenistas. No entanto, eu lia muito e militava no movimento estudantil”.

(...) A partir do golpe, já passou a existir uma autocensura por parte da redação. Por exemplo, foi proibido divulgar a palestra que D. Hélder Câmara faria, promovida pelo D.A. de Odontologia; não se podia falar em presidentes de sindicato. Além disso, com o golpe, a gente passou a receber, quase diariamente, bilhetinhos pelas mãos de dirigentes da empresa ou direto para a Redação. Era uma censura ostensiva. Eu pegava os bilhetes e ia guardando, pensando que algum dia eu poderia fazer um trabalho sobre isso. De 64 a 76 eu guardei os bilhetes na gaveta do birô da Redação. No entanto, passei por uma cirurgia e fiquei quatro anos afastado da Gazeta. Quando retornei, não tinha mais nem o birô. Perdi os bilhetes e uma série de coisas que guardava. No entanto, lembro do conteúdo deles. Diziam basicamente o seguintes: “não divulgar opinião nem crítica ao governo; não divulgar prisão de fulano ou sicrano etc”. Eu era um repórter bem visado. Eu, Teófilo Lins, Tobias Granja e Zito Cabral. Raro era o dia em que a gente não era chamado para dar um depoimento lá no Exército ou na Polícia Federal (no Mirante São Gonçalo). Como eu tinha mais intimidade com a Polícia Federal, pelo fato de ser repórter de Polícia, conversava com os caras com mais tranquilidade. Meio dia, eu bebia com meus censores no Bar Sol Nascente. À tarde, eu recebia os censores na Redação. Um dia vinha o Porto, outro dia vinha o Paes. Eles não queriam saber de nada, só censurar, dizer o que não podíamos falar. O que saía era louvação, anúncio e convites das autoridades de jantares oferecidos pelas forças democráticas, pelas senhoras do movimento democrático.

“Em 1968, cheguei a ser detido de 18 a 20 vezes, como pichador de muro, sem nunca ter pichado. A polícia é que colocava lata de tinta para me incriminar. Para se ter uma ideia, uma noite eu fui preso, sem motivo, quando saí com Radjalma Cavalcante e Ricardo Neto para mostrar Maceió a um colega jornalista de Recife. Então, a gente entrava numa boate, saía para outra e depois resolvemos jantar no Bar Gaivota, ponto de encontro da época. Depois, fomos pegar o carro para ir embora, um Jeep, e ele não pegou. Então, pedimos ajuda a um grupo de homens que estava próximo ao veículo e eles nos surpreenderam dizendo que eram da polícia e nos dando voz de prisão. Disseram que estavam nos observando a noite toda e que estávamos em atitude suspeita. Fomos acusados de pichar o muro do senador Arnon de Mello, embora não tivéssemos com nenhum objeto suspeito, mas os policiais plantaram latas de tinta e afirmaram que eram nossas. Aí a gente foi para a DOPS. No outro dia, a Gazeta publicou uma charge do Nunes sobre o episódio”.

(...) A perseguição a mim tinha razão de ser, porque, antes de vir para Maceió, eu era atuante na Uesa e já tinha um histórico porque, em Atalaia, eu havia promovido uma greve no município (a única, até hoje). Fechei o cinema da cidade, por conta do barulho que atrapalhava as aulas. Fundei os grêmios estudantis. Também fui fundador e incentivador do Sindicato dos Trabalhadores de Atalaia. Eu não era filiado a partido, mas militava como cidadão. Outra coisa, eu já gostava de escrever e tinha uma coluna no Jornal de Alagoas, aos domingos, denominada “Retratos de uma Comuna”, no sentido de município. Com o golpe, a polícia invadiu minha casa, espancou minha mãe e minha irmã. Pegaram o baú que eu tinha com mais de mil unidades de folhetos de cordel e até hoje não sei dele. A questão é que foi um delegado que puxou tudo isso. Ele deu em cima de uma namorada minha. Eu, então, cantei a namorada dele. Aí, ele, para se vingar, disse que eu era comunista. Ele pegou uma edição do Jornal de Alagoas e levou para a Secretaria de Segurança dizendo que eu estava fazendo apologia ao comunismo, por causa do título da coluna. Quando a polícia chegou na minha casa, encontrou uma revista que era publicada pelo Ibase, com o tema Reforma Agrária na capa, com um canavial ao fundo. O delegado aí disse 'esse cara é comunista mesmo'. Deixa que essa revista era uma publicação bancada pela Aliança para o Progresso dos Estados Unidos, de interesse do próprio governo. E, no próprio expediente da revista havia os nomes do secretário de Segurança, João Mendes de Mendonça e do governador da época, Luís Cavalcante. Só que a polícia nem se ligou nisso e aproveitou tudo para me colocar em cana. Terminei o dia dando depoimento na Secretaria de Segurança sobre o comício contra a fome e a miséria, realizado no mês de agosto, na Praça do Pirulito. Quem pegou meu depoimento queria forçar que eu dissesse que tava no comício e que vi Nilson Miranda, Jaime Miranda, Zito Cabral e outros companheiros de sindicatos, da CGT, dos Estivadores. No entanto, eu tive a oportunidade de ler o inquérito antes de depor, porque o coronel Serafim Dutra se atrasou e o funcionário do gabinete do secretário trouxe e deixou no birô. Aproveitei que ele saiu da sala e li tudo. Então, tudo que perguntavam (se Teófilo Lins, Zito Cabral era comunista etc) eu dizia não. Por fim, eu não chamo esse golpe de Golpe Militar, mas de Golpe Civil-Militar porque houve participação de vários setores da sociedade: imprensa, mulheres e da igreja. Havia alguma reação da juventude contra o poder.

“Todo domingo eu comprava a Voz do Povo. Foi o primeiro jornal que li, ainda adolescente, lá em Fernão Velho. Gostava da abordagem independente. Naquela época, o jornaleiro gritava as manchetes e as da Voz do Povo me chamavam a atenção. Agora, eu lia escondido. Minha mãe e outras três tias eram operárias da fábrica, mas vieram de família de senhoras de Engenho. Portanto, havia indicação de que não era para ler esse jornal, porque os patrões da fábrica apoiavam as classes conservadoras. Quando o jornal foi empastelado, não lembro de ter visto nada publicado a respeito na Gazeta. No episódio do empastelamento, foram presos Zito Cabral, Teófilo Lins. Teófilo e Nilson Miranda fizeram críticas ao governo num congresso dos Radialistas e foram os primeiros a serem presos”.

(...) A resistência ao golpe por parte da grande imprensa em Alagoas foi zero. Havia algumas tentativas isoladas de jornalistas, mas não conseguiam publicar nada contrário. A única coisa boa na Redação da Gazeta era que a direção não perseguia jornalistas por convicção política, não importava se eram de partido “A” ou “B”. Um fato vale ser ressaltado: até o início do século 20, surgiram e desapareceram, em Alagoas, mais de 200 jornais. Todos com alguma vinculação partidária. Só lembrando, desde o Império, 27 famílias dominam o estado. Só houve mudança de eixo. Só muda de pai para filho.

“Concomitantemente à instalação do golpe militar, tivemos em Alagoas uma histórica greve dos jornalistas, quando o sindicato era dirigido pelo companheiro Etienne Pires de Melo, que morreu em

consequência das mazelas sofridas na prisão. Essa greve durou três dias. O argumento seria por melhoria salarial. Com a interferência do governo do estado, chegou-se a uma negociação. Era uma greve conjunta de jornalistas e gráficos, porque sem apoio dos gráficos era impossível fazer greve nas redações. O sindicato terminou conseguindo um aumento de 70% sobre os salários, dividido em duas parcelas: a primeira, de 40%, foi paga em abril de 1964, e a segunda foi paga a partir de outubro do mesmo ano. Nesse período, o sindicato sofreu intervenção. O interventor foi o companheiro José Correia Lima, jornalista da velha guarda. Ele fez uma administração tão democrática, que, apesar de ter sido indicado pelos militares e pela Delegacia do Trabalho, em seguida foi eleito de forma direta para presidir a categoria”.

JURANDIR BÓIA

“Vim originariamente de política estudantil no Colégio Estadual, onde hoje funciona hoje a Secretaria de Educação. Naquela época nossa juventude era muito ligada. Numa noite, entre 1959 e 1960, em que Leonel Brizola falava no Teatro Deodoro, me impressionou muito um líder operário. Não imaginava existir um operário que falasse naquele nível. Era o Rubens Colaço, que falava muito bem e era um agitador, no bom sentido. Ele falava na política e Novo e no Velho Testamento: ele sabia tudo. Foi a partir dessa noite que passei a ter contato com ele e, posteriormente, na Voz do Povo. Aprendi muito também com o Jayme Miranda e com o pai do Ticianeli (Gilberto Soares Pinto), que era um militante ativo e frequentava muito a Voz do Povo. Era uma época de efervescência boa porque estávamos no governo Jango, havia liberdade democrática e todos podiam manifestar seu posicionamento. Tinham as Ligas Camponesas do Francisco Julião, em Pernambuco, e a revolução na administração pública de Miguel Arraes – todos à distância torciam por ele que fazia um governo progressista para aquela época. A gente lia muito a Voz do Povo e outros jornais nacionais e ia se politizando. Isso fez com que, ao entrar na faculdade, a gente já tinha certa vivência. Logo no primeiro ano, quando entrei na faculdade de Medicina (março de 1963), participei do Congresso da Une em Santo André (julho) e fui eleito tesoureiro da Une (José Serra, presidente). No entanto, não chegamos a terminar a gestão por conta do golpe, que acabou levando a Une à ilegalidade”.

(...) Quando o golpe estourou, houve uma reunião no escritório do Oscar Niemayer para ver para onde iam as pessoas. José Serra, como era o presidente da Une, asilou-se na Bolívia, como trampolim para ir ao Chile e, de lá, foi para os Estados Unidos, só retornando depois da redemocratização. A gente, que ficou, estava atordoado, feito barata tonta, até porque morávamos nos fundos da UNE, cujo prédio foi incendiado na véspera do golpe pelos lacerdistas. Então, eu fui parar num apartamento na Barata Ribeiro, em Copacabana, e cheguei a ser preso, por uma infeliz coincidência. Um belo dia toca a campainha e era a polícia atrás do antigo morador, que era da direção do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da faculdade de Direito, bastante conhecido pela combatividade e resistência desde a época do Estado Novo. Eu, inexperiente, com apenas 19 anos, fui levado pela polícia e passei 66 dias preso no DOPS (no mesmo local onde Graciliano Ramos ficou preso durante o Estado Novo), equivocadamente, sendo metade desse tempo incomunicável. Eles não sabiam que haviam prendido alguém da UNE. Um dia eles perguntaram se eu era da UNE e eu disse que sim. Eles, então me perguntaram por que eu nunca disse nada e eu retruquei dizendo que não falei por não terem me perguntado. Agora, eles perguntavam se eu era da UNE mais para saber “onde estava o ouro de Moscou” (pergunta que mais tarde também me foi feita no quartel, em Maceió). Talvez porque eu tenha sido tesoureiro da Une (risos...). Eu sempre respondia, “se chegou, não recebemos”.

Ainda preso, no Rio de Janeiro, quando quebraram a minha incomunicabilidade, apareceu uma moça, irmã do Glauber Rocha para me dar um casaco, um biscoito e um chocolate. (Ela era atriz e, mais tarde, morreu devido a um acidente num elevador). Depois disso, quando se completaram 66 dias, disseram que eu estava livre. Até me assustei e pensei que estavam me seguindo. Fiquei mais um tempo no Rio de Janeiro, em casa de familiares, e só voltei em 1965 à Ufal. Naquela época, todo mês eu tinha que responder ao IPM no quartel do exército.

“Eu era fã do Jayme Miranda, que era um exemplo e referência para todos nós. Mas, quando voltei do Rio de Janeiro, eu tinha que estudar mais e me dediquei mais aos estudos. Foi uma época em que meu irmão (Jailson Bóia), que vinha da luta da Engenharia, foi eleito presidente do DCE, e eu fiquei mais por fora, dando algumas opiniões e orientações. Na época eu tinha 20 anos, mas já tinha alguma experiência de vida. Eu não era atirado, de primeira linha, porque eu tinha que estudar para passar na faculdade. Teve companheiros que seguiram para a luta armada, mas a gente não tinha essa compreensão, porque o próprio partido não apregoava isso, e eu também não concordava com isso: achava uma luta desigual. A linha do Partidão não era de orientar para a luta armada, mas de ocupar os espaços, dentro de uma época de Ditadura, mas procurando uma forma de influenciar e gerar pensamentos contrários àquilo que atrasava a nação brasileira no aspecto da democracia. Além disso, era difícil fazer política na Faculdade de Medicina, que nunca teve bons olhos para quem fazia política de esquerda, éramos tratados como leprosos. Enquanto a Faculdade de Engenharia era avançada politicamente e a resistência democrática era toda iniciada por lá. Mas, mesmo assim, na Medicina tinha o exemplo do Luis Nogueira e do Gerson Ferreira, que deixaram sementes plantadas”.

(...) Em Alagoas, antes de 64, havia jornalistas como Etienne de Mello, que muito contribuíram em defesa da liberdade de expressão. Além da Voz do Povo, havia o Diário de Alagoas, ligado à família Muniz Falcão, e o próprio Jornal de Alagoas davam cobertura às palestras que o movimento estudantil promovia. No entanto, nos momentos mais críticos de repressão, pós-golpe, eu estava no Rio de Janeiro, onde testemunhei o incêndio da UNE. Não estava aqui e, quando voltei, minhas referências, Jayme Miranda e outros, haviam fugido ou estavam presos. Lembro que meus pais entraram em depressão por conta da minha prisão e do meu irmão Jailson Bóia. Lembro o gesto solidário do advogado Heleno Fragoso (já falecido), que atuou no julgamento do meu irmão, em Recife, mesmo sem qualquer remuneração.

LUIZ NOGUEIRA

“Eu conheci pouco Etienne. Lembro que ele chegou na prisão, em 1964, muito ciente da autoridade que tinha (era presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas). Sequer quis tirar a gravata e o paletó. Deu muito trabalho para dizer a ele que estava preso e fazê-lo entender aquilo. Depois disso, eu não tive mais contato com ele. Passados os anos, ele sofria muito de enxaqueca e teve um problema cerebral que foi confundido com enxaqueca e aí ele morreu. Então, foi uma passagem rápida o nosso relacionamento. Não tenho quase mais nada a dizer”

(...) Minha permanência em Maceió, depois de 64, foi muito pequena. Formei-me em 63 e fui para o interior trabalhar. Quando retornei, em março, havia uma grande concentração no Sindicato do Petróleo (Rua 2 de Dezembro, 110, Centro, Maceió). Roland Benamor assumia aquilo (posse do Sindicato dos Bancários).

Há até uma fotografia minha ao lado do Jaime (Miranda), mas ali eu já não participava de nada. Eu lembro que o Arraes (Miguel Arraes) viria a Maceió e o Jayme Miranda desaconselhou aquela concentração porque já havia uma outra concentração marcada para a Praça Sinimbu. Como não sabia do que se travava a concentração da Sinimbu, Jayme, então optou por recomendar que Arraes não viesse porque não sabia o que era aquilo. E aí, no outro dia, eu soube que o Jayme havia sido preso, na Praça Sinimbu, na garupa da moto do Walter Pedrosa, se eu não me engano. Então, o Jayme apareceu lá (na prisão) e foi a sensação. Chegou lá primeiro que eu. Além dele, encontrei na prisão o Antônio Moreira, Etienne de Melo, Moura Rocha, Roland Benamor, José Alípio e vários outros. Eu fui preso pela manhã, quando retornava para Junqueiro. Um pouco mais de um mês depois me soltaram. Fiquei preso no Estado Maior, onde ficava o pessoal de curso universitário. Lembro que o José Alípio e o Roland Benamor ficaram numa cela comum, então eles foram buscar o Roland Benamor e ele disse — Eu não vou, mas leve esse velhinho aí —, se referindo ao José Alípio. Foi a única exceção dos que foram para o Estado Maior, mais pela velhice e por conta de um pedido do Roland Benamor.

Eu fui preso entre um e três de abril. E por que fui preso? Quando houve a sessão de instalação solene da Ufal, veio um representante do ministro da Educação, Luiz Cavalcante, e eu fiz o discurso em nome dos alunos. Discurso que está publicado no jornal “O Clínico”. Depois que fui solto é que vim saber que estava sendo processado por conta desse discurso. Tentei obter cópia na faculdade, mas não consegui porque o Diretório dos Estudantes estava lacrado. Depois, consegui uma cópia com um amigo e juntei ao processo. Em seguida, pedi demissão do Estado, pois sabia que seria demitido, e fui para Arapiraca, onde passei um bom tempo. Só depois retornei à Maceió. Entrei para o Sesc, fui para Traipu, Piaçabussu, Junqueiro, enfim, passei grande parte do tempo no interior, atuando como médico. Antes de 63, fundei a Clínica Infantil de Maceió. Aí me pareceu o Lisboa (Manoel Lisboa), doente, com problema renal. Eu o ajudei inclusive a sair de Maceió. Em seguida fui preso porque descobriram essa minha ajuda ao Lisboa. A minha dificuldade é que muita gente está me vendo como se eu tivesse sido um cara importante naquele momento e eu não fui. Minha presença foi muito pouco significativa. Agora, como eu sempre escrevi, isso me dava certo destaque entre os meus colegas, mas tenho horror a esta história de ser herói. Até porque não fui. Por exemplo, essa intervenção no Sindicato eu nunca havia ouvido falar, soube agora por vocês. No empastelamento da Voz do Povo, não sei nem se eu estava em Maceió. Depois de tudo isso, fui para o Rio de Janeiro e passei 15 anos. Cheguei a escrever matérias para a Voz do Povo, mas com nome falso. O Jayme não queria que eu assinasse. Mas eram matérias sobre teatro, música e cinema.

“Acho que não houve tortura lá na prisão. 64 foi um piquenique. Não houve nada disso. Havia uma surpresa e ninguém entendia o que era a Revolução. Houve as ameaças de que os presos seriam levados para Fernando de Noronha, mas era folclore. Quando nós tomamos a Faculdade de Filosofia, falaram também que a gente ia ser mandado para Fernando de Noronha, quer dizer: a ameaça era mandar para Fernando de Noronha. Agora é evidente que a minha prisão de Gilberto Soares Pinto, pai de Edberto Ticianeli) era muito diferente. Eu era um estudante, entusiasmado, utopista, etc. E Gilberto era um militante conhecido. É evidente que a pressão sobre ele deve ter sido muito maior, como foi também sobre o Jayme, ou sobre o Colaço (Rubens Colaço). Não era o mesmo tipo de pressão, até porque, tenho a impressão, que eles alimentavam a possibilidade de um tipo de reconquista da gente. — Você está equivocado, você é moço e vai se arrepender um dia. Não pode ter sido esse o tratamento dispensado ao Jayme ou ao seu pai (Gilberto Soares Pinto), que eram militantes ferrenhos, conhecidos e já de uma longa data de formação política, diferente da gente”.

(...) Não sabíamos muito sobre o que estava acontecendo fora. Eles não deixavam chegar informação para a gente. A única coisa que era permitida, que me lembro, era aquele jornal que o Carlos Heitor Cony escrevia (possivelmente Correio da Manhã). Lembro muito bem que as matérias do Carlos Heitor Cony eram disputadas para serem lidas. Não sei como o jornal entrava lá, mas era muito estranho, já que os outros jornais não entravam.

ANIVALDO MIRANDA

“A minha trajetória como jornalista começou na escola secundária, no antigo Liceu Alagoano (depois Colégio Estadual), no final dos anos 50, início dos anos 60. Depois, na União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (Uesa). Portanto, em função do meu interesse precoce pelo jornalismo e diante do envolvimento da minha família no movimento comunista brasileiro, ainda estudante, muito jovem, aos 14, 15 anos, eu comecei a frequentar o Jornal A Voz do Povo, que funcionava num prédio antigo, de propriedade do Péricles e da Marinete, ambos militantes do PCB. O prédio era antigo, dividido em duas partes: um grande salão de recepção, quase um miniauditório e uma oficina, com uma velha máquina de origem francesa ou alemã. Havia ainda um pequeno sótão”.

(...) Desde a sua fundação em Alagoas, o PCB foi a única força de esquerda em Alagoas, até início da década de 60, quando começam a aparecer outras forças atuantes no campo da esquerda. Havia também uma esquerda católica que não se organizava em partidos, mas sim em movimentos. Havia a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC). E, no final de 63, início de 64, houve uma dissidência da juventude do PCB e Manoel Lisboa, recrutado da juventude católica para o partidão por mim e pelo Nô Pedrosa, em função do grande conflito entre União Soviética e China, fundou com Fernando Antônio, o PCdoB. De fato, apesar do surgimento de outras forças de esquerdas, o PCB ainda era a força de esquerda hegemônica e atraía um ódio descomunal. Sob a direção de Jayme Miranda, o partido conseguiu, de fato, ser a força articuladora do maior movimento político social de esquerda ocorrido em Alagoas, atingindo diversos segmentos sociais (setores estudantis, sindicatos, sobretudo dos ferroviários, dos trabalhadores portuários, disputando também com a igreja a criação dos sindicatos rurais). Uma das razões do golpe militar, inclusive, foi de impedir que houvesse a implantação de sindicatos rurais no Brasil. Não foi para impedir a implantação de uma ditadura no Brasil, até porque o partido comunista brasileiro não tinha tanta força e tinha concepção pacifista, diferente dos seus similares em nível mundial. O que estava na ordem política era a luta pelas reformas de base. Tanto é verdade que falar de reforma agrária era um palavrão. E a Voz do Povo sofreu muita represália exatamente porque foi o bastião de apoio dos nascentes sindicatos rurais depois de 1962. Eu mesmo participei de movimento da juventude comunista, junto com meu irmão Clístenes Miranda e de Dalmo Lins, para ajudar os trabalhadores rurais a criar seus sindicatos. Várias vezes os membros da juventude comunista foram recebidos por jagunços armados que expulsavam todos aqueles que tentavam ajudar a formação de sindicatos rurais. Não raro, comunistas e católicos agiam juntos nessa luta. Na verdade, com a agudização dessas lutas e o cenário político que antecedeu 64, a Voz do Povo era o canal de veiculação das lutas sociais, das ideias do socialismo e defesa do nacionalismo na economia. Por isso, era o alvo principal no momento da implantação da ditadura em Alagoas. Havia, por outro lado, um movimento da juventude integralista de conotação fascista. Era a Patrulha Nacional Cristã, dirigida por um professor de francês (Vanilo Galvão Barros), que organizava a

juventude em torno do fascismo. E houve sempre uma disputa acirrada entre a Juventude Comunista e essa Patrulha. De tal forma que, quando do golpe, já em 1º de abril, a Patrulha Nacional Cristã se junta com os agentes do Dops (polícia política) e a elementos da Direita e do serviço secreto, todos que odiavam os comunistas, sindicalistas etc. e se dirigiram para a Voz do Povo, para invadir o jornal, empastelar sua sede, quebrar as suas máquinas e fazer fogueira com seus móveis e papéis em plena rua, em cena de vandalismo que não se via em Alagoas desde os tempos coloniais. Quando a polícia e a turba da Direita chegaram à sede da Voz do Povo, lá se encontravam tão somente os gráficos.

“Antecedendo, porém, ao episódio do empastelamento, no dia anterior, 31 de março, o Comitê Estadual do PCB se reuniu na Voz do Povo e todos foram orientados a mobilizar suas bases em defesa da legalidade democrática, contra a ameaça de golpe, que estava clara, com a movimentação do general Mourão Filho em Minas Gerais, mas havia muita dúvida. Eu fui despertado no dia 1º pelo tio da Olga (Olga Miranda), Hélio Miranda, meu primo, que acordou nossa família na madrugada dizendo que deveríamos já nos movimentar porque o golpe estava na rua. Diante disso, tomamos um café rápido e fomos para a rua. Não tínhamos noção da real situação. Logo depois, sentiríamos na carne que o golpe viria para valer. Fomos para a União Estadual dos Estudantes (UEEA), montamos um serviço de autofalante e começamos a tocar os hinos nacional e institucionais da civilidade brasileira, convocando os estudantes e o povo a resistir, chamando para uma passeata para 15 horas. No entanto, por volta das 10 horas, alguém puxou a mim e a meu irmão, Valdimir, que éramos da família Miranda, uma família visada, e nos avisou que o vereador Renalvo Siqueira já havia sido preso. Em função dessa notícia, dali nós saímos para a casa de Walter Pedrosa, na Praça Centenário (naquele tempo era fronteira de Maceió com a zona rural), e ele só teve tempo de abrir o portão porque a Polinter já vinha prendê-lo. Nós avisamos e corremos pelo quintal, fugimos e nos machucamos nos muros com vidros e fomos parar na Pitanguinha. E o povo quando via a gente com as mãos de sangue, imaginava que havíamos matado alguém. Foi quando um trabalhador da Petrobrás nos deu abrigo. Meu pai, à noite, foi nos buscar e nos deixou na casa de um primo, Samuel Caldas, e quando voltou para casa foi preso e amargou nove meses de cadeia. Meu primo, Haroldo Miranda ajudou várias pessoas a escaparem da prisão, além de mim e meus irmãos, porque tinha uma posição política de centro, era empresário de eventos artísticos, radialista e muito benquisto em Maceió. Meu irmão Clístenes, que estava hospitalizado por conta de uma cirurgia, foi retirado às pressas do hospital. Houve muita solidariedade até de gente que nem de esquerda era. Da casa de Samuel, fomos parar no Trapiche da Barra, na sítio do Moisés Amaral, onde ficamos duas semanas, até que Haroldo e minha mãe nos levaram ao Hotel Atlântico, último lugar que alguém da ditadura imaginaria nos encontrar. Os políticos da Direita golpista diziam que os porões do Hotel Atlântico estavam cheios de armas de Cuba. Era uma invenção grotesca porque naquelas circunstâncias do golpe, havia um plano para invasão do hotel e assassinato de toda a família Miranda caso a resistência ao golpe descambasse para algum conflito armado. Havia até pichações nos muros: “Morte aos Miranda”. Foi nesse clima que conseguimos, eu e meus dois irmãos, ficar clandestinos em Maceió durante umas poucas semanas até que tomamos em determinada madrugada o ônibus para Recife e de lá chegamos ao Rio de Janeiro. Lá retomei minha atividade de jornalista. Trabalhei na Luta Democrática, fui levado pelas mãos de Paulo Mota Lima. Ele e o irmão, Pedro Mota Lima, eram dois alagoanos que fizeram história nos jornais cariocas. Depois, me desliguei. Fui estudar em Niterói e só voltei ao jornalismo em 1971. Fui trabalhar em O Jornal, onde encontrei Tobias Granja e Juarez Ferreira. Depois, pelas mãos de Fausto Cupertino, fui para a sucursal do Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro. Em 1973, como as ameaças à minha família voltaram a ser crescentes consegui chegar ao exílio na Dinamarca”.

(...) O empastelamento da Voz do povo talvez tenha sido o exemplo mais deprimente da história das perseguições políticas no estado de Alagoas. Foi a destruição total do jornal, um ódio terrível às ideias. Tudo foi incendiado, coisa só vista no tempo da Inquisição. (No Recife, Gregório Bezerra foi arrastado praticamente nu, com a corda no pescoço, puxado por um cavalo em plena via pública.). Do ponto de vista da liberdade de expressão, o ódio à Voz do Povo foi muito bem caracterizado também na perseguição a todos os que contribuíram com o jornal, a exemplo do meu pai, José Vieira. Foram perseguidos Silvio Lira, administrador da redação, dirigente do partido e alma do jornal, pois todos os dias estava lá. Foi para o Recife e, posteriormente, foi preso e muito torturado. Foram presos ainda: Walter Pedrosa, Zé Rocha, Teófilo Lins, Dirceu Lindoso, Roland Benamor, Rubem Ângelo, Marinete, Etienne de Melo (presidente do Sindicato dos Jornalistas) e muitos outros. Quem também sofreu sessões de tortura em 64, que se tem notícia, foi Rubens Colaço, pela equipe do delegado Rubens Quintela.. Há notícias de tortura em relação a trabalhadores rurais. É preciso investigar quantos jornais de grêmios estudantis deixaram de circular, porque a repressão foi grande. Só o inquérito policial militar arrolou 200 pessoas, fora o que não se sabe.

“Jayme Miranda, diretor da Voz do Povo, conseguiu escapar da prisão no dia 1 de abril, dia do empastelamento do jornal, ao ser informado das primeiras prisões em andamento, mas foi dedurado e preso no dia 2 de abril de 1964. Jayme Miranda, se eu não me engano, sofreu constrangimentos na forma de fuzilamento simulado na ocasião. Essa primeira prisão lhe valeria nove meses de cadeia compartilhada durante todo esse período com outros companheiros seus como Dirceu Lindoso, José Alípio e Roland Benamour. Jayme foi libertado depois, condicionalmente, ocasião que aproveitou para sair clandestinamente de Alagoas e se radicar no Rio de Janeiro onde passou a militar clandestinamente como membro do Comitê Central do PCB e da resistência à Ditadura, até sua nova prisão, em 1975, no mesmo Rio de Janeiro, onde foi barbaramente torturado e assassinado pelos órgãos de repressão a serviço do regime militar”.

RICARDO NETO

“Eu tenho uma contribuição modesta, acho até o lado curioso da época da repressão. Eu, felizmente, consegui passar incólume. Passei pelo meio, nem por um lado, nem radicalizar para um lado, nem para outro, até porque eu trabalhava nos Diários Associados, que tinha uma posição cômoda. Tinha uma força e João Calmon fazia parte do esquema, era meu padrinho e me sustentou, com todas as queixas e denúncias. Agora, duas contribuições eu posso dar. Primeiro, sobre a censura. Eu atendi e recebi as patadas, durante muito tempo. Nessa época, eu era diretor de Redação do Jornal de Alagoas. O diretor da época era o Arnaldo Jambo, que era um homem de centro, não era de chalarar o sistema. A Redação era realmente comigo. Eu era um garoto que comandava Aldo Ivo, Alberto Jambo etc. Eu me mantive ali numa linha e depois tive a oportunidade de dar apoio a Denis Agra, mantê-lo escondido, trabalhando. Também apoiei Teófilo Lins, que foi protegido por Zé de Melo, que também era um homem culto, preparado, era do sistema, mas não era de mandar descer o pau na gente. Lembro como se fosse hoje as visitas da censura à Redação do Jornal de Alagoas, por volta de 1968. Nós já conhecíamos a truculência, era de acordo com o barulho”.

(...) Eu também presenciei o empastelamento da Voz do Povo, em 1º de abril de 1964. Vi pela janela do jornal Gazeta (que ficava bem próximo ao prédio da Voz), junto com Batista Pinheiro, Ilmar Caldas e Zadica, quando a Polinter começou a quebrar tudo. Todos de metralhadora. Uma lembrança muito viva, pela violência como se deu. Para mim, foi um choque. Aí nós caímos na real. Eu era repórter de polícia e o chefe da Polinter (hoje já falecido), que eu conhecia, estava lá. Quando invadiram a Redação, a Voz do Povo estava

praticamente vazia, porque se trabalhava mais à noite e a invasão foi à tarde. Ato seguinte, veio a censura braba. Os camaradas chegavam. Quando era o Exército, vinham três, quatro militares mais um oficial. Minha mesa (no Jornal Gazeta) era lá na frente perto de Otávio Lima, uma espécie de conselheiro do sindicato. Então, o oficial dava as ordens, como se ali fosse um quartel: “De ordem do senhor comandante da 4ª Região Militar, está proibido tocar no assunto tal, blá, blá”. Batia o calcanhar e saía sem dar chance de nada. Aliás, eles entravam, marchando como se tivessem trocando uma guarda, todos de metralhadora, no meio da Redação. Eu comandava uma Redação com pessoas que tinham o dobro da minha idade. Não dava para perguntar nada.

“Eu quero fazer justiça à Polícia Federal, como hoje se faz ao Carlito, carcereiro da época, filho de um general, fato público, hoje. Outro exemplo era o Agente Porto, da Justiça Federal, fidalgo que estava prestes a se aposentar, ele cumprimentava a todos e explicava o que podia e o que não podia. Ficou uma figura familiar, porque vinha quase todos os dias dizer o que não poderia ser divulgado. 'Não pode divulgar greve, mobilização na Central do Brasil, a morte de fulano ou suicídio de sicrano'. Depois, vieram os inquéritos. Eu fui vítima de dois como jornalista (na época, já diretor do Jornal de Alagoas). Uma simples notícia contra alguma autoridade e a pessoa ia responder a inquérito. Ninguém dormia quando isso acontecia. Lembro que eu fui sozinho, não poderíamos nem ir acompanhando de advogado. Tive apenas orientação do advogado Adelmo Cabral (pai). Você tinha que engolir a Polícia Federal sozinho. Você entrava como animal de pequeno porte, ficava em pé num corredor e quando tentava olhar o movimento pela janela levava um esporro. Lembro do “deus” do horário, meu algoz, Gotargo. Era uma verdadeira pressão psicológica. Lá dentro, perguntavam os maiores absurdos, ninguém sabia ao certo do que estava sendo acusado. Recordo uma das acusações: “O senhor deu uma notícia contra o Incra e o Incra é um órgão do Governo Federal”. O fato de o Jornal de Alagoas ser um jornal de Centro ajudava. Eu era humilhado, mas depois a coisa se esvaía. Muitos do sindicato iam para a paulada mesmo. Felizmente, só respondi a dois inquéritos”.

(...) Havia uma vida noturna no Jaraguá. O Bar do Pombo, que era frequentado por jornalistas e era famoso por matar os pombos e servi-los como aperitivo, delícia da época. Ia haver pichação contra o AI5 nas paredes, o DCE, comandado pelo Radjalma, estava puxando isso. Isso porque, dias antes, o ator Paulo Autran se apresentou no Teatro Deodoro, sob um clima de muita confusão. Ele era respeitado e querido no Sul, mesmo com os problemas com a 'revolução', e, aqui, foi muito difícil. O alagoano Braúlio Leite, amigo de Autran, e Radjalma, presidente do DCE, resistiram bravamente. Foi erguida até uma placa, depois, no teatro marcando essa apresentação como um ato contra a censura. 'Neste Teatro, nesta noite, Paulo Autran cantou a liberdade'. Dois ou três dias depois, houve o movimento para a pichação. Eu dei uma carona aos caras, porque era o único que tinha carro, um jipe velho. Não podia me envolver, mas fui e junto comigo o Valmir Calheiros. Ficamos esperando no Bar Gaivota. Lembro que pintaram a parede e uma delas foi a do procurador da República Paulo Silveira, homem liberal, ele fazia discursos pró-revolução, mas que protegeu muitos jornalistas da época. Já no Bar, por volta da madrugada, percebemos um ambiente estranho e decidimos ir embora. Quando entramos no jipe, eu, Valmir, Pedro Farias, Teófilo Lins, fomos cercados por um batalhão do Dops, eram 40 ou 50, disfarçados. Fomos conduzidos ao Dops, que ninguém queria nem passar na porta. Foi a partir daí que Valmir começou a gaguejar. Eles correram e Valmir até hoje gagueja. Eu sabia que era por causa da pichação, comandada pelo Radjalma. Ele era sobrinho do general Luís Cavalcante e deve ter tido algum alerta. O Cristo fui eu, o Valmir e os colegas. Passamos uma noite confortável, num banco de tiras. Depois, fomos mandados embora porque eles reconheceram que houve um engano, mas fomos orientados a ficar calados”.

GESIVAN RODRIGUES GOUVEIA

“Minha banca (de jornal e revista) está aqui desde 1960. Eu tenho 52 anos de rua e senti muito a presença da Ditadura Militar na minha banca (de jornal e revista). Quase todos os dias, eram dois, três agentes entrando na banca para fiscalizar. Até revistas como a Romance Moderno, qualquer nomezinho diferente que tinha, a gente era chamado para responder. Eles chegavam, prendiam os jornais e levavam a gente aqui para a Polícia Federal, ali em cima da Igreja Catedral. Tinha o “seu” Porto, que era o censor. Ele perguntava de onde tinha vindo o material. Eu respondia que tinha vindo da distribuidora e que estava vendendo o que recebia da distribuidora. Ele conversava, mas liberava. Qualquer apreensão que tinha, ele vinha logo na banca. Teve uma vez que eles prenderam a revista Veja, até na morte do Costa e Silva, por causa de uma “banana” que um deputado deu para a morte do Costa e Silva. A outra vez foi quando publicaram um cara com a bandeira do Brasil enrolada na bunda. Aí eles vieram aqui e prenderam todas as revistas Veja. Constantemente eles vinham buscar o Pasquim, Movimento, Opinião. O jornal Opinião, quase toda semana, tinha página em preto, porque não podia publicar as matérias. Teve uma vez que eles quiseram proibir que eu expusesse o jornal. Eu disse que não podia: como eu podia vender o jornal sem expor? Houve uma época que houve quebra-quebra de banca. Naquela época houve um movimento muito forte por aqui. O Aldo Rebelo, que hoje é ministro, se juntou com o pessoal do PCdoB e fez um movimento aqui, que reuniu muita gente. Era contra a Ditadura, que estava incendiando as bancas. Eu rebebi várias ameaças, mas o movimento em apoio a minha banca fez baixar a pressão. Mas tentaram incendiar. Eles também vinham e arrancavam os cartazes que eu colava, mas depois do ato eles não vieram mais aqui. A única apreensão que teve foi a da Tribuna, que era na Rua do Sol. Foi a única apreensão. Eles disseram que era porque tinha uma matéria contra o sistema. Isso foi em 1979 ou 1980.

IREMAR MARINHO

“Minha faculdade de comunicação foi o antigo Jornal de Alagoas. Fui convidado pelo jornalista José Osmando de Araújo, que era meu colega de classe na Faculdade de Direito. Pela minha facilidade de escrever, ele perguntou se eu queria trabalhar como repórter no Jornal de Alagoas, onde ele era editor. Isso foi em 1974. Comecei como repórter, e foi quando eu conheci uma figura que foi muito importante para a minha profissão, que foi o jornalista Denis Agra. Na época ele era o revisor do jornal. O Ricardo Neto soube que ele estava sem emprego, porque ele tinha estudado com a esposa do Ricardo Neto na faculdade, e conseguiu esse emprego para ele. Logo depois, o Denis Agra foi convidado para trabalhar com o Márcio Canuto na Gazeta de Alagoas, e me chamou para ir trabalhar lá também. Quando cheguei lá, o Márcio Canuto era o editor e o Denis Agra era o chefe de redação, e eu fui ser editor de Nacional e Internacional. Logo em seguida, o Márcio Canuto me levou para trabalhar, também, na TV Gazeta como redator do departamento de jornalismo. Quando Denis Agra foi convidado para fundar a Tribuna de Alagoas, eu fui também. Denis Agra era o editor geral, Cláudio Humberto era o chefe de reportagem e eu, o chefe de redação. A Tribuna surgiu para enfrentar o monopólio da Gazeta de Alagoas, com um projeto político. Era uma coisa nova no jornalismo em Alagoas. Eu entrei em 1979 e fiquei até 1987. Quando eu saí da Tribuna, esse pessoal todo já tinha saído, e o jornal estava ruim das pernas, abandonado pelos seus sócios, que no início eram 20, mas no final ficou somente o Teotônio Vilela. Houve um momento em que me convidaram para ser editor com o intuito de afastar o Cláudio Humberto, que tinha uma posição de ultradireita. O diretor era o Arnon Chagas e o pessoal não queria mais

ele por lá. Eu não aceitei fazer esse papel. Sai da Tribuna e fui para o Jornal de Hoje, depois assessor na Assembleia Legislativa e vários outros trabalhos como assessor”.

(...) Se existiu perseguições nos jornais por causa do meu passado, não chegou ao meu conhecimento. Na imprensa eu só recebi solidariedade. O que existiu na época do governo do Suruagy, quando o coronel Amaral era o secretário de Segurança, e havia aquela matança a torto e a direito, era perseguição ao jornal Tribuna de Alagoas. Eu sempre tive a posição de defender o jornal e os colegas. Nessa época, houve um incidente na Tribuna de Alagoas. Eram umas nove horas da noite, quando chegou um delegado e três policiais para prenderem o Wilson Barros, que hoje é diagramador da Tribuna Independente e na época respondia a processo por assassinato. O delegado queria invadir o jornal e eu perguntei a ele pelo mandato de prisão. Ele respondeu que não precisava, e que tinha recebido ordem para levar o Wilson de qualquer jeito. Eu disse que ele não levava. Disse ainda que na delegacia dele ele mandava, mas que no jornal ele não podia entrar.

“A presença dos censores era tão constante que ninguém estranhava mais. Tinha um agente da Polícia Federal que ia diariamente e ficou amigo dos jornalistas. Ele chegava ao jornal e dizia o que podia sair e o que não podia. A censura atuava junto à direção do jornal e a gente ficava sabendo pelos diretores, que vinham até a redação e diziam: — Essa matéria não pode sair por recomendação da Polícia Federal. Houve um caso na TV Gazeta. Eu era chefe de redação da TV e um dos repórteres era o Joaquim Alves, quando o presidente Geisel visitou Alagoas. A gente fazia as chamadas e tinham duas matérias. O Joaquim fez as duas chamadas em seguida: “Geisel chega a Alagoas” e “Ratos invadem a Pajuçara”. Assim que foi ao ar, Pedro Collor me chama à sua sala e pergunta: — Que chamada da peste é essa? Eu era o chefe de reportagem e responsável. Pensei que seria demitido, mas ele chamou o Joaquim e disse que ele estava demitido. O Joaquim ficou só no jornal. Já era a censura da empresa. Quanto a diretor de jornal, não tem exceção não. Todos eles eram coniventes com o regime militar, não tinha nenhuma exceção. O único que discordava em algumas coisas era o Noaldo Dantas, que veio da Paraíba e tinha uma visão mais aberta, mas o restante achava que a Ditadura estava certa, que era para reprimir mesmo. Por causa da censura, o jornal saía sempre ruim, não era o jornal que a gente queria fazer. Eu preparava a página internacional dando destaque à guerra do Vietnam, mas não como queria. A gente já sabia que não ia ser publicada. Só saía elogio ao governador do estado e ao prefeito”.

(...) Quando eu era estudante de Direito e representava o Centro Acadêmico, em 1973, participava da redação do jornal do DCE e convivia com as lideranças da época, como Denis Agra, Breno Agra, Jeferson Costa e outros. Durante uma aula do professor Zeferino Lavenere Machado, pai do Marcelo Lavenere Machado, eu fiz um comentário afirmando que a constituição do Brasil era uma constituição entre aspas. Eu me referia aos decretos da Ditadura, que sempre começava assim: A Junta Militar decreta, e abria aspas para citar a medida. Falei isso como gozação na aula de Direito Constitucional. Essa fala minha chegou até a Reitoria, ao reitor e general Nabuco Lopes e ao pró-reitor Acadêmico, Medeiros Neto, que me chamou e disse: — Olhe, o 477 está aí e você pode perder o curso. Em seguida, a Reitoria nomeou uma comissão para analisar a minha atuação como subversivo. A comissão era composta pelo capitão Ailton, do Exército, pelo Dilmar Camerino e outra pessoa que eu não me recordo. Logo em seguida, eu fui aprovado num concurso para agente administrativo do INPS. Durante o treinamento, eu fui chamado pela Assessoria de Segurança e Informação do INPS, quando tive que responder as mesmas perguntas da comissão instituída pela UFAL, numa mostra de que eles já tinham minha ficha. Mas eu assumi o emprego e fui trabalhar no Arquivo da Perícia. Seis meses depois, numa véspera de Natal, recebi o recado que a diretoria de pessoal queria falar comigo com urgência. O diretor era o Inésio Cavalcante, irmão do ex-governador e general Luiz Cavalcante.

Ele me disse que tinha um relatório em mãos, e que por causa dele eu estava sendo demitido, que já tinha assinado a portaria no dia anterior. Reclamei dizendo que não estava sendo acusado de nada e que não tinha respondido a nenhum inquérito. Ele disse que era um caso de segurança nacional e que não precisava de inquérito. Eu disse: — Quer dizer que eu vou perder o emprego? Ele explicou que eu ainda receberia por um mês sem trabalhar, como se fosse uma indenização. Avisei a ele que iria procurar o superintendente, Nelson André, para pedir explicações. Ele me disse que podia procurar o superintendente, mas a decisão era irreversível. E disse mais: — Se você quiser exercer a advocacia, procure outro estado, porque aqui você não vai ter condições de trabalhar. Anos depois, já no governo Sarney, eu fiz o concurso para auditor do trabalho. Fiquei em 16º lugar e tinha 40 vagas para Alagoas e eu nunca fui nomeado porque a minha ficha não deixou.

ALDO REBELO

“Eu cheguei ao jornalismo por um caminho muito longo e tortuoso, porque eu já comecei a escrever e a fazer jornal quando estava no ginásio. Nós fazíamos um jornalzinho. Eu e outro colega escrevíamos, diagramávamos e editávamos o jornal. Depois surgiu como uma necessidade, uma exigência do movimento estudantil. Você lembra disso (referindo-se a Edberto Ticianeli), que nós escrevíamos não só o nosso jornal do DCE, mas escrevíamos, também, os jornais e boletins do movimento estudantil. Depois surgiu uma oportunidade no Jornal de Alagoas, quando o Denis Agra era Chefe de Redação ou ocupava uma posição de direção no jornal, e abriu uma vaga para revisor. Mas o revisor só trabalhava no fim da noite, e nesse meu primeiro dia faltou um repórter, e o José Osmando, que era o Diretor de Redação, pediu que eu reduzisse uma matéria de umas 120 linhas para umas 40. Eu fiz, ele gostou e disse: — você não vai mais para a revisão, vai ficar aqui na redação. A partir daí, espiritualmente, eu nunca mais saí da redação”.

(...) Sobre o Jornal Universitário (3ª página do Jornal de Alagoas às terças-feiras)

Há o episódio do Jornal Universitário, que nós fizemos. Fazíamos eu, você (Edberto Ticianeli), o Enio Lins, Régis Cavalcante. O jornal era crítico ao governo militar. Lembro de uma vez que obrigaram a gente a publicar uma matéria que tinha o título de O Perna de Pequim, que era uma crítica ao Manoel da Conceição, que teria recebido uma perna mecânica, uma prótese, de Pequim. Como retaliação às críticas que nós fazíamos, o jornal obrigara que se publicasse esse artigo. Outra vez eu fiz umas matérias sobre as poluições das lagoas pelos resíduos das usinas de açúcar. Na matéria eu citava uma crítica que eu ouvira na Secretaria de Planejamento, que cuidava do meio ambiente, que dizia que a Capitania dos Portos fiscalizava pouco. Isso quase me custou um processo na Lei de Segurança Nacional. O capitão da Capitania dos Portos foi lá na redação falar com o Noaldo Dantas (Diretor do Jornal de Alagoas), falou bravo e duro com o Noaldo. O Noaldo que era jeitoso, um diplomata, evitou o processo na Lei de Segurança Nacional, publicando uma matéria que seria a versão da Capitania dos Portos sobre as críticas que a minha matéria continha. Depois, nós fizemos uma matéria sobre uns padres que foram presos injustamente em Recife, que foi a gota d'água, e ali terminou a nossa experiência do Jornal Universitário, que saía na edição da terça-feira. Participei também do movimento sindical. Fui um dos delegados ao Congresso Extraordinário pela Liberdade de Imprensa que houve em São Paulo, com o Freitas Neto (jornalista e ex-presidente do Sindjornal) e outro delegado. Depois, eu me afastei do jornalismo e fui para o movimento estudantil.

“Sempre tinha perseguição, porque nós também trabalhávamos aqui com o Jornal Movimento, embora não como repórter, mas de vez em quando eu escrevia, você também ajudava (Edberto Ticianeli), fez uma

entrevista com Teotônio Vilela. E no Jornal Movimento nós tivemos apreensões. Eu fui levado à Polícia Federal por ser correspondente ou fazer alguma coisa para o Jornal Movimento aqui em Alagoas. Eu me lembro que eram dois colegas de turma (Direito na Ufal). Eu não sabia que eram da Polícia Federal. Um dia eu fiquei fechando uma matéria no Jornal de Alagoas, e eles ali. Quando eu ia saindo eles disseram que não saísse, que eles estavam ali para me levar para a Polícia Federal, por conta da apreensão do Jornal Movimento. Tive também conhecimento de episódios anteriores à minha passagem pelo Jornal de Alagoas. Nós já pegamos uma fase, que não era ainda da abertura, mas já era de uma certa distensão. Não era o período mais difícil e mais duro. Esse, de certa forma, já tinha passado”.

MARIA LEDA LINS DA ROCHA (irmã do jornalista Teófilo Alves Lins-falecido)

“Meu irmão era de Pão de Açúcar, onde nasceu no dia 24 de junho de 1930, e veio para Maceió com minha mãe. Chegou aqui e começou a trabalhara, ainda muito jovem. Ainda criança, em Pão de Açúcar, ele dizia para minha mãe: — Mamãe, vamos embora para Maceió, que eu quero viver disso aqui (mostrando uma caixa de fósforos), eu quero viver das letras. Saiu de Pão de Açúcar com o 4º ano primário da Escola Bráulio Cavalcante e chegou em Maceió para estudar no Colégio Guido de Fontgaland. Com 19 anos (em 1959) foi trabalhar no Sesc e já começou, também no jornalismo, no Diário de Alagoas. Depois foi para o Jornal de Alagoas, Gazeta de Alagoas, Jornal de Hoje e Tribuna de Alagoas, com Noaldo Dantas. Teófilo casou e teve três filhos. Teófilo teve uma vida dedicada ao jornalismo, estava no sangue dele. Com um texto pequeno, ele fazia uma folha de jornal. Tinha muita gente que jurava que ele era advogado, mas era só jornalista. Ele me dizia: — Leda, eu não tenho inveja de quem tem um anel no dedo e um diploma na mão de jornalista. Ele foi um dos primeiros presidentes do Sindicato dos Jornalistas. Ele sempre foi conciliador e conseguia trabalhar com todos os segmentos políticos, sem problemas. Ele tinha amigos que eram comunistas e ele não deixar por isso, e por conta disso achavam que ele também era militante e que era comunista. Ele era muito amigo do Nilson Miranda e do Jayme Miranda e sua esposa, a Elza. Assim começou a perseguição. Ele morava vizinho ao Edifício Breda, onde hoje é o estacionamento do Bradesco. Estávamos eu e minha mãe em casa, na Rua Cláudio Manoel, na Ponta Grossa, no dia 1º de abril de 1964, quando bateram na porta e perguntaram se ele estava lá. Minha mãe disse que ele não estava. Eles perguntaram se podiam revistar a casa e minha mãe disse que eles podiam entrar. Eles entraram, revistaram tudo e iam saindo disseram que realmente ele não estava. Minha mãe disse: — Olhe, vamos lá atrás que tem um pé de bananeira e pode ser que ele esteja escondido. Eles disseram que não precisava e perguntaram onde ele morava. Minha mãe disse que era na Rua João Severiano, no Comércio. Quando eles saíram, mamãe disse: — Eu vou na casa de Teófilo agora avisar. O Teófilo já tinha dito que não queria dar o prazer à polícia de prendê-lo, e que preferia se entregar. Quando minha mãe chegou na casa dele, ele estava dormindo. Ele trocou de roupa e saiu. Minha mãe ficou e com pouco tempo eles chegaram, as não encontraram nada, nem mesmo documentos ou livros. Eles vasculharam as estantes e gavetas. Mas no outro dia o Teófilo se entregou já contando com o apoio do Suruagy. Ele nunca esqueceu isso e o Suruagy chegou a ser padrinho do filho dele. Ele já sabia que seria preso ao ver os seus amigos sendo procurados. Ele passou três meses na antiga Cadeia e na 20ª CSM. Minha mãe sofreu muito. Ela ficava angustiada quando ia visitá-lo. Ele se dizia muito magoado e injustiçado com a prisão. Acredito que prenderam ele para ver se ele falava alguma coisa dos amigos, mas ele era firme e nunca falou nada. Ele continuou como jornalista sem problema nenhum. Ele disse: — Não deixo a minha profissão. Ele voltou a trabalhar no Jornal de Alagoas e foi, em Alagoas, quem primeiro escreveu sobre automobilismo”.

ELZA MIRANDA (esposa de Jayme Miranda, jornalista alagoano desaparecido em 1974).

“Antes do golpe, ele foi preso em Recife, ficou um ano preso e adoeceu na prisão. Foi maltratado. Ficou muito doente. Jayme passou muito tempo fora depois da prisão antes do golpe, quando voltou, assumiu a diretoria da Voz do Povo. A prisão foi antes de a gente casar, mas eu soube por familiares e amigos. O Jayme não falava nada. Era uma pessoa que não envolvia ninguém nesse assunto, principalmente a mim. Depois do nosso casamento (ainda antes do golpe), ele participava de comício, foi candidato a deputado, ficou como primeiro suplente. Viajou para a China e para Cuba.

Em 1964, ele foi preso, em Alagoas. O jornal foi quebrado. Ele ficou nervoso e quebrou um dente. Depois, um amigo nosso, dentista, foi lá colocar o dente dele. No entanto, ele não foi torturado. Eu sempre, quase todos os dias lá levar café para ele. A tortura foi saber que o jornal foi todo quebrado. Ele teve tanta raiva que quebrou o dente. Foi uma perda muito grande. Ele sofreu muito. No jornal, ele escrevia artigos e era diretor. Sempre estava lá reunido com os amigos. Ele passou de dez meses a um ano. Ele saiu doente, rouco. Foi embora depois que saiu para não ser preso novamente.

Ele saiu daqui clandestino, em 1965, um dia, pela manhã, cedinho. Eu fui com ele para Recife, de carro e, de lá ele tomou um voo para o Rio de Janeiro. Ele não voltou mais. A família, principalmente a mãe, ia lá vê-lo.

O pai foi uma ou duas vezes. Quando Jayme desapareceu, em 1974, o pai, Seu Miranda, estava lá inclusive.

O Hotel Atlântico (da família Miranda) foi invadido várias vezes. O pai do Jayme Miranda foi preso, junto com um hóspede. Os irmãos foram presos também (Wilton e Haroldo). Não me lembro de Jayme ter sido preso para falar sobre isso. Quando o hotel era invadido eles procuravam livros, armas. No entanto, o Jayme e os demais tinham ideologia e amor pelo partido, mas não usavam armas”.

DENIS AGRA

Ex-presos político, iniciou no jornalismo em 1974, no Jornal de Alagoas. Teve uma brilhante carreira na profissão e foi um dos mais destacados presidentes do sindicato da categoria. Faleceu em 1992, vítima de um câncer.

O texto a seguir foi escrito para o livro Jornal de Alagoas 80 anos, publicado em maio de 1988, em Maceió. Denis relata que era importunado pela censura, que era exercida “através dos famosos telegramas que eram passados pela Polícia Federal e dos quais nem o editor podia ficar com uma cópia”.

A minha escola no Jornalismo

“Uma punição aplicada pela ditadura militar que se instalou no país a partir de 1964 me fez jornalista. Saído há pouco da prisão, em 1974, suspenso em minhas atividades estudantis pelo famigerado decreto 477, tentei o trabalho no início de uma nova vida. Já tinha realizado até os exames médicos para assumir uma função na burocracia da Ceal, então Companhia de Eletricidade de Alagoas.

Mas, as coincidências da vida me levaram no dia de assumir o emprego, receber um convite para trabalhar na Rádio Progresso e Jornal de Alagoas. Mesmo com tudo já certo na Ceal, preferi a nova opção, que me chegou através de uma colega de turma do curso de Medicina, de onde fui suspenso por três anos, sob acusação de subversão, pelo 477, criado pelo coronel Jarbas Passarinho, ministro da Educação. Aqui nas Alagoas, a Universidade Federal tinha como reitor o professor Nabuco Lopes.

A colega era Clara Núbia, hoje médica pediatra. Seu esposo, jornalista Ricardo Neto, era, na época, o diretor dos Diários e Emissoras Associadas em Alagoas. Acertei na decisão. Fui ser discotecário da Radio Progresso e, como aprendiz, comecei a conhecer o ABC do jornalismo na redação e oficina do Jornal de Alagoas, que em sua história funcionou como universidade para diversas gerações de profissionais. Comigo não foi diferente. Como sempre gostei de ler e escrever, a opção foi rápida. Fiquei não mais que seis meses na rádio e abracei a sacrificada, mas gratificante, vida das redações. O primeiro passo foi na diagramação, onde aprendi os cálculos e a estética desenhados no chumbo e nos clichês pelas mãos dos companheiros jornalistas Rodrigues de Gouveia e Milício Barbosa. Fiquei algum tempo como diagramador, mas pelas deficiências da Redação, já me atrevia a redigir algumas coisas, fazer títulos e legendas. Hoje confesso: ganhava-se pouco, recebia-se atrasado, mas eu me sentia realizado. As dificuldades da sobrevivência eram compensadas pela descoberta de sentir no dia-a-dia a repercussão do trabalho realizado. Fui me enfronhando e logo já fazia quase tudo na Redação. Da diagramação ao fechamento da primeira página, de reescrever textos a editar o material nacional e internacional, que nos era enviado, com um dia de atraso, pelo Diário de Pernambuco.

E nos bancos dessa universidade contemplávamos o trabalho de já experientes profissionais, como Tobias Granjas, Otavio Lima, Zito Cabral, Jose Osmando, Joarez Oliveira, Jose Otávio da Rocha, Milício Barbosa, Rodrigues de Gouveia, Alberto Jambo e Aldo Ivo, entre outros. Com Iremar Marinho, Raimundo Gomes, Ana Loureiro e o irrequieto Marcos Aquino, formávamos como uma nova turma no aprendizado da informação.

A essa altura, eu já era um aluno desarmado. Como diz o mestre Alberto Dines, sem jornais sedimentam-se as tiranias. Com muitos, fomenta-se a democracia. E ao longo da história de Alagoas tem sido esse o importante papel do Jornal de Alagoas. Testemunhando a história, formando gerações e sendo superior aos que por ele passam. Os eventuais atrelamentos em defesa de interesses contrários aos alagoanos, como acontece em fases de praticamente todos os órgãos de imprensa, não diminuem o mérito de ter contribuído para o debate das ideias e a informação séria.

Já em início de uma nova fase do jornal, com rotativa nova e parque gráfico reequipado, assumia a chefia de Redação, convocado pelo recém-chegado diretor Noaldo Dantas, que a Paraíba emprestou para ensinar a criar e fazer sobreviver jornais. Crescemos com o jornal, que passou a viver novos dias. Eu já me entendia como jornalista. Crescemos juntos e o jornal se aproximou de dias ideais. O que importunava era a censura da ditadura, através dos famosos telegramas que eram passados pela Polícia Federal e dos quais nem o editor podia ficar com uma cópia.

Tempos de resistência. E na própria atividade profissional, ninguém é eterno, nem definitivo. Em 1976, deixava o Jornal de Alagoas. Para quem chegou como aprendiz, uma saída honrosa: editorial de agradecimento, pelo trabalho realizado, na terceira página. Iniciativa e reconhecimento de Noaldo Dantas, com quem me encontrei posteriormente em novas tarefas na comunicação das Alagoas. Os ensinamentos ficaram. Estão comigo, creio que até o fim. A minha escola no jornalismo foi o Jornal de Alagoas.

CONCLUSÃO

Após oito meses de trabalho, embora se suspeite haver muito mais história a ser desvendada, a Comissão da Verdade dos Jornalistas Alagoanos acredita ter contribuído para reunir algumas pistas do que se abateu sobre os jornalistas alagoanos e órgãos de comunicação, durante a repressão estabelecida pela Ditadura Militar, pós 1964.

A partir do material reunido, foi possível identificar o quanto o jornalismo local foi amordaçado pela sucessão de fatos repressivos, a exemplo do mais brutal deles: o fechamento do jornal comunista a “Voz do Povo” (celeiro de profissionais motivados por ideais libertários, quase todos presos quando do empastelamento do jornal), e dos episódios de censura a demais veículos de comunicação da mídia alternativa e tradicional.

Verificou-se que o golpe não atingiu somente os jornalistas, mas os intelectuais, operários, comerciantes e todos que de alguma forma contribuíam para a divulgação de matérias que incomodavam o poder político imperante.

Também, a partir das informações levantadas, foi possível perceber o crescimento da autocensura nas redações (que perdurou após a Ditadura e ainda persiste), reforçada com o aval dos proprietários dos jornais, que, em Alagoas, com raríssimas exceções, apoiaram o golpe militar e se alinharam à Ditadura.

Por fim, vale ressaltar que o trabalho da Comissão da Verdade dos Jornalistas Alagoanos inspirou a criação de um grupo de pesquisa cujo objeto é o estudo sobre o discurso dos jornais no período inicial da Ditadura Militar. Orientado pelo professor Rogério Xavier, da Faculdade de Comunicação do Centro Universitário Cesmac/Alagoas e integrado por estudantes de Comunicação da instituição, o grupo já iniciou a análise das notícias publicadas pela mídia impressa naquele período e, quando da conclusão, encaminhará o trabalho à Comissão da Verdade.

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DO CEARÁ

Em novembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça para, no prazo de dois anos, apurar toda a violação aos direitos humanos praticada de 1946 a 1985 no Brasil. Vários comitês se instalaram em todo o País e comissões por categorias de trabalhadores foram formadas para subsidiá-la. Em janeiro de 2013, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) instalou a sua Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça. O objetivo da Comissão da Verdade dos Jornalistas era realizar amplo levantamento documental e iconográfico, recuperando a história dos jornalistas no período de 1964 a 1985. O propósito era registrar não apenas os casos de jornalistas mortos e desaparecidos, mas também de todos os que foram comprovadamente perseguidos, ameaçados, cassados, indiciados em processos, condenados, exilados, presos e torturados em função do exercício profissional. Em dia 27 de fevereiro de 2013, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará (Sindjorce) instalou a Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Ceará, cuja missão de presidir coube ao inesquecível Messias Pontes, militante comunista, jornalista e ex-diretor do Sindjorce, falecido em novembro de 2013. Além de Messias Pontes, a Comissão cearense foi integrada pelos jornalistas Eliézer Rodrigues, Marilena Lima, Nazareno Albuquerque e Rafael Mesquita, que teve a incumbência de pesquisar e trazer a público a perseguição aos jornalistas do Estado.

No Ceará, o golpe que depôs o presidente João Goulart encontrou abrigo nos governos militares de Virgílio Távora (1963/1966) e Plácido Castelo (1966/1971), bem como em todo o ciclo do coronelismo que se estendeu até 1983. Entre as práticas comuns da imprensa estava a legitimação de atos violentos praticados pelos militares contra os chamados “inimigos do regime”: jornalistas, estudantes, operários, presos políticos e pessoas em geral que se opunham ao regime. Além de prevalecer a versão oficial, que minimizava ou omitia as ações truculentas da repressão, os editoriais dos jornais se encarregavam de demonizar os movimentos sociais que se levantavam contra a ditadura.

A diretoria do Sindicato dos Jornalistas no Ceará, sob a presidência do jornalista Antônio Pontes Tavares, havia sido eleita para o biênio 62/64. A ata de reunião da nossa entidade sindical do dia 8 de maio de 1964 registrava a determinação para os novos e sombrios caminhos. “Por ordem do Comando do IV Exército, naquele dia, no salão de sessões da Casa do Jornalista, prédio da Associação Cearense de Imprensa (ACI), assumia a diretoria interventora, sob a presidência do jornalista Luís Sucupira”, diz o relatório ora apresentado.

O maior número de jornalistas atingidos diretamente pela ditadura civil-militar se concentrou no eixo Rio-São Paulo, mas em todos os estados houve perseguição aos que ousaram cumprir o ofício de denunciar o arbítrio. É o caso do jornalista Edmundo Maia, carinhosamente chamado de Mainha pelos colegas.

Mainha denunciou a morte de um trabalhador ferroviário sob tortura nas dependências do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) cearense. Em consequência, Mainha foi agredido na Praça do Ferreira por dois homens, a mando do então superintendente da Reffsa (Rede Ferroviária Federal S.A.), José Walter Cavalcante, que dá nome a um dos maiores bairros de Fortaleza.

Cabe ressaltar que, embora censurada, pequena parte da mídia procurava esclarecer o público sobre a interferência do regime militar na produção diária de notícias. Em geral, os veículos de comunicação cuidavam de se adaptar, além da linguagem, à abordagem apenas dos temas de interesse do governo. Em alguns casos, publicavam versões oficiais como se fossem reportagens dos próprios veículos. E, neste contexto, a própria estrutura das redações se encarregava de exercer a autocensura, em um escancarado esforço para construir a hegemonia do regime.

Muitas concessões de rádio e TV foram negociadas no período militar, sobretudo as redes regionais. A aliança com os generais assegurava aos empresários de comunicação a possibilidade de grandes negócios e de modernização das suas empresas. Era evidente, neste período, a ligação de donos dos principais veículos de imprensa com os militares. Os grandes jornais, as emissoras de televisão e rádio se engajaram nas estratégias de comunicação para construir a imagem positiva do regime junto à sociedade.

Foi no ambiente propício dos governos militares, da influência estrangeira e do apoio de empresários e dos meios de comunicação que se estabeleceram as perseguições, o cerceamento da liberdade de expressão e a violação dos direitos humanos. Situações que persistem até hoje, levando a mídia a ser concentrada nas mãos de poucos e ocasionando a criminalização dos movimentos sociais.

A construção de uma mídia livre, independente e cidadã passa pelo entendimento do que representou nas suas estruturas o período de 1964 a 1985. Particularmente, desde a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009, vem sendo amadurecido o debate para a construção de um novo marco regulatório capaz de reordenar esse sistema de comunicação que remonta a um período de exceção e extrema violação de direitos. Entre as propostas aprovadas na 1ª Confecom está uma nova plataforma política, institucional e jurídica a partir da construção de uma mídia plural e representativa da diversidade brasileira.

Ao completar 50 anos, o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 ainda se mantém sob o véu da história oficial. O silêncio e o desconhecimento sobre os reais efeitos dos atos extremados da ditadura ferem a dignidade dos brasileiros e perpetuam gerações incapazes de discutir a nossa própria história passada e presente.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará, por meio de sua presidente Samira de Castro Cunha, publica este relatório para que as violações aos direitos humanos dos jornalistas ocorridas neste período fiquem registradas na história e que este registro seja mais um dos muitos instrumentos às mãos da sociedade brasileira para exigir que a justiça seja feita. “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça!”

A Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Ceará agradece à Associação 64/68 - Anistia em ceder documentos para efeito de pesquisa. Agradecimentos também aos companheiros Paulo Verlaine, Francisco Inácio de Almeida e Zelito Magalhães. Em memória de Messias Pontes, Blanchard Girão, Edmundo Maia, Durval Aires e Luciano Barreira. A todos os jornalistas que tiveram e ainda têm seus direitos violados no exercício da profissão.

A imprensa cearense na ditadura militar

Decorridos poucos dias após o golpe comandado por militares, de 1º de abril de 1964, o então editor do jornal Gazeta de Notícias, Dorian Sampaio, foi intimado pelo general Itiberê Gouveia do Amaral, comandante da 10ª Região Militar, em Fortaleza, a comparecer à sede daquele regimento militar. Sem constrangimento, e direto ao assunto o militar informou ao jornalista que soubera, por meio de uma carta anônima, que ele acolhia “elementos comunistas” em sua casa.

Ainda no mesmo mês, Dorian Sampaio voltaria àquela caserna, juntamente com outros editores e proprietários de empresas jornalísticas (rádio, jornal e televisão). Desta feita, para serem notificados, pelos coronéis Borba e Wolfuang, sobre as primeiras ordens da ditadura militar a serem cumpridas pelas empresas no noticiário diário: a partir daquela data estava proibido falar ou escrever sobre jogo do bicho ou de aumento nos preços de produtos vendidos em feiras livres. Segundo o próprio Dorian, por orientação do coronel do Exército, Hortêncio de Aguiar, a censura nas redações passou a ser feita pelos próprios diretores e editores das empresas, inclusive por ele.

No final daquele amargo abril para a democracia brasileira, diretores da Associação Cearense de Imprensa (ACI) visitaram o comando do Exército com o objetivo de externar solidariedade e apoio ao “movimento vitorioso no Brasil”, conforme discursou, na ocasião, o presidente da ACI, Antonio Carlos Campos de Oliveira. Estava implantada e aceita, sem problemas, a censura informal na imprensa cearense, antecedendo em quatro anos - a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968, que determinava que todas as publicações sofressem censura prévia.

Na sua totalidade, a imprensa brasileira adotou, naqueles primeiros anos de governo militar, a política da acomodação, em nome da subserviência. Aqui no Ceará não poderia ser diferente. Os principais jornais locais publicaram editoriais e artigos exaltando a quartelada contra a “balbúrdia do comunismo ateu que ameaçava o País”. O Povo, no dia 3 de abril de 1964, saiu com editorial, sob o título A paz alcançada, salientando que “A vitória da causa democrática abre o País à perspectiva de trabalhar em paz e de aceitar que essa perspectiva seja toldada, que os ânimos sejam postos a fogo. Assim o querem as Forças Armadas, assim o quer o povo brasileiro e assim deverá ser pelo bem do Brasil”. A matéria, no dia 17 do mesmo mês, na capa do Correio do Ceará, outro matutino cearense de grande circulação à época, aplaudia a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada por vários setores da sociedade cearense, demonstrando apoio ao golpe militar contra “o comunismo, a corrupção e a baderna do País”.

Além da acomodação e bajulação das empresas jornalísticas junto aos novos governantes, entre os redatores e repórteres que trabalhavam em empresas, na Capital cearense, o clima era de perseguição, sob suspeita de ideal comunista ou por motivos pessoais e de delação à polícia: profissionais perderam emprego, alguns presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No livro Além das armas - Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar, o autor, Airton de Farias, na página 32, faz a seguinte observação: “Segundo alguns jornalistas que trabalhavam no Correio do Ceará, à época da ditadura e cujos nomes manteremos anônimos, o chefe de redação era militar notório colaborador do Regime e que chegou mesmo a perseguir colegas de profissão sob o pretexto da 'subversão'. Essa proximidade do periódico com os militares ficou explícita, quando se observa o anticomunismo exaltado em suas páginas e os 'furos' de reportagem que dava no concorrente O Povo, como se tivesse acesso às informações privilegiadas”, assinalou o pesquisador.

Quase todas as informações acima citadas pelo historiador correspondem aos fatos sobre delações contra profissionais de jornalismo daquela época, menos uma: o informante da Polícia Federal não era militar. Na verdade, o autor do livro estava se referindo a Francisco Teobaldo Mourão Landim. Pois, além de ser jornalista, era advogado, funcionário público estadual (lotado no Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER) e também professor do curso de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC). No começo da década de 1970, Teobaldo Landim comandava a redação do Correio do Ceará e também apresentava as manchetes do dia no telejornal Dimensão Total, na extinta TV Ceará Canal 2, do mesmo grupo do impresso, os Diários Associados.

Primoroso informante

Ironicamente, conforme documento, hoje sob a guarda do Arquivo Nacional, em Brasília, Teobaldo Landim, segundo o Serviço Nacional de Informações (SNI), possuía “antecedentes negativos”, porém, antes do golpe militar de 1964. O documento, considerado “confidencial”, datado do dia 1º de março de 1972, enviado pelo Departamento de Polícia, sediado em Fortaleza, ao SNI, em Brasília, contém o seguinte perfil do jornalista: “Chefe de reportagem dos Diários Associados, no seu período de adolescência, como estudante, integrou a União Brasileira dos Estudantes Secundários, conhecida pela sigla UBES, em razão do que, com o

advento da Revolução, foi ouvido em IPM (Inquérito Policial Militar) instaurado para apurar atividades subversivas dos integrantes daquela associação estudantil, sem que, todavia, tivesse sido indiciado naquele processo militar. Sua atividade como jornalista tem sido franca, de apoio integral aos princípios revolucionários, através de jornais, emissoras de rádio e televisão. Nos contatos com esta Delegacia Regional desde 1968, não se tem furtado às informações solicitadas, mostrando-se um primoroso informante, fornecendo elementos que muito contribuem para o bom êxito das investigações a cargo deste órgão. Sua atitude franca e leal ao princípio jornalístico e seu espírito de colaboração com os meios de segurança lhe tem criado animosidades, contra o qual pesam, de quando em vez, acusações que, apuradas, se concluem com a total improcedência, conforme o encaminhamento nº 090/71/SNI/AFZ, cuja resposta foi dada pelo ofício 318/71”.

“A contribuição do referido jornalista é sentida e repudiada”, continua o relatório policial, “no meio da Imprensa, segundo se deduz pela entrevista por ele dada ao jornal O Estado, na qual é indagado 'se é ou não é dedo duro' dos órgãos de informações. Recentemente, quando dos festejos carnavalescos, foi apontado como chefe do serviço real de informações”. Teobaldo Landim morreu, em 1984, um ano antes do fim da ditadura, vítima de desastre automobilístico.

Edição do O Povo apreendida

Mesmo sendo apoiador de primeira hora do golpe civil-militar, o jornal O Povo teve a edição, do dia 15 de fevereiro de 1971, apreendida pela Polícia Federal. Na ânsia de “furar” a concorrência, especialmente o Correio do Ceará, publicou uma matéria, porém sem o aval dos militares. No caso, a prisão da 'terrorista' Jane Vasconcelos Dantas, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Os agentes da PF foram implacáveis e consideraram que a divulgação do fato, durante as investigações em andamento, poderia acabar como propaganda do 'terrorismo'.

Na edição do dia seguinte, o jornal publicou editorial, na primeira página, protestando contra o ocorrido, citando um telegrama enviado ao Ministério da Justiça, justificando que não desejava atrapalhar as investigações e sim “mostrar-se como um jornal respeitável e com assinalados serviços aos ideais da Revolução”.

Atuação dos correspondentes

Naqueles tempos, os principais jornais sediados em São Paulo e no antigo Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, mantinham, em várias capitais brasileiras, sucursais ou correspondentes. Em Fortaleza, trabalhavam jornalistas contratados pelo Estado de São Paulo, Última Hora e Jornal do Brasil. A falta de informações mais detalhadas de notícias sobre alguns assuntos omitidos pela imprensa local era suprida, via o noticiário enviado pelos correspondentes de seus respectivos jornais.

O caso mais emblemático foi a morte do líder ferroviário José Nobre Parente, 37 anos, dentro do xadrez do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. A versão publicada nos jornais de Fortaleza assegurava que o trabalhador, “enloquecido”, cometera suicídio, usando um cinturão. Já na edição do jornal carioca Última Hora, do dia 24 de maio de 1966, em entrevista ao correspondente Edmundo Maia, a viúva questionava a Polícia, afirmando que o marido havia sido assassinado com uma pancada na cabeça. A matéria é complementada com a determinação do então chefe de Polícia, coronel Clóvis Alexandrino Nogueira, que “proibia expressamente que a imprensa tomasse conhecimento dos detalhes do caso”.

No mês seguinte, o correspondente do Última Hora, Mainha, como era conhecido, foi agredido por dois homens, na esquina entre as ruas General Sampaio e Guilherme Rocha, no Centro de Fortaleza. Conforme o livro *Rebeldes pelos Caminhos de Ferro*, do jornalista Nilton Almeida, foi citado como suspeito de ser o mandante o então superintendente da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - REFFSA, José Walter Cavalcante (logo depois seria nomeado prefeito biônico de Fortaleza), que divulgou nota, na imprensa local, dizendo jamais ter dado “qualquer atenção aos escritos de um gratuito caluniador identificado elemento subversivo, fichado na Secretaria de Polícia e Segurança Pública como comunista, já muito conhecido como provocador de casos desta natureza”.

Outro assunto que mereceu destaque na imprensa do Sul, foi o sequestro e espancamento que o jornalista Venelouis Xavier Pereira, diretor do jornal cearense *O Estado*, sofreu por parte de oficiais da Polícia Militar do Ceará. Venelouis criticara, nas páginas do seu jornal, o comportamento do comando da PM. Sob o título *Jornalista espancado vai a exame no Instituto Médico Legal*, o *Jornal do Brasil* publicou, no dia 14 de novembro de 1972, matéria do correspondente em Fortaleza (não consta o nome do jornalista) sobre o ocorrido. O crime, praticado por dez oficiais da Polícia Militar do Ceará, ocorreu numa área totalmente deserta, próximo ao Autódromo Virgílio Távora, no atual município de Eusébio, à época, distrito de Aquiraz.

O Nordeste denuncia problemas econômicos e sociais

Nesse contexto de medo e falta de ânimo da imprensa cearense, sob o tacão de agentes policiais, em aprofundar informações, espelhar dramas da sociedade local, um jornal católico, que nos últimos anos de existência enfrentava crise financeira, mudava o seu perfil editorial, essencialmente anticomunista. Era *O Nordeste*, fundado em 1922, de propriedade da Arquidiocese de Fortaleza, que envolvido em crise financeira, nos primeiros anos daquela década de 1960, fez com que seu diretor comercial, Geraldo Fontenele, mudasse a postura da linha editorial, atitude que desagradou a grande parte dos assinantes, católicos e conservadores. Motivado pela importância concedida pelo Concílio Vaticano II (1962) ao papel da “igreja dos pobres”, *O Nordeste* ignorava a orientação do governo militar para a imprensa não divulgar problemas econômicos, inflação e injustiça social.

São daqueles tempos as seguintes chamadas, corajosas, de primeira página, inimagináveis em outros impressos citadinos: “Governo vai cobrar aluguel de quem mora em casa própria e aumenta salário de deputados”; “Fome e doenças ameaçam duas mil pessoas no Nordeste” e “Enchentes deformam o rosto do sertão”. Por não aceitar os novos enfoques editoriais, considerados “progressistas e esquerdistas”, o jornalista Luís Sucupira, um dos fundadores do impresso, afastou-se do jornal. Detalhe: em maio de 1964, Sucupira assumia o cargo de interventor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará, indicado pelo comando do IV Exército. Divergências internas, debandada de assinantes e anunciantes decretaram o fechamento d' *O Nordeste*, em 1967.

Em 1971, o Brasil vivia a época do “milagre econômico”, preconizada pelo governo. Já na área da saúde pública, a epidemia da meningite se alastrava pelo país. Enquanto especialistas faziam levantamentos, demonstrando cientificamente a existência da doença, as autoridades de saúde negavam a realidade. Pânico generalizado. Os hospitais abarrotados de doentes. Depois de muita pressão das classes sociais mais abastadas é que o governo, finalmente, em 1974, reconheceu a epidemia. Porém, como ela não existia oficialmente até aquele momento, faltava tudo: medicamentos, roupas de cama, funcionários em quantidade suficientes.

O Hospital Emílio Ribas – o único que tratava de meningite, pioneiro na saúde pública do Brasil, em São Paulo - tinha 300 leitos, mas estava com 1.200 pacientes internados. Havia gente em corredores, em cima de

pias, para tudo o que era canto. Aí, não foi possível mais se esconder. Segundo o especialista José Cássio de Moraes, as autoridades, então, foram obrigadas a admitir publicamente que havia epidemia de meningite. “Só na cidade de São Paulo foram 12.330 casos, o que dá 33 por dia. Óbitos foram cerca de 900. Se nós considerarmos a população atual da capital seriam 20 mil casos de meningite no ano e quatro mil óbitos. Era realmente uma situação gravíssima”. A imprensa, sob censura, estava amordaçada.

Durante o período da censura prévia aos meios de comunicação (1968/1978), a imprensa chamada de alternativa (O Pasquim, Ex-, Opinião, Movimento, por exemplo) enfrentava com desassombro a repressão da ditadura.

No Ceará, o “nanico” Mutirão - criado em 1977, reunia intelectuais, um pequeno grupo de profissionais de imprensa, coordenados pelos jornalistas Gervásio de Paula e Paulo Verlaine, e por militantes de partidos políticos de esquerda, principalmente do PC do B. Além ser porta-voz do Movimento de Anistia Política do Ceará, o jornal apoiava denúncias e reivindicações populares, nos bairros de Fortaleza. Sem periodicidade constante, pouca adesão de anunciantes e desavenças ideológicas internas, o Mutirão encerrou suas atividades em 1982.

O Democrata: o porta-voz das lideranças sindicais

Mesmo sendo extinto seis anos antes do golpe de 1964, em Fortaleza, O Democrata era citado pelos militares, quando dos interrogatórios dos jornalistas indiciados como “elementos comunistas e subversivos”. Os questionamentos eram comandados pelo tenente-coronel Hugo Hortêncio Aguiar e ocorreram durante o ano de 1964, nas dependências do quartel do 23º Batalhão de Caçadores. Motivo da preferência militar: o jornal pertencia ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Algo assim obsessivo, como por exemplo: saber até que ponto chegava o envolvimento partidário dos profissionais com a linha editorial da empresa, conforme esta Comissão da Verdade constatou na documentação pesquisada. Alguns jornalistas, adeptos do Partidão e presos, como o editorialista Durval Aires, confirmavam enfaticamente a ligação com o PCB. Odalves Lima, detido não por ser, à época, editorialista d'O Povo, e sim porque havia trabalhado no jornal comunista, tempos atrás, embora tenha passado por outras empresas jornalísticas. No interrogatório, Odalves negou que era comunista, pois, havia abandonado as fileiras do partido, por não concordar com certos padrões do partido. No período em que ficou preso (de 3 a 6 de abril), ele foi visitado pelo editor geral do O Povo, jornalista J. C. Alencar Araripe.

Outros profissionais de imprensa que trabalharam n' O Democrata, nem sequer eram simpatizantes da ideologia da agremiação partidária, mesmo assim eram intimados para interrogatórios.

Comprado em 1946, pelo jurista Olavo Oliveira, O Democrata seguia linha editorial preocupado com as discussões da classe trabalhadora: exploração da mão-de-obra operária, questões sobre terra, transporte, educação e outras necessidades e reivindicações do operariado. Dois anos depois, colocado o partido na ilegalidade, o jornal foi suspenso por seis meses, como consequência da perseguição aos comunistas, comandada pelo governo (1946/1951) do general Eurico Gaspar Dutra. Era tempo da divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, entre Leste e Oeste, no pós-guerra, provocada pela cisão entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética. Entre o comunismo e o capitalismo, o governo brasileiro optou por seguir a ideologia do imperialismo ianque.

Com a ascensão ao poder pela segunda vez, em 1951, o presidente Getúlio Vargas estabeleceu governo democrático, prometendo melhorias e abrindo possibilidades para a expansão do movimento sindical, muito reprimido no governo anterior. É nesse contexto que *O Democrata* retomava, com vigor, seus princípios editoriais. Com a inflação provocando custo de vida acima do salário mínimo e maior liberdade para a

mobilização sindical, o jornal tornou-se o principal porta-voz das lideranças sindicais, durante parte da década de 1950, até sua extinção em 1958.

Em 2002, o jornalista Zelito Magalhães, pesquisando no acervo da hemeroteca da Biblioteca Menezes Pimentel, sobre a história dos jornais cearenses, percebeu a falta de edições d' *O Democrata*. No artigo *A morte de um jornal*, publicado no jornal *O Povo*, edição de 18 de agosto daquele ano, ele relatou o fato: “Qual não foi a minha surpresa, quando um funcionário da Biblioteca me deu a notícia que as coleções do vespertino haviam saído do acervo, ou melhor dizendo, tinham sido incineradas por ordem da Revolução de 1964. Quase não acreditei”. E completou: “Com o desaparecimento do arquivo d' *O Democrata*, perdeu-se, nas vagas dos tempos, precioso capítulo, mutilando a história da imprensa cearense”.

Intervenção no Sindicato dos Jornalistas no Ceará

A eleição de um general, Murilo Borges, para prefeito de Fortaleza, empossado um ano antes do golpe militar, foi uma premonição. Profissionais da imprensa cearense, dali por diante, iriam sofrer atormentações e perseguições, comandados pelos militares, coadjuvados por segmentos da sociedade, como por exemplo, a igreja católica. Poucos dias anteriores ao golpe, a ata de sessão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará, de 21 de março de 1964, registrava uma admoestação contra a sindicalista Adísia Sá.

Está anotada, no documento sindical sobre a citada reunião, a palavra do diretor, jornalista Inácio de Almeida, “que falou sobre o cerceamento sofrido pela confreira Adísia Sá, que não fora admitida como professora do Colégio Municipal, por ter sido considerada subversiva”. Prossegue o registro da ata, esclarecendo que o então prefeito de Fortaleza havia sido procurado pelo padre Tito Guedes, em nome do bispo Dom Delgado, e que “desaconselhara a nomeação da citada colega por professar ideologia condenável. Por se tratar de condenável cerceamento da liberdade de pensamento, a diretoria do sindicato resolveu publicar nota na imprensa, repudiando tal procedimento e traduzir a disposição de lutar contra qualquer tentativa nesse sentido”. Todavia, devido a interferência do vereador Arlindo Sá, Adísia finalmente foi nomeada.

Além das prisões de dezenas de jornalistas, nos primeiros momentos do governo militar, a diretoria do Sindicato da categoria sofreu um duro golpe: a intervenção. A ata de reunião da agremiação sindical, do dia 7 de maio de 1964, registrava a determinação para os novos e sombrios caminhos. Por ordem do Comando do IV Exército, naquele dia, no salão de sessões da Casa do Jornalista, prédio da Associação Cearense de Imprensa (ACI), era empossada a diretoria que substituíra a que havia sido eleita, para o biênio 62/64. Ao jornalista Luís Sucupira, ligado à igreja católica, foram atribuídas as funções de interventor. Aliás, de intervenção sob baionetas, ele entendia: na ditadura anterior, durante o Estado Novo (1937/1945), ele foi “secretário de governo e interventor federal interino do Estado do Ceará”, conforme consta no trabalho *Os membros da Academia Cearense de Letras de Ontem*, assinado por José Murilo Martins. As atas de reunião da diretoria do Sindicato daquele período de intervenção, que durou dois anos, sumiram.

A postura dos jornalistas, segundo a Polícia Federal

Está sob a guarda do Arquivo Nacional, em Brasília, um documento do Departamento de Polícia Federal - Delegacia Regional - Ceará. Destinado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), datado de 01/03/1972, a peça analisa a atuação dos jornalistas cearenses, naquele período. Eis a íntegra do documento:

“A situação hoje, na Imprensa, é de tranquilidade aparente. Existe um potencial de esquerda que não se manifesta, em função do sistema de controle, montado pelas autoridades de segurança. Mesmo assim, aqui e ali, os fatos surgem de forma sutil, como a cobertura às ações do Vietnã do Norte e às dos

movimentos nas diversas partes do mundo, identificados com as ideias marxistas, dando-se ênfase a tudo aquilo que advém dos países de esquerda, desfigurando-se a ação de algumas nações, principalmente os Estados Unidos da América do Norte, que lideram a corrente democrática. Quanto à atuação de jornalistas neste Estado, há aqueles que, embora tenham um passado ligado ao movimento de esquerda, hoje, estão completamente afastados, colaborando com os órgãos de segurança e apresentando uma imagem fiel do governo. Outros, integram uma área de descontentamento político, por aspectos ideológicos contrários à Revolução, ou por mero inconformismo social. Estas duas características têm criado dificuldades às pessoas que, na Imprensa, colaboram com os órgãos de segurança, esperando eles apenas uma abertura qualquer para uma ação mais franca”.

A prisão de Dorian Sampaio

Entrou para o folclore da política brasileira o episódio da prisão, em casa, do então deputado estadual, o jornalista Dorian Sampaio (1927/2.000) em 1964. O próprio Dorian contou a história, no depoimento que concedeu para o livro *História & Memória do Jornalismo Cearense*, publicado, em 2004, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará .

“... Eu não tinha nada a ver com negócio de contrabando de café; tinham prendido oito e vieram me prender.

E eu disse:

- Não, eu sou deputado, tenho minha imunidade - disse ao capitão.

Aí, ligaram para o coronel, que era esse Mário, General... candidato a governador, um altão...

- Coronel, olhe, o deputado disse que tem imunidade e que não ia sair daqui, não.

Aí, o coronel falou:

- Arraste de qualquer forma.

O capitão disse-me:

- Meu comandante mandou que eu o arrastasse. Pelo amor de Deus, lembre-se da nossa amizade.

Eu argumentei:

- Carvalho, você teve o direito de falar com seu comandante. Eu vou falar com o meu, que é o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Mauro Benevides. E liguei:*

- Mauro, estou com a casa cercada e um capitão aqui quer me levar de qualquer maneira. Estou dizendo que tenho imunidade e o que é que você acha que devo fazer. Ele disse:

- Resista!

Só fiz desligar o telefone, e voltei a falar com o capitão:

- Carvalho, eu não tive a mesma sorte que você. O meu comandante disse que resistisse.

Aí ele ficou, ficou e dizendo:

- Dorian, vamos fazer o seguinte: eu te dou vinte minutos para a gente esperar. Depois você liga para ele, de novo.

Passado o tempo, voltei a ligar:

- Mauro, rapaz eu estou...

E ele:

- Rapaz, você ainda está aí? Se entrega, homem! Pois, fui ao general André Fernandes e ele nem me recebeu”.

* Mauro Benevides é deputado federal pelo PMDB e integrante da Comissão de Ética dos Jornalistas no Ceará.

A saga da Rádio Dragão do Mar

Após o famoso comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, o então Presidente da República João Goulart dava sinais de sua frágil governabilidade. O tema principal do comício, a Reforma Agrária, atiçou as oposições conservadoras e os quartéis.

O ensarilhar das baionetas soava aos ouvidos mais sensíveis como ameaça de golpe nas redações dos veículos de comunicação dominantes na época – rádios e jornais. Em Fortaleza, a *Rádio Dragão do Mar* já firmara posição em favor de Goulart desde a formação da *Rede da Legalidade*, organizada por Leonel Brizola a partir de Porto Alegre, sob a liderança da *Rádio Guaíba*, com o intuito de assegurar a posse do seu cunhado na Presidência da República, em virtude da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

Alinhado politicamente ao ex-presidente João Goulart, o seu proprietário e deputado federal Moisés Pimentel manteve-se coerente até o último dia de funcionamento da *Rádio Dragão do Mar* e como parlamentar até o dia de sua cassação pelo regime militar, logo na primeira leva, em 1964. A exemplo das demais emissoras da *Rede da Legalidade*, os principais editoriais da emissora cearense – cuja denominação homenageava o jangadeiro Francisco José do Nascimento, herói da abolição da escravidão e cognominado o Dragão do Mar – não só defendiam os princípios constitucionais como apoiavam as reformas chamadas de base, dentre elas a Reforma Agrária, a de Remessa de Lucros, o Estatuto do Trabalhador Rural e a Reforma Urbana. Seus microfones passaram a ser a tribuna dos sindicatos de trabalhadores nas suas reivindicações e ações de luta política.

Inaugurada em 25 de março de 1958, dia comemorativo da abolição da escravidão no Ceará, a Rádio Dragão do Mar foi fundada com objetivos político-partidários pelas lideranças do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro do Ceará e que teve papel decisivo na eleição do petebista José de Parsifal Barroso para o Governo do Estado, impondo uma derrota à UDN, liderada pela família Távora.

Com a eleição de Parsifal, os investidores perderam o interesse pela emissora, embora líder de audiência e possuidora de um elenco de profissionais da melhor qualidade no esporte, no jornalismo e no rádio-teatro. Todavia, a liderança estava assegurada devido aos elevados custos financeiros. O PSD negociou então o comando da rádio com o empresário Moysés Pimentel, à época presidente regional do PSP. A partir daí, a *Dragão*, com prestígio já consolidado, passou a abrir seus microfones para reivindicações das classes operárias, estudantis e camponesas. Antenada com as grandes questões nacionais, posicionou-se em 1961 a favor da posse do vice João Goulart na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros. No episódio, a *Dragão* foi a única emissora cearense a favor de Goulart, assumindo compromisso com as metas do novo governo.

No auge do prestígio popular, em decorrência da postura política assumida, a cúpula da emissora concorreu a cargos legislativos, nas eleições de 1962, com grande votação. Foram eleitos o empresário Moysés Pimentel para a Câmara Federal; o diretor de Programação, jornalista Blanchard Girão, o jornalista e comentarista da emissora Peixoto de Alencar e o diretor Administrativo Aécio de Borba para a Assembleia Legislativa do Ceará.

A *Rádio Dragão do Mar* foi fechada pelos militares logo após o desfecho do golpe militar, na manhã de 1º de abril de 1964, com a prisão de três dos seus profissionais – Blanchard Girão, Nazareno Albuquerque e Peixoto de Alencar – e só voltou a funcionar em 1967, sem o mesmo brilho dos anos de glória, sob o comando do general da reserva Almir Macedo de Mesquita. Posteriormente passou para o domínio da família Cals.

A noite que silenciou o microfone dos trabalhadores

Depoimento do jornalista Nazareno Albuquerque, que estava trabalhando no estúdio da *Rádio Dragão do Mar* no dia do golpe:

“Naqueles anos, o rádio Transglobe Philco e alguns raros equipamentos profissionais para sintonias mais finas e captação de código Morse das agências de notícias, eram as principais fontes das redações dos jornais e rádios com os Estados, Distrito Federal e o exterior. Como recursos mais sofisticados, recorria-se à Radional (serviço de radiocomunicação), dos Correios e Telégrafos, e a Western Telegraph. Um cenário completamente diferente do mundo digital de hoje.

A manhã de 31 de março de 1964 desenhava uma névoa no velho casarão da Av. do Imperador, onde operava a Rádio Dragão do Mar. Sinais de turbulência com o agravamento do cenário político nacional. Após contatos da direção local com o proprietário e deputado federal Moisés Pimentel, via Radional, nosso diretor Blanchard Girão recebia instruções para integrar a Rede da Legalidade, retransmitindo a Rádio Guaíba durante a programação. A formação da cadeia entrou mais consistentemente em operação a partir das 17 horas, quando o sinal de retransmissão permitia a sintonia com som quase local da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, uma das mais possantes daquela época e que se tornou cabeça da rede durante a noite pela proximidade com os fatos do Distrito Federal e por ser a principal porta voz da Presidência da República. Seu gestor de radiojornalismo era o paraibano Palmeira Guimarães, jornalista brilhante e que estruturou o jornalismo da Rádio Uirapuru, onde ficou três anos e fez escola como repórter, redator e locutor. Com ele aprendi as primeiras lições da profissão e fiz grande amizade.

Faço este relato porque ele foi decisivo para o nosso conteúdo informativo. A equipe de jornalismo tinha através de mim e algumas vezes pelo jornalista Wilson Ibiapina o acompanhamento atualizado da evolução dos fatos políticos que rondavam o Governo Goulart. Através do Palmeira, tivemos acesso a muitas informações 'em off' daquelas transmitidas pela Rede da Legalidade, para até mesmo o resguardo físico da redação.

Nosso último contato foi às 3 horas da manhã de 1º de abril, na Radional, que estava de plantão. Palmeira Guimarães já dispunha de notícias de mobilização das tropas militares e traçava com pessimismo o quadro político. O desfecho do golpe estaria próximo e a conversa de Palmeira comigo foi quase lacônica.

Retornei à rádio com meu companheiro de jornalismo (minha memória peca ao não lembrar seu nome), para a produção do radiojornal da manhã. Por volta de 5h30min bateram à nossa porta os primeiros líderes sindicais em busca de notícias. Suas palavras de ordem eram mobilização, greve geral, defesa da legalidade e das reformas. Às 6 da manhã entra o radiojornal, com duração de 60 minutos. Às 6h15min começaram as primeiras entrevistas com as lideranças sindicais mobilizadas na defesa do Governo Goulart. Por volta das 6h30min estacionam em frente a rádio duas viaturas do Exército, com um pelotão fortemente armado. Como o estúdio da rádio ficava no segundo pavimento, não deu para perceber a movimentação. Os primeiros a perceberem foram os sindicalistas que não estavam no estúdio, e conseguiram fugir pelos fundos do amplo terreno da emissora. A subida dos militares ao segundo piso foi identificada dentro do estúdio pelo bater dos coturnos na escada de madeira. Pelo vidro do estúdio, tive a percepção de que houvera a ocupação da rádio pelos militares. Ainda deu tempo de improvisar as últimas palavras ecoadas pela Dragão: Até a Vitória Final! Os cabos foram arrancados, a mesa de áudio desmontada com violência, os transmissores lacrados. Estava fora do ar a Rádio Dragão do Mar.

Não existia ordem de prisão contra ninguém, mas a de todos abandonarem a emissora, a qualquer custo. Imediatamente. Sem aglomerar, cada um tomasse seu caminho, em silêncio. Assim foi feito, e assim a

Dragão do Mar ficou em silêncio durante três anos. Pela sua independência noticiosa, a coragem de debater os fatos mais polêmicos daquela época, o posicionamento aberto na cobertura do movimento sindical e estudantil, ela foi um marco histórico da comunicação no Brasil”.

Jornalistas presos e perseguidos

JOSÉ BLANCHARD GIRÃO RIBEIRO

Filho de José Augusto Ribeiro e Maria Luiza Ribeiro, nasceu em 1929, no município cearense de Acaraú. Jornalista profissional desde 1945, a partir de então trabalhou ininterruptamente em diferentes empresas de comunicação (rádios, jornais e agências de publicidade), até 1962, quando se elegeu deputado estadual. Cassado em 1964, seu último cargo jornalístico, daquela época, foi o de diretor de programação da *Rádio Dragão do Mar*, emissora de linha editorial bastante aberta, apoiando movimentos populares de sindicalistas, estudantes, funcionários públicos, etc. À época, Blanchard era autor do editorial da emissora, uma crônica diária, intitulada *A Nossa Palavra*, de repercussão, em Fortaleza, e em todo Ceará.

Com a eclosão do movimento militar de 1º de abril de 1964, foi um dos primeiros atingidos. Na noite de nove do mesmo mês, tinha o seu mandato cassado, juntamente com outros cinco parlamentares, pela Assembleia Legislativa. Na mesma noite, foi preso e conduzido para o quartel da 10ª Região Militar, sendo em seguida transferido para o quartel do 23º Batalhão de Caçadores, onde permaneceria até o dia 21 de dezembro daquele ano, totalizando oito meses. Ainda durante a prisão, sofreu um duro golpe pessoal: seu pai, juiz de Direito, na Comarca de Icó/CE, deprimido com a prisão do filho, praticou o suicídio, fato que o abalou profundamente. Também durante a sua permanência no cárcere, nasceu seu terceiro filho, em outubro de 1964.

Uma vez em liberdade, ainda com os direitos políticos suspensos, manteve o sustento de sua família advogando, já que era bacharel, formado pela Faculdade de Direito do Ceará.

Reconquistados seus direitos políticos, em 1974, voltou a exercer a profissão de jornalista, contratado pela empresa *O Povo*, onde militou por 14 anos, ocupando várias editorias, inclusive a de Editor Chefe. Deixando aquele jornal, ainda trabalhou no matutino *JD (Jornal do Dorian)*, foi diretor da *TV Educativa do Ceará*, e produtor de programas da *Rádio Iracema*. Aposentou-se em 1979, ano em que foi assinada a Lei da Anistia.

Em 2001, foi proposto e aprovado o requerimento do deputado e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, à época, Wellington Landim, o projeto de resolução destinado ao reconhecimento do decoro parlamentar dos ex-deputados Blanchard Girão, Amadeu Arrais, José Fiúza Gomes, José Pontes Neto, Aníbal Bonavides e Raimundo Ivan Barroso de Oliveira, que tiveram os seus mandatos cassados, através da Lei estadual nº 7.184, de 10 de abril de 1964, sob o fundamento da falta de decoro parlamentar. Blanchard faleceu em 2007.¹²

PAULO VERLAINE COELHO

Brasileiro, jornalista, casado, filho de Paulo Coelho e Dulce Pereira Coelho, nascido em 28 de março de 1950, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. É associado do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará (Sindjorce) desde o dia 1º de fevereiro de 1978.

Entre os anos de 1977 e 1984, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Ceará (SR/DPF/CE) registrou fatos e situações, sobre Paulo Verlaine:

Em 1977, teve o seu nome relacionado, pelos órgãos de Inteligência, entre as pessoas que possuíam

registros de envolvimento com o *Grupão*, denominação de algumas entidades radicadas em Fortaleza/CE que desenvolviam atividades subversivas e/ou contestatórias ao regime de então. À época, Paulo Verlaine era ligado ao jornal cearense *Mutirão*.

Em 25 de abril de 1978, Paulo Verlaine e outras pessoas foram ouvidas na Polícia Federal, no Ceará, por terem colaborado com matérias escritas para o jornal *Mutirão*, o qual estava sendo investigado pela Polícia Federal, por não ter preenchido, até aquela data, o requisito legal para registrar-se em Cartório.

Em 30 de abril de 1983, em Fortaleza, participou do lançamento do *O Popular*, idealizado por um grupo de intelectuais cearenses vinculados às facções comunistas, especialmente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), de quem era simpatizante. À época, era diretor-editor do referido jornal, bem como participava de sua redação e do Conselho Editorial.

Em 1984, trabalhando no jornal *O Povo*, foi autor de um artigo que defendia o Colégio Eleitoral. Ainda no mesmo ano, foi considerado pelos órgãos de segurança como “atuante em movimentos contestatórios e propaganda adversa”.¹³

Antes de ingressar na profissão de jornalista, Paulo Verlaine começou a participar do movimento estudantil, a partir de 1968, engajando-se na oposição política ao regime de exceção. Foi preso no dia 13 de junho de 1969, e indiciado na Lei de Segurança Nacional, ao ser flagrado, pichando muros, criticando a visita ao país do empresário norte-americano Nelson Rockefeller, considerado amigo da ditadura militar no Brasil. Naquele tempo, além de aluno do Colégio Farias Brito, Paulo Verlaine era funcionário público, concursado, trabalhando na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de onde foi demitido cinco dias depois da prisão.

Paulo Verlaine esteve preso até o dia oito de outubro de 1969, quando teve prisão relaxada pela Auditoria da 10ª Região Militar, passando a responder o processo em liberdade. No dia 24 de novembro de 1969, foi absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça para o Exército.¹⁴

DURVAL AIRES DE MENEZES

Cearense, nascido em Juazeiro do Norte, em 13 de fevereiro de 1922, filho de Otávio Aires de Menezes e Marieta Franco de Menezes, tornou-se profissional de imprensa cearense, a partir de 1946, como redator-chefe do jornal *O Estado*, no mesmo ano em que entrou para o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No ano seguinte, foi demitido do Serviço Nacional de Febre Amarela porque publicou no *O Democrata*, jornal pelo qual era responsável, portaria da repartição que proibia “propaganda comunista dentro do órgão”.

Em 5 de julho de 1947, foi preso por agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Ceará (DOPS/CE), acusado de ser pichador e ter agredido um soldado da Polícia Militar, demonstrando sua revolta pela morte de um amigo comunista.

Após o golpe militar de 1964, foi preso no dia 25 de junho daquele ano e quando interrogado, no quartel do 23º Batalhão de Caçadores, declarou que confirmava a sua militância no PCB, como membro da organização de base, tendo desenvolvido atividades na célula da empresa editora do jornal comunista *O Democrata*.

Durval Aires trabalhou em vários jornais de Fortaleza: *Folha do Povo*, *Diário do Povo*, *Tribuna do Ceará*, *Gazeta de Notícias* (onde ficou 16 anos). Fundou e dirigiu, juntamente com Egberto Guilhon, o tablóide *Sete Dias*, a primeira experiência de jornal a cores no Ceará. Com a aquisição da *Gazeta de Notícias* pelo *O Povo*, ele se transferiu para o jornal da família de Demócrito Rocha, trabalhando como editorialista. Por último, esteve no *Diário do Nordeste*, onde entrou em 1983 e exercia a função de editorialista, até seu falecimento, em 1992, aos 70 anos de idade. Durval Aires também era membro da Academia Cearense de Letras.

MESSIAS ARAÚJO PONTES

Cearense, nascido em Fortaleza, jornalista, filho de Vicente Araújo Pontes e Georgina Arruda Pontes, iniciou sua militância política em Ação Popular (AP) no ano de 1967, tendo ingressado no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no início de 1972 com a incorporação da AP. Militou no PCdoB, como dirigente estadual, até seu falecimento, aos 66 anos, em 2013.

Durante a ditadura militar foi preso duas vezes, sendo a primeira em 29 de fevereiro de 1972 pela Polícia Federal em função de um programa na *Rádio Assunção Cearense* (à época pertencente à Arquidiocese de Fortaleza). O programa, que versava sobre a viagem do presidente Nixon à China, foi censurado, não indo ao ar. Dois meses depois foi demitido, juntamente com toda a equipe do Movimento de Educação de Base (MEB-Fortaleza);

Em 3 de junho de 1974 foi sequestrado por agentes do DOI-Codi, sendo levado para Recife, retornando a Fortaleza 35 dias depois para a Polícia Federal e posteriormente para o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Nessa época, já era professor do Estado, sendo demitido por ordem do Serviço Estadual de Informações (SEI), criado pelo então governador César Cals.

Depois de deixar o IPPS, foi trabalhar na cidade de Cametá, no interior do Pará, na Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), tendo sido demitido em janeiro de 1976 porque a coordenação regional descobriu que era militante do PCdoB.

Retornando a Fortaleza, integrou-se à equipe do jornal *Mutirão*, tendo sido agredido por um assessor especial do então governador Virgílio Távora e demitido da Organização das Cooperativas do Estado do Ceará (OCEC). Esse fato teve ampla repercussão na Câmara Federal, levado pelo deputado Iranildo Pereira (PMDB). A imprensa nacional repercutiu, mas em Fortaleza apenas uma notinha de canto de página no jornal *O Povo*, com a versão do agressor.¹⁶

ZELITO NUNES MAGALHÃES

Filho de Manuel Nunes Magalhães e Maria Dora da Silva, nascido no dia 08/04/1935, em Fortaleza. Começou a trabalhar em jornal, em 1955, como revisor do *O Povo*. Dois anos depois ganhou um concurso de reportagem promovido pelo mesmo jornal, com o trabalho *Carlos Câmara, um cearense esquecido*, sendo contratado. No ano seguinte, assumiu a chefia de redação do jornal *O Dia*.

Em agosto de 1963, o jornal que dirigia publicou matéria sobre a prisão arbitrária, segundo o referido impresso, de um servidor público, “depois de ter sido agredido pelo filho de um deputado, primo do então secretário de Polícia e Segurança Pública, coronel Clóvis Alexandrino Nogueira”.

Conforme documento enviado por Zelito Magalhães à Comissão da Anistia do governo federal, em 2002, a publicação da referida notícia no jornal *O Dia*, lhe causou profundos danos profissionais, no serviço público estadual. No exercício da profissão de Datiloscopista Auxiliar, via concurso público, foi dispensado, em ato assinado, pelo governador biônico Virgílio Távora, em 16 de maio de 1966. Devido à perseguição política, Zelito foi sumariamente demitido.

LUCIANO BARREIRA

No dia nove de abril de 1964, a Câmara Municipal de Fortaleza cassou o mandato do então vereador Luciano Barreira, sob a alegativa que faltara com decoro parlamentar. Não era. Na realidade, o que pesou contra o jornalista e escritor era o fato de ser militante e dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ter trabalhado no jornal comunista *O Democrata*, no final da segunda metade da década de 1950. Em dezembro

foi preso, no 23º Batalhão de Caçadores, acusado de pichamento, no município cearense de Quixadá, contra o regime militar.

Além de perder o mandato parlamentar, foi sumariamente demitido do emprego público, no Ministério da Saúde, lotado no Departamento Nacional das Endemias Rurais, hoje Fundação Nacional de Saúde. Depois da prisão, por 12 dias, ainda tentou trabalhar em jornais de Fortaleza, entre os quais *Correio do Ceará* e *Gazeta de Notícias*, onde já havia prestado serviço. Não conseguiu emprego.

A solução para a sobrevivência dele, da mulher, Iolanda Pinheiro, e de nove filhos menores, foi cuidar da fazenda de um cunhado, nos arredores de Brasília. Por três anos, chegou a trabalhar 12 horas por dia, inclusive como tratorista. Essa situação perdurou até 1979, quando foi promulgada a Lei da Anistia, que lhe permitiu aposentar-se, porém por tempo de serviço e com as perdas decorrentes, embora fosse estável ao tempo da demissão. O Estado do Ceará, por meio da Lei Estadual da Anistia, reconheceu seus direitos e concedeu-lhe indenização. Posteriormente, a Câmara Municipal de Fortaleza o reabilitou em relação ao processo de sua cassação.

No início dos anos 1980, foi ser o representante do Brasil na Revista Internacional, indo morar em Praga, na antiga Tchecoslováquia.

Como escritor, publicou os seguintes livros: *Os Cassacos*, *O Brasileiro que Sonhou com a Felicidade*, *Sementes de Tempestade*, *Muito Além do Amanhecer*, *O Pitoresco da Coisa Séria*, *Quixadá Alegre* e *Amazônia Retalhada*, considerado pelo autor a sua grande obra, que escreveu juntamente com os jornalistas Frota Neto e Gervásio de Paula. Luciano Barreira nasceu em Fortaleza, em 1926, e faleceu em 2009, em Brasília, onde morava e dirigia a Casa do Ceará, no Distrito Federal.

FRANCISCO INÁCIO DE ALMEIDA

Inácio de Almeida sofreu as consequências do golpe militar, sendo preso, por agentes da Delegacia de Ordem Social (Dops/SS-CE), nos primeiros dias da ditadura por mais de um mês nas dependências do quartel do 23º Batalhão de Caçadores, em Fortaleza, e submetido a Inquérito Policial Militar (IPM), sendo os autos encaminhados à Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar. Também naquele mês, teve o seu mandato sindical cassado pelos interventores, indicados pelos militares, no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará, onde atuava como secretário. Na sequência dos acontecimentos, foi demitido de várias empresas jornalísticas: *Rádio Dragão do Mar*, *Rádio Uirapuru*, e dos jornais *Tribuna do Ceará*, onde exercia a atividade de crítico de cinema, *O Povo* (repórter, redator e articulista) e em *O Dia* (secretário de redação).

Em 1968, foi preso, em São Paulo, quando participava do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), sendo libertado alguns dias depois. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, teve decretada prisão preventiva, sendo obrigado a entrar na clandestinidade.

Em 1969, ainda clandestino, foi preso, novamente, na Capital cearense, por agentes do Dops, sob a acusação de distribuir o jornal *Voz Operária*, porta-voz oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo indiciado, pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, e preso. Após sair da prisão, em janeiro de 1970, por recomendação de sua advogada, Wanda Sidou, foi morar em São Paulo. Ainda, no dia 15 daquele mês, o procurador da 10ª Região Militar ofereceu denúncia contra Inácio de Almeida. Em novembro do mesmo ano, o Conselho Permanente de Justiça do Exército (CPJEx), em Fortaleza, condenou-o à pena de 1 ano e 6 meses de reclusão.

Atuando clandestinamente, na Capital paulista, junto com outros membros foragidos do Comitê Central do PCB, com o cerco policial-militar se fechando, no final de 1973, foi obrigado a deixar o país, indo para o

exílio que começou em Paris, passando por Moscou, Estocolmo, Lisboa, Budapeste, retornando ao Brasil, em 1980, após a Anistia. Hoje, reside em Brasília.

EDMUNDO MAIA

O jornalista Edmundo Maia falecido vítima de doença que contraiu no cárcere, foi um dos principais alvos da ditadura. Trabalhou na *Rádio Dragão do Mar* e era também correspondente do jornal carioca *Última Hora*, único noticioso de grande porte, no Brasil, a se insurgir contra o golpe de 64. Sua prisão durou 42 dias, entre 15 de abril a 27 de maio de 1964. Posteriormente, no dia 26 de junho do mesmo ano, teve seu nome envolvido em Inquérito Policial Militar - IPM.

Em 1966, como correspondente do *Última Hora*, Mainha denunciou um caso de repercussão nacional: a morte do líder ferroviário José Nobre Parente encontrado sem vida nas celas do DOPS. Os jornais locais deram a versão da polícia de suicídio, enquanto Mainha abria espaço para a versão de assassinato, segundo a viúva do ferroviário. Por ter denunciado o fato, o jornalista foi barbaramente espancado.

Logo após a promulgação do AI-5, foi preso mais uma vez, conforme noticiou o jornal *O Povo*, edição do dia 17 de novembro de 1968, sendo solto no dia seguinte.

Edmundo Maia era filho de Odílio Maia e Alice Gurgel Maia. Nasceu em 31 de julho de 1929, em Jaguaruana/CE, e faleceu no dia 17 de fevereiro de 1993.

Em depoimento endereçado ao ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, em 2005, a viúva Terezinha Furtado Maia relatou que, “por conta da fama de 'homem perigoso', Edmundo perdeu várias oportunidades de emprego e só não passamos fome por causa da benevolência e da coragem do empresário Edson Queiroz, que contratou Edmundo para trabalhar na *TV Verdes Mares Canal 10*, pertencente ao seu grupo empresarial e afiliada da *Rede Globo*”.

SABINO HENRIQUE

Em junho de 1968, no auge das mobilizações estudantis, o repórter Sabino Henrique, da *Gazeta de Notícias*, foi espancado, o que fez com que o Sindicato dos Jornalistas divulgasse nota de protesto e o jornal publicou a foto do jornalista na primeira página da edição do dia seguinte.

Era uma segunda-feira, 24 de junho, de uma semana tumultuada de confronto entre estudantes e policiais. “Eu estava encarregado de fazer a cobertura de uma passeata. E na concentração, na Praça José de Alencar, fui espancado junto com outras pessoas. Quebraram-me quatro dentes superiores, tive que ir à Assistência Municipal, hoje IJF (Instituto Dr. José Frota)”.

Sabino começou a militância política no movimento secundarista, quando era aluno do Liceu do Ceará e fez parte da diretoria do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (Cesc). Em 1968, ele já integrava a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará, do qual foi presidente dez anos depois.

JOSÉ MILANO LOPES

Associado do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará, à época com 26 anos de idade, foi preso, no dia 1º de julho de 1964, e levado para o quartel do 23º Batalhão de Caçadores. Motivo: havia trabalhado no jornal *O Democrata*, fechado seis anos antes. No Inquérito Policial Militar (IPM), Milano afirmou que trabalhou como redator do jornal pertencente ao Partido Comunista Brasileiro, e que participava das reuniões políticas, apenas para receber orientação funcional. Ao deixar *O Democrata*, o jornalista assumiu funções nos jornais *Tribuna do Ceará* e *O Jornal*, com tendência anticomunista. A partir de 1960,

Milano Lopes passou a exercer as funções de redator político do vespertino *Correio do Ceará* e da emissora *Ceará Rádio Clube*, pertencentes ao grupo de comunicação *Diários Associados*. Na prisão, respondendo ao Inquérito Policial Militar (IPM), Milano Lopes passou dois dias.

JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO CAVALCANTE

Correspondente do *Jornal do Brasil*, situado no Estado da Guanabara (hoje Rio de Janeiro). Chefiava a Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Fortaleza e, através do *Jornal do Brasil*, conforme relatórios militares, difundia aspectos “negativos” do Estado, “motivo que, a par de vinculações políticas, determinou seu afastamento da municipalidade de Fortaleza”.

O relato sobre Rangel Cavalcante são informações do Serviço Nacional de Informação, sob a guarda do Arquivo Nacional. Porém, além dos já citados, existiram outros motivos da birra dos militares contra o jornalista.

O próprio Rangel Cavalcante esclareceu os motivos, em depoimento à jornalista Marilena Lima, integrante desta Comissão da Verdade. Segundo ele, três anos antes do golpe militar de 1º de abril de 1964, ainda no governo do presidente Jânio Quadros, um grupo de jornalistas cearenses visitou Cuba, a convite de Fidel Castro, para os festejos do 1º aniversário da Revolução Cubana, em maio de 1961. Fidel convidou líderes do proletariado do mundo inteiro, delegações de vários estados brasileiros e também jornalistas de esquerda.

Quando do golpe militar de 1964, já correspondente do *Jornal do Brasil* no Ceará e aluno concludente de Direito na UFC, Rangel foi perseguido pelo antigo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), sob a alegativa que praticava “atos subversivos” como presidente do Parlamento da Escola da Faculdade de Direito. Até a viagem a Cuba constava no inquérito policial, porém, sem provas que estivera em Havana, participando de “curso de guerrilha”. O inquérito foi encerrado e não conseguiram expulsá-lo da Faculdade. Como correspondente do *JB*, até 1973, incomodava o governador biônico - coronel César Cals -, e sua equipe de governo, quase todos militares trazidos de Pernambuco.

No serviço público, foi advogado do Estado, assessor do ex-prefeito de Fortaleza Vicente Fialho, secretário de Comunicação do governo Virgílio Távora e assessor de Comunicação dos Ministérios da Irrigação e das Minas e Energia.

Hoje, aos 75 anos, é correspondente, no Brasil, do jornal *Florida Review*, de Miami (EUA), colunista do *Diário do Nordeste* e colaborador das revistas *Foco* (DF) e *Estados e Municípios* (DF). É autor do livro *Transamazônica – A Estrada Desafio* (Senado Federal, 1970), que reúne uma série de reportagens sobre a Amazônia publicadas no *JB*.

NAZARENO ALBUQUERQUE DE SOUSA

São as seguintes as informações, registradas em 01/01/1972, pelo Departamento de Polícia Federal - Delegacia Regional do Ceará, sobre o citado jornalista:

“Atualmente exercendo as funções de noticiário na *TV Verdes Mares Canal 10 (Rede Globo)* e de colunista de temas econômicos no jornal *Tribuna do Ceará*. O nominado, em 1964, foi indiciado no Inquérito Policial Militar (IPM), pelo Ten. Cel. Hugo Hortêncio de Aguiar, cujo processo tomou o nº 20/65, como incurso no crime do Art. 1802/53, por haver participado da integração do esquema comuno-sindicalista. Juntamente com os jornalistas José Rangel Cavalcante e Dalcimar Oliveira, Nazareno escreveu Revolução de 1º de Abril, livro que não chegou a ser lançado em público”.

No dia 16 de janeiro de 1965, o jornal carioca *Última Hora* noticiava: “O jornalista cearense Frota Neto, colunista do jornal *Gazeta de Notícias* e *Rádio Uirapuru*, foi preso na manhã de ontem, em sua residência, pelo agente Ubiratan Lima, que retirou de sua residência todo material classificado, pela polícia, como subversivo. Os jornalistas Gervásio de Paula e Wilson Pinto que dormiam na residência de Frota Neto tiveram seus nomes anotados pelos policiais do DOPS”.

Continua a notícia do *Última Hora*: “Jornalistas do *Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa* denunciaram a prisão de Frota Neto como o início de uma campanha encetada pelo governador Virgílio Távora em represália aos comentaristas políticos que escolheram como 'Deputado do Ano' três parlamentares sindicalistas que, no entanto, vêm fazendo constantes denúncias contra os desmandos da administração estadual”.

Consta no documento datado do dia 1º de julho de 1972, do Departamento de Polícia Federal-Delegacia Regional do Ceará, as seguintes informações sobre Frota Neto: “Jornalista licenciado. Em face de suas atividades ligadas ao Partido Comunista, foi ouvido no Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado no 10º GO (Grupo de Obuses). Através de Jaimevich, solicitou ao Partido Comunista da Rússia uma comissão permanente de festival infantil para o Brasil. Em 1961, viajou para Cuba, onde fez curso, assim como para Checoslováquia, por fazer o proselitismo do comunismo. Encontra-se atualmente em São Paulo”. Além de jornalista Frota Neto é escritor e publicou, em 2.000, o livro *Quase... Proto-história de um Jornalista*. Em seis capítulos do livro, o autor recapitula as instituições jornalísticas nas quais trabalhou, debatendo aspectos éticos, políticos e sociais acerca do fazer jornalístico, naqueles tempos de ditadura militar no Brasil.

Jornalistas indenizados

A Comissão Especial de Anistia Wanda Rita Othon Sidou, criada pelo Governador do Estado do Ceará, Tasso Jereissati, em 2002, mas só instalada em 2003, pelo governador Lúcio Alcântara, teve a incumbência de receber e de avaliar a procedência dos pedidos de anistia e de indenização das pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

A avaliação é feita com base em documentos comprobatórios de que as pessoas ficaram sob a guarda e responsabilidade de órgãos da estrutura administrativa do Estado do Ceará ou em quaisquer dependências desses órgãos e que sofreram sevícias que deixaram comprometimentos físicos e psicológicos. O valor da indenização é fixado de acordo com os critérios estabelecidos legalmente.

Foram indenizados pela Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou os seguintes jornalistas, ou familiares daqueles que já faleceram: Paulo Verlaine, Durval Aires, Edmundo Maia, Francisco Inácio de Almeida, Blanchard Girão, Messias Pontes, Zelito Magalhães e Luciano Barreira.

REGIONAL CENTRO-OESTE

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DO DISTRITO FEDERAL

A Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos jornalistas do Distrito Federal foi instalada em 18 de março de 2013, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF (SIG, quadra 2, lote 420/430/440, edifício City Offices Jornalista Carlos Catello Branco, Setor de Indústrias Gráficas, Brasília). Os membros do sindicato, por meio de Assembleia Geral, escolheram como integrantes da comissão: Hélio Marcos Prates Doyle (presidente), Armando Sobral Rollemberg (vice-presidente), Francisco Cláudio C.M. Sant'Ana (secretário-geral) e ainda Sônia Dunshee de Abrantes Carneiro, Evandro Paranaguá, Jarbas Marques e Moacyr Oliveira Filho. A comissão colheu depoimentos de 17 jornalistas, que sofreram algum tipo de restrição ao exercício profissional, foram vítimas de qualquer tipo de violência ou presenciaram fatos restritivos ao exercício profissional e à liberdade de imprensa no período investigado, que resultaram em mais de 10 horas de depoimentos, num total de 620 minutos de gravação. A Comissão da Memória e da Verdade dos Jornalistas do DF funcionou até junho de 2014.

DEPOIMENTOS

TEREZA CRUVINEL

“Eu me ofereci para vim falar na Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas, muito mais a título de contribuição para o trabalho de vocês, apontando alguns episódios, do que de testemunhar eventos que eu tenha pessoalmente protagonizado, em exercício da profissão. Eu entendi que esta comissão está procurando ações da ditadura contra jornalistas no exercício da profissão. Eu quero falar de coisas que às vezes são meio laterais, mas se relacionam com a questão da imprensa. Eu vim para Brasília há muitos anos, entrei para a Universidade de Brasília em 1976, e participei do movimento estudantil. Sou muito incomodada com o fato de que o movimento estudantil da UnB, e os movimentos sociais de resistência em Brasília, eles não são muito valorizados naquele período. O próprio movimento estudantil da UnB é secundarizado dentro da história do movimento estudantil do Brasil, e acho que ele precisa ser ressituated da memória da verdade do Sindicato. Fui uma das lideranças secundárias, depois que a vanguarda mais importante foi toda presa, nós assumimos uma condição da greve, digamos, uma chamada segunda vanguarda. E aí tivemos muitas prisões, fomos presos muitas vezes. Recentemente, o Edinho achou umas fotos minhas numa dessas prisões, sem tortura, nós fomos todos liberados, 19 foram enquadrados nas leis de segurança, eu não estava entre eles, minhas prisões foram conjuntamente com outros estudantes, ficávamos lá dois, três dias e éramos soltos.

A greve foi um episódio importante porque foi um movimento de contestação, regime de maior fôlego depois do descenso do movimento estudantil de 68. Vocês sabem que o movimento estudantil vem numa ascensão até a Passeata dos 100 mil, no Congresso de Ibiúna, veio mais cinco e ali as pessoas vão para o exílio ou parar na luta armada. O movimento estudantil começa a tomar conta exatamente em 75, 76. E o episódio da UnB foi muito importante do ponto de vista de fortalecer a retomada dos movimentos pela redemocratização, especialmente o movimento estudantil, depois que eles começaram os movimentos para a reposição da ... tivemos a invasão da PUC.

Mas, esses movimentos estudantis, eu acho, não são bem o foco desta comissão. Mas dali, a partir dali, depois eu mudei, continuei na militância e passei a ser militante de uma outra organização, chamada Liga Operária, que depois encontrou uma forma e que passou a se responsabilizar pelo Jornal Versus, eu passei a trabalhar no Versus. Primeiro veículo que eu trabalhei foi o Versus, que era um dos muitos jornais, um dos muitos veículos alternativos, era uma revista mensal. Nossa sala no Edifício Master foi muitas vezes arrombada, tiravam coisas e tal, a história do Versus é como todas as publicações de resistência, todas sofriam violações frequentes. Versus era dirigido pelo Marcos Paerma, pelo Mário Augusto, depois Paerma saiu quando esse grupo político que eu participava se tornou hegemônico dentro da revista. Versus tem, então, uma história de muitas violências, mas sobretudo, nossa sala no Edifício Master teve mais de um arrombamento. Isso não é passagem. Mas, o que eu quero chamar atenção da comissão, era, nesse período em que eu militava na Liga Operária, ela encontrou uma forma legal de resistência, e ela criou uma organização chamada Convergência Socialista. Não era um partido porque não era, não se caracterizava ainda, a reforma partidária ainda não tinha acontecido. Ela só iria acontecer em 79, quando vocês cobriram. Mas a Convergência queria ser uma coisa algo parecida com um partido, com uma fachada legal, e aqui em Brasília ela atuava no movimento estudantil, em movimentos comunitários, criava umas organizações, comunidades, associações de moradores do Guará, do Cruzeiro, cidades satélites. No Comitê de Anistia, nós tínhamos um representante, naquele movimento no qual o Armandinho (Armando Rolember, membro da Comissão da Verdade) foi a liderança do movimento pela representação política de Brasília. Os movimentos sociais da cidade. Até que em julho de 78, nós tínhamos um local de reunião no Guará e foram, eu pessoalmente estava no Rio participando de uma reunião, queriam se unificar no mundo inteiro, coisa que vocês sabem que jamais ia acontecer, nem agora. Mas eu estava no Rio, nós tínhamos um dirigente maior no local que era o Antônio Carlos Ramos que era o Carlão, vocês sabem quem é, veio a ser presidente do PT mineiro e tal. Nós estávamos no Rio, eu e ele, que éramos os dois principais dirigentes locais da nossa organização, e o Alcides Faria que era uma pessoa muito conhecida na cidade, que também tinha sido um importante líder estudantil, hoje é um dirigente, hoje é um militante ambientalista, ele é dirigente da organização Rios Vivos. O Alcides coordenava o núcleo cultural, onde a nossa pretensão era reunir... neste núcleo, os artistas, produtores culturais, jornalistas. Em suma, um núcleo de atuação mais na área de pensamento e tal. E esse núcleo foi fazer uma reunião no Guará e a Polícia Federal lá esteve e estava seguindo o Alcides, estourou o aparelho e as pessoas foram presas, e essas pessoas são os últimos torturados da ditadura. Os chamados presos da Convergência Socialista, em julho de 78. Eles foram muito torturados e havia pessoas também relacionadas com a imprensa. Por exemplo, o Careca, que era o chargista do Correio Braziliense na época. Teve a carreira destruída. Eu não lembro o nome dele. Ele assinava Careca, tinha as charges dele na época, não lembro a identidade dele, eu até conheci pouco, as coisas eram muito distantes na esquerda daquele tempo e era um núcleo que era coordenado pelo Alcides. O Alcides vivia em Mato Grosso do Sul, o Alcides, organização Rios Vivos. Ele dirige lá. O Alcides era marido, foi marido da Evelin de Ribeiro Pinto. E essas pessoas, o Fábio Faria que é irmão da Silvia Faria, ele é uma pessoa que segundo me consta tem sequelas de tortura até hoje. O Careca era um profissional de imprensa, que teve a carreira destruída. O outro torturado foi o próprio Alcides. Eles eram quatro presos, se não me engano. Não achei nada ontem, mas o Correio fez matéria, nós só soubemos porque lá no Rio estava em uma reunião no interior e tal, E quando chegamos no Rio já tinha uma matéria na capa do JB dizendo que havia sido esses presos na agência socialista em Brasília. Essas pessoas são os últimos torturados. Eu assim, não consegui recordar o nome de todos esses companheiros de militância

na época, eu estou citando os três. Que nem eram, no caso do Flávio e do Careca eles eram simpatizantes, eles não eram militantes. Pagaram só porque foram convidados pra reunião, mas eram simpatizantes. O Alcides ele era militante com responsabilidade da organização.

Tiveram as outras pessoas que eu teria que pesquisar melhor, mas os últimos presos tenho que dizer sobre onde foram essas torturas, e eventualmente apontar responsabilidades. É um episódio pouco recordado, mas eles foram brutalmente torturados. Uma outra é a Bia, funcionária da Câmara. Tem muitos anos que não vejo ela. Fazia parte desses onze. Eu fui injustamente com o Antônio Carlos Ramos, o Carlão. Nós éramos donos do aparelho e ali nós fomos processados. Eu tenho esse processo lá na Polícia Federal, por essa razão a nossa organização não nos deixou voltar para Brasília. Porque a gente ia chegar aqui e ser presos, casa vasculhada, policial de plantão debaixo do bloco, minha mãe teve um problema porque era hipertensa e eu lá. Então nessa época eu não voltei para Brasília por decisão da organização. Fui designada para fazer trabalho operário, fui morar no ABC, depois na Baixada Fluminense, e fiquei por lá três anos e meio depois da anistia, em 78, no ano seguinte. E voltei para Brasília, voltei para a universidade terminar meu curso de jornalismo e atuar profissionalmente. Bom, eu queria chamar atenção para esse episódio. Voltei para Brasília depois da anistia, me formei, trabalhei no Jornal de Brasília, trabalhei no Correio e fui trabalhar no Globo. No Globo havia uma vaga para cobrir o Palácio do Planalto. Esses aqui já são um outro tipo de episódio que eu queria chamar atenção da comissão, que é para sobrevivência do aparelho de formação e de repressão, de repressão, repressão, repressão no sentido clássico, não. É um aparelho de informação de espionagem, essa coisa toda. A sobrevivência desses mecanismos, mesmo depois da anistia. Como, por exemplo, esse episódio que eu vou contar. Então, eu pedi demissão do Correio e fui trabalhar no Globo para cobrir o Palácio do Planalto. E eis que minha credencial não passava lá, em algum lugar né. Bom eu precisava né, do negócio. Aí aquela coisa né, eles falam, não foi aprovada a sua credencial, não foi aprovada a sua credencial. Então eu fui ao Fernando César, e pedi que fosse o General Ivan, que ele queria tratar do que era. Porque nessa altura, se era coisa do passado já estava vencida pela lei da anistia. E ele me orientou a falar com um certo assessor do General Ivan, que se eu não me engano era doutor Jorge. Eu, nesse tempo todo de militância, de movimento estudantil, depois na classe operária que eu militei, nessa época meu nome era Maria Terezinha Cruvinel. Eu tinha uma avó chamada Maria e uma Tereza, e resolveram diminuir para Maria Terezinha. E sempre me incomodou, não por razões de fugir da clandestinidade, de fugir deles né. Então depois que eu me formei, eu pedi uma alteração desse nome. E o juiz fez, mas isso lá no interior de Minas. E eu voltei a ter o nome que meus pais quiseram me dar, Maria Tereza, e que um tabelião por conta própria resolveu me rebatizar de Maria Tereza. Mas o meu diploma continuava sendo Maria Terezinha. Eles (os militares) entenderam que eu estava tentando falsear uma nova identidade. “Mas porque que você mudou de nome?” eu falei “não, eu mudei de nome por razões pessoais”. “Mas olha só, essa história aqui você reconhece?”. Aí me mostraram fotos na UnB, essas coisas todas. Eu falei “Sou eu mesma, não estou mudando de identidade, eu mudei o nome por razões pessoais, eu acho esse nome pouco profissional. Não vai me ajudar profissionalmente”. Mas isso foi entendido assim, mas na verdade isso era um detalhe. O que eles queriam era me apresentar aquelas fichas todas, que estavam. Aí eu falei, “bom, que eu saiba, isso não é mais problema para impedir o meu credenciamento. Então assim, podem atualizar, eu sou a mesma pessoa”. “Ah, é porque nós queríamos saber se era você mesmo, você é Maria Tereza Cruvinel, quem está pedindo credencial é a Maria Terezinha.” Eu falei: “Sou eu mesma, é a mesma pessoa. Houve uma mudança de nome, mas não foi por...foi por razões, caprichos, caprichos de mulher sobretudo”. E estavam aqueles papéis todos lá né, fotografias, etc. Eu até recentemente postei umas fotografias na prisão, a gente achou desse processo,

porque eu achei que era importante para essa história da verdade. Postei num blog, mas naqueles processos também, das prisões da UnB. Bom, eles me deram minha credencial. Promulgada a constituinte, fiquei no Palácio algum tempo, cobrindo lá.....problemas e depois eu fui para a constituinte, depois eu fui, me tornei colunista. Quando veio aquele negócio do habeas data, com a promulgação da constituinte, aí eu pedi o habeas data. E eu o tenho. Pedi porque eu queria ver. E qual não é assim. Eu sei que isso já aconteceu com dezenas de pessoas, cujo habeas data mantém monitoramento de informação sobre a sua vida, até muito depois da anistia. No meu, por exemplo, constam essas coisas todas, “participou do movimento estudantil, não sei o quê”. Eles me perdem no período da Baixada Fluminense, não há registro desse período de clandestinidade na Baixada, e depois aparece, retomam, e falam assim: “acompanhou o presidente em tal lugar, abriu isso, a greve dos jornalistas, não sei mais o que” uma série de informações já irrelevantes, porque eu não estava militando em nada mais, eu me afastei. Depois que eu me tornei jornalista profissional, e aí eles, mas eles, essa checagem, esse monitoramento avança. E eu sei de outras pessoas, já vi muitas pessoas contarem que seus habeas datas vão sendo, mostram que o monitoramento até muito depois da anistia. Até o fim do governo Sarney. Então o aparelho sobreviveu à redemocratização.

Eu nunca fiquei muito tempo presa. Nem eu nem a maioria, porque eles faziam prisões de duzentos. Teve um dia que teve duzentos presos. Eram arrastões. Em algum momento eram mais seletivas. No dia da invasão, acho importante lembrar. A UnB teve quatro invasões na história dela. Ela teve uma em 65, em 64 logo depois do Golpe, teve uma em 65, teve uma em 68 e uma em 77. Eu vivo esse período, eu entro na faculdade em 76. A gente sempre tem que ver o movimento estudantil com suas duas etapas, até 68, depois o vazio, e depois 75 em diante. Eu sou dessa segunda fase aí. Então, as prisões da universidade eram assim. Dia da invasão foram duzentas pessoas. E acho importante pra. E aí nós ficamos lá e dormia, iam soltando devagar. Depois teve uma que foi mais demorada, que nós ficamos cinco dias na Polícia Federal, aí era mais uma vanguarda né. De pessoas assim, mais lideranças, e tal. Mas eu tive, naquela época ali, umas quatro prisões. Mas todas rápidas, sem tortura, nada relevante. Eu queria era destacar, relativamente ao movimento estudantil, eu acho que nós devemos, todos vocês sabem disso, mas é sempre importante falar, o papel de dois advogados, que sempre estiveram lá na porta das cadeias nos tirando, o Sigmaringa Seixas e o Gross, nunca ganharam nada por isso. Todos os presos de Brasília. Uma pessoa que já morreu, na greve da UnB que durou um ano, teve uma pessoa que foi excepcional, ele se chamava Fani Bernardo. Ele era Pároco do Santuário de Fátima. Como essa greve transbordou, o Marcos Freire, esses parlamentares todos estavam lá e levou esse assunto para o Congresso, porque nós queríamos a derrubada. Era um homem do regime, na integração de alguns dos seis colegas que haviam sido expulsos, e acabou evoluindo para pedir a cabeça de um homem do regime. Por isso foi um fato importante de dar visibilidade à existência da resistência, e aqui nas barbas do Palácio. Então esse movimento transbordou muito, pais, alunos, da OAB, parlamentares, os jornalistas cobriam muito, isso foi muito bem coberto, dentro do possível.

Nós fazíamos um esforço enorme para varar a fronteira. Um desses episódios, eu e uma colega, Luiza, nós fomos entregar uma carta ao Andreas Peres porque a Venezuela era uma democracia. E ele veio ao Brasil, vocês devem ter coberto essa visita, vocês já eram profissionais, e na visita dele ao Congresso, nós fomos chamados para entregar uma carta dizendo: Olha, aqui tem uma ditadura e nós estamos aqui em greve, nas universidades, falta polícia dentro do campus, e aquela carta para o Andreas Peres era uma carta de denúncia. Aí a segurança da Câmara nos prendeu, a polícia veio, fomos presas de novo, mas assim, deu notícias, deu notícia no Brasil, deu notícia lá fora. Mas assim, basicamente, eu queria chamar atenção pra

essas duas coisas. Os últimos presos da ditadura, se vocês tiverem interesse eu me disponho a ajudar a localizar. A Evelin pode ajudar nisso, porque tem um aparelho de tortura em Brasília e do qual o povo falava, o mesmo do doutor Genuíno. Porque assim, é muito conhecido, tem dois grandes aparelhos em São Paulo, Belo Horizonte, Recife. O aparelho de Brasília é pouco conhecido. Sabe-se do PIC, o Genuíno foi torturado no PIC. E tinha gente com conexão com a imprensa. Todas essas pessoas eram do Versus, quer dizer, todos os nossos, o Alcides, por exemplo. Porque ali nessa prisão tinham os simpatizantes coitados, que pagaram assim, o Fábio Faria, e o Careca que era o chargista do Correio, eles não eram militantes, eles eram simpatizantes. Mas os outros eram militantes. Eu acho que isso pode ajudar, eles podem nos ajudar se a gente identificar o porão de Brasília.

Mais uma coisa que eu queria chamar atenção, relativamente à UnB, a história da greve da UnB está sendo muito bem documentada eu sempre briguei por isso, naquele depoimento lá da comissão só estudantil. E o livro do....que é um companheiro nosso é “UnB 77, o começo do fim.” Porque, ele caracteriza isso que eu também sempre falo, aquela greve ela teve um papel, não é porque nós participamos. É porque é assim, a história tem que dar pesos e medidas corretas para os fatos históricos. E eu sempre fui muito esquecida, o livro do.....coloca isso de uma vez. “O Começo do Fim”. Porque a partir dali, naquele momento, a sociedade já estava começando o movimento. O Franklyn até gosta de dizer o seguinte, que nós fizemos foi um movimento estudantil revolucionário, e vocês o democrático. Porque o deles era revolucionário, o nosso queria restabelecer a democracia, e o nosso é a nossa geração, né. Mas isso está muito bem documentado, esse livro é importante, esses dias o Beto Almeida escreveu, o Beto Almeida era o dirigente dessa minha organização que...o PORT tá. Depois eu fui para outra, depois eu fui pra Convergência. Isto está bem documentado enquanto movimento estudantil. Agora, enquanto o aparelho, por exemplo, eu nunca ouvi falar nesse depoimento, o Beto escreveu um artigo muito lindo esses dias. Mas, assim, por exemplo, os agentes infiltrados que tinham na universidade com matrículas falsas, eu não vi ainda ninguém falando. A universidade era entupida de espões né. Alguns se filiavam nas nossas tendências, iam nas reuniões depois a gente descobria quem eles eram. O único que eu me lembro assim o nome, o nome não, o apelido era o King Kong. O King Kong era um agente do SNI, negro, alto, e esse era ostensivo. Mas lá tinha dezenas. Eu não sei identificar, eu sei que eles existiam, a gente não sabe se eles estavam com as identidades, a gente sabia quem eram na comunicação nunca teve, no nosso departamento. Eu sou amiga da Pam, mas o que que fizeram com ela? Eu nem sabia disso. Ela Trabalhou na Folha, no Correio, na EBC. Lá na comissão da UnB, Comissão da Verdade, eu trabalho pra eles, acho que não é pra comissão daqui não. Lá era um festival de espões. Tem que juntar, somar memórias, do movimento estudantil pra gente chegar neles. Mas, era basicamente isso, gente. Depois eu, com o exercício da prisão, a não ser com esse episódio do Palácio do Planalto, e que, eu não vivi nada disso, igual à Zenaide, de censura de matéria, isso aí não tenho nada pra contar não”.

ROMÁRIO SCHETINO

“Desde que essa ideia de recuperar a memória e a história da repressão no Brasil começou a ganhar forma, corpo e é organizada, eu venho pensando como é importante esse trabalho. Pela própria história da nossa chamada anistia. Diferente dos nossos hermanos Argentinos, nós padecemos ainda de uma legislação que possa punir o torturador. E uma maneira de superar esse trauma brasileiro, era organizando e registrando essas memórias e histórias. Quando a UNB organiza a Comissão da Memória e da Verdade, como diz o

Teixeira, contribui pra isso em Brasília. E a iniciativa da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) em fazer uma comissão da memória dos jornalistas também se soma a essa iniciativa e tentativa de não passar no esquecimento, não guardar isso sem o registro. Essa comissão de Brasília está nesse contexto nacional, fundamental. A minha participação na Comissão da Verdade dos jornalistas ela vai estar dividida em duas partes. Tem uma história pessoal minha anterior a minha vida profissional de jornalista que começa lá em 1973 e sete anos depois já como jornalista profissional, inicialmente no Jornal de Brasília depois no Correio Braziliense, já no período da distensão, mas pra gente ter uma ideia do conjunto eu queria fazer um relato rápido, não tão quanto o que eu fiz lá na UNB, porque lá tinha uma ligação direta com a Universidade, pra dizer como eu me tornei jornalista nesse contexto da ditadura brasileira. Eu começaria dizendo que eu sou mineiro de Caratinga e desde o ensino, que na época era chamado de ensino secundário, eu tinha um grupo de estudantes secundários que reunia um grupo razoável de pessoas, umas oito ou dez pessoas. Ao concluir o segundo grau, nós tínhamos que buscar alternativas fora da cidade e o grupo se desfez, uma parte foi para Vitória, no Espírito Santo e a outra veio pra Brasília. Nessa dispersão, nós fazíamos os contatos via correio e visitas, encontros não tão regulares, mas mantivemos a nossa relação e por conta dessa história como estudantes secundaristas, e nós começamos a ser observados e perseguidos pela ditadura militar brasileira. Isso foi de 1970, 1971 a 1972. Eu vim para Brasília em 1971, julho de 71, terminei o meu segundo grau aqui, faltavam seis meses para eu terminar o segundo grau, eu terminei no colégio, antigo CIEM que virou CIB, na Asa Norte terminei o meu terceiro grau e fiz vestibular pra história. Departamento de História da UNB. Os outros colegas que faziam parte desse grupo, que mais tarde nós fomos descobrir que já tinha um nome, que se chamava Grupo Caratinga. Uma foi fazer Sociologia, outra foi fazer História no Espírito Santo e o outro conseguiu uma bolsa Patrice Lumumba, em Moscou, meu amigo, foi estudar Física em Moscou. E essa relação nossa interna acabou sendo destroçada, destruída pelo regime militar já no governo Médici. A Memélia até, outro dia, comentando o meu depoimento na UNB, falou... “Romário, esse período nós podemos chamar de uma tentativa do Médici de fazer a subversão zero”. Então ele queria destruir tudo que era possível de reorganização do movimento antimilitar, a partir dos assassinatos e das mortes que acorreram no Brasil nesse período, São Paulo, Rio de Janeiro e etc. Essa conclusão de que ainda havia um perigo ao regime militar levou a minha prisão em 1973, em Brasília. Ao mesmo tempo foi presa a Miriam Leitão em Vitória, esse meu amigo que foi para Moscou escapou porque já estava em Moscou. Esse grupo que veio para Brasília vivia em uma república. Essa república tinha relação com outras repúblicas. Então, os militares daquele período concluíram que havia - nesse meio - pessoas que vinham da chamada guerrilha urbana e estavam se misturando com esses jovens estudantes da universidade, e isso era um risco potencial que o regime militar corria. Em Brasília nesse período de Setembro de 1973, foram presas mais de cem pessoas. Desses cem presos, trinta e três foram registrados em um documento assinado pelo General Viana Moog e depositado na reitoria da UNB. Quando o Cristovão foi eleito reitor, ele abriu o cofre achou esse documento lá e ele mostrou para algumas pessoas amigas que ele conhecia, inclusive, para o Armando Rollemberg que fez parte dessa caça aos subversivos de Brasília e lá nós fomos registrados como pessoas potencialmente perigosas. Eu fui preso de uma maneira absolutamente cinematográfica, com capuz no pescoço, metralhadora. Eu era funcionário do Banco do Brasil, concursado, eu tinha uma ocupação no Banco Central. O Banco Central estava mudando para Brasília nesse período e o Banco do Brasil cedeu àqueles concursados para o Banco Central. Eu saía do banco às sete horas da noite e estudava de manhã, história na UNB. Eu fui sequestrado por um bando de policiais, levaram um fusquinha que eu tinha, fizeram uma ronda com ele em vários lugares e pontos de Brasília e eu fiquei vinte e cinco dias desaparecido, ninguém sabia onde eu estava. Eu tinha uma irmã em Brasília que me acompanhava e me buscava nos

possíveis e ninguém dizia nada. Isso foi em setembro de 1973. Esse registro dessa prisão, e esse momento, me fez sair de Brasília. Depois que a prisão foi relaxada... interrogado e torturado, violentado... eles não podiam saber que eu estava por aqui. Eles mandaram um Coronel visitar a nossa república. Esse Coronel chegou lá e disse que a situação nossa era muito perigosa, complicada, embora não tivesse nenhum processo formal contra a gente porque nós não fazíamos parte de nenhuma organização política nem guerrilheira nem nada formalmente. Então, eles falaram: “você deve se mandar daqui, deixar Brasília porque esse aqui não é o lugar pra vocês, o regime não vai permitir que a essa esquerda que a subversão se reorganize”. Aí vários foram embora, vários amigos meus da república foram embora para Venezuela, outros foram para Portugal e seis meses depois eu fui para a França. Daqui saíram eu, Ribondi e o Iuli Nascimento, no início de 74. Iuli hoje é cidadão francês ele tem mestrado, doutorado em geografia ele vive lá. Esse pessoal que foi dispersado de Brasília sobreviveu se organizou de alguma maneira, em algum lugar, mas tudo muito precariamente. A minha ida para a França foi mais precária ainda porque eu praticamente abandonei a faculdade, abandonei o emprego e fui jubilado na UNB, demitido do banco por abandono de serviço. Lá na França tinha o comitê de apoio aos exilados brasileiros, mas era 1974, já era um período mais crítico, por conta das ondas de violência que estavam apertando a Europa de uma maneira geral, na França, Itália e Alemanha. A vida foi se tornando difícil, eu tive que voltar, eu voltei em 1975 para o Brasil. Aqui eu procurei a UNB e falei, eu preciso voltar a estudar, porque eu fui jubilado de uma maneira que fui compelido a fazer isso. Eu procurei a professora Geralda que era professora de História que era minha orientadora na História e falei pra ela que eu gostaria de mudar de curso, porque eu não me via mais como estudante de história e tinha interesse de mudar para Comunicação para estudar Jornalismo. Ela atestou o meu retorno eu fui reintegrado a UNB, mas para o banco nunca mais. Nessa volta à UNB eu saí da História e fui para Comunicação e lá eu me formei. Coincidentemente, em 1979 eu me formei em jornalismo na mesma turma que a Miriam Leitão, nesse tempo todo que passou a Miriam mudou para o Brasil e terminou o curso de Jornalismo dela lá. Essa minha entrada no jornalismo passou por essa experiência. Quando eu comecei a trabalhar, o Carlos Conde estava editando a internacional do Jornal de Brasília e ele era amigo da Miriam Leitão e ele perguntou para ela assim: “eu preciso de uma pessoa aqui para me ajudar e a Miriam falou assim tem o Romário porque você não aproveita o Romário?”. Eu virei subeditor de assuntos internacionais do Jornal de Brasília, depois com a saída do Conde, eu virei editor. Depois de um tempo o Fernando Lemos me convidou para o Correio Braziliense. Eu saí do Jornal de Brasília e fui para o Correio Braziliense. Nesse momento dos anos 80, já era Figueiredo, respirava-se um pouco mais, tinha um pouco mais de tranquilidade na questão do trabalho, mas como eu era de assuntos internacionais eu não tinha nenhuma relação conflituosa com o governo diretamente, porque o jornal vivia de notícias de agência internacional o filtro já vinha feito, eu tava só cumprindo o meu papel de fechar o jornal e fazer as outras coisas que eu também gostava que era produção cultural. Eu tive uma relação com o movimento cultural de Brasília. Enquanto eu fazia esse trabalho no Jornal de Brasília o Hélio Doyle estava reassumindo o segundo mandato aqui no Sindicato. O movimento sindical começou a descobrir(...) vamos ver quem é que pode reforçar o sindicato nas redações. Eu conheci o Dorgil que também trabalhava no Jornal de Brasília. Eu engajei no sindicato também, virei o segundo secretário, aqui no Sindicato.

(...) Fiquei 25 dias preso e sofri todo tipo de tortura. Eu fui encapuzado, algemado e depois eu nunca mais vi a cara (...). Eles me jogaram no banco de trás me fizeram abaixar a cabeça com o capuz e tiraram os óculos. Nessa época eu usava um óculos que tinha sete graus, um óculos forte. Esses óculos eu nunca mais vi, ele sumiu. Com esse capuz no pescoço eu fui interrogado. No primeiro lugar que eu cheguei, que eu hoje

suponho que seja o subsolo do Ministério do Exército, mas pode ser também ali próximo a Marinha, porque o que eu tinha de comum na minha visão era a rampa e tinha aquelas persianas verticais que tem no Ministério, aquilo eu conseguia ver por de baixo do capuz. O primeiro lugar que eu cheguei foi aí. Eu levei um tapa, um telefone que me deixou zonzo um tempão e começaram a perguntar quem eu conhecia, o que eu fazia, o que eu estava fazendo e se eu tinha conhecimento do mimeógrafo, tinha uma história do mimeógrafo que tinha que dar conta desse mimeógrafo, e eu completamente desorientado, não tinha a menor ideia do que estava acontecendo, eu vinha sendo seguido, perseguido... Eu fui preso na porta do Banco Central no final do expediente. Eu estudava de manhã na UNB e de tarde no banco. Eu saía um pouquinho mais tarde porque eu tinha essa licença de não ir de manhã. Quando eu saía mais tarde o Setor Comercial Sul já era um pouco abandonado e meu carro ficava na vaga de estacionamento perto do edifício União, aquele edifício azul, o Banco Central funcionou ali. Depois dessa recepção ali no subsolo dos dois Ministérios que eu já não sei se era o da Marinha ou o do Exército, mas tinha a ver com eles. Eu fui interrogado por uma pessoa que eu também nunca vi. E perguntando nome, endereço, telefone, quem são as pessoas que eu me relacionava. Eu não vi a cara de nenhum, nenhum dos meus torturadores e interrogadores. Eu ouvia que estavam presas e apanhando, eu ouvia choros, gritos era um terror. Passou o segundo dia era choque elétrico, fiquei completamente nu, tinha um cara que me bolinava, me dava porrada, choque elétrico nos testículos, nas mãos tinha aquela maquininha que eu achava um horror. Nesse dia da tortura violenta eu tive um desmaio, eu desmaiei. Eu lembro que quando eu voltava a memória eu sentia muita sede, dava uma sede horrível e eu pedi água e um deles que eu também não sei quem é ia buscar a água e o outro falou que não, não dê água pra ele porque isso é perigoso, com a energia no corpo você podia provocar uma “eletroze”. Eu fiquei ali de molho um tempão, passou vários dias. Se havia mulheres sendo interrogadas? Sim. Essa minha amiga, a Maria das Graças Sena, que ficou trinta dias presa, ela era a pessoa mais vigiada por eles, porque ela realmente tinha participado de um movimento de orgânica. Ela tinha levado um guerrilheiro pra Bolívia, ela tinha feito companhia pra ele fugir do Brasil pra ir pra Bolívia. Ela já tinha sido presa aqui, sofreu uns processos também. Nesse momento da nossa prisão que a gente morava junto, ela já não tinha mais nenhuma atividade orgânica, mas ela sempre questionou, contestou o regime. Ela sofria de lúpus, ela tinha uma ferida no braço e eles batiam na ferida dela violentamente, ela sofreu muito ficou terrivelmente doente a partir desse momento ela foi umas das que foi para a Venezuela, ficou na Venezuela muitos anos.

(...) Foi uma série de prisões vários dias. A minha irmã que me procurava na delegacia de polícia, na Polícia Militar, na Polícia Civil e na Polícia Federal ela disse que uma vez viu o meu carro passando. Mas ela não identificou, achou que era um carro muito parecido com o meu, mas ela não identificou e quando eu fui solto eu achei dentro do carro duas placas frias. Eu deduzi que já era isso, porque eles tiraram as minhas placas e botaram essas duas placas lá e ficaram usando o meu carro pra outras prisões, provavelmente alguém da UNB foi preso no meu carro. Quando eu vi essas duas placas eu entrei em pânico... “agora eu estou ferrado eles vão continuar me perseguindo”. Eu tinha insônia eu acordava com a cabeça toda suada de suor ficava imaginando que os caras continuavam me vigiando e olhando os meus trajetos, eu joguei as placas fora, até hoje eu me arrependo eu devia ter guardado porque aquilo era um documento. Alguém podia investigar o que era aquilo, mas eu estava querendo era me livrar daquela situação o mais rápido possível. Essas torturas, durante a primeira e a segunda semana, pararam quando eles concluíram que tinham que me soltar, porque não tinha como consolidar nada ao meu respeito. Eu fiquei uma semana em uma cela isolado no Pique. Como você sabe que era o Pique? Essa é outra dedução que eu tenho, porque na sela eles tiravam o meu capuz, mas eu(...) o movimento do quartel, o toque de recolher, toque de chegada de General, toque de

chegada de Coronel e tinha um greta em cima como eu estava sem óculos eu tinha miopia forte, eu enxergava pouco, mas eu via que tinha aquele descampado ali do pátio. Lá eu tive uma crise. Era no subsolo ou não? Eu suponho que seja no primeiro andar porque dava pra ver uma certa distância. Nessa semana que eu fiquei de molho eu vi que tinha outros prisioneiros nas outras celas, que também estavam por ali. A Sena eu nunca vi, só vi depois também que ela foi solta e o Toninho Pinheiro que era aquele fotógrafo, que era Repórter Fotográfico do Jornal de Brasília também foi preso e ficou por ali sofrendo também, porque ele tinha uma relação com o Partidão ele teve uma filiação com o Partidão quando ele era mais jovem. (?) Eu tenho o telefone dele, ele mora em Goiânia agora. Nessa semana que eu fiquei de molho na Pique eu tive uma crise de rim, uma crise violenta e a dor ia aumentando e eu gritando, chamando, pedindo socorro e nada. Alguém do lado que eu também não sei quem é ouviu os meus gemidos lá e disse: Grita bastante porque se não esses caras não vão vir aqui, se você não der um escândalo eles não virão. Eu comecei a aumentar o tom do grito até que eles mandaram um médico, um militar, um capitão... sei lá o que ele é. Chegou um cara fardado com a malinha de médico, olhou e deu uma injeção de buscopan na minha veia e melhorou. Foi a única hora que deu pra aguentar. Eu fiquei lá até o vigésimo quinto dia nesse desaparecimento... sequestro e fui libertado. Fui libertado também de uma maneira inusitada. Tinha um camburão... me levaram para um cerrado na 313 Norte, porque ali na Asa Norte só tinha a 312. Tinha ali o prédio da Sabin. Me largaram ali no meio do cerrado na 314 norte no meio do mato e falaram assim: Seu carro está estacionado no estacionamento da Sabin e você se manda não olha pra trás porque nós estamos aqui te vigiando, me botaram no chão, eu sai correndo cheguei lá o carro estava lá. No dia seguinte que eu descobri que as placas frias estavam dentro do carro. A partir desse momento a minha vida ficou completamente comprometida, porque era um medo. Eu dei entrada na comissão de anistia pra recuperar a história. A Abin entregou uma folhinha, um registro todo equivocado, errado dizendo que eu fui preso em 72, mas eu fui preso em 73, fala da minha passagem na imprensa as minhas atividades como jornalista, mas não houve nenhum processo. Quando eu resolvi ir embora para França eu chamei o e falei que precisava do meu passaporte que eu quero ir embora, mas na Polícia Federal me disseram que eu tinha que ter um atestado do Ministério do Exército. Ai o Sigmaringa disse: “deixa que eu vou ver isso pra vocês”. Ai ele foi lá e conseguiu um atestado dizendo que não havia processo contra mim. Com esse atestado, voltei à Polícia Federal e eles me deram o passaporte e eu me mandei. Abandonei tudo, o emprego e a UNB, na UNB eu fui jubilado e no emprego eu fui demitido eu era escrivão, eu fiz concurso em 71/72.

“Quando eu decidi que ia entrar com pedido na Comissão da Anistia eu contratei esse advogado o Maximiliano da Telexquer. O Max foi lá na Abin e pediu esse negócio, muito tempo depois eu vim aqui(...) Porque eu tive que complementar com documentação e consegui um monte de documentos que fala sobre mim, inclusive um depoimento da Maria das Graças Sena na Polícia Federal em São Paulo falando da nossa prisão aqui. Ele achou importante esse depoimento dela porque reforçava a ideia de que havia tido um repressão brutal em cima dessas pessoas e que eu tinha perdido o emprego por conta dessa pressão. Esse processo da anistia não concluiu ainda porque teve uma comissão lá, uns conselheiros que reconhecem a prisão me dão a condição de anistiado, mas não concordaram com a reparação financeira por que se você perdeu o emprego no mínimo você tinha que ser reintegrado, mas eles não viam uma relação direta. Então tá correndo ainda porque o meu advogado também não juntou algumas declarações que são fundamentais, que só foram juntadas depois. Como a Abin registrou em 1984 eu integrei a delegação Brasileira que viajou a Trípoli na Líbia, a fim de participar das comemorações do décimo quinto aniversário da revolução Líbia. Em 1985, como membro do Sindicato dos Jornalistas integrei relação de pessoas que possuíam ligação com a

organização clandestina, denominada partido Comunista do Brasil e atuando no Congresso Nacional. Em 1987 eu fui eleito suplente diretório Nacional do PT. Em 1988 membro do conselho consultivo da Associação Cultural Brasil – Cuba. É uma associação que a Maria do Rosária Caetano articulava e lá eles tinham panfletos, tinha o expediente com o meu nome. Depois eu participei do Décimo Encontro Democrático Regional do PT. Era o que eles registravam”.

(...) Quando começa essa minha passagem pela polícia, que foi em 1972/1973, não tinha nenhuma relação com a profissão porque eu era estudante de História não era estudante de jornalismo. Eu só entrei no jornalismo quando eu voltei da Eupora, da França e da Alemanha. Eu terminei o curso já em 1979, quer dizer eu entrei na UNB em 1972 e sai em 1979. Passei por todas essas experiências. Quando eu virei jornalista, o que tem de registro sobre mim é ridículo porque eu viajei a trabalho à Líbia e isso mereceu registro na Abin, que eu era sindicalista e tinha alguma ligação com o PCdoB, nem o Moa sabia, mas eles escreveram isso lá. No ponto de vista profissional, a única coisa que eu registro e que como eu era subeditor de assuntos internacionais essa era uma área que já vinha filtrada pelas agências internacionais e não tinha nenhuma relação direta com o governo a não ser o Itamarati, mas nesse período o Conde que era o editor era um diplomata, era um jornalista diplomático. Ele tinha uma relação muito tranquila com o Itamarati. E muito bem informado. Da minha parte não tinha nenhuma restrição, nem depois que eu virei editor. Quando que eu saí do Jornal de Brasília e fui para o Correio Braziliense a situação continuava a mesma, era uma área mais tranquila. Eu lembro que no Correio Braziliense, uma época que eu comecei a editar com mais critério as notícias que vinham sobre os Estados Unidos, subitamente eu fui convidado para um almoço com o adido de imprensa da Baixada Americana, mas eu achava normal porque esses adidos sempre procuravam os editores, mas esse adido que eu não vou saber o nome ele fazia umas perguntas muito curiosas. Ele ficava assim: De onde você tirou aquela informação tal? Eu falava que era das agências de notícias, mas eu li todas as agências de notícias e nenhuma falava isso e eu falava que eu também tinha fontes no Itamarati. Eu edito baseado em outras fontes não é só a agencia internacional. Aquilo passou batido, eu não me dei conta, mas muitos anos depois eu fiquei pensando assim, que conversa curiosa aquela do adido da imprensa da Embaixada Americana. Ele estava incomodado porque as notícias que eu editava sobre os Estados Unidos eu enxertava informações que não tinha na agência, mas isso não tinha nada a ver com o governo brasileiro, pelo menos aparentemente, não tinha nenhuma relação. Era o contexto do governo brasileiro com a política internacional”.

MOACIR DE OLIVEIRA (MOA)

“A exemplo de outros companheiros, eu vou relatar um pouco o período que antecede a minha chegada em Brasília, porque tem uma relação indireta com o fato, inclusive, de eu ter virado jornalista. Eu era estudante em São Paulo, estudante secundarista, entrei no colégio vocacional Osvaldo Aranha, no Brooklyn, que era na época, isso em 1968, e era uma escola renovada, progressista, que acabou sendo inclusive fechada pela ditadura logo depois, dirigida pela Maria Nilde Macelani. O vocacional era um centro de agitação política, dominando muito, uma área de influência da AP, ação popular. E em 1968, grande ascenso da movimentação de massas, eu acabei me transformando em militante secundarista da AP. Quando passei no vestibular, em 1970, eu entrei na faculdade de economia da USP, e todo o núcleo secundarista da AP decidiu passar para o PC do B, antes da incorporação oficial entre os dois partidos, que só ocorreu mais lá na frente

né. Então, ao mesmo tempo em que eu entrei na USP eu junto com toda a base secundarista da AP, entramos no PC do B. Eu fazia faculdade de Economia da USP, só uma curiosidade, meus colegas para se ter uma ideia, sentavam ao lado da Zélia Cardoso de Melo, que tinha entrado no mesmo vestibular que eu, e do outro lado o Persio Arida. Fomos colegas, fomos calouros juntos. E o movimento estudantil naquela época na USP, ele era dominado de um lado pelo partidão, e do outro lado pelas organizações armadas, notadamente ALN. E na faculdade de economia isso se reproduzia. Havia uma disputa política entre o partidão e a ALN. E eu, como militante do PC do B, absolutamente clandestino naquela época, na militância, eu era tido como, eu me aliava com, a gente se aliava com o pessoal do ALN, numa disputa política contra o partidão, e eu era tido como simpatizante da ALN. Embora não fosse né, a gente tinha uma célula, um ganho de base do PC do B muito fechado, inclusive com codinomes e tal. E em 1972 eu fui preso. Fui preso pelo DOI-CODI, em maio de 72, o DOI-CODI naquela época era o auge, o coronel Ustra que hoje mora aqui em Brasília, ele era o comandante, no governo Médici, para vocês terem uma ideia, na minha época a coisa era tão escancarada que nem capuz se usava. Eu por exemplo conheço todos os meus torturadores, eu sei a cara de tudo, eu reconstituo todos os movimentos do DOI-CODI, desde que eu cheguei até o dia que eu saí.

Eu fiquei preso em torno de três meses. Eu não tenho precisamente assim, eu sei que foi em maio, a prisão foi em maio, mas foi em torno de três meses. Maio de 72. Bom, quando eu fui solto, eu fiquei absolutamente sem ambiente na faculdade de economia. Dos dois lados. Para o lado da direção que era totalmente dominada pelo Delfim Neto. Quer dizer, toda a direção da faculdade de economia, na época era dominada pela turma do Delfim Neto, era o Paulo locó, que depois foi preso no Incra. Então, com a minha prisão, tanto que a minha prisão foi noticiada nos jornais na época, sem o meu nome, saiu que foram vários presos e saiu “um estudante de economia”. Porque houve uma pressão da direção da faculdade para omitir o meu nome. Eu fiquei sem ambiente tanto do lado da direção como entre o lado do movimento porque descobriram que eu era do PC do B, quando eles consideravam que eu fosse um simpatizante da ALN. Fiquei alguns anos lá... foi uma prisão toda do PC do B, foi uma queda do PC do B que começou, inclusive, no Araguaia. E durou o ano todo, essa queda. A gente não sabia, mas a guerrilha já existia, eu fui preso em maio, dia 2 de maio de 72, o primeiro ataque do exército foi em abril. Inclusive, é curioso, porque curiosamente a minha prisão indiretamente salvou a minha vida, porque se eu não tivesse ido preso, a tendência era que eu tivesse ido para o Araguaia. Eu estava iniciando um processo e já tinha feito a primeira etapa do processo de ir para o Paraguai. Eu teria, eu fui preso no último dia que eu ia ficar em casa, eu passei em casa naquela noite para me despedir da minha mãe, eu ia entrar na luta armada. E fui preso nesse dia. Bom, então com essa falta de ambientação eu fiquei ali rodando pela faculdade, mais um ano e pouco, até que por sugestão de um colega, eu passei a frequentar o Riviera, que era uma espécie de Beirute de São Paulo, por sugestão de um colega, o Gilberto Vasconcelos, um escritor brizolista e tal, eu acabei virando jornalista. Então, a minha prisão, ela de um lado salvou a minha vida, curiosamente, e de outro lado me fez virar jornalista. Aí eu comecei a trabalhar em um jornal de bairro em São Paulo, Tribuna de Santo Amaro, depois entrei para a Folha, isso foi em 75, e em 77 eu fui convidado pelo Ruy Lopes, já era governo Geisel, havia um começo de abertura política, as sucursais o Armando, vocês que já moravam aqui na época, as sucursais começaram a se reforçar, com o fim da censura e tal, e o Ruy Lopes foi a São Paulo pra trazer duas pessoas, eu fui, eu e o Roberto Stefaneli fomos indicados lá pela direção de redação da Folha e viemos para Brasília. Para passar três meses inicialmente, um período de experiência de três meses e estou aqui até hoje. Tanto eu como o Beto. Então, a minha prisão acabou contribuindo para que eu virasse jornalista.

No DOI-CODI, sofri todo tipo de tortura. Pancadas, choques, choque com aquela maquininha em todos os lugares, a cadeira do dragão e o pau de arara. A pior de todas é a cadeira do dragão. A maquininha? Era aquela de comunicação com uma manivela, que saíam os fios, eles prendiam os fios, e girava a manivela e dava choque. A cadeira do dragão era uma cadeira com o assento de aço, você ficava sentado amarrado e do assento de aço saía os fios, e essa era terrível, o Jarbas deve ter conhecido. Afogamento comigo não houve não. Comigo foi pau de arara, cadeira do dragão e choques. Inclusive, uma cena muito forte, que uma das pessoas que estavam presas, eu não vou citar o nome porque ela mora hoje em Brasília, é um casal que acabou me delatando para a polícia. A tortura abriu e essa pessoa foi forçada pelos torturadores a me dar choque. Ela, numa das sessões, virou a manivela da máquina. Quando eu já morava em Brasília esse casal chegou aqui em Brasília. Eu levei um susto. E ficou uma relação meio esquisita, mas depois com o passar dos anos isso naturalmente se acomodou e eu me lembro. Eu me lembro de que quando a Bete Mendes identificou o.... no Uruguai, eu fiz inclusive um artigo na Última Hora, na época eu era secretário de redação da Última Hora de Brasília, e eu fiz um artigo chamado brinquedo macabro, contando uma coisa que eu presenciei no DOI-CODI, que muito me assustou na época, e com a identificação eu tive a oportunidade, que o Ustra levava a filha dele, tinha três anos de idade para ficar na cela das mulheres, passava as tardes lá brincando com as presas, na cela das mulheres. E aquilo para mim era uma forma de tortura. Na época, era uma cela muito complicada, tinha várias companheiras de Cuba. E ele nunca negou isso, pelo contrário, quando ele escreveu o primeiro livro dele, se chama “Rompendo o silêncio”. Um dos capítulos se chama “Brinquedo Macabro”. Onde ele reproduz o meu artigo, confirma a história e diz que aquilo ao contrário do que eu dizia, era um exemplo de como ele tratava bem as presas, que as mulheres e a filha faziam um projeto de assistência social, quando passava as tardes de domingo com as presas. Mas o episódio do Ustra, essa pessoa, essa colega que foi forçada a me torturar contou essa história numa matéria do jornal do Brasil. Que naquela de edificação do Ustra, sem citar nomes, era uma matéria da Tânia Fusco inclusive. Ela conta essa história e aí eu me lembro de que na época eu mandei um buquê de flores para ela, com um cartãozinho, e a partir daí passamos a ter uma relação normal.

“Aqui em Brasília as coisas que eu gostaria de destacar são mais ligadas ao clube. Quando eu cheguei, eu cheguei em abril de 77, e o Castelo tinha acabado de ganhar a eleição, nesse processo houve a retomada do Clube da Imprensa, eu fiz parte da primeira diretoria, junto como Etevaldo, o Fernando Lemos, o Davi Renault, o Márcio Varela, depois fui presidente do clube, sucedendo o Etevaldo, e naquela época a gente conseguiu fazer com que o clube fosse um lugar de debate, até pra livrar um pouco o peso do sindicato, então a gente abriu espaço para partidos políticos, para várias manifestações culturais. O Poene, Brizola, eu me lembro de que na posse do Figueiredo nós fizemos a feira da possibilidade, que era uma série de debates, e o clube então virou alvo de muita repressão né. Tinha ameaças de bomba. Nessa feira da possibilidade houve uma intervenção da pista que acessa o clube de, os artefatos né, um negócio assim com três pontas que furava os pneus. Eu me lembro de que a gente fez uma exibição de um filme cubano, a Última Ceia, no Cine Bristô que ficava ali no Conic, que houve uma ameaça de bomba, nós até nos primeiros dias suspendemos a exibição por conta disso. Então ali no clube houve muita repressão nesse sentido, objetiva. Botavam açúcar nos tanques de gasolina, nessas manifestações. Eu me lembro de que o dia desses artefatos teve um nome. Que é uma galha, ela fica em pé. Quando nós chegamos, estava tudo normal, na saída quando acabou o evento, a quantidade de carros com pneus furados que espalharam ali em toda aquela pista principal, que era escura sim. E botavam açúcar nos tanques de gasolina, eu me lembro de que uma vez fizemos um debate sobre a ULP que também teve muita tentativa de. E havia também o caso do Pacotão (tradicional bloco carnavalesco

de Brasília). O Pacotão indiretamente também sofria muita repressão. Havia uma infiltração de agentes do SNI, a gente notava que, o Armando sabe muito bem disso, o Pacotão saía, tinha aquelas faixas famosas, lá no comecinho da W3 as faixas já sumiam todas né. Nego bêbado e tal, o cara chegava “Dá pra segurar?” e era um agente do SNI que pegava as faixas.. e multi fotógrafos. E teve inclusive uma vez um recado formal do SNI, pelo Secretário de Comunicação do GDF, não estou me lembrando o nome dele agora (Ducar Vinícuís). Era o governo La Mezon, mandou um recado de que o SNI tinha dito que não ia reprimir o Pacotão, só pedia que não houvesse ofensas pessoais ao Presidente e à Primeira Dama. Isso no governo Figueiredo. (...) O diretor de turismo na época se chamava Carlos Black. E aí quando nós fundamos o Pacotão ampliamos a figura mitológica do Charles Preto porque era uma brincadeira com o Carlos Black. Que proibiu o desfile da W3, por isso que nós passamos a vir na contramão, o carnaval na época era na W3. E sintomaticamente a única vez que o Pacotão foi completamente censurado, já foi na Nova República... que o Fernando César que participava do Pacotão no passado, quis processar o Charles Preto judicialmente por conta do “Gevú, Marli”, que era uma ironia com a censura”.

(...) O Pacotão foi fundado em 1977, no verão de 77 pra 78, o pacote foi em abril no verão, numa conversa no Clube da Imprensa, e essa conversa é tida como a de fundação, né. É uma conversa, lá no Clube da Imprensa estava eu, o Cláudio Lisas, o Carlão, o Guarabira, o Márcio Varela e o Davi Renault. Então, apenas para efeito de registro histórico, esses seis são considerados. A partir dali que surgiu a ideia inicial de se fazer um bloco, a ideia foi até do Carlão que tinha vindo de Pernambuco, tinha coisa e tal. E o gozado é que a ideia do Pacotão original não era do bloco político não. Era de fazer um bloco saudosista, que resgatasse os antigos carnavais de rua, dos blocos de sujo e tal. Tanto que foi a primeira vez que ele saiu foi no carnaval de 78, era um grupinho que não chegava a 100, pela w3, não tinha nem música nem nada, era uma coisa. Ele ganhou esse tom... político no ano seguinte. Em 79, quando teve a revolução iraniana, e aí foi feita aquela música “Ué a to lá” que é minha e do Samuca, com o dedo do Artigas que virou grande sucesso. E a partir daí que o bloco assumiu a sua identidade mais de um bloco político mesmo e foi até o grande momento foi... as Diretas, quando a gente reuniu 50 mil pessoas vestidas de amarelo, cantando a marcha que daquele ano era do Ivan, “Cai na real general”, e foi indo foi indo, nessa batida até o primeiro ano do governo Sarney quando houve uma crise, porque na ditadura todo mundo jogava né, na democracia tinha o Jorge Luís, trabalhava no palácio, aí houve uma acusação de que a camiseta foi censurada, porque era a quadilha do Planalto, e não tinha nada disso. Na verdade foi o Ulisses, o imperador, enfim. Ele foi decaindo, existe até hoje e tal, mas eu acho que é com outra característica.

“Mais duas coisas que eu queria registrar: Uma, mais a título de curiosidade, era a presença de um agente da redação que circulava muito nas redações; ele vivia nas redações, plantando notícias, tentando, era uma coisa meia esquisita, ele ia muito na Veja, ele era um militante de direita do SNI, jogava bomba em banca de jornal, essas coisas. E ele vivia nas redações, causava um certo incômodo e na Veja ele ia muito. Eu me lembro de que quando caiu o regime, quando caiu a ditadura, o Sarney e o Tancredo foram eleitos, o Sarney tomou posse, um belo dia no setor comercial ali no bar do Silvino, eu estava saindo da redação e ele estava na calçada. Aí ele cruzou comigo e falou assim pra mim: “Olha a partir de hoje, se você cruzar comigo na rua você atravessa a rua, porque eu sei que você vai me matar e eu vou te matar antes”. Ele era um sujeito meio paranóico. Totalmente paranóico. E uma última coisa também que eu julgo importante, aí já no exercício da profissão, foi que eu e o Samuca, Samuca era um fotógrafo da Veja, nós fomos responsáveis pela primeira foto, feita pela imprensa brasileira do Ustra. O Ustra era comandante do DOI-CODI, quando eu fui preso, e eu

me lembro que uma vez eu estava na Veja, estava lá à toa e mandaram, o chefe era o Getúlio Bittencourt. Tinha uma solenidade de transmissão de comando no QG : “Moa, vai lá cobrir esse negócio e vê se dá alguma coisa”. E eu me lembro de que eu sabia naquela época, eu nunca mais tinha visto o Ustra, foi a primeira que eu vi, depois aconteceram outros episódios. Eu me lembro de que o Ustra, eu sabia, a gente naquela época era leitura obrigatória nas redações o Almanaque do Exército. A gente, todo mundo tinha lá o Almanaque do Exército, saber conferir a ordem de cada um, anotação, quem tinha a medalha do pacificador. E eu me lembro que eu sabia que o Ustra nessa época estava no Estado Maior das Forças Armadas, ele era coronel. E eu fui para o QG cobrir essa solenidade, era uma troca de comando não me lembro de quem. Tinha aqueles recadinhos da imprensa, e eu me lembro que eu fiquei, eu fui lá só pra olhar se acontecesse alguma coisa, não era pra fazer matéria nem nada. Eram as coisas da vida. E eu saí determinado: Eu vou encontrar o Ustra. E passei o tempo todo prestando atenção naqueles milicos todos fardados. Quando acabou a solenidade, tinha o coquetel, aí tiraram o cercadinho e a imprensa podia circular. E não deu outra, eu tô passando assim e dou de cara com o Ustra. Saio correndo atrás do Samuca, o Samuca arma a máquina, faz três fotos, na mesma hora encostam no Samuca dois caras, eu não sei que jeito que o Samuca deu, eu sei que a foto saiu. Foi publicada numa matéria, numa capa. Meses depois numa capa que a Veja fez sobre tortura, era uma foto do Ustra de perfil, até hoje essa foto aparece por aí, então foi a primeira foto que se fez do Ustra, foi nesse dia, identificado por mim. Eu tenho mais além desse Brinquedo Macabro, eu tenho outro episódio, com o Ustra também, que foi na constituinte. Eu trabalhava na constituinte como assessor lá da bancada do PC do B, e no sábado de manhã, eu me lembro do dia como se fosse hoje, tinha uma passeata da UDR. Naquele dia ia ter uma votação, comissão de sistematização, teve uma grande passeata da UDR. Foi num sábado de manhã, eu cheguei para trabalhar e parei meu carro ali e fiquei olhando a manifestação ali na entrada do Congresso, naquela virada. Antes do mergulho. Parei lá atrás. Quando eu cheguei eu vejo na minha frente o Ustra, parado na calçada, vendo a passeata. Lá pelas tantas ele, não se conteve e entrou na passeata. No que ele entrou eu saí correndo atrás do fotógrafo. No meio da Esplanada eu achei o Kim, que era fotógrafo. Aí o Kim fez a foto do Ustra no meio da passeata. Aí na época o Noblat era chefe da redação do JB. Aí na hora eu liguei pro Noblat que deu a foto do Ustra, o que lhe causou alguns dias de prisão. Foi uma espécie assim de troco porque ele era da ativa e como militar da ativa não podia participar, então teve uma prisão, de dois dias, sei lá”

(...) Tem uma última coisa também que me lembrei agora. Por uma dessas ironias do destino também eu fui um dos primeiros jornalistas a ter acesso ao general Nilton Cruz, do SNI, que virou minha fonte. A Veja estava fazendo uma capa sobre o SNI, e tinha pedido uma entrevista pro Nilton Cruz e quem estava fazendo essa capa era o Bob Lopes, que era o repórter que cobria o Palácio. E o Bob estava ocupado com outras coisas, eu estava lá numa quinta-feira na redação de bobeira e parece que ligaram da agência central dizendo: “Oh, o general vai receber” e só estava eu lá, e falaram vai pra lá. Aí fui eu pra lá e o Samuca entramos sentamos e ficamos lá na sala de espera, fomos recebido por um sujeito que tinha um crachá numero 2, doutor Nunes que eu não sei quem é, era o adjunto do... ”então vocês esperem aqui nessa sala, podem conversar” e daqui a pouco fomos recebidos pelo Nilton Cruz, lá no seu gabinete, virou um bloco da matéria, uma capa, e claro ele não falou nada, negou tudo. Mas, o detalhe curioso é que durante a entrevista eu perguntei: general e as famosas fichas do SNI? “Ah isso é uma bobagem, o que a gente faz aqui é um levantamento de dados biográficos, quer ver, eu vou te mostrar a sua ficha”. Aí, nisso esse doutor Nunes levantou, deu a volta assim por trás de mim, pra eu não ver, e fazia assim pro Nilton Cruz com o dedo (sinal de negação). Aí o doutor disse o seguinte: A sua ficha não, que pode causar constrangimento, quem é o repórter da Veja do Palácio do Planalto? Ah é o Roberto, então vou mandar mostrar a dele. Aí mostrou lá, era uma

me lembro até hoje da foto, inclusive, que saiu é ele com a ficha. E eu fiquei anos falando com o Nunes por telefone, a Veja gostava dessas coisas. Bem, são essas as questões pontuais que eu tinha pra deixar registrado.

GIOCONDA METONI (Depoimento sobre a prisão de D'Alembert Jacur)

“Na verdade, eu não estava com D'Alembert na época dos fatos. O que eu sei é o que ele relatava. Houve dois momentos, o primeiro foi quando eclodiu o golpe de 64, que ele mais algumas pessoas se exilaram na embaixada da Iugoslávia, Ele, Almino Afonso, Rubens Paiva e tinha mais outras pessoas, deputado Silvio Braga, Fernando Santana. Alguns foram para Iugoslávia, mas ele ficou aqui. Depois, em 1971, quando o General Médici assumiu ele foi preso quando estava no Jornal do Brasil. E ficou na PIC por três meses. Sofreu algumas torturas psicológicas. Físicas, não. Ao sair começou todo o problema, porque ele não podia ficar em lugar nenhum. Ele era redator do INCRA e foi demitido, na época ele também representava o Sindicato e escrevia para o New York Times. A Prensa Latina também já havia sido fechada que ele também era correspondente. Ele ficou sem poder trabalhar, o Jornal do Brasil teve que demiti-lo. Depois ele foi pra Veja e o Doutor Leitão de Abreu pediu e exoneração do cargo dele e assim ficou, ele não podia trabalhar. Foi quando o doutor Sigmaringa Seixas o convidou para trabalhar com ele no escritório, então ele era um advogado desatualizado, tinha o diploma, mas(...) Assim ele começou a carreira de advogado, mesmo assim no escritório do Sigmaringa, ele foi muito pressionado pelo Leitão de Abreu para tirar ele de lá e o doutor Sigmaringa resistiu. É um homem muito corajoso. Na verdade a prisão dele se deu por conta dessa matéria do New York Times, porque ele contava a prisão da Eunice e da menina de treze anos. Porque a Eunice vinha a Brasília para saber notícias e ele acompanhava ela, tentou entregar uma carta para o Médici, que foi uma dificuldade, e conta realmente tudo com detalhes. Esse depoimento foi tomado no dia seis de maio, ele morreu no dia vinte e quatro. Você falou da pressão para demiti-lo da Veja, mas ele teve um período em que ele foi chefe, ele substituiu na verdade Marcos S. O Pompeu de Sousa e o Mino Carta reuniram um conselho porque pressionaram a saída dele, eles dois se posicionaram contra e se demitiram. O Mino não se lembra disso.

Agora, o que eu presenciei, o processo de inquirição dele aqui no PIC, ele não sabia quem fazia porque era sempre encapuzado, foi muito engraçado, um dia a Marília Gabriela que estava entrevistando o General Bandeira e ele tomou um susto e disse era esse cara, eu já estava com ele nessa época e a outra foi o Tales Ramalho que aí não está dito, mas o Tales Ramalho (...)

Ninguém sabia onde D'Alembert estava. Tiraram ele da redação e ninguém sabia onde ele estava. Em uma dessas reuniões o Tales Ramalho ouviu o Bandeira dizer: “Não sei o que a gente vai fazer com aquele povo lá. Jogar no mar fica muito caro. A gente tem que levar pra algum lugar, fuzilar todo mundo”. Ele era Pernambucano e tinha uma voz muito característica. Ai o Tales chamou alguns jornalistas e disse para publicarem que ele estava no PIC porque se ele vai ser... Aí, os jornalistas publicaram... no outro dia o Estado e a Folha e o Jornal do Brasil deram. Isso eu vi o Tales contar. Eles deram e eles abortaram a operação. Depois, na casa do Tales, eu também vi o Leitão de Abreu pedir desculpas a D'Alembert. Ele dizia que era muito difícil a gente contrariar o Presidente Médici. Por que era ele que ligava e dizia, olha o D'Alembert não pode ficar aí, o presidente não quer. Ele não podia trabalhar, tinha sido demitido do Incra. Agora D'Alembert

não pese isso, ele diz, os meus amigos foram mortos, torturados o que aconteceu comigo foi pouco em vista com o que aconteceu com meus amigos, com pessoas que estavam na luta. Na verdade, o que a gente pede é a reparação porque ele passou quinze anos sem receber, foi demitido e não recebeu, foi aposentado... na verdade é só essa questão, é a reparação pecuniária. A coisa mais séria que houve foi quando eles queriam que D'Alembert confessasse que fazia parte desse movimento do Arrais de libertação e ele dizia que não fazia parte. No ultimo interrogatório, eles já não tinham mais como manter D'Alembert ali, aí eles encapuzaram, todas as vezes eles encapuzavam, prendiam a mão pra trás e ficavam dizendo horrores... Hoje a gente mata, hoje a gente vai fazer como fizemos com os outros. Essa era a coisa mais séria, era a coisa psicológica. Falso Fuzilamento. Tem uma matéria do Evandro que está no processo, mas no que eles me mandaram ele não me mandou os documentos. Tem uma matéria do Evandro contando isso com detalhes. Encapuzaram, colocaram cães farejando e diziam que ninguém sai daqui sem falar, fala até o que não sabe, depois disso você vai ver. Ficavam engatilhando as armas. Foi lá dentro, eles diziam que iam levar para o mato e eu achava que tinha sido assim. Depois eu fui olhar isso, tem a matéria do Evandro depois eu preciso dar uma olhada nisso. Foi erro meu, eu imaginava que tinha sido, mas foi lá dentro. Quando eu conheci D'Alembert, foi em 1982, e isso já não acontecia. A vida dele foi um inferno depois que ele saiu do PIC, ele disse que foi uma coisa horrível, porque ele não podia trabalhar. Ele podia trabalhar, mas não podia assumir cargos importantes nas redações. Isso era muito complicado. A profissão é que foi a coisa pior. Ele dizia que não queria pedir nada por isso, porque faria tudo de novo. Ele era vinculado ao Partido Comunista Brasileiro? Sim, no início sim. Na minha época já não existia mais. Quem tem essa foto é a Silvia. D'Alembert tinha, acho que ele te entregou e você mandou para o jornal, mas a Silvia, ex mulher do André tem essas fotos. É uma foto que tem o grupo de exilados da embaixada.

BETO ALMEIDA

“Primeiramente, eu queria dizer que todas as ideias que eu defendia naquela época, eu continuo defendendo hoje, com a mesma convicção, acho que o Brasil precisa de uma transformação social profunda, para se transformar em uma sociedade mais justa. Eu comecei no jornalismo em 75, ao mesmo tempo em que eu iniciava o meu curso na UnB. Aliás, eu passei no vestibular e você vai conhecendo gente, e houve então a possibilidade de começar a trabalhar, porque a fiscalização, ainda tinha aquele problema do registro provisionado, ainda era uma outra situação. Então, comecei a trabalhar, ao mesmo tempo em que comecei a estudar no jornalismo. E na greve de 77, eu participava ativamente e fui um dos expulsos, na greve. Eu pertencia a uma corrente, chamava-se Oficina, lá no movimento estudantil. E era ligada, muitos integrantes eram ligados ao PORT. Eu não fui, por ter sido expulso, eu não fui demitido do trabalho. Eu trabalhava na Última Hora, nessa época o chefe da sucursal era o Etevaldo, Etevaldo Dias. Mas, pouco tempo depois o Etevaldo saiu, e entrou um cara chamado Antônio Prachedes, que tinha posições muito identificadas com a ditadura, era da UPI. Foi diretor, tinha trabalhado também com o Otávio Costa, segundo ele mesmo dizia, ele falava alto. E assim que ele soube que eu era um dos expulsos, eu perdi o emprego, fui demitido do Última Hora. Então essa foi a primeira retaliação como desdobramento da expulsão da UnB, que era um motivo claramente político, a acusação era promover a luta de classes. Eu li a acusação que se fez, para a expulsão. Lá ele não deu nenhuma explicação, eu entendi logo que havia um clima, logo que ele percebeu, mudou a atitude comigo e um ou dois dias depois que ele soube disso ele me demitiu. E o Airton Garcia de Lima, que era nosso amigo, o Airton praticamente confessou, ele disse: “É, ele sacou qual é a sua.” Então essa foi a primeira coisa. E nessa coisa, eu já tinha uma filha, procurando emprego, alguém me falou que lá na

Radiobrás haveria a possibilidade de um trabalho. Eu não acreditava muito, porque a Radiobrás naquela época... eu expulso... Não, vai lá, aí eu fui. O Cebolinha, Dorival Macedo. Eu fui, e para minha surpresa o chefe da rádio na época era um cara chamado Leonardo, eu não sei o sobrenome. E ele me recebeu bem, perguntou minha experiência profissional. “Então você volta aqui amanhã”. Aí eu voltei dois dias depois. Aí ele já tinha sabido que eu tinha sido expulso e, ele tinha falado “volta aqui que você vai começar a trabalhar, líquido e certo, tranquilo”. E quando eu voltei, ele: “Você foi expulso da universidade de Brasília”. Eu não tinha como negar, tinha saído nos jornais, e tudo, era verdade. “Sim”. Ele disse: “É, nós vamos ter que estudar melhor.” E não contratou. Eu entendi isso como uma segunda retaliação no campo profissional. Eu não sabia, eu não tenho como informar objetivamente se havia uma lista negra correndo nas redações. Eu acho que aqueles chefes de redação que sabiam quem éramos, já tinham uma certa orientação, não vi nenhuma lista negra, não sei disso, não posso afirmar. Mas como pouco tempo depois eu tive um mandato de prisão, nessa época o mandato de prisão era meio estranho, porque éramos acusados de tentar reorganizar a UNE, então estava eu, de Brasília, Aldo Rebelo que era de São Paulo, eu nem o conhecia. Mas é porque estava havendo articulações. Mesmo expulso, eu continuei no movimento estudantil, lutando pela anistia, vim a ser anistiado em 1979, tentei voltar para a UnB, e o Azevedo era o Reitor, José Carlos de Almeida Azevedo. Ele não aceitava cumprir a anistia do Figueiredo. Nós tivemos que entrar na justiça, o nosso advogado era o Sigmaringa Seixas, sempre foi nosso advogado na época das perseguições, e tivemos que entrar com mandato de segurança para que ele cumprisse a lei, para que o Azevedo cumprisse a anistia do Figueiredo. Mas, antes disso, a decisão política era voltar à sala de aula, e dizer para os estudantes: “Olha, os nossos colegas, nós fomos expulsos essa foi uma decisão. O pessoal do partidão tinha outra posição, não assumiram essa postura. E nós vamos voltar para a universidade, a nossa segurança está nas mãos de vocês.” A gente sabia que dentro de sala havia umas pessoas infiltradas, agentes que estavam lá, principalmente depois que a Universidade foi ocupada, não só pelos fuzileiros navais, mas como aquilo virou uma... Sobre isso, tem uma coisa muito importante que eu acho que é preciso relatar, porque nós tínhamos uma clareza de que a universidade era um centro de delação muito profundo, muito organizado, e que a universidade, como não sabiam, na época, era considerada área de segurança nacional. Ali sempre foi um foco de resistência democrática, de esquerda. 64, 66, 68. Veio aquela repressão, sumiam pessoas, Honestino, outros. E nós buscávamos reorganizar o movimento estudantil, inicialmente através da medicina comunitária, que era uma maneira de você discutir os problemas sociais, como é que você vai discutir medicina, e depois através das eleições. Era uma estrutura organizada pelo decreto 228, que era muito restritivo. Tinha as representações estudantis que o CA ainda não era permitido, que eram prévias ao CA. Então, era o DU, as representações acadêmicas. E tinha claramente lá: “Você não pode falar de política, política é proibido.” Era do estatuto, era muito restritivo. Inclusive foi esse um dos decretos, foram esses decretos, o 228, e o 477, que utilizaram os dois para justificar a nossa expulsão, que nós estávamos promovendo a luta de classe. E eu sabendo que a universidade era isso, e há duas semanas atrás, o Correio Braziliense andou fazendo umas matérias mostrando a cooperação que havia entre a estrutura da universidade, ou seja, o seu lado repressivo com o SNI. Convênios de cooperação para adestrar funcionários, na tarefa de informar, praticamente participar. Inclusive, essa matéria descreve muito bem, foram duas ou três matérias que o Correio fez agora, relatando como os funcionários da Universidade tinham que fazer cursos ministrados pelo SNI. E nesse sentido, como nós fomos expulsos, o critério de organização daquela lista de 30 expulsos, a participação política claro, é evidente que nós todos éramos participantes politicamente. Mas eu sugiro que seja convidado o professor Murilo Ramos, porque ele era o chefe de gabinete do Azevedo naquela época. E sendo chefe de gabinete inclusive no dia da expulsão nossa, da minha e dos colegas, quem leu para a televisão, porque o Azevedo teve

uma crise de hipertensão porque as pressões eram enormes naquele momento, já estava desatada a questão do Hugo Abreu, do Silvio Frota, então quer dizer, fuzileiros navais, a greve veio se instalar no momento em que havia uma crise importante. Uma luta pelo poder desatada, onde o Silvio Frota declarava claramente que o Geisel estava fazendo aliança com os setores de esquerda, que era contra a abertura lenta gradual, insegura, como o Geisel dizia. E depois se verificou na crise de outubro de 77, de 12 de outubro, quando o Silvio Frota foi defenestrado. Mas nós sabíamos e os deputados autênticos, Airton Soares, e outros, nos informavam, o Jaison Barreto que era senador, que havia uma disputa muito grande no seio da ditadura, sobre como conduzir aquela situação, e o Airton até dizia “Estão preparando o banho de sangue”, a gente achava que ele estava exagerando, mas havia, digamos, talvez, mas aí não posso afirmar, parte da luta que nós vimos acontecer em São Paulo, no caso do Vladimir, Manuel Filho, ser dois setores da ditadura, Ednardo Dávila, querendo endurecer ainda mais”

(...) Mas nós, digamos, naquele momento era um componente, porque vinha um deputado, e dizia, o recado dele era “tem que suspender a greve.” Nós não demos bola para aquilo, nós mantivemos a greve. Nós mantivemos a greve, aí a Universidade foi ocupada. A greve começou em, se eu não me engano, 19 de maio, logo após a realização, uma semana após a realização das eleições, do diretório que ganhou essa chapa oficina. Houve eleição. Só que uma semana depois a reitoria decretou uma lista de suspensões. Estava o coronel, estava um monte de gente. O que acontece, os estudantes antes da gente tomar posse, dessa diretoria eleita, deflagra-se uma greve, para a revogação das punições. Porque as punições vinham lá de 76. Em 76 foi suspenso o processo eleitoral e sete pessoas foram expulsas. Então a gente retoma a luta para que houvesse eleições e para que os expulsos fossem anistiados né. Não conseguimos. Bom, depois de 77, o que acontecia, nós tentamos, eu pelo menos tentei, ir para o Ceub, fazer matrícula. Inicialmente a resposta era favorável, que eles iam aceitar a minha matrícula e depois eu fiquei sabendo que havia uma interferência do reitor Azevedo também sobre o Ceub e eles não aceitaram a minha transferência para lá. Porque eu dizia, eu estava fazendo um curso regular e queria continuar. Mas aí o CEUB voluntariamente quis obedecer a medida repressiva do Azevedo e não aceitou. Bom, depois disso, receberam assim, ameaças muito fortes, porque nós continuávamos fazendo atividades políticas. Claro, eu era, eu sou ainda militante, e hoje eu continuo pertencendo ao PT. A corrente....ligada ao PT, regulamentada pelo diretório nacional. Corrente Pousadista. E nós continuamos fazendo atividades pela Palestina, atividade em defesa, quando veio a revolução da Nicarágua. Nós fizemos várias atividades de solidariedade ...79. Essa questão da UNE, mandado de prisão, que eu até não entendi direito na época porque que vinha, porque pegaram um estudante de Brasília, um de São Paulo, um do Rio de Janeiro e queriam botar nesse processo. Quem nos defendeu foi o Sigmaringa Seixas, então. Aí já era 79. E aí comecei a receber em casa telefonemas, do trabalho telefonemas. “Você tem uma variant branca, ela vai explodir”. Aí ligavam duas horas da manhã, três horas da manhã, minha filha ficava super assustada porque via né, a minha companheira, então todo mundo assustado, claro, todos nós ficávamos assustados. Havia segmentos. Nós fizemos depois uma, um pouco mais tarde né, foi motivo de muitos segmentos também. Parar na porta de casa, isso me levou a fazer um tempo em São Paulo. Para cumprir outras tarefas mas também... ainda em 78 e 79, estudantes estavam sendo presos. Lembra que teve um que ficou preso um tempão em São Paulo? Sofreu torturas, perdeu a audição, isso já em 79. E ficou um tempão preso lá. Estava o Cajá, continuou preso lá em Pernambuco, tinha um outro do Rio de Janeiro preso. Então, olha, é melhor você sair daqui, já que tinha um mandato de prisão, aí eu fui para São Paulo, fiquei lá sem dar referências de onde eu morava, fazendo trabalhos mais internos. Mas houve esses segmentos. Esses tipos de pressões, até que motivou uma, um dos telefonemas que eu recebia, dizia que

sabia onde minha filha estudava, minha filha tinha seis anos, ela era pequenininha. E aí o Castelinho já tinha sido eleito, aqui né. E o Castelinho ligou para o Petrônio Portela, o Petrônio Portela disse: “Olha, tem um jornalista que está sendo ameaçado” Aquele negócio, você estava sendo ameaçado por causa da atividade estudantil, por causa do jornalismo, mas era, enfim, não interessa, o cidadão brasileiro então... Então eu fui recebido lá, eu e o Rubem Azevedo Lima, fomos recebidos. Eu não sei se o Evandro também estava esse dia. Fomos recebidos pelo Petrônio Portela, pelo ministro, aí delatamos as pressões. Era uma agenda do sindicato que o Castelinho havia conseguido com o Petrônio Portela. E o Petrônio então, disse que ia mandar checar, igual ele falou agora.

“Minha esposa tinha bastante medo né, era compreensiva né. Principalmente por você ser acordado diversas vezes de madrugada por telefonemas que eram só ameaças, por ameaças. Porque as vezes eu atendia. Mas às vezes ela atendia, quando eu não estava, quando os telefonemas eram durante o dia. E telefonavam para o meu trabalho. Naquela época, eu cobria Ministério da Fazenda e Ministério da Agricultura. Nessa época, eu já estava no “Estado de Minas”. Tinha saído da Última Hora, tinha sido demitido da Última Hora, acho que eu estava no estado de Minas já. Teve uma passagem, trabalhei na área financeira para O Globo. A ordem aí, não sei. Mas criou muito problema. Criou muito problema, porque nessa ida para São Paulo, você vai em situações né, em que não está organizado profissionalmente. Então sempre, vocês lembram que em 80 estavam explodindo as bombas, as bancas de jornal. E aquelas bombas, eu lembro que elas foram acompanhadas de uma lista, lista de jornais da imprensa alternativa. Eu naquela época colaborei com o movimento, depois com o Em Tempo. E sempre escrevia no jornal dos pousadistas. O jornal na época se chamava “Frente Operária”. Então isso levou a minha companheira na época, ela não tinha uma estrutura, uma compreensão. Ela era muito jovem, nós éramos jovens. Evidentemente provocou sequelas, desorganizações, digamos assim, ela foi para Minas. Levou a filha. Então isso desestabilizava, e aí acabou que o casamento não resistiu às pressões, aos vendavais dessas pressões. E coisas como essas. Até que veio a anistia e com a anistia as bombas nas bancas de jornais foram depois da anistia. O Rio Centro foi depois da anistia. Então quer dizer, você estava sempre num clima. Eu tinha voltado ao trabalho, eu já conseguia trabalhar, digamos, mas houve essas duas, esses episódios de telefonemas... era evidente que sabiam, porque a hora que eu chegava no trabalho, me telefonavam no trabalho. E aí não telefonavam para mim no trabalho. Telefonavam para quem tivesse na assessoria de imprensa, ou na sala da assessoria de imprensa, como Ministério da Fazenda, e do Ministério da Agricultura, que eu sempre fazia uma ponte, e diziam: “Olha, fala para aquele comunista, ele, aquele tal de Beto, Carlos Alberto, que o carro dele vai explodir. É uma variant branca, placa tal, tal”. E falavam pra secretária, falavam pra qualquer pessoa que atendesse ao telefone, pra criar um clima. Aí ficava todo mundo assim: “Uai, mas o que está acontecendo?”. Ué, o que está acontecendo? É a ditadura”.

(...) Nós sabíamos que havia uma estreita colaboração entre a Universidade de Brasília e os órgãos de informações. Especialmente na época do Azevedo. Chamava ASI. Então, eu não sei dizer, não tenho, claro que vinham pessoas que te perguntavam coisas né, mas isso era muito comum. Quantas coisas nós fizemos. Na época da universidade em greve, nós levamos lá o Ivan Lins, aí ele deu um show de solidariedade à greve, apagaram a luz na hora da greve. Ele cantou no escuro. Foi um momento muito emocionante, ali na escola de música. Depois veio a Araci Balabanian, Lucélia Santos, Walmor Chagas. Fizeram um debate conosco em plena greve, a universidade toda ocupada e nós mantendo a greve, no dia que tinha assembleia, mesmo com as prisões, eram renovadas as decisões de continuar a greve. Havia ameaças, todos nós estávamos sofrendo ameaças. Enfim, era parte do jogo, havia um processo de retomada da luta democrática

no Brasil em 77. O movimento estudantil não saiu às ruas só aqui em Brasília, mas em São Paulo, Rio, aí foi por aí à fora. Então quem exatamente, eu não sei dizer. Talvez quem possa jogar luz sobre isso seja quem estivesse trabalhando lá dentro. Como o professor Murilo Ramos agora está junto à EBC, no conselho curador da EBC, possa jogar um pouco de luz sobre como funcionariam aqueles esquemas, eu não saberia dizer. Nós vimos pela Globo a história das expulsões dos alunos que fizeram greve na UnB. Foi lido, o Murilo Ramos, inclusive foi ele que me contou. Eu li depois no dia seguinte pelo Jornal de Brasília e Jornal Correio Braziliense, a lista. Saiu em todos os jornais a lista dos 30 expulsos, depois mais não sei quantos jubilados, mais não sei quantos suspensos. Então o negócio houve ampla divulgação. Depois em casa, é claro, você recebe lá uma cartinha dizendo: “Você está expulso, por essa razão, com base no 228 e 477. Houve um outro momento de repressão também. Houve muitos. Houve um tempo em que para sair da universidade durante a greve você tinha uma lista de pessoas que não podiam entrar nem sair do campus. E havia revista. Muita gente às vezes entrava e tinha que ficar lá dentro, dormia lá dentro.

ANTÔNIO CARLOS SCARTEZINI

“Eu não tenho coisas importantes a dizer que não sejam notórias, mas estamos aqui. Parece que há um interesse especial no Castelo, com quem eu trabalhei, foi meu primeiro chefe. Eu fui admitido na sucursal do Jornal do Brasil, quando ele era o chefe. Vou contar um episódiozinho, para ilustrar, desde o momento em que eu ainda era foca na sucursal, como era o relacionamento do Castelo com a ditadura, com o dono do jornal e com os jornalistas subordinados a ele. Eu cobria a área militar. E ao mesmo tempo cobria a área estudantil, que tinha tudo a ver. Os estudantes se manifestavam, os militares reprimiam. Então, era uma coisa só. E na minha rotina, ronda diária pelos oficiais militares, eu cheguei na aeronáutica como eu chegava diariamente, já conhecido de todo mundo ali. Cheguei todo à vontade, na sala de imprensa, para os oficiais militares a sala de imprensa era subordinada à seção de relações públicas. Então eu cheguei lá todo a vontade, como sempre, dando boa tarde para o pessoal, fazendo piadinha sobre futebol e tinha lá um major me observando. Eu cheguei lá ele perguntou: “Quem é você?”; aí eu falei para ele “Quem é o senhor? Eu não conheço.” “Eu sou o major Cláudio chefe das relações públicas”. Aí eu falei “prazer em conhecê-lo, major. Mas o chefe de relações públicas é meu conhecido, coronel Camarão”. “Não, mas o Coronel Camarão adoeceu e a partir de hoje sou eu o chefe.” Aí eu falei, tá bom, prazer. E dentre aquele mal estar quem eu era, Scartezini, aí eu fui embora. E eu dei tanta importância àquilo que eu me esqueci completamente daquilo. Fiz minha ronda no serial e a noitinha eu fui para a redação. Aí o secretário da redação André Marques perguntou: “O que houve com você na Aeronáutica”? Nada. Realmente eu esqueci. Achei aquilo uma bobagem. Nada. Aí ele: houve sim. Não, André, não houve nada. Houve, o major Cláudio ligou pra cá e não quer que você volte mais lá. Ah! é mesmo, o major Cláudio, o novo lá? Aí voltei, aí a coisa chegou ao Castelo. E passou um prazo, o chefe de relações públicas da Aeronáutica mandou uma carta para o jornal, pedindo que o jornal indicasse um repórter. Geralmente, o Castelo não assumia essa tarefa, essa tarefa era do André ou do D' Alembert. mas aquela tarefa o Castelo assumiu, de responder ao oficial da Aeronáutica. Respondeu naquela base: considerando o ofício tal e tal, temos o prazer de indicar o repórter Antônio Carlos Scartezini. Aí não disseram nada. Mas deu mais um tempo mandaram o segundo ofício. E o Castelo respondeu: confirmo a indicação. Deu um tempo, veio o terceiro. Aí o Castelo continuou me confirmando. Até que numa segunda-feira eu fui acordado com um telegrama da redação, pedindo que eu fosse à sucursal que o Castelo queria falar comigo.

Castelo também estava, chegou cedo à redação, percebi se ele estava na redação me esperando, ele costumava chegar um pouco mais tarde, naquele dia chegou cedo. Aí eu fui lá ver o que que ele queria. Ele me disse assim: “O Brito, Nascimento Brito, o dono do jornal, o Brito me telefonou agora de manhã”, o Brito acordou o Castelo. Só pode ter acordado, “o Brito me ligou agora de manhã dizendo o seguinte: Castelo, o ministro da Aeronáutica (que era o Márcio Souza e Melo), o Ministro da Aeronáutica esteve lá em casa ontem e me disse que está havendo um problema entre a sucursal e a Aeronáutica. Castelo, eu peço que você resolva isso da melhor maneira possível. Aí o Castelo falou: foi isso que o Brito me disse. E como você viu, ele não me disse como resolver. Disse esperar que eu resolva da melhor maneira possível. Portanto, eu insisto no seu nome. Não me interessa ficar aí nesse pingue pongue, eu fiz pra lá eu fiz pra cá, fica nessa, faz o favor. Aí o Castelo: “pensa um pouquinho antes de dar a sua resposta”. Aí ele parou um pouquinho e falou: e se eu colocasse o Léo no seu lugar? O Daniel Filho. Ou seja, eu era o foca da redação, eu era o repórter mais novo. Ele me consultou sobre um sucessor na aeronáutica. Aí falei é ué, ótimo, ótimo repórter. Então, o Castelo era isso.

Tinha uma pressão sobre o Castelo para demitir o D' Alembert. Nos anos 70, 72. Aí quer dizer, a pressão é antiga. Mas em 72 o Castelo teve aquele problema coronário e foi se tratar nos Estados Unidos. E o Brito aproveitou a doença do Castelo para intervir na sucursal. Afastar as pessoas do Castelo, desmontar o esquema do Castelo e colocar o esquema dentro da empresa. O Castelo colocava os jornalistas acima da empresa”.

(...) Bom, aí veio a data 5 de dezembro de 1972, data de demissão do D' Alembert. Havia uma crise política em Brasília e eu não trabalhei no outro dia. Eu ia dormir na redação, de plantão por causa da crise. Então eu cheguei à redação à noite. E encontrei o D' Alembert se despedindo de mesa em mesa. Aí eu falei. O que houve? Ah! fui demitido. O Falcão avisou aos jornalistas mais novos: Quitério Guimarães, Eliana Catanhede que naquele dia o D' Alembert seria demitido. E que o Falcão estava avisando aquelas pessoas previamente porque seria demitido também quem se manifestasse contra. Então era para as meninas ficarem calminhas se não elas também iam para a rua. Então, eu fui até o carro me despedir do D' Alembert. E quando eu voltei, eu fiz um comíciozinho na redação. Um protesto. Eu dizia que aquela demissão do D' Alembert consagrava a vitória do presidente Médici. Aí fiz o discurso, não havia nenhuma reação, eu estava em pé no centro da redação. Eu fui à minha mesa cuidar da minha vida. Aí, o Falcão, que era o chefe, voltou para a redação e gritou, deu aquele grito macho pra todo mundo, de quem tem poder, autoridade. “Scartezini! Você já achou ruim a demissão do D' Alembert não achou?” Achei. “então passa pelo caixa e acerta as contas”. Passei, saí dali e fui embora, claro, não fiquei na redação. O D' Alembert foi em casa, deixou as coisas dele e foi para o Caldo Verde encontrar a turma. Aí conversamos ali e eu disse olha, isso aqui merece uma comemoração. Nós nos livramos daquele esquema lá, estamos livres. Não tem mais compromisso com eles. Vamos lá pra casa, eu tenho lá umas garrafas de whisky vamos comemorar lá em casa. Aí o Falcão ligou para o Ruy Lopes convidando-o para almoçar, a jantar com o Valter Fontoura. Seria o jantar do grupo triunfante. Augusto, Falcão e Valter Fontoura. E o Falcão queria o Ruy. O Ruy falou assim: “Falcão, eu não posso ir porque eu já tenho outro compromisso. Eu estou indo para a casa do Scartezini comemorar as demissões. Fomos demitidos”.

“Os militares queriam a demissão do Castelo por causa da oposição que o Castelo fazia à coluna. O D' Alembert eles queriam demitir foi por pertencer ao partido comunista. Ele saiu dali, foi pra revista Visão, levado por comunista lá do Rio, o Zenir Fontoura. Falcão foi para a revista Visão. O fato é que ao sair da Visão,

o D' Alembert resolveu abandonar o jornalismo. Ele devia estar super desapontado com alguma coisa. Abandonou o jornalismo e foi advogar. Depois voltou para a revista Veja e depois para a Folha de S. Paulo. No caso do Castelo, o Leitão de Abreu era o intermediário entre o Médici. Ele era o intermediário entre o Planalto e a sociedade civil, vamos dizer assim. Mais tarde, o Leitão continuou amigo do Castelo, o Castelo demitido, continuaram conhecidos e o Leitão se transformou em fonte do Castelo. Antes da demissão, ele colocou o Castelo para trabalhar. O Castelo tinha aquele emprego DDR, de procurador, mas não ia. Passou a ter que ir todo dia ao Ministério dos Transportes recolher processos pra ele analisar e dar pareceres. O jornalista que também era procurador DDR, passou a trabalhar com o Castelo ao lado. “O Ruy me disse que o Castelo tinha uma enorme dificuldade de fazer os pareceres. Porque ele não estava acostumado com isso”.

(...) Eu comecei a frequentar a redação em 1965, ali, procurando, à espera de uma vaga. A vaga surgiu em 66. Então, foi aí que eu fui contratado. Eu falei pra vocês que eu cobria a área militar e cobria também a área estudantil. Essa demissão aí não me afetou muito não, logo depois eu estava empregado e trabalhando em ambiente mais salubre. E depois eu fui demitido do Estadão em 77 porque dois generais disputavam a sucessão do Geisel. Silvio Frota Ministro do exército e João Batista Figueiredo, chefe do SNI. O único deputado que apoiava o Frota chamava-se Sinval Boaventura, de Minas Gerais. Mais tarde é que apareceu o Siqueira Campos. O primeiro que apareceu ali foi o Sinval. E um amigo meu me contou que o Sinval disse pra ele o seguinte: “eu não tenho nenhuma dúvida, o preferido do Geisel será o Figueiredo, e eu vou votar em quem o Geisel mandar”. E saiu notícia, era o único de deputado que apoiava o Frota sucessivamente. Aí eu fiz uma nota. Eu era convidado para um casamento em Manaus. Eu fiz a nota na quinta-feira e fui para Manaus. E minha nota saiu na sexta. No sábado, eu estava na beira da piscina lá do Hotel Tropical, quando apareceu lá um senhor com um jornal debaixo do braço e eu pedi para dar uma olhadinha no jornal. Aí, eu folheei e tinha uma página quase completa: “Deputado desmente entrevista”. A matéria publicada era exatamente esta: “O deputado Sinval Boaventura fez ontem o seguinte pronunciamento para a Câmara dos Deputados: eis a íntegra” eu disse, poxa, é a minha matéria. E lá tinha uma nota da redação: “A sucursal de Brasília apurou os fatos e concluiu que sua excelência tem razão.” Aí eu disse poxa, apurou os fatos como se eu estou aqui e eu liguei pro Tiaguinho: Tiaguinho o que está havendo? A minha matéria passou por você, você até a reduziu. Achou que o Sinval não merecia tanto espaço. Eu dizia o tempo todo que aquilo era conversa do Sinval com amigos, agora o jornal desmente a entrevista, o Sinval não deu entrevista ao Estadão? “Não esquentar a cabeça não. Fica aí e segunda-feira a gente conversa”. Está bom, então eu fiz isso, mas aí veio a demissão. E pensa que eu fui demitido quando cheguei em Brasília? Fui demitido lá, quando eu soube o fato já estava consumado. Mas isso não me incomoda nem um pouquinho, essa demissão. Porque, porque graças a essa demissão eu fui batalhar na Justiça do Trabalho porque eu tinha imunidade sindical, isso foi logo depois da posse do sindicato, e eu tinha provas que ele tinha testemunhas que comprovariam que o Sinval deu a declaração ao Paulo Abreu. Se fosse o caso dizer qual foi a fonte. Foi o Paulo Abreu que ouviu isso. Isso não me incomodou porque eu fui brigar. O Silvio Frota pediu ao dono do jornal, ao Mesquita, a minha demissão. E o Mesquita convidou prazerosamente nesses termos: “deputado desmente a entrevista, eis a íntegra e pronto.” Como é que eu não ia, aqui numa reunião nossa semanal, que havia recém assumido no sindicato já chego me valendo das prerrogativas sindicais. Ora, meu Deus, como que não ia usar isso? Se eu fui demitido a pedido do ministro do Exército. O jornal alegava um fato que eu provava que aquilo não existiu. Como que eu não iria utilizar as minhas prerrogativas? Usei, tranquilamente, usei mesmo.

“Mas só para encerrar aqui, eu falei sobre a área militar e área estudantil. Na cobertura dos jornais de fora. Na universidade, tinha Arataca, Leomar Coelho que hoje é vereador do Rio de Janeiro. O Arataca me ligava e

dizia assim: Scartezini , esteja às 5 horas na porta da Thomas Jeferson. Desligava o telefone. Bom eu já sabia, ligava para o jornal e um monte de fotógrafo na porta da Thomas Jeferson às 5 horas. E eu tinha também o compromisso de comunicar aquilo para os colegas jornalistas da área militar, para que também se mobilizassem. E eu comunicava isso. Então um certo dia, o Arataca me ligou, e disse: às 6 horas na biblioteca da Unb. Aí eu estava no exército. Aí já eram quase 6 horas, eu olhei assim para os outros jornalistas e disse: eu vou dar um pulo na biblioteca da universidade. E saí. E eles entenderam o recado. Foi aquele episódio.....e os estudantes fizeram aquela manifestação. A polícia chegou, cercou a biblioteca, fez a triagem de quem estava lá dentro, eu fui excluído, fui posto para fora porque eu estava de terno e gravata. Eu estava trabalhando. E estava vindo do Exército. Então como estava de terno e gravata me excluíram. Eu queria estar lá dentro para assistir. Porque tinha aquela porta corrediça, de loja. A polícia militar fez ali aquela limpeza, até deixar só a rapaziada. Quando ficou só a rapaziada, a polícia entrou, baixou as portas e (gesto de violência) cacete”

“Bom naquele tempo, a vida de repórter era, bom ficava a noite, um repórter só tinha que cobrir a manifestação, depois tinha que ir aos hospitais ver os feridos, depois tinha que ir à policia ver os presos e aí vinha para a redação fazer a matéria. O Jornal do Brasil naquele tempo, o Jornal do Brasil tinha a ultima página antes do esporte, era dedicada aos fatos de ultima hora. E eu ocupei aquela página quase toda. E lá no meio daquela matéria enorme, tinha um título: Marinha ofendida. E um dia eu cheguei no cinema, eu tinha acesso ao Cinemar, o cinema da Marinha. O comandante do Cinemar era um capitão...era muito jovem. Gabriel de Almeida. E o Gabriel, a mulher dele, era professora da escola classe 707, de dois sobrinhos meus. Então estava tendo assim essa referência familiar. A mulher dele ficou amiga da minha cunhada, então eu tinha um pouco de liberdade vamos dizer assim, dentro do Cinemar. Por que, na realidade, eles estavam investindo no aliciamento. Queriam aliciar. A essa altura eles já sabiam dos...do Arataca. E cheguei lá na sala do Gabriel, as quatro paredes eram cheias de frases escritas na parede. A frase que ocupava espaço mais nobre era aquela famosa do Mao Tse Tung: “Quando o inimigo ataca, nós recuamos. Quando o inimigo acampa, nós hostilizamos. Quando o inimigo recua nós perseguimos”. E é a base da guerrilha, né? E eu me senti à vontade. Ai eu cheguei lá, bom dia, boa tarde. A minha matéria não era assinada, estava em cima da mesa do Gabriel, e onde estava a Marinha ofendida, tinha um círculo com lápis vermelho. Aí eu falei: Gabriel, o que esta matéria está fazendo aqui? Aí ele disse: porque você quer saber? A matéria é minha, foi eu que escrevi. “você não sabe o trabalho que você me deu.” Pensa só, o principal jornal do país publica esse troço aqui: Marinha ofendida. Ora, o que a Marinha tem que fazer? Abrir um inquérito. E com quem tá o inquérito? Com seu amigo aqui. E aí Gabriel? “E aí, então me conta, como você vai fechar esse inquérito? O que você vai dizer? Que o capitão tem razão, que o sargento tem razão? Como você vai fechar isso?” Então era assim”.

(...) Esse Gabriel, um dia eu estava na redação, ele me telefonou para tomar um Whisky de final de tarde, naquele barzinho, pub do Hotel Nacional. E fomos. Ele à paisana. E eu de terno e gravata, acabei de sair da redação e fui lá fiquei bebendo whisky com ele. E ele estava carregando uma maleta tipo 007. Que ele deixou no chão do lado dele. E cada um de nós bebeu dois whiskies. E o Gabriel com uma conversa de “cerca-lourenço”, insinuando se não podia fazer a gentileza de informar a eles cada vez que a... me telefonasse, uma coisa assim. E eu recusando tudo, naturalmente. Aí não tinha mais o que conversar, ficou claro que íamos pedir a conta. Quando o garçom veio com a conta, eu avancei na mão do garçom, eu não ia deixar que ele pagasse meu whisky nunca. Puxei a nota da mão do Gabriel, “Não, Gabriel, isso aqui é meu”. E o Gabriel: Mas fui eu que te chamei. Aí eu falei: Não, tudo bem, aqui o bar é pertinho do jornal, somos vizinhos, é comigo.

Aí ele pegou a maleta de 007, botou em cima, ele queria pagar a conta. Ele botou a maleta em cima da mesa do bar, abriu a maleta, sabe aqueles filmes americanos? Que o cara abre a maleta e está cheia de dólares assim? Só que não era dólares, eram cruzeiros mesmo. Lotada, lotada a maleta. Ele botou a mão assim e disse: “Scartezini, pra mim dinheiro não é problema, deixa eu pagar”. Estou vendo que realmente não é problema não. Então vamos fazer o seguinte, vamos rachar a conta. Aí rachamos a conta, eu paguei a metade. Então, quer dizer, isso aí foi uma tentativa de me aliciar.

ALEXANDRE RIBONDI

“No início dos anos 1970, bem no início mesmo, porque eu fiz 20 anos preso. Estudante de Comunicação na Universidade de Brasília, eu morava em Sobradinho com outros estudantes e não estudantes da universidade de Brasília que faziam uma série de pesquisas sobre violência, autoritarismo e fazíamos trabalho na rua com isso, e eu era ao mesmo tempo repórter do Jornal de Brasília. Nossa casa foi invadida em Sobradinho, algumas pessoas foram presas, mas eu consegui sair antes. Eu consegui, com o Jeferson Albuquerque, sair antes. Eu consegui fugir, eu fui para o Nordeste, fugi no vapor do São Francisco a nove quilômetros por hora, mas foi uma fuga espetacular demoramos dez dias até chegarmos a Petrolina, eu embarquei em Pirapora e desci em Petrolina e fui pro Cariri e lá fiquei um mês, de lá eu voltei, fui para o Espírito Santo, e eu ia pro Chile e no dia que eu estava fazendo a mala para ir pro Chile a televisão anunciou que...eu desarrumei as malas e voltei para Brasília. Cheguei a Brasília e a tarde eu fui fazer uma matéria na Universidade de Brasília, não me lembro sobre o quê. Eu voltei para Brasília e o Flavio Diniz me aceitou imediatamente, aliás fez questão de que eu voltasse para o jornal, porque ele sabia dos motivos que eu havia desaparecido do jornal. E eu fui fazer uma matéria, lá estava na biblioteca, ainda não existia a Reitoria, o prédio novo, ainda era lá em cima. Saindo da biblioteca eu fui abordado por um rapaz que eu achei que ia tirar cigarro do bolsão do bolso, mas ele tirou uma arma, era de tarde, e o carro estava parado onde é hoje a Reitoria. Só como um detalhe bem curioso e bem cômico porque eu acho que a gente é obrigado a ver os lados engraçados da vida sempre. Esse rapaz era fanho e eu não entendi nada do que ele dizia... aquilo era desesperador, foi constrangedor a situação porque eu ficava achando que ele podia achar que eu estava provocando ele e eu realmente não entendia. Eu fui preso, fui levado lá para o final da Asa Sul, naquele conglomerado da polícia, que antigamente era uns barracos de madeira onde a gente também pegava o passaporte. E depois eu fui encapuzado e levado para algum lugar que hoje eu suponho onde seja, porque havia uma rampa. Você entrava descia uma rampa, dava pra ver e ao sair subia uma rampa e um sino tocava é naquele Ministério ao lado do Palácio da Justiça, o da Aeronáutica, foi ali. Eu, aliás fiz questão de entrar na garagem, é um das Forças Armadas, eu nunca lembro qual é, ele tem um sino. Eu ouvia este sino, eu fiquei encapuzado o tempo todo. Eu nunca soube nada do que aconteceu comigo. Havia um delegado, de quem eu me lembro muito bem, porque ele me deu um chute no saco com muita força e que eu prometi que (...). A gente não podia falar nada, estávamos algemados, presos eu e o Toninho. Alguém se lembra do Antônio Pinheiro, o fotógrafo moreno quase negro, magrinho, bem magrinho, o apelido dele era preta pretinha ou flor de lótus, ele tinha esses nomes assim bem bonitinhos. Que agora ele mora em Goiânia ele é aposentado em Goiânia. Ele também foi preso e o que eu me lembro, foi que Armandinho estava lá, eu não sabia. Ele ouvia a minha voz. No mesmo lugar, ele me falou isso anos depois que ele estava lá. Isso eu me lembro muito bem porque dava pra ver mais ou menos sombreado uma subida e exatamente na hora que a gente saiu a gente saiu deitado na hora que a gente foi mandado embora a gente teve que deitar no chão do carro, era um Aerowyllis branco. Estar preso mesmo... eles nunca me perguntaram nada de realmente objetivo, eles

queriam saber sobre drogas, orgias sexuais e sobre trabalho político sim, mas era menos importante. Pra eles a orgia sexual era instrumentos da subversão organizada, pra chegar até nós que éramos os jovens na época. Então era isso que eles queriam saber mais. Eles realmente perguntavam muito por que eu era amigo de Romário que estava preso há mais de 40 dias”.

(...) Uma época antes dessa prisão eu morava também na 408 Norte e a nossa casa era permanentemente vigiada. Eu já era jornalista, porque eu entrei na faculdade e um ano depois eu já trabalhava como jornalista. Eu entrei na faculdade em 1971, minha matrícula 0032/71. Esses fatos são de 1973. Durante muito tempo eu não gostava de falar disso, era como se fosse uma coisa íntima, minha, particular que ninguém precisava ficar sabendo. Havia um certo constrangimento, vai entender os caminhos da cabeça e da alma da gente, eu falava muito pouco, tanto que a primeira vez que saíram os relatórios, acho que isso foi no final dos anos 80, início dos anos 90, saíram uns relatórios sobre as nossas prisões e eles queriam fazer uma apresentação disso e eu não autorizei a minha parte. Era um absurdo, isso é história, isso tem que ser mostrado, tem que ser conhecido, mas na época eu não me sentia bem. Não me sinto bem até hoje, se me perguntam se eu fui preso, se eu fui torturado, porque não pode haver nenhuma vaidade quanto à isso. Tem muita gente que tem vaidade quanto a isso, que usa isso como medalha pendurada no peito e eu acho isso horrível, isso me dá um desgosto. Mas eu fui, passei por tortura, pouco tempo em relação ao meu amigo, eu passei dez dias. Nesse mesmo local, em uma cela forrada com jornal no chão. Dava pra ver dois pombinhos se beijando, que era uma novela com a Regina Duarte na época... Meu doce amor, o símbolo era dois pombinhos se beijando, fazendo um coração. O Correio Braziliense tinha umas páginas cor de rosa, vocês se lembram disso? Tinha algumas paginas que eram cor de rosa, não durou muito. Era forrado com essas folhas e era a única coisa que eu podia ver, porque eu olhava pra baixo, pelo Capuz, e via esses dois corações o tempo todo. Eu fiquei encapuzado, e acho que as outras pessoas na cela também ficaram, haviam uma quatro ou cinco pessoas na cela que eu não sei se ficaram. Eu fiquei com o capuz e tive sessões de interrogatórios. Eu fiz assim... eu pedia muito para ir ao banheiro, porque dentro do banheiro eu podia tirar o capuz. Ir ao banheiro era suplício porque uma pessoa te acompanhava até a porta. Era um exercício de teatro, no teatro a gente faz isso, cria sensações. Então você tampa os olhos de uma pessoa e diz, você tem que se agachar porque aqui tem uma parede muito baixa, aqui é um corredor muito estreito, e não há. Você cria para mostrar o poder da imaginação para os atores, e eles faziam isso com a gente. E eu percebi logo, eles falavam, levante bem a perna porque tem um arame, vai de quatro porque aqui é muito baixo. Eu percebia, mas eu não tinha escolha e fazia. E eu entrava no banheiro, havia apenas uma basculante muito lá em cima, não dava pra ver nada, e lá eu tirava, então eu ia ao banheiro o tempo todo. Eu era o grande cagão, porque eu ia ao banheiro o tempo todo. Mas parei de ir com tanta frequência porque havia um senhor que entrava comigo, gostava de entrar comigo e elogiar as minhas formas físicas e aquilo me dava um arrepio monstruoso. Quando ele entrava, eu não podia tirar o capuz. Ela ficava com uns papos, ficava chegando perto de mim, e aquilo me dava um arrepio, asco. Isso eu sinto até hoje. Que horror! Então eu parei de ir ao banheiro. Depois desses dez dias, nós fomos liberados. Eu fui liberado junto com um rapaz que eu não sei quem é, nunca tinha visto antes e nunca mais vi. No carro, nesse carro que eu falei pra vocês... fomos levados para um barro enorme que hoje é o estacionamento de trás do Conjunto Nacional, lá em baixo era um lamaçal e era época de chuva era dezembro. Nós chegamos lá, um rapaz falava por trás da gente, um torturador, ele falava... tirou o capuz, não abram os olhos, vocês vão contar até cem e vão abrir os olhos. Cuidado, obedeçam, cuidado”!

(...) Antes de ir embora ele veio do meu lado e disse, como vai o seu irmão Ludovico? Mande um abraço pra ele. E na hora que a gente ouviu que ele corria pra ir embora, este rapaz que estava do meu lado, pegou a minha mão, apertou e falou, não olhe, não olhe, não olhe. Eu falei, eu vou olhar e virei e vi o Aeroilis, que eu falei pra vocês, era um automóvel, na época era um automóvel chique e uma pessoa de roupa branca, sapato branco correndo na lama e entrando no carro. Dois meses depois, três meses depois, seis meses depois, algum tempo depois, eu fui com meu irmão a um banco, no início da w3 sul, com meu irmão Ludovico que mora aqui. Quando ele entrou na fila eu me sentei nas poltronas que tinha ali nos bancos e fiquei de costa pro meu irmão, e chegou uma pessoa e começou a conversar com meu irmão Ludovico e eu reconheci a voz, eu reconheci na hora a voz que falou... e seu irmão Ludovico, manda um abraço pra ele. Eu me virei, eu o conhecia, era um estudante da Universidade de Brasília, que estudava medicina, e que frequentava as rodas dos amigos. Eu não sei o nome dele mais, já tentei lembrar de todas as maneiras pra ir atrás dele. Ludovico é pior de nomes do que eu. Eu falei, aquele seu amigo que tinha bigodes, que estudava na Universidade de Brasília, que estava sempre com vocês. Ele era alto, magro, do cabelo escuro com um baíta de um bigode. Dinis, era estudante de medicina, tinha um rosto todo. Ele era da polícia? Temos suspeitas. Bom, eu não sei se é, as descrições conferem, mas eu não sei se é. Eu seria incapaz de dizer o nome dele aqui, afirmando que foi o fulano.

(...) Na prisão, todo tipo de tortura. Além da pressão sexual, que é uma tortura de uma violência, que eu não sei se alguém aqui já sofreu. E de uma violência inominável, é uma coisa que realmente marca. Choque elétrico, o tempo todo, porrada e uma maldita vareta na canela o tempo todo. Na cela quando a gente se sentava eles entravam batiam na canela da gente e dizia que tínhamos que ficar de pé. Tinha que ficar de pé o tempo todo. Basicamente isso, muito tapa, muito soco. Ah! E roleta russa. Não é incrível isso? Eles colocavam o revólver do lado e rodava e por algum motivo que eu não sei o que é e que o Armandinho gosta de dizer que é verdade, que ele ouvia, parece que eu era corajoso. Eu digo parece, porque não tinha a menor noção de que o meu comportamento era corajoso, eu não tinha noção de nada, eu estava sendo eu. Eles batiam muito porque eu não ficava com medo da roleta russa. Hoje eu desconfio que talvez nem tivesse bala dentro dessa roleta russa. Mas o medo é o mesmo. Porque não havia motivo para me matar, se bem que não precisa de motivo, mas eu acredito que eu não era considerado de alta periculosidade, eu não era da luta armada, eu era um estudante da Universidade de Brasília, absolutamente urbano que participava de grupos de resistência desde o Elefante Branco, diga-se de passagem, e meu trabalho era participar de reuniões, era panfletar na cidade nas caixas de correio, porque antes em Brasília os prédios tinham as portas abertas, então você entrava. Você sempre saía como uma menina como se fosse namoradinhos, andando pela cidade e panfletava a cidade toda. Minha ação era no máximo essa, então não havia muito motivo para me eliminar. Outros amigos meus sim. Eles perguntavam e pelo que eu me lembro eu consegui convencer a eles que eu não sabia absolutamente nada. Na verdade eu sabia muito pouco, porque essas organizações não iam dizer pra mim, um menino de vinte anos, da classe média, estudante da Universidade de Brasília. Eles iam dizer tudo? Mas eu sabia onde a gente se reunia. Porque antes de eu ser preso, antes de invadirem a casa a polícia foi lá em casa. As nossas reuniões eram no Guará, só existia o Guará I, em uma casa. Eles foram lá, bateram na porta e disseram que eram do interior de São Paulo, de Catanduva. Que era de onde era a casa da menina do Guará, que tinha um trabalho bem mais consistente com o movimento clandestino da época. Ela arregimentava jovens para o trabalho. Era o trabalho dela, era o contato com os universitários. Eles foram lá e falaram que a mãe dela tinha morrido e que não sabiam onde ela morava e se eu podia leva-los lá. Eu pedi uns minutos, eu fui ao banheiro tomei banho entrei no meu quarto, peguei a minha bolsa, na época todo mundo

usava uma bolsa de couro e eu pus pasta de dente, escova de dente, sabonete e uma toalha e dois livros. Porque eu achava que eu não ia mais voltar e eu achava que eu podia levar toalha e sabonete. Entramos no carro e eles ficaram me perguntando um monte de coisas e à medida que eles iam perguntando eu vi que eles não sabiam ainda de mim, não tinham ideia. Eu morava na casa onde as pessoas conheciam, mas eles não tinham informação sobre mim. Chegamos nessa rua no Guará, eu passei por ela varias vezes me deu por completamente perdido até que paramos na frente de uma outra casa e eu falei, é aqui e eles me dispensaram. E eu corri para o ponto de ônibus, peguei o ônibus e fui embora. Essas pessoas todas foram também presas. Não nesse dia, não por causa disso, porque não identifiquei a casa. Mesmo assim eu me senti muito culpado porque eu identifiquei a rua. A rua era aquela, a quadra era aquela, mas não a casa. E enfim, depois que eu saí da prisão, meu apartamento era visitado constantemente pela policia, por um senhor da polícia, que entrava e dizia que ia ver se estava tudo bem com a gente, se a gente estava passando bem. Ele gostava de nos lembrar de que Brasília era uma cidade muito violenta, que a gente era muito novo, que podia ser atropelado por um carro ou vai que uma bala perdida acerta vocês. Eu não sei se ele usava a expressão bala perdida, mas a mensagem era essa.

“Um dia eu fui lá (no local onde ficou preso). Eu fui lá sozinho, como quem não quer nada, erreí o caminho, entrei no prédio, desci e fui lá. Fiquei olhando para o lugar, não para recordar, vamos dizer assim que foi uma viagem macabra ao passado. Eu fiz questão de ir. Um dia eu estava na Justiça, acompanhando uma questão lá como jornalista, e vi o sino. Eu pensei... será que esse sino é aquele sino? Porque ele foi muito marcante pra mim, porque ele sempre tocava... Na mesma hora mais ou menos. Ai eu entrei. Eu confesso que até eu ver esse sino no inicio dos anos 2000, eu não tinha a menor ideia de onde era. Eu estava conversando com algumas pessoas do lado de fora e vi o sino. Um sino? Do lado de um ministério. Achei aquilo muito curioso e fui me aproximando e entrei no prédio e dei uma de perdido e fui para na garagem. Quando entrei na garagem a primeira coisa que eu vi foi a rampa. Ai eu falei, é aqui. Eu reconstruí assim, no cheiro, na memória e em visual auditiva. E havia um quebra-molas no final dessa rampa, isso eu me lembro. É esquisito a gente lembrar de certos detalhes, mas havia um quebra-molas. Demorou muito para chegar no lugar da desova, que era o Conjunto Nacional, atrás no barro. Eu acho que quando a gente era torturado não havia carro lá em baixo, porque tinha cela. Eles falavam muito, era como se fossemos suspeitos do assassinato de Ana Lúcia. Era muito engraçado porque as perguntas não pareciam objetivas, parecia que eles não tinham rumo, não tinha uma acusação eles estavam juntando coisas. No relatório sobre mim eles falavam umas coisas engraçadas que eu usava jargões muito batidos. Eu até escrevi no facebook: jargão eu? Agora eu fiquei ofendido, eu sou original quando escrevo. Eu vou ficar usando jargão? Acusaram-se de jargão subversivo, discurso comunista e de algumas outras coisas. Uma coisa que eu considero importante de dizer foi que algumas pessoas viram a minha prisão na Universidade de Brasília, mas não fizeram nada, porque era apenas uma bicha do teatro que estava sendo presa. Isso é tão violento como a ditadura. E continua sendo até hoje. Eram pessoas de organizações, eu fiquei sabendo através de outras pessoas mais liberais que estavam dentro dessas organizações. Isso vinha também de companheiros de esquerda, isso era permanente”.

(...) E foi por isso, então, que a gente decidiu ser o que na época se chamava de exilado voluntário. Eu e Romário Schetino fomos para a França via Portugal, chegamos em Portugal no dia 25 de abril de 1974. Que foi maravilhoso! Depois ficamos na França, moramos na Alemanha e depois voltamos para o Brasil. Aqui eu continuei trabalhando. Por isso que eu falei que vai acabar em 1985. Não! Em 1996 eu fui demitido do Correio

Braziliense por criticar Fernando Henrique Cardoso, eu fui demitido pelo Noblat. Foi uma matéria que eu não escrevi, que era sobre análise astrológica. Eu não sou astrólogo. Eu redigi. Eu peguei as informações e fiz redação final e acrescentei umas certas ironias ao texto eu fui demitido pelo Noblat, porque não era de interesse do Correio Braziliense criticar Fernando Henrique Cardoso. Foi isso que me disseram, olho no olho. Eu fui demitido na porta do Correio Braziliense. Era pra eu não entrar no prédio. Em 96 ou 97, foi quando eu saí do Correio Braziliense onde eu trabalhava há anos. Pra mim foi uma surpresa muito grande, foi um clima muito parecido com o da ditadura. Essa coisa de execrar a pessoa, de por porta à fora, na rua. Esse era um comportamento da ditadura, que a gente sabia muito bem que existia. De repente, ele bateu na minha cara. Pra mim foi um negócio bem violento, não perder o emprego, porque isso é preocupante, mas foi muito violenta a maneira com foi feita, muito grosseira, foi autoritária, foi ditatorial. Você não pode entrar aqui. Me esperaram na porta pra me dizer que eu não podia mais entrar.

“A mulher do Piau estava grávida, foi presa, torturada, violentada com chutes na barriga, que já são para secar o leite e o filho dela nasceu e foi batizado em nome de Ernesto, em homenagem a Ernesto Che Guevara. Mas depois eu não sei, eu não sei onde está essa que eu acredito ser ex-mulher dele. Esse grupo todo se dispersou, havia um rapaz chamado passarinho, Bebel, que era essa que morava no Guará, Hilda Renque Teixeira, que hoje trabalha na ANA, e que era minha namorada na época. A gente ia junto para essas reuniões, pode-se dizer que foi pelas mãos dela que eu cheguei a essas reuniões que tinha um caráter mais organizado, a gente já tinha noção das coisas, mas eu não tinha um contato com um grupo mais organizado. Foi através dela que eu passei a ter esses encontros com Piau, que nos dava aulas sobre a resistência. Ele foi meu professor de resistência. E havia um médico que era estudante de medicina na Universidade de Brasília chamado Fausto que também fazia a minha cabeça, ele morava no antigo CO, as casinhas de madeira. Ele era Goiano. O Fausto era da UNB e era do pessoal de Pirenópolis e Goiânia, o primo dele é o Joaquim Jayme, maestro, que torturaram ele. Como pianista, ficou com as mãos impossibilitadas e quando ele foi para exílio, na Alemanha Oriental, furaram ele, hoje ele é maestro da Orquestra Sinfônica de Goiânia. (...) Quando eu cheguei, depois do 25 de abril, eu cheguei na França, eu fiquei os dois primeiros dias na casa do marido dela, porque o mundo é muito pequeno e Brasília é menor ainda, Paris é mínima. Eu fiquei na casa do ex-marido dela e lá eu fiquei algum bom tempo. Depois eu fui pra Alemanha e na Alemanha eu acabei indo morar na casa que era o braço urbano civilizado, (...) eu morava com eles. Porque parece que essas coisas puxam o tempo todo, a gente vai sempre atrás e eu fiquei morando com eles, porque eles recebiam pessoas com currículo. Havia pessoas do Chile, e nós, alguns brasileiros morando lá. Foi uma época também, bem rica de informações, não conheci Baden, não conheci ninguém, mas eu conheci eles, e a casa era permanentemente vigiada pela polícia e ele fazia questão de cumprimentar a polícia toda manhã quando saía de casa. Eles tiveram uma morte horrível, porque as técnicas do masaje, eles ficaram presos sob uma luminosidade excessiva, nunca viram nenhum ser humano, a comida era colocada tudo mecanicamente para levá-los a loucura. (...) Havia lista de palavras que não podia usar: Democracia, luta Armada... Tinha análises de notícias que a gente não podia fazer. Ditadura não podia se dizer, nem pensar. Também não podia se dizer: Regime Militar, nem regime de exceção, não podia se dizer nada. Mas a gente tentava”.

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DE DOURADO-MATO GROSSO DO SUL

A Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas de Dourados, Mato Grosso do Sul foi uma iniciativa do dos Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Grande Dourados) (Sinjorgran) a partir da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Formada na assembleia do dia 19 de janeiro de 2013, em Dourados, e composta pelos jornalistas Karine Segatto, Henrique de Matos, Luís Carlos Luciano, Cesar Cordeiro, João Carlos Torraca, Helton Costa e Ariadne Bianchi. Os trabalhos da Comissão se resumiram na divulgação da existência da Comissão com vistas a encontrar casos de violência contra jornalistas no período de 1964 a 1985; conversas com jornalistas e militantes da época para lembrarem possíveis casos de censura ou situações de repressão contra jornalistas, para além do caso que a comissão já tinha conhecimento e envolvia agressões ao jornalista Theodorico Luiz Viegas (falecido), registradas no livro “Triunfo e glória de um guerreiro”, no capítulo “O caso Folha de Dourados”, de Luís Carlos Luciano. A Comissão, representada por Karine Segatto, apresentou somente esse caso durante debate sobre o documentário “Eu me lembro”, de Luiz Fernando Lobo, na Mostra Cinema pela Verdade, realizada na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em julho de 2013, estimulando o público a entrar em contato com o Sinjorgran caso soubesse de outros casos. A Comissão encerrou os trabalhos no dia 5 de dezembro de 2013.

Caso do jornalista Theodorico Viegas

A prisão arbitrária de Theodorico, proprietário na época da Folha de Dourados, ocorreu em 1972 não pelo jornalista ser contra o regime ditatorial, mas pelo abuso das autoridades policiais do período. O jornalista ficou preso por um dia. Theodorico foi detido, agredido, teve a cabeça raspada e correu risco de morte por causa das denúncias contra um delegado local suspeito de extorquir taxistas e prostíbulos. No entanto, o motivo alegado pelo delegado para prender o jornalista foi um editorial criticando a construção de uma penitenciária no qual o jornal argumentava que a cidade precisava de escolas e faculdades e não de cadeia. O delegado acusou o jornalista de subversão, mas aproveitou a oportunidade para forçar o jornalista a revelar quem o havia informado sobre as possíveis extorsões.

Theodorico se negou a revelar dizendo que o sigilo da fonte estava garantido na Lei de Imprensa. Foram momentos de ameaça de morte, um deles durante o interrogatório na delegacia quando o delegado colocou a arma na mesa e disse: “Aqui eu quero ver quem é que vai para o buraco, se é eu ou é você...”.

A ameaça foi seguida por agressão (soco na testa), segundo relata o livro. Outro momento ocorreu durante a remoção de Theodorico para o 11º RC em Ponta Porã, a 110 km de Dourados, para onde eram levados os acusados de subversão. O delegado acompanhado por um sargento nem sequer portava documentos pessoais, tanto que foi detido numa barreira do Exército no meio da estrada, sendo a partir daí escoltado até o 11º RC.

Ainda no caminho, antes da barreira, pararam o carro e mandaram o prisioneiro, algemado, descer. O mesmo se recusou temendo ser assassinado naquele ermo. Já no 11º RC rasparam seus cabelos e o deixaram sem proteção contra o frio. A situação só mudou no dia seguinte, com a notícia da prisão sendo publicada em diversos jornais e fazendo com que o coronel comandante do 11º RC, Américo Ribeiro, ao se inteirar dos fatos, pedisse desculpas ao jornalista. Para que Theodorico fosse libertado ainda foi necessária a intervenção do major José Marcondes, ex-combatente que lutou pelo Brasil na Segunda Guerra Mundial e personalidade influente naquela época. Ele pediu para que o pessoal da Seleta (Sociedade Caritativa e Humanitária) buscasse Theodorico em Ponta Porã.

Ao retornar, uma multidão, a partir do aeroporto na entrada da cidade, o aguardava, a maioria taxistas, sendo recepcionado como herói.

O caso de Theodorico Luiz Viegas é exemplo da truculência e abuso de poder do período, mas não quer dizer que o jornal *Folha de Dourados* fosse contrário à ditadura.

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DE GOIÁS

Durante os 21 anos da ditadura militar (1964-1985), o Brasil conheceu o mais tétrico período da sua história. Com o triunfo do golpe de Estado, que depôs o presidente João Goulart, violências e arbitrariedades atingiram praticamente todos os setores da sociedade brasileira, sob os mais diversos aspectos. Os agentes da ditadura sequestraram, torturaram, assassinaram, esquartejaram, decapitaram. Furaram olhos, afundaram crânios. Quebraram costelas, braços, pernas. Afogaram crianças em banheira. Urinaram na cara de presos desfalecidos, pendurados em paus-de-arara. Castraram, estupraram, extirparam seios. Introduziram cassetetes em vaginas e ânus de presos. Com jipe, moeram o corpo de pessoas encobertas com a areia de praias. Arrancaram dentes e unhas com alicate. Queimaram corpos com tocos de cigarro. Cometeram crimes de lesa-humanidade. O terror absoluto passou a imperar em nosso país, especialmente após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Até o governo Lula (2003-2010), nenhum governante civil quis se indispor com os artífices do tempo da tirania. E mesmo depois dos 21 anos de horror, os militares mantiveram espaços privilegiados nos governos seguintes. Por isso, os presidentes da República civis, quando questionados, diziam ser esse assunto “extremamente delicado”, negando-se a discutir a questão em suas variadas dimensões. A presidenta Dilma Roussef, em 2011, sancionou a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada em maio do ano seguinte, com a incumbência de investigar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

A partir da instalação da Comissão Nacional da Verdade da Fenaj, a Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás (CVMJSindjor-Goiás), foi criada em 19 de dezembro de 2012, em sessão solene realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, que contou com a presença de representantes de diversas entidades que atuam na área dos direitos humanos, da direção do Sindicato e da Federação Nacional dos Jornalistas. Para compor a CVMJ, foram nomeados e empossados três jornalistas goianos, “escolhidos por seu histórico profissional, ético e de lutas pelo resgate e aprofundamento da democracia em nosso país, com liberdade de imprensa e de expressão”: Antonio Pinheiro Salles (presidente), Laurenice Noleto Alves (Nonô Noleto), secretária; e Elma Dutra – em substituição a Edmilson de Souza Lima, que apesar de constar da lista de indicados, por motivos de saúde não pode participar da referida comissão.

Utilizando a sede do Sindicato dos Jornalistas, no 13o. andar do Edifício Cine Capri, à Avenida Anhanguera com Avenida Tocantins, em Goiânia, a Comissão se estabeleceu e realizou reuniões ordinárias às terças e quintas-feiras, para planejamento de ações e audiências com jornalistas e outras pessoas envolvidas no objetivo desta Comissão, de promover o resgate da história da participação dos jornalistas e imprensa goiana durante o período da ditadura militar. Na mesma sede do Sindjor-Goiás, a Comissão da Verdade, Memória e Justiça participou de outras reuniões, em diferentes dias da semana, com a participação de cerca de dez outras entidades convidadas, como o Comitê Goiano da Verdade, Associação Goiana de Anistia, UEE e Fórum de Mulheres do Estado de Goiás, além de representantes de vários outros movimentos sociais que trabalham na área de direitos humanos, com o objetivo de programar e realizar atividades conjuntas, visando somar esforços para alcançar melhores resultados nestas ações de sensibilização da comunidade goiana para o tema de resgate da verdade histórica, construindo uma memória coletiva e exigindo a punição dos torturadores da ditadura militar.

Jornalistas presos - Constatou-se também que em Goiás houve prisão, tortura e perseguição a jornalistas em duas diferentes épocas: logo após a deflagração do golpe, em 1964; e a partir de 1972, com o recrudescimento da repressão. Foram presos em Goiás os seguintes jornalistas: **Javier Godinho, Washington Barbosa e Élbio de Brito**, jornalistas do Diário de Goiás – jornal estatal criado pelo governador Mauro Borges – presos em 1964; **Tarzan de Castro** – jornalista, líder estudantil; **Antônio José de Moura** – jornalista e escritor - **Carlos Alberto Santacruz Serra Dourada, João Bênio** – jornalista e cineasta; **Batista Custódio** – à época dono do jornal Cinco de Março; preso em 1964 e, posteriormente, passou a ser dono do jornal Diário da Manhã, quando censurou e demitiu quatro jornalistas que publicaram, contrariando a sua determinação, uma reportagem que indicava o ex-capitão Marcus Fleury como mandante do assassinato do casal de ativistas políticos Marcio Tomas Beker e Maria Augusta, que viviam clandestinamente na área rural de Rio Verde, interior goiano; **Wilmar Antônio Alves** – jornalista da Rádio Universitária – UFG – preso em 1972, 1974 e 1975; **José Elias Fernandes** – Jornal O Popular – preso em 1972 e que ficou como testemunha de acusação no mesmo processo; **Alan Kardec Pimentel** - foi última pessoa que teria visto Marcos Antônio Dias Batista. Em depoimento, falou que tinha encontrado Marcos Antônio no norte de Goiás, em Araguaína; em documento do Supremo Tribunal Militar, que a Comissão teve acesso, disse ter encontrado Marco Antonio perto da Viação Araguaína, na Praça Walter Santos, em Goiânia; **João Arnolfo**, - jornalista, com passagem pela Globo, Valor Econômico, Correio Braziliense; **Jacson Luiz Pires e Jarbas da Silva Marques**.

A lista dos torturadores em Goiás - foi elaborada a partir das informações dos depoentes, não se tendo, contudo, como comprovar. A maior parte dos presos afirma que era levada para a sala de torturas de capuz e, quando este era retirado deles, os torturadores é que os usavam, para preservar suas identidades. Mesmo assim, eles apontam como torturadores e/ ou informantes as seguintes pessoas: **capitão Marcus Antonio de Brito Fleury** - apontado pela grande maioria dos depoentes como o grande comandante da repressão da ditadura em Goiás, inclusive no que diz respeito à tortura; **José Campos** – policial federal que era matriculado como aluno de Jornalismo da UFG; **Modesto Lopes, Nazareno; Goiano Augusto** – informante e trabalha atualmente no Cartório Índio Artiaga; **Irapuan Costa Júnior** – ex-governador de Goiás, ex-prefeito de Anápolis e ex-senador biônico, nomeado pela ditadura. **General Fleury** – comandava o DSI (Departamento de Sistema de Informação) da UFG; **Prof. Limeira Gonçalves; Edson Nunes** - jornalista era “umbilicalmente ligado à repressão”; **Luiz Frangó** - empresário que era dono da distribuidora de carnes Frangó, era quem financiava os atentados a bancas de jornais em Goiânia; **Francisco** (não lembra o sobrenome), acusado por depoentes de ter assassinado Eliane Catanhedo, do PCdoB; **Coronel Aníbal Coutinho; José Xavier do Bonfim**, delegado do Deops; **Coronel Pitanga Maia**, que chegou a ser secretário de Segurança Pública; **Sargento Thompson; João de Sousa** - **“Tenente 1008”** - Um torturador e matador declarado, que mora na Rua 4, Centro de Goiânia, na esquina da rua 23. Participou da Guerrilha do Araguaia matando pessoas. Diz que matou quantos precisou e quantos foi mandado. Ele se chama pelo apelido de “Tenente 1008”. Anda armado e costuma ficar conversando com as pessoas vizinhas; gosta de carregar uma pasta, onde tem facas e revólveres de vários tamanhos e calibres. Seu nome foi indicado à Comissão Nacional da Verdade, que foi a Goiânia para pegar o depoimento dele, numa oitiva oficial, em reunião sigilosa, com a presença do presidente da CVMJ Sindjor-Goiás, Pinheiro Salles; **Eliomar** - autor de um sequestro-relâmpago e ameaças à depoente Elma Dutra, para informar sobre seus colegas que eram “subversivos” quando ainda estudante de Jornalismo na UFG; **Major Rubens Robine Bezerril** – responsável pelo IPM no qual o Wilmar Alves foi indiciado; **Sargento Garcia, Sargento Guido Montegalrd Ferro, Almiro Cruz, Capitão Aníbal, Capitão Albuquerque, Coronel Danilo, Saleh Daher, Darci de Sá da Cunha Mello, Capitão Herbert Curado, José Azevedo,**

Rejeição Pública - jornalistas goianos que foram presos, torturados e levados a renegar publicamente a luta armada, na televisão, onde fizeram também propaganda e proselitismo do regime militar: **Alan Kardec Pimentel, João Arnolfo e Jacson Luiz Pires**. Todos os funcionários das áreas de jornalismo dos veículos de comunicação eram registrados na Polícia Federal e Serviço Nacional de Informação (SNI), inclusive com fotos.

Houve, em Goiás, fechamento de jornal, empastelamento e estabelecidas normas definidas de censura à imprensa, que era exercida por meio de “bilhetes” encaminhados pela Polícia Federal, indicando previamente os assuntos vetados para divulgação. Eram entregues quase diariamente por um estafeta a profissionais com cargos de chefia de reportagem e/ou edição dos veículos de comunicação no Estado, conforme comprovado em livro de autoria do jornalista Jávier Godinho – A Imprensa Amordaçada.

Jornalista Jaime Câmara era superintendente da Reforma agrária do Governo Mauro Borges; senador pelo PSB, cassado em 1964; e, mesmo sendo dono do jornal O Popular, Rádio e TV Anhanguera, recebeu ordens, como os demais donos de jornal de Goiânia, de não publicar fotos suas, do escritor Bernardo Élis (tido como comunista) e de Dom Helder Câmara, bispo de Recife e Olinda. Ele driblava a proibição publicando fotos dele recebendo visitas em sua sala no Jornal;

Foi confirmada, pelo depoimento dos ex-presos políticos, a existência de quatro locais de prática de tortura em Goiânia: **10º BC** – quartel do Exército em Goiânia, hoje denominado 42º BINTz – Batalhão de Infantaria Motorizada, no bairro Jardim Guanabara, em dois locais: **Sala da Banda**, dentro do Quartel do então 10o. Batalhão de Caçadores (10o. BC), hoje denominado 42o. BINTz – Batalhão de Infantaria Motorizada; **Residência na vila dos oficiais**, no Jardim Guanabara, em Goiânia-Goiás; **Cepaigo** – Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás, em Aparecida de Goiânia, na Grande Goiânia; **Martim Cererê** - Comenta-se que o espaço hoje ocupado pelo Centro Cultural Martim Cererê, no Setor Sul, em Goiânia, teria abrigado aparelhos, equipamentos e sessões de tortura; **Sede da Polícia Federal em Goiás**, sede antiga, onde hoje funciona Faculdade de Enfermagem, da PUC-Go.

Ameaças de bomba a banca de jornais - Panfletos apócrifos foram pregados em bancas de jornais com textos: “Se você não parar de vender os jornais terroristas, de esquerda, antipátria, não sei o quê... informou Marcão, dono de uma banca de revista na esquina da Avenida Anhanguera com a Rua 8., no Centro de Goiânia, e que, diferente das outras, vendia todos os jornais da imprensa alternativa: Pasquim, que era distribuído pela Distribuidora Jardim; A Hora do Povo, O Companheiro; o Jornal da Luta Operária... Segundo ele, o bilhete colado na sua própria banca listava todos os jornais que ele não deveria vender, até jornal que nunca teve em Goiânia. As ameaças foram repetidas duas vezes até que o Comitê Goiano pela Anistia organizou uma Vigília Democrática. “Um dia de manhã, eu chego cedo para abrir a banca e encontro um panfleto na porta ameaçando explodir a banca se eu não parasse de vender os jornais Hora do Povo. E o Comitê de Anistia – do qual fazia parte - tomou uma decisão que foi de fazer uma vigília democrática na banca. Todo mundo ia sentava no banco da banca e ficava um período lá, em vigília, conversando, das 11 horas da noite até no outro dia na hora que eu ia abrir a banca. Era final de 69, quando tinha essas ameaças.

Homenagem

A Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás presta uma especial homenagem aos profissionais que lutaram, que resistiram e que defenderam a democracia, mesmo nos momentos mais difíceis. Dos jornalistas presos e torturados em Goiás ou em qualquer parte do Brasil, decidimos destacar, aqui, o companheiro Wilmar Antonio Alves (1950-2006), sequestrado, torturado e três vezes preso, por mais de dois anos, em presídios do Exército e da Aeronáutica, em Goiânia e Brasília. Foi presidente do Sindicato de Jornalistas de Goiás (1984-1987) e diretor tesoureiro da FENAJ, entre 1986 e 1989, época em que a entidade conquistou do Ministério do Trabalho a portaria que considera jornalista categoria diferenciada, que dá a base jurídica para reconhecimento da jornada de cinco horas para os jornalistas. Wilmar Alves presidiu o congresso nacional da categoria, realizado no Rio de Janeiro, que aprovou o Código de Ética dos Jornalistas, em 1985. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores de Goiás. Eleito pela comunidade acadêmica, por quatro vezes, diretor da Rádio Universitária, da Universidade Federal de Goiás; ex-diretor de jornalismo da *TV Goiânia*; ex-editor do mensário *Porantim*, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); repórter do *Diário da Manhã* e do *Jornal do Deboche*. Um dos idealizadores e mantenedores da Cooperativa dos Jornalistas de Goiás – Projornal. Faleceu em 2006 vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Dos colegas que morreram na tortura, para receber nossa homenagem em nome de todos os demais, citamos dois jornalistas: Luiz Eduardo da Rocha Merlino (1947-1971), morto na sede do DOI-Codi, na Rua Tutoia, em São Paulo. A imprensa foi proibida de divulgar sua morte. Entretanto, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um anúncio fúnebre convidando para uma missa de 30º dia, que foi celebrada na Catedral da Sé, com a presença de centenas de jornalistas e amigos.

O segundo nome que apresentamos é de Vladimir Herzog (1937-1975). Morreu no DOI-Codi, em São Paulo. Sua morte ocorreu quando a censura à imprensa começava a ser abrandada. Então, a repercussão das denúncias trouxe inefáveis danos ao que podia restar de credibilidade da ditadura, permitindo que explodisse um sentimento generalizado de indignação. Uma celebração ecumênica na Catedral da Sé reuniu religiosos, políticos e milhares de pessoas dispostas a lutar pelo fim da ditadura militar no Brasil.

DEPOIMENTOS

JOÃO MAR CARVALHO DE BRITO NETO

Renato Dias – Como foi a cobertura da mídia em Goiás do Golpe de Estado em março de 1964? Você se recorda?

João mar – Eu era muito novo, mas eu lembro muito. Na época eu era seminarista no Seminário Reginorum, daqui de Anápolis. Me lembro da grande alegria dos padres americanos com o golpe, ficaram muito felizes e eu me lembro muito bem, eu tinha, acho, uns 13 anos, por aí, veio um batalhão da guarda presidencial que ficou no seminário porque o capelão era da ordem franciscana. E ele conseguiu que esses caras ficassem lá no seminário e uma outra parte do exército ficou no Estádio Jonas Duarte, que estava sendo terminado. Quer dizer, uma parte do exército ocupou, ficou alojado, no estádio. E a parte da elite ficou no seminário. Eu me lembro que escrevi um artigo no jornal Top News falando, contando este episódio.

Nonô – O jornal Top News foi editado de quando a quando?

João mar – Olha, eu comecei nele em 1978 porque no começo era semanário, um jornal. Ele começou antes como um jornal só das agências de publicidade; aí houve uma ruptura do Paulinho, o Paulo Ramos, que era o dono do jornal, e ficou sozinho na direção. E eu tinha recém-chegado ao jornal e aí eu falei: “Vamos transformar este jornal de nome inglês num semanário para bater em todo mundo?” E ele achou boa a ideia e fizemos um jornal bem maluco na época. E eu escrevi uma crônica falando desse episódio de Anápolis, porque, na realidade, a gente era um bando de meninos e o pessoal tomava conta da piscina da gente no semanário... Eu tomava conta do galinheiro e eles pegavam o ovo lá... Quer dizer, a gente colaborava com a ditadura sem saber, né? Então eu fiz depoimentos assim. Mas, na realidade, eu me lembro sempre do jornal que foi a Folha Popular que falava sempre do Mauro Borges...

Renato Dias – a Folha de Goiás?

João mar – É, a Folha de Goiás, que mostrava o Mauro Borges no movimento de resistência e tal... os aviões por cima. Essa foto nunca me saiu da memória, não é? E havia, no nosso caso, no semanário, uma alegria... Quer dizer, o golpe teria salvado o Brasil do comunismo, evitado brigas...

Renato Dias – Só um aparte. Uma coisa é dia 31 de março de 1964 em Goiás e outra coisa é o Golpe, que chegou com atraso no Estado, com a deposição de Mauro Borges, no dia 26 de novembro!

João mar – Exatamente.

Renato Dias – E como o senhor analisa esse ato? O que teria provocado o afastamento do Mauro Borges, que foi um dos articuladores da Cadeia da Legalidade de João Goulart, que foi deposto no dia 31 de março de 1964, e o que preservou o seu poder até o dia 26 de novembro de 1964?

João mar – O Mauro na realidade ficou do lado do golpe por discordâncias pessoais e políticas com o presidente João Goulart. Isso afastou né? Ele achava que participar de manifestações, de marinhão, dessas coisas, não era da norma...

Nonô – Ele era um militar?

João mar – Militar, porque era um coronel do exército. A liturgia da presidência e também da ordem militar, quer dizer, essa é uma hipótese. De ter acompanhado e depois eu tive uma aproximação com o governador Mauro Borges. Então, na realidade houve um período de muita, intensa conversa dos militares com o Mauro Borges. Era diferente, né? Intervir num estado que tinha um coronel do exército...

Nonô – Consideravam ele também com um perfil de comunista também porque ele tinha feito visita a Israel, tinha dado duas secretarias para pessoas que eram tidas como vermelhas, comunistas, então ele ficou com o perfil...

Joãoamar – E ele fez uma coisa importante, ele fez a reforma...

Nonô – Ele fez o projeto de reforma

Joãoamar – A reforma de Arraias, de Trombas, né? O projeto de reforma agrária baseado nos tributos (...), o Mauro era, quer dizer, com todo esse perfil de filho de Pedro Ludovico, era visto pelo pessoal do golpe como uma pessoa suspeita de acobertar comunistas no estado e de fato ele propôs um governo planejado. E, de fato, um dos primeiros governos planejados no Brasil foi o do Mauro.

Nonô – A Escola de Comunicação, de Jornalismo você fez aqui na UFG?

Joãoamar – Na UFG

Nonô – E na UFG, enquanto aluno, você teve informações, teve algum professor que passou informações pra vocês, sobre a situação política que ainda acontecia no país, a conjuntura política que ainda vivíamos?

Joãoamar – Bom, eu entrei no Curso de Jornalismo em 14 de junho de 1972, um período muito pesado ainda, né?

Renato Dias – Quem era sua turma?

Joãoamar – A minha turma era a Maria Olga Curado, o Toninho Ribeiro, do Popular, a Taís Baiocchi, a Cecília Aires, que esteve no Popular muitos anos, Laerte Rímoli... Essa era a base da nossa turma. Nós terminamos em 10 essa turma. O que eu me lembro muito bem é que a gente sempre tinha em sala de aula no mínimo um, no máximo dois - né? - colegas que na realidade eram ou do Dops ou da Polícia Federal ou do SNI.

Nonô – Foi nesse período que vocês tinham como colega um rapaz chamado José, negro, alto, que ele mesmo dizia ser da Polícia Federal?

Joãoamar – José de Campos.

Nonô – José de Campos. Ele não escondia isso, né? Era diferente dos outros, porque ele não escondia de ninguém que era da Polícia Federal e dizia que estava lá como aluno, freqüentando, e que era da polícia...

Joãoamar – É...e ele de bucha ... Eu fui apresentado a ele pelo Nilton José, que era da...

Renato Dias – Ele frequentava as aulas?

Joãoamar – É. Ele frequentava as aulas.

Nonô – Frequentava como aluno mesmo, participava das provas, participava da rotina do curso.

Joãoamar – Então, eu fui apresentado a ele pelo Nilton (Nilton José dos Reis Rocha).

Renato Dias – Mas ele estava em missão ou porque ele quis fazer o vestibular?

Joãoamar – Não, aí são as duas coisas. Quer dizer...

Nonô – Eu acho que ele foi designado para a missão e aproveitou e abriu o jogo e fez o curso. Agora, não quer dizer que ele não passava as informações, né?

Joãoamar – Então! Ele fazia as duas coisas. Ele era uma pessoa muito elegante. O Nilton me levou uma vez na casa dele, um apartamento no setor Sul, a primeira à direita de quem sai do palácio, um prédio mais

antigo que tem ali. Era uma suposta denúncia de contrabando contra o Governo do Ari Valadão e eu era correspondente do Jornal do Brasil na época, em 1978, por aí assim, então, ele falou: “Vamos no José de Campos!”

Renato Dias – Você formou em 1976?

Joãoomar – 1977, julho de 1977.

Renato Dias – Aí que ano o senhor entrou no Jornal do Brasil?

Joãoomar – Outubro de 1978. Em 78 que eu estava no Jornal do Brasil e aí eu conheci, estive na casa dele e ele disse, uai Joãoomar, não sei porque o Nilton te trouxe aqui, mas eu não tenho como falar pra vocês. Eu sei de muitas coisas, mas se eu falar, eu tenho que dar um jeito na minha vida, não posso ficar invisível mais porque se eu falar, de fato eu sei de muita coisa, mas eu não vou falar e tal.

Pinheiro Salles – Esse cara é vivo ainda?

Joãoomar – Eu acho que ele ainda é, o João de Campos ainda é vivo.

Nonô – Eu falo dele no meu livro, também.

Joãoomar – Tinha este, tinha o Modesto, que era um grandão.

Nonô – O Modesto era também um informante do regime?

Joãoomar – Informante e torturador. Ele era torturador. Ele e o Nazareno. O Nazareno era outro que frequentava... Eu conheci essas pessoas todas. Quem me apresentava essas pessoas todas era o Nilton, porque o Nilton serviu o exército e incorporou. Acho que era tenente da reserva. E eu conhecia o Nilton e ele me falava disto, né? Eu conhecia o Nilton, porque eu morava na república da rua 200, na Vila Nova. Morava na rua 271. Aí o Nilton apareceu lá, também um republicano e dizia assim: “Esses caras aí são do sistema!” E o Nazareno foi uma experiência desgraçada!

Nonô – Nazareno de que?

Joãoomar – Nazareno, eu não sei, mas o Nilton tem o nome completo dele.

Nonô – O Modesto, eu tenho informação dele também. Coloco depois, no meu depoimento.

Joãoomar – Teve uma vez, eu dirigi.. você lembra (dirigindo-se a Nonô) que teve uma época que eu dirigi.. Uma sugestão do Nezo, né? O Nezo voltou da então União Soviética e queria montar o Instituto Cultural Brasil-União Soviética e dava muita briga entre o pessoal que era do PC do B e o pessoal do Partidão. Então, eles achavam que eu era a única pessoa que podia...

Renato Dias – Não tinha ligações políticas?

Joãoomar – Não, eu era muito próximo dos meninos que eram do Partidão, que era o João Silva, o Eli Moreira Borges... Mas também era muito próximo, amigo da Nilva, que era do PC do B. E esse pessoal todo frequentava a casa da minha sogra e foi preso na casa da minha sogra, ali na avenida Paranaíba. Então... mas sem filiação. E era mais seguro ser de um partido porque se tivesse algum problema, em alguns minutos, alguns segundos, em uma hora, todo mundo sabia que você estava preso e tinha uma chance de ser salvo! E eu assumi este Instituto Cultural Brasil-União Soviética...

Renato Dias – Virou presidente dele?

Joãoomar – Virei presidente, inaugurei. Fizemos, inclusive, uma formatura de língua russa. O Nezo lecionava língua russa, outros professores, o Nezo...

Nonô – Nezo Natal?

Joãoamar – É, o Nezo Natal...

Renato Dias – O senhor aprendeu russo?

Joãoamar – Não, a única pessoa que não sabia russo era o presidente. Aí um dia eu entro na sala de aula e quem eu vejo? O Nazareno. Eu tomei um susto e ele disse assim “Oh, professor Joãoamar e tal! Tô aqui aprendendo russo!”. E eu disse: “Que bom recebê-lo aqui e tal”. Mas tomei um susto. Onde eu ia o cara estava atrás de mim. Então... essas figuras, né? O Nazareno. O Nilton disse que ele era um torturador sanguinário - como o Modesto, ele era um torturador.

Nonô – Gente eu não sabia.. nunca tive qualquer informação de que o Modesto era torturador. Eu sei que ele andou atrás de mim quando o Wilmar foi preso. Quando eu estive escondida, ele esteve atrás de mim, mas.

Joãoamar – Então...a gente tinha essas figuras. Eu tinha um professor... na faculdade tinha (.....) aqui na Praça Universitária, o professor Goiano, Goiano Augusto. Ele.. eu entrava na sala de aula...Naquela época um dos jornais censurados era a Tribuna da Imprensa, do Hélio Fernandes... Eu entrava em sala de aula todo dia e ele falava pra turma: “Acabou de entrar na nossa sala o Hélio Fernandes de Goiás!”. E eu era apenas um estudante de jornalismo e ele provocava, toda aula - aquele filho da mãe! Toda aula ele me provocava!

Nonô – Quem mesmo que te provocava?

Joãoamar – Esse professor, era um professor de ... qual era a disciplina dele? Não sei se era ... devia ser: Estudo dos Problemas Brasileiros! Esses picaretas entravam sempre nessa disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros, para depois dar um jeito e garantir a permanência deles, com estabilidade, né? Goiano Augusto... trabalha num cartório aqui. Lembra Nonô?

Nonô – Tá, eu me lembro mais ou menos do nome dele...

Joãoamar – Ele trabalha no cartório aqui, no cartório Índio Artiaga .

Pinheiro Salles – Esse era o quê?

Joãoamar – Augusto Goiano. Goiano, era um professor que fazia o jogo de pressão em cima dos alunos que ele achava que era comunista e todo dia que ele entrava em sala de aula...

Renato Dias – O senhor tem informação sobre perseguição a jornalistas, em Goiás, durante a ditadura? Que casos o senhor citaria?

Joãoamar – Os casos que a gente ficou sabendo depois, quer dizer, na época do curso, né? Todo mundo era vinculado a esses jornais que apareceram. O jornal Opinião, Movimento que existia clandestinamente, foi quando eu conheci gente como Agnaldo (Agnaldo Lázaro Leão) quer dizer, o Agnaldo ia cedo para a UFG e levava os cartazes. Chegava de madrugada lá e pregava os cartazes e sumia. E nós chegávamos lá e nossa, puxa, o jornal e a gente que vendia o jornal, né. E a gente precisava deste jornal O Movimento e eu uma vez escrevi uma carta para o jornal o Movimento porque queria colaborar com o jornal Movimento e o Moura quando veio para Goiás, ele trouxe... Eu já sabia quem era o Moura e ele queria saber quem era o Joãoamar e eu disse, “Joãoamar sou eu” e aí começou uma amizade, né? Mas aqui...

Renato Dias – O senhor então colaborou com o Movimento?

Joãoamar – Não, muito pouco. Eu colaborava, a minha colaboração era de vender, divulgar...

Nonô – Ajudava a vender, né?

Joãoamar – Era. Ajudava a vender..E era o que sustentava o jornal! A gente vendia e participava de reuniões...

Nonô – Além do Movimento, quais eram os outros jornais que se fazia aqui?

Joãoamar – Aqui tinha o jornal Tribuna, Em tempo, também, todos esses jornais. Mas O Movimento era o jornal de mais cobertura e a gente participava. Era convidado a participar de reuniões em São Paulo, nos finais de semana prolongados. Eu fui lá duas vezes.

Renato Dias – Lá em São Paulo, com o Raimundo Rodrigues Pereira?

Joãoamar – Lá em São Paulo. Eu fiquei inclusive com o Toninho, o Toninho Ribeiro do Popular, né? Nós ficávamos na casa do próprio Raimundo, eu fiquei muito próximo do Raimundo desde essa época até hoje, do Raimundo Pereira, né? E o grande Maurício..., que tinha (...) na casa dele... E ia às reuniões, a gente tinha aula. O Suplicy, por exemplo, dava aula de economia pra gente... quer dizer... Ele dava uma aula, assim, de extensão de história pra gente, no final de semana, explicava a natureza da ditadura, então...e aí a gente ficava sabendo dos constrangimentos que os jornalistas sofriam aqui em Goiás, mas era muito complicado Goiás. Goiás era muito complicado, porque neste período que eu estudei, eu peguei o período da... como estudante peguei o governo do Irapuã Costa Júnior, um governo durão. O Irapuã era um ex-professor da Escola de ...de...

Nonô – de Engenharia.

Joãoamar – De Engenharia e ele fez um confronto direto com os colegas de esquerda, ele entregava os caras, entregava as pessoas. Ele não fazia questão de esconder o jeito de fazer as coisas.

Nonô – Não...Ele era tão de confiança, que foi convidado pra ser o prefeito biônico (nomeado pelos ditadores, sem passar por qualquer processo eletivo) de Anápolis e depois foi senador biônico de Goiás e foi Governador de Goiás, biônico também.

Joãoamar – É... exatamente

Renato Dias – Ele já foi presidente da Celg...

Nonô – É... ele era presidente da Celg. E foi dali que ele saiu pra fazer essa tournê por cargos biônicos.

Joãoamar – O Irapuã fazia uma coisa, ele pegava os jornalistas todos que eram de esquerda e colocava no Palácio para trabalhar pra ele.

Nonô – eu trabalhei com ele na Celg, antes dele ser político biônico. Eu fui convidada por ele para trabalhar na Assessoria de Imprensa da Celg e... depois que eu descobri que ele tinha esse perfil, né?

Joãoamar – Então o Irapuã era isso, né? E era muito difícil. Eu conversava muito com o Mourinha, quer dizer, o Mourinha era funcionário na Secretaria da Fazenda e era deslocado para fazer textos pro Governo. E eu perguntava: “Como é que vocês convivem lá, cara?” A gente pergunta essas coisas... moleque que saiu da escola, era estudante, né? E era muito difícil... E esse pessoal, Mourinha, Santa Cruz, esse pessoal – né? -, que veio de um movimento de reação, era movimento secundarista, não era da universidade, porque a universidade não tinha muita força, nesse período de reação à ditadura. Foi uma coisa posterior, construída posterior. Era o movimento secundarista desses meninos. Tarzan, todo esse pessoal, os setentões aí, e movimento, a guerrilha do José Porfírio, essas coisas todas.

Renato Dias – Como foi a cobertura da mídia em Goiás sobre esses episódios importantes da história política brasileira? A revolta de Trombas e Formoso, o Golpe de 64, as manifestações estudantis de 68, os casos de mortes e desaparecimentos ocorridos no estado naquela época que o Tocantins era Goiás. A Guerrilha do Araguaia, ou esses assuntos eram tabus?

Joãoomar – Não aparecia. Eu fiquei sabendo, eu descobri no seminário, quando eu era moleque lá, tinha um colega nosso que era da Região de Trombas e ele falava a boca pequena que tinha um irmão que estava lá, que estava envolvido... E também fiquei sabendo da Guerrilha do Araguaia por um colega, um parente dele, que morava em Xambioá. Quer dizer, a gente ficava sabendo muito pouco das coisas, não tinha muita informação. Era custoso juntar material em casa porque era um risco você ser preso. Eu me lembro uma vez que o professor Limeira (.....) Gonçalves, que era nosso professor de Metodologia – “Lembra-se que você tinha feito essa disciplina? Você (se referindo à Nonô) se formou antes de mim, né?”

Nonô – Foi. Eu me formei em 1972.

Joãoomar – É... 1972 foi quando eu estava entrando...

Nonô – É.. você estava entrando e eu estava saindo...

Joãoomar – Exato.. Aí um dia ele falou assim pra mim, Joãoomar... Aí eu tinha encontrado o professor no aniversário dele acompanhado do Nestor Mota. O Nestor Mota é um concunhado meu hoje...

Renato Dias – O Nestor Mota chegou a ser preso pela ligação com a ALN, né?

Joãoomar – É... ele era da ALN. Ele é da turma do Frei Beto, se não me engano. Ele foi preso e tal e saiu uma entrevista dele no Popular que ele fazia o roteiro do Goiás/Tocantins hoje. E o Nestor penou muito aqui, né? Aí o professor me conheceu lá e ele é um ex-padre, aí ele falou assim...

Renato Dias – O Nestor é ex-padre?

Joãoomar – Não, o Nestor não chegou a ser padre, ele saiu antes, né? Por conta desta confusão toda de política -né? Então foi muito doloroso...

Renato Dias – Ele era dominicano?

Joãoomar – Ele era dominicano da turma do Beto, do ...

Renato Dias – Do Fernando...

Joãoomar – do Fernando...

Renato Dias – Campos

Joãoomar – O menino que foi preso...

Renato Dias – O Osvaldo...

Joãoomar – O Osvaldo, o menino que estudou em Paris, na França...

Renato Dias – O Tito...

Joãoomar – O Tito Alencar, exatamente, era a turma deles. Aí o professor Limeira falou assim: “Joãoomar eu quero falar com você no final da aula”. Isso era 1972, era o começo do curso, né, então eu “pois não e tal, pois não professor estou a sua disposição”. Aí ele disse “Pega suas coisas e vai me acompanhando aqui”. Aquele correrdozão do ICHL. Aí ele falou assim, “Na realidade é melhor você ir pra casa, eu trabalho na reitoria... Você já ouviu falar no general Fleury?”. Eu disse já..., o general...

Nonô – Não é o capitão Fleury, não, né?

Joãoomar – Não é o capitão Fleury. É o general Fleury. Ele coordenava, dentro da UFG, o DSI - Departamento de Sistema de Informação, né? E ele me disse: “Eu trabalho na sala ao lado e escutei falar que eles vão pegar e derrubar tudo que restou do partidão e do PC do B. Então, eu to com dó de você, porque eu sei que você não é filiado a nenhum desses partidos e, se você ficar aí você, está fudido!”. Falou deste jeito, né? E eu namorava uma negra, a Nilva, que morava na Paranaíba, na casa das meninas do PC do B. Então ele disse: “Você vai mudar de roteiro pra ir pra sua casa”. Eu morava na Vila Luci, saída pra Rio Verde. “Então você vai mudar de roteiro e vai pra casa”. E eu fiz isso, né? E naquela semana caiu, caiu todo mundo! O Wilmar, o João Silva, o pessoal do partidão todo caiu.; o Hamilton(?) foi preso na casa da minha sogra, na Paranaíba, estava almoçando lá. Todo mundo almoçava lá, filava a boia na casa da sogra. Então eu, graças a essa informação do professor Limeira eu não caí junto, porque eu ia cair de alegre, porque eu não era de partido, mas estava junto né? Eu já conhecia o João e foi a partir daí, depois, foi quando eu passei a visitar os presos no Cepaigo, né? O pai dele foi junto, eu já conhecia a Laurenice. Nós esperávamos o ônibus ali na Casa de Prisão Provisória, na 77 e um dia a gente foi junto lá pro Cepaigo.

Nonô – Foi?

Joãoomar – É..aí a gente foi conversando, eu falei assim...

Nonô – Não, eu costumava pegar o ônibus em frente à Rádio Difusora, na Praça Joaquim Lúcio, em campinas, mas ele parava em vários lugares para pegar mais passageiros, quase todos familiares de presos, pois não tinha ônibus normal pra lá, né?

Renato Dias – O Wilmar foi preso em que ano?

Nonô – O Wilmar ficou preso por três vezes. Foi em 1972, depois em 1974 e depois em 1975.

Renato Dias – Mas Joãoomar, como foi o comportamento dos barões da comunicação aqui? A subserviência às verbas publicitárias do poder público? No caso, os três principais veículos?

Joãoomar – Não tinha isso, mas na realidade ... não, não tinha isso não. Na realidade esse negócio de verba pública para a imprensa começou com o governador Leonino Caiado. O Caiado criou - eu vou passar estes dados pra vocês, porque eu tenho tudo escrito numa apostila que eu tenho de trabalho com meus alunos. Coloquei tudo no papel para não perder. Então, ele montou a Secom, né? O primeiro diretor da Secom foi o Érico Moraes Ribeiro (?), no governo Leonino Caiado. E, a partir daí, o estado passou a ser - de maneira muito embrionária - a ser um financiador da imprensa. Não tinha proibição, censura aos jornalistas. Eles se calavam por medo e por conveniência, né? Eu costumo dizer que a ditadura tem um capítulo, vamos dizer... Eu tenho um livro que eu não publiquei, que é sobre a história da ditadura em Goiás, que fala do silêncio e prosperidade - o capítulo é esse. O silêncio dos barões da imprensa. E aí o Delfim Neto foi quem abriu as comportas do Banco Central pra financiar a renovação e a construção de sedes dos jornais no Brasil inteiro. E eles construíram, o Popular, a Folha de Goiás - aquela sede onde hoje é o Diário da Manhã. A Jaime Câmara construiu sua sede nova do nada naquela época. Então, quer dizer, havia esta conveniência silenciosa da imprensa. Mas não tinha nada a ver com compra de espaço de opinião pública, não havia isso, né? Isso começou com o governador Irapuã Costa Júnior, de maneira muito tímida.

Nonô – Pra não esquecer, nesta época, eram as matérias pagas ainda eram identificadas com um cerco, né?

Joãoomar – Com cerco...

Nonô – ... e escrito em cima Informe Publicitário.

Joãoomar – É, escrito em cima Informe Publicitário. E quem começou esta farra da publicidade oficial, comprar opinião pública em jornal, foi o governo Ari Valadão. Mas, curiosamente, ele não censurava os jornais. A gente batia muito nele no Diário da Manhã. O Top News batia no governo dele, severamente, mas não tinha perseguição, não houve perseguição. No governo Irapuã Costa Júnior - eu era estudante e não tinha muita informação sobre perseguição de jornalistas - mas às vezes estava conversando com o Mourinha (jornalista e escritor Antonio José de Moura), né? Com esse pessoal todo. Este tipo de coisa, né?

Renato Dias – Mas teve a trajetória de um jornal umbilicalmente ligado a repressão, o jornal O Repórter, do Edson Nunes.

Joãoomar – O Edson Nunes... o Edson Nunes fazia um jornal policialesco, né? Tipo este Batista Pereira, ele fazia um jornal pra ter policiamento, fazia um jornal mais policial do que... acho que ele não tinha noção da ditadura. Acho que o nego velho não tinha noção disto não! Ele fazia um jornal policialesco pura e simplesmente, esse baixo nível, esse baixo universo da zona de Goiânia, do baixo meretrício, do jogo do bicho, essas coisas todas. O Edson Nunes cuidava disto.

Nonô – É..., e cuidava também de ser contra comunista. Pra ele comunista era como marginal, como uma pessoa nociva à sociedade. Então, quando fazia matéria qualquer, era para combater, querendo entregar que aquela pessoa era comunista. Era o que fizeram nesta época, né? Eles fizeram diversos trabalhos denunciando jornalistas...

Joãoomar – Eles denunciavam jornalistas. Pra você ter uma ideia de como a gente era controlado, o Top News, o Athos Pereira (jornalista e ex-presos político), no período de 1979/80 – Não! Foi em 1981! - o Athos Pereira estava e o Tarzan (de Castro) estavam voltando do exílio e eu arrumei com o Batista, pra arrumar qualquer coisa, pra pagar alguma coisa pra ele...

Renato Dias – Pro Athos ou pro Tarzan?

Joãoomar – Pro Tarzan, que o Athos foi ficando comigo no Top News.. E aí uma vez ocorreu um fato interessante. O Athos falou, “Joãoomar eu estou preocupado porque está vencendo a autorização da Liana - da mulher dele, ex-mulher dele, chilena - e se ela voltar ela vai morrer!” Aí eu sempre ligava pro Fernando Cunha: “Fernando, nós temos um problema! Temos um comunista aqui, vamos arrumar a vida deles aí”.

Nonô – Fernando Cunha (ex-deputado federal), ele era..., a informação é de que ele foi do Partido Comunista Brasileiro - ou ele era simpatizante?

Joãoomar – Não, ele era do Partido Comunista.

Nonô – Ele era então?

Joãoomar – Ele era do partido, mesmo.

Nonô – Em Anápolis?

Renato Dias – Ele não era MDB Autêntico não?

Joãoomar – Não! Antes do PMDB, depois no MDB, ele era do MDB Autêntico, era do grupo autêntico. Aí eu conheci o Fernando e eu já trabalhava no 5 de março, né?

Nonô – Você tem informação se Fernando Cunha tinha uma gráfica em Anápolis onde ele rodava coisas do partido comunista?

Joãoomar – Eu ouvi falar nisto, mas eu nunca consegui ter... ele nunca quis falar sobre isto. O irmão dele tinha uma imobiliária e eu acho que funcionava, se tivesse, funcionaria na imobiliária do irmão dele.

Renato Dias – Uma das grandes sacadas da imprensa brasileira no final da ditadura foi a edição do Jornal do Brasil sobre o fim do AI-5. O senhor se recorda deste episódio?

Joãoomar – Sim, o fim do AI-5 eu me lembro, mas ...

Renato Dias – Foi o único jornal que publicou que o AI-5 acabava naquele dia...

Joãoomar – Exatamente, aí a imprensa fez aquele movimento!

Renato Dias – 13 de dezembro de 1978. O senhor já estava no Jornal do Brasil?

Joãoomar – Eu ainda não tinha entrado no Jornal do Brasil, mas eu já acompanhava, eu lia o Jornal do Brasil. O Jornal do Brasil fez uma resistência muito digna, a Tribuna da Imprensa, né? E quem negociou a saída politicamente e economicamente também foi O Estado de São Paulo, né?

Pinheiro Salles – O Correio da Manhã...

Joãoomar – ...Então (voltando ao caso da mulher do Athos Pereira, que era chilena)... eu sei que eu liguei pro Fernando Cunha, pro caso da Liliane - né? - e ele falou: “Vou falar com o Abi Ackel, que foi meu colega aqui e é ministro da justiça. Cinco minutos depois, ele me ligou dizendo que era da polícia federal, tocou o telefone no jornal, foi um terror, o superintendente quer falar com você Joãoomar! E eu: “Pois não!”. Eu tinha esquecido já, na realidade, que eu tinha ... aí eu liguei, era o Carvalho, ele está até morando aqui em Goiás, ele tem uma cobertura, e ficou por aqui...

Renato Dias - Carlos Carvalho?

Joãoomar – O Carlos Carvalho. E ele falou: “Ôi professor, como está, e tal, prazer. E como está o trabalho? Díficil, nosso trabalho é difícil e tal”. E conversamos uns cinco minutos assim. “Eu estou ligando em nome do Ministro pra dizer que nós resolvemos a questão da sua comunista chilena, mas tem uma condição, o Athos vai ter que casar com ela lá em Porto Nacional. Casando, resolve o problema, está tudo certo”. Eles sabiam tudo da gente, tudo ligado aqui.

Renato Dias – Mas o episódio da demissão de três jornalistas da primeira fase do Diário da Manhã, na cobertura do Antônio Carlos Fon sobre a Maria Augusta Tomás e Márcio Beck Machado em 1980, agosto de 1980?

Joãoomar – Naquela época eu não estava ainda no Diário da Manhã, eu estava no Top News. Mas eu acompanhei aquela cobertura e eles fizeram e ...

Renato Dias – No início eles fizeram um jornalismo de qualidade, digno.

Joãoomar – Foi. Eu trabalhei lá até o final de 1982, com muita dignidade, depois, aí, era o começo do fim, aí eu negocieei minha saída. O salário começou a atrasar, aí eu falei vou sair do jornal pra... aí passei a me dedicar mais à universidade. Mas com o Washington Novaes a gente se segurou, era muito legal trabalhar, era muito lindo.

Renato Dias – Mas como resultou na saída de três jornalistas na época?

Joãoomar – Aquilo ali foi ... na época do Carlos Alberto Sáfiadi, que era o editor, mas a questão é que o Batista (Custódio) era muito ligado ao Marcos Fleury; muito próximo ao Marcos Fleury, eu acho que ele era compadre do Marcos Fleury.

Renato Dias – Ele era padrinho do Júlio Nasser (filho do Batista).

Joãoomar – Exatamente. Ele era padrinho. Mas o Moura (Antonio Carlos Moura) tomou a decisão de publicar. Ele era o editor de local e tomou a decisão de publicar.

Nonô – Essa história depois o Pinheiro mesmo pode completar, porque você viveu este período lá, não é Pinheiro?

Joãoomar – O Pinheiro já estava lá.

Renato Dias – De fora, do Top News como o senhor viu este episódio?

Joãoomar – Eu achei que o jornal fez um grande trabalho, um trabalho recuperando a história dos dois (Maria Augusta Thomaz e Márcio Becker), né? Era um trabalho que o 5 de Março (primeiro jornal do Batista Custódio, semnário) fazia, recuperando depoimentos de exilados. Ele fazia muito isso, né? Você trabalhou lá uma época (referindo-se à Nonô), né? Era aquela dificuldade toda do 5 de Março, né? Eu achava que aquela tradição do 5 de Março (de fazer matérias de investigação) tinha ido pro Diário da Manhã ... Muito bom! E aquilo gerou uma crise, porque o Batista alegou que o Moura furou a hierarquia, não combinou com ele e tal. E não havia um acordo de publicar isso, né? Ele era um editor, sabia dos riscos. O Moura sabia dos riscos de publicar e sabia da relação do jornal com o Fleury, quer dizer, então a reação foi mesmo a esperada.

Renato Dias – Ele (Marcus Fleury) era, então, presidente da Metago, que, guardada as devidas proporções, era a Celg do dias de hoje para o governo de Ari Valadão.

Joãoomar – É, exatamente. Então, eu acompanhei de longe e a informação que eu tinha era essa. E, conversando com o Moura, ele disse que, se fosse conversar com o Batista, ele não ia deixar publicar. E a gente tinha que publicar aquilo!

Pinheiro Salles – Desculpe, qual a versão que você tem?

Joãoomar – É que o Moura publicou, porque ele tinha autonomia para publicar, porque era notícia das mais relevantes, né? Publicou a notícia com o Carlos Fon. Foi importante, repercussão nacional, mas aí o Batista foi cobrado rapidamente pelo compadre dele.

Nonô – Deixa eu completar, porque a informação que eu tenho, porque o Wilmar trabalhava lá dentro também e eu viva próximo com todo esse pessoal. É que eles fizeram a investigação e chegaram a publicar, acho que umas quatro matérias e, quando foi na última, quando eles iam dar nomes aos bois, revelar os nomes dos assassinos e mandantes do assassinato de Maria Augusta e Márcio Becker - dois jovens guerrilheiros paulistas que viviam na clandestinidade, numa roça em Rio Verde, Goiás - o Diário da Manhã proibiu de publicar a matéria e eles desrespeitaram o comando do dono do jornal e publicaram a matéria assim mesmo.

Joãoomar – Exato.

Renato Dias – E o Sindicato dos Jornalistas se posicionou contrário a essas demissões?

Joãoomar – O Sindicato dos Jornalistas na época, não sei se era o Campos....

Nonô – Não, não, acho que já era o Wilmar.

Joãoomar – Já era o Vilmar...

Renato Dias – Não, 1980, eu acho que era o Jairo Rodrigues, não era não?

Joãoomar – O Jairo foi o primeiro na transição, não foi?

Nonô – O Jairo começou a abertura nossa, o despelegar ... (risos)

Joãoomar – O despelegar e eu inclusive era...

Renato Dias – O sindicato era pelego?

Nonô – Totalmente

Joãoomar – Era o Derli Lopes que era ...

Nonô – Que é um nome apontado - suspeito, também - como possível torturador. Derli Lopes.

Renato Dias – Quem?

Nonô – Derli Lopes

Joãoomar – Derli Lopes, né?

Nonô – Há suspeitas, não posso afirmar, mas há suspeitas de que ele era, pela voz dele, pelo sotaque, porque ele era um gaúcho. A voz dele foi reconhecida por algumas pessoas que estavam sendo torturadas, mas ele estava encapuzado. Eles contam que enquanto a pessoa estava sendo inquirida pelo torturador, este estava sempre encapuzado, assim não conseguia, nunca, ver o seu rosto, mas a voz foi reconhecida por muitos, inclusive pelo Wilmar. Nunca antes desta Comissão da Verdade houve espaço para se fazer uma investigação e uma denúncia assim. E, agora, o Capitão Fleury, o Derli, todos já estão mortos...

Nonô – E tinha o Sebastião Campos, que era um pelego também.

Joãoomar – O Sebastião Campos...

Joãoomar – Era pelego também, mas não tinha uma venalidade de entregar ninguém. Mas era um cara conservador, gostava do regime militar e tal.

Renato Dias – Quando eles perderam o controle do sindicato? Que eles perderam o sindicato?

Joãoomar – Nós elegemos o ...

Nonô – Nós elegemos o Jairo.

Joãoomar – É, nós elegemos o Jairo Rodrigues, não é? O vice era o Luiz Otávio e eu era o tesoureiro. E foi o começo da transição.

Nonô – E o Jairo sai e assume o seu vice, Luiz Otávio. E foi a marca de entrada de jovens jornalistas, pessoal saído da escola, da UFG, no Sindicato. A gente começou a fazer o primeiro jornal do Sindicato, O Chamada. Renato Dias – Que ano isso?

Nonô – Foi em 1984?

Joãoomar – 1984, não! Eu acho que foi antes.

Nonô – 1984, eu estava grávida do Guilherme! O Guilherme nasceu em 1984. Eu estava grávida dele quando estávamos fazendo campanhas do Movimento de Oposição Sindical, que nós criamos no Sindicato. E ele nasceu no dia e hora do Grande Comício das Diretas em Goiânia, quando cerca de meio milhão de pessoas lotaram a Praça Cívica...

Renato Dias – Então não houve manifestação contrária do sindicato neste episódio das demissões do Diário da Manhã?

Joãoomar – Não, não havia nada, não havia nada disso. Nós perdemos eleições demais. Nós perdemos a eleição também na AGI, até que depois a gente resolveu criar o Clube dos Repórteres Políticos, aí nós controlamos, né? Era um passo pra gente poder respirar, né? Cansamos de perder eleição aqui no sindicato.

Renato Dias – O Pinheiro e a Nonô falaram que houve dentro do jornal, jornalistas que escreveram defendendo a demissão dos três: Regina, Antônio Carlos Fon e Antônio Carlos Moura?

Nonô – Só pra inteirar também. O meu entendimento que após a demissão deles três, outros tinham saído também, não é Pinheiro? Uns 20 outros pegaram e pediram demissão também. Foi um grande movimento de saída e que depois começou a discutir e veio originar a cooperativa. Foi esse grupo que formou a Cooperativa de Jornalistas.

Joãoomar – 1983, que aí nós fundamos a cooperativa nesta crise

Renato Dias – Mas essa crise o senhor não se recorda quem foi que escreveu contrário

Joãoomar – Eu não tenho essa informação, eu não lembro né? Não tenho essa informação. Nem nos papéis que eu tenho em casa eu não tenho isso, né? Mas eu sei porque quem a... o espaço para expressão estas coisas era as colunas sociais, políticas, notinhas, né? De desagravo a Marcos Fleury.

Renato Dias – A cobertura da Anistia, foi decente?

Joãoomar – Eu acho que foi. A anistia, ela foi...

Nonô – O João Dorneles era deputado...

Joãoomar – É... o João Divino Dorneles. A gente apoiava o deputado.

Nonô – A gente tinha um porta-voz, tinha um canal oficial que então nos permitia dar uma notícia...

Joãoomar – A gente sempre se ancorava nesses meninos. Era o João Divino Dorneles, o Délio, o Lino de Paiva, o Wilton Cerqueira... A gente sempre colocava as coisas na voz deles e conseguia divulgar alguma coisa, tipo repersussão, né? Já sobre a Anistia eu escrevi bastante. Fizeram esses dias pra trás uma exposição na Câmara, bacana, né? Uns alunos estavam me criticando muito lá na UFG e falavam que eu não conhecia muito a história. Mas, na exposição, eles puderam ver, ler meus artigos, porque na época era público, né? Ter coragem de escrever e colocar o nome embaixo. Aí eles pediram desculpa, né?

Renato Dias – Onde o Senhor escrevia, no Top News?

Joãoomar – No Top News, né. Eu escrevi muito no Top News.

Renato Dias – E o Jornal do Brasil?

Joãoomar – No Jornal do Brasil, pouca coisa.

Renato Dias – Quando o senhor saiu do Jornal do Brasil?

Joãoomar – Foi em setenta... em 1988, eu entrei dez anos antes.

Renato Dias – Em 1978 o senhor entrou?

Joãoomar – É, em 88 eu saí, o jornal já estava em crise e eu negocieei a saída e a partir daí eu comecei a colaborar com....

Renato Dias – E a cobertura da campanha das Diretas, Já!, teve censura?

Joãoomar – Não, nenhuma censura. Foi uma campanha super aberta em Goiás, foi aberta...

Renato Dias – Todos os veículos veicularam, noticiaram?

Nonô – Primeira página inteira do Popular no dia do comício!

Joãoomar – Eles não tinham controle da segurança, não tinha controle disso mais não! Aí já tinha os governadores eleitos, o Íris Rezende, todo mundo, esse povo aí, o Jader Barbalho. Na época esse pessoal, o Íris era oriundo do MDB autêntico.

Renato Dias – Só um aparte. Eu estive pesquisando no arquivo do antigo SNI, em Brasília. Foi aberto esse episódio da Maria Augusta Tomaz e do Márcio Beck Machado, o relatório do regime militar mostra, aponta que o Batista chantageava o governo com ameaças de publicar matérias vinculando os crimes do porão e que na verdade ele utilizou isto como margem de manobra pra aumentar o tamanho da verba publicitária que iria para a empresa.

Joãoomar – É.. ele criou um modelo que ele segue. Ele faz isso, rigorosamente, ainda hoje, né?...

Joãoomar – Mas eu vou me comprometer a trazer, eu tenho muita coisa escrita e eu vou trazer para a comissão, muita coisa... Esse trabalho, esse trabalho de conclusão de curso da UFG, de defesa ficou muito perfeito. Eu acho que foi o primeiro trabalho que fala da cobertura da ditadura, do golpe - né? - aqui em Goiás.

Pinheiro Salles – Joãoomar, você... quer dizer, a gente acabou divagando um pouco, porque é um assunto apaixonante pra todos nós, mas a gente fazendo uma abordagem, assim, bem ampla, eu gostaria de saber, assim, um caso concreto, da censura, da pressão, da perseguição à imprensa de um modo geral e a profissionais em particular, se você tem alguma informação a esse respeito, né?

Joãoomar – Quando eu comecei.. eu me formei em 1977, né? E aí eu fui trabalhar no 5 de Março, quer dizer, não tinha censura, não tinha controle, a gente publicava o que era possível e depois eu fui para o Top News, o jornal deixou de ser um jornal das agências e passou a ser um jornal semanário, de verdade.

Renato Dias – Vocês recebiam bilhetes da polícia federal?

Joãoomar – Não, antes recebia. Todos esses dados estão naquele livro do Jávier Godinho. Naquele período sim, mas nesse período de 1977 que eu comecei a trabalhar, quer dizer, em agosto de 1977, já não tinha mais esse sistema, esse controle.

Renato Dias – Naquele tempo não houve aqueles atentados a bancas de revista, a jornais como o Tribuna Operária?

Joãoomar – É.. a informação que a gente tinha era que quem financiava esses atentados era esse cara do Frangó – né?- , o dono do Frangó, é.. o dono da empresa.

Nonô – Quem? Qual era o seu nome?

Joãoomar – É... eu sei o nome dele, mas agora eu esqueci. Mas ele foi depois denunciado... denunciado nacionalmente como um cara que pagava isso. Era um movimento de extrema direita, local, aqui de Goiânia, para assustar as bancas, né? Tinha um menino do PCdoB que tinha uma banca aqui, o Marcão, né?

Renato Dias – Marcos Araújo?

Joãoomar – Sim, Marcos, a banca dele foi vítima sim...

Nonô – Vamos anotar o nome dele aqui, Marcos Araújo, para também o chamarmos para um depoimento, né?

Joãoomar - E eu acho interessante o Marcos, porque ele vai dar, ele tem esse nome do cara do Frangó. A gente dava isso no Top News, a gente divulgava, né? Eu cheguei a divulgar, lá no Top News, numa edição. Foi assim, histórica. Saiu no dicionário da imprensa alternativa, a Eliane Canhedo que foi presa, ela namorava um militar, o Chico, né, o Francisco... ah.. esqueci o nome dele agora... mas aí saiu que ele era um torturador...

Nonô – Ele era do PC do B?

Joãoomar – Não! Ele era militar e a Eliane é que era do PC do B, né? Ela namorava e ele aproximou dela pra entregá-la, matou a Eliane, a Eliane Canhedo, né? A irmã dela foi professora da faculdade de Educação, depois eu pego o nome completo dela pra você...

Renato Dias – Mas matou?

Joãoomar – Parece que ele matou ela friamente, né? Porque ele era militar e eu publiquei no Top News e saiu uma denúncia.

Nonô – Mas a título de quê? Como foi colocado, o que foi publicado, o porque dela ser assassinada?

Joãoomar – Saiu como acidente - né? -, mas não foi acidente porque ela era militante, né? Vou ver com a Nilva, ela tem os dados. Aí saiu o relatório de São Paulo da anistia e saiu lá, Francisco não sei das quantas, torturador e nós publicamos no Top News, no topo das páginas, em todas as páginas do jornal. E o jornal nesse época era 15 mil exemplares distribuídos de graça aqui em Goiânia. Nós publicamos isso...

Renato Dias – Vocês publicaram a lista?

Joãoomar – Não, só o nome dele e a descrição dele como torturador.

Pinheiro Salles – Francisco...

Joãoomar – Eu não sei o sobrenome dele aqui agora não.

Pinheiro Salles – É... pelo que você fala aí, não houve, aqui, um rigor muito intenso do governo militar sobre a imprensa. Porque isso aconteceu? Foi a convivência das empresas de comunicação, dos jornalistas em particular, com o regime?

Joãoomar – Eu acho que nem teve, nem tanto. No começo houve, no começo de 1964, por exemplo, e em 1968, principalmente, até o governo Médice, né? Foi quando ...

Pinheiro Salles – A partir do AI-5.

Joãoomar – É.. até neste período eles controlavam a informação, eles deixavam bilhetes no Popular, na Folha de Goiás, nas emissoras de rádio. Rádio Difusora, Rádio Brasil Central, eles deixavam..., mas depois eles descuidaram disto, quer dizer, quando eu comecei a trabalhar no jornal, em 1977, já não tinha esse controle onde eu trabalhei.

Nonô – Você acha que era porque o próprio jornalista já tinha assimilado a autocensura?

Joãoomar – Olha, a autocensura virou uma realidade...

Nonô – Virou uma norma, assim...

Joãoomar – E virou uma norma, sim, e eu lembro quando eu...

Renato Dias – Virou norma...

Joãoomar - Virou norma, porque, eu lembro, por exemplo, quando eu li a notícia da prisão do João Silva, quer dizer, “desbaratado um aparelho de comunistas”, eles não davam a notícia, eles davam a nota oficial da

Renato Dias – E soltava os nomes?

Joãoomar – E davam os nomes do pessoal, dos comunistas, e colocava como um marginal.

Nonô – Na página policial?

Joãoomar – É, na página policial. Mas, do João Silva foi na página nobre, página 3...

Nonô – Porque ele era vereador, né?

Joãoomar – Porque ele era vereador, né... considerado do MDB Autêntico.

Renato Dias – Saiu no 5 de Março ou no Popular?

Joãoomar – No Popular, saiu em todos os jornais daqui, na Folha de Goiás.

Nonô – Eu queria ver com você também, voltando ao seu depoimento anterior, porque eu queria ver se a gente tinha alguma informação consistente sobre o nome do Modesto Lopes. Como você ficou sabendo que o Modesto Lopes era também um torturador? Quem te passou essa informação?

Joãoomar – Quem me falou sobre o Modesto, quem me falou sobre o José de Campos, o Modesto Lopes, o Nazareno, foi sempre o Nilton José.

Nonô – Vamos pedir o Nilton pra vir aqui também.

Joãoomar – Porque o Nilton era militar da reserva e ele conheceu esse pessoal todo, né?

Renato Dias – O que o senhor sabe destes financiamentos da explosão de bancas nos anos 80?

Joãoomar – A informação que a gente tinha na época era desses caras como o dono do Frangó.

Renato Dias – Quem era o dono do Frangó?

Joãoomar – Um empresário, um cara tipo ...

Pinheiro Salles – Joãoomar, você soube como jornalista, teve informações sobre pessoas que atuaram na tortura, na morte e no desaparecimento dos 15 assassinatos em Goiás? Tem alguma informação sobre isso?

Joãoomar – Eu não tenho. Eu estou levantando a história de um jornalista aí, eu não vou dar pista nenhuma hoje porque repercute, né? Mas estou levantando ainda, não sei se consigo, é uma coisa muito delicada, é uma pessoa que colaborou com o regime militar, né?

Nonô – Se você quiser também, a gente pode fazer não constar o nome dele, neste momento, em nenhum relatório, mas às vezes seria bom se você nos falasse, porque outra pessoa pode ter informação sobre isso e a gente consegue juntar ou cruzar algumas peças ...

Joãoomar – Eu estou levantando algumas peças, ainda preciso de algumas peças, mas eu tenho muitas coisa porque eu, na busca das pistas desta figura do sistema, eu ... mas aí eu estou, é.... Mas essa figura conversou comigo, chegou a dar todas as pistas...

Pinheiro Salles – Você vai ter condições de nos passar isso?

Joãoomar – Eu não sei. Eu estou levantando dados, eu tenho, né?.... Eu vou ver se eu consigo alguma coisa, se eu consigo um espaço, uns dados que eu acho que é possível levantar na polícia federal com delegados que eu conheço, com muito jeito, né?

Nonô – O sindicato agora é cutista né?

Joãoomar – É....exato, então...

Renato Dias e Nonô – Companheiros...

Joãoomar – É.. e eu estou com muito jeito nisto - né? - porque se confirmar isso... é uma coisa muito triste, na realidade... Então... eu fui muito próximo, quer dizer, eu tenho um jeito muito de amar umas pessoas, muito ingênuo, muito ingênuo às vezes. E dancei muito politicamente na UFG porque eu sempre recusei, academicamente, criar grupelhos, porque eu acho que a universidade é um grande grupo acadêmico de pesquisas, de ...

Nonô – Tinha uma jornalista miudinha, pequeninha, que chamava, não sei se ela está viva até hoje, chamava Ana Maria Fernandes.

Joãoomar – Ana Maria Fernandes...

Nonô – Você soube, você tem informação, isso aqui nem precisa constar agora, só pra gente levantar. Que ela tinha um namorado, um noivo, acho que ela chegou a casar com ele, que era da polícia federal? Um infiltrado na Universidade?

Joãoomar – Casou. Era... era, eu conheci....

Nonô – E ele se aproximou dela, inicialmente, pra chegar na Revista Ruralidade, onde eu trabalhava, a Raquel Mourão Brasil, você trabalhou lá muito tempo... E naquela época o meu marido, o Wilmar, estava preso, no Cepaigo. E ele se aproximou de mim e eu, ingênua também, até vendi pra ele uma rifa de televisão que fiz para arrecadar um dinheiro para as famílias de presos políticos de Anápolis, que estavam também no Cepaigo. E ele não quis colocar o nome dele nos bilhetes que ele comprou e mandou por o nome do Olavo, meu filho... Até então eu não desconfiava de nada...

Joãoomar – Eu trabalhei lá. Não, depois eu ...

Renato Dias – Como se chamava a revista?

Nonô e Joãoomar juntos – Ruralidade

Nonô – Voltada para o campo, pro agronegócio, lavoura, pra tecnologia do campo. Depois a Revista Roteiro, editada também dentro da mesma empresa do Coutinho...Romildo Coutinho...

Nonô – Eu queria saber era o nome do noivo.

Joãoomar – O Nilton era muito próximo da Ana, acho que ela era da turma dele, do Nilton. Ele é que me falou que o cara era da polícia federal e falou que tinha dó da Ana. Agora, eu conheci a família da Ana...

Nonô – Esse cara foi lá dentro da minha casa, esse filho da puta.

Joãoomar - Pois é...

Joãoomar – E eu fui pra uma reportagem no Rio, com o Romildo Coutinho, e chegando no avião, no Rio de Janeiro, ele falou Joãoomar, tem aqui o telefone do meu irmão, qualquer coisa você liga pra ele, é o coronel Coutinho. E aí eu esfriei, porque eu sabia quem era o coronel Coutinho. Ainda bem que eu não tive que ligar pra ele!

Pinheiro Salles – Joãoomar e esses 15 assassinatos em Goiás? Você teve informação sobre isso e pessoas que tenham atuado diretamente?

Joãoomar – Não. Eu vim saber disto depois que virei jornalista e tal.

Renato Dias – Joãoomar, nesta pergunta do Pinheiro, o ex-funcionário do 5 de Março, Ismael Silva de Jesus foi assassinado, em 1972, o senhor já era aluno da UFG, ninguém falou nada?

Joãoomar – Não, eu estava começando o meu curso em 1972, exatamente, quer dizer, depois eu fiquei sabendo. Em 1972 eu conheci o João Silva e o Vieira de Melo, que me contou que estava sendo processado em 1973. Aí o Vieira de Melo me deu este quadro, né?

Nonô – O Vieira de Melo também era estudante de jornalismo...

Joãoomar – Ele fez jornalismo, né? Eu fiquei sabendo destas coisas depois, né? Quer dizer, esses dados eu não tenho. Na época não, porque eu era estudante ainda na UFG.

Nonô – Não se tinha notícia ...né?

Joãoomar – Tinha não. Fiquei sabendo depois já com o João Silva, né? Aí o irmão do João, o Aníbal, era delegado e sabia que eu era amigo do João e dizia que o João tá assim, tá assado e tal..."E eu estou mal colocado aqui no estado, porque virei comunista por causa do meu irmão, por causa do comunismo do meu

irmão eu tô aqui, coagido também”, dizia ele. Mas eu tinha medo do Aníbal porque ele era delegado, eu tinha medo dele...

Renato Dias – Que nomes o senhor sugeriria para a comissão do Sindicato dos Jornalistas para colher depoimento? Que nome o senhor acha que é importante?

Pinheiro Salles – Com o máximo de informações concretas.

Joãoamar – Eu acho que o Nilton pode ajudar com o nome desses caras aí, todos, né? O Marcão, que pode falar do cara do negócio do frango, que é uma suspeita que ninguém conseguiu denunciar isto.

Nonô – Então tá, a gente não vai te prender muito não, até porque a gente tem que ter limite pra nós aqui também.

Joãoamar – E aí eu vou trazer, eu vou preparar um dossiê pra vocês de tudo que eu tenho lá e trago pra vocês.

Renato Dias – Já vem com o nome da pessoa que você falou?

Nonô – Eu digitei aqui. Agora eu trouxe aqui um nome também, que eu não tenha coragem de colocar, porque não tinha certeza, fiquei insegura, e tudo mais, que seria um jornalista que seria traidor.

Renato Dias – Hein?! É o (não dá pra entender direito).

Nonô – Nós precisamos ter uma relação de confiança entre nós e enquanto nós estivermos falando, investigando ainda, não se fala, não publica, não divulga, certo? O fato é que o Modesto..., eu estava colocando o nome do Modesto no meu livro, mas eu só tinha certeza que ele tentou me achar, que ele perguntava muito por mim e que ele queria possivelmente me entregar, me denunciar, mas dele ser torturador? Eu não tinha essa informação, até agora.

Joãoamar – O Nilton conheceu esse pessoal, ele falava que conheceu no período que estava servindo no exército, então, provavelmente ele...

Nonô – Não, o Modesto andava, naquele período a gente estudante, ele andava de táxi o dia inteiro em Goiânia, táxi por conta. Que isso?! Todo mundo ficava falando “o que é isso? Onde você arruma dinheiro?” Ele era sustentado pelo pai e a mãe, que eram pessoas comuns lá de Rio Verde. Ele morava num barracãozinho ao lado da casa da minha irmã, no Bairro Popular. E aí eu tive com ele uma relação de amizade, de proximidade...

Joãoamar – Ok! Então, eu tenho esse material da relação da imprensa, tá escrito, eu vou só organizar uma cópia pra vocês, né? E aí eu vou ver... E aí eu fico à disposição para esclarecer mais coisa também.

RENATO DIAS - jornalista, sociólogo e irmão do desaparecido político goiano Marco Antônio Dias Batista

“Mortos, presos, torturados e desaparecidos em Goiás - ocorreram 15 casos e Renato Dias tem informações sobre 11 delas, Marcos Antônio Dias Baptista - que no caso é meu irmão, participou de um fórum da UBES; era um estudante secundarista em 1968, integrou a Frente Revolucionária Estudantil em 1969. Fez um marco revolucionário incendiando um jipe do capitão Marcos Fleury. A última informação que temos é que ele dormiu na casa do irmão da minha mãe - Maria de Campos Baptista. O irmão dela é o Vitor Campos. Marco Antonio saiu e foi preso, nunca mais foi visto. Segundo o médico e informante da polícia Laerte Chediak, já morto também, que era irmão do Ibraim Chediak, delegado de polícia que integrou o esquadrão da morte em Goiás nos anos 70 e teria sido afastado da polícia e depois reintegrado, era vizinho

da família e, dez anos depois, em 1980, informou que o Marcos Antônio Dias Baptista teria sido preso pela equipe do capitão Fleury, em maio de 1970. “Essa informação minha mãe obteve da própria boca do médico, que era funcionário da Osego, atual Secretaria de Saúde”. Nenhuma informação oficial se obteve até agora sobre as circunstâncias da prisão, o local onde teria sido detido, para onde foi levado, quais os agentes públicos que teriam efetuado a prisão e os responsáveis pelas torturas e nem onde estariam enterrados os seus restos mortais. Minha mãe e meu pai, eu me recordo, eles andaram uma boa parte do Brasil ouvindo histórias. Histórias de que o Marcos teria sido visto no Norte do país, numa prisão de Brasília, na prisão no interior de São Paulo. A família foi mobilizada, mas nada era verdade...

Honestino Monteiro Guimarães, desaparecido a partir de outubro de 1973; Paulo de Tarso Celestino, que sumiu em junho na casa de Petrópolis, após ter entrado em contato com o cabo Anselmo. Ele e sua companheira Eleni Teles Pereira Guariba. O Paulo de Tarso celestino é filho do ex-presidente do Tribunal de Contas de Goiás, o Pedro Celestino. A sua mãe morreu em 2012, aos 97 anos de idade, esperando para sepultar o corpo do filho; o Ornalino Cândido da Silva foi a primeira vítima da repressão em abril de 1968 em Goiânia. Ele estava circulando numa manifestação de estudantes em protesto contra a morte do Edson Luiz de Lima Souto... Era lavador de carros. Ele estava no lugar errado, na hora errada. A polícia reprimiu, atirou e ele foi assassinado. Ele foi contemplado pela lei 9.140, de vítimas, primeira lei do Fernando Henrique Cardoso de 10 de novembro de 1995; Ismael Silva de Jesus em 1972, militante do Partido Comunista Brasileiro; o Cassimiro Luiz de Freitas, área de influência da VAR Palmares, morador de Pontalina, que foi preso, muito torturado e, em virtude dos ferimentos, veio a falecer, mas teve sua morte dada como suicídio. O dossiê dos mortos e desaparecidos políticos de Goiás traz o nome do oficial que teria participado da sessão que resultou na morte e cuja versão oficial é suicídio do Ismael Silva de Jesus”.

(...) A prisão dos militantes da Molipo - Movimento de Libertação Popular -, que era uma dissidência da ALN, a organização do Carlos Marighela, ficou também registrada em Goiás. Sobre isso há um documento no Arquivo Nacional e no livro “Sem Vestígios”, da jornalista Taís Morais, de Brasília. A prisão do Boanerges de Souza Massa foi que provocou o efeito cascata no Molipo, que caiu quase todo em Goiás; Boanerges de Souza Massa, médico treinado em Cuba, preso em Pindorama (Norte de Goiás, hoje Tocantins), levado pra Brasília e, depois de sessões de tortura, contou sobre os contatos do Molipo no norte de Goiás e no norte do país, que levaram às quedas de: Jeová de Assis Gomes, em 1972, Arno Preis, Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado, que morreram no dia 17 de maio de 1973 na fazenda Rio Doce, em Rio Verde, a caminho de Jataí. Divino Ferreira de Souza, codinome Nunes, que morreu em outubro de 1973 sob tortura. Um documento que nós tivemos acesso também sobre os porões da guerrilha do Araguaia mostra que ele foi preso, baleado, recebeu sessões de tortura e morreu na casa azul, que era o centro da repressão política na região do Araguaia. Há participação do Sebastião Curió, do coronel Lício Maciel no processo que culminou com a sua prisão, tortura e morte. Os dois já foram, inclusive, denunciados pelo Ministério Público Federal; Rui Vieira Berbert - o Estado de São Paulo publicou em 2012 uma foto do Rui Vieira Berbert, morto na época em Goiás, atual estado do Tocantins, mostrando o corpo dele estendido na prisão. Um furo de reportagem do jornalista Leonêncio Nossa, que escreveu um livro recentemente sobre a guerrilha do Araguaia; Alaôr Figueiredo – ainda vivo, que foi preso em Goiânia, na queda do PCB. Marco Antônio Delacortes, historiador.

“Mesmo com a informação de que o filho, Marco Antonio Dias Batista, teria sido preso pela equipe do capitão Fleury, somente um ano depois de bater em todas as portas de jornais e veículos da imprensa goiana,

sua mãe, Dona Maria Baptista, conseguiu que um jornal publicasse a história nova sobre o desaparecimento de seu filho: o jornal Tribuna da Luta Operária, que era do PC do B, cujo jornalista era o Francisco Messias. O Popular, o Diário da Manhã, o 5 de Março, ninguém ousou publicar a informação.

Marcos Fleury morreu no dia 3 de março de 2012 sem revelar o que contém os seus arquivos. Sua morte foi amplamente divulgada. Corria nos bastidores que ele teria um acervo muito grande de papéis e documentos referentes à repressão, inclusive porque o que foi entregue à sociedade civil com a abertura dos arquivos do Dops em 1995, cujos documentos teriam sido transferidos para a Universidade Federal de Goiás, eles tinham sido surrupiados, maquiados e ficado uma boa parte em arquivos privados, que é a grande dificuldade que a Comissão da Verdade Nacional, indicada pela presidente Dilma, encontra. Boa parte destes arquivos que conta a verdade dos porões está em mãos privadas, nas mãos de ex-militares, militares aposentados, de pessoas que não querem que a verdade venha à tona. O primeiro veículo que publicou a denúncia envolvendo o Marcos Fleury foi o Tribuna da Luta Operária, que era um jornal do PC do B. Depois disso, eu me recordo que o Diário da Manhã começou uma série de reportagens sobre o caso de Rio Verde e terminou com a demissão do editor e dos jornalistas e o esquecimento do caso.

A partir daí, em 1990 teve a abertura, com o apoio da então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que hoje é deputada federal, a reabertura dos casos das vítimas das violações dos direitos humanos ocorridos na época da ditadura e das ossadas descobertas em Perus. Aí, nesse caso a revista Isto É fez uma reportagem ampla sobre o desaparecimento do meu irmão. Aí, logo após, houve, no governo do Fernando Collor de Melo, a abertura dos arquivos do Dops de São Paulo, que era o maior acervo da repressão da América Latina.

E a partir daí eu tive acesso a informações e fiz uma ampla reportagem, sobre o que continham os documentos do Dops de São Paulo sobre Goiás no período da ditadura - de Mauro Borges até Alfredo Nasser, que era ligado a UDN, que morreu em 1965, e que também tinha sido vigiado pelos órgão de repressão política. Mas a partir disso, nos anos 90, eu me recordo que O Popular publicou uma entrevista, em uma página, assinada pelo Isanulfo Cordeiro e pela Cileide Alves, com um representante – anônimo - da linha dura das forças armadas: era o Marcos Fleury, revelando que não tinha nenhuma participação, envolvimento na morte do meu irmão e nem na prisão, tortura, morte e desaparecimento de nenhum militante em Goiás. Esses arquivos provavelmente estão em imóveis em Goiânia e na Cidade de Goiás porque ele era proprietário de uma rádio na Cidade de Goiás. E, segundo Pinheiro Salles, em Hidrolândia também”.

(...) A censura em Goiás, era através de bilhetinhos, a partir de um departamento da polícia federal para os editores/diretores de veículos da imprensa; e, inclusive, servia de alerta, às vezes, para assuntos que nem estavam na pauta do jornal, que não se tinha sequer conhecimento. O jornalista Jávier Godinho guardou esses memorandos e publicou em forma de livro. Agora, já no fim da ditadura, utilizou-se o poder econômico, principalmente do poder público, como forma de pressão nas redações. O caso mais emblemático é o da Maria Augusta Thomaz e Márcio Becker, cuja reportagem tinha sido feita pelos jornalistas paulistas e recém-chegados a Goiás Antônio Carlos Fon, que posteriormente foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, e pela Marta Regina de Souza, com a participação de dois repórteres daqui: o José Luiz e o Guarabira Neto, que assinaram, inclusive, matéria sobre esse assunto. O editor era o Antônio Carlos Moura. E ganharam o Prêmio Herzog de Direitos Humanos naquele ano. A cobertura da demissão dos jornalistas que publicaram a matéria com a denúncia de assassinato dos militantes políticos paulistas que tinham vindo se esconder no interior de Goiás teve repercussão nacional, saiu na Isto É, saiu na Veja...

“A repressão aos estudantes de Jataí e o desaparecimento de nicodemus. A ditadura começou e eu morava em Jataí. Tinha 14 anos e participava do Núcleo Independente dos Estudantes Jataienses. E, numa noite, estávamos reunidos, no Jôquei Clube da cidade, fazendo o estatuto do nosso núcleo e desenhando a bandeira quando o exército chegou e a polícia de Jataí também. Invadiram o clube, prenderam muitos estudantes do Colégio Estadual Nestor Ribeiro, onde nós estudávamos, e desapareceu o nosso companheiro Nicodemus. Era estudante. Não sei o sobrenome dele. Nunca mais eu ouvi falar do Nicodemus, nunca mais... Primeiro disseram que tinham levado para a cadeia, depois que não estava na cadeia, depois falaram que tinham levado para a beira do córrego Jataí, um córrego lá que chama Jataí, só que nunca mais deram notícia.

Sala de interrogatório na Reitoria da UFG: Já estudando na faculdade, na UFG, eu era também estagiária - estudava pela manhã e trabalhava à tarde na Assessoria de Imprensa da UFG - e conheci três outras pessoas que trabalhavam numa sala que era uma espécie de SNI da UFG: o Márcio Ivo, que é funcionário da Universidade, o Sanches e o professor José Helberth. Teve um dia que teve uma manifestação contra o governo, reitoria e um monte de coisas, eu tinha ido para a aula de manhã, quando eu cheguei para trabalhar ao meio-dia, subi a escada, o professor José Helberth estava em cima da escada me esperando. Me segurou pelo braço e falou: “Vamos ali conversar um pouquinho?” E eu passei o dia todo na sala, trancada e ele querendo saber onde que eu ia, o que eu fazia, um interrogatório. Nesta sala, tinha entrada para outra sala, onde trancavam, era tudo fechado. Era, na Reitoria, ainda na Praça Universitária. E eu fiquei lá dentro, trancada, o resto do dia, até o final do expediente. E pra ir ao banheiro, ele me acompanhava e dizia: “Eu estou esperando aqui, vamos terminar nossa conversa”. E ele queria que eu entregasse os companheiros que lideravam lá no ICHL, quem organizava e que funcionário participava. Desses aí eu vi o Márcio Ivo, acho que no ano passado (2012). Ele estava na universidade ainda, como funcionário normal. O Sanches e o José Helberth eu nunca mais vi. Depois que acabou tudo eles sumiram”.

(...) Eu fazia disciplinas à noite, na Faculdade de Educação e tinha lá um sujeito compridão, que era chamado de Eliomar. Não sei se era o nome dele verdadeiro, que ficava observando as pessoas, sempre caladão, no canto. E uma noite eu fui tomar o ônibus em frente à faculdade de Direito - eu morava no Setor dos Funcionários, - quando ele parou e disse que ia me dar carona. Eu falei: “Não, obrigada! O ônibus pára na porta da minha casa”. E ele insistiu: “Não! Mas eu quero te levar.” E eu disse: “Mas eu não quero ir”. Então ele desceu do carro, me pegou pelo braço e me colocou dentro do carro dele e falou: “Mas eu quero te levar. Eu estou falando que vou te levar”. Só que ele não foi me levar para a minha casa, ele passou direto, pegou a saída de Goiânia, lá pro lado de Inhumas. Foi uma coisa horrorosa! Quase morri de medo! Mas como eu era do treinamento de liderança cristã na época, eu usava um crucifixo, e apertei o crucifixo com força, que eu quase machuquei minha mão. E ele falava assim pra mim: “Olha, você sabe que eu não quero fazer nada com você, só quero saber da sua vida, das suas coisas... dos seus colegas... O que você sabe dos colegas?” Eu falei: “Eu não sei nada”. E ficou um tempão nisso, lá no meio do mato. E não teve nenhuma insinuação de sexo, não. Aí ele disse: “Você sabe que, quando quiser, eu te pego”. E voltou e me deixou na minha casa, sem ao menos perguntar o meu endereço. Ele sabia onde eu morava. Sabia toda a minha rotina. Só que ele ficou lá um tempo e sumiu.

Mas tem um outro, que é jornalista, filiado ao nosso Sindicato dos Jornalistas e que é também dessa linha dura. Ele foi trabalhar conosco na Assessoria de Comunicação da UFG e andava armado... Às vezes ele

chegava e sumia uns dias e aí ele aparecia e contava umas histórias mirabolantes, estranhas... O nome dele é Joel Moreira Sampaio. Ele chegou machucado e nós perguntamos - a Cleide Vilela e eu trabalhávamos com ele, e estávamos grávidas - o que tinha acontecido e ele disse: "Não, isso é briga. Eu estava vindo de Anápolis à noite e eu fui passando e vi um carro parado, com o farol ligado e com um sujeito com a arma na cabeça do outro, que estava ajoelhado implorando para não morrer". E aí nós perguntamos: "Mas você parou para ver?" E ele disse: "Não. Mas eu não quero falar mais sobre isso". E aí a Cleide questionou: "O que é isso Joel, você trabalha com a gente, que história mais mal contada é essa?" Aí ele tirou o revólver da bolsa que ele andava, apontou pra nós e falou assim: "As duas ficam caladas. O assunto acabou aqui." A gente ficou morrendo de medo, né? Ele era um companheiro, né? Ele ainda ficou lá e agora é aposentado da universidade. Mas eu falei com ele esses dias, no outro sindicato nosso e ele me disse que continua ainda na polícia federal e fazendo segurança no Mato Grosso, na divisa nossa lá com os países, mas o foco dele era pegar o povo e torturar.

Concluiu que ele era torturador sua "pela atitude": sumia muitos dias e depois aparecia, às vezes machucado, outras vezes, transtornado e contando que tinha visto alguém sendo machucado, que era outra pessoa que estava torturando, mas que ele tinha visto. O Joel Moreira Sampaio é filiado nos sindicatos dos Jornalistas e no da UFG. Eu encontrei com ele no da UFG há uns dois meses atrás. Ele estava lá. Um dia desses, quando nós começamos a reunião ele estava lá. Aí, eu perguntei: "Joel, você continua na polícia federal?" E ele respondeu: "Tô do mesmo jeito, continuo. Estou mais no Mato Grosso, ficando lá na fronteira". Um torturador e matador declarado: Agora, tem um outro - João de Sousa - que mora ali na Rua 4, no Centro, na esquina da rua 23. Esse está lá, vivinho. Ele é tenente da Polícia Militar de Goiás e é aposentado. Agora, eu não sei se ele participou das torturas da ditadura, mas eu sei que ele participou da Guerrilha do Araguaia matando pessoas e isso ele falou pra mim. E ele conta com uma frieza de doer! O jeito que ele fala... Ele me contou que matou uma mulher, uma moça que estava grávida, que ele viu que estava grávida e que ele atirou nela, na barriga, e que ela gritou muito; e que caiu numa ladeira e foi rolando, numa ribanceira; e que o grito dela ficou na cabeça dele, tanto é que ele não esquece. De todas as pessoas que matou, ele diz que essa é que ele não esquece, porque, algumas vezes, está em sua casa e ainda ouve os gritos dela. João de Sousa diz que matou quantos precisou e quantos foi mandado. Ele falou isso pra mim.

Ele se chama pelo apelido de "Tenente 1008". Ele anda armado, até hoje. Costumava ficar conversando com as pessoas vizinhas (imediações do Banco do Brasil na Rua 4, Centro). E eu morava vizinha dele. Ele gosta de carregar uma pasta. E, um dia, apareceu, abriu a pasta e me mostrou, dentro da pasta tem faca do tamanho que você quiser, revólver do jeito que você quiser, cheiinho!. Ele anda armado até hoje e falou que matou muitos mesmo. Ele mora naquele edifício "28 de Agosto", na Rua 4 com a Rua 23 no Centro, bem na esquina, onde tem o Sindicato dos Bancários.

Ele estava muito doente outro dia. Minha amiga, que é petista, que mora no prédio que ele morava, me contou que ele estava esses dias na UTI, que ele teve uma pneumonia, uma coisa assim, mas não morreu não, está lá. Ele me disse que trabalhava para os governadores de Goiás e que matou muita gente a mando dos governos nossos. Ele trabalhou no governo do Mauro Borges, Valadão... , Leonino Caiado, o Irapuã... Ele foi segurança dentro do Palácio das Esmeraldas esse tempo todo. Ele vigiava a porta do quarto, a entrada para os quartos, das primeiras-damas... tudo. E ele conta detalhes dos costumes de cada uma.

Nonô — Pinheiro vamos pegar a sua ficha, nome completo, idade, naturalidade.

Pinheiro Salles — Antônio Pinheiro Salles, brasileiro, jornalista, bacharel em Direito, filho de Francisco José de Salles e Adélia Pinheiro Salles, nascido no dia 29 de junho de 1937. Portador da carteira de identidade: 13.818.442 - . SSP/SP e CPF — 252.022.013-14. Eu nasci em Jordânia em Minas Gerais, nordeste de Minas, no Vale do Jequitinhonha. Filho de pais semi-analfabetos. Ainda com cerca de 4/5 anos, meus pais se mudaram para um povoado chamado Novo Horizonte, que hoje é Guaratinga e onde mais tarde fui eleito vereador e em menos de um ano depois fui cassado. Acho que fui o primeiro parlamentar cassado naquela região.

Nonô — Em que ano foi isso e qual o partido?

Pinheiro Salles — Não existiam esses partidos na ocasião, é UDN, PSD, eu era de um partido chamado PL, que não tem nada com este PL de hoje. Era Partido Libertador. O nome me impressionou muito. Isso foi por volta de 62 ou 63 e logo depois do Golpe eu fui cassado. Agora, pouco tempo atrás, lá a Câmara me forneceu todos os documentos e até cópias de discursos meus feitos na ocasião.

Nonô — Que legal!

Pinheiro Salles — E me ofereceu, como eu não nasci lá, me ofereceu o Título de Cidadão Guaratinguense e não recebi até hoje porque depende de mim ir até lá, mas a Câmara já aprovou. Aliás você sabe, eu sou Cidadão Goiano, com título concedido pela Assembléia Legislativa. Bem, e lá foi uma trajetória longa que... acho que não atende muito ao objetivo aqui, nosso, da Comissão, mas pouco tempo depois entre faculdade, onde tive um papel destacado, assim, na liderança estudantil, estudei no interior de Minas, estudei em cidades do interior da Bahia, estudei em Vitória, capital do Espírito Santo, no Colégio Estadual do Espírito Santo. Passei no vestibular em Vitória e não estudei. Fui para Guaratinga e fiz outro vestibular em Ilhéus. Estudei em Ilhéus alguns anos e depois me transferi para a Universidade Federal da Bahia, depois me transferi para Salvador e segundo as anotações do famigerado Serviço Nacional de Informações, eu fui uma das principais lideranças da política estudantil na Bahia. E fui processado, fui preso, não fui torturado. Apanhei muito, eles batiam nas costas com cacetete, etc. No dia seguinte e este é um dado interessante, houve feita uma fila para fazer a triagem daquele pessoal preso, por que alguém que tivesse alguma implicação política eles segurariam e outros eles liberariam imediatamente. E quando eu estava na fila, houve uma mobilização muito grande de familiares, religiosos, políticos, quando eu olho na minha frente, havia um deputado que eu conhecia muito porque ele lecionava na faculdade. Ele me viu e falou: Poxa, o que você está fazendo aqui rapaz? E eu falei: Ah, me prenderam ontem quando eu estava assistindo a peça proibida pelos censores e eles prenderam todos e trouxeram em camburões pra aqui. E ele falou: E o que é isto? Você está com uma marca no rosto, na testa. E eu falei: Ih... me espancaram muito ontem. Tirei a camisa e mostrei as minhas costas e estavam lá as marcas das coronhadas. Aí ao ver aquilo, ele me puxou da fila e falou: Vamos denunciar isto ao secretário de Segurança Pública, vamos denunciar isto. E eu falei: Vamos sim. E tinha uns guardas lá, que se intimidaram diante do deputado, que era muito conhecido e deixaram que eu saísse da fila. Quando a gente ia passando para pegar o elevador que ficava no prédio, era o elevador que dava bem em frente a porta. Eu bati a mão na barriga do deputado e falei: Muito obrigado, deputado. Me mandei e até hoje... Falar com secretário de Segurança Pública? De jeito algum! (risadas). Bem, tive que entrar na clandestinidade, tive atuação política, intensa, numa organização chamada Polop, Política Operária, que depois...

Nonô – Que ficou conhecida depois pela participação da presidenta Dilma

Pinheiro Salles – Participou, inclusive da sua direção, depois a POLOP, com a participação da dissidência lenilista do Partido Comunista Brasileiro do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, fizemos um congresso e fundamos o POC – Partido Operário Comunista, com profundas divergências com o PCB. E eu sou comunista que nunca foi do PCB e nem do PC do B. Fui expulso pouco tempo depois do POC porque, em relação a uma série de questões mais práticas do que estratégicas, eu fui expulso e com outro companheiro, também da direção do POC, e nós fundamos o MCR – Movimento Comunista Revolucionário, com poucos militantes, incluindo os fundadores e eu acho que no total nós nunca passamos de 20 pessoas. Mas no MCR eu tive discussões com representantes das principais organizações revolucionárias da época, por volta de 1969/1970, tanto no Rio Grande do Sul quanto em São Paulo: ALN, Rede (???), MRT, VPR, VAR-Palmares, não vou lembrar os nomes de cabeça... Então, nós, em São Paulo constituímos uma frente. A gente chamava de Frente mesmo. Mas na nossa Frente eu era chamado de Vice-Ministro, porque eu fazia muitas intervenções políticas e na maior parte desses companheiros não existia a preocupação teórica maior e como em cada intervenção minha eu fundamentava politicamente, ideologicamente, teoricamente a posição, então eu tive diversos codinomes, nomes de guerra, o SNI relaciona aqui uma quantidade grande de nomes, mas o pessoal começou me chamar de vice-ministro por causa destas intervenções com esse caráter que eu fazia. E participei de muitas...

Nonô – no Rio Grande do Sul você tinha uma atuação mais com um certo codinome, em determinado momento, em determinada região que você era conhecido... Você podia explicar estes nomes, porque pode ser importante para companheiros até de outros estados tomar conhecimento sobre você, onde está...

Pinheiro Salles – No Rio Grande do Sul existe um herói chamado Bento Gonçalves, alguém, não sei como, não fui eu, me colocou o codinome de Gonçalves. Aliás, apareceu lá um determinado companheiro da Bahia e que tinha o nome de guerra de Bento. E os gaúchos... porque quem tenho um profundo amor e ligação até sentimental muito grande, mas eles... o Rio Grande do Sul eu vulgarmente dizia, com todo respeito, que eles são muito bairristas, de defender lá a emancipação do Rio Grande do Sul. República do Piratini. E nas nossas brincadeiras, eles diziam que precisavam juntar dois nortistas, todo mundo que não era do Rio Grande do Sul e não é de Santa Catarina, é nortista. E eles diziam que precisavam juntar dois nortistas pra dar um gaúcho: o Bento e o Gonçalves, nós dois juntos dava o Bento Gonçalves! Então lá eu tive vários nomes. Eu fui Inácio, Gonçalves, fui Maurício, e em São Paulo eu fui, principalmente, Ferreira e esse nome é interessante porque este nome foi muito importante da luta política no Brasil, o Eduardo Leite, conhecido como Bacuri, a vítima das maiores atrocidades que já se praticaram neste país. Numa reunião nossa, cada um deu um nome lá e ele me perguntou: E o companheiro aí? Eu não tinha um nome na cabeça pra dizer. Não ia dizer os outros nomes como eu era conhecido. Aí ele falou: Ferreira! Comandante Ferreira! E esse nome Ferreira pegou mesmo, que muita gente até hoje, quando acontece de nós nos encontrarmos, falam: Oh Ferreira! Fui chamado também, por muitas pessoas conhecidas, como André, mas não dentro dos movimentos políticos, mas nas casas onde eu fiquei durante a clandestinidade. O fato é que eu participei de diversas formas de luta, principalmente na Bahia, em Minas, na clandestinidade, com muitas pessoas da época da POLOP e depois ainda no POC,... e principalmente com atuação mais intensa na luta política e na luta armada no Rio Grande do Sul e em São Paulo. E eu terminei sendo seqüestrado em São Paulo e no Rio Grande do Sul em 1970 e foi um esquema do DOPS, do exército muito grande e quando me dominaram e me jogaram na viatura do exército eu já comecei a ser pisoteado, chutado, encuralado no fim da viatura onde eles iam pisando, aí me algemaram com os braços para traz, com outro companheiro. Nós dois com os braços entrelaçados e em frente à Secretaria de Segurança Pública, onde funcionava o Dops, eles fizeram um esquentamento. Faziam

uma roda entorno da gente, do meu companheiro e de mim, e aí era espancamento terrível, com pau, de chute, de cacetete, de todas as formas, de todas as maneiras e agente caía e eles continuavam chutando e fomos arrastados os dois, jogados no elevador e aí sentavam em cima da gente durante todo o tempo, já com a ameaça concreta de morte, depois de sair do elevador e até hoje eu não sei qual é o andar, porque depois eu não voltei lá, não fiquei sabendo onde funcionava o Dops, mas lá era um andar inteiro de sala de tortura, os cubículos, tudo isso lá. Então, me deixaram sentado numa cadeira, com os olhos vendados, que não era o famigerado capuz, mas amarrado nos olhos, com nó atrás da cabeça. Toda hora passava um e dava uma pancada, um chute, uma cacetada na cabeça, na perna, chegava outro e falava baixinho no ouvido: Conte comigo, não tenha medo não. Você vai virar presunto hoje mesmo, a gente vai te matar. E era um terror indescritível e também não vale a pena eu fazer uma referência pormenorizada sobre tudo o que aconteceu. O fato concreto é que nos dois primeiros anos de prisão, eu fui permanentemente torturado. Tem um livro de um político, doutor, professor, jornalista, advogado do Rio Grande do Sul: Índio Brum Vargas. Então, ele, professor universitário, uma pessoa... filósofo, jornalista e advogado. Ele escreveu, dentre os livros publicados dele, tem um que é: Guerra. Dizia o torturador. Então ele fala que me viu sendo arrastado nu, ele fala no livro dele, arrastado pelas pernas e os torturadores passaram comigo arrastado, colocando sangue pelo nariz e pela boca, arrastado no corredor.

Pinheiro Salles – Então, só para mostrar como, de fato, que durante muito tempo eu fiquei sem poder caminhar para poder ir ao banheiro e os guardas, policial militar, que eram os guardas, não eram torturadores, vinham e me pegavam, como se pega uma criança, nos braços e era pelado que a gente ficava todo o tempo e eles que me sentavam no vaso. Terminava, eles me pagavam nos braços e me traziam novamente para o local onde eu deveria ser colocado. Isso durante muito tempo aconteceu, assim. E claro, a gente não imaginava que pudesse sobreviver, mas eu tive a sorte muito grande de em nenhum momento ser tentado a ceder diante de qualquer violência, com todas as fraquezas humanas, políticas e nos outros níveis que a gente tem, mas eu tive a sorte de não sofrer esta humilhação.

Nonô – Teve fibra, né? Foi homem de coragem demais...

Pinheiro Salles – Depois de mais de um ano de cadeia, companheiros presos em São Paulo, torturados e perguntavam onde eu estava. Muitos sendo torturados no DOI-CODI, no DOPS em São Paulo. Aí um lá falou: Não... esse cara está preso, já há mais de um ano, você não sabe? Aí, me trouxeram imediatamente depois de mais de um ano de prisão, quando eu já estava me recuperando fisicamente e acreditando que a adversidade maior tinha passado e me trouxeram para São Paulo e começou tudo de novo. E aí que as cordas do pau de arara feriram o meu braço direito, romperam tendões e eles mesmos me encaminharam para o hospital do exército onde fizeram uma cirurgia no meu braço, fiquei, assim, de certa forma paralisado e fizeram a cirurgia, que se não fosse feita, certamente eu teria a mão amputada. Bem, tem essa sequela. Sou surdo do ouvido direito. Tenho deficiências com um barulho permanente no ouvido esquerdo. E tenho várias outras sequelas, mas a questão essencial nossa aqui, que é a questão principalmente, diretamente vinculada ao exercício profissional do jornalismo, eu tive ainda trabalhando no jornal na cidade de Itabuna (BA), trabalhando no jornal chamado Informações, um jornal de economia, cujo o editor, Nelito Carvalho, e depois do golpe, eu estava lá trabalhando na máquina de escrever, chegam as pessoas fardadas e foram arrebatando tudo no jornal. Na cidade de Itabuna, sul da Bahia, perto de Ilhéus. Pegaram a máquina que eu estava trabalhando, bateram assim no chão, jogaram as outras, quebraram... Abriram os armários de vidro, quebraram tudo. “Vamos acabar e fechar este jornal de comunistas”. Então quebraram as máquinas da redação do jornal, os armários, jogaram papéis e livros no chão e saíam chutando. “Jornal de comunista não

funcionaria mais no Brasil". E após 9 anos de prisão eu terminei vindo parar em Goiânia, Goiás, onde eu conheci Wilmar Antônio Alves e Antônio Carlos Moura, casado com a Marlene e o Wilmar casado com Laurenice Noleto Alves. Foram os meus primeiros amigos aqui. E na redação do jornal naturalmente a gente já enfrentou tudo que a gente tem enfrentado ao longo da vida, sem nada, naturalmente, nos causado estranheza. Isto é natural, toda esta violência e arbitrariedade que a gente conhece, porque isto faz parte da sociedade capitalista que nós vamos destruir um dia. Nós os trabalhadores do Brasil e do mundo. As greves e tudo que a gente conheceu aqui, o Wilmar e eu...

Nonô – O que você tem a dizer sobre a greve de jornalistas que teve aqui em Goiás? Participamos de uma greve geral, né? Conta pra gente como foi isso.

Pinheiro Salles – Participamos, principalmente no Diário da Manhã houve uma luta muito importante, porque ...vou me referir a essa questão para não nos alongarmos muito aqui. Mas o Diário da Manhã gerava muita expectativa. O Diário da manhã foi fundado em 12 de maio de 1980 e eu passei a trabalhar neste jornal neste dia e neste dia nasceu meu filho aqui em Goiás. Meu filho feito na cadeia, no presídio da Justiça Militar Federal de São Paulo numa cortina, atrás de uma cortina lá no banheiro e nasceu aqui. Se eu não sáísse da cadeia, minha companheira estaria... teria que explicar para as pessoas como ela estava grávida comigo preso. Ainda bem que nesse período eu saí, né? Então, o Diário da Manhã, eu disse que gerava expectativa muito grande, porque o seu proprietário, diretor, jornalista Batista Custódio, conseguiu reunir, assim, alguns dos principais jornalistas do estado, para não dizer outros que ele trouxe depois de fora, mas daqui de Goiás eu repito, o Wilmar, o Antônio Carlos Moura, Joãoimar Carvalho, Sérgio Paulo Moreira, Mara Moreira, Beatriz ??? Gonçalves, Abadia Lima, Fleurimar de Souza, Carlos Alberto Sáfi, Isanulfo Cordeiro, Hélio Rocha, e outros nomes importantes da imprensa goiana. João Domingos... E havia um funcionamento que alterava a prática jornalística dessa ocasião. Tinha um conselho e as pessoas se reuniam neste conselho, discutiam, então...

Nonô – Como era esse conselho? Era um conselho editorial ou conselho comunitário? Ou era os dois?

Pinheiro Salles – Os dois. Havia o conselho editorial com reunião semanal com todos os editores, como todos os jornalistas para discutir a prática jornalística daquele veículo de comunicação e, além disto, não era reunião de pauta, mas também alguns pontos de pauta, de interesse estadual eram levantados nessa ocasião e encaminhados para cada editoria, de cada setor e isso era uma coisa que alterava a prática dos jornais da ocasião. Mesmo com todas as dificuldades, as coisas não serem bem encaminhadas como se pretendia, mas alterava a prática usual dos jornais e isso fazia crescer em cada um, a esperança, mas sei lá, não propriamente esperança, mas a ilusão de que era um jornal verdadeiramente democrático, apesar de a gente saber e compreender o poder dos governantes nos meios de comunicação. Era muito comum o governador do estado nomeado lá pelos militares, como nessa ocasião era o Ari Ribeiro Valadão ligar para o dono do jornal e dizer: Isto não pode sair. E naturalmente não saía. Aliás, gerou, assim, um conflito muito grande no meio jornalístico, o fato do assassinato da Maria Augusta Tomaz e do Márcio Beck Machado.

Nonô – Antes de você entrar nesta parte da história, ficou para trás você falar sobre o outro conselho, o conselho comunitário do jornal.

Pinheiro Salles – O outro conselho... Além do conselho, que eu não diria editorial, mas de redação, porque unia todas as editorias e além disto funcionava o conselho, que eu diria, um conselho popular, comunitário, com lideranças de bairro e isto que era impressionante. O Nova Esperança, que foi um exemplo de combatividade aqui em Goiás, mulheres que se deitaram na rua para enfrentar os tratores que iam

derrubar os seus barracos; tinha uma presença significativa neste conselho, principalmente por meio do Robinho Martins e outras pessoas, lideranças do jardim Nova Esperança e de diversos outros bairros para discutir...

Nonô – Era União dos Posseiros que chamava na época, não era?

Pinheiro Salles – União dos Posseiros Urbanos. Discutiam, pessoas sem qualquer formação acadêmica, discutiam os rumos do jornalismo em Goiás. A gente vê o que significa isto. Evidentemente, para resumir tudo, não houve uma duração muito longa e o jornal começou a enfrentar muitos problemas, eu não sei se era o jornal, se foram os proprietários do jornal que enfrentaram dificuldades financeiras, mas sei que os jornalistas enfrentaram. Não recebia o salário. O salário atrasado e as pessoas naquela ocasião, que faziam o jornal, viviam do jornalismo.

Nonô – Ninguém tinha um segundo emprego, né?

Pinheiro Salles – Ninguém tinha. Cito o meu exemplo. Desculpa, não é nenhuma intenção com malícia, só para entender uma questão concreta. Eu não tinha nenhuma fonte de renda e tinha mulher e filhos, e aluguel e todas as despesas que qualquer profissional, de qualquer família. Se o salário atrasa e não tem poupança e cujas despesas consomem quase que integralmente o salário recebido, como podia sobreviver?

Nonô – Foi nossa experiência conjunta de fazer massa de pão de queijo para vender, né?

Pinheiro Salles – A Laurenice com a ajuda pequena do Wilmar e com a participação da irmã da Laurenice e um sobrinho da Laurenice, compramos uma geladeira e a casa onde eu morava funcionou como essa fábrica de massa de pão de queijo, eu sendo o motorista, fazia a entrega. A pessoa ligava, pegava o endereço e eu ia entregar a massa.

Nonô – A gente colocava a massa numa forma de marmitex e o Pinheiro saía levando. A gente fazia os contatos prévios. Enchia o carro do Pinheiro e ele saía entregando na antiga sede da Caixego, né? Onde tinha muita gente, pessoas conhecidas, com amigas minhas a gente conseguiu um núcleo bom de clientes. E o Pinheiro ia sempre nas sextas-feiras levar e entregar.

Pinheiro Salles – E o nome da nossa fábrica era “Pão de queijo eu que fiz”. Invenção da Laurenice. Mas isso não resolveu o nosso problema e muito menos dos jornalistas que ficavam sem receber os seus salários no Diário da Manhã.

Pinheiro Salles – E foi assim que nasceu uma greve, que não era uma greve de apenas parar de trabalhar, mas acho que foi a greve que teria uma repercussão nacional em qualquer ocasião, em qualquer época. Nós fomos para a porta do Diário da Manhã para bater panela, como as panelas de alumínio, logo elas ficavam todas amassadas, nós providenciamos uma barra de ferro, uma lembrança minha de uma coisa semelhante que existia na ilha presídio do Rio Grande do Sul. Lá a neblina era muito grande e a barca que levava líderes todo dia do continente para a ilha precisava se orientar, então havia uma barra de ferro pendurada numa árvore que os guardas batiam com o martelo durante a manhã naquela barra de ferro que tinha um som estridente que ia longe e a barca se orientava por meio disso. Nós fizemos isso na porta do Diário da Manhã e batendo com o martelo nessa barra de ferro, ninguém conseguia trabalhar lá dentro da redação. Os fura greve. Muita gente continuou lá dentro trabalhando. A internet não existia, mas os materiais elétricos não eram suficientes para a edição de um jornal. E muitas pessoas trabalhavam lá, mas muitos eram os grevistas: Laurenice, os filhos dela, eu, minha companheira, meu filho, minha filha nos braços, nós lá na porta, batendo, aquela barulheira... menino ajudando a fazer barulho. Temos fotografia, né, (?????) e a gente lá na porta do Diário da Manhã quando abria a porta para alguém entrar, o barulho era ensurdecedor lá dentro

e aquilo provocava muito ódio, porque irritava e para nós, a questão fundamental nem era essencialmente a questão política, era uma greve, assim, pela sobrevivência. E isso eles precisariam entender também.

Nonô – E Pinheiro, houve uma interpretação no passado, assim, na história inclusive, de que houve uma ruptura dos jornalistas da terra, locais, contra os jornalistas de fora. Mas eu queria entender e se eu estiver errada, você me corrija também, que não foi bem assim, porque trouxeram jornalistas respeitados, nomes que todos os companheiros admiravam e respeitavam, mas com salários muito altos, enquanto não se conseguia pagar o salário base, o piso, para os da terra. Então, ficou um período com essa divisão, ficou-se entendendo que estava-se com ciúmes e não era nada disso, era uma questão de luta mesmo pela sobrevivência, que os jornalistas daqui, que viviam só disso, precisavam disso para dar o leite pro filho, para comprar remédios. Lembro a Helô, que apresentou a doença e precisava comprar remédio caros e nunca tivemos nada contra, né? Esses outros companheiros que a gente tinha admiração e respeito, teve e continua tendo.

Pinheiro Salles – Isso é mesmo, e eu só acrescentaria, talvez tenha correção de acordo com minha observação, que o salário não era um salário miserável no Diário da Manhã para ninguém.

Nonô – Não, não era. Era um salário digno.

Pinheiro Salles – Era um salário digno. Se essas pessoas, jornalistas, como o Milton Coelho, Washington Novaes e outros conhecidos tinham um salário, eu não sei qual era o salários deles, mas dependendo do jornalista era um salário aceitável, como você disse, um salário digno. E não houve aí essa dicotomia, fora de Goiânia ou de Goiânia, não houve nenhum conflito maior neste sentido. A questão essencial é que pagasse todos da mesma maneira, que todos recebessem porque a gente não tinha como sobreviver sem o salário. Não tinha hotel pago pelo jornal, alguns de fora tinham hotel pago. Não tinha comida, restaurante pago. Não sei todos os outros tinham, mas de qualquer maneira, eu imagino, tirando uma conclusão, que eles precisariam ter todas as condições de morar e trabalhar aqui. A gente não tinha nada disso. E isso levou a uma demissão, segundo o SNI aqui, o relatório sobre minha prisão, minhas lutas políticas, diz aqui que no dia 13 de dezembro de 1983 o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás promoveu uma concentração na Praça Cívica e seguida de passeata até a Praça do Bandeirante. Saíram fotografias, muita coisa... Todo mundo cumpriu um papel importante, o que eu posso dizer de mim é que eu tinha uma ligação assim, com muitas lideranças de bairro, aqui em Goiânia eu já tinha uma ligação grande. E quando o Sindicato promoveu este ato, com antecedência, eu fui a praticamente todos os bairros onde eu tinha contato para que não ficasse uma manifestação de jornalistas, mas de jornalistas e de lideranças populares, sindicais, democráticas, religiosas que apoiavam a nossa luta de jornalista. E eles vieram. Veio o presidente da Fenaj e nós terminamos fazendo um ato muito grande. Eu tenho fotografias de jornais ainda dessa ocasião na Praça do Bandeirante. E terminou algum tempo depois, o jornal faliu e nós ficamos praticamente sem receber os nossos salários. Agora, eu faço questão de frisar aqui que todos os nós, inclusive eu, só com três anos em Goiás, nunca recebi tanta solidariedade até hoje na vida, porque não posso dizer que esta foi a maior, mas já no dia seguinte, o dono de uma rádio aqui, Iberê Monteiro... a rádio se chamava... hoje Rádio Clube, não.. é.. Rádio Cidade. No dia seguinte eu recebi um telefonema dele. “Pinheiro, você não me conhece, eu sou aqui o proprietário da rádio tal, você poderia passar aqui. Eu gostaria de conversar com você?”. Então, tudo bem, fui lá. Ele me recebeu de uma forma assim que me comoveu. E falou: Olha, você vai trabalhar aqui na rádio, você foi demitido do Diário da Manhã. E eu falei: Não...não sou radialista, não tenho nenhum.... E ele falou: Não precisa. Você tem experiência, o trabalho aqui e aproveita o seu tempo para estudar e no final do mês você passa aqui, pega o seu salário, o mesmo salário que você

recebia no Diário da Manhã. Você recebe e a gente vai aproveitando você como possível. Eu falei: Olha, Iberê, eu não vou me comprometer com você, te agradeço muito, mas como a gente está discutindo coletivamente, são muitos outros companheiros profissionais que estão nesta situação. Então, depois eu volto aqui. Mas foi uma coisa, assim, emocionante. Nesse mesmo dia, o Carlos Alberto Sáfadi, que era editor do Diário da Manhã, editor geral do Diário da Manhã, convocou todos os demitidos para uma reunião na casa dele, ali no chamado Bairro Popular. Eu não me lembro bem se o apartamento dele era na Rua 68 ou numa outra entre a rua 68 e Avenida Goiás, eu tenho dúvida disto.

Nonô – Era na Rua 70, justamente entre a Rua 68 e a Avenida Goiás. Edifício Las Palmas, acho que era esse o nome.

Pinheiro Salles – Eu sei que ele convocou, ele não demitido, convocou todos para uma reunião na casa dele. Ele que não era demitido. Deixa eu falar uma coisa antes de falar da reunião. O João Só, que era o diagramador do Diário da Manhã me procurou e disse: Primeiro eu vou conversar com o Batista Custódio e você não pode ficar nesta relação de demitidos porque eu conheço a sua situação. Eu falei: Olha João, eu agradeço, mas não dá. Eu não teria condições de voltar para o Diário da Manhã. Tem os outros e eu te agradeço muito, mas não tenho condições de voltar. E ele falou: É... Batista disse que te respeita muito, mas que você tem um defeito mesmo dos petistas. São contra os patrões e você é falso. Você conversa bem. Você é falso. E isso o Batista falou. Você conversa muito, com patrão, com todos, mas você está é do lado dos trabalhadores. Os patrões não podem confiar em você. Eu falei: Ih, rapaz, se eu sou falso, é há muito tempo, porque eu não vou mudar não. Vou continuar assim. Te agradeço muito.

Nonô – Eu tinha te pedido para explicar o funcionamento do Conselho Comunitário e você estava começando a contar a história, que agora acabou ficando para trás. Ela inclui neste momento também, que é a história da cobertura do assassinato dos jovens Maria Augusta e Márcio Beck, você tinha começado a contar. Eu queria que você voltasse para contar essa história, como aconteceu, porque é a história que coincide com mais esse momento.

Pinheiro Salles – Eu falei dessa reunião, do Iberê, do João Só, o Carlos Alberto Sáfadi, eu vou me referir a eles.

Nonô – E o Antônio Augusto Paz, como era, o Gugu, parece que era... não sei se era...

Pinheiro Salles – Estou tentando lembrar o primeiro nome dele...

Nonô – Luis Carlos Rodrigues da Paz. Não, Luis Augusto Rodrigues da Paz.

Pinheiro Salles – Mas quando chegamos à reunião na casa do Sáfadi, quando ele abriu a reunião que ele coordenou com muitas pessoas presentes, ele falou: Antes da gente começar, eu quero dizer para o Pinheiro aqui entregar o apartamento em que ele mora, porque eu já conversei com a Dalva, já desocupamos um quarto para ele vir morar aqui a partir de amanhã. Mais uma vez eu tive sorte, de agradecer a todos e de felizmente não precisar do que me foi ofertado por estas pessoas todas.

Nonô – Sem contar o sofá da minha casa que você dormia de vez em quando, direto...

Pinheiro Salles – Laurenice e Wilmar foram mais que qualquer irmão nesta ocasião. Só para dizer um exemplo. Vou citar um exemplo do Wilmar. Em 1982 eu fui candidato a deputado estadual, nós éramos do núcleo Herzog, que reunia jornalistas e outros profissionais da imprensa. O Wilmar tinha uma Brasília verde, eu não tinha carro. Chegou para mim, entregou a Brasília e falou: É para sua campanha. E ia trabalhar de ônibus, de táxi, a pé, de todo jeito, porque a Brasília dele, ele me entregou para fazer a campanha. E só devolvi

depois da eleição. Então, é pouca gente que tem esse comportamento assim que vai até as últimas consequências. No Diário da Manhã, veio de São Paulo, trabalhar aqui o Antônio Carlos Fon, que eu conheci em São Paulo, porque ele é irmão do Aton Fon Filho, irmão da Celeste, ambos, a Celeste tinha sido presa, e naturalmente visitava o irmão, o Aton Fon Filho, que a gente chamava de chinês maluco, e que teve tuberculose na cadeia e me obrigando a falar: Porque esse desgraçado deste tuberculoso não morre logo, fica enchendo o saco da gente aí. Se ele morresse seria bom. O Fon, irmão dele, o visitava toda semana e o Fon tinha....o Antônio Carlos Fon, o Fonzinho, porque o outro era o Fon, eu conheci o pai deles, o velho chinês Aton Fon, pai da celeste e dos irmãos Aton e Antônio Carlos. Então conhecia dessa ocasião. Veio trabalhar aqui e com ele veio também uma jornalista, Marta Regina, e os dois que tinham uma ligação, assim, com esta questão de direitos humanos, de presos políticos, de violência, de tortura... Aliás, o Antônio Carlos Fon tem um livro pequeno, de poucas páginas, chamado A Tortura, que foi um livro importante, publicado pouco antes dele vir para aqui. E o Antônio Carlos Fon, o Fonzinho que me desculpe que eu abri isso aqui, mas eu sei que o livro foi escrito, assim, em sua maior parte pelo irmão dele, o Aton.

Nonô – Descrevendo as torturas que ele próprio sofria.

Pinheiro Salles – O Aton Fon Filho. Porque o Fonzinho também foi preso, mas o Aton Fon Filho foi preso muito tempo, porque tinha feito treinamento de guerrilha em Cuba. Nós temos até uma fotografia no presídio da Justiça Militar Federal de São Paulo. Tem até neste livro. Reunimos as pessoas, com penas superiores a 30 anos. Neste tempo, eu com todas as reduções das penas, e revisões que no STM – Superior Tribunal Militar – e STF – Supremo Tribunal Federal – nesta ocasião eu estava condenado a 53 anos e alguns meses. (Ele vai identificando as pessoas na foto – eu aqui, o Fon, aqui junto de mim, nesta outra foto está o José Porfirio) Então, esta é a foto que nós tiramos no presídio da Justiça Militar Federal, só pessoas condenadas a mais de 30 anos, inclusive dois condenados a pena de morte, ... Lucena e Diógenes Sobrosa de Souza.

Nonô – Continua contando a história da Maria Augusta e do Márcio Beck para deixar registrado...

Pinheiro Salles – Então, nesta ocasião, o Fonzinho, trabalhando no Diário da Manhã com a Marta Regina, eles pegaram informações com o Luiz Eduardo Greenhalgh que havia sido presidente do Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, também meu advogado, que escreve um prefácio em um dos meus livros, então o Fon decidiu investigar o assassinato e o desaparecimento da Maria Augusta Tomaz e do Márcio Beck Machado aqui em Goiás e localizou a sepultura deles numa fazenda entre Rio Verde e Jataí, e ia publicando as matérias no Diário da Manhã e o Diário da Manhã oferecendo todo o espaço para as matérias do Fon, com a participação da Marta Regina e do, um jornalista de Goiás, o Hamilton e um outro que depois eu me lembro o nome, estes daqui de Goiás que participaram destas reportagens. Quando eles descobriram o local da sepultura, que foram lá para abrir a sepultura e para encontrar os restos da Maria Augusta Tomaz e do Márcio Beck Machado, a repressão daqui de Goiás, ainda neste tempo, por volta de 1983, eu tenho estas datas todas. A repressão foi lá e desapareceu com os restos mortais todos. Quando os jornalistas chegaram lá, estavam só...encontraram ainda alguns dentes e botões de roupas das pessoas e isso foi publicado. O Antônio Carlos Fon foi a São Paulo, descobriu lá uma pessoa que havia sido um ex-presos político que conheceu e foi coagido aqui e foi ele que informou, na tortura, para a repressão, onde estavam na clandestinidade o Márcio Beck e a Maria Augusta. E então o Fleury, o Fleury daqui de Goiás, o capitão Fleury.

“Eu tinha 18 anos, em 1964. Eu havia deixado a lavoura. Eu sou retirante nordestino. Nossa família se mudou para Goiás em 1952 procurando um lugar que chovesse e moramos no interior de Goiás, em Buriti Alegre, Anicuns e posteriormente, Mozarlândia. Nós fomos fundadores de Mozarlândia. E Mozarlândia era um lugar muito isolado. Quando eu completei 15 anos, era semi-analfabeto. Aí... era mês de dezembro quando eu completei 15 anos. Eu sou do dia 15 de dezembro e dois irmãos meus mais velhos, eu sou o do meio. Os dois mais velhos já estavam em Goiânia trabalhando e estudando. Então, eu fui mandado pra Goiânia. Eu andei mais de dois dias, dois dias e meio a cavalo até o lugar onde eu tomaria o ônibus. E pela primeira vez eu vi asfalto na rodovia de Anápolis para Goiânia quando eu já tinha 15 anos. Eu estou falando isto, porque você pediu para eu me situar, mas também para vocês entenderem que aos 18 eu não tinha como ser comunista. Eu agia intuitivamente. Eu vim de uma situação de humildade, de pobreza e seria estranho se eu estivesse começando a entender a política e já fazendo a opção pelo lado dos ricos, né? Eu acho que não existe nada mais ridículo do que pobre de direita. É uma coisa ridícula. Então, eu fico até feliz hoje de constatar que eu estava do lado que eu considero certo. Então o que eu fazia? Eu batia palmas em comícios de estudantes.

Havia um movimento muito forte nesta época. As coisas eram muito defendidas. Logo eu me tornei presidente do grêmio do ginásio que eu estudava...

Nonô – Qual o ginásio?

Valterli – Era do Senac. O Senac que ministrava aula ginasial. Então, era o Grêmio Visconde de Mauá. E o Senac era lá no Setor Universitário, onde é o Sesc hoje, era Sesc/Senac. Então primeiro eu fui presidente do grêmio, depois eu fundei um jornalzinho mimeografado lá na escola, chamado A Gralha. A gralha é um pássaro que faz barulho e as primeiras férias que eu fui pra Mozarlândia...

Nonô – Que o Henfil usou como símbolo também...

Valterli – Usou também, né? Então, eu nas férias que fui à Mozarlândia... As primeiras férias que fui à Mozarlândia, eu me encontrei lá com o velho Isac Machado de Aquino, um cearense, analfabeto, mas muito inteligente. E ele vivia lá com um rádio, daqueles que enfiavam um fio no chão. Aí ele perguntou o que eu estava fazendo e eu contei que estava estudando no ginásio, que estava trabalhando no Hotel Bandeirante. Eu carreguei mala no Hotel Bandeirante durante algum tempo. Fui ascensorista de elevador, muitas vezes em 1961 eu fui ascensorista do ex-presidente Juscelino, conversava com ele. Quando ele fez a campanha para o senado em 1961, foi eleito senador. Eu subia e descia com dona Sara e as meninas, a Marcia e a Maristela. Bom, aí eu estou de férias lá em Mozarlândia e falei pro velho Isac, eu contei o que estava fazendo aqui, era meu amigo, trabalhamos juntos na medição das terras devolutas na margem do rio Tesouras, aquilo não tinha nem posseiros. Então, trabalhei nisso lá, peguei uma maleita lá nessa época. E era meu amigo o velho Isac e eu conversando com ele, falei: “Fundei lá o jornal, chama-se A Gralha e ele disse “espere aí um pouquinho. Eu to ouvindo a rádio Mayrink Veiga e estão falando muito nesta tal de reforma gralha” Foi o que o velho Isac me disse.

Nonô – Reforma gralha... (risos)

Valterli – Então, quando veio 1964, quando veio o 31 de março, eu curiosamente já sabia que ia acontecer um golpe no país, porque aos 17 anos eu fui recrutado pela Polop. Polop era uma organização chamada política operária. Não era assim uma coisa revolucionária, era um entidade, pela visão que eu

tenho. Não sei se eu absorvi bem o que presenciei na Polop, das reuniões que eu participei... Ela era uma entidade teórica, né? De estudos. Posteriormente eu fiquei sabendo, por exemplo, que o ex-ministro Sérgio Mota foi da Polop, a presidenta Dilma Rousseff foi da Polop em Minas Gerais, e eu fui naquela época de 1963 para 1964. Eu era membro da Polop. Então, nós recebíamos aqui para reuniões em fins de semana, pessoas bem informadas. Eu me lembro bem de um jornalista do estado de São Paulo, do jornal O Estado de São Paulo, que veio um mês antes do 31 de março, no primeiro de abril. Ele veio fazer uma palestra pra nós sobre o quadro político nacional. E ele disse: a coisa vai estourar aí breve, mas só que a visão dele era de que a esquerda seria vitoriosa, porque estavam preparados.

Renato Dias – Quem era o jornalista?

Valterli – Eu não me lembro o nome do jornalista – né? - faz tanto tempo. Eu não gravei o nome dele nem na época. Eu sei que era um jornalista, um repórter importante, bem informado. Então, eu sabia ...

Renato Dias – E o Juarez Guimarães de Brito, não era da sua época?

Valterli – Não, eu me reuni muito com ele, com a Maria do Carmo Brito, a mulher dele, era desse grupo nosso aqui em Goiânia, fazia parte.

Renato Dias – Quem mais?

Valterli – A Zelini, que foi quem me recrutou, vem a ser a mãe do André Singer, que foi porta-voz do Lula. Ela era técnica da Secretaria de Educação do Governo Mauro Borges. Ela era uma técnica qualificada da secretaria de Educação, porque o governo Mauro Borges tinha uma vertente de esquerda e ela fazia parte desta vertente. Então, eu sabia que ia acontecer... Eu trabalhava nesta época, eu havia sido contratado pelo Cerne (Consórcio de empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado), pra fazer revisão, eu era revisor do Diário Oficial. Um lia na frente do outro pra corrigir erros que vinham da linotipo. Era composto na linotipo. E o Diário Oficial nesta época, tinha uma parte noticiosa. A primeira e a segunda páginas eram noticiosas e a penúltima e a última continham notícias geralmente das atividades do governo Mauro Borges nesta época, né? A gente sabia que ia acontecer no dia 31 de março ou no dia 1º de abril. Então, era uma realidade, o país estava ali... Quais eram as primeiras notícias? Eram que o governador Mauro Borges estava no Rio, junto com os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda; do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, e de São Paulo, Adhemar de Barros, estavam encarregados de fazer a indicação de um nome para ser o novo presidente da República. Então, esses quatro governadores, não sei se fizeram a indicação ou se posaram na foto pra anunciar o nome que, com certeza, foi escolhido pelos próprios generais. O Castelo Branco é claro que foi escolhido pelos próprios generais. Bom... o que acontecia em Goiás nesta época?

É preciso a gente rememorar um pouco sobre as origens do golpe de 64. Os militares brasileiros sempre tiveram vontade de assumir o poder, por uma razão ou outra, porque eles tinham, talvez, um projeto para o país, porque eles achavam que eles achavam que os políticos eram corruptos. Então, eles tentaram dar esse golpe dez anos antes, em 1954. Quando o Getúlio Vargas deu um tiro no coração, a multidão que estava no Rio de Janeiro pedindo a queda do presidente, esta mesma multidão passou a chorar a morte do presidente. Então, o golpe não pôde ser dado naquele momento. Tentaram a não posse do Juscelino, aí era... essas forças foram surpreendidas em agosto de 1961, sete meses depois da posse de Jânio Quadros, pela renúncia do presidente. O presidente certamente bebeu uns goles a mais e renunciou. Eu me recordo dos foguetes em Goiânia, alguns foguetes. E a gente saiu perguntando, foguete por que e tal? Não, o Jânio renunciou.

O Jango, vice-presidente, se encontrava na China em viagem oficial e os militares acreditaram que aquele era o momento. Eles não estavam preparados, no entanto, eles foram pegos de surpresa com a renúncia do presidente. Então, houve a negociação que todo mundo conhece, para implantar o regime parlamentarista. Aconteceu que nesta época, quando os militares tentaram dar o golpe, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, liderou um movimento, ele implantou lá uma cadeia de rádio e foi conversando com outros governadores e ele conseguiu rapidamente a adesão a este movimento junto com o governador Mauro Borges.

Então, o governador Mauro Borges ficou contra o golpe de 1961. Ficou contra o golpe. Passado isso aí, foi implantado o parlamentarismo, a negociação que implantou o regime parlamentarista e o governador Mauro Borges, por ter participado deste movimento, esperava uma recompensa para Goiás, financeira mesmo, recursos para a implantação de infraestrutura no estado e até recompensa no campo político, provavelmente a indicação por ele, de um dos ministros do novo governo. Goiás, até então, tinha tido só um ministro de estado, no começo do século XX, foi Leopoldo de Bulhões. Leopoldo de Bulhões era um financista, e foi um ministro forte. Ele foi ministro de dois governos no início do século passado. Ele tinha sido chefe do estado, o principal chefe do estado por muitos anos, perdeu a liderança para o Totó Caiado. E teve que sair de Goiás porque não havia espaço político pra ele e foi morar em Petrópolis e acabou se elegendendo vereador várias vezes em Petrópolis e se elegeu prefeito da cidade de Petrópolis, já quando estava idoso.

Então Goiás queria ter um ministro de estado. Qual estado que não quer? Só tinha tido um. Era um estado, politicamente, periférico. Em 1930 contava com menos eleitores que Sergipe, pouco mais de 30 mil eleitores existiam em Goiás em 30. Então, politicamente era um estado periférico e o governador Mauro Borges aspirava, é claro, indicar um ministro. Aconteceu que no regime parlamentarista, o chefe do governo é primeiro-ministro. O primeiro-ministro na época foi o Tancredo Neves, o primeiro-ministro foi o Tancredo Neves, depois outros o sucederam, o Hermes Lima foi primeiro-ministro; o Brochado da Rocha, do Rio Grande do Sul foi o último primeiro-ministro. E voltou ao presidencialismo. Então, nas negociações para a indicação de um ministro, tocou um ministério.. o Ministério da Justiça para o PSP, Partido Social Progressista, indicar o ministro da Justiça. O PSP indicaria o ministro da Justiça. O chefe nacional do PSP era o Adhemar de Barros, governador de São Paulo. Aconteceu que o PSP não tendo outros nomes, outro nome, é... mais qualificado..., achou de indicar o Alfredo Nasser, portanto um adversário político de Mauro Borges. O presidente Jango ligou, Tancredo Neves ligou, querendo consultá-lo se ele aprovaria o nome de Alfredo Nasser. E evidente que ele não tinha como dizer que não apoiava um ministro “não goiano” para Goiás”.

Então, aconteceu que foi indicado um adversário dele. Com isso, o governador Mauro Borges ficou distanciado do presidente Jango e cultivando uma certa oposição ao presidente, do que se aproveitaram as forças de oposição à ele, da direita, a mais à direita de Goiás, a UDN, o próprio PSP, as oposições ao ludoviquismo, elas estavam se articulando para um acordo com o Jango visando as eleições de 1965.

Então, estavam fazendo uma aliança com o Jango, enquanto o Mauro estava contra o Jango, quando acontece o 1º de abril. Então, o governador Mauro Borges não teve maiores dificuldades em apoiar o golpe. E fez com muito prazer e com muitos manifestos de apoio e começou a mandar prender gente, companheiros dele, inclusive, fichar gente no Dops estadual...

Renato Dias – Quem foi preso, no golpe, por Mauro Borges em Goiás, num primeiro momento?

Valterli – Doutor José Póvoa Mendes, um médico

Pinheiro Salles – (não dá pra entender o que ele fala porque ele e o Valterli falam juntos)

Valterli – Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Goiás foi um ...

Pinheiro Salles – Até porque (.....????) a repressão em Goiás foi mais intensa durante o governo Mauro Borges. Você poderia confirmar ou negar isto?

Renato Dias – No governo Mauro Borges, quem foi perseguido e preso?

Valterli – Não... foram... ele demitiu juiz de direito, com base no Ato Nº1, certo? Que ele demitiu uma juíza de sobrenome Vianeia (????), não me recordo agora, ela chegou a ser desembargadora, com a Anistia, e foi uma juíza que foi demitida. E ele tinha poderes pra isso. O Ato Institucional, não era o Ato 1, era o Ato Institucional chamado de 9 de abril de 1964, permitia aos governadores aplicá-lo, demitindo, aposentando, e ele fez isso com dezenas de pessoas. Essas pessoas foram anistiadas agora recentemente. Muitas delas foram anistiadas e o estado remunera essas pessoas que requereram, por uma lei do governador Marconi Perillo. Eu fiz parte da comissão que julgou os processos. Então, muita gente que foi, apresentou as provas lá. O próprio Mauro foi beneficiado pela lei.

Renato Dias – Foi instalado primeiro um IPM...

Nonô – É, porque depois teve a outra fase, que ele virou vítima também.

Valterli – O Mauro instalou...

Renato Dias – Um IPM, né?

Valterli - Não, o Mauro instaurou não foi propriamente um IPM, ele instaurou uma Comissão chamada comissão de... de apuração....

Renato Dias – CVI, não?

Valterli – De apuração nos meios administrativos de política do estado, qualquer coisa assim. E eu depus perante essa comissão, porque eu era funcionário do Cerne e eu fui um dos que foi demitido. Então, era uma comissão da qual faziam parte quem? Membros da associação comercial, procuradores de estado...

Renato Dias – Era uma caça às bruxas?

Valterli – Era uma caça às bruxas, era uma caça às bruxas...

Renato Dias – E quem foi demitido nessas?

Valterli – Olha, foram dezenas de pessoas demitidas como funcionário público. Vou te dar um exemplo, o João Batista Scarioti (ou seria Carioca), que era do gabinete do Mauro, foi demitido da condição de procurador da Assembleia Legislativa, mas foram dezenas de pessoas. Quem procurar os arquivos da Comissão de Anistia de Goiás vai encontrar essas pessoas que apresentaram lá, exatamente, documentos, decreto do Mauro demitindo-as. Eu sou um dos ..

Renato Dias – Jornalistas ...

Valterli – Eu sou um dos que foram demitidos e sou muito grato ao Mauro Borges e digo isso porque tenho raiva não, to contado porque é verdade. Eu sou grato à ele, porque isso eu contei muito tempo e fui anistiado pelo Ari Valadão com base na Anistia de 1979, e contei mais de 20 anos. Eu estou aposentado há muito tempo graças também ao Mauro Borges que me demitiu, né? Então, quando você é jovem, tudo que acontecer aparentemente ruim, acaba sendo bom. Eu não tive nenhum problema de ter sido demitido, porque

aí é que eu me tornei jornalista. Eu era revisor, como eu disse à vocês. Aí, fiquei desempregado e me apresentei à Folha de Goiáz, um jornal da época e a Folha de Goiáz me contratou ainda em 1964, no final do ano, como repórter policial. Fui contratado como repórter policial.

Renato Dias – Jornalistas foram atingidos por esse decreto do Mauro Borges?

Valterli – Olha, não só... eu sou um, era revisor, e era considerado jornalista e fui atingido, mas tiveram outros que foram atingidos.

Renato Dias – Como?

Valterli – Teve jornalista que foi jogado pela janela do Palácio por jagunços dele.

Renato Dias – Qual o nome dele?

Valterli – Walder de Goes. O Walder de Goes, correspondente do Jornal do Brasil.

Renato Dias – Quem mais?

Valterli – Foi defenestrado, vamos por assim dizer. Então, houve claramente perseguição, porque os jornais...

Renato Dias – O que foi a perseguição ao 5 de Março, ao Batista Custódio? Ele ficou preso oito meses e meio, né?

Valterli – Primeiro eu quero dizer...

Pinheiro Salles – Vamos terminar de falar de ...

Valterli – Primeiro quero dizer o seguinte, os jornais, empresas de Goiás, podiam até não dizer de público, não publicar isso, mas tinham restrições profundas ao Mauro Borges. Por quê? Porque o Mauro era tido por eles, pelos empresários, como estatizante. O Mauro montou, eu trabalhei neste jornal também como revisor, o Diário de Goiás. Um jornal para concorrer com os outros, um jornal comercial. Para concorrer com os outros jornais, o Diário de Goiás. Ele contratou jornalistas importantes ...

Nonô – O Diário Oficial, deixou de .. virou um jornal

Valterli – Não, ele mudou o Diário Oficial, só que ele deixou de ser noticioso. Ele montou um jornal.

Nonô – Tá, aquele caderno que funcionava dentro, que era impresso dentro do jornal, no Diário Oficial com notícias, acabou virando um outro jornal?

Valterli – Deixou de existir, virou um jornal propriamente, o Diário de Goiás. Um jornal bancado pelo Estado...

Nonô – Bancado só não, do Estado mesmo.

Valterli – Do Estado ...

Nonô – Bancado ...

Renato Dias – Com redação própria?

Valterli – Com redação própria e com bons jornalistas. É.. o Jorge (??? Demar) Moreira de Araújo veio na hora trabalhar neste jornal. E ele trouxe jornalistas de fora e tinha bons jornalistas daqui. O Jader Godinho era desse, o Hélio Rocha, o Reinaldo Rocha, trabalhavam no jornal. Então era um jornal que atrasava muito, porque o Mauro comprou, o governo comprou uma rotativa velha que tinha sido do Estado de São Paulo, e essa rotativa dava muito defeito. Era lá na Vila Nova, onde é o CAT, Centro Administrativo do (?????) Não consegui entender)

Nonô – Onde posteriormente foi o Cerne...

Valterli – Eu trabalhei ali e várias vezes eu vi o sol nascer, a noite inteira trabalhando lá. O chefe da gráfica de Goiás era o Washington Barbosa, um comunista de Anápolis. O superintendente deste complexo todo era o Fernando Cunha e depois veio a ser deputado federal por 20 anos e morreu recentemente como secretário do governador Marconi Perillo. Então, os jornais empresariais aqui não tinham restrições ao governador, mas não viam o governador com muita simpatia não. E Goiânia naquela época tinha mais jornais diários do que hoje. A Universidade Federal tinha um jornal bom chamado Quarto Poder. E havia outros jornais de empresários, de tiragem pequena, mas tinha o Jornal do Dia, do Lisandro Vieira da Paixão. Então havia... Tinha o Diário do Oeste. O Diário do Oeste era lá na Anhanguera de frente onde é o HGG hoje, tem qualquer coisa da Unimed lá hoje. O Diário do Oeste era do Valdemar Gomes de Melo. É..o Valdemar, quando veio aí o trinta, o 1º de abril, vamos dizer assim, aconteceu que a UDN, colhida de surpresa, porque ela estava se aliando era ao Jango. A UDN era das oposições ao Mauro... elas começaram a se rearticular: “Nós é que temos que mandar nisto aqui”. Aí começaram a conspirar contra o Mauro, para derrubar o Mauro. E compraram o Diário do Oeste para fazer a campanha contra o Mauro. O Diário do Oeste foi vendido para o Emivaldo Caiado, basicamente e fez um trabalho, assim, violento de oposição para preparar o terreno para a queda do Mauro Borges. Então, foi isso que aconteceu entre 1º de abril e 26 de novembro de 1964. Foi uma campanha muito forte para derrubar o Mauro Borges. Essa campanha foi crescendo, foi crescendo... Eu, há poucos anos, há uns quatro anos, por aí, eu recebi no nosso escritório de advocacia, eu faço parte de um escritório, recebi a visita do ex-governador Ari Valadão. E uma conversa longa, ele jogando conversa fora, ficamos só os dois conversando, e eu fiz uma pergunta: Quem é que mandou fazer aquele atentado contra o capitão Carvalho Coutinho? Capitão ... Romildo? Não é o Romildo, é irmão do Romildo.

Eu vou lembrar o nome dele, mas o sobrenome é Carvalho Coutinho. O Ari Valadão, ex-governador, do alto dos seus 90 anos, ele apontou o dedo para a própria cabeça e disse: Aquilo ali saiu dessa cabecinha aqui. O capitão morava no Setor Sul e o carro dele foi alvejado à boca da noite quando ele ia chegando em casa. O carro dele foi alvejado, repercutiu muito. Então, o objetivo era atribuir ao Mauro Borges a morte do capitão. Aníbal de Carvalho Coutinho. Eles queriam atribuir ao governador, então o deputado Ari Valadão, da UDN, era um forte opositor ao Mauro e ele mandou fazer o atentado, ele não fez pessoalmente. Mas aí eu perguntei: Mas aquilo era para passar um susto? E ele falou: Não, não, meu atirador é que atirou mal, era pra matar mesmo. Foi o que ele me disse e hoje já não é mais novidade, porque ele fez um depoimento para o Batista Custódio. Vamos ver se o Batista pretende publicar... Ele contou para outras pessoas, mas a primeira pessoa que ele acabou contando foi realmente a mim lá no escritório, numa conversa normal, à noite. Então, ele, nesta mesma conversa, ele disse que sabia que o Mauro, teria..., estaria preparando também a morte dele, Ari Valadão. Então por isso que ele teria tomado esta providência, certo? Então, as coisas se desenrolaram desse jeito aí até que... até que no dia 26 de novembro aconteceu a intervenção federal em Goiás. Vale dizer que Goiás foi o único estado onde aconteceu a intervenção federal. No Pernambuco que tinha um governador confessadamente de esquerda, o Miguel Arraes. O Miguel Arraes tinha um vice-governador que era um usineiro rico. Esses acordos são sempre feitos. Recentemente o Jarbas Vasconcelos tinha como vice-governador um elemento do PFL, o Mendonça Filho.

Então, esses acordos fazem para complementar votos. Então no Pernambuco quem assumiu o governo com a queda do Arraes? Foi o vice-governador, um usineiro de sobrenome Guerra.

Nonô – Não houve intervenção...

Valterli – O único estado que houve foi aqui, porque houve cassação imediata dos governadores do Amazonas, Gilberto Mestrinho; Alberto do Carmo, do Pará, O Seixas Dora...

Renato Dias – O Brizola...

Valterli – O Leonel Brizola não foi nem cassação, ele saiu.. ele teve que desaparecer num primeiro momento, ele teve que desaparecer... Ele foi pro Uruguai, né? Ele... há várias versões sobre a maneira como ele desapareceu, de como ele fugiu e tal, mas acho que foi num pequeno avião e tal, e aterrisou no Uruguai, né?. Eles pretendiam matá-lo se o alcançassem, né? O Arraes não, foi preso, levado para a ilha de Fernando de Noronha, pediu autorização durante o depoimento ao general pra fumar. A permissão foi dada. Ele era um fumante inveterado, né? Mas então, o estado de Goiás é um estado sofrido, né? E eu acho que pelo seguinte, primeiro, nos primeiros dias de abril de 1964, os perseguidos não tinham pra quem socorrer. Pedir socorro a quem? O governador era um revolucionário, e os opositores do governador queriam provar que seriam reerguidos a revolucionários. Então, não havia a quem pedir socorro, era um estado sofrido. Depois, a própria intervenção no estado aumentou esse sofrimento para a população. Então, foi isso que realmente o que aconteceu. Você (se referindo ao Renato) me perguntou a pouco?

Renato Dias – Eu perguntei sobre a prisão, a tentativa de fechamento do 5 de Março e a prisão do Batista Custódio, foi em 1964, não foi?

Valterli – Foi. Ele foi preso, foi preso no Cepaigo por muito tempo.

Renato Dias – Porque foi a prisão? Qual foi a motivação? Foi política?

Valterli – Veja você, o Batista não é comunista, é claro, nunca foi comunista. Mas ele fazia oposição ao governo do Mauro Borges, através do 5 de Março porque ele era muito ligado aos adversários do Mauro Borges.

Nonô – Ele era parente ...

Valterli – Do Alfredo Nasser e o Alfredo Nasser protegia ele. Agora você pode perguntar porque não aconteceu nada de mais sério com ele. Também porque ele tinha o apoio do Alfredo Nasser, e de outros políticos, ele tinha o apoio, então... Por exemplo, o Alfredo Nasser recomendou ao capitão Marcos Fleury, que foi muito forte em Goiás nesta época, na repressão, recomendou: Proteja o Batista. Proteja o Batista Custódio. Não deixa acontecer nada com ele. Então, havia uma proteção à ele também. Se você for pegar a ficha do Batista no SNI, eu nunca vi a ficha não, mas você vai encontrar coisas assim, de elogia a ele. Mandado por quem? Pelo capitão Fleury. É um jornalista que sempre combateu a corrupção. Então, ele era elogiado.

Renato Dias – E quem bancava o jornal?

Valterli – Rapaz, o jornal, ele tinha umas ajudas para o jornal, mas o jornal tinha uma vendagem muito grande. Na segunda-feira você saía nas ruas e via muita gente lendo. Então, vendia muito. Sempre saía com denúncias e o povo naquela época gostava de denúncia, como gosta até hoje, mas naquele estilo talvez não funcione mais, né? Eu acho que ele cumpriu o papel num determinado tempo, né? Então, acho que cumpriu o papel naquele tempo. Então, o Batista muito ligado às oposições, ele tinha esse apoio, porque se fosse eu, se fosse você, fazendo aquilo, seríamos desaparecidos, mas eles queriam fazer isso com ele e não conseguiram porque ele tinha, havia uma resistência aqui...

Pinheiro Salles – Quem é que protegia mesmo o Batista?

Valterli – O Alfredo Nasser. Mas deixou recomendado para o capitão Fleury, mas deixou recomendado para o capitão Fleury que era o chefe da polícia federal em Goiás. Olha, cuide bem dele.

Renato Dias – Aí depois virou padrinho, compadre do Batista, virou amigo...

Valterli – São compadres, são amigos ... É, o Batista tem amizade de todos os lados, ele tem amigos em todos os lados. Ele tem um outro tipo de visão do mundo, não é a visão do comunismo, do esquerdismo, é uma outra visão, certo? Ele é um sujeito que usava as forças do próprio governo, ele faturava no governo Leonino, por exemplo. Faturava, mas para usar o jornal para dizer as verdades que ele queria dizer. Ele é um desafiador. Eu me recordo que certa vez, tinha um suplemento chamado Café de esquina no 5 de Março e como naquela época havia muita promoção como As 10 mais elegantes...

Nonô – Paulo Gonçalves era o responsável.

Valterli – Era um dos responsáveis lá, acho que era um dos chefes lá. E o Batista tinha um colunista chamado Jota Silvestre.... Não, era Jota Silvestre.

Renato Dias – Jota Bastos ou Marcos (Não entendi)

Valterli – Não, não...Jota Marcos não

Renato Dias – É o Jota Marcos vem depois.

Valterli – Eu não lembro, vou lembrar depois. Era um colunista que depois foi embora daqui. O Batista que fez a matéria, mas o colunista assinou. As 10 nomes mais bonitos de Goiás. Então ele botou o prefeito de Goiânia, Manoel dos Reis; segundo o texto era um homem com olhar eletrizante e tal, e botou entre os mais bonitos o Leonino, o governador. Leonino ligou pra ele e disse: Batista, não faz uma coisa dessa, como você faz isso comigo rapaz. Aí o Batista falou, Oh Leonino, veja o que é uma ditadura, a gente não pode nem chamar um governador de bonito. Aí a coisa virou brincadeira,né? Então, ele gosta de ver as coisas ditas. Eu vou dar aqui um exemplo pra vocês de que eu participei, porque posteriormente eu fui trabalhar lá. Vou dar aqui um exemplo, acho que vocês estão gostando destas revelações, né? Muita coisa de folclore e eu não sei se vai dar tempo de fazer tudo hoje, mas é o seguinte. Eu falei pra vocês, antes da entrevista, que tinha um preso, não sei se foi durante a palestra aqui, um preso, um polonês chamado Paulo Gutí. Já foi gravado isto?

Nonô, Pinheiro e Renato – Não. Foi antes

Valterli – Quando estive preso em 1964, em julho de 64, no 13º, nós éramos 30 presos, era tempo de férias, então numa sala de aula de filho dos sargentos, então um dos presos, um polonês chamado Pawel, traduzido era Paulo Gutí, traduzido era Paulo Gutí, um polonês. Era um elemento de muita inteligência. É... ele era poliglota, falava uns 8 a 10 idiomas, tinha muita coisa na cabeça e viva em Goiânia humildemente de aulas particulares de idiomas que ele dava em domicílio e prenderam-no porque era polonês. Não tinha nada de comunista, ficou junto comigo e a gente conversou muito. Eu acho que ele nem sabia direito porque estava preso, mas como queriam derrubar o Mauro Borges, os militares queriam derrubar o Mauro, tinham raiva dele porque não apoiou a não posse do Jango em 1961, então esse polonês foi usado e divulgado nacionalmente que ele seria um espião polonês...

Nonô – espião russo, virou russo

Valterli – Mas ele era polonês e que ele estava preparando um contrabando de minérios de Goiás, esses minérios que servem pra energia atômica, como é o nome dele? Alguém fala mas não dá pra identificar quem é – Urânio...

Valterli – Que ele estaria procurando, preparando o contrabando de urânio goiano e tal, então ele foi usado para derrubar o Mauro. E o Paulo Guto foi dos que foram torturados na prisão. O comandante do quartel era o coronel Danilo Dassi (??) da Cunha e Melo. Anos depois, eu trabalhando no 5 de Março, e o coronel integrando uma lista de governadoriáveis. Quando se aproximava o tempo de escolher o governador, muitos queriam ser, os caras que nunca foram síndico de prédio, mas a escolha vinha de Brasília, né? Os generais mandavam é quem mandavam os nomes. Eu me lembro, eu cobrindo pro 5 de Março. O 5 de março me deu a tarefa, estava pra sair, sai, não sai, é hoje, é amanhã, então queria a opinião de todos os deputados governistas sobre a escolha do governador. E um dos deputados que eu ouvi, não sabia quem era ainda, mas ele autorizou dar a declaração dele: “Fosse qual fosse o nome, fulano de tal, é a melhor solução para a Arena e o melhor nome para Goiás”. Então eu fiquei com a declaração de qualquer que fosse o governador. Não importava. Então, o coronel Danilo, o ex-comandante do Batalhão dos Caçadores de Goiânia, então secretário de Segurança Pública e tinha sido também secretário de Segurança Pública de São Paulo, então, era um militar importante. Aí ele queria ser governador. Vou contar essas coisas pra você saber como o Batista Custódio gosta das coisas...

37’38”- Nonô – O coronel Danilo né?

Valterli – O coronel Danilo. O Batista gosta de coisas, assim, ousadas.

Pinheiro Salles – Depois nós vamos voltar a esse assunto.

Valterli – Tá certo. Então, o seguinte, neste momento todo dia saía a lista com os 10 nomes e o coronel Danilo ali, todos os dias. Nisso, morre de parada cardíaca o tal e eu fiz a matéria...

Pinheiro Salles – Morreu?

Valterli – Morreu de parada cardíaca o Paulo Gito.

Renato Dias – Na prisão?

Valterli – Não. Já solto aí em Goiânia. Soltaram ele, não era nada politicamente, mas foi usado para derrubar o Mauro. Aí morre o tal do Guto. Eu fiz uma matéria e botei o título: Candidatura de Danilo mata um. Porque ele era candidato, o Paulo Guto morreu, então vocês imaginem uma candidato que a sua candidatura já mata um, né? Então, o Batista deu destaque. Eu pensei que ia sair do lado interno e tal, não... saiu com chamada de capa. Destacada: Candidatura de Danilo mata um, sabe? Dois ou três dias depois eu fui cobrir uma reunião da Arena nacional em Brasília e lá estava o coronel Danilo, cuja candidatura a partir de então desapareceu. Mas alguém me apresentou: Valterli do jornal 5 de Março, jornalista e eu notei o choque dele, fechou a cara imediatamente e ficou realmente com ódio daquilo. Então, era umas coisas que a gente podia fazer limitadamente, não havia como você bancar o herói não, tudo era limitado, mas havia esses pequenos espaços que a gente ia usando, né?

Renato Dias – Como era a censura, como funcionava a censura ao 5 de Março, ao Popular, a Folha de Goiás?

Valterli – ... Primeiro eu vou explicar dois momentos da censura. A censura foi a partir de 13 de dezembro de 1968 com o Ato 5. Neste momento eu redigia um jornalzinho chamado O Social. Era um jornal partidário, um jornal do MDB, que fazia oposição ao governo federal e mais ainda ao governo Otávio Lage. Então, esse jornal funcionava no Centro de Goiânia, na esquina da Goiás com a Rua 2, em duas salinhas, lá. Então, no dia seguinte chegaram lá dois oficiais do exército, um capitão e um tenente pra fazer a censura. Aí nós passamos a escrever e entregar a eles. Contra o governo Otávio Lage nunca rabiscaram uma linha, aí a

gente nem escrevia mais contra o governo federal porque não adiantava porque eles riscavam tudo. E eles falavam pra nós: Não adianta escrever contra o governo federal que a gente não deixa. Então, neste período da censura, você trabalhava ao lado do censor. Aí, um pouco tempo depois o jornal foi fechado, deixou de circular.

Nonô – E eles eram funcionários da polícia federal ou oficiais do exército?

Valterli – Oficiais do exército. E isso naturalmente deve ter ido para todos os jornais, né?

Renato Dias – O 5 de março enfrentou isto também?

Valterli – Pois é, aí que eu fico curioso de saber, porque eu não trabalho nesta época lá, e eu sei que esse jornal nosso enfrentou isso, dois elementos trabalhando o dia todo lá com a gente. Agora, o que eu vi no 5 de Março...

Renato Dias – A censura foi até 1976

Valterli – Foi, mas aí eu vou te explicar como foi depois. Aí posteriormente eu fui trabalhar, quando fechou o jornal, trabalhei algum tempo no Popular e trabalhei... e me lembro no dia que o doutor Pedro Ludovico foi cassado, eu estava na redação do Popular. Eu tomei a iniciativa de comunicar a ele, eu tinha o telefone dele de cor, eram quatro números apenas. Estava lá no dia que sei Jaime Câmara, dono do jornal, foi cassado. Ele estava sozinho na sala dele, nós na redação. A gente sabia que iria haver cassação...

Renato Dias – Porque Jaime Câmara foi cassado?

Valterli – Pois é, não havia explicação para as cassações, né? Se foi cassado por isso ou aquilo, não havia explicações. Eu sei que não só foi cassado, como recebeu lá... E a partir de então, poucos dias, não havia censura explícita dentro do jornal, mas poucos dias passaram a mandar “de ordem superior”, vinha num papel da polícia federal. De ordem superior informamos que fica proibida publicação sobre tal assunto.

Pinheiro Salles – Volta à censura, Valterli.

Valterli – Estou falando sobre censura. Foi assim, através da censura que eu tomei conhecimento da guerrilha de Xambioá, porque chegou um elemento da polícia federal, a gente assinava um documento, um expediente “em segredo”, de ordem superior fica proibida qualquer divulgação de notícia ou comentário de existência de guerrilhas na Região de Xambioá.

Pinheiro Salles – No caso eles eram polícia política ou de governo?

Valterli – Polícia Federal, eles ficavam no prédio ali na 2 com a Goiás.

Nonô – Na 2 com a Goiás.

Valterli – É um prédio que está hoje sem funcionar.

Renato Dias – O diretor regional era o Fleury na época?

Valterli – É possível que fosse, eu não me recordo se era ele ainda. Eu não me recordo se era ele ainda.

Renato Dias – Neste caso era o 5 de Março?

Valterli – Eu já estava trabalhando no 5 de Março. Eu trabalhei um tempo, até dezembro de 1968, trabalhei no Social, depois eu fui ser repórter do Popular na Goiás, onde fiquei até 1971, mais ou menos, e eu fui convidado para o Correio Braziliense, onde fiquei mais uns 2 anos. Aí eu fui trabalhar no 5 de Março.

Renato Dias – Tinha censura no Correio Braziliense?

Valterli – Não, tinha a auto censura, tinha auto censura até em relação a contratar um repórter, né?

Nonô – A história do Wilmar, como foi a contratação dele?

Valterli – Bom, então, a censura então era um expediente que a gente assinava se comprometendo... O Jader Godinho publicou um livro que ele transcreveu, acho que ele teve a oportunidade de receber e ele tirou uma Xerox e ficou documentada aquela censura, né? É, eu fui chefe de redação do Correio Braziliense no início dos anos 70. O Correio Braziliense, dos Diários Associados, ele tinha um caderno de Goiás. Um caderno que saía com folhas cor de rosa, páginas cor de rosa. Era mais ou menos de 6 a 8 páginas todos os dias. Era um jornal de Goiás. E em certo momento eu tinha poder para contratar desde que precisasse. O diretor da sucursal, Sebastião Junqueira, disse: Olha, contrata mais um repórter, então, aparece o jornalista Wilmar Alves desempregado. Eu não sei se ele tinha sido demitido de algum lugar ou se ele tinha sido solto, porque ele teve preso um tempo. Nós o visitamos muitas vezes na cadeia. Então, eu contratei o Wilmar como repórter, não tinha porque não contratar. E eu não consultei o diretor se podia, pra quê, o contrato era para um repórter eficiente. Então, mais tarde ele telefonou pra mim, não esperou eu chegar no dia seguinte, pra dizer “eu já demiti aquele amigo seu, aquele jornalista que você contratou, é comunista, recebi telefonema da polícia federal, ele é comunista...”

Pinheiro Salles – Quem foi que deu esse telefonema?

Valterli – Foi o Sebastião Junqueira, diretor da sucursal. Ele era a primeira pessoa e eu era a segunda, porque era o chefe da redação.

Renato Dias – Ele era jornalista também?

Valterli – É, jornalista também, velho jornalista de Anápolis.

Nonô – Eu trabalhei com ele também.

Valterli – Bom, então, isso aí é autocensura, vamos dizer assim, fazendo o papel da própria ditadura, tomando providências...

Renato Dias – E ele era comunista...

Valterli – Quem?

Renato Dias - O Wilmar Alves.

Renato Dias – O Wilmar nunca dizia se era, ele nunca me falou nada. Ele era muito introspectivo.

Renato Dias – Isso foi em que ano?

Valterli – Ah, isso foi em 1972, 1973, no máximo 73, por aí...

Nonô – Foi em 1973, não, porque em 1972 ele ainda estava preso, saiu no final do

Valterli – Então foi no meio de 1973, por aí assim, deve ter sido

Renato Dias – E então, ele foi contratado?

Nonô – Não.

Pinheiro Salles – Foi e depois foi demitido.

Valterli – Foi demitido antes de assumir. Bom, mas vocês acham que a imprensa, porque eu falam muito em heróis na imprensa, de fato teve alguns, é claro, saiu um livro logo no início da ditadura dizendo o seguinte: A imprensa disse não. Aí, de um jornalista do Rio de Janeiro. Não é verdade que a imprensa disse não. Grande parte da imprensa disse foi sim, apoiou. Aqui em Goiás...

Renato Dias – Aqui em Goiás, o Popular, por exemplo?

Valterli – Aqui em Goiás

Nonô – Não dizia nada.

Valterli – O jornal não dizia nada, mas o Diários Associados, que tinha aqui em Goiânia, rádio, jornal e televisão: a Folha de Goiás a TV Rádio Clube e a Rádio Clube de Goiânia.

Renato Dias – E a sucursal do Correio...

Valterli – Não, a sucursal era separada, funcionava totalmente sem vínculo, não tinha relação nenhuma.

Nonô – A não ser quando o Sebastião Junqueira foi presidente dos dois e juntou a ...

Valterli – Num certo momento, o Sebastião Junqueira era o presidente. Tiraram o diretor do complexo dos Diários Associados e o Sebastião Junqueira ficou nos dois.

Nonô – Ficou superintendente...

Valterli – É, ficou superintendente

Pinheiro Salles – Você falou do Sebastião Junqueira, houve outros jornalistas, inclusive na direção do sindicato que tinha assumido esse papel da ditadura, de delatar colega, de descobrir formas de perseguição?

Valterli – Olha, na direção do sindicato eu não sei. O Sebastião Junqueira não delatou, ele tomou uma decisão administrativa.

Pinheiro Salles – Eu estou te perguntando se houve no sindicato...

Valterli – Agora, no sindicato...

Nonô – No sindicato o presidente foi o Sebastião Campos

Valterli – Não, ele era dos radialistas, dos jornalistas, boa parte desta época era o José Honório Naves. Ele ocupava cargo no governo Otávio Lage, era diretor da Agência Goiana de Notícias, mas ele não era um dedo duro, de maneira alguma, era um sujeito decente, como o Sebastião Campos também não era um dedo duro, ele era um governista. Ele foi candidato a deputado estadual pelo partido do governo. Ele era um governista. Ele foi o construtor principal dos blocos do Marista. Fez um movimento para construir os blocos do Marista, que a gente considerava um pouco distante, né?

Nonô – E era primeiro pra abrigar os jornalistas...

Valterli – É, pra abrigar os jornalistas primeiramente

Nonô – casa dos jornalistas

Valterli – Então, o José Ozório fez o prédio dos jornalistas. Então, foram posições decentes. Não adiantava o cidadão ficar gritando na rua contra a ditadura, então você vai... porque não adianta, você não tem espaço, né? Você fica mal visto, né?

Nonô – E o demir Lopes?

Valterli – Bom, o Demir Lopes eu não sei que cargo ele ocupava no sindicato, ele era um governista.

Nonô – Não, ele foi presidente

Valterli – Ele era um governista, o Demir Lopes. Eu não tenho informação sobre a atuação dele, mas com certeza houve jornalistas dedo duro, com certeza houve. Eu não sei quem, mas, assim, por exemplo, as pessoas que já morreram, é muito chato você pedir algo que a pessoa não possa se defender. E eu acho que isso não tem muita importância. Havia dedo duro em todas as esferas. Mas, então, o que fizeram os Associados nacionalmente, que eram fortes. E não eram fortes só como a Globo é hoje não. Os Associados

tinham em cada estado, em cada território, naquela época tinha o território de Rondônia, chamava território de Guaporé; tinha onde é Roraima hoje, Amapá, tudo isto era território. O Acre se tornou estado em 1963, um pouco antes da ditadura. Então, tinha jornal dos Diários Associados em cada estado e tinha rádio em todos, então, era um complexo fortíssimos. Então, o que fizeram os Associados no Brasil todo e que fizeram também em Goiânia? Fizeram o seguinte: num primeiro momento, dia 2, 3, lançaram a campanha do ouro para o bem do Brasil. Era para o pagamento da dívida externa brasileira, que nessa época, comparado com os valores de hoje era troca, algo em torno de U\$ 4 bilhões, por aí assim. Então, a campanha do ouro era para pagar a dívida. Na Praça do Bandeirante foi colocado um caminhão com um garrafão, uma garrafa imensa, branca, de vidro, muito grande mesmo. Eu acredito que havia aí uns 200 litros ou mais, colocava lá em cima e aí esses órgão de divulgação convocava a população para levar donativos.

Nonô – Tiravam aliança, brincos, correntes...

Valterli – E era comovente, de certa forma comovente, você vê o marido e a mulher ir lá, tirar a aliança e jogar dentro daquele garrafão.

Nonô – Ajudar a pagar a dívida do Brasil.

Valterli – Para ajudar a pagar a dívida e aquilo era para pagar a dívida toda, pelo jeito. E a dívida só veio a aumentar e eu não sei o que foi feito daquele garrafão. Era dinheiro, era aliança, anel de ouro, era o que pudesse colocar lá dentro e tivesse valor, né? Então, era uma posição... uma posição de uma ala influente da imprensa, né? Era como se fosse uma campanha da Rede Globo hoje. Então, a imprensa sempre foi muito ligada a governos, sempre foi muito ligada.

Nonô – Sobrevivência financeira....

Valterli – É...eu acredito muito nisso aí. A oposição que faz, às vezes, como hoje a Veja faz oposição ao ao PT basicamente. Mas agente tem...

Nonô – Financiada por outras forças...

Valterli – É, a gente tem... por outras forças. Talvez pelo PSDB de São Paulo. A gente tem que ver com uma certa reserva isso aqui, porque com um censo crítico, né? E eu estou mudando de assunto, né, um assunto atual...

Renato Dias – Só voltando a uma questão. É o seguinte, durante o governo Irapuã Costa Júnior houve uma crise política com a demissão que culminou com a demissão do Marcos Fleury da secretaria do governo, a história dos grampos, tentativa de golpe... Houve liberdade de imprensa para a cobertura desse fato?

Valterli – Não, esse fato foi noticiado inclusive a demissão, mas sem aprofundar no assunto, sem aprofundar. É.... o Marcos Fleury era um secretário fortíssimo, secretário do governo. E a informação que correu na época é que o Irapuã teria descoberto que ele estava armando um esquema de grampo dentro do Palácio. Aí ele demitiu, simplesmente demitiu. E o Marcos Fleury morreu não tem muitos anos, muitos meses, foi mais ou menos recente, deve ter um ano que ele morreu...

Renato Dias – 3 de março de 2012.

Valterli – 2012, então vai fazer um ano agora. Então, o Irapuã deve estar frustrado hoje, porque ele disse ao Batista Custódio e o Batista me contou, que ele tinha vontade de dar um murro no Marcos Fleury ainda. E o Batista disse: Deixa de bobagem, rapaz, passou e tal..Ele tinha raiva por causa daquilo e ele demitiu o seu assessor de imprensa da época, o jornalista Sebastião Vou lembrar o nome dele

Nonô – Calçado? Póvoa?

Valterli – Não, não era o Póvoa, era um que trabalhava na Saneago.

Renato Dias – O Irapuã que demitiu?

Valterli – Demiti, porque descobriu que ele estaria envolvido na história do grampo.

Pinheiro Salles – Vamos dar um pulo aí, para uma questão que merece um tratamento especial. Aquela cobertura sobre a localização dos corpos da Maria Augusta Tomaz e Márcio (Beto ou Beck?) lá em Rio Verde. Aquela cobertura, o Diário da Manhã, demissão, Ari Valadão, Marcos Fleury... O que você pode nos esclarecer sobre esse episódio?

Valterli – Não, não tenho. Quem é especialista nesse episódio está aqui ao meu lado, que é o Renato Dias que escreveu um livro a respeito. Eu sei o seguinte... Eu trabalhava no Diário da Manhã naquela época e o Diário da Manhã ...

Renato Dias – Qual sua função?

Valterli – Era repórter político, era redator político. É eu sou muito ligado ao Batista Custódio, nós somos como irmãos mesmo. Tanto que eu era repórter com salário de editor e eu acompanhei aquilo. Nessa época, essa era época de ouro do Diário da Manhã, governo Ari Valadão, era o que precisasse, não havia dificuldade não. Nessa época eu me recordo que foram demitidos uns jornalistas do Diário da Manhã que divulgaram essa matéria no Diário da manhã. Essa matéria da morte da Maria Augusta Tomaz, do namorado dela...

Pinheiro Salles – Você sabe os nomes deles, os que foram demitidos?

Valterli – Não. Deixa eu te explicar. Eu sabia, na redação todo mundo ficou sabendo, não era uma coisa que fosse ser divulgada pelos outros jornais, mas a gente sabia. E foi justamente porque eles colocaram no meio disso aí o capitão Fleury. O capitão Fleury, esse aí que morreu vai fazer um ano agora, ele era compadre, muito amigo do Batista Custódio, editor geral do Diário da Manhã. Então, como foi considerado um assunto sério, de muita repercussão e ele não foi consultado... Eu imagino, mas ele nunca me disse que “nunca me consultaram”, mas eu imagino que tenha sido isso, porque tem coisas que são óbvias. É ele tem uma matéria assim, assado, ele não foi consultado, ele demitiu. O jornal, é.... o Batista queria que fosse um jornal independente e de fato foi um jornal bom, porque não tinha problema financeiro. Eu sei que vocês podem achar estranho, porque o cara como Batista Custódio é dizer de problemas financeiros. Eu já disse isso a ele. Há poucos anos, eu conversando com ele, lá na mesa dele, na sala dele, ele falando sobre os problemas da vida dele e eu disse: Batista, você já se imaginou você no seu gabinete, na sua sala, assim numa sexta-feira, por volta das 11 horas da manhã a sua secretária vir ao seu encontro e dizer o seguinte: O comandante está avisando que o avião já está pronto, está preparado e quer saber a hora que o senhor quer ir pra fazenda ou para qualquer outro lugar. É, você pagando os funcionários do dia 1º ao quinto dia útil do mês, já imaginou assim. E ele disse não. É o carma, nós temos o nosso carma, uma pessoa que vai viver assim sempre... Você Pinheiro nunca vai ser um empresário, Pinheiro, rico, não, você tem o seu carma, né? O Renato nunca vai passar dificuldade na vida porque ele é um ganhador de dinheiro e trabalha em muitos lugares. Bom, então, aquele assunto de sempre...

Renato Dias – Então, só um aparte, nessa história da demissão dos jornalistas. Dois documentos: o inquérito policial para investigar a morte da Maria Augusta Tomaz e do Marcos Beck Machado aberto sete anos depois, ou seja, a partir de 31 de julho de 1980, ocorrido em maio de 1973. Logo após a demissão, o Antônio Carlos (Pom ????) apontou um documento que o Batista teria recebido da Metago. A Metago era presidida pelo Marcos Fleury, 10 milhões de cruzeiros, uma coisa assim. E isso está no inquérito e isso teria sido a fatura para a demissão dos três jornalistas: Antônio Carlos (Pom ???), o Antônio Carlos Moura, que era editor e a Marta Regina de Souza, que era repórter. Essa é a primeira informação. A segunda informação, eu estive no ano passado, em julho do ano passado (2012), no arquivo nacional onde estão os arquivos do SNI, do extinto SNI e lá, um documento grande sobre o Batista Custódio, os agentes da repressão informam que ele utilizou este episódio do casal encontrado em Rio Verde para chantagear tanto o governo estadual quanto o governo federal para aumentar sua fatia do bolo publicitário. Isto está lá. Aquela matéria que eu fiz, mas que acabou não saindo na Revista Hoje, é...só que eu não citei este caso, mas isto está lá, ou seja, ele utilizava isso como chantagem. Isso é um relatório do SNI. Pode ser verificado lá, é só acessar o nome Batista Custódio dos santos no arquivo nacional. Ele utilizou esse episódio da chacina, essa série de reportagens para chantagear o governo e aumentar a fatia do seu bolo publicitário.

Valterli – Sei... oh, eu não acredito nisso...Eu não acredito e explico porque. O relacionamento do Batista com o governo federal, eu não sei qual era, mas uma ditadura não vai aceitar chantagem e tal. E no caso do governo estadual, o Batista tinha uma ligação tão forte com o governador Ari Valadão, que ele demitia pessoas do governo por telefone, ele não precisava usar um episódio como esse, ele demitiu porque era amigo do Marcos Fleury e achou que foi traído pelos jornalistas...eles deixaram para encaminhar a matéria para publicação lá pelas tantas da noite, de madrugada, todo mundo sabe disto, para não ter perigo do Batista. Eles sabiam que o Batista não iria deixar sair a matéria. E ele não deixaria sair pela amizade com o capitão Fleury, porque em certos momentos ele acabou recebendo favores também. Que favores? Por exemplo, no governo Mauro Borges iam matar o Batista.

Renato Dias – Ele recebeu ameaça de morte mesmo...

Valterli – Ameaça de morte. E o Zé é que deu garantia a ele, entendeu? Então, o cara tem que ser grato às pessoas também. Então, ele não precisaria pedir dinheiro a ninguém. Pode estar no arquivo nacional... O arquivo nacional...

Renato Dias – Então, só um aparte, nessa história da demissão dos jornalistas. Dois documentos: o inquérito policial para investigar a morte da Maria Augusta Tomaz e do Marcos Beck Machado aberto sete anos depois, ou seja, a partir de 31 de julho de 1980, ocorrido em maio de 1973. Logo após a demissão, o Antônio Carlos (Pom ????) apontou um documento que o Batista teria recebido da Metago. A Metago era presidida pelo Marcos Fleury, 10 milhões de cruzeiros, uma coisa assim. E isso está no inquérito e isso teria sido a fatura para a demissão dos três jornalistas: Antônio Carlos (Pom ???), o Antônio Carlos Moura, que era editor e a Marta Regina de Souza, que era repórter. Essa é a primeira informação. A segunda informação, eu estive no ano passado, em julho do ano passado (2012), no arquivo nacional onde estão os arquivos do SNI, do extinto SNI e lá, um documento grande sobre o Batista Custódio, os agentes da repressão informam que ele utilizou este episódio do casal encontrado em Rio Verde para chantagear tanto o governo estadual quanto o governo federal para aumentar sua fatia do bolo publicitário. Isto está lá. Aquela matéria que eu fiz, mas que acabou não saindo na Revista Hoje, é...só que eu não citei este caso, mas isto está lá, ou seja, ele utilizava isso como chantagem. Isso é um relatório do SNI. Pode ser verificado lá, é só acessar o nome Batista Custódio dos santos no arquivo nacional. Ele utilizou esse episódio da chacina, essa série de

reportagens para chantagear o governo e aumentar a fatia do seu bolo publicitário.

Valterli – Sei... oh, eu não acredito nisso... Eu não acredito e explico porque. O relacionamento do Batista com o governo federal, eu não sei qual era, mas uma ditadura não vai aceitar chantagem e tal. E no caso do governo estadual, o Batista tinha uma ligação tão forte com o governador Ari Valadão, que ele demitia pessoas do governo por telefone, ele não precisava usar um episódio como esse, ele demitiu porque era amigo do Marcos Fleury e achou que foi traído pelos jornalistas...eles deixaram para encaminhar a matéria para publicação lá pelas tantas da noite, de madrugada, todo mundo sabe disto, para não ter perigo do Batista. Eles sabiam que o Batista não iria deixar sair a matéria. E ele não deixaria sair pela amizade com o capitão Fleury, porque em certos momentos ele acabou recebendo favores também. Que favores? Por exemplo, no governo Mauro Borges iam matar o Batista.

Renato Dias – Ele recebeu ameaça de morte mesmo...

Valterli – Ameaça de morte. E o Zé é que deu garantia a ele, entendeu? Então, o cara tem que ser grato às pessoas também. Então, ele não precisaria pedir dinheiro a ninguém. Pode estar no arquivo nacional... O arquivo nacional...

Nonô – Não quer dizer que seja verdade porque está no porque o SNI também

Valterli – É, só pelo fato do SNI o que é minha ficha no SNI, o que tinha de mentira lá? Por exemplo, viajou à Cuba e eu não tinha ido, depois eu viajei e eu não tinham posto lá que eu tinha visitado Cuba. Então aquilo, é claro, então o governo, aquilo era muito sério, porque eu tinha viajado à Cuba, eu era um cara mal visto. Eu, em certos momentos, eu desmanchei roda. Eu tinha uma roda e o pessoal chegava e dizia, esse cara é perigoso. Então, isso aí não é verdade, o arquivo nacional contém ...

Renato Dias – Nem no depoimento ele apresentou um documento, no inquérito policial ele mostrou um documento que o governo e a Metago, que era, guardado as devidas proporções...

Valterli – Não, não acredito, não houve de jeito nenhum precisava disso. Compadre dele, ele ia pressionar o compadre, fazer chantagem com o compadre...

Renato Dias – Não, não, ele fala de outro repasse, não entra no mérito se foi por chantagem. Chantagem é no documento do SNI

Valterli – Sei...ele faturava o governo sem precisar disto, é o que eu posso dizer. Ele não precisava disso para faturar o governo. O governo Ari Valadão despejou muito dinheiro, eu trabalhava lá, todo mundo não atrasava, ganhava bem, o meu salário era igual ao de juiz de direito na época. Os juízes ganhavam mal, hoje ganham muito bem. Eu ganhava igual juiz de direito. Nós saíamos todas as noites. Não sei se você esteve lá nesta época, você esteve... a gente saía pra tomar uísque, vinho, depois do expediente. Eu achava tão bom trabalhar lá, que era um ambiente tão bom, o jornal era livre, publicava tudo. Agora, o Estado de São Paulo se aconteceu um fato contra, que possa denegrir um elemento da família dele, não vão publicar também. Então, o Batista demitiu porque achou que foi uma sacanagem que fizeram com ele, porque eles sabiam que ele não queria que saísse aquela matéria, e esperaram tarde da noite para publicar a matéria. Não acho que ele fez errado não.

Nonô – Sim, que teria uma verba, mas eles assumiram. Eles vinham fazendo uma série de reportagens e essa era a última onde ia apresentar o relatório final e aí foi quando o Batista ficou sabendo e suspendeu. E aí eles fizeram a revelia da ordem e fizeram assim mesmo.

Pinheiro Salles – No dia seguinte, ele foi recuperar “a imagem” do Diário da Manhã. Foi uma matéria grande, de primeira página, justificando as demissões e pedir desculpas ao Fleury. Você sabe como essa matéria foi arquivada, produzida, redigida?

Valterli – Não sei, não sei. Eu estava lá dentro, mas eu não me lembro. Eu não participei. Agora, é o seguinte, eu acho ... Eu dou muito valor às amizades, certo? O Batista, eu sou um amigo dele, irmão. Tudo que eu tenho que dizer pra ele, que penso, eu digo pra ele. “Batista, não deixe como herança para seus filhos, esse jornal. No dia que você morrer, se o jornal estiver numa fase boa, vai circular um, dois meses, por aí. Se estiver numa fase ruim, fecha no dia seguinte”, porque o jornal funciona entorno dele. Ele é a alma daquilo lá, certo? Eu digo as verdades pra ele. Na campanha do Marconi, no segundo turno, eu estava na campanha do Íris. Votei no Íris no primeiro e no segundo turno.

Renato Dias – Em 2010 ou....

Nonô – 98.

Valterli – Dois mil e ... 1998. Aí, quando passou o primeiro turno estava na cara que quem ia ganhar era o Marconi porque ele teve mais voto no primeiro turno. O Batista fez um artigo, o povo não pode fazer isto com ele, porque que não pode, porque que não pode fazer? Com você pode acontecer tudo, fechar o jornal, com Íris não pode porque? Saiba que o Marconi vai ganhar e pra você vai ser melhor o Marconi do que com o Íris. Você precisa parar de fazer sacanagem com o Marconi todo dia. Essa coluna que vem pronta do Palácio, feita pelo João Bosco... “Você quer vir pra cá censurar essa coluna?” Primeiro quero dizer pra você que votei no Íris no primeiro turno e vou votar no segundo, tem nada a ver, mas pra você vai ser melhor. Eu já disse, qualquer dia eu venho aqui censurar... Aí, como no segundo turno, o Maguito Vilela, senador eleito, passou a ser o coordenador geral da campanha, mudou a equipe de imprensa, eu fiquei livre, né? Até me perguntaram, um colega da campanha, “agora o Íris perdeu, você pensa em fazer o quê?” Eu como já era aposentado... é bom ser aposentado, eu pude fazer uma brincadeira. Eu disse o seguinte: Eu agora vou ter mais tempo para outras atividades, como o sexo, por exemplo, fazer outras coisas (risos). Mas, então, eu estou censurando a coluna.

Pinheiro Salles – Só uma questãozinha, desculpa aí. Não estou questionando sua amizade com o Batista, longe disso, quem sou eu, quem somos nós. Eu perguntei se você tem informação para nossa Comissão sobre a rearticulação da imagem do jornal diante do governo

Valterli – Eu nem me lembro, não me recordo. Eu lembro que o pessoal foi demitido...

Renato Dias – Inclusive com chamada na capa...

Valterli – Com chamada na capa, mas eu não lembro nem dos termos da chamada. Mas eu lembro que o motivo foi esse, o pessoal fez e eu não acho que o pessoal fez errado não. Jornalista quer é a verdade.

Nonô – Jornalista tem que fazer o papel dele...

Renato Dias – Fazer o papel dele, agora, o Batista tinha as amizades dele e tem que preservar os amigos. Eu faria assim como amigo também...Então, eu ia pra lá, no começo da tarde, censurando a coluna que vinha do Palácio, quase todas as notas sacaneando o Marconi. Aí, um dia eu fiz o seguinte, era uma sacanagem tão grande, que eu fiz o seguinte, troquei o nome do Marconi por Íris, que era meu candidato, em quem eu votei. Aí eu troquei e no dia seguinte o Batista veio: “Oh, você errou o nome no Palácio, pode fazer isso não...faz uma outra nota e põe... você trocou o nome do Marconi pelo Íris”. (risos) Então, é aquilo que o jornalista gosta de fazer...Aquele lá fizeram... eu fiz... eu podia ser dispensado da condição de censor, né? Eu podia ter sido dispensado com o que eu fiz, eu troquei os nomes e saiu uma nota contra o Íris, que era meu

candidato, o candidato do Batista. Mas eu falei pra ele, Batista, pra você o Marconi vai ser melhor....

Pinheiro Salles – Para a imprensa, qual o pior dos governos do período autoritário até o Ari Valadão?

Valterli – Para a imprensa? Rapaz, é o seguinte, as ditaduras não a ditadura central, mas os ditadores estaduais têm que prestar conta ao central, em razão disto, eles querem uma boa convivência com a imprensa. Olha, eu era .. nesse tempo do Correio Braziliense, eu me recordo que numa véspera de natal e ano novo eu recebi mais de 20 litros de uísque em casa, secretário de estado, o vice-governador foi lá em casa levar pra mim. Então, eles bajulavam muito a imprensa, eles não podiam aparecer lá como os maus não. Eu no governo Ribas (Emílio Rodrigues Ribas Júnior), eu repórter policial da Folha de Goiás, o secretário de Segurança Pública do governo Ribas, chamado capitão Vicente de Albuquerque achou de me proibir a minha entrada em qualquer dependência da Secretaria de Segurança Pública. Não apenas achou... no governo Ribas, em 1965, foi em abril de 1965. Ele não apenas achou, ele fez uma portaria e publicou em todos os jornais. Exceto a Folha de Goiás que resolveu não publicar e ele mandou no dia seguinte: Mandamos que se publique.

Nonô – Porque ele tinha tomado esta decisão?

Valterli – Eu até hoje eu não sei porque ele fez isso, até hoje eu não sei.

Nonô – Era uma questão pessoal?

Valterli – Não...fuxico que eu acho que levaram pra ele. Eu era fichado no Dops como comunista, de ser comunista... E existia uma guarda civil do governo estadual

Nonô – A P2?

Valterli – Não...essas guardas tipo guarda municipal, senhores de idade, faltando dente...Existia essa guarda no governo do estado na Secretaria de Segurança Pública, com uma farda diferente, e tal, uma guarda civil. Existia isso, deixou de existir. Aí, esse secretário da Segurança, anunciou que ia militarizar aquela guarda. Então, um velho, sujeito com mais de 50 anos, sem dente, ia militarizar como? Ia direto pra reserva, porque não servia para ser um soldado. Aí eles me procuravam, eu era repórter da Folha de Goiás, “oh, dá uma nota lá, é um absurdo, eu vou ficar sem trabalhar... Aí eu dava uma notinha ou outra, e a partir daí eles diziam: esse menino está conspirando contra....Eu tinha 19 anos na época. Tá conspirando contra a sua administração. Aí, sem falar nada, ele me proibiu de ... eu tenho a portaria, vou passar pra vocês terem na Comissão da Verdade, a portaria dizendo: Considerando ... Um dos considerandos dizia o seguinte: Considerando que a função do repórter policial é colaborar com a polícia, e ele vem, fazendo um verso (???) Eu tenho a portaria, vou de passar a cópia dela....tá atrapalhando aqui. Considerando que o elemento é fichado no Dops, e nós já tentamos muito ver se ele se converte Eu vou passar a portaria pra vocês. Bom, voltando ao seguinte. Você perguntou, um de vocês perguntou, como é que eles tratavam a gente. O Ribas O Batista fez um artigo na primeira página: O repórter, o secretário e um Judas.

Renato Dias – O Mauro caiu e assumiu o Ribas?

Valterli – Assumiu o Meira Matos.

Renato Dias – O Meira Matos, depois o Ribas, depois o ...

Valterli – O repórter era eu, o secretário era o Vicente de Albuquerque, capitão do exército, e o Judas era o Fraga Sobrinho, superintendente da Folha de Goiás. E o Batista reclamou que ele não deu assistência ao repórter e tal, que ele foi covarde ...Bom, eu tenho o artigo, vou passar pra vocês. Aí o Ribas leu o artigo, chamou e escolhambou o secretário. A próxima vez que você isso aí, está demitido. Aí ele fez uma outra

portaria voltando atrás. Essa eu acho que não tenho a cópia. É... voltando atrás, revogando a outra portaria e desejando felicidades pra mim.

Renato Dias – Valterli, a imprensa em Goiás denunciou casos de tortura durante a ditadura?

Valterli – Denunciou, eu denunciei. Eu fiz uma matéria, mas não assinei não.

Nonô – É, não assinava...

Valterli – Eu fiz coisa assinada lá, que fiz no meu jornal. Eu fiz uma matéria e aconteceu o seguinte... lá nesse jornal O Social. Nessa época tinha um delegado chamado José Xavier do Bonfim, delegado da polícia estadual, mas ele foi colocado à disposição da polícia federal ali na Rua 2 com a avenida Goiás. E aí, ele comandou um grupo de estudantes, dentre os quais o Euler Ivo de Vieira, pra torturar, afogar no Rio Meia Ponte. Aí, esses estudantes nos procuraram... Eu não assinei a matéria, mas saiu minha foto ouvindo os estudantes. Essa foto saiu na primeira página do jornal. Manchete: Delegado Xavier... em 1968. Delegado Xavier tortura estudantes. Aí, quando veio o Ato 5, logo em seguida, o jornal foi fechado e aí eu fui intimado pela polícia federal para dar depoimento sobre o funcionamento do jornal O Social. Fui lá, numa sala, tinha uns 10 ou 12 ou 15 policiais ali, dar um depoimento para o Xavier. O Xavier perguntava, eu respondia, o escrivão

....

Renato Dias – Sobre outro ou O Social?

Valterli – O Social. Como era financiado, isso e aquilo. Aí, quando terminou o depoimento, um policial perguntou ao Xavier: O homem se abriu? Aí o Xavier falou: O homem escorrega mais do que quiabo. E eu estou quieto, sem medo de nada, absolutamente. Não é que seja um sujeito sem medo não, mas ali naquele momento eu estava tranquilo, cheio de moral. Aí o sujeito lá, outro policial falou assim: É, uma hora a gente põe ele num pau de arara e ele se abre. Aí o Xavier juntando uns papéis para eu assinar, disse, “agora vou te fazer uma pergunta”, o Xavier, “Vou fazer uma pergunta mas não vai constar deste depoimento aqui não. Você vai ser chamado de novo pra falar sobre isso. Quem foi que escreveu aquela matéria, aquela manchete “O delegado Xavier tortura estudantes”. Aí eu me dirigi a todos: sobre aquilo, calmamente, sobre aquilo eu só me recordo que o senhor procurou o capitão Fleury. O capitão Fleury era amigo do Olímpio (???) Jaime, era um dos diretores do jornal. É meu amigo, porque vem dessa época a amizade.” O senhor procurou o capitão Fleury, procurou o deputado Olímpio (ou Olinto ????) Jaime, dono do jornal para emitir um apelo pra não fazer aquilo como senhor, que o senhor nada tem contra os do MDB e que uma matéria como aquela poderia prejudicar sua carreira na polícia... Aí ele falou: “Assina aqui”. E eu nunca mais fui chamado para nada e quando eu passava por ele, ele se curvava igual um chinês. Então, a gente tem que saber dosar as coisas, não pode baixar muito a cabeça.

Renato Dias – Esse é o José Xavier de Coutinho.

Valterli – É, o José Xavier de Coutinho.

Nonô – Pra terminar pelo menos hoje aqui...

Valterli – Eu ainda vou escrever sobre esta história aí.

Nonô – Quando e quantas vezes você foi preso, como foi sua prisão e quando?

Valterli – Duas vezes. Eu fui preso duas vezes. Eu fui preso em 1964, em julho, e acredito que em 1972, eu já era acadêmico de direito, em julho também.

Pinheiro Salles – E qual o tratamento recebido por você em cada ocasião dessa?

Valterli – Certo, certo. Deixa eu contar aqui pra vocês... eu disse pra vocês aqui no começo que eu vim da

roça, muito humilde e tal. Então, quando eu fui preso em 1964, eu era mais ou menos recém-chegado da roça. Então, eu fui levado, invadiram, nossa casa era um barracãozinho de fundo no Bairro Popular. Então, invadiram nos primeiros dias, no dia 2, por aí assim. Mas não fomos preso neste momento não, era só pra depor, pra ir na 7ª CSM pra depor lá. Eu e meu irmão João Leite, hoje ele mora no Tocantins. Os policiais, muito meganha, não tinha cara que não era policial não, era voluntário, apresentava como voluntário pra ajudar a polícia, entendeu? Aí, chegaram pra minha mãe: cadê as armas? Perguntando pra minha mãe, costureira, mulher de idade. Minha mãe pegou uma faca e disse: a única arma que eu tenho é esta faca aqui que eu uso pra cortar bife e tal, calmamente. Mas não fomos presos, mas fomos levados pra depor. Muito bem, quando eu fui preso...

Nonô – Com um irmão....

Valterli – Nós fomos presos juntos, naquela primeira vez nós fomos presos juntos.

Pinheiro Salles – As acusações era contra o quê, contra a família?

Valterli – Não, eu e o meu irmão, no caso. Era acusação contra os dois, mas eles não tinham acusações... prendiam e viam se achavam alguma coisa. Levava os seus livros...

Nonô – Era suspeito, prendia e levava...

Valterli – Então, levaram os livros, levaram muitos livros nossos. E nós queimamos outros, porque livro era um negócio perigoso. Então, quando eu cheguei lá no 10º DP porque eu nunca tinha entrado num tinha entrado num batalhão, nem de polícia. Então eu fui recebido, eu fui levado num jipe, fui recebido no portão principal e aí chamaram lá.... eu não sei o nome, uns oito militares com fardas e o comandante da ordem primeiro, fez “vap” no chão, depois deu um tapa no peito, aí eu fui levado, eu na frente e os caras atrás, eu nunca tinha visto um negócio daquele. Achei bonito. Achei aquilo bonito. Aí me levaram e os outros presos olhando pra ver quem estava chegando, eu e meu irmão...

Nonô – Você tinha chegado da roça tinha pouco temp, nunca tinha visto aquilo...

Valterli – Nunca tinha visto. Eu achei bacana aquilo lá...

Nonô – Que nem cinema...

Valterli – Que nem cinema...nem de cinema. Aí me puseram lá dentro. Curiosamente, este é um dado importante que eu vou transmitir à vocês. Aí, um cara que nós conhecíamos, um gordinho, que não era político, não era nada e de repente eu cheguei lá dentro e pum, bateram nele. Era um espião pra ficar conosco, certo? E o cara tentava fazer cara de preocupação e não conseguia, porque ele estava ali como espião. Puseram um espião junto com a gente. Não tinha como passar o tempo, era só bate papo, não tinha nada...

Nonô – mas ele não era jornalista também não, né?

Valterli – Não, não era. Eu nem sei o que ele fazia, chamava Gilson. É...então, colocaram lá pra nós uma esferográfica, umas folhas de papel, assim. Ou colocaram ou alguém tinha levado, não sei. O fato é que nós, alguém teve a ideia lá de fazer o jogo do risca-risca. O jogo do risca-risca é o seguinte: nós somos 5 aqui, cada um escreve um número. Digamos que você escreveu 72. Cada um escreveu um número, aí o risca-risca, escreve de 1 a 100 e vai cantando. Você não vai cantar o seu número, você canta do outro. O que saiu ganhou, ou seja, está fora do jogo. Aquele que ficou com o número na mão e ninguém cantou, perdeu. Nós éramos 30, então.... Aí, de repente, esses papéis estavam ali, um do lado do outro, aí um dia, assim, à tarde, o portão da sala se abriu, o coronel Danilo em traje de campanha, de farda e uma pistola, na altura do joelho, entre outros, o sargento Dito, que era torturador e o capitão Thompson, que era torturador também. Aí, o

coronel entrou, era duas da tarde, todo mundo meio sonolento, tinha comido aquela comida ruim que mandava pra gente, eles mandavam uns ossos de boi com aquele sebo já frio, então, a gente comia, né? Aí, coronel falou: podem ... ele tinha um sotaque meio carioca. “Podem começar o serviço”. Aí eles começaram a escarafunchar embaixo de cama, em tudo que é lugar, enfiando a mão em buraco de colchão pra ver se achava alguma coisa. Aí, de repente, um desses sargentos chamou o coronel. “Coronel e tal...” E a gente foi ficando preocupado, “será que achou alguma coisa, né”. E ele : “Sentem-se. Vocês vão me explicar isso aqui”. O coronel pensou que aquilo era uma estratégia pra tomada do quartel ...

Valterli – Aí, eu fui explicar, não coronel isso aqui é o seguinte, é um jogo, mas não teve jeito, levou todos nós pra depor, já 7ª CSM, que fica ali na rua 74, né? Todos nós viemos depor sobre aquilo, porque acharam que era uma estratégia de tomada do quartel. Aí, neste dia ele levou os papéis e tal. Aí no final ele perguntou: Algum de vocês está precisando de alguma coisa. O Zacariote disse que precisava de um médico que ele tinha úlcera no estômago. Ele disse que precisava de dois litros de leite por dia pra tomar, foi a reivindicação dele. O Pedro Ribeiro dos Santos, esse líder dos trabalhadores...

Nonô – Esse que foi torturado.

Valterli – Esse foi torturado, até então não, posteriormente. Depois que eu saí, os que foram ficando foram torturados, né?

Nonô – Esse Pedro é o que você disse que foi bastante torturado?

Valterli – Muito torturado. Ele perdeu o amor pela vida, ele perdeu o gosto de viver, sabe?

Nonô – Era presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Urbana.

Valterli – É, ali na rua 4 com a avenida Tocantins. Eu vi ele um dia na rua, ele de carro, muito triste, nem falei com ele, mas eu fiz uma crônica sobre isso.... Então, Pedro disse que precisava mandar uma procuração para a mulher dele, para ela receber um dinheiro e tal, tinha que receber e tinha que preparar essa procuração. Meu irmão João também disse que estava precisando de um médico, mas por brincadeira, né? “O que você está sentindo? “, o coronel quis saber. “Eu to sentindo uma dor assim, nos bofes”. E disse que também ia mandar uma procuração para minha mãe, pra quê? Pra ela mandar (caçar ou assar, não dá pra entender direito ????) um bode lá. Aí, quando o coronel saiu com o sargento, o Zacariote disse: oh, não faça mais isso não, com esse povo aqui não pode brincar, não faça mais isso e botou apelido nele de fã do bode e até hoje ele tem esse apelido e não há de ver que no outro dia o coronel levou o médico? “Cadê aquele rapaz que está com dor nos bofes?”

Renato Dias – O que é bofes?

Nonô – Barriga, intestino grosso

Valterli – Acho que era taquera (risos), era o bofe. (Muitas risadas) Eu acho que o bofe é o pulmão, né?

Nonô – Não, parece que o bofe é o intestino grosso. Tanto que tem aquela expressão “os bofes pra fora”. “Ah, matou fulano, meteu a faca e rasgou fulano e botou os bofes pra fora”.

Valterli – Olha, mas eu acho que a gente ficou muito nesta parte folclórica, muito nestes detalhes, assim, não sei se vocês querem ver mais alguma coisa

Nonô – Esta é a primeira, agora a segunda você não contou, você ficou mais tempo... a primeira você ficou quantos dias?

Valterli – Eu não me recordo, mas na primeira acho que de 5 a 10 dias e a segunda, uns 15 dias. A outra prisão eu já era estudante de direito, jornalista do Correio Braziliense, assessor de imprensa da Federação das Indústrias, do Senai, então eu ocupava isto tudo. Levantava às 6 da manhã e dormia quase meia-noite,

porque ia... entrava às 7 da manhã no Correio Braziliense, saía às 12h30, aí, eu saía, engolia alguma coisa, ia pra federação onde eu fazia boletim interno, uma revista mensal. Eu trabalhava muito e à noite eu ia pra faculdade de direito. Aí, eu recebi uma intimação em casa pra comparecer, “você deve se apresentar em tal lugar”, assim, assim e aí eu fui, eu tinha meu primeiro carro, um Karmanguia, vocês conhecem o Karmanguia? Vocês conheceram o Karmanguia? Um carro vermelho, um carrinho bacana, vermelho...

Nonô – Você teve um desses?

Valterli – Tive, eu tive. Então, eu fui dirigindo meu carro e quando eu cheguei lá, eles disseram: Você está preso, mandou eu entregar a chave do carro pro guarda, você está preso e eu vou te dar aqui ... era um maço grande de papel almaço pautado, uma caneta esferográfica bic novinha. Pra você escrever tudo sobre sua vida com o comunismo e tal. Era pra eu colocar tudo que eles iam pegar depois. Eu fiquei preso nesta cela lá, aí eu fiquei lá um dia ou dois, depois apareceu um tenentzinho enjoado lá. Eles faziam o seguinte, tinha um enjoado e um humano, bonzinho... Eu acho que era combinado, pra gente se abrir com o bonzinho, talvez fosse isso. Então, no outro dia mais ou menos foi lá o capitão e ele ficou perplexo quando viu as páginas em branco, com nada escrito. “Você não escreveu nada...” Ficou com muita raiva daquilo. Aí passaram a me chamar pra depor e eu negando, negando, mas bobagem, porque outros já tinham escrito as coisas no papel almaço. Então, o capitãozinho... então eu vou contar, os outros já contaram... o capitão ficou rindo achando que estava com vergonha, mas eu não estava com vergonha, aquilo não faz vergonha, você ter negado.

Pinheiro Salles – Eles não pressionavam, não? Um clima tenso ...

Valterli – Não, não, mas uns dias depois tinha um aparelho de dar choque aqui, tinha um aparelho de dar choque, ameaçava dar choque, então, nesse período aí o tratamento foi como falei pra você, era de dormir pelado... É.. quando eu falo de amizade, às vezes tem um cara que as pessoas acham que é de direita. Olímpio Jaime, por exemplo, é meu amigo porque foi dessa época. Ele contou o que o Xavier queria e disse: Só não publica mais nada contra ele não. Só contou, mas só não publica mais porque o jornal foi fechado. Então quando eu estava preso lá no DP, o Vilmar Rocha, meu colega de faculdade, ocupando cargo no governo Leonino, foi qual governo mesmo? Não me lembro, mas acho que foi o Leonino. Ele foi lá pedir uma audiência com o comandante do quartel, ele é meu amigo e tal. Eu vim aqui fazer um apelo, não quero que aconteça nada com ele e o cara foi lá.

Renato Dias – Foi pedir pra quem?

Valterli – Pro comandante do quartel.

Nonô – O Vilmar Rocha já era deputado já?

Valterli – Não, ele era estudante de direito, ocupava um carguinho de quinto escalão.

Renato Dias, Valterli e Nonô falam ao mesmo tempo e não dá pra entender...

Valterli – Deixa eu te explicar uma coisa. Quando você vai preso, o que está aqui não o que acontece com quem está lá. Num primeiro momento, a minha família, por exemplo, não sabia nem onde eu estava.

Renato Dias – Isso em 1972 ou 1973?

Valterli – Isso foi no tempo, em 1972, isso foi quando mataram o José Porfírio.

Nonô – 1973 então.

Nonô – Mataram o José Porfírio, não. Foi o Ismael...

Valterli – É...mas o Zé Porfírio também...

Nonô – O Ismael... mas o José Porfírio ninguém sabe direito, se ele foi morto, se foi solto ...

Renato Dias – Em 1972, acusado de ligação?

Valterli – Não, eles estavam investigando a minha vida, né?

Nonô – Acusado de certa ligação com o Partido Comuista, de ser comunista.

Joãoomar – Mas você apanhou Valterli?

Valterli – Não, eu não apanhei. O sofrimento foi dormir pelado no banheiro, mês de julho chega a fazer um friozinho de madrugada, ameaça com o aparelho de choque, mas eu não me impressionei com o aparelho, não. Ele botavam o aparelho assim. Eu ia depor sentado com o aparelho de choque aqui, eles podiam usar a qualquer hora, né? Mas, assim, foi tudo tranquilo.

Nonô – E quando você estava sendo interrogado, quando você era interrogado nesses momentos as pessoas eram descobertas ou encapuzadas?

Valterli – Descobertas, o capitão Dourado, Piauí Dourado, o sobrenome, não me lembro do primeiro nome.e um tenente que eu não me lembro o nome. Todos os depoimentos eram perante os dois. Então, o capitão ficava só, com a gente, queria conversar... Eles tinham esta estratégia, eu não sei como.

Nonô – Até hoje eles fazem isso...

Valterli – Esse capitão chegava quase chorando, porque fizeram isso comigo? Aí eu falei: capitão,não há necessidade de se preocupar com essa juventude que se diz comunista,não... tem que preocupar com a cidade... eu falei pra ele, uma cidade como Goiânia não tem cinco bibliotecas, mas tem centenas de bares e a juventude está nos bares bebendo, tá errado isso.

Pinheiro Salles – Você sabe de pessoas que foram torturadas, além do Paulo?

Valterli – Sei, sei, o Tarzan de castro foi torturado.... aqui em Goiânia.

Nonô – E ele já era jornalista nesta época, você lembra?

Valterli – Ele? Não, não. Ele era... o Tarzan de Castro, ele era um ativista de esquerda. Ele tinha um carguinho no estado, um carguinho pequeno que o José Feliciano deu pra ele, que ele é de Jataí, o José Feliciano é de Jataí. Então, o Tarzan era um cara influente. Ele foi um jovem que falou nos palanques do José Feliciano, então ele botou um monte de gente no estado, ele botou o Antônio José de Moura no Fisco e outros mais. O irmão dele, o Erlando, no Fisco, ele é que aspirava coisas melhores ainda, ele queria ser parlamentar, alguma coisa assim. Então ele tinha um carguinho. Ele foi oficial de gabinete do Mauro Borges. Um dia o Mauro Borges chamou e disse: o senhor precisa parar com esse negócio de comunismo, está demitido. É meu amigo, mas eu não aceito. Foi quando se falou na guerrilha de Dianópolis. Guerrilha não, precisa ser estudado melhor.

Nonô – É, tem muito pouca coisa sobre a guerrilha de Dianópolis, que agora está no Tocantins...

Valterli – Então, teve muita gente aqui que foi torturado, infelizmente ...

Pinheiro Salles – Por falar nisso, você conseguiu alguns nomes de torturadores ...

Valterli – Daqueles que eu me lembro

Nonô – Falando de pessoas torturadas, de alguns nomes. Houve o depoimento de um companheiro que foi torturado; ele ficou um tempo, mas não tem nenhum nome, porque todo o tempo as pessoas ficavam com capuz rigorosamente, o que não possibilitou a identificação do nome ou do codinome, o nome de guerra, nem o nome verdadeiro e você está vendo alguns desses nomes, você sabe?

Valterli – Não, eu não sei, eu citei o Tarzan, o João Batista da Carioca ...

Nonô – Não, estamos perguntando dos torturadores...

Valterli – O torturador eu me lembro do sargento Thompson e do sargento Guido. Esse eu nunca vi torturando, eu estou falando porque todo mundo sabia. O sargento Thompson dessa vez que o coronel disse: pode entrar e começar o serviço; então todo mundo teve que descer a calça pra ver se tinha alguma coisa, e aí eu tive uma certa má vontade, por gestos eu dificultei e ele disse: uma hora a gente se encontra fora daqui, ele fez ameaça, né? Mas ficou nisso. O sargento Guido me conheceu lá e eu, jornalista e repórter, então, sempre que encontrava com ele na rua, ele queria me cumprimentar e eu dava a mão, sem problema. “Como vai você e tal”. Aí, ele morreu de uma doença terrível, ficou deste tamanhozinho, esse pessoal todo morre assim. O coronel Danilo também morreu assim, de um câncer que não era curável, mas prestaram homenagem à ele, com aqueles tiros que dão, no enterro dele, vinte tiros de canhão. O que vale aquilo, né?

Pinheiro Salles – E um torturador.... Existe unanimidade que o Marcos Fleury foi principal torturador do estado. Você tem informação concreta disto?

Valterli – Eu tenho... eu tenho assim, não sei se ele foi o maior, porque ele era o chefe, talvez tenha aparecido assim, mas chefe da polícia federal, ele comandou, talvez por aí. O Tarzan de Castro disse à mim que foi torturado pelo Marcos Fleury. Não viu a cara, mas reconheceu a voz. O Tarzan não dava a mão à ele, não dava. Eu, enquanto eu não morrer, com ódio? Eu acho que não fico com ódio de ninguém, fico com raiva de alguém, assim, eu já disse, mas eu e o Marcos Fleury ... Eu nunca tive problema com ele. Lá na prisão eu o via, não na minha prisão, mas no quartel. Mas aí o Helinho de Brito é cunhado do Marcos Fleury e é meu tesoureiro na AGI, gente muito boa. Aí um dia, eu e o Helinho íamos encontrar, isso uns três ou quatro meses antes do Marcos Fleury morrer, por aí. E ele falou: “Eu estou vindo de um lugar aí”, o Helinho falou. “Uma pessoa te mandou um meio abraço pra você. Eu falei que vinha te encontrar, mandou um meio abraço pra você, meu cunhado Marcos Fleury.” Porque não mandou um abraço completo e tal, brinquei com ele. Aí eu fui, no começo de janeiro do ano passado, naquela missa que o Batista faz pro Fabinho, ele estava lá, me cumprimentou, ele magrinho, parecia que estava doente. Eu falei: o senhor mandou um meio abraço, porque não mandou um abraço todo? Aí ele me abraçou, ficou feliz. Acho que foi até bom ele morrer assim sem a impressão de que eu não queria cumprimentá-lo. Mas essas pessoas eu procurar não cultivar amizade, nem inimizade. Eu deixo prá lá, entendeu? Não tinha relacionamento com ele. Mas quando encontrava com ele na rua, falava: “Olha, anota meu telefone, se precisar de alguma coisa.” Eu anotava, mas nunca precisei telefonar, sabe? O jornalista tem este tipo de influência, por exemplo, seu Jaime Câmara foi cassado e recebeu uma daquelas proibições da censura, era para não publicar fotografia de fulano, fulano e fulano, que era Dom Helder Câmara, Bernardo Élis, e o Jaime Câmara, o próprio Jaime Câmara e todo dia... no jornal dele, e todo dia saía as três fotos, a pessoa ia visitá-lo, ele mandava bater uma foto e numa página saía: visitou ontem o jornalista Jaime Câmara, fulano de tal e na outra página, não saía tudo na mesma página não. Aí, ficou uma temporada sem sair a foto dele, mas a polícia relaxou com o tempo porque o dono de uma empresa daquela, a própria ditadura precisava dela, e aí relaxou e ele passou a ser uma pessoa de prestígio, mesmo cassado.

Pinheiro Salles – Mais alguma coisa gente? Valterli você quer acrescentar alguma coisa?

alterli – Não, não. Quero só me colocar à disposição pra voltar aqui, pra checar alguma coisa e tal, porque eu procurei contar assim, porque eu tenho a memória muito boa....

Nonô – Nossa.... excelente! Eu estou ficando encantada com vocês dois lembrando de nomes, datas, que isso.....!!! Que coisa maravilhosa....

Valterli – Memória de elefante... Eu tenho esses fatos todos como se fosse passado ontem. Eu tenho tudo isto bem, sabe? Da queda do Mauro eu lembro bem, sabe?

Renato Dias – Temos que ouvir também o Hugo Brocks...

Valterli – É, mas ele está internado no hospital hoje. A intervenção foi levada ao Palácio pelo coronel aviador Jaime Peixoto da Silveira, a multidão estava na Praça Cívica, os aviões sobrevoando, com ameaça de jogar bomba, supostamente seria pra isso, né? Então, o Mauro, da sacada, deu uma banana para os aviões, a multidão aplaudiu...

Nonô – Eu estava lá, menina, menina...

Valterli – daqui a pouco chega lá um coronel e foi atravessando no meio da multidão e alguém jogou uma pedra na cabeça do coronel e saiu sangue e entrou no Palácio e dona Lourdes...

Nonô – Era bolinha de papel...

Valterli – Dona Lourdes.... eu acho que estava enrolado em uma bolinha de papel. Dona Lourdes mandou providenciar um curativo e ele levou o decreto da intervenção. E aí a polícia saiu atrás de quem tinha jogado a pedra. Acharam, né? As fotos. Pegaram as fotos nos jornais e acharam um rapaz chamado Jacúna de Alcântara, funcionário do Dergo. E prenderam o cara. Prenderam e levaram... supondo que o coronel ia querer dar uns tapas nele. E o coronel queria mesmo, o coronel Jaime Peixoto da Silveira. Aí seguraram as mãos do Jacaúna, aqui dentro do Dops. O coronel deu uns tapas e ele jogou a cara nos peitos do coronel e jogou o coronel lá trás. Aí, os policiais sacaram as armas pra matar ali mesmo e o coronel impediu.

Nonô – Só depois...

Valterli – Não, só depois não. Ele disse: Não vai fazer isso. Aí depois ele fez amizade com o cara, achou que o cara teve uma reação de homem, corajoso. Aí deram as mãos de amigos, lá dentro do Dops.

Pinheiro Salles – Ficou por isso mesmo...

Valterli – Ficou por isso mesmo, não mataram, não fizeram nada, foi morar em São Paulo ou no Rio de Janeiro, foi embora daqui. É... o jornalista José Marques de Albuquerque, da Folha de Goiás, contou mais ou menos esta história, conseguiu contar na Folha de Goiás, onde eu trabalhava na época.

Nonô – Cadê o José Marques de Albuquerque, ele ainda está vivo?

Valterli – Está vivo, é do Diários Associados, do Chateaubriand. Os Diários Associados existe ainda, é forte, em alguns estados. O Correio Braziliense é muito forte, é um dos grandes jornais do Brasil, e o Estado de Minas, que também é muito forte. Bom, eu agradeço muito a vocês...

Nonô – Nós é que agradecemos!

Sérgio Paulo – Temos que falar primeiro, quem foi punido, porque eles não tiveram como punir o diretor do jornal, ele não era diretor do jornal, ele diretor da imprensa universitária, que era o doutor José Balduino de Souza, que depois ia ser o secretário de Governo do Otávio Lage. Mas o Valdomiro dos Santos foi punido, tanto que ele entrou na Lei de Anistia. Ele foi anistiado muito tempo depois, postumamente. Grande repórter. O Valdomiro era uma beleza de pessoa, escrevia bem, tinha um texto... Ele sentava numa máquina e não tinha rascunho. Era palavra atrás de palavra. E ele foi demitido.

Pinheiro Salles – Não chegou a ser ameaçado? Preso, torturado?

Sérgio Paulo – Não, eu não sei se ele foi preso, aí eu já não sei. Mas ele foi punido e nós... o pessoal todo amparava do jeito que podia, né? Muita gente ajudou, anonimamente e quem recebeu a restituição foi a viúva, porque ele já tinha morrido, né? Ele tinha um problema de alcoolismo que, digamos assim, não era fatal, mas com toda esta coisa o trem desbandeirou, né? Ele se perdeu... Agora, foi tudo desmanchado, aquela equipe tinha ali, o Modestino Hermano, ele era mais conhecido em Goiânia, porque ele era zagueiro do Goiânia, chamava Manduca. Mas foi um negócio, assim, de perda de rumo, desarticularam... Para se ter uma ideia, eu ia falar isso aquela hora que o trem pifou. O Centro de Estudos Brasileiros, como o jornal, como a rádio, como o Departamento de Cultura da universidade que funcionava muito articulado e que tinha uma ligação com o pessoal de esquerda que estava no governo do Mauro Borges. Pra você ter uma ideia. Tinham vindo a Elenine Papas, que era ex-mulher do Paulo Singer, o Juarez de Brito Guimarães. Depois teve um comando com o nome dele, né? A mulher dele e todo...

Pinheiro Salles – A mulher dele foi assassinada...

Sérgio Paulo – Ela depois foi entrou num negócio, foi pra Argélia num negócio do embaixador e aquele com que me relacionei mais, que era o Piragibe Alves de Castro. Eram quadros intelectuais, assim, extraordinários. Então, você pensa, de repente tudo isso desapareceu em Goiânia? Depois do final de 64, eu estou tentando lembrar, mas eu acho que só a revista do Friedman, que era do partidão, é que foi fechada.

Pinheiro Salles – Depois do jornal? Qual revista, aqui de Goiás?

Sérgio Paulo – Chamava Walter Friedman, ele tinha uma revista, que era o ganha pão dele e pela revista ele dava umas infiltradas em algumas coisas. No dicionário do José Mendonça Telles tem lá o nome dele e o da revista. O que aconteceu na imprensa foi que a Folha de Goiás foi direitizando,

Pinheiro Salles – O jornal tinha nesta ocasião uma postura progressista?

Sérgio Paulo – não, mas era do grupo dos Diários Associados, mas era um jornal independente, né? Mas... se ajustou, né? E O Popular... porque o Diário da Manhã tinha como padrinho o Alfredo Nasser, que era o dono do 5 de Março, o dono era de fato o Alfredo Nasser. O Batista foi herdeiro dele por via da mulher, que era a Consuelo Nasser, sobrinha e ele pegou a carona. E o seu Jaime estava numa situação delicadíssima, né? Porque é preciso lembrar que ele era deputado federal do PTB e o PTB de Goiás não sofreu punições graças a uma manobra fisiológica, porque quando eles tiraram o Mauro, o vice-governador do Mauro era o Rezende Monteiro e aí tinha um grupo que pensava no PTB que era o Ozíres Teixeira, o Germino, lá da Vila Nova e tinha mais alguns. Tinha um doutor, que era lá do Hospital Santana, no Setor Aeroporto, eu não lembro o nome dele. E eles falaram: Rezende some porque o coronel Meira Matos está te chamando aqui em Goiânia. Você some e nós vamos conversar com o Meira Matos. E aí, eles foram e o Ozíres falou assim: Coronel, o PTB de Goiás não tem reivindicações, mas nós queremos permutar com o Governo Militar o mandato de vice-

governador. Porque se o vice-governador não renunciasse, ou assumia, ou eles prendiam, porque o Castelo Branco não admitia que a coisa tomasse formalmente a natureza de um golpe, de uma quartelada, quer dizer, o governador saiu porque estava sendo processado, abandonou o Palácio e aí o vice assume ou então o vice renuncia. E a tendência do Rezende era renunciar porque senão ele perdia o mandato de deputado e o Rezende Monteiro, debaixo daquela malemolência dele, foi um homem que fez muito por muita gente. Só pra se ter uma ideia, em abril, ou melhor, em maio, ele saiu de Brasília com o deputado sargento Garcia, não sei se vocês lembram, dentro do carro dele e ele acertou com o prefeito de Iporá, que era do PTB, eu tenho um funcionário lá em Brasília que é mal visto, e não contou quem era ele, mudou a identidade. O sargento Garcia foi secretário da prefeitura de Iporá dois anos, em 65 e 66, e aí quando os militares procurando ele, o Rezende cruzou de Brasília até Iporá dentro do carro. Ele era um homem deste tipo, só que ele não queria parecer que era de esquerda, de jeito nenhum. Então falaram: Rezende se some que nós vamos acertar. Aí acertaram como coronel Meira Matos que falou assim: Eu não tenho cacife pra fazer um acerto desses. O que eles falaram: O Rezende renuncia o mandato de vice-governador, abre o caminho para vocês fazerem uma eleição aqui, fajuta, né? Mas em troca nenhum membro do PTB será atingido por nenhum ato de exceção. E ele disse que não tinha como e aí você fala com quem pode. E aí ele foi falar com o Castelo Branco e o Castelo falou: mas coronel, uma miudeza dessa, o que é isso? Quantas pessoas tem o PTB de Goiás?, Ah, tem dois deputados federais, seis estaduais, quatro vereadores, uns seis prefeitos. Era tão fraco na política regional, porque ele estava subindo com o Jango e o doutor Juca tinha raiva do PT bosta, como ele falava, porque o PTB era muito pequeno e manso. Pois bem, mas fez o acordo e esse acordo só foi quebrado com a cassação do Jaime Câmara que era um jornalista, porque ele foi o último Câmara que sentava na máquina e redigia na redação. Ele era do PTB.

Nonô – O único cassado do PTB foi ele?

Sérgio Paulo - Exatamente e não só era deputado na época do golpe, como ele era o superintendente regional da Supra – Superintendência Regional de Reforma Agrária. E por isso ele teve que se comportar, mas o Popular baixou o facho também, né?

Pinheiro Salles – Mas tinha um facho elevado antes?

Sérgio Paulo – Tinha, mas nos limites do PTB, que era um pouco de resistência ao Mauro e depois, o interessante, é que ele foi cassado por arrogância, porque o Rezende Monteiro soube que estava na lista do AI-5, como ele e como o Pedro Celestino. Foram três deputados e o Íris, né? Pedro Celestino sabia e tomava isso como uma contingência, ele tinha uma trajetória de oposição, ele presidiu o inquérito da Câmara sobre a invasão militar da UnB, chamou o militar de baixo da polícia da Câmara, trouxe o comandante do Planalto pra depor na Câmara, não tinha jeito de não ser cassado. Ele falou: eu vou conversar com alguém, eu não. Mas o Rezende pegou o avião aqui e foi lá na fronteira do Uruguai encontrar o Meira Matos. “O senhor é nosso fiador e eu estou na lista do Conselho Nacional de Segurança da próxima reunião”. E ele falou: não pode. Foi em Brasília, fez um depoimento e tirou o nome do Rezende. O Jaime não quis acreditar que estava. E eu lembro do constrangimento no Popular, que todo mundo na redação com radinho de pilha ouvindo a transmissão da Agência Nacional, a leitura do AI-5 e depois a lista de cassações. Ah... o jornal foi arriando, porque era um negócio desmoralizador, completamente desmoralizador e seu Jaime estava lá, junto com todo mundo.

Nonô – mas ali a cassação dele não foi um ato de restrição, contra a imprensa, contra a liberdade de imprensa?

Sérgio Paulo – Foi também.

Nonô – Porque eu estava entendendo que foi mais em função da participação dele na política, na Superintendência de Reforma Agrária...

Sérgio Paulo – mas de qualquer jeito você rebate nisto. Como é que um cara do PTB, deputado, foi superintendente da Supra, ele dirige um jornal, rádio e televisão, como é que é isso? E assim, tiraram ele e botaram o Major Estevão dentro da redação do Popular.

Nonô – É isso que eu queria saber. Então teve imediatamente uma ação de intervenção dentro do jornal?

Sérgio Paulo – Eu acho que foi antes, sabe, foi antes do ato sair, já era isso que anunciava que estava endurecendo. Um dia chegou um militar, major e se dirigiu ao Wagner. Quem é o redator chefe? Sou eu. Está aqui uma portaria de designação. Eu sou censor.

Nonô – Se apresentou como censor? O nome dele completo era Estevão...

Sérgio Paulo – João Estevão, sei só isso, porque ele era de Porto Nacional, o Jamil que conhecia ele. E o Jamil ficava falando pra ele: João Estevão, você não tem vergonha não de fazer esse negócio? Mas ele não afrouxava, mas era militar, estava lá pra censurar e censurava tudo, tudo que passava do limite, ele censurava.

Voz de homem não identificada – E esses jornais faziam o quê? Escreviam o quê?

Sérgio Paulo – Bem, tinha jornal que era censurado tudo que ... tinha uns parâmetros assim, tudo que falasse nisso ou naquilo, você tinha que cortar. Aí, quem foi mais criativo foi o Estadão, né? Passou a publicar os Luziadas, receitas, coisas, assim, absurdas, que não tinham o menor cabimento de estar num jornal para evidenciar... e o Popular chegou a sair, como o Jornal da Tarde com página em branco, né. O Popular de vez em quando saía com espaço em branco. Aí tinha aquela coisa de dizer, nesta altura não tem mais, não tem ninguém na redação, como é que faz? O pessoal da oficina não tinha como trabalhar.

Nonô – Não tinha como fazer a diagramação, né? Era tudo manual, artesanal...

Sérgio Paulo – Tudo. Tudo era feito à mão. Depois que o chefe da oficina compunha a chapa... Quando eu entrei no Popular ainda tinha aquelas Raidenberg, o linotipista, aí tinha que compor e depois ia apertando, colocando mais uma chapinha aqui, outra ali, regula e fazia uma prova, passava o rolo com o papel em cima. Era muito... essa parte era muito manual, tinha uma rotativa, mas aí entrava na rotativa e imprimia duas páginas e tinha que girar o papel para imprimir o outro lado.

Nonô – Eu entrei no Popular quando estreou a Offset em 1979.

Sérgio Paulo – É... aí já era melhor. Mas eu estava lá quando se passou da coisa física para a fotográfica. Fotografava a chapa, mas não era offset ainda, foi muito rápida a intervenção...

Nonô – E voltando, a presença do João estavam era a primeira intervenção assim com nome que você conheceu dentro da imprensa goiana. Teve outras intervenções deste tipo, você tem conhecimento?

Sérgio Paulo – Eu acho que os outros jornais também tinha.

Nonô – Cada um tinha uma pessoa lá dentro.

Pinheiro Salles – E o censor, permanecia todo o tempo, todos os dias?

Sérgio Paulo – Todos os dias, do meio dia a meia noite. Lia tudo e a oficina não podia aceitar o material sem o censor ver. Era realmente censor. Agora, não era um censor agressivo (falando do João Estevão). Ele era um homem educado, silencioso. Acho que era uma estratégia, né? Porque a redação, como toda redação, né, é um lugar, assim, muito espirituoso, de muita malícia, e se bobear, eles comem seu rabo. Eu lembro bem que naquela época, quem enchia o saco da redação era o Pascão. E era burro demais, e vivia lá

dando palpite. Quando ele entrava na redação tinha alguém que punha uma espiga de milho na mesa

.Nonô – E ele nunca descobriu que aquilo era para ele.... (risos) E nem desconfiou da brincadeira.

Sérgio Paulo – Ele era tão primário, mas era sobrinho do seu Jaime né e o Eli Mesquita freqüentava a redação do jornal habitualmente. O Eli Mesquita era um vereador da UDN, mas ele era originalmente da esquerda democrática que foi abrigada pela UDN no fim do Estado Novo e depois ela saiu para fundar o PSD e teve alguns que acharam bom conviver com a direita democrática, que era a UDN e ficaram. E o Eli Mesquita era assim. Que eu soube dele foi que ele foi presidente do Tribunal, o sogro dele também foi interventor quando acabou o Estado Novo, acabou ficando. Então, ele era vereador e ia muito na redação, habitualmente duas vezes por semana, as vezes três vezes ele aparecia, conversava, contava piada. E aí foi caçado e sumiu, acho que constrangido. Uns três ou quatro meses depois da cassação ele voltou a aparecer na redação e o pessoal.. Aí tem esse outro lado, né, muito caloroso, humano. O pessoal procurou cercar, né, diante daquela coisa da tragédia pessoal da vida dele, porque era um momento pessoal. E chegou o Tarso e o Eli estava lá. E o Tarso com aquele brilhantismo dele, disse eu queria... há muito tempo que eu estou pensando em você para te perguntar uma coisa. E ele falou: Pode perguntar Tarso. “Os militares falam aí que eles cassam as pessoas ou por subversão ou por corrupção. Você não é subversivo!”. Aí, o povo foi saindo, cada um para um lado, ele foi saindo, sem graça (risadas e não dá pra entender os comentários)

Pinheiro Salles – Voltando neste tema da censura em se tratando dessa missão nossa. Só o Correio de Imprensa deixava espaços em branco, às vezes duas páginas. A outra imprensa restante, os meios de comunicação escrita, jornais, buscava alternativa, como o da Folha da Tarde, principalmente o Estadão e inúmeros outros. E o Popular deixava espaço em branco?

Sérgio Paulo – De vez em quando o Popular deixava espaço em branco, mas era como eu disse, era muito mais por contingência, porque não tinha mais como preencher. Não era uma forma de resistência e denúncia. Isto existia dentro da redação, porque na redação você tinha uma pessoa como o Wagner, que era emburrado. O Wagner não era ligado em nada e ele era mais emburrado do que os outros porque a irmã dele era irmã da mulher do Rivadávia que era secretário de Segurança que fichou.. então lê era concunhado do Rivadávia que ficou o pessoal de esquerda, todos. Então ele tinha uma posição de resistência. Ele era irmão do Walter, que era um cronista político que não tinha nenhum relacionamento com a direita. Ele tinha penetrado em muitos lugares, mas sempre foi muito coerente com a posição dele. O menino que era editor de esportes, era o ... depois foi secretário do Santillo, acho que foi chefe de gabinete do Santillo, mas ele era do Partidão, o Jairo Rodrigues. Então, a redação era uma redação consistente. Eu diria pra você....O Jairo Rodrigues era editor de esportes e o editor de política era o Walder junto com o Domiciano Faria que tinha uma atitude de desprezo por esse povo, então na redação não tinha como levar a redação a colaborar. A redação era censurada e o povo continuava fazendo matéria censurada todo dia. Eu posso dizer que na redação não tinha...

Nonô – Era autocensura mesmo

Sérgio Paulo – E o pessoal tinha consciência de que era preciso não mudar a postura. E aí tinha essa coisa do seu Jaime. Ele não era um resistente ativo, mas ele não impunha. Ele deixava o pessoal fazer.

Pinheiro Salles – Mas teve uma efetiva repressão aos profissionais de imprensa, porque não houve?

Sérgio Paulo – Eu penso que não houve porque o Castelo Branco tinha determinado que não se endurecesse em Goiás. E o marechal Ribas veio para Goiás com a instrução de não endurecer. Tanto que o inquérito não acabou, né? O povo foi para Juiz de Fora, voltou e ficou aquela coisa, atinge aqui fulano, atinge ali fulano. O Ari passou um ano preso, o Wilmar passou um ano preso, mas eu quero dizer que não houve

uma... a violência foi de demissão. Essa houve, no serviço público e tal.

Pinheiro Salles – Na imprensa existe alguma demissão como retaliação?

Sérgio Paulo – Não lembro. Já pensei nisto, quem que foi atingido, quem foi demitido, eu não lembro. Isto houve na universidade porque existia uma orientação do alto comando com relação ao formador, então, por exemplo, teve uma jornalista, a Maria Moraes, que foi embora para Brasília porque foi demitida. Ela era irmã do Marcelo Cunha Moraes, que foi demitido da engenharia. Maria era uma jornalista extraordinária, uma pessoa de grande qualidade. E aí, com a demissão do Marcelo e do Elder Rocha Lima, que era arquiteto e o Marcelo era engenheiro, eles foram para Brasília. Eles preferiram ir para Brasília e ela foi também. Igual o Clei Loyola, apesar de ser irmão do doutor Clenon, que presidiu o tribunal, o próprio Clenon aconselhou ele: Clei, oh, pega sua reta, senão o negócio pega ...

Pinheiro Salles – Mas seria muito eu falar que você, imagino que você está bem informado sobre estas coisas...

Sérgio Paulo – Mas eu quero te perguntar uma coisa antes de você continuar. Você falou sobre o episódio do Diário da Manhã que levou as demissões e as exonerações. Só para saber...

Pinheiro Salles – Na sua avaliação, de que maneira a ditadura prejudicou aqui a imprensa diretamente, de uma maneira geral e os profissionais da imprensa, de uma maneira mais particular?

Sérgio Paulo – Eu acho que foi terrível, terrível porque é isso que eu..., essa coisa que não é falada e se abafa é pior do que prender e torturar, porque é desmoralizante, porque aí ficava sempre a espada pendente e o pessoal mais firme ideologicamente tendo que advertir os outros contra a auto censura. Gente, olha, não vamos fazer o serviço deles, que é o que a gente fazia dentro da universidade. Não vamos parar de usar os livros, não vamos parar de ler, senão nós estamos fazendo o que eles querem. Agora isso não tem porque e evidentemente sufocava toda atividade crítica, né?

Nonô – E a coisa que não é falada como você disse, é que não era passada, não cumpria papel de jornalista, de comunicar, de informar. Nós tivemos a imprensa ou amordaçada dentro com censor ou depois até com a auto censura, que eu acho que foi impregnando, né, mas tinha a população que não recebeu a informação por causa do censor.

Sérgio Paulo – O cara tímido por temperamento como o Jávier e que diante da ameaça da prisão, ele recuou. Ele tinha uma posição muito mais progressista do que aquela que ele sustentou depois. E eles usavam intimidações e aí eu não sei quantos, eu mesmo fui chamado na polícia federal para depor. Só para te intimidar. Você vai lá e você tem que ir...

Pinheiro Salles – Eu quero saber de que maneira você sofreu alguma represália. Você informar e denunciar aqui, agora, como professor e como jornalista.

Sérgio Paulo – Como jornalista... eu saí do jornal, porque eu estava diante de uma situação em que, ou eu passava para trabalhar em 40 horas na universidade, porque eu não tinha 40 horas, eu tinha 20 horas e no fim de 1968, começo de 1969, me ofereceram o contrato de 40 horas porque não podia contratar mais gente e tinha mais aulas, mais alunos. Então, eu saí do jornal e como jornalista isso não ocorreu. Isso foi ocorrer como professor. Foi muito duro dentro da faculdade. Primeiro eu perdi a bolsa na Europa e aí por eu ser muito amigo do Farnesi, que era reitor, e aí o Jerônimo tinha sido demitido, o Farnesi era o vice dele, era uma peça...

Nonô – O Jerônimo foi demitido ou se demitiu?

Sérgio Paulo – Ele se demitiu.

Nonô – Ele também não era parte do esquema?

Sérgio Paulo – Mais ou menos, mas eu posso dizer que ele teve uma situação muito difícil porque foi aberto um inquérito contra o filho dele, que era chefe de gabinete dele, que era acusado de corrupção junto com o diretor do departamento de assistência estudantil, que era o Sabri Falu. Então o Marco Túlio de Queiroz e o Sabri Falu estavam no inquérito, e eu não sei se a acusação era verdadeira ou não, mas por desvio de verba do restaurante universitário. E essa era a acusação. E o Jerônimo teria ido ao ministro, que era aquele deputado do Rio Grande do Sul, eu não sei o quanto ele era submetido aos militares e levou a demissão dele dizendo que “eu não admito, eu sou o reitor, e tal e coisa, o senhor manda encerrar este...”. O ministro não falou nada, não tinha autoridade para falar nada e passou um mês, um mês e meio e o Jerônimo estava feliz da vida, achando que.. e aí um dia, alguém vem com o diário oficial: professor, olha, o senhor está exonerado a pedido.. (risos) Porque ele colocou a demissão dele na mesa do ministro. Aí, o Farnesi me reintegrou. Cancelou a minha licença para ir para o exterior, o que pra mim foi terrível. Eu aluguei minha casa, vendi meu carro, vendi tudo quanto é coisa para que eu pudesse juntar para comprar as passagens para ir para a Europa, pra ir com mulher e filho. Eu estava em pé nas pernas, e foi muito humilhante no primeiro dia de aula em março, eu tornar a subir a rampa para voltar a dar aula. “Uai, você não foi?” Era aquela coisa horrorosa, muito difícil. Mas aí o reitor falou, você ajeita aí, vai para São Paul, trata de ir para São Paulo fazer pós-graduação lá. E foi o que eu fiz. Tive muita sorte, fui aceito pelo professor Sérgio Buarque e comecei a fazer a pós-graduação a distância. Estava aqui trabalhando e aí, aconteceu uma coisa assim, eu tinha que trazer o Sérgio Buarque para fazer uma série de conferências e palestras aqui e depois levei ele em Caldas Novas. Eu estava em Caldas Novas com ele, fui buscar o jornal na rodoviária e voltei e mostrei: professor, o comando militar de São Paulo demitiu a Emília Vioti, sua assistente. Ele sentou, pegou o Estadão para ler. Isso foi em 1970. Aí ele falou: Então nós temos que ir embora, se for possível eu vou para São Paulo hoje. Não foi, mas na segunda-feira ele embarcou, na terça ele entregou o pedido de aposentadoria dele na reitoria, que foi o que o Fernando Henrique não teve coragem de fazer, né? Ver os colegas, o Florestan, que era o titular dele, ele era assistente do Florestan, que foi, nessa época, demitido da USP, como a Emília e ele fez de conta que não sabia de nada, apesar de ter sido muito solidário com o Florestan particularmente, né. Mas politicamente, covarde.

Pinheiro Salles – Você foi intimado, foi em seguida?

Sérgio Paulo – Não. Aí o professor Sérgio aposentou e eu entrei com o pedido de licença para ir para São Paulo porque eu tinha que retomar o meu processo, procurar outro orientador de tese e fui. E acabei sendo orientado pelo professor França, que era um excelente orientador e, mas quando eu voltei... quando eu cheguei de volta em 1974, meu contrato era de 12 horas, depois de passar três anos em São Paulo com 40 horas, porque quem ia para pós-graduação ganhava o tempo integral, a Fapesp, eu fui aceito como bolsista da Fapesp, então eu tinha dinheiro para pesquisar, pra comprar livro, pra tudo. Aí, chego aqui, salário de 12 horas e nessa coisa que eu comecei a dar aula na Católica e trabalhar no Popular, não, no Popular foi antes, desculpa. Fui achar outras formas de trabalhar. Aí, quando foi no segundo semestre de 1974, o Carlos Guilherme Mota, de quem eu tinha me tornado um amigo muito fraterno, lê ligou pra mim e falou: Olha, eu quero que você venha a partir de agosto, você vai... Ele selecionou cinco pessoas para participar de um seminário na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, seminário a cada quinze dias. Um sábado sim, um sábado não. O professor Nestor Goulart Ercílio, que era urbanista, era muito famoso, mas a especialidade dele é de história urbana, história da cidade, ele quer fazer um departamento de história da cidade com a Faculdade de Arquitetura. Ele está fazendo um seminário com umas 20 pessoas porque aí ele vai selecionar. Quando foi em novembro, o professor Nestor me convidou. Eu preparei minha documentação, minha contratação passou na Faculdade de Arquitetura, na Congregação. Eu fui contratado e já tinha horário, já

sabia tudo o que eu ia fazer. Aí o “Ganinha”, que era o reitor, mandou para o Gabinete de Segurança e o SNI vetou e mandou cancelar o contrato. Aliás, cancelou o meu e da mulher do Carlos Guilherme, que era Janice Teodoro, que depois entrou no departamento de história lá na USP. Pra mim foi um baque, um desastre. Aí, eu comecei a trabalhar aqui e não apresentei a tese. Eu terminei as matérias, fiz o exame de qualificação, fui aprovado, só tinha que ir para a defesa e não fui. Mas essa coisa foi uma constante e aí eu me envolvi a partir daí na militância acadêmica, que era onde cabia e a minha vida na universidade foi muito dura. Como se eu fosse invisível, porque não havia mais uma perseguição interna, havia um isolamento. Então, por exemplo, a Maria do Rosário Cassimiro, quando eu estava fazendo pós-graduação em São Paulo, ela hospedava no meu apartamento, minha amiga do peito. Mas... não, ela me cumprimentava, numa boa, porque essa é a forma mais falsa, de falsidade, né? Porque é aquela coisa do homem cordial, né? Mantém a cordialidade. Eu não tinha possibilidade de nada além do departamento, ser chefe de departamento, nada. Foram anos, assim, de dedicação à classe, porque era a única coisa que eu podia fazer, de militância acadêmica, tanto que eu presidi a fundação da Aduf, eu presidi a assembléia de fundação da Aduf e trabalhei muito no período inicial. E depois eu já tinha feito parte do grupo que tinha fundado a Asufego. Você conheceu seu Ernesto? Foi na sala dele que a Asufego nasceu. Com Ronaldo de Brito, aquele outro compridão, o Paulo Afonso, alguns que ainda estão por aí, João Nicolau, Eurico.. E aí os servidores precisavam do apoio dos professores porque eles não sentiam firmeza. Existia uma atitude de menosprezo pelo servidor, porque aquilo que vinha de Goiás Velho, de divisão de classe. Os intelectuais estão aqui e o trabalhador braçal está lá embaixo. A reforma de 70 foi trágica em relação a isso, porque a universidade tinha dois quadros. O quadro administrativo era técnico-administrativo, daí quando veio a reforma do Castelo tinha a possibilidade do servidor fazer pós-graduação e se tornar um técnico de nível superior, mas tinha eliminado isso do quadro. Você não precisava ser só professor, uma pessoa que trabalhasse num laboratório de química, de biologia podia ir, podia inclusive fazer pós-graduação. Isso tudo foi eliminado neste período. Então o Cassiano, por exemplo, era meu amigo, mas isso aí foi ficando, né...

Nonô – Amigos, amigos, negócios a parte...

Sérgio Paulo – Isso mesmo e havia uma pressão surda muito grande, porque ao mesmo tempo tinha colegas nossos que tinham sido demitidos na universidade e de vez em quando a gente era chamado para depor.

Pinheiro Salles – Aí que você foi depor?

Sérgio Paulo – Eu fui várias vezes. Uma vez em 1968, o pessoal da universidade, alunos e professores e servidores administrativos, os que eram participantes, nós montamos uma passeata muito grande. A passeata saiu da Praça Universitária, desceu a rua 10 e desceu pela Araguaia e foi até a rua 4, atravessou e aí me deram a função de balizar, ir na frente, pra dizer onde virava, mas aí o pau quebrou. A polícia saiu pra rua de cacete, bateu, prendeu. Foi o dia que o Telmo Faria levou um tiro na bunda dentro da Catedral, porque o Dom Fernando abriu a Catedral e mandou o povo entrar e o Telmo não tinha entrado quando o tiro pegou nele. Isto foi em 1968. Essa grande passeata era de todo mundo. Quando eu cheguei onde eu tinha deixado meu carro, porque eu tinha ido até a Araguaia de carro, eles falaram, você não entra aqui carregando coisas não, você pega o carro e vai lá da Araguaia pra frente você baliza. Eu fui e parei meu carro, quando eu chego no meu carro tem dois policiais federais. Isso deu pano pra manga porque na Faculdade de Filosofia tinha se formado um grupo como se fosse um conselho, porque existia um trabalho de sabotagem feito pelos agentes deles. Eles espalhavam por exemplo, que a Nono era uma informante, porque fulano era isso, porque beltrano era aquilo. Eles ficavam dentro da escola, como foi o caso daquela coisa do Modesto né, por que ele parecia

muito informante. E aí formado um conselho que era o Pereira, que era professor de antropologia, porque tinha que ser da velha guarda, o Joel Pimentel, Helter Dias Maciel, Samir Elou, professor de biologia educacional na faculdade de filosofia, irmão do antigo reitor. E eu não estou lembrando aqui, mas tinha mais uma ou duas pessoas. Cada vez que aparecia uma polêmica, porque aparecia, estão dizendo que fulano era isso... Aí eles diziam, vamos sentar e eles fizeram isso com muitas pessoas e foi muito, muito constrangedor. “Fulano disse lá na cantina que o Pinheiro está trabalhando como informante aqui. Quem disse isso pra você?”, aí falava “Mas fulano me disse que com certeza..”, aí chegava para o fulano... O pessoal tinha coragem de fazer isso e até desmontar muitas coisas.

Nonô – Por falar nisto, m você tem uma versão diferente de uma informação que nós temos de que o Modestinho, era aluno de jornalismo, foi seu aluno também...

Sérgio Paulo – Foi meu aluno...

Nonô – A nossa informação é que o Modestinho teria sido informante e até torturador. O que você acha disto?

Sérgio Paulo – Eu não acredito nisto, não acredito que ele foi torturador, não acredito. Tudo que eu sei do Modesto me leva a duvidar... eu acho que ele pode ter sido informante, mas assim, aquele cara que se oferece? Ele não era. Ele não era um agente.

Nonô – Querendo ser importante, querendo ser notado, além do corpo grande...

Sérgio Paulo – Eu disse para ela, que por circunstâncias eu acabei convivendo com o Modesto no fim da vida dele, porque a filha dele casou com um sobrinho meu, cujo pai era primo do Aloísio, que morreu agora a pouco tempo. O Felipe é casado com a filha do Modesto, então acabou que a gente voltou a se encontrar circunstancialmente.

Pinheiro Salles – O Aloísio é seu primo, né?

Sérgio Paulo – Não, ele é primo dos meus primos, mas aí existia uma coisa. Goiânia era muito pequena e chamava meu pai e minha mãe de tio eu chamava os pais dele de tios também, e a família se reunia muito e todo mundo era da Igreja Batista. A Igreja Batista era um lugar comunitário mesmo, envolvente e era uma família. Gente que veio do nordeste, gente que veio do Pará para Goiás, era uma igreja de gente humilde, então isso criou esse laço muito forte. Pois bem, o Modesto era o mesmo agora e o que era antes. Você não levava ele a sério. Ele tinha um ar de falsidade, assim. Eu não sei. A gente não pode falar nada com relação a isso, né, porque eu tomo a fala da Ana Lúcia, que nós militamos juntos a vida inteira. Ana Lúcia Silva, em muitas situações reservadas, dizia: “gente, oh eu vim aqui na reunião, mas eu só quero a ordem de poder fazer. Eu não quero saber nada, eu digo antes, eu não tenho nenhuma resistência a dor, se enfiar o sarrafo no meu braço eu abro o bico mesmo. Então não me contem nada. Só me digam a minha tarefa. Mandem eu ir pra frente eu vou e ponto final”. Este é o testemunho de uma militante que nunca afrouxou, mas que admitia uma limitação neuropsicológica dela. E porque que o Modesto iria resistir? Se você desse uma prensa nele, você acha que ele não contava tudo? Não falava tudo? Agora, não acho que ele tivesse estofo pra ser um agente, não acho. Por exemplo, o José Leal tinha, mas não foi.

Pinheiro Salles – Pegando o gancho aí, aqui em Goiás tinha um grupo de militantes, que vieram atuar aqui em Goiás e que foram assassinados.

Sérgio Paulo – Vocês tem os nomes?

Pinheiro Salles – Temos ... José Porfírio, e muitos outros, pessoas, Paulo, Ismael, Destas pessoas eu perguntaria a você, se você tem alguma informação sobre a mortes destas pessoas e além disto alguma informação sobre os autores destas mortes, torturadores e assassinos da ditadura?

Sérgio Paulo – Pois é, mas quem são eles? Vocês tem nome?

Nonô – Eu não estou com a relação aqui, agora, mas vamos lembrar aqui. O Arno, Ismael Silva de Jesus, Honestino Guimarães.

Sérgio Paulo – O Honestino eu lembro dele no Lyceu de Campinas e depois, porque lá na UnB, o Honestino era, vamos dizer assim, no movimento uma cria do Paulo de Tarso Celestino. O Paulo de Tarso era o veterano do Honestino e foi quem fez do Honestino um líder. Ele era uma cara, assim, que ajudou o Honestino a se expressar politicamente. Mas eu não sei sobre o Honestino, sei pouca coisa sobre ele.

Nonô e Pinheiro Salles – Tá, vamos ver mais. Algumas informações sobre determinadas pessoas não vamos nem citar porque a gente já tem muita informação em comum. A Maria Augusta, o Márcio Beck Machado, determinadas pessoas. Mas vamos lá, um jovem de 15 anos, o Marco Antônio Dias Batista, o que você sabe dele? Você tem alguma informação?

Sérgio Paulo – Eu sou amigo dos irmãos dele. Eu sei o caso dele como todo mundo sabe.

Nonô – Na época destes casos, você se lembra se teve divulgação? A imprensa chegou a divulgar de alguma forma essas mortes?

Sérgio Paulo – Não... pois é, ou então divulgava de acordo com o boletim de imprensa. Essa era uma prática, pela nota oficial, boletim de imprensa que o governo emitia era uma coisa terrível porque existia uma pressão pra que fosse aquela versão. Esse era um grande problema da imprensa, que não deixou muita informação chegar à população da forma que devia chegar.

Sérgio Paulo – Mas ela corria, né? Aqui no Centro de Goiânia, fórum, na universidade, as versões corriam. E a pressão... sabe, o Paulinho, o Paulo Celestino, eu ia muito à Brasília encontrar com ele e depois, mais ou menos na época que a gente foi pra São Paulo, em 1970, o Paulo sumiu e tio Pedrinho andando pelo Brasil atrás dele, era uma coisa triste demais. Você ver um pai, arrasado mesmo e ia no DOI-CODI, na Operação Bandeirantes, e aí lá na USP, e como eu era professor da UFG, minha posição lá não era de mero aluno, eu era colega deles de uma certa forma e me tornei muito, muito mesmo, amigo do diretor da faculdade de filosofia, que era um homem que resistiu. São Paulo tinha muitas famílias poderosas. O professor Eurípides não aceitou o controle militar dentro da faculdade de filosofia. Já era na Cidade Universitária, mas não aceitou de jeito nenhum controle e o fato dele ter sido major da FEB, ele lutou na Itália, então, ele tinha uma patente. Essa gente chegava lá e ele falava: Se vocês forem por vai ser contra a minha vontade e tem que por patente superior a minha, porque senão eu não obedeco. Ele era assim. E um dia eu falei pra ele: professor tem um primo nosso que sumiu e o senhor tem contatos? Aí ele falou: Ah, não, eu pergunto, porque eu tenho antigos colegas... E uns quatro dias depois ele mandou me chamar na diretoria. A gente não tem idéia que a faculdade de filosofia nessa época era maior que a UFG. Ela tinha 15 mil alunos. Era um negócio gigante, então o diretor era uma figura muito alta. Ele mandou me chamar na diretoria: Sérgio, como você me põe numa fria? Saiu daqui agora um oficial de inteligência do exército porque ele foi informado que eu andei perguntando sobre Paulo de Tarso Celestino e eles queriam que eu fosse depor. Deu um upa pra encerra o episódio. Não porque é um parente e tal, não sei o quê, enrolou, enrolou. Eu estou preocupado, mas não é comigo não, que não vai acontecer nada, mas você fica aí falando o nome, eles te levam cara. Esse nível de intimidação era comum, porque basta um oficial de segurança entrar numa faculdade e a faculdade inteira tremia. E o Paulo foi morto pelo Paraná. Ele foi para aquela casa de Petrópolis, de lá foi jogado no mar...

Pinheiro Salles – Eu te pergunto, se você recorda, se lembra de nome de pessoas assim que foram, que contribuíram mesmo com a ditadura, como delatores, com contribuição financeira e além disso, você chegou a saber o nome de alguns dos torturadores que assassinaram estas pessoas? Que torturaram presos políticos?

Sérgio Paulo – Pois é, esse delegado que eu não me lembro o nome, era tido como torturador. Delegado do Dops. Mas é fácil saber quem era, porque ele desde 1967/1968 ele era o delegado do Dops. Estadual daqui de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Ele colaborou ativamente prendendo gente e o Capitão Fleury evidentemente estava em todas.

Pinheiro Salles – O João Divino foi preso a mando do capitão Fleury. Você sabe disto?

Sérgio Paulo – Não. Sei que ele foi preso. O João Divino foi meu colega de Lyceu, nós, fomos colegas de classe, mas era muito evidente a presença do Fleury. Eu assim, agora, não me lembro, tinha que...

Nonô – Esse secretário de Segurança Pública...

Sérgio Paulo – Secretário não, delegado da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. Era um que tinha o lábio leporino.

Pinheiro Salles – Sérgio, você, apesar de não lembrar, você sabe que houve torturas e mortes no 10º BC, né?

Sérgio Paulo – Eu lembro do João Batista. Quando eu era, no meu tempo de aluno, o Colemar no começo da Universidade, tinha montado um esquema muito interessante de ter no gabinete dele alunos como oficiais de gabinete. Então tinha o José Carlos de Almeida como oficial de gabinete vindo da área de Ciências Humanas. O Ovídeo de Angelis da faculdade de Direito. O Jéferson Bueno da Engenharia e o João Batista, do Instituto de Artes. E o João era um militante com comprometimentos grandes na militância, clandestino inclusive. E eu lembro de ter encontrado com ele pela última vez e ele flou assim: Eu não sei se eu vou conseguir, mas eu vou me mandar. Eu vou porque eu passei, durante cinco noites seguidas em pé num pranchão no 10º BC, de mão amarrada, de olho vendado. O pranchão fica em cima do gerador do quartel e o gerador funcionando. A noite inteira.

Nonô – Esse tipo de tortura eu não tinha ouvido ainda.

Sérgio Paulo – O temor de cair da prancha... você põe meio pé pra fora, você amarrado, com o capuz na cabeça e foi ruim demais e eu não agüento isso de novo. E houve torturas... a tortura mesmo que não fosse física, a tortura moral era terrível, como a que eles fizeram com o Oriestes. Ele tentou se suicidar, tentou com um garfo cortar as veias do pulso. Nós tínhamos uma fonte de informação, aquela coisa que você não explica, o Cid Albernaz, que era ligado... O Cid Albernaz foi secretário de Indústria e Comércio do Mauro Borges, foi leal ao Mauro, até hoje ele é leal. Assumiu um compromisso, ele não volta atrás. Ele foi o único secretário que ficou com o Mauro e saiu do Palácio com o Mauro no dia deposição e ele, eu não vou contar a história do Cid que é muito complicada. Como é que eu cheguei lá, é porque o professor Atiço era professor de Ciências Econômicas de Anápolis e o Atiço era professor de Introdução da Economia Política, História da Economia Política, que tem no curso de Economia e o professor Atiço Vilas Boas entrou no IPM e não podia continuar na faculdade porque não tinha sido nomeado e ele me indicou para ser professor no lugar dele, retroativamente para receber a grana dele, porque isso em Goiás era possível, estado muito provinciano, essa coisa de ter um amigo aqui, leva o processo e tal e eu acabei ficando ligado ao Cid Albernaz porque eu fui lecionar na faculdade onde ele era diretor. E ele que era um homem ligado aos militares, um dia falou assim pra mim: Vocês tem que tirar o Atiço de circulação, porque tem uma ordem de prisão pra ele e ele não agüenta

mais. Ele ficou 40 dias trancado numa latrina, no quartel lá na segunda, onde as privadas eram de um metro quadrado. Aquela coisa de meia parede, uma portinha, né? E só o vaso sanitário. Ele estava morando lá, era lá que ele dormia, comia, era com a água da latrina que ele se lavava. E o Cid falou: Ele não vai aguentar. Aí, eu passei na casa do Atiço, conversei com ele, com a dona Alzira, nós somos até hoje amigos muito fraternos. Ele me liga lá da Bahia.

Sérgio Paulo - Ele fez uma coisa muito inteligente. Ele criou uma fundação com o nome do pai dele lá na terra dele. Transformou em instituição pública e tem um pouco de auxílio para ele poder manter todo o acervo e aí quando foi meia noite, eu passei na casa do Atiço com o João de Almeida, irmão do José Carlos de Almeida, porque ele conhecia o caminho e a gente tinha que ir meia noite e voltar antes do dia clarear. Viemos trazer o Atiço na fazenda do Farnesi Maciel. E ele acolheu o Atiço durante 40 dias na fazenda em segredo total. Depois disto o Cid Albernaz informou que o Oriestes tinha sido preso de novo e aí ele ficou muito mais bravo, porque o Oriestes não era como o Atiço, que era um homem de cultura, que era de esquerda. O Oriestes era um militante, liderança do Partido Comunista. O Oriestes foi meu professor no Lyceu nos anos 50, aí sim ele era novinho. Ele era aluno do curso de filosofia da Católica, que não era nem Católica, era Faculdade de Filosofia Católica só. Era 1957/1958 que ele foi meu professor. Ele devia ter uns 22 anos, um pouco mais, uns 24 anos, isso em 1958, então em 1968 ele já tinha uns 30 e poucos. O primeiro casamento dele já tinha ido pro espaço, ele era casado com a Ruscaia, que também era fichada e começava pelo nome, Ruscaia. Primeiro ele casou com a Aparecida. Nessa época que eu conheci ele. Ela foi meu professor, ela professora também do Lyceu de Campinas.

Elma Dutra – Professor e sobre aquela assessoria de segurança e informação dentro da reitoria, a ASI, que tinha lá o pessoal da polícia federal?

Sérgio Paulo – A ASI é o seguinte, ela foi criada no tempo que o Farnesi era reitor. E o Farnesi, que eu acho que hoje é um homem muito injustiçado. Porque as pessoas: Ah, no tempo dele teve 477, teve, mas quem aplicou foi a dona Lena, a Nancy, foi o Jerônimo Queiroz, foram eles, porque eu mesmo lembro, um dia me chamou na reitoria...

Nonô – E também o reitor não tinha autonomia para dizer não. Vinha a polícia...

Sérgio Paulo – Vinha o processo mandando fazer e eu vi o que foi contra os meninos do DCE, eu já era professor e fui uma espécie de pára-raio do Farnesi para tentar conter, fazer um acordo com a dona Lena para parar de brigar e aí ela trouxe o Zé Leão para a assessoria, porque era um homem que tinha muito acesso ao SNI, no Rio e tal e coisa. Aí veio a ordem para o Farnesi criar a ASI e ele falou: - *Eu não crio isto nunca*. Porque, eu não quero dizer que foi da cabeça dele, mas ele era irmão do Lisânias Maciel. Ele não faria isso nunca, porque ele não tinha como responder para o irmão dele. O irmão dele foi secretário geral do Ministério da Justiça logo depois do golpe, quando o Milton Santos assumiu e ele passou a ser o canal pra onde o pessoal da esquerda levava os pedidos para evitar tortura e morte. E aí Milton Campos recebendo dele aquela massa de informação pediu demissão, foi por isso que ele saiu. Então o Lisânias aí radicalizou contra o golpe, foi eleito deputado federal, foi cassado, foi embora para Genebra, então o Farnesi não faria isso e eu sou testemunha porque um dia ele me chamou lá e falou: Olha esse negócio aqui eu negocieei, negocieei, não tem jeito, está aqui, IPM contra os meninos do DCE e o presidente é lá da Agronomia, eu estou num mato sem cachorro com esse trem. Aí eu pensei e falei: Nós pensamos e olha Farnesi, o único jeito que tem é você designa para presidir o inquérito o professor, como é que chamava, ele foi desembargador, já era juiz, eu falei com ele porque era companheiro dele no Conselho de Ensino e Pesquisa, Antônio Nery. E ele falou: Não pode aparecer a minha convivência com nada, me nomeia para presidir porque no inquérito vinha escrito, 48 horas

para aplicar a pena. O despacho que vinha do Ministério do Exército era sumário, não era para discutir. Então você nomeia o Antônio Nery e vamos deixar correr e quanto menos a gente conversar, melhor. O Antônio Nery recebeu o inquérito e devolveu com ofício dizendo que ele se dispunha a presidir o inquérito mas a lei exigia que o presidente do Tribunal de Justiça concordasse que o juiz trabalhasse fora do Fórum e aí o processo voltou para a reitoria e o Antônio Nery não entregou no gabinete do reitor, entregou no protocolo. E aí só para chegar no gabinete foi uma semana, aí o Farnesi mandou fazer um ofício para o presidente do Tribunal de Justiça. Olha, levou uns 45 dias para chegar ao fim e o Antônio Nery conseguiu baixar, baixar... Ele era filho do seu Nery que tinha uma farmácia na Rua 55 com a rua 68, Farmácia Nery e não tem mais. Os alunos receberam 30 dias de suspensão e o Farnesi ainda baixou a portaria em julho, eles levaram a suspensão nas férias. Por quê? Porque ele designou o Mário, que era o tesoureiro da universidade, o Mario Coelho para ser o titular da ASI. Enquanto ele foi reitor, o Mário Coelho respondeu pela ASI. A gaveta dele vivia cheia destes trem. Ele enfiava na gaveta, não respondia, embrulhava... Aí o Farnesi falhou conosco porque na hora de eleger o sucessor dele, ele disse que não podia ser desleal com Paulo Perilo, que tinha sido leal com ele todo tempo, que o Paulo não era candidato dele, mas que ele não patrocinaria. Ele tinha que patrocinar, mas ele não quis. Com isso o Paulo foi eleito reitor.

Nonô – Que era um representante da direita bem...

Sérgio Paulo – Ele tinha vetado os professores da Engenharia junto com o Irapuã. Marcelo Morai, Helder Rocha Lima, tinha um outro baixinho que o irmão dele trabalhava no cartório junto com o Wanderlei Medeiros. Todos eles eram do PC e... Aí o Paulo no outro dia conversou com o capitão Fleury, que indicou o pai dele, que era o general Godinho, o nome dele era composto Godinho Fleury não sei o quê. E o general Godinho assumiu a ASI. Você lembra disto?

Elma Dutra – Quando eu cheguei já era o professor José Elvis que estava na ASI, o Ivo, o Sanches, que amendontrava a gente, que vigia os passos da gente, um baixinho, não sei se você lembra dele, que deixava uns bilhetinhos na mesa. Eu estudava de manhã, entrava meio dia e ele passava para...

Sérgio Paulo – Eu não me lembrava mais do José Elvis...

Elma Dutra – Ele de vez em quando pegava no braço da gente, levava pra lá, trancava o dia todo. Isto antes dele vigiar os passos, principalmente dos funcionários que estudavam no ICHL e ele dava um jeito de saber toda a movimentação, principalmente quando tinha greve, algum movimento.

Sérgio Paulo – Agora, nisso que acho que o Modesto entrava. O Modesto não tinha coragem de resistir a um braço de um cara desses nunca.

Elma Dutra – O José Elvis sempre segurava no braço da gente e falava, vamos ali conversar um pouco. Trancava e ficava lá...

Sérgio Paulo – Você lembra do Laerte? Ele era filho do professor, como é o sobrenome dele? Foi meu colega de curso primário, de jardim de infância e é meu amigo até hoje. E ele era um cara muito cuidadoso. O pai dele era desembargador, tinha sido, já nessa época já tinha se aposentado. Laerte Campos, o pai dele doutor José Campos, escreveu um livro lá nos anos 50 sobre a visita dele à União Soviética. Era daqueles intelectuais que: Pô gente, ir para as fileiras do partido eu não vou, mas eu faço minha parte. Eu lembro que ele foi levar pro meu pai lá em casa um livro dele, fez tipo mil exemplares, o que naquele tempo era muita coisa, era muita coisa, só para entregar para os amigos e conhecidos. E o Laerte que era um homem muito formal, mas a sala dele era do lado e era uma parede de madeira. O Laerte livrou a cara de muita gente. De vez em quando sumia documento de processo, era a resistência que o servidor da reitoria podia fazer, que era

possível e importante porque desorganizava um pouco a repressão, né?

Elma Dutra – E pra gente era muito difícil. Quando eles perguntavam as informações, a gente dizia: mas é só isso aqui... E sobre a Escola Superior de Guerra que até a professora Cassimira fez e que muitos professores fizeram naquela época, que era uma escola da direita...

Sérgio Paulo – Muitos fizeram. A Escola Superior de Guerra convidava civis, Cassimira. Esse povo teria sido reitor se não tivesse feito a Escola Superior de Guerra. A Cassimira até um dia me desancou no jornal porque eu numa revista da UFG eu falei sobre os anos de chumbo, e foi a época que ela foi reitora e ela ficou uma arara com isso. E ela falou uma coisa horrível. Publicou um texto no 5 de março assim: que o texto era dedicado aqueles que mijavam na onça depois de morta. Sabe, eu não vi esse texto, depois o reitor, como que chama, o Edward, eu escrevi um texto pra revista da UFG agora no mandato do Edward e aí ele falou assim. Sérgio, a Cassimira falou isso assim, assim, eu achei que você ia responder. E eu disse para o Edward que eu não podia responder porque eu cito as coisas no artigo, mas sem citar nomes. Eu menciono circunstâncias, porque difícil porque como você faz pra... por exemplo, Jerônimo Queiroz já tinha morrido, eu vou citar o cara? Isso é uma coisa ruim, citar uma pessoa morta que não pode se defender. Mas eu encontrei com ela e falei pra ela: O que você fez, não se faz. Isso é coisa de capanga de Catalão, porque eu tenho liberdade com ela pra dar uma resposta. Mas ela só foi reitora porque ela fez a Escola Superior de Guerra e porque ela era reitora do Projeto Rondon. Quem fez ela reitora foi o capitão ????? que era o coordenador geral do Projeto Rondon e ela exigiu o que a lei dava direito e que geralmente ninguém sabe. Quando uma pessoa é aceita no curso da Escola Superior de Guerra ela recebe a licença de um ano pra fazer o curso com direito as diárias de um ano, servindo fora a base, não é licença. E tinha uma lei federal que foi cancelada há pouco tempo, a uns anos atrás, que dizia o seguinte: todo servidor que servir fora da base, a partir do 31º dia ganha diária dobrada. A Cassimira, antes de ir pro Rio recebeu isto. A universidade teve que pagar pra ela de uma só vez. Ela comprou um apartamento à vista, com a diária da Escola Superior de Guerra. Isso é corrupção, porque é dinheiro demais. Você pensa bem, um reitor tem aí...quanto é a diária de um reitor é o que R\$ 200, R\$ 300? Você põe aí 600 vezes isso.

Pinheiro Salles – Para terminar, eu te pergunto: Na sua avaliação, no seu conhecimento histórico, em que governo da ditadura, a repressão foi mais intensa aqui em Goiás, principalmente na imprensa e porque?

Sérgio Paulo – No governo do Médici

Pinheiro Sales – Em Goiás, dos governadores?

Sérgio Paulo – Durante o período do marechal Ribas, ele segurou muito, ele estava era estabelecendo os controles, mas quando veio o Otávio Lage, correu solto. O secretário de Segurança, que era o coronel, como ele chamava... era um coronel do exército, ele era bravo demais, não tinha a menor consideração. E prendeu, prendia, reprimia, mantinha a censura em tudo quanto lugar. Eu acho que no governo do Otávio Lage foi o pior período.

Pinheiro Salles – E para concluir mesmo, algum fato relevante que você queira registrar em relação a esse tema que nós estamos abordando, que você deixou de falar? Você comentou da passeata que você chegou e tinha dois oficiais...

Sérgio Paulo – Pois é, o secretário de segurança do Otávio Lage era o coronel Pitanga Maia, aí eles eram dois agentes, mas que estavam naquela repressão subordinados ao Pitanga Maia e eles estavam lá no carro e falaram assim: O senhor é o dono carro? Na hora que eu cheguei com a chave na mão e eu fiquei muito encabulado depois disso aí, que nós não chegamos a saber quem era, porque eles sabiam meu nome e

sabiam a placa do meu carro e essa comissão que tinha o Helter, o Joel, alguém de dentro da faculdade, pode ser, viu você sair com o carro e informou, né? Aí eles me pegaram e me levaram atrás do Palácio, ali na avenida 82, aquele prédio o Mauro Borges tinha apenas começado, era só o esqueleto, que hoje é chamado Palácio Pedro Ludovico, e aí ele me olhou, me interrogaram ali mesmo e eu disse: não to sabendo de nada, passeata? Não estou sabendo de nada, de absolutamente nada. Nunca ouvi falar nada, mas eu acho que o Pitanga mandou me soltar e ele não queria confusão porque o mesmo tipo de parentesco que eu tenho com o Aloísio, eu tinha com o Ozias Teixeira que era vice-governador do Otávio Lage e em julho, no ano que eu entrei na faculdade e isso criou uma situação muito dúbia para mim. O Otávio Lage viajou para a Europa e o Ozias ficou 40 dias no Palácio. Ele que foi na minha casa e me procurou e disse: Você precisa ir trabalhar comigo no Palácio, não interessa de que jeito. Eu quero você fique dentro do gabinete. O governador tem que assinar de 200 a 300 processos por dia, e eu quero que você leia tudo. Eu começo a despachar as 9 hs da manhã e tem que estar tudo lido. Olha, não passava um dia sem achar um processo assim reforma do grupo escolar não sei o que, Porto Nacional e aí tem 200 e 300 páginas e lá no fim a página do governador assinar. O que acontecia. O governador lia, lia e virava a parte de baixo do processo e assinava. Estava escrito assim: nomeia José da Silva fiscal arrecadador, Palácio era cheio disto. Era armadilha para o próprio governador e eu não tenho dúvida, está cheio de gente. Eu fui, conversei na faculdade com todo mundo, a situação é essa, assim, assim e falei pra ele: Ozias, eu vou te ajudar por uma questão fraterna, de amigo, porque eu tinha trabalhado com ele na Assembléia quando ele era deputado, antes do golpe, deputado pelo PTB. O PTB foi minha origem, foi aí que eu comecei e conheci o José Porfírio, em 1963, o José Porfírio era do PTB. Ele entrou pela mão do Mauro, mas não conseguiu se ajustar ao PSD, foi para o PTB, mas um desserviço que o Mauro prestou. Eu vi o José Porfírio, é humilhante, o deputado punha o José Porfírio na Comissão de Constituição e Justiça, eu via, e aí a gente ficava assessorando ele para não falar nada, ficar em silêncio, na hora de assinar, que ele tinha que dar um parecer, a turma lia o parecer para ele, explicava bem pra ele, por que a inteligência dele era afiada, mas era isso, armadilha da vida intelectual, como que faz? Pois bem, o Ozias, eu vou te ajudar no Palácio, é uma ajuda pessoal, com a condição da polícia não sair atrás de estudante enquanto você estiver no Palácio. E chamou o coronel Pitanga Maia e disse assim: sem polícia na rua. Ah, mais... Aí ele me viu e falou assim: Esse moço tem uma ficha, ele fez no mês passado um seminário no DCE sobre acordo Mec.... eu mandei gravar e eu tenho a fita. O senhor está com um subversivo no seu gabinete, acho que foi por isso que ele não me prendeu. Porque ele pensou que ia ter o vice-governador na cola dele. Mas durante 40 dias os estudantes não tiveram polícia. Agora o Ozires fez uma coisa que eu achei muito ruim, ele mandou chamar lá todos os líderes secundaristas. O Professor aqui me convenceu e eu fiz isto, isto e isto, mais quero dizer o seguinte. Vocês podem fazer as manifestações, vocês tem direito, eu garanto, mas se quebrar um vidro de um colégio estadual, vocês vão colocar os dez dedinhos lá na secretaria de Segurança Pública. Aí vocês não vão ser réu primário mais o resto da vida de vocês. Durante 30 dias não depredaram nada, imagina, foi uma armadilha, porque os meninos não agüentavam não pegar um tijolo e jogar na vidraça.

MARCO ANTÔNIO FRANCISCO DE ARAÚJO (MARCÃO)

“Participei do movimento estudantil secundarista. Na época a gente se organizava numa entidade chamada Frente de Reorganização Secundarista. Na época da ditadura militar estava com uma banca de revista na cidade - esquina da Avenida Anhanguera com a Rua 8. Eu fui dono dela só 29 anos. E, diferente das outras, eu vendia todos os jornais da imprensa alternativa: vendia o Pasquim, que era distribuído pela Distribuidora Jardim; A Hora do Povo, O Companheiro; o Jornal da Luta Operária...

Um dia de manhã, eu chego cedo para abrir a banca e encontro um panfleto na porta ameaçando explodir a banca se eu não parasse de vender os jornais Hora do Povo. Eu conseguia até a Hora do Povo pra vender. E ameaçando que se eu não parasse de vender esses jornais ia explodir a banca. E o Comitê de Anistia – do qual fazia parte – tomou uma decisão que foi de fazer uma vigília democrática na banca. Todo mundo ia sentava no banco da banca e ficava um período lá, em vigília, conversando, das 11 horas da noite até no outro dia na hora que eu ia abrir a banca. Era final de 69, quando tinha essas ameaças. uma figura que me surpreendeu foi o delegado do 1º Distrito, Roberto Stalin. Quando eu contei pra ele sobre os panfletos na minha banca, que ficava em frente ao hotel da família dele. E ele disse: “Mas Marquinhos porque o povo está te ameaçando?” Aí eu peguei e mostrei os jornais pra ele, que falou: “Mas você também é comunista demais! Você tem que parar com isso.” Aí ele pega e fala: “Pode ficar despreocupado que eu vou vigiar esta banca. Eu durmo naquele quarto ali do hotel e de lá eu vigio a banca”. E uma noite ele deu dois tiros na banca, lá, porque disse que tinha uns meliantes lá que iam explodir a banca. (risos) Mas esse era o final de 69 quando tinha essas ameaças. Aí a gente conseguiu não ser explodida a banca”.

E uma das coisas folclóricas foi uma das visitas do Mauro Borges, o governador Mauro Borges também foi fazer vigília na minha banca. E eu fui rapidamente em casa, buscar um café quentinho pra servir educadamente. Goiano né? Aí eu chego lá, minha mãe não queria deixar eu voltar com medo de eu ser preso. Aí eu falei: “Oh, mas aí eu vou ser mal criado com o Mauro Borges, porque ele está lá na minha banca fazendo vigília!” Aí a família saiu todinha pra levar café, pão de queijo. Era a anistia que mobilizava. O Luiz Antero foi torturado... Foi preso. É esse que estava mijando sangue que eu estava contando pra você. Aí, tinha um cara da polícia federal - eu não sei se ele era o superintendente da polícia federal na época, eu sei que ele era um carecão, vestia um terno preto e eu sei que o Luiz na hora que via esse cara tinha um transtorno típico revolucionário violento, violento..... E então eu fui conversar com o doutor Manoel de Freitas Machado, que era dono de hospital. Falei com o doutor Manoel e, mais tarde, descubro que era do Alano de Freitas Machado, que depois veio ser deputado pelo PMDB, que era de uma família lá de Jaraguá. Não era uns Caiado da vida, mas era mais ou menos. Aí fui falar para o Luiz e ele não quis ir a nenhum médico, com medo de que fossem entregá-lo à polícia assim que contasse como ficou urinando sangue. Panfletos apócrifos foram pregados na banca me assim: “Se você não parar de vender os jornais terroristas, de esquerda, antipátria, não sei o quê...” Aí listava todos os jornais que eu não deveria vender, até jornal que nunca teve em Goiânia. As ameaças foram repetidas duas vezes antes da manifestação do Comitê Goiano pela Anistia e da Vigília Democrática. Na segunda vez colou na minha banca e na banca que é na Avenida Goiás com a... na Praça do Bandeirantes subindo a Avenida Goiás. O rapaz ficou muito assustado. Eu fui lá, conversei com ele. Aí o Mauro Borges estava junto.

Tinha... a gente brincava lá, que lá tinha virado um Senadinho, porque tinha todos os jornais e aí virava uma polêmica. Teve uma capa – “O povo não aperta essa mão” - do Tribuna da Luta Operária. Foi o caso de uma estudante, que o presidente Figueiredo estende a mão para a menininha e ela não estende a mão pra ele. Aí, o Tribuna colocou: “O povo não aperta essa mão”. E eu peguei o jornal e botei uns três abertos e pendurados na banca, só para fazer confusão..”.

Então, eu cansei de ir com Fróes para o 5 de Março, porque além dele fazer o fechamento do “Café da Esquina”, de fazer aquela palhaçada toda lá, de zombar com o regime, acabava que eu pegava o jornal primeiro pra vir pra banca, né? Eu não dormia, né? Aí eu pegava o jornal pra trazer pra banca pra vender. Então tive essa ligação também. E muito destas piadinhas que a gente bolava contra a ditadura, não publicava também, mas foi o Batista que não deixou, mas aí ele também não falava, né? Aí ele falava: Não, não foi publicado. Mas a gente ficava bolando, no Pit Top, que era um boteco que tinha na viela da rua 7, perto do

Restaurante do Armando. A gente ia pra lá e acabava que a gente falava da revolução mais do que tudo, era revolucionário de bar..

No final de 77, começo de 78, o Comitê Goiano pela Anistia começa a atuar. Aí a gente tomou a decisão de fazer as pichações pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; fazer uma carta, pedindo a soltura do Aldo, a libertação do Aldo. Foi essa carta ao Aldo, pedindo a libertação do Aldo. O organizador popular era o Pedro Wilson, ele quem dava as ordenadas no Comitê Goiano pela Anistia. Então ele formou uma Comissão de Familiares, uma comissão para redigir esta carta, que eu fui membro, pedindo a soltura do Aldo do presídio da Justiça Militar Federal. Comissão da Anista Goiana que foi era composta pelo João Divino Dorneles, o Graciano, irmão do Aldo, e o outro, se não me engano, era o Linio de Paiva. Na prisão, segundo memórias do Pinheiro Salles, quem recebeu a comissão goiana foi o próprio Pinheiro, o Aldo e um companheiro da ALN, Reinaldo Mourão.

A visita da Terezinha Zerbini, fundadora nacional do Comitê da Anistia esteve aqui, na Câmara e foi uma das grandes mobilizações que o Comitê Goiano fez. Outra grande mobilização do Comitê foi a visita do Prestes, lá também na Câmara, assim que ele retornou. Por exemplo, o Aldo, o Tarzan, a Marina, o próprio Euler, não tinham voltado quando o Prestes veio. E o Jornal do Deboche, da Cooperativa dos Jornalistas, fez uma entrevista com ele.

Como ativista do Comitê Goiano pela Anistia e dono de banca de jornal, me botavam pra recortar tudo quanto é coisa que saísse sobre a Anistia e sobre a luta popular. Então, era para ter um arquivo grande da anistia muito grande, mas não tinha, porque as notas eram todas pequenas, até que, no final de 79/80, aparece mais forte o movimento estudantil e começa a ter manchetes s, tanto no Popular, quanto no próprio Diário da Manhã. E já tinha também o jornal Opção diário e o Diário da Manhã, na avenida 24 de Outubro, em Campinas.

Dona Joaquina, mãe do Tarzan de Castro, tinha sido a última presidenta do PC do B, do diretório estadual, quando o PC do B foi desmantelado por conta do tiro de guerra. Eu não conheci o Marco Antônio, mas o admirava e defendi que o primeiro grêmio a ser reconstruído em Goiás deveria chamar Marco Antônio Dias Batista, que foi o do Carlos Chagas. Achava ele muito atrevido, de uma ousadia a toda prova. Eu o admirava, principalmente quando me contaram que ele pegou uma bomba e colocou embaixo do jipe do tal capitão Pitanga Maia. Nos anos 70, era o que a gente procurava, a gente estava em busca daquilo e achava, naquela atitude dele, a rebeldia maior.

A ditadura prendeu e sumiu com o Honestino... Eu sei que por conta de uma homenagem que nós fizemos a ele. Eu fiquei encarregado de conversar com o Dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia, para pedir ele para a gente fazer uma homenagem durante uma missa lá na Catedral. Aí eu fiz o texto e Dom Fernando corrigiu texto todinho e me fala assim: “Você está fazendo o que mesmo jovem?” Eu entrei na Católica.. “Precisa estudar mais o Português!” E nós lemos esta homenagem ao Honestino Guimarães. Então eu vi, contando, que ele tinha sido preso e torturado na prisão. O Luiz André (irmão do Honestino) contava que o Honestino ficou preso aqui em Goiânia, no 10º BC; em Brasília e no Rio de Janeiro.

- Ah, ele tinha ficado encarregado de soltar as armas. Aí eu pensava: “Danou-se! O rapaz tinha culpa no cartório... Aí o Luiz me disse: “Não Marcos, não é desse jeito. É porque a gente estava resistindo”. E aí eu disse: “Vem cá, e é verdade que ele foi torturado e que escreveu com sangue, com o próprio sangue na parede: “Podem nos prender, podem nos matar, que nós voltaremos e seremos milhões”?

- Oh! Eu não estava lá pra ver, mas do jeito que eles batem - porque o Luiz também tinha sofrido na carne, né? - é possível, sim.

- E você sabe onde eles está?

- Não.

A Comissão de Anistia visitou dona Dorian, que era mulher do líder camponês nosso, o José Porfírio. Eu não fui nesta visita, mas o Déo foi e conta o desaparecimento dele em Brasília, de repente. Então a gente saía (das reuniões da Comissão da Anistia, na Assembléia) de seis, de mãos dadas: Pedro Célio, Pedro Wilson, o próprio João Divino Dorneles, o José Elias, o Lino de Paiva, o Graciliano, a Elba, que era uma militante da Anistia muito aguerrida; a esposa do Pedro Célio, a Genilda. Tinha gente demais... e esses meninos custosos, secundaristas, que vinham e enchiam a sala, né? E faziam um barulho danado e era a minha turma.

A informação que eu tinha era de ouvir, no Comitê Goiano pela Anistia, que era... que circulava no Comitê Goiano pela Anistia, aí eu tomava conhecimento. Agora as famílias que eu conheci e fui visitar, foi essas duas, a dona Terezinha e a dona Maria, que eu fui designado pelo Comitê para visitá-los. E a censura à imprensa era violenta, porque eu não sei como vocês, jornalistas, conseguem explicar isso. Eu, por exemplo, vendi O Movimento, o próprio Opinião, a Hora do Povo, censurado. Os grandes jornais deixavam em branco o espaço censurado e os da imprensa alternativa deixava em preto.

Aqui em Goiás era o silêncio. Acho que reinou o silêncio. Os jornais da imprensa daqui viraram chapa branca, totalmente. O único, aquele que soltava alguma coisa, de vez em quando, naquele estilão do Batista, era o 5 de Março, com o seu Café de Esquina, trabalhando o humor e charges e ilustrações. O Froes é quem fazia a maior parte desse trabalho de desenho de humor do suplemento do 5 de Março, o Café de Esquina. Não conhecia esse povo, os únicos que eu conheci foram os que voltaram, o Tarzan, o Aldo, a Marina (irmã do Euler). A Marina..... Eu tinha feito na época da Anistia, eu tinha feito um poema que brincava assim: “Quem foi não volta mais, quem ficou, foi esfaqueado”. A hora que eu vi a Marina, irmã do Euler, é que eu fui entender a profundidade daquele esfaqueado. Gente... aquela tortura psicológica, aquela tortura, a física, tudo assim... Ela ficou um farrapo, não quis mais voltar pra Goiás.

O Tarzan não era jornalista, foi assessor do Mauro Borges, foi preso e ficou numa cela em frente à do Pinheiro, em São Paulo, durante um determinado tempo. Aí ele foi solto e saiu do pós, quando volta, nós recebemos ele no aeroporto, pela Anistia. Recepcionamos todos os goianos que foram voltando. Levávamos faixa e coisa e tal, alguns deram entrevista no DCE, que era nosso público na época, né? Eu até que falei pro Grafite, que não sabia quem era mais magro, se era o Aldo quando voltou, ou se era o Grafite que estava dirigindo a mesa.

JÁVIER GODINHO

“O Mauro tinha me convidado, ele ia fazer o Cerne (Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado) E, pra começar, ele queria um jornal diário para...de repercussão nacional. Ele comprou uma impressora do Estado de São Paulo, uma rotativa, a primeira rotativa que veio pra cá. Trouxe pra ser o diretor do jornal o Josimar Moreira, que era diretor da Última Hora, de São Paulo. E eu fiquei trabalhando com ele fazendo este jornal. O irmão do padre Rui, que era secretário da Educação - ótimo, ótimo! - trabalhava no Senai, veio prá cá e nós três ficamos encarregado de organizar este jornal do Mauro, que se chamava o Diário de Goiás.

Mauro era um homem muito ligado ao governador do Rio Grande do Sul, o Brizola, e o que você ouvia falar na grande imprensa era que o Brizola seria candidato a presidente da república. E o Mauro deu todo o apoio. E o Fernando Cunha era o superintendente do Cerne. E o que aconteceu? Na noite do golpe, ele (Mauro Borges) mudou de lado. Na noite do golpe, todo mundo esperando, nós amanhecemos na redação, esperando a palavra dele e de manhã veio outra coisa diferente, dando apoio aos militares. E aquilo foi um choque tremendo. O jornal acabou, nunca mais saiu.

Na primeira lista de presos foram três: Eu, o ... Como ele chama ? Lá de Anápolis? Que depois ele foi...Barbosa! Ele era chefe da gráfica...Eu, o Élbio de Brito, que depois foi...aquele negócio do José Porfírio.

Mas os primeiros da lista, os três, foram: o Élbio, o Washington Barbosa, que era diretor da gráfica e eu.

Nonô – Os primeiros presos políticos aqui em Goiás foram jornalistas? E quem foi o primeiro? Foi o Batista e o Téo, cabo disciplinar. O Batista foi... Aí, quando eu estava lá na sede do Cerne, a direção do Cerne era em cima do hotel Bandeirante.

Nonô – E quando foi isso?

Jávier Godinho – Uai, em 1964, no começo de abril, dia 6 de abril de 1964, o Batista foi preso e o Téo, e a Consuelo fugiu pra fazenda. E o Rezende Monteiro emprestou o jipe pra fugir. Antônio Rezende Monteiro era amigo nosso. E quando chegou em outubro, a PM foi lá e quebrou o jornal. Novamente o Valder foi entrevistar o Mauro e perguntou pra ele: Olha, porque oficiais da sua polícia ir lá empastelar um jornal? Aí o Mauro falou: Eu não aprovo o que eles fizeram, mas compreendo porque se trata de um jornal nazi-chantagista. Fiquei nove meses no Cepaigo. Ah, meu vizinho de cela era o Tarzan, o Tarzan de Castro... tem aqui...

Mas aí vem o IPM. O IPM já era do governo federal. Inquérito Policial Militar. Mas aí, pegaram o Moura (Antônio José de Moura – jornalista e escritor) Mas quem acabou com ele foi esse governador que eles arranjaram pra vir pra cá, Ribas Júnior, nunca tinha vindo a Goiás, mas que demonstrou aqui uma superioridade, no tempo dele, ele não deixou perseguir ninguém, no tempo dele não tinha perseguição...

Chegou a época de escolher o sucessor dele, aí juntaram os líderes dos empresários, não vou falar nomes, os líderes dos empresários daquela época. E foram reunir lá no Palácio, queriam conversar com ele. E ele sempre ocupado. Aí, um dia ele resolveu atender. Desceu, abriu o elevador e foi enfrentar. Encheram a Praça Cívica, cheia daqueles carrão, naquela época não tinha carro nacional, só aqueles bichão... “O que é que vocês desejam?” – perguntou ele. E quem é que os dirigia e os acompanhavam? Era o Camargo Júnior. Sebastião Dantas Camargo Júnior, que era naquela época superintendente da Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste. Aí ele falou: “O que é que vocês desejam?” Aí o Camargo veio na frente e falou: “Estão aqui os líderes das classes produtoras e eles estão reclamando que eles é que fizeram a revolução, o dinheiro foi deles, eles que fornecem pra todo mundo, na campanha inclusive, eles que produzem, eles que arriscam o dinheiro deles”. “Mas o que eles querem?”, “eles querem ser ouvidos”. Aí ele falou: “Olha, esse negócio é muito sério, eu vou resolver isso pra eles, mas primeiro eu tenho que falar com o Humberto”, o presidente. Aí disse pra ele o seguinte: “Eu vou contar uma história pra vocês: as galinhas do mundo inteiro se reuniram e foram até São Pedro reclamar que eles eram o único bicho que tinha o mesmo órgão pra sexo e pra botar ovo e que estava errado, não podia, o único bicho que tinha isso eram eles. Aí São Pedro falou: Olha, eu não posso resolver agora, eu vou conversar com Jesus, mas enquanto eu não consigo acertar com ele, você continuam tomando” Desse jeito, o Aroldo chegou a escrever esta história. Eu estou contando isto pra vocês verem o que ele fazia. Era só piada. E ele não deixou perseguir ninguém, mas tinha um grande mal. Ele não conhecia ninguém aqui e pediu lá em Brasília e eles mandaram as pessoas. Aí ele não conhecia e foi a época do 5 de Março, que começou a fazer uma campanha contra corrupção. Um veio pro Cerne.... todos vieram de Brasília, ninguém conhecia eles aqui, vieram para aproveitar. Pescaram tucunará do lago do Palácio, comeram pavão do jardim do palácio. Tudo isto é verdade que eu estou falando pra vocês, parece mentira...

Foi a época que nós combinamos lá de soltar uma manchete que era o seguinte: Forasteiros saqueiam Goiás. Tinha um deles que chamava Dolabela, era sargento funcional, morava no hotel Bandeirantes, bebia que era um negócio e para não aparecer, botava lá ovo, tudo ele botava ovo, punha gemada, é gemada... Aí a gente colocou o apelido dele de Teiú. Saiu no jornal! Está no jornal pra vocês verem. E, a gente ia fazer na despedida do Ribas: Forasteiros saqueiam Goiás. Era Domingo de noite. O Batista ia fechar a primeira página. Não tinha linotipo suficiente. Quando era uma matéria de impacto usava o linotipo de madeira, umas letras

assim grandonas, mas são poucas. Então tem que ser impacto alto, e não dava, não cabia “Forasteiros saqueiam Goiás”, na primeira página no 5 de Março. Aí então botamos “Ribas saqueia Goiás”, entra lá no Diário da Manhã que você vê lá no jardim, reproduzido...

JOSÉ ELIAS FERNANDES – 73 ANOS

Pinheiro Salles – A gente pediria que você se apresentasse, dizendo seu nome, idade, onde trabalhava e a gente já deixa uma pergunta: O que você presenciou de perseguição dos órgãos de repressão a jornalistas e jornais no período ditatorial?

José Elias – Meu nome é José Elias Fernandes. Eu sou bacharel em Direito, mas como profissional, a maior parte do tempo exerci foi o jornalismo. Tive um bom período atuando na política, mas acabei retornando ao jornalismo como editor, atualmente, do jornal da AGI – Associação Goiana de Imprensa. Eu vivi intensamente este período até porque, eu estava lendo as obras de Osny Duarte Pereira e de um outro militar que colocava muito bem a distribuição de forças da época: esquerda, direita, ação, reação e a gente tinha uma nítida visão do quadro político que se esboçava no país. Quando eclodiu o movimento de março de 1964, a gente já sabia muito bem a condição que nós estávamos, a juventude, o pessoal do movimento estudantil, estávamos inseridos...

Nonô – Só pra gente completar aqui, a sua idade? Qual a idade que você tinha?

José Elias – Sou de 4 de dezembro de 1941. Eu tinha 22 anos na época. Eu tinha vindo da roça tinha pouco tempo e já atuava na redação. Comecei trabalhando na redação do Diário do Oeste e depois eu fui para O Popular. Na época que eclodiu o movimento da ditadura eu estava no Popular e, coincidentemente, eu redigia, fazia uma coluna que chamava Sindicatos e Associações, divulgando aquele movimento operário, movimento dos trabalhadores rurais, na época chamados camponeses, com os conflitos da zona rural e eu era da zona rural e eu divulgava com a maior alegria do mundo a luta dos trabalhadores do campo, dos roceiros e publicava no jornal com alegria, com euforia, porque achava que eu estava sendo solidário com a minha categoria, embora ninguém do meio soubesse que eu era do meio, mas eu tinha a alegria de fazer isto. Tinha a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, que na época era na Rua 8 com a 3 e depois foi mudar para o Setor Aeroporto, e tinha até um professor meu, que advogava lá, não lembro o nome direito, acho que era Edvaldo, era professor do Lyceu de Campinas, que era advogado lá e me dava... me punha a par do que estava acontecendo no movimento. Então, eu trabalhava naquela época no Popular fazendo esta coluna Sindicato e Associações. Foi até curioso, porque logo nos primeiros meses, um colega meu, muito conceituado, me chamou para tomar um lanche e na prosa disse: “Você vai ter que mudar a sua conduta política”. E eu disse: “Mudar como?”

Pinheiro Salles – Ele disse isso? Um colega?

José Elias – É, um colega meu, encarregado pela direção do jornal. Tenho um respeito muito grande pelos colegas e tudo. Ele era irmão do redator-chefe, do editor. “Você vai ter que mudar, porque a situação política do País mudou, é outra, então não pode, a sua coluna não pode...”. E eu perguntei: “Mudar como? Atacar a ditadura e ...”. Resultado, eu era (não dá pra entender o que ele disse) e acabei perdendo o emprego. Foi um período muito difícil que eu passei a viver, porque eu era repórter do Popular, com uma coluna diária, então era todo dia carro de autoridade, que pegava em casa para levar para as reuniões e coisa e tal. E de uma hora para outra, para sobreviver, tinha um amigo que tinha uma fábrica de sabão ali onde hoje é o Mutirama e

e eu comprei uma bicicleta de carga, arrumava sabão com ele para sair vendendo nos bairros. Vendia três, quatro caixas de sabão e pensava: hoje o dia está ganho!

Pinheiro Salles – Antes disso, a demissão sua, eles informaram que foi em função disto, de alguma orientação?

José Elias – Não, não, culpa minha mesmo, porque eu não tive competência para mudar de posição. O jornal tinha que mudar e eu não dei conta de mudar, foi incompetência minha.

Pinheiro Salles – Mas eles não informaram qual foi exigência?

José Elias – Então, fiquei vendendo sabão por um tempo e arrumei serviço na Folha de Goiás. Trabalhei lá um tempo...

Nonô – Você lembra quando foi sua demissão do Popular, a extinção da coluna?]

José Elias – Não me lembro exato não, mas foi no começo de 1964, deve ter sido lá para junho, julho, uns meses depois do golpe militar. Então, eu fui para a Folha e lá eu tive uma experiência muito boa que foi a deposição do Mauro Borges. Toda a imprensa nacional e de outros países vieram para Goiás. Você (se referindo ao Pinheiro) você não morava aqui, você estava na Bahia, né? Então, toda a imprensa nacional e repórteres de outros países vieram para Goiás acompanhar aquela tortura que foi a deposição do Mauro Borges, uma fritura tortuosa, difícil, sofrida, absurda e muitos deles eram jogados dentro do ... Eu fazia o Curso Clássico, na época. Então, não sei o quê, uns nomes novos que eu tinha dificuldade de conviver com eles, e que nós passamos mais de um mês no Palácio, convivendo com a intimidade do governador e de sua família. Eu me lembro da dona Lourdes Stivaletti, as meninas dela, às vezes à noite tocavam piano, tinha um repórter do Cruzeiro, grande revista da época, da Manchete e lá foi uma grande escola de jornalismo para mim, o relacionamento com este pessoal de fora, todo dia e à noite ...

Nonô – O pessoal estava fazendo a cobertura?...

José Elias – É, fazendo a cobertura. E eu, na Folha e na Rádio Clube de Goiânia. Eu me lembro que, nesta época, eu fui chamado para ser correspondente do Correio Braziliense, que era o grande jornal da esquerda no Brasil. Eu não pude, porque foi na época que eu perdi meu pai e eu estava órfão, cuidando da minha mãe e dois irmãos menores, morava com minha mãe e eu não pude mudar daqui para trabalhar no Correio. Então, essa experiência da queda do Mauro Borges foi uma experiência muito rica para toda a imprensa goiana, com o relacionamento com a imprensa nacional e até de outros países, da Argentina, de países da Europa e tudo. A queda do Mauro Borges veio a se consumar no dia 26 de novembro de 1964, com aquele famoso assalto dos aviões aí, né? Eu tive uma passagem curiosa porque eu estava dando cobertura pela Rádio Clube de Goiânia e aquela ameaça dos aviões dando rasante em cima do Palácio... Aí, chegou uma comitiva de oficiais. A praça abarrotada de gente e um Aero Willis preto, com a placa do exército nacional, com aquela placa verde e amarela, entrando no meio da multidão até a calçada em frente ao Palácio e lá o carro parou, desceram os oficiais e no descer, houve um atrito de um oficial com alguém do povo e eu estava do lado do motorista e eu sei que, quando eu vi, o oficial puxou um parabelo e pegou no rumo do cidadão e eu estava na direção da arma, assim, né? E eu transmitindo: “Acaba de chegar aqui uma comitiva de oficiais do exército para entregar uma mensagem para o governador, certamente um ultimato para sua deposição e coisa e tal. E está havendo um conflito! Parece que alguém deu um murro no oficial, aí ele puxou a arma! Alô, estúdio! Desliga que vai sair tiro! Desliga que vai sair tiro! E eu sai correndo com o microfone...” E com esse desliga aí que vai sair tiro, deu um rebu danado, a rádio foi suspensa, uma complicação danada e acabou que não saiu tiro e eles entregaram o ultimato, a mensagem para o Mauro e o Mauro não tinha outro caminho a não ser acatar, saiu

em direção à casa do pai dele, aquela multidão acompanhando... Você estava lá?

Nonô – Eu era novinha, mas estava lá.

José Elias – Você não estava no Liceu de Campinas nesta época não?

Nonô – É, eu estudei no Lyceu de Campinas.

José Elias – É você ou sua irmã que é mulher, viúva do Wilmar?

Nonô – Eu.

José Elias – Eu lembro de você no Lyceu de Campinas. Eu estudava no Lyceu de Campinas e vinham vários colegas de noite para perguntar qual a notícia que tem, qual a novidade que tem. Então, eu lembro de você desta época, lá do Lyceu de Campinas...

Nonô – Você estudou lá em que época, em que ano?

José Elias – Eu me formei no ginásio e depois eu fiz o curso clássico, parece que foi 65, 66 e 67.

Pinheiro Salles – E houve alguma represália contra você na rádio?

José Elias – Houve, logo depois. Acabou que a Rádio Clube, que era dos Diários Associados, Folha de Goiás. Então, depois houve uma justificativa, porque o prefeito daqui me deu uma entrevista, metendo o pau no governador e eu publiquei a entrevista. Eles mandaram buscar o prefeito, e o prefeito desmentiu toda a entrevista e em cima disto, para justificar depois a deposição, eles me exoneraram da rádio. Foi bonito porque vários colegas pediram para sair em solidariedade a mim, eu me lembro do Maia, do Valterli, uma porção de colegas pediram o desligamento do jornal em solidariedade a esse ato covarde.

Pinheiro Salles – E no jornal, você continuou?

José Elias – Não, eu era do jornal e dava cobertura para a rádio sem remuneração pela rádio, eu era remunerado somente pelo jornal. Então, daí, passado um tempo, eu fui trabalhar no 5 de Março. Em 1967 eu passei pelo 5 de Março. Nessa época, Pinheiro, a gente... as coisas aconteciam muito sem identificação. Poucos veículos tinham a petulância de fazer, como o Correio Braziliense fez. Tinha um colega nosso, José Aníbal .. Aníbal Moraes. Ele era presidente do Sindicato dos Bancários, ele trabalhava no Correio, na sucursal do Correio Braziliense em Goiânia. E o José Aníbal foi preso e o jornal publicou uma nota, foi o Sebastião.. de que, não lembro... era o diretor do jornal, lá de Anápolis, Sebastião Junqueira, lá de Anápolis, publicou a nota no Correio Braziliense: “Ainda bem que existem os órgãos de segurança para nos prevenir de pessoas perigosas como essa e que frequenta o nosso meio sem que a gente saiba da periculosidade e tal”. Esse tipo de coisa assim, mas eram casos assim, porque os jornais... os Diários Associados, por exemplo, para me exonerarem não usaram o fato de eu ter tumultuado o noticiário, usaram o fato do atrito com o prefeito.

Pinheiro Salles – O Wilmar esteve lá trabalhando nesta ocasião, né?

Nonô – O Wilmar foi bem depois...

José Elias – O Wilmar veio depois de mim. O Wilmar eu conheci no Lyceu de Campinas, no movimento do Você estava lá no dia em que ...??

Nonô – O Wilmar não estudava em Campinas não.

Pinheiro Salles – Era na Universidade, na Rádio Universitária...

José Elias – Pra mim ele tinha estudado no Lyceu de Campinas. Ele fez o secundário onde, o curso, ginásio e o científico?

Nonô – Ele fez no interior e aqui no Lyceu de Goiânia.

José Elias – Ele fez o curso clássico?

Nonô – Não, acho que no Lyceu de Goiânia não tinha o curso clássico, tinha? Mas ele não fez o clássico não...

José Elias – Eu comecei o clássico aqui (Lyceu de Goiânia) e passei para o Lyceu de Campinas porque fui estudar à noite...(fica uma conversa sobre quem estudou onde e o que no Lyceu, etc...)

Pinheiro Salles – E a perseguição lá no Correio, como foi?

José Elias – Não, no Correio eu não trabalhava, só estava citando este episódio de como era raro o caso do próprio pessoal do jornal assumir uma acusação em cima de um colega. Lá no Popular, quando fui preso. Eu trabalhei no Popular uma época, saí, fui para a Folha de Goiás, pro 5 de Março e depois voltei para O Popular. Neste retorno meu para O Popular, eu tinha um trabalho de assessorar o senhor Jaime Câmara na implantação do Jornal de Brasília, na implantação dos Projetos Norte: televisão do Tocantins, Jornal do Tocantins e tudo. Então, eu fui, como presidente do Centro Acadêmico do Curso de Direito, do Centro Acadêmico XI de Maio, eu fui preso e ...

Pinheiro Salles – Vamos falar da prisão então. Porque você foi preso, qual foi a justificativa e onde você trabalhava na ocasião?

José Elias – Eu trabalhava no Popular e fazia um trabalho muito intenso no meio estudantil, universitário, como líder estudantil. Eu era presidente do Centro Acadêmico XI de Maio, da Faculdade de Direito, que era a principal entidade da época. E assumi a presidência da Comissão organizadora da formatura, da primeira formatura unificada da Universidade Federal (UFG). Então eu dava muito curso, curso de oratória, que era um meio de treinar a turma para fazer discurso metendo o pau, aqueles professores mais corajosos contra a ditadura e tal. Teve até um episódio da gente levar o bispo Dom Fernando lá pra fazer uma palestra e aí, na véspera, eu recebi um recado da polícia federal que se o bispo comparecesse, seríamos os dois presos. Então, eu compareci, muitos estudantes compareceram, era no auditório da Faculdade de Filosofia (da UFG), no ICHL, no fundo da Faculdade de Direito. Acabou que o Dom Fernando recebeu o recado, a polícia não compareceu, eu fui, os estudantes foram e infelizmente não houve a palestra e não houve prisão. Mas era uma época de muita ameaça, muito dedurismo entre colega, muita gente infiltrada, muita gente da polícia federal simulando a condição de aluno, fazia a matrícula com a conivência da direção da escola - o professor Augusto Perillo -, que era o diretor. Então, os caras apareciam lá e a gente sabia que era gente da polícia federal e tudo. E eu fazia esse movimento muito ostensivamente. E quando eu fui preso, eu fui sequestrado no fundo da rua 8, no fundo do jornal Popular.

Pinheiro Salles – É uma viela, prisão ilegal naturalmente...

José Elias – Eu não sabia o motivo. Então, a hora que eu peguei meu carro na viela, no fundo do Popular e fui entrar na Rua 8, um grupo me fechou assim, entrou um de um lado e outro do outro lado, já me vestiram um capuz, eles me jogaram no banco de trás do meu carro e saíram andando comigo pela cidade. Eu ia sair pra pegar minha mulher que estava grávida da nossa primeira filha, lá no Hospital Santa Luiza, no fim da tarde. Eu tinha chegado do interior, então, e trabalhava o dia todo na redação e estava saindo para pegar a minha mulher que estava fazendo consulta lá, e aí, houve este episódio, eles ficaram andando comigo até tarde da noite e quando eu vi, me empurraram para dentro de um banheiro que eu não sabia onde era, e lá eu fiquei, mais de um mês trancafiado neste banheiro. Um mês depois que eu estava lá...

Pinheiro Salles – Você foi ouvido só depois de um mês ou você....

Nonô – Que dia foi esse sequestro seu, como é que foi?

José Elias – Isso foi no dia 17 de julho de 1972.

Pinheiro Salles – E aí eles ouviram você, levaram para interrogatório?

José Elias – O interrogatório era assim: vestia o capuz em você, a calça não podia ter cinto, algemava com a mão pra trás, a gente já estava desbarrigado, conseqüentemente as calças estavam frouxas, caindo das pernas e te empurrava na carroceria de uma caminhonete daquela... Ainda bem que naquela época eu treinava judô e eu sabia cair, senão eu tinha me arreventado. Ele jogavam a gente na carroceria e levava para a beira de um rio, que eu não sei aonde, porque não sabia onde estava. E enfiavam a cabeça na água e perguntava se era isso, aquilo... e aí dava choque, recebi choque de ficar o mês inteiro com o cabelo fedendo a queimado, então era...

Pinheiro Salles – Como era o choque? Curiosidade minha, o choque que era praticado aqui, como era?

Nonô – Mas o choque que você recebia era na beira do rio? Teve sessões na beira do rio?

José Elias – Não, nas sessões.... porque o lugar que eu estava preso era um banheiro muito pequeno, então levava pra fora e todo o tempo que eu estive preso, foi neste banheiro. Só quando eu fui levado para Brasília que eu fiquei numa cela.

Pinheiro Salles – E o choque, como eles faziam?

José Elias – Eu não me lembro detalhes, mas eles prendiam uns negócios no pulso da gente e aí ligava e você ficava (imita a tremedeira com sons).

Pinheiro Salles – Sim..., botaram fio em você?

José Elias – Não, colocava aqueles negócios nos pulsos, nas pernas e “bruuuu” (imita com sons), pensava que os olhos iam sair pra fora. Você não tomou choque não?

Pinheiro Salles – Tomei durante dois anos. Eu quero saber como é que aconteceu?

José Elias – Então foi um período muito doloroso.

Pinheiro Salles – O que eles queriam saber?

José Elias – saber sobre colegas que tinham envolvimento com partido clandestino, participava de reuniões, esse negócio todo. “Você participou de reunião com fulano de tal?” “Não participei”. “E com fulano?” “Não, Não participei, e não, não.” Eu sei que em Brasília teve um episódio que me marcou muito, me deixou muito constrangido, doloroso, foi que um colega nosso, que a gente ia participar de uma reunião e ele ia a pé, e não foi, não foi. Aí veio um amigo nosso, mais um professor que fazia parte do grupo e era o mais conceituado no meio e disse: “Não gente, pode me entregar, eu assumo, pode me entregar”. Então, tudo bem professor, se o senhor está dizendo que participou, participou. E um outro colega nosso não sabia que tinha sido confirmada a acareação e esse colega sofreu pra capeta para não entregar, porque não contaram para ele e eu só sei que o coitado sofreu pra danar.

Pinheiro Salles – E você conseguiu, resistiu?

José Elias – Olha, teve uma vez que eu falei para um coronel, um tal de Bezerril, que era o chefe do grupo que estava lá...

Pinheiro Salles – Qual o nome destas pessoas que torturaram você, que te deram choque?

José Elias – Eu só me lembro deste tal de Bezerril, que parece que era o nome dele mesmo, porque os outros era tudo codinome.

Pinheiro Salles – Mas você não ouviu nem o codinome, o nome próprio?

José Elias – Eu não me lembro, isso já tem quase 40 anos....Uma vez eu falei para o Bezerril, eu estou igual

pedra de beira de estrada, já levei tanta porrada que daqui pra frente machuca quem esbarrar em mim. Eu já não me machuco mais, já levei tanta...

Pinheiro Salles – E você resistiu, teve que fornecer nome, como aconteceu?

José Elias – Resisti, né? Por que senão tinha ido embora, né? Porque quem entregava nome ia embora.

Pinheiro Salles – E você ficou quanto tempo? Foi torturado quanto tempo?

José Elias – Em Goiânia foi um mês e pouco e em Brasília... eu fui preso várias vezes. Soltava você e... por exemplo, no dia que minha mulher deu à luz, me liberaram lá do quartel, fui lá no hospital e ela já estava pra ir embora. Ela deu a luz num dia e no outro dia me liberaram para conhecer o menino. Peguei o táxi e levei ela pra casa. Cheguei em casa, a empregada já tinha ido embora porque todo dia tinha polícia na porta de casa, todo mundo com medo, os vizinhos tinham medo da gente. Aí, instalei ela em casa com a criança. Quando fui na porta de casa um cara da polícia federal... - Tinha árvore grande na porta, lá na Vila Nova, e ele me chamou lá e disse: "Oh, eu estou encarregado de levar você, mas eu estou vendo sua situação aí, você tem que me acompanhar. Não vamos prender você agora. Me acompanha, mas não demora não". Fazer o quê? A mulher na cama com a criança, saindo do hospital. Aí fui lá, inventei pra minha mulher que estavam me chamando lá no jornal, que era urgente e tal, eu vou e não sei que hora que volto. Aí, fui embora e nem sei quando foi que eu voltei. Eu fui preso várias vezes. Durante o ano de 72 e 73 eu fui preso várias vezes.

Pinheiro Salles – Você não lembra quantas vezes?

José Elias – Eu me lembro que aqui eu estive preso um mês, outro mês em Brasília, aí me liberaram em Brasília e aí depois eu fui preso de novo aqui. Eu era ... eu não tinha sossego. Aquela mosca na sopa, aquela música da mosca na sopa é a música mais correta sobre este assunto. Você já ouviu a música mosca na sopa do Chico Buarque, né? É o trem mais correto pra mim. Você está naquela zoeira o tempo todo, assim na... você não sabe o que está pra vir, só sabe que a qualquer hora acontece uma merda na sua vida.

Pinheiro Salles – E em todas às vezes que você foi preso, como eles justificavam a prisão? O que eles queriam saber de você?

José Elias – Eu era um líder estudantil, conhecia todas as lideranças estudantis, eu era jornalista e conhecia quase todas as redações, sindicatos. Associação, de AGL, todo mundo.

Nonô – Você não era ligado a partido político comunista?

José Elias – Eu tinha uma pequena frequência lá com o PC, mas era pequena a minha frequência lá. Eu tinha contato, mas não era tão intenso. Eu acabei desprotegido por isso. Eu conhecia, frequentava, mas não era assim... um quadro... um quadro que participava, ia a reunião, colaborava. No centro acadêmico, a direção, por exemplo, eu compartilhei com várias tendências, inclusive partido, o Mope (?) fazia parte, assim.

Pinheiro Salles – Onde você ficou preso?

José Elias – Eu fiquei preso num banheiro no 10º BC aqui, eu estive preso na Polícia Federal na Rua 1 com a avenida Goiás. Uma das primeiras vezes que eu estive preso foi ali. Uma greve no Lyceu e tudo, eu estava no meio da greve e me levaram pra lá. Depois eu tive preso mais cedo no 10º BC, lá no sanitário do 10º BC, depois eu estive num tal de Rec Mec em Brasília, fiquei muito tempo lá e depois eu fui...

Nonô – O que é Rec Mec?

José Elias – Rec Mec é regimento não sei de quê, eu nunca soube direito.

Pinheiro Salles – Mecanizado, Regimento Mecanizado

José Elias – Sim, então, depois aquela sucessão. Você está em casa e de repente falam que você tem que comparecer no lugar tal.

Pinheiro Salles – Onde você foi torturado? Foi todas as vezes? Ou não foi?

José Elias – Principalmente no 10º BC, na beira do córrego, no fundo do quartel que eles levavam a gente...

Pinheiro Salles – Quando eles tiravam você da cela?

José Elias – Ele chegavam de madrugada, pegava a gente na cela, batia o fuzil nas portas e quando batiam o fuzil na porta, você tinha que encostar na parede, abrir as pernas, botar a mão assim, chegava, vestia o capuz em você, pegava na sua calça já sem cinto e andava, e mandava segue pra cá.

Pinheiro Salles – Na beira do córrego, o que faziam lá?

José Elias – Enfiavam a cara na água, eu não sabia bem onde que era, nas dependências públicas...

Pinheiro Salles – Durante quanto tempo mais ou menos aconteceu isso?

José Elias – Mais assim, um ano. Primeiro fica um mês, depois 15 dias, depois dois meses, outro mês, aquele troço todo. Saía e tornava a voltar. Aí eu tenho uma gratidão muito grande pelo Jaime Câmara. Quando eu fui preso, eu lembro que eu estava no Popular, aí, um colega meu vinha atrás, viu que eu estava sendo sequestrado, correu pra traz, não teve coragem de comunicar com os colegas, nem com minha família, mas comunicou com um colega e esse colega que ele comunicou foi à noite lá em casa avisar pra minha mulher: “Fulano viu o José Elias ser preso, assim, assim..” E aí que minha mulher ficou sabendo e seu Jaime, nessa época, com esse negócio de eu ficar preso, ele tinha o hábito de fazer vale na empresa pra quem trabalhava. Todo sábado o seu Jaime mandava esse colega meu que avisou minha mulher, levar meu vale pra minha mulher lá em casa. Toda semana ele levava. E quando eu saí, tempos depois, eu me apresentei na empresa e seu Jaime falou: “Olha José Elias, vários colegas seus vieram aqui propor pra ocupar seu lugar no jornal. Então, eu segurei, inclusive para prejuízo da empresa”. Eu tinha uma... eu fazia, nessa época, uma sessão de municípios, com cobertura pelo interior e através desta cobertura entrava muito faturamento para o jornal, tanto para a televisão, quanto para o jornal. “Então, vários vieram aqui para ocupar o seu lugar e eu o mantive e quero dizer para você que só o afastarei, se houver uma decisão da Justiça mandando que o afaste. Do contrário, você pode assumir sua função e, até que venha alguma decisão, você pode continuar normalmente”. Eu agradei pelo vale que ele mandava pra minha mulher e continuei trabalhando na empresa.

Pinheiro Salles – Você foi processado?

José Elias – Olha, eu fiquei enrolado com aquele troço, você não sabe para que lado vai, é intimado pra prestar depoimento, não sei o que, agora, julgamento? Se eu fui julgado eu não sei no que resultou isso.

Pinheiro Salles – Você foi testemunha em algum julgamento?

José Elias – Também não, chamado a testemunhar, não. Eu era chamado a depor naquelas comissões formadas pelo juizado, só perante o juizado.

Pinheiro Salles – Só respondeu a inquérito, né?

José Elias – É. Perante o Poder Judiciário, não!, Só na ...

Pinheiro Salles – E sobre a censura à imprensa, o que você sabe?

José Elias – O medo, que é uma qualidade que eu não aprendi a adquirir, é... gerava mais prejuízos do que a coação. O medo dos colegas e a conivências das empresas gerava muito mais censura do que a censura propriamente dita. Muita gente que eu vejo hoje desfilar como paladino da liberdade, eu penso, F.D.P., colaboracionista, cochichando no telefone ...

Pinheiro Salles – Você sabe o nome de profissionais que colaboravam com o regime? O que você fala aqui, não sai daqui. A gente faz o relatório, vai fazer, mas não vai citar...

José Elias – Não... eu prefiro não

Pinheiro Salles – Mas havia?

José Elias – Nossa senhora! O que tinha de puxa-saco de militar. Puxa-saco de polícia, uma vergonha! Você sabe que qualquer político que tem aí, está cheio de gente em roda dele. Eu vivi essa experiência muitas vezes. Eu era presidente do Centro Acadêmico, fui preso, vapt, sozinho. Tinha professor que desfilava no meu quintal tomando limonada que minha mulher fazia.

Pinheiro Salles – A censura, como era praticada, exercida?

José Elias – A censura era praticada mais a nível de chefe de redação, chefe de reportagem. Eu como redator, como repórter não tinha acesso. A minha matéria podia ser censurada, e não era publicada porque foi censurada, mas quem cuidava disto, a gente não tinha acesso, era o chefe de reportagem, o chefe de redação.

Nonô – Eles não falavam que era censura, davam outra desculpa?

José Elias – Quantos paladinos da liberdade, vítimas da ditadura...a gente conheceu bajulando seus coronéis, cortejando....! Ihhh! Tem bastante. Eu lembro uma vez que eu fui detido, até me questionaram sobre uma matéria, e nem era uma matéria política, mas sobre uma entidade que tinha aqui que (????) e eu fiz uma matéria denunciando. Aí, eu detido, me questionaram sobre a matéria, mas eu poxa, a matéria não era assinada, como é que iam saber que eu que fiz, né? Aí eu falei: “Ah, seus F.D.P.! Então tem gente por detrás...!” Aí que eu vim a saber o risco que a gente corria.

Pinheiro Salles – Teve pessoas que foram mortas aqui em Goiás, goianos mortos aqui e mortos fora, quase todos considerados desaparecidos. Você ficou sabendo?

José Elias – O Pedro Celestino era meu colega de política estudantil no Lyceu de Campinas, desapareceu lá, misteriosamente. O Ismael morreu numa cela ao lado banheiro onde eu estava preso. Eu escutei os estertores da morte dele. Deve ter sido no começo de agosto e foi uma morte que causou um trauma muito grande, porque devolveram o cadáver para a família, lá na Vila Operária, e os parentes dele tudo corria pra ver e chegava lá, o coitado todo cheio de queimadura, vestígio de tortura, de hematoma, aquela coisa toda. Então, para a família dos presos, para os parentes dos que continuavam presos, qualquer hora podia chegar naquela situação. Entregaram para a família daquele jeito. Então foi um troço arrasador pra todo mundo que... para todos os parentes. Ver o cara lá, devolvido para a família naquela situação. Pôxa, as pessoas pensavam, tem parente lá que pode chegar aqui qualquer hora na mesma situação!

Pinheiro Salles – Você era vizinho da cela onde ele morreu. Você teve informação sobre nome dos assassinos dele?

José Elias – Nenhum! Eles não falavam nome. Era isolamento total. Quando eu estive preso lá, somente 30 dias depois que eu estava lá, a minha mulher é advogada, ela conhecia o comandante do quartel - porque

eu era jornalista, tinha acesso a essas autoridades todas, tinha contato, frequentava reunião junto comigo - um tal de Eli de Oliveira Castro. Ela barriguda, esperando para dar a luz, dando plantão na porta do quartel todo santo dia pra falar comigo. Trinta dias depois ela conseguiu falar comigo, num salão que devia ter uns 10 metros de comprimento, eu numa ponta, ela na outra e cheia de militares e falar o quê? “Zé Elias como você está?” Falar o quê? Nem podia dizer nada.

Pinheiro Salles – Do Ismael você tem essas informações?

José Elias – Eu escutei os estertores da morte dele, porque era ao lado da minha cela...

Nonô – E era de dia ou à noite, você lembra?

José Elias – Foi de dia, eu me lembro bem.

Pinheiro Salles – E os demais, os 14 assassinatos, você tem alguma informação?

José Elias – Quais? Cita os nomes, eu conhecia todo mundo, era colega ...

Pinheiro Salles e Nonô – Honestino, José Porfírio...

José Elias – O José Porfírio eu conhecia, inclusive eu votei nele, foi primeiro voto, quando ele foi candidato a deputado eu votei nele. O Porfírio eu conheci e sumiu. A gente não sabe onde mataram ele. O Honestino Guimarães frequentava pouco, na época que eu fazia política estudantil aqui, ele não fazia política estudantil aqui, fazia no Rio. Eram dois personagens, o Honestino e o Aldo Arantes, na época, que estava fazendo política estudantil aqui eles não estavam presente aqui, estavam à nível nacional.

Pinheiro Salles – O Marco Antônio Dias Baptista, que era mais novo que o Ismael, tinha apenas 15 anos quando desapareceu, em maio de 1970. Você ouviu falar?

José Elias – Eu era amigo da família dele, o Silvinho, aquele, como chama? Trocava muita idéia, depois sumiu... Mirinho sumiu. O Renato, ele era criança, eu frequentava muito a casa dele, a Dona Maria, o pai do Renato era meu amigo, vizinho e tudo.

Pinheiro Salles – Mas você não teve informação dele não, só dele por meio da família?

José Elias – O Pedro Celestino, o Ismael, quem mais? O José Porfírio...

Nonô – tem a relação aqui dos outros ...

José Elias – Eu posso até ver alguém se eu conhecia, se tinha mais contato...

Nonô e Pinheiro Salles – O Arno Preis, o Cassimiro, o Márcio Beck Machado, Maria Augusta Tomáz...

Nonô – A participação do Fleury aqui em Goiânia, nas torturas, na censura, você tem algum conhecimento também? Você tem algum relato pra nós sobre a participação dele?

José Elias – É um personagem curioso, porque ele é genro do Hélio de Brito, que era uma pessoa muito prestigiada, muito conceituada, homem de bem e esse Fleury foi o que mais judiou do pessoal aqui, de nós todos. Ele foi cruel, muito cruel e com aquele disfarce de ser genro do Hélio de Brito e ele era de uma frieza tão grande... Você conheceu, né? Soube que ele morreu de câncer.

Pinheiro Salles – Você sabe de alguém que tenha sido torturado por ele?

José Elias – Pessoalmente, não, mas ele era muito cruel. Toda a notícia que a gente tinha dele era essa. Mas ele pessoalmente, eu não sei não.

Nonô – De torturador em Goiás um dos nomes que você tem conhecimento é o Fleury?

José Elias – O que eu sei é que ele comandava este esquema aqui. Ele que era o mentor disso aí, né?

ele foi tão cruel que nem o Irapuã o tolerou. Eu tive uma cena com o Irapuã. O Irapuã era tido como um cara da direita e perigoso, né? Eu tive uma cena com ele antes dele ser governador. Ele chegou ao governo porque era parceiro da ... Mas eu tive uma cena com o Irapuã até bonita. Eu preso e eles me liberaram pra formar. Eu era presidente da comissão de formatura da Universidade Federal, foi a primeira comissão, reunia todos os diretórios acadêmicos. Aí, fui preso e fiquei quase sem condição, sendo presidente da comissão e orador oficial da turma...

Nonô – Em 1972? Eu me formei também na solenidade única no Joquéi Clube.

José Elias – Então, eu fiquei quase sem condições de me formar, mas me soltaram para participar da solenidade de formatura. E aí, você lembra quando surgiu a AIDS? Que o sujeito dizia que estava com AIDS e povo corria com medo? O preso político da época era a mesma coisa. O único nome que eu lembro, estou ficando velho... Tinha um tal de Jonathas Silva, aí os jornalistas sempre cortejando ele, promovendo ele como professor novo, diretor da faculdade. Esse é um que frequentava minha casa e um dia eu vinha aqui na Avenida Anhanguera, perto da Praça do Bandeirante e eu o avistei e ele para não se encontrar comigo subiu numa escada, assim ... (risos) engraçado, né? Então foi um dos que a minha mulher recorreu dizendo “você é tão amigo do José Elias” e ele nem aí... Aí o Irapuã foi o contrário. E o Irapuã era de um lado e eu do outro, e nós nos relacionávamos, eu como repórter, ele como deputado federal, como político, prefeito de Anápolis, empresário aqui e tudo. E na nossa formatura eu estava quase sem ter onde ficar, porque ninguém queria ficar perto de mim. Eu estava numa fila e ninguém queria ficar perto de mim, né? Quando chamaram o Irapuã, ele era governador nesta época, ele veio com aquela pompa toda, ele era atleta, né? Veio andando assim, né? Ele me viu, interrompeu e falou: “O José Elias, como você está? Tudo bem com você? Está em liberdade?” - e seguiu. Aquele gesto dele me redimiou perante todo mundo. Aí todo mundo “O José Elias, você voltou?” FDPs, é aquela velha história, o sujeito até para ser bandido tem que ter dignidade. Até no cangaço, os cangaceiros tem a ética do cangaço, não tem? O Irapuã foi muito digno comigo neste gesto.

Nonô – Ele ainda não era o governador ainda não, ele era o presidente da Celg, eu tenho certeza, em 1972, porque eu trabalhava com ele.

José Elias – Eu sei que ele foi dos mais distinto comigo neste episódio.

Nonô – Foi... eu comecei a trabalhar com ele quando ele era presidente da Celg ainda. Depois, ele foi para a prefeitura de Anápolis e depois foi “eleito” governador.

José Elias – Verdade. Ele foi governador em oitenta e ... ele foi governador quando mesmo, em oitenta e

....

Nonô – O Wilmar foi preso no dia 12 de julho de 1972. Ele foi sequestrado junto comigo, mas eu não tinha percebido que era um sequestro e fiquei esperando por ele, até que ele não voltou mais. Passados uns cinco dias que ele tinha sido preso, eu estava na minha casa e tinha acabado de ter a notícia que ele tinha sido preso, porque o reitor.. eu acionei a chefe dele direta para ver o paradeiro dele com o Reitor da UFG, que seria responsável, porque ele foi preso dentro da universidade, ele tinha sumido, desapareceu de dentro do prédio da Reitoria da UFG. Aí, eu tinha acabado de ficar sabendo que ele tinha sido preso, estava incomunicável, mas que estava preso. Chorando muito, nós já éramos namorados firmes já, falando em casar e tudo e aí voltei pra casa da minha mãe na Fama ... chorando... e eu recebi uma visita e eu não quis atender, não queria saber. E eu falei: “Mamãe, eu estou com medo, deve ser alguém atrás de mim. Não fala que eu estou aqui”. Minha mãe recebeu e falou que eu não estava. Era alguém que foi me procurar... procurando informações sobre mim, pessoalmente. Eu lembro bem porque foi no dia que eu estava muito abalada, porque foi no mesmo dia que eu fiquei sabendo que o Wilmar tinha sido preso. O Vilmar foi preso no

dia 12, então foi por volta do dia 17, 18 ou 19 de julho, né? Eu não lembro bem qual era o dia. Eu tive a impressão que era você na porta procurando por mim. Você chegou a ir na Fama, procurando uma pessoa? Procurando uma pessoa assim?

José Elias – No dia 17 eu estava preso, eu fui preso no dia 17 de julho.

Nonô – Você não esteve lá? Você não lembra disto?

José Elias – Eu me lembro que ...

Nonô – Eu conhecia você de reuniões no DCE. Eu me lembro de você no DCE, mas já fazendo faculdade. Esse ano foi o ano que eu terminei a faculdade também.

José Elias – Eu procurando você? Em que sentido?

Nonô – É, procurando informações onde que eu estava, como eu estava e você estava com duas pessoas, eu pensei até que você tinha sido coagido, porque teve aquela participação, porque teve outros companheiros que foram obrigados a visitar, a nos procurar. Eu sempre tive essa informação de que você esteve lá.

José Elias - Essa tortura... eu lembro que uma vez eu estava preso aqui no 10º BC, na avenida Goiás com a rua 1 e eu tive uma arranca rabo com um cara que tinha sido meu colega de serviço no Xavier e eu tivemos um desentendimento e quase que nós caímos e eu sofri muito também na mão de um colega meu, o Modesto Gomes, que era meu colega no Popular e era um colega notoriamente de esquerda, atuante no movimento de esquerda e o pessoal sempre queria saber e eu dizia não sei, não sei.

Pinheiro Salles – Não levaram você a nenhuma casa, não?

Nonô – Tiveram muitos companheiros aí que foram obrigados a...

José Elias – Pinheiro, eu sofri muito enquanto estava preso exatamente por isso. Eu toda vida eu fui muito enérgico comigo e com os outros. Até na tortura eu fui duro comigo. Eu lembro uma vez lá em Brasília, uma covardia desgraçada, aqui minha mulher conseguiu me ver um mês depois. Lá em Brasília, meus irmão e minha mulher, na época, eu estava lá preso e escutei quando meu irmão acertando que tal dia eles iam deixar a família me visitar. Não, vem aqui semana que vem, tal dia... Eu fiquei doido pra ver, consegui ver meus parentes e tal. E foi naquele dia certo, escutei os parentes chegando, foram lá, vestiram o capuz e me levaram para o alto do prédio. O prédio, o terraço dele era de cerca de arame, essa cerca elétrica e o sistema de rádio lá, todo montado lá e passei o dia inteirinho lá ouvindo as mensagens: verifique a rua tal, no bairro tal, Belo Horizonte, e tal. E aí tinha uma caixa de marimbondos, aqueles marimbondo preto, grande, e esses marimbondos vindo na minha direção e se eu fosse ferroadado por um todos me atacam, né? E eu, naquela força mental - quem já morou na roça vai entender - eu naquela força mental que o marimbondo não ia me ver, passei o dia inteirinho vigiando o marimbondo, até que a tarde foram lá me descer na escada, me pegam pelo escroto debaixo da perna - assim, oh! A mão no meio das pernas, eu encapuzado..., pra descer e não tem como..., você desce com cuidado, porque se você cair o prejuízo é seu, eles não te soltam, foi aquela situação mais dolorosa, ficar com os inferiores, como dizem vocês, inchados, dolorosos um tempo. E eu chego lá escutando o barulho dos meus irmãos, da minha ex-mulher: “Mas então não tem como a gente ver? Não tem como?” Aquilo era uma tortura pior do que 50 porrada no ombro, né? A família do meu irmão morava em Ubatuba, o outro em Luziânia. Passar em Goiânia e ir pra Brasília e ficar o dia inteirinho esperando pra ver você e não deixavam. Uma desgraça, isso! Dá vontade de matar.

Pinheiro Salles – Havia dias, isto dito por alguns companheiros que depuseram aqui nesta comissão, que havia um certo compadrio, foi a palavra que eles usaram por um depoente, aqui entre repressão e

alguns presos, que havia alguns que eram torturados, outros não eram, graças a influência da família e alguns terminaram de uma forma, assim, bem intencionada, segundo os depoimentos, terminavam contribuindo com a repressão. Você tem alguma informação sobre isso?

José Elias – Não, a consideração que eu tenho é aquela que eu falei inicialmente, é a qualidade do medo, que infelizmente eu ainda não tenho. Muita gente tem tanto medo, que fica apavorado de tal forma, que ele se deforma até fisicamente. Tem gente que tem diarreia instantânea, se borra todinho, se dana todinho, não é? Se deforma, e isso faz com que o sujeito tenha uma deformação mental também e muda de lado. Era muito comum na época. Eu me lembro que o Mané dos Reis, o Zequinha, que foi deputado Manoel dos Reis, tinha gente que publicava manifesto no jornal, que se arrependeu de ter feito loucura, do que estava fazendo e tal e ia trabalhar na Prefeitura ganhar um salário bom. Eu me lembro muito bem disto

Nonô – Teve aqui em Goiânia? Aqui em Goiás?

José Elias – Teve uai, você não lembra disto não?

Nonô – Não lembro, mas quem que era? Eu me lembro da TV, daqueles caras que foram televisão, apareceram no programa...

José Elias – Eles davam depoimento que tinham se arrependido, não sei o quê, todo mundo sabia que aquilo era coação ou era medo. Era mais medo que coação, porque coação não faz o sujeito ter uma atitude desta.

Nonô – Você está falando destes mesmo que foram na televisão? Nacional?

José Elias – É... mas não nacional, local, aqui e eu me lembro. Dava declaração que se arrependeu, que tinha sido iludido...

Nonô – Se foi público, então, não tem problema você falar pra gente quem era porque às vezes a gente pode chamar aqui.

José Elias – Eu não lembro quem não. Eu lembro de um moreno, todo assim,...

Pinheiro Salles – Não era o Pimentel?

Nonô – O Pimentel foi na rede nacional, ele deu depoimento...

José Elias – Eu não me lembro, só que o sujeito falou que “Ah, eu não sabia, fui envolvido por colegas e tal e agora que me abriram os olhos e tal”. No tempo do Manoel dos Reis prefeito, muita gente foi trabalhar na prefeitura nestas condições, porque tinha se arrependido dizendo que tinha sido envolvido pelo pessoal da esquerda.

Pinheiro Salles – Mas torturador você só ouviu um nome?

José Elias – Eu não sei, primeiro porque eu estava encapuzado, toda vez eu estava encapuzado. Eles vinham pra torturar... Eu me lembro até de um episódio muito doloroso pra mim, eu morando no Setor Marista, a minha filha tinha uma coleguinha da idade dela, um dia ela foi na casa da colega e eu vi o pai da colega sair. E eu identifiquei que o pai da colega da minha filha tinha sido um dos meus sequestradores, aquele negócio que se olha de relance, que você enfia a cara no capuz, mas deu pra ver a cara do sujeito, mas quem sequestrava aqui, não era daqui. Os de Pernambuco sequestravam a gente, lidavam com a gente, eu me lembro quando foi a época da Guerrilha do Araguaia, eu estava no banheiro do quartel escutando os caras conversar de fora: “Olha eu estou sendo intimado pra ir lá para o Araguaia, eu não vou não, porque lá dizem que isso e aquilo”. Os soldados morriam de medo de ir pra Guerrilha do Araguaia. Então, quem lidava com o preso de Goiás, era do Pernambuco, do Paraná, era do Pará, era da Bahia. Quem lidava com o preso da Bahia

não era o baiano, era o carioca, o riograndense do sul, ninguém ficava aqui. Família não, não era conhecido não. Quem vinha torturar a gente aqui era gente de fora e quem torturava vocês na Bahia era gente de fora também, não era gente de lá, não, exatamente para não ter conhecimento...

Pinheiro Salles – Os meus torturadores eu sei todos, e denunciei todos e denuncio todos.

José Elias - Mas você os viu? Você os via?

Pinheiro Salles – Ora, via, ouvia.

José Elias – Quando foi que você foi torturado?

Pinheiro Salles – Eu fui torturado de 1970 a 1973.

José Elias – 1970? Então foi no mesmo período que eu e eu não identificava quem me torturava, não. Eu me lembro deste cidadão depois, morando lá no Marista, pai da colega da minha filha, mas era muito raro um sujeito daqui, morar aqui, trabalhando na polícia daqui. A polícia federal tinha essa mobilidade muito grande.

Pinheiro Salles – Tem mais alguma informação, principalmente sobre, reportando ao assunto inicial, a perseguição à imprensa, especificamente jornalistas? Coisas reais, “eu vi o major tal, general tal, falar com meu editor, fez isso, não poderia publicar, uma questão concreta, alguma coisa, questões concretas assim? Tem alguma que você poderia citar?

José Elias – Não, é como eu falei pra você, o medo do pessoal parece que era maior que a própria censura, já queria saber o que poderia publicar, levava lá. Nem todo jornal tinha censor lá, e levava o material lá pro censor olhar. Então, o jornal já se adequava, procurava se adequar de tal forma que eu acho que o trabalho da censura era pequeno. Toda empresa jornalística depende de faturamento, a televisão é concessão do governo, não é isso? Então ficava todo mundo doido pra agradar.

Pinheiro Salles – Como a censura era exercida aqui? Como era feita?

José Elias – A censura aqui era feita, tinha os censores. Quem sabe melhor explicar isso quem era chefe de reportagem. O Jávier Godinho era chefe de reportagem, por exemplo, e levava o material pro pessoal olhar, inclusive.... tinha uns assuntos que não podia falar e sobre esses assuntos não se escrevia nada. O Walter de Góes era chefe de redação do Popular, o Luiz de Carvalho era chefe de redação da Folha de Goiáz. Então, eles que tratavam com os censores, não era o repórter, porque nós não mandávamos nada.

Pinheiro Salles – Vocês iam pessoalmente lá?

José Elias – Não, normalmente o jornal ia diretamente lá no censor ou o censor visitava a redação, não era muito esforço, era um negócio pelo menos reservado, não era ... Eu não tenho muita contribuição a dar, eu não gosto de lembrar. Não tenho mais nada pra falar, mas me deixa constrangido a sua suspeita (falando para Nonô), foi doloroso saber que você... imaginar que eu fosse capaz de um ato desse. Muitos colegas suicidaram por isso, para não ter que se submeter a baixezinha disto. Já me enfiaram a cara no vazo da privada muitas vezes, tive que beber, pra não denunciar, deletar colegas...

Nonô - Eu sinto muito de ter dito que eu pensava isto, mas além de ter ouvido isto, eu estava escondida num quarto atrás, escuro e pensava que estava vendo você, escutando sua voz, e nuns processos depois aparecia seu nome como testemunha de acusação, aí não tem como eu não ligar as pessoas.

José Elias - Testemunha de acusação?

Nonô - Num processo que o Wilmar esteve indiciado e foi processado, o seu nome apareceu como testemunha de acusação, você não sabia disto? Num processo da Junta Militar, montado pela Junta Militar e

que foi levado a julgamento pela Justiça Militar, pelo Planalto, constava o seu nome como testemunha de acusação. Foi documento que eu vi, porque eu estava escrevendo um livro e vi cópia do processo.

José Elias - Não. Eu tinha contato assim, de partido, da turma do bar, mas me lembro de participar de reunião, não sei se participar de reunião com ele.

Nonô - O Wilmar foi processado, mas o processo dele não é ele sozinho não, é o Abrão Marcos que estava terminando Medicina, o Benito Damaceno, que era também era estudante do último ano de Medicina. Era o Wilmar, o Benito, o Abrão, o Paulo... Paulo Vilar, o João Silva Neto...

José Elias - O Paulo Vilar foi colega. O João Silva foi colega de prisão...

Nonô - Foram todos no mesmo processo, eles tiveram presos juntos.

José Elias – Nós estivemos presos juntos, eu, o João Silva, o Paulo Vilar, o Borges, da joalheria lá de Campinas, o Horieste Gomes, o Valterli Guedes, talvez até quando a gente fomos recambiados de Goiânia para Brasília, enfiaram seis num camburão e aí começaram a desmaiar, caindo e eu tentando puxar a cabeça para respirar, e nesse camburão estava o João Silva, o Valterli, o Paulo Vilar, eu e não me lembro mais, agora, mas eram seis pessoas, esse grupo que eu tinha mais contato, preso junto. Eu não tenho mais nada a falar.

REGIÃO SUDESTE

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DO ESPÍRITO SANTO

A Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Espírito Santo tomou posse no dia 20 de março de 2013, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, na presença do representante da Comissão da Verdade da FENAJ, Audálio Dantas.

“Eu, Rubens Câmara Gomes, Rogério Medeiros, Francisco Flores Rodrigues, Tinoco dos Anjos, Suzana Tatagiba e a Gláucia Regina Loriato do Nascimento integramos a Comissão e estamos comprovando e documentando o desaparecimento da Folha Capixaba, que era o jornal oficioso do Partido Comunista no Espírito Santo, no qual muita gente foi perseguida, como o Darli Santos, o Hermógenes Lima Fonseca, Audifax Amorim, enfim, um grupo grande de jornalistas. A Folha Capixaba foi “empastelada” três dias após o golpe. Jogaram as máquinas de escrever no meio da Rua Duque de Caxias (...). Gravamos o depoimento do ex-delegado do Dops, Cláudio Guerra, que relata no livro “Memórias de uma Guerra Suja” como foi morto o jornalista Jevaux, dono do jornal O Povão. Segundo o Cláudio Guerra afirma, o mandante foi o deputado federal Camilo Cola. Esses dois casos marcam o desaparecimentos de jornais e nós conseguimos levantar e mencionar o maior número possível de casos de perseguições a jornalistas desde 1964 até os tempos atuais”.

DEPOIMENTOS

CLÁUDIO GUERRA - Ex-delegado do DOPS

Em depoimento prestado à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, que apura os casos de violações dos direitos humanos e crimes cometidos por agentes da ditadura militar contra profissionais de comunicação, o ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, Claudio Antonio Guerra, garantiu que o empresário Camilo Cola, hoje deputado federal pelo PMDB capixaba, foi financiador de inúmeras ações clandestinas contra inimigos do regime militar e também de desafetos pessoais. Ele citou a execução e o desaparecimento do corpo do dono do jornal “Povão”, José Roberto Jevaux, como encomendado por Camilo Cola pelo fato do dono da Viação Itapemirim estar sendo extorquido pelo dono do jornal. “Eu me reunia periodicamente com os chefes do SNI e outros órgãos da repressão que combatiam os adversários do regime militar e encomendavam mortes e desaparecimento de pessoas, aqui e em outros Estados, onde atuei como pistoleiro eliminando dezenas de adversários da ditadura. As reuniões ocorriam em Vitória, no Ed. IAPI, no gabinete do então procurador geral da República do Espírito Santo, Geraldo Abreu, com o coronel do DOI-Codi Freddie Perdigão e com o comandante Vieira, e eles queriam atender ao pedido do Camilo Cola, que pretendia se livrar das extorsões que sofria do Jevaux. Eu, que já havia eliminado adversários dos militares em outros Estados, ponderei que era amigo de Jevaux. Basta lembrar que em seu jornal saiu uma série de artigos do jornalista Pedro Maia sobre ações de combate ao crime que eu havia comandado. A coluna se chamava “Guerra, o Cana Dura” e assim, consegui ficar fora do desaparecimento do Jevaux”, disse o delegado.

Claudio Guerra acrescentou que o desaparecimento do dono do Povão ocorreu dez dias depois dele ter recusado a encomenda e que foi feita por uma equipe de fora, que teria vindo de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com a cobertura dos policiais locais Moacir e Levi Sarmiento. Ele disse lamentar ter se omitido, pois hoje entende que deveria ter alertado Jevaux de quem reiterou ter sido amigo. Segundo o ex- delegado quem disse a ele no gabinete do procurador Geraldo Abreu que a morte de Jevaux atendia a uma encomenda do hoje deputado federal Camilo Cola, foi o coronel Freddie Perdigão, com quem se reunia periodicamente em Vitória e no Rio de Janeiro para tratar do combate aos "subversivos" que desafiavam o regime militar brasileiro.

Para Guerra, "não há dúvida de que a morte de Jevaux foi um crime de mando da comunidade de informações da ditadura para atender ao pedido de um dos principais financiadores da repressão militar contra a esquerda brasileira durante o período de 1964/1980, principalmente . Além de sumirem com o corpo do Jevaux, colocaram uma bomba na sede do jornal na Ladeira Caramuru, em Vitória, e o vigia do "Povão" teria reconhecido as pessoas que foram colocar a bomba no jornal, tendo sido também eliminado por causa disso".

No depoimento, ele citou ainda uma reunião ocorrida no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, onde foi articulada a Operação Condor, que assumiu a eliminação de adversários das ditaduras do Cone Sul, e assumiu a responsabilidade pela bomba colocada no jornal A Tribuna, em Vitória, atribuída na ocasião à militantes de esquerda, pelo fato do jornal pertencer ao Grupo João Santos, que tinha entre seus dirigentes o Marechal Cordeiro de Farias, um dos ideólogos do golpe militar de 1964. Outros atentados a bomba contra veículos de comunicação também foram assumidos por Claudio Guerra em seu depoimento à Comissão da Verdade do Sindijornalistas-ES. Também mencionou que o jornalista que mais incomodava o regime militar no Espírito Santo era Rogério Medeiros, ouvido pela Comissão sobre os anos de chumbo e as perseguições que sofreu no período.

ROGÉRIO MEDEIROS

Aos 77 anos, Rogério Medeiros é um jornalista capixaba que iniciou a carreira como repórter do jornal A Tribuna. Foi repórter político e fotográfico do extinto jornal O Diário da Rua Sete. Ocupou o cargo de editor chefe em A Gazeta e atuou como correspondente do Jornal do Brasil, no Espírito Santo; posteriormente, passou por O Estado de S. Paulo. Medeiros fundou e foi o primeiro presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo em 1979. Em 1989 foi candidato a presidente da Fenaj na primeira eleição direta da entidade. Integrou ainda a diretoria da Contcop. Autor de diversos livros, o último deles "Memórias de Uma Guerra Suja", em parceria com o jornalista Marcelo Netto, traz o relato do ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo Cláudio Antônio Guerra sobre diversas execuções de opositores do regime militar e atentados aos quais teria praticado a mando da comunidade de informações da ditadura. Atualmente é editor chefe do jornal eletrônico Século Diário.

"A imprensa capixaba, antes de 1964, não era imprensa, eram partidos políticos. Não era uma imprensa profissionalizada. Ninguém estava atrás de fatos, não havia fatos, havia jornais que defendiam posições políticas. A Gazeta era um jornal político, ela nunca conseguiu fugir disso. A Gazeta ficou um longo período no governo. Carlos Lindenberg, Jones dos Santos Neves, Carlos Lindenberg e por aí vai. Até que perdeu o

governo para o Chiquinho (Francisco Lacerda de Aguiar).

Depois, o Christiano Dias Lopes Filho entrou no PSD. Ele entrou de 'calça curta', na Ala Moça do PSD, e vira governador. Então ele vira gazetiano, um homem de A Gazeta, e o jornal se comporta até hoje dessa forma. Arthur Gerhardt, quem era Arthur Gerhardt? Era filho do líder do PSD na Assembleia Legislativa, chamado Otaviano Santos, e vira também governador do Espírito Santo.

Élcio Álvares também entrou na Ala Moça do PSD. Ele se junta a João Santos, disputando com o Christiano Dias Lopes Filho. A Gazeta, portanto, era um jornal do PSD, o Partido Social Democrata, e enquanto o PSD estava no governo ela defendeu o PSD. Não havia um termo de profissão ou uma ética, havia um campo de profissionais atuando. O Vitor Costa, figura exponencial na época, que era um comunista e um belo jornalista, não tinha emprego. O PSD empregava os caras e eles eram uma espécie de colaboradores, não havia competição de informação, eles defendiam o PSD e atacavam os adversários do PSD.

O Diário da Rua Sete tinha Setembrino Pelissari à frente e atacava o PSD e o Carlos Lindenberg. O PSD ficou muito mais tempo no governo, mas veio o Chiquinho (PTB) e quebrou a oligarquia, ganhando o governo do estado. Ele comprou O Diário, e O Diário passou a atacar o Carlos Lindenberg. A Tribuna é um jornal que foi comprado por Ademar de Barros, que foi governador de São Paulo, com a pretensão de ser presidente da República. Ele comprou o jornal e o deu para o pessoal dele daqui. Quem dirigia os jornais eram elementos políticos. Não existiam jornalistas profissionais trabalhando. Existiam alguns que faziam algumas matérias, algumas notícias, mas tudo dentro desse confronto político que havia no estado.

Surgiram alguns jornalistas dentro desse critério. O Diário tinha o Plínio Marchini, um grande editorialista na época, que atacava o PSD. O leitor tinha pouca coisa para ler. Vários dirigiram A Tribuna também dentro desse critério, de confronto político que se dava nos jornais.

O Chiquinho era o governador em 1964, e A Gazeta tramava o tempo todo para derrubá-lo, porque o Chiquinho foi apoiado por partidos opositores ao PSD. O PSD, que era A Gazeta, tinha o marechal Lindenberg, uma pessoa poderosa no regime militar. Eles brigavam dentro desse poder que os militares ergueram; tudo passava dentro da unidade militar do Exército. A vida política do Estado passava lá dentro, não mais do lado de fora.

O pessoal do PSD tinha força, estava dentro do regime militar, por causa do marechal Lindenberg. Eles tramaram e conseguiram derrubar o Chiquinho. Além disso, todo o Judiciário da época foi composto pelo PSD. O PSD teve uma longa vida de poder aqui.

O golpe permitiu que quem não gostasse de você poderia ir lá e te denunciar sem provas. Um episódio marcante aconteceu com o Vitor Costa. A ditadura foi atrás dele n'A Gazeta e não encontrou; os militares foram atrás dele e não o encontram, em pleno dia 1º de abril.

O Cariê (Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, proprietário de A Gazeta) entrou na redação desesperado porque eles estavam querendo prender o Vitor Costa, olhou para o Gutman Uchôa de Mendonça, que era colunista, e deu um murro na cara dele, convencido de que ele é que tinha denunciado o Vitor Costa. Esses crimes existiam dentro das redações, porque o pessoal de esquerda era facilmente identificado. Havia gente que identificava, a cidade era pequena.

Tinha um tal de Britz Bar, no centro de Vitória, onde todo mundo se reunia. Se fazia revolução bolchevista de esquerda aqui no Espírito Santo no Britz Bar.

Nesse período do regime militar O Diário, A Tribuna e A Gazeta foram favoráveis. Os jornais viviam sob esse clima: 'Cuidado que o fulano que está aí é comunista'. Os jornais não foram contra o golpe militar, foram favoráveis. Dentro deles havia núcleos de caras de esquerda que usavam o espaço. O Diário tinha isso e atingia o regime de uma forma inteligente. Aí nós vamos entrando para um campo de profissionalização das redações.

A Gazeta começou a mexer com informação, acabou aquele período de confronto, acabou a democracia no País e no Espírito Santo. Eles começaram a compor quadros. Tinha o Chico Flores, que era comunista, o Jackson Lima, o Álvaro José Silva, que também era do Partido Comunista. Eles se agrupavam em algumas 'patotas', alguns grupos que se conheciam e começaram a trabalhar a informação. Nesse momento do golpe militar é que os jornais começaram a trabalhar a informação, porque não tinha como mais falar mal de ninguém.

Todos estavam apoiando o golpe militar. O Diário, do qual eu fui diretor, era um jornal que não tinha o nível de recurso que A Gazeta tinha. Tinha que se virar. Enquanto o Chiquinho esteve nesse embate político, ele manteve o jornal. Quando o Chiquinho estava no governo, não dava publicidade para A Gazeta e, quando A Gazeta estava no governo, não dava publicidade para O Diário; então eles eram marcados e bancados pelos seus partidos.

Com essa falta de dinheiro, O Diário acabou sendo entregue ao publicitário Fernando Jakes Teubner, conhecido como Jakaré. Ele e o Edgar dos Anjos tomavam conta d'O Diário. Muito espertamente, para não gastar dinheiro, eles começaram a pegar gente para estagiar. Tinha um monte de gente, tinha gente da faculdade, de esquerda, tinha também outras figuras importantes.

O Rubinho Gomes é uma figura importantíssima. Ele era um garoto. Deve ter entrado n'O Diário com 17 anos e com uma atividade política imensa, como liderança, nem universitário ainda ele era, era do período secundário. Tinha o Paulo Torre, o José Carlos Corrêa, tem o pessoal chegando n'O Diário e se submetendo a uma péssima remuneração. A Gazeta não. A Gazeta era certinha, mas essa geração que foi para A Gazeta era uma geração mais velha do que essa que aparece n'O Diário.

Aparece o Marien Calixte (jornalista, filiado ao Sindicato, falecido em dezembro de 2013), que veio de A Tribuna e dirige O Diário nesse período, e o Marien era um cara muito inteligente e muito criativo, porque nenhum de nós que estava na redação tinha formação jornalística; nós viemos de várias atividades. O Diário tornou-se o principal competidor de A Gazeta. Saiu do sistema partidário e começou a ter uma redação mais agressiva, uma redação mais noticiosa do que de A Gazeta, porque A Gazeta, o que era contra, ela não dava, e O Diário não. O Diário começou a respeitar mais quem trabalhava lá. Aí você tem esse momento em que o Marien fazia um bom trabalho, muito embora, mais pela inteligência dele do que pelo conhecimento jornalístico, porque ele redigia bem. Esquadrão da Morte no Espírito Santo - O irmão do governador Christiano Dias Lopes Filho (1º governador indicado pelos militares para mandato de (1967-1971) e seu secretário de Segurança, José Dias Lopes, implantou um Esquadrão da Morte, um escândalo. O Diário tinha uma máquina impressora muito antiga, ele vendia 1,5 mil, 2 mil exemplares e ficava até 14 horas imprimindo. Com o Esquadrão da Morte vendia 20 mil exemplares. Todos nós de O Diário trabalhamos nesse episódio, enquanto A Gazeta não dava uma linha, uma linha sequer.

Chega ao Espírito Santo um grande jornalista, chamado Cláudio Bueno Rocha. Foi a partir daí que o Espírito Santo começou a respirar jornalismo. Foi ele quem veio ensinar jornalismo a essas pessoas inteligentes, a essas pessoas que eram de esquerda.

Ele veio para A Tribuna, porque A Tribuna foi vendida para o Grupo João Santos que tinha base em Pernambuco e havia adquirido a fábrica de Cimento Nassau em Cachoeiro. E foi A Tribuna que trouxe Cláudio Bueno Rocha. A Tribuna começou ter uma cara de jornal, muito embora mantivesse o compromisso com o regime militar. Porque há um momento, eu vou recuar um pouco, em que o jornalismo no Espírito Santo era feito por Helio Dórea, que fazia uma coluna social, e Maria Nilce, que era mulher do Djalma Juarez Magalhães, que também fazia uma coluna social em A Tribuna. Ela era mais atrevida, e o jornal era isso. A Gazeta vendia por causa do Helio Dórea e A Tribuna vendia por causa da Maria Nilce.

Quando o João Santos compra A Tribuna, o jornal começa a ter uma atividade um pouco diferente. A Gazeta continuou sendo a mesma, mas também começou a competir com notícias e foi pegar o pessoal que se destacava em O Diário. O Diário contrata o Cláudio Bueno Rocha a peso de ouro. Com a chegada dele, nós começamos a ter noção de como se fazia um jornal, como se fazia a notícia, como se fazia uma reportagem, o jornalismo entrou no campo profissional. Depois A Gazeta também contratou o Cláudio. Foi ele quem nos ensinou a fazer jornalismo. Evidentemente que a figura do Cláudio também trouxe problemas para aqueles que eram tidos como bons jornalistas, mas não tinham o conhecimento que ele tinha. Ele teve dificuldade em fazer as pessoas terem esse reconhecimento. Ele saiu de A Gazeta porque, quando ele começou a defender a necessidade de que os fatos precisam ser revelados pelos jornais, e não eram, eram escondidos, ele começou a ter problemas dentro de A Gazeta. Ele viu que não dava e foi embora. O jornalismo do Espírito Santo é isso até hoje.

A imprensa sob o AI-5 - Quando a ditadura editou o AI -5, que foi a coisa mais assustadora até para a própria esquerda, porque valia tudo e ninguém tinha mais a mínima segurança em nada, eu era repórter político de O Diário. Eu fazia matéria política e fotografava e acabei virando diretor. O diretor na época chamava-se Cacau Monjardim, e ele falou para os arrendatários de O Diário: 'Tô fora!'. Ele fazia uma coluna social com informação econômica, a Poltrona B, e pediu demissão com o AI -5. Chamaram o Marílio Cabral, que era jornalista e ele falou: 'Eu não vou assumir isso não. Por que o Cacau vai sair? Vamos em frente'. Quatro horas da manhã ninguém tinha saído da redação, porque ainda não tinha diretor para o jornal ser publicado. No outro dia, então, eu falei: 'Vamos fazer um negócio, põe o meu nome só para amanhecer e vocês amanhã resolvem isso, porque a gente precisa ir embora'. Isso foi feito, e depois? Apareceu mais alguém? Não apareceu mais ninguém.

Eu cheguei para a redação e falei: 'Olha, vocês não vão olhar para mim como um repórter de política mais não, porque quem manda aqui agora sou eu'. Eu enquadrei aquele povo todo. Nós demos matérias contra o regime e nós fomos muito censurados. A Polícia Federal censurava. A Polícia Federal ia às redações e muitas vezes a gente nem sabia dos fatos que estavam sendo proibidos. Os policiais federais colocavam os 'carcos' das proibições, para proteger amigos deles que se envolviam em determinadas situações. Vinha a proibição e muitas vezes a gente ia lá e questionava. Mas com o AI - 5 foi diferente. O AI - 5 mudou tudo. Mudou a censura direta. Como é que era a censura direta? Eles iam até a redação de O Diário e pegavam todo o material que ia sair no outro dia. Eles olhavam e faziam a censura do material. Depois, na manhã seguinte, a gente mandava três exemplares para o 38º BC, e eles de lá telefonavam e falavam se estava OK para a distribuição. Contudo, eu não acho que o AI-5 pode ser considerado o período mais duro da censura, até pela incompetência deles. Os AI's anteriores já diziam que não podia noticiar isso ou aquilo, e era mais eficiente do ponto de vista deles do que o AI - 5. Eu tinha uma preocupação em O Diário. Carmélia M. de Souza era copidesque (revisora de textos) e uma maravilhosa cronista, mas muito doida, no bom sentido. Às vezes os caras iam lá e diziam: 'Mas só tem isso pra ver?' E ela falava: 'Não, tem matéria no copidesque, depois vocês pegam'. Um dia o major Romão falou que queria conhecer aquele tal de copidesque. Ele não sabia nem o que era o copidesque, achava que era o nome de alguém. Como é que esses caras podiam fazer um trabalho de boa qualidade? Nós fazíamos pirataria. Tinha um cara que conseguia entrar nas redes e a gente pegava matérias internacionais e nacionais, e daquilo ali eu editava três notas de nacional, três notas internacionais, e a Carmélia dava aquilo tudo para os caras olharem. Eu falava: 'Poxa, Carmélia, se esse cara tiver o mínimo de inteligência amanhã ele vai abrir o jornal e ler um monte de notas internacionais e nacionais que não saíram. Por que você faz isso? Daqui a pouco vai todo mundo em cana'.

Os jornalistas gostariam que a censura acabasse, mas os patrões eram indiferentes, porque, quando acaba a censura da ditadura, entra a censura do patrão, que é muito pior. Porque uma é feita à força e a outra é feita de uma forma que deforma as informações que os jornais têm que conter. Essa é a pior e permanece até agora. Tinha todo tipo de proibição. Era mais da área nacional. Depois de um episódio com o general Dilermando Reis, eles me levaram ao 38º BI de forma muito inteligente. Eu fui convocado para entrevistar o general Dilermando Reis no 38º BI, às 21h30. Isso é hora de marcar entrevista com alguém? Isso que a gente passou. Eu, como repórter a vida toda, tinha fontes dentro da Polícia Federal e eles diziam: 'Olha, vão pegar fulano aí'. E era sempre o Rubinho Gomes, um dos mais perseguidos, juntamente com o pai dele, o professor Rubens Gomes, que havia sido fundador do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) no Estado. O Vitor Costa também foi um dos mais perseguidos.

Apoio ao regime - Se os jornalistas não apoiassem o regime militar, eles se davam mal. O meu problema com A Gazeta foi porque eu era o editor-chefe do jornal e, em um belo dia, veio ao estado o general Dionísio Nascimento. Esse general Dionísio Nascimento é quem praticamente usou um ato de violência em Brasília para evitar manifestações contrárias ao AI - 5. Ele era comandante de uma guarnição militar em Brasília e invadiu a Universidade. Mas passou algum tempo e ele veio a ser o superintendente de Polícia Federal do Espírito Santo. Um dia eu estava no meu gabinete, e o Darcy Pacheco (um dos sócios proprietários do Jornal a Gazeta) liga e fala: 'Rogério, eu estou aqui com o meu colega, general Dionísio Nascimento, e ele vai aí para te visitar'. E eu disse: 'Me desculpa, mas eu não vou recebê-lo, ele é agente da ditadura, se o senhor quer que eu o receba no meu gabinete, eu não recebo'. E não recebi o general Dionísio.

Eu já estava de 'saco' cheio de A Gazeta, até porque a minha vida toda foi na rua, jornalismo eu fiz como repórter. Eu passei quatro meses em O Diário, que foi muito, devido às circunstâncias do AI-5, senão não teria sido diretor de O Diário.

Imprensa alternativa - O Folha Capixaba, que era um jornal do Partido Comunista Brasileiro, dirigido por Hermógenes Lima Fonseca, fechou. Era um semanário; depois, quando o Djalma saiu de A Tribuna, ele fez o Jornal da Cidade, que era um jornal diário, conduzido pela Maria Nilce. Ela saiu de A Tribuna com o marido e comprou o Jornal da Cidade; teve a revista mensal Agora, de cuja fundação eu participei também com o Cláudio Bueno Rocha; teve o jornal Posição, que fez oposição ao regime, que fechou por 'porralouquismo' da esquerda. Ele foi feito para combater e os caras achavam que nós estávamos fazendo jornal para a burguesia. O "Posição", quando saía, logo vendia todos os 45 mil exemplares, mas era uma esquerda ainda muito complicada. Tanto é que eu dirigia e o editor era o Jô Amado. A ideia do jornal foi do Jô Amado. Ele era um sociólogo e escrevia bem, e eu comprei a ideia dele para fazermos juntos. A gente fez O Posição por aproximadamente três anos. Tudo era concentrado em mim, era eu quem ia em 'cana', eu chegava de manhã e eles me sacaneavam, só falavam comigo às 18 horas. A gente tinha que saber que, se a gente fez o jornal em plena ditadura militar, a gente tinha que saber que tudo isso ia acontecer.

Sindicato dos Jornalistas na resistência - O Oswaldo Oleare foi o presidente da Associação dos Jornalistas Profissionais que é anterior a mim, eu o sucedi na primeira diretoria do Sindicato. Eu fui o primeiro presidente do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo. O Eurico Rezende era o governador. Antes, Eurico havia sido líder no Senado na ditadura e ele não deixava sair a Carta Sindical. Eu já era filiado ao Partido dos Trabalhadores, tinha o pessoal do Partido Comunista e tinha o pessoal do PC do B. Nós, do Sindicato dos Jornalistas, criamos, com o Sindicato dos Médicos, que era presidido pelo Vitor Buaiz, depois prefeito de Vitória e governador do Espírito Santo, um negócio chamado Frente Sindical. Essa foi uma iniciativa do

Sindicato dos Jornalistas e teve inclusive resistência da Igreja, porque as oposições sindicais achavam que a Igreja estimulava essa existência, e ela teve um certo receio de fazer essa Frente Sindical, mas nós fizemos. E essa Frente Sindical concentrou mais oposições sindicais do que sindicatos, porque os sindicatos estavam nas mãos dos pelegos.

Essa Frente Sindical começou a comandar as manifestações contra o regime militar que ocorreram em Vitória, fizemos várias manifestações, dentro de ginásios, nas ruas, sob alerta e sob a preocupação da esquerda brasileira que achava que nós estávamos correndo o risco de perder os sindicatos e nós dizíamos que alguém teria que fazer aquilo neste País, de que adianta ter o sindicato armado nas mãos se ele não pode nada? E nós fizemos com todo esse risco, e aí nasceu a CUT. Então, todo esse movimento que nós fizemos, nós fizemos todos, porque a Frente tinha o seu comando, tinha os seus membros e a sua base, tinha uma situação bem definida.

O Sindicato dos Jornalistas fez as comissões necessárias, nós tínhamos uma comissão que resgatava até perseguidos por ditaduras de outros países que vieram morar aqui, protegidos pelo Sindicato dos Jornalistas. O Sindicato dos Jornalistas é que distribuía o jornal do PC do B, nós tínhamos uma comissão também que verificava os perseguidos políticos e, em alguns momentos, contratamos até advogados. Era um sindicato muito ativo na época. De vez em quando íamos parar na Polícia Federal, mas essas coisas eram um costume aqui no Estado. Depois veio o Tinoco dos Anjos que me sucedeu na mesma linha de conduta. Eu não falo que o Sindicato foi uma trincheira porque algo desarmado nunca é uma trincheira. Ele fez um papel importante diante das coisas que iam surgindo, as restrições que iam surgindo. As famílias dos jornalistas encontravam ajuda, tinha advogados, nós mandávamos advogados irem à Polícia Federal, essas coisas. Havia muitas expectativas de repressões e a gente lidava com isso.

Quando a gente sabia que alguém estava numa atividade sindical, não só jornalistas, como outras pessoas, a gente participava porque aquilo virou uma casa bem mais ampla do que propriamente o Sindicato dos Jornalistas. A gente tinha uma coisa estratégica, a iniciativa de se reunir diariamente, o Sindicato tinha uma vida muito ativa na época. O Sindicato não sofreu intervenções por ser combatente, só sofreu ameaças que nunca se cumpriram. No período da ditadura militar as coisas chegavam sem que tivessem origem. Muitas vezes a gente lidava com familiares que vinham em pânico porque, veja o seguinte, você nunca pode esquecer que o golpe militar foi acolhido pela Igreja. Dom João Batista da Mota Albuquerque (arcebispo de Vitória na época da Ditadura Militar) teve uma trajetória fantástica em determinado momento, como Dom Evaristo Arns, que era colega dele. No começo eles aplaudiram a ditadura militar, depois o tempo foi mudando isso, atitudes, atividades, foram mudando essas coisas.

O Sindicato dos Jornalistas fez um bom trabalho nessa época. Tomou essas iniciativas todas. Depois teve imediatamente a participação do Sindicato dos Médicos, tinha uma oposição muito forte dos bancários, hoje é até um sindicato de ponta politicamente. Os bancários também tiveram uma participação muito grande e hoje continua sendo um sindicato bem combativo. A participação era tanta que, quando houve o primeiro encontro da classe trabalhadora, em Santos (SP), teve mais de cinco mil participantes em plena ditadura.

Rumo à liberdade de imprensa - Primeiro que a liberdade de imprensa sempre foi privilégio de cada jornal. E cada jornal disputa leitor. O Globo disputa leitor, a Folha de São Paulo disputa leitor, mas no Espírito Santo não houve efetivamente essa disputa de leitor. Aqui A Gazeta vai se definindo, momento em que há o crescimento vegetativo de A Gazeta. Ela passou o período ditatorial e foi crescendo. De repente ela começou a cair. A Tribuna virou um jornal populista com aquele negócio de sortear carro. É um jornal popular, não um formador de opinião. É um jornal popular que fala de doença, de emprego, de esporte, de polícia e toma conta desse mercado. Hoje, A Tribuna tem três vezes mais a circulação de A Gazeta. A Gazeta, quando o Espírito

Santo tinha cerca de 1/3 da população de hoje, vendia entre 35 e 40 mil exemplares. Hoje a população cresceu, mas ela vende apenas 7 mil exemplares nas bancas, porque o povo não confia na imprensa capixaba.

ÁLVARO JOSÉ DA SILVA

Jornalista profissional e durante 27 anos trabalhou em imprensa diária no jornal A Gazeta. Formado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, tem especialização pela Faculdade Cândido Mendes. Autor de vários livros, escritos em duas ou quatro mãos, escreveu recentemente “Patrulha da Madrugada – Uma história de aviadores”, no qual resgata parte da história do início da aviação comercial no Espírito Santo. Em 2014, lançou o romance “O Faxineiro”, que se passa na época do golpe militar de 1964.

A tortura ao fotógrafo Gildo Loyola - “De ordem do senhor ministro da Justiça...” Quando menos se esperava que os tempos da ditadura militar fossem revividos, eis que um desembargador proíbe o jornal O Estado de S. Paulo de publicar reportagem amplamente fundamentada, contra o senador José Sarney, presidente do Senado e envolvido em atos espúrios em pleno segundo semestre do ano de 2009. O desembargador que censurou o jornal frequenta as festas do senador e seus amigos. Mas repare na frase acima, a com que abrimos esse texto sobre os tempos negros de nosso Brasil. Leu? Então vamos em frente, porque essa história precisa ser revivida sempre. Sempre começava assim. Ou então com o “De ordem superior...” A partir de um papelucho datilografado, com cópia carbono e que era entregue nas redações de jornais por um policial federal. Ele exigia de alguém “responsável” assinar na linha onde estava o “ciente”. Não era um pedido nem nada parecido. Era uma ordem que devia ser obedecida à risca. O papelucho continha uma proibição de publicação de alguma coisa. Geralmente algo que representava notícia, mas cuja divulgação não era do interesse dos detentores do poder durante a ditadura militar que durou no Brasil de 1º de abril de 1964 até a eleição presidencial de 1985.

Corria risco de vida quem se referisse à “Revolução” como sendo de 1º de abril. Embora tivesse sido, pois somente neste dia de 1964 os militares tomaram o poder do então presidente João Goulart, que precisou se exilar no Uruguai juntamente com outras pessoas, sobretudo com seu cunhado Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. A “Revolução” era de 31 de março, dia em que eclodiram as primeiras aquarteladas. De 13 de dezembro de 1968 em diante, com a edição do Ato Institucional número 5, o AI-5, que extirpou do Brasil várias garantias constitucionais, a censura se instalou de vez nos órgãos de Comunicação. Eu trabalhava em A Gazeta, que então se localizava na Rua General Osório, Centro de Vitória. Na redação, por onde se entrava contornando a sala do Editor Chefe pela esquerda, num painel de cortiça colocado na parede onde estavam as mesas dos secretários de redação, eram afixadas as proibições. Devidamente presas com alfinetes apropriados. E ficavam ali durante algum tempo, para lembrar a todos que esquecer as ordens recebidas podia dar problemas. E também provocar riscos de vida.

Dos editores chefes que passaram pelo jornal durante os tempos duros da ditadura militar, Marien Calixte foi o único que teve o cuidado de retirar algumas das proibições da parede e levar para casa. Formou um pequeno acervo delas, que guarda até hoje. Mas a maioria das proibições, depois de certo tempo eram retiradas de onde estavam e jogadas fora, quando o assunto em questão não era mais objeto de probabilidade de publicação. O campeão das proibições, concordam todos os que participaram do período negro da história brasileira, foi o general Emílio Garrastazu Médici (Bagé, 4 de dezembro de 1905 — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1985).

Um belo dia ele se deixou fotografar cabeceando uma bola durante as obras da Ponte Rio - Niterói. No dia seguinte chegava às redações dos jornais a proibição de publicação da foto. Alguém entendeu que não ficaria bem. Quando um golpe militar derrubou e matou o presidente do Chile, Salvador Allende, um dos papeluchos distribuídos em todas as redações proibia terminantemente que notícias ou artigos a serem publicados pela imprensa criticassem “a Revolução naquele País”.

Um belo dia o ministro da Justiça, Armando Falcão, deu entrevista dizendo que não havia censura no Brasil. As acusações não passariam de intrigas da oposição e de contestação dos comunistas. Logo em seguida chegava um papelucho: “De ordem superior, fica proibida a publicação de entrevista do Senhor Ministro da Justiça, Armando Falcão, e na qual ele diz que não existe censura no Brasil”. Alguém entendeu que a declaração era muito cínica...

As proibições se sucediam. Raros eram os dias em que nenhuma chegava às redações. E elas eram deixadas bem à mostra também com segundas intenções. Como redação de jornal é muito visitada, qualquer pessoa estranha ao meio que entrasse lá, daria de cara com elas. Alguns paravam, liam, iam embora. Outros perguntavam do que se tratava e eram informados. Quando havia tempo disponível, as informações eram dadas com todos os detalhes.

Havia coisas engraçadas, por incrível que pareça. Como quando seria exibido no Brasil o filme “Ivan, o Terrível”, uma produção soviética sobre o czar que nasceu em 25 de agosto de 1530 e morreu louco em 18 de março de 1584. Foi o primeiro a usar o termo czar (César ou Imperador). O filme foi proibido sob a alegação de que uma obra soviética só poderia ser subversiva.

Millôr Fernandes, que tinha uma página na revista Veja, debochou do governo. Disse que Ivan morreu exatos 323 anos antes da Revolução de 1917. “Ele não poderia ter nada a ver com isso. Por mais terrível que fosse”, completou o intelectual e humorista em sua coluna da semana da proibição.

Divulgar notícias de presos políticos, nem pensar. Informações dos que eram considerados “óbices” ao regime, também. Isso era ensinado em todas as escolas de nível superior ou não, na “matéria” de título “Educação Moral e Cívica” ou coisa parecida. Segundo a legislação em vigor naquela época, era permitido fazer “oposição” a “Revolução”. “Contestação”, jamais. Mas quem definia o que era uma ou outra coisa eram os “revolucionários” no poder. Os critérios poderiam ser benevolentes ou não. Dependia da boa vontade... Muita gente foi presa ao longo dos anos de regime militar por tentar enfrentar a sanha dos detentores do poder e as proibições da censura.

Jornalistas acabaram detidos ilegalmente, torturados e, em alguns casos, mortos. Outros profissionais também. E eles não foram poucos, mesmo dentre os muitos que não optaram pela luta armada contra a ditadura. A luta armada, por sinal, era um dos maiores obstáculos à divulgação de informações em meados da década de 1970, durante o governo Médici. Uma incrível malha de retenção de notícias foi feita em torno dela. Houve no Brasil daquela época dois episódios insurrecionais de importância: a Guerrilha do Caparaó e a Guerrilha do Araguaia. No segundo caso, cerca de cinco mil soldados foram deslocados para enfrentar os guerrilheiros, de 70 a 80 membros do PCdoB. E nem uma única linha de matéria saiu nos jornais, revistas e outras publicações brasileiras. Todos conheciam o preço de desrespeitar a proibição da censura, nesse caso de “alta segurança nacional”.

Muita gente se aproveitava das restrições oficiais à liberdade de expressão para exercer censura privada ou corporativa. Muitos políticos fizeram isso, sobretudo os que eram ligados ao partido do governo, a Arena. As comemorações do aniversário da “Revolução” também eram épocas festivas. Geralmente a maior comemoração dava-se no quartel do 38º Batalhão de Infantaria, a unidade militar sediada em Vila Velha, mas ela se espalhava também por outros locais como a Polícia Militar. E o ponto alto dessas comemorações costumava ser a “Ordem do Dia”. Emitida pelos altos comandos militares, diretamente de Brasília, era lida

pelo chefe militar local. Continha todos os ingredientes de intimidação comuns à época, principalmente dizeres anticomunistas, uma inevitabilidade em todos os textos. E que se tornaram mais contundentes quando surgiu a guerrilha contra o governo, embora nenhuma “Ordem do Dia” falasse nela. Mas ela podia ser sentida, pelo menos por quem tinha conhecimento do que se passava no Brasil, quando as autoridades militares liam as mensagens chegadas de Brasília. Quanto mais duros eram os tempos – e o foram principalmente entre 1968 e fins da década de 1970 – mais ameaçadores eram os termos que se escondiam no paupérrimo vocabulário de caserna.

Em grande parte da época mais pesada da ditadura militar, o Secretário de Redação do dia de A Gazeta era Francisco Flores Rodrigues, chamado por todos os companheiros como Chico Flores, um antigo militante do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, inclusive com passagem pela antiga União Soviética (naquela época o jornal tinha secretários do dia e da noite. O da noite era José Carlos Correa, até hoje prestando serviços à empresa).

Cabia ao Chico receber a esmagadora maioria dos papeluchos da censura. Geralmente era a ele que se dirigiam os policiais federais que levavam às redações dos jornais as determinações chegadas de Brasília. E o velho jornalista, hoje aposentado, recorda-se muito bem de como era isso. Veja a íntegra do depoimento que ele preferiu dar por escrito:

“Lembrando-me agora da vasta literatura sobre a censura aos veículos de comunicação de massa, durante a ditadura militar que assumiu o poder em 1964, chego à conclusão de que se negligenciou o que ocorreu no Espírito Santo. Até digo que o Estado foi injustiçado quanto à dimensão dos estragos causados, pois sequer é citado, apesar de ter sido alvo de truculência bem maior do que em outras regiões brasileiras citadas. As dezenas de livros, centenas de compêndios, artigos e teses que enchem estantes de livrarias e de bibliotecas públicas e privadas concentram as informações, comentários e/ou análises apenas no que ocorreu, principalmente, no eixo Rio-São Paulo, onde, para esses autores, as piores arbitrariedades foram cometidas contra órgãos de comunicação, de produção cultural, cinematográfica e editoração de livros.

Claro que não acuso ninguém de omissão, pois acho que nós, capixabas, talvez sejamos os culpados, pois não deixamos nada registrado e, a não ser através de depoimentos fragmentados perdidos em cantos de páginas de segundos cadernos de jornais da terra, nada de mais concreto eu conheço. Posso até entender que a visão nacional minimizou o que ocorreu no Espírito Santo, que tinha apenas três jornais e três rádios na capital, além de uma categoria de jornalista que beirava 50 profissionais. Porém, vista isoladamente, a censura aos órgãos de comunicação e de cultura aqui também foi feroz, abrangente e implacável. Sua presença nas redações igualmente foi ostensiva e nem mesmo arrefeceu-se quando os sensores fardados foram substituídos por bilhetes entregues nas redações por agentes federais. E suas consequências, se não foram consideradas maiores, pelo menos repetiram, com mais impacto local, o que ocorreu em outras regiões do país. Aqui no Espírito Santo, o cerceamento à liberdade de imprensa chegou às raias da selvageria, depredou redação e fechou jornal para sempre. Aqui, no auge da truculência, a censura chegou ao ponto de tirar apresentador de rádio do ar à força, assim como expulsou do jornalismo diversos profissionais.

Alguns nunca mais voltaram à redação, pois ou foram presos e enfrentaram os algozes da ditadura ou se sentiram mais seguros migrando para outras atividades. Teve outros que procuraram asilo fora do país ou simplesmente deixaram o Estado, para morar onde não eram reconhecidos. Acredito que ainda está em tempo de se resgatar o que ocorreu na imprensa capixaba, no período mais violento da ditadura militar, quando, através da censura, os militares tentavam passar à população a ideia de que o país estava tranquilo e se encontrava na mais perfeita ordem. Digo isso porque tenho certeza de que um enorme manancial de informações a respeito vai afluir. Por exemplo, o caso do fechamento violento do semanário “Folha

Capixaba”, que tinha sua sede no terceiro andar de um prédio localizado na Rua Duque de Caxias. Sua redação foi invadida, numa manhã de sábado, ainda em abril de 1964, e suas mesas, cadeiras, máquinas de datilografia e arquivos foram jogados pelas janelas na rua, onde se transformaram numa imensa fogueira que parou o trânsito. Seu parque gráfico foi salvo porque o chefe da oficina tinha saído e o deixara trancado. Mas o jornal nunca mais circulou.

A categoria de jornalista foi atingida duramente pela censura. Logo quando os censores se instalaram nas redações, excelentes jornalistas foram isolados da profissão. De imediato posso citar Victor Costa, Antonio Germano, Darly Santos e Carlos Chenier de Magalhães. A exceção de Darly que tempos depois voltou a escrever uma coluna sobre Esporte Amador assinando com o pseudônimo Mickey, os outros nunca mais escreveram uma linha. Dessa relação também constam Zélia Stein, Otacilio Nunes, Audifax Amorim e Hermógenes Lima Fonseca e Aldemar de Oliveira Neves, os dois últimos homegeados postumamente pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com títulos de Doutor Honoris Causa.

Destes quatro, só Zélia está viva. Ainda sobre a ferocidade da ditadura militar contra a liberdade de imprensa, volto a citar Darly Santos, que foi o apresentador retirado à força do estúdio da Rádio Espírito Santo, quando esta funcionava na Avenida Capixaba, em cima do Mercado, quando apresentava seu programa “Todos cantam a sua terra” (Darly morreu trabalhando em A Gazeta). O programa só tocava músicas genuinamente brasileiras, e seu apresentador lia crônicas e poemas, e tinha grande audiência.

Aqui também, a virulência da censura da ditadura militar afetou, em muito, a própria dinâmica dos jornais locais e registrou uma página mais triste nas relações da imprensa no Estado. O período igualmente foi marcado pelo despotismo, opressão policial e militar a figuras destacadas do jornalismo, além de encarceramentos e suplício de suas vítimas. A censura foi intensa e toda produção editorial era acompanhado muito de perto pelos censores.

Em estados como São Paulo tinha jornal que publicava desde poesias até receitas no lugar das notícias censuradas. No Espírito Santo, não chegamos a usar a mesma tática. Ainda no início do cerceamento à liberdade de imprensa, em 1964, logo depois de golpe de 31 de março, os jornais se concentravam no noticiário local, pois sequer contavam com serviços de teletipo, o que só foi implantado na década de 70. Tinha-se, isto sim, um serviço precário de notícias via código Morse, que era captado via rádio sintonizado na frequência da UPI por um telegrafista, o Walter, que as vendia aos jornais. A Gazeta comprava, mas não se dava muita importância, já que a concorrência com O Diário e A Tribuna exigia boa performance na cobertura regional.

O telegráfico, portanto, servia apenas para cobrir espaço. Aliás, as notícias nunca passavam de seis linha e a maioria estava truncada pelas interferências atmosféricas e era impossível entendê-las. O primeiro tipo de censura imposto aos jornais e rádios capixabas foi a ostensiva. No caso de A Gazeta, onde eu já exercia o cargo de secretário de redação, os censores foram dois oficiais do Exército, que chegavam fardados, no período da tarde, usavam qualquer mesa escolhida por eles, e liam, primeiramente, todas as matérias já enviadas para a oficina. Como, naquela época, os linotipistas ganhavam um adicional de salário por produção de linhas, e o que era enviado para eles não passava de texto de anúncios e press releases de embaixadas estrangeiras enviados às toneladas semanalmente, o trabalho dos censores era pura perda de tempo. Mas eles liam tudo e não negligenciavam o serviço, mesmo dando bocejos de tédio de vez em quando.

A dupla de censores era composta de um jovem tenente bem louro, que chegava primeiro, e de um major de bigode aparentando já ter passado dos 35 anos, que sempre se atrasava. Já o grosso do noticiário local de cidade, polícia, política e esporte eles liam a partir das 19 horas, depois de voltarem de um lanche num dos bares da Rua General Osório, onde ficava a sede de dois andares pintados de branco de A Gazeta. Mesmo o

grosso do noticiário não tinha nada de comprometedor. O de política resumia-se às atividades dos deputados estaduais, vereadores de Vitória e do Governo, que era produzido pela Assessoria de Imprensa do Palácio Anchieta e chegava pronto, inclusive com títulos, às redações, com conteúdos ideológicos e políticos perfeitamente em sintonia com o regime militar. Mesmo assim, como os critérios dos censores era subjetivo, de vez em quando eles recolhiam uma matéria e indicavam os trechos que não poderiam ser publicados. Os dois censores frequentaram a redação até final de 1969.

Os censores fardados (que aos sábados “trabalhavam” em trajes civis) foram substituídos pelas proibições de publicação de tal matéria sobre tal assunto que chegavam às redações em ofícios da Polícia Federal a partir de 1970, em plena vigência do AI-5, editado em dezembro de 1968. Aliás, essa nova forma de censura variou, desde mensagens escritas em papel timbrado, assinadas por autoridade competente, até telefonemas e bilhetinhos informais, às vezes rasurados, escritos à mão, sem assinatura. Em algumas ocasiões, um bilhetinho podia conter várias proibições. O texto tanto dos ofícios em papel timbrado e assinados quanto dos simples bilhetinhos sem assinatura era mais ou menos assim: “De ordem do senhor ministro da Justiça fica expressamente proibida a publicação de: notícias, comentários, entrevistas ou mesmo tópicos de qualquer natureza, sobre tal assunto.” Os bilhetes chegavam diariamente e, às vezes, eram mais de um e se referiam a assuntos diferentes. Sempre quem os trazia era um agente da Polícia Federal. No caso específico do Espírito Santo, este tipo de censura irritou mais do que a que era exercida pelos militares fardados ostensivamente dentro das redações. Isto porque os jornais de Vitória então contavam com serviço de teletipo e radiofoto e, invariavelmente, a notícia já tinha chegado e estava até na página.

Dos assuntos censurados através de ofício ou simples bilhetinho, alguns chamavam mais a nossa atenção, pois ou causavam revolta ou gostosas gargalhadas. Um desses ofícios que levou ao riso, nós de A Gazeta, chegou numa noite de setembro ou outubro de 1972, e ficou, durante algum, pregado no quadro de aviso da redação. Foi a censura a um assunto que nos deixou surpresos, confusos e embasbacados, a ponto do jornalista Chico Silveira (Francisco de Assis Leal da Silveira), depois de algum tempo perplexo, quase morrer engasgado de tanto rir. O ofício do Departamento de Polícia Federal distribuído a todos os jornais do país dizia o seguinte: “Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a Censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito”. Na verdade, a liberdade de imprensa no Brasil foi instituída em 1821, através de decreto assinado por D. Pedro I., mas 150 anos depois, foi censurado pela ditadura militar.

Gildo Loyola: Torturas de enlouquecer

Nem todas as coisas que ocorriam naquela época eram assim, engraçadas. O fotógrafo Gildo Loyola que o diga. Militante de um movimento político nos anos de chumbo da ditadura militar foi preso e enviado a uma guarnição militar. Lá, teve um dos dedos esmagado pela coronha de um fuzil. Sofreu tantas torturas que, uma vez solto, passou perto de três anos internado em um hospício. Não se lembrava de quem era... Lutou muito para se recuperar e voltar a trabalhar com fotografia, o que fez até a primeira década do século 21 em A Gazeta. Até os dias atuais, Gildo não consegue se conter ao recordar esses fatos. Chora, como chorou em três oportunidades, durante a conversa que tivemos. Ele era estudante, ainda jovem, em colégio particular (fazia um curso técnico de Administração de Empresas no Colégio Brasileiro de Vitória, cujo diretor era o professor Rubens José Vervloet Gomes, um dos políticos mais perseguidos pelos militares que derrubaram Jango Goulart). O colégio tinha entre seus professores, nomes de outros perseguidos políticos pelos militares golpistas, como Hermógenes Lima Fonseca, Alfredo Barroca, Renato Viana Soares, dentre outros.

O pensamento político de esquerda influenciou de forma decisiva o rapazola Gildo, que entrou para o PCB, o Partidão. Passou a fazer parte do grêmio estudantil da escola e aos poucos foi se enfronhando mais nos movimentos de contestação do regime. Isso porque muitos estudantes, operários e intelectuais daquela época migraram para outras agremiações partidárias, inclusive para as que acabariam por acreditar que a derrubada do poder político só seria possível através da luta armada. O que custou muitas vidas...

Gildo nasceu em Vitória, morou a infância em Vila Velha, mas no início da idade adulta estava novamente na Capital. Morava numa espécie de república na parte alta da Vila Rubim, onde os residentes eram, na maioria, militantes comunistas. O dono do imóvel, Aristides, começou no Partidão, mas depois ingressaria no PCdoB, um partido que, ao contrário do primeiro, acredita na luta armada e colocaria em prática essa crença. A memória de Gildo falha para se lembrar daqueles tempos. Jair "Louro" Storch foi uma das pessoas que o influenciavam e, logo que a militância política cresceu, começaram a aparecer armas na casa. Praticamente todos se armaram. Antes de ser preso, Gildo havia viajado a Salvador, Bahia, juntamente com Rubens Manoel Câmara Gomes, Rubinho Gomes. Eles seriam os dois capixabas presentes em dezembro de 1968 ao Congresso Nacional da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Mas havia dois infiltrados na célula do PCdoB: Eustáquio Salatiel Ramos, o "Pastor", e Hilton Miranda Rocha, hoje advogado criminalista. Por conta dos informes dos dois, a Polícia Federal e demais órgãos de repressão esperavam a volta dos capixabas. Rubinho não retornou logo, tendo permanecido em Salvador na casa de parentes. Gildo, não. E por isso ele "cairia" logo em seguida.

Para azar dele e dos demais, também foram feitas algumas bombas caseiras, do tipo das chamadas de "cabeça-de-negro" que até hoje são fabricadas em algumas regiões para serem usadas durante as festas juninas. A comida da casa era simples. E os moradores tinham por hábito colocar uma espécie de quadro negro onde se registrava o cardápio do dia. Como, por exemplo, "arroz, feijão, farofa, carne assada, salada" e outros. Em algumas ocasiões alguém escrevia o nome de comida sofisticada. Numa época em que muitos militantes de esquerda caíram, sendo presos pelos órgãos de repressão do regime, um belo dia eles foram denunciados. E a Polícia Federal apareceu por lá. Gildo estava entre os presos. Os policiais, dentre outras coisas, queriam saber que tipo de "código" era aquele do quadro negro. O que queria dizer, realmente, cada comida.

E começaram as torturas e humilhações. Nesse ponto o relato de Gildo começa a ser interrompido por soluções breves. Havia simplesmente socos, pontapés e até mesmo o pau-de-arara, largamente usado durante o regime militar e que até hoje sobrevive em algumas delegacias brasileiras. No meio das torturas, sem acreditar que Gildo não soubesse mais do que havia relatado, o torturador dizia: "Vou trazer sua mãe aqui. Ela vai ficar nua na sua frente. E você vai ter que fazer sexo com ela", fazendo-o acreditar que, em caso contrário, a mãe dele seria assassinada. Teve o dedo machucado. Ao ver isso, um dos torturadores disse: "Está machucado? Então vamos machucar mais". Ato contínuo colocou o dedo do repórter fotográfico sobre uma mesa e bateu violentamente contra ele com a coroa de uma arma pesada até que ele fosse quase esmagado. Gildo, da mesma forma que muitos outros presos políticos dos idos de 1966 em diante, ficou preso na Polícia Federal, passando de lá para o 38º Batalhão de Infantaria, em Vila Velha, para a prisão de Pedra D'Água (na Glória) e, em seguida, permanecendo em prisão domiciliar.

- Depois desse tempo todo, você não sabia quem era – diz ele hoje –. Não conseguia sair à rua sozinho. E nem havia como pensar em quem eram seus torturadores. Eles não tinham rosto, usavam nomes falsos.

Desesperado, desorientado, Gildo foi direto para a Clínica Santa Angélica, no centro de Vitória. Isso depois de três anos de sofrimento. Não se recorda de muita coisa, mas acredita que até choques elétricos, tomou. Até que um dia um médico então recém-formado, o psiquiatra Liberato Schwartz disse que ele

precisava sair dali: “Você tem que sair, senão fica mais doente ainda. Você precisa andar, voltar à vida fora daqui”. Gildo fez isso. Aos poucos foi de recuperando. De fotógrafo amador tornou-se profissional e ingressou no jornal A Gazeta. Hoje, aposentado pelo INSS, ainda trabalha lá. São cerca de 38 anos de atividades. Vive uma vida normal, mas os choros constantes, que vêm com as recordações do passado, denunciam o que ele ainda sente: “Isso é uma sequela que nunca acaba!”

De menos traumático em sua vida, somente um episódio, esse vivido já nos estertores da ditadura. Ele um belo dia fotografou o general João Batista Figueiredo em Vitória. Pegou o então presidente com o dedo no nariz, como se o estivesse tapando. E isso dia depois de o militar haver declarado cinicamente que preferia cheiro de cavalo a cheiro de gente. O jornal A Gazeta, apoiador do regime militar, não aceitou publicar a foto. Seria provocação demais, mesmo em época de “distensão lenta e gradual”. Gildo então repassou seu trabalho para o jornal Posição, que marcou época no Estado como opositor da ditadura. E a foto foi publicada.

Marien Calixte e a coragem de enfrentar a Censura.

Quem também nunca guardou boas recordações do regime militar foi o jornalista Marien Calixte, um carioca que aportou no Espírito Santo, apaixonou-se pela terra e nunca mais saiu daqui. Dirigiu A Gazeta e O Diário. É deste último a recordação do que ele fez. Narra um fato que, até hoje, somente era do conhecimento de seus familiares e poucas testemunhas. O caso da morte da menina Araceli Cabrera Crespo ocupou por anos as manchetes dos jornais locais. Como um filho do dono da loja de departamentos Helal Magazin era acusado pelo crime juntamente com outras pessoas, populares começaram a jogar pedras contra o estabelecimento e a dar pedradas em suas vidraças. Os donos, Constantino e John Helal, pediram aos proprietários de jornais que evitassem o caso. Já trabalhando em O Diário, Marien foi convidado para uma reunião. O diretor da Rede Gazeta, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, o Cariê, propôs então que todos passassem a noticiar apenas e tão somente evidências. Um papel foi passado para os participantes assinarem. Marien se negou. “Você garante que vai ficar nesse jornal?”, perguntou Cariê. Marien disse que sim, que os diretores eram seus amigos pessoais e o garantiam lá. E O Diário continuou abrindo manchetes sobre o caso, inclusive citando os nomes dos suspeitos.

Um belo final de dia veio um convite do governador Élcio Alvares para que os diretores e editores chefes dos jornais comparecessem no dia seguinte ao Palácio Anchieta para uma reunião às 8 horas da manhã. “Oito horas, pensou Marien...” Mas foi. Ao entrar na sala de reuniões o governador pediu a ele que sentasse ao seu lado. Um ordenança não deixava que ninguém ocupasse a cadeira à frente, do outro lado. Para ela, chegou a certa altura o secretário de Segurança Pública, coronel Hugo Eisenlohr. Fardado e acompanhado por um tenente que colocou sobre a mesa, diante dele, várias pastas com papéis. Claramente recortes de jornais.

Élcio abriu a reunião dizendo que os jornais estavam noticiando de forma muito contundente “um assunto que pode trazer transtornos para a sociedade”. Ao passar a palavra para Eisenlohr, este abriu uma pasta com as manchetes de O Diário sobre o caso Araceli. Identificou o jornal como “o que só publica mentiras” e continuou falando contra o noticiário do caso. Marien se levantou, olhou para o governador, que estava aparentemente surpreso com seu secretário e disse: “Governador, está cumprida socialmente a minha vinda. Eu me retiro. O jornal continua o mesmo. Espero que na próxima oportunidade o café seja mais farto e longo”. E saiu. Os demais participantes, diretores de outros jornais, vieram atrás. Dias depois o jornalista foi convidado para uma solenidade na Escola de Aprendizes Marinheiros (EAMES), em Vila Velha. Era o Dia da Marinha.

Um soco pelas costas - Marien, copo com bebida na mão, foi admirar algumas pinturas que estavam na sala do comando da EAMES, pois estas lembravam trabalhos de um irmão seu. Subitamente levou um violento murro nas costas. Desequilíbrio-se, caiu para frente. O copo de bebida voou longe. “O que é isso?”, gritou ele enquanto olhava para trás. Atrás dele estavam o secretário Hugo Eisenlohr e um coronel do Exército, na ocasião comandante da Polícia Militar (os comandantes da PM durante a ditadura militar eram todos coronéis do Exército). Os dois apenas emitiram um resmungo. Marien deixou a sala e foi ao comandante da EAMES, Vitor Padilla. Relatou a ele que havia sido agredido na sala do alto comando. Padilla ficou lívido.

Agradeceu o fato de o jornalista não ter feito um escândalo, o que prejudicaria as solenidades. Chamou Eisenlohr às falas. Este justificou o fato como um “esbarrão”. Meses depois, convidado pelo governador, Marien compareceu a uma festa de seu aniversário na residência de Élcio, em Vila Velha. Eisenlohr estava lá. Ao ver Marien, levantou-se e saiu. Nunca mais se veriam.

Quando chegou a Vitória, Marien Calixte vinha de uma escola do jornalismo brasileiro, que era o Jornal do Brasil nos idos dos anos 50, 60 e 70. Havia sido discípulo de Alberto Dines, um mestre do ofício. Foi procurado por Cariê Lindenberg, que queria fazer uma reforma gráfica no jornal A Gazeta, mais ou menos nos moldes da que havia sido feita no próprio JB, por Dines.

Disse que iria contratar Calixte inicialmente como um editor de texto, para que depois ele assumisse o comando do jornal. E justificou: “Contratei o Cláudio Bueno Rocha e em poucos dias a redação o demitiu. Você chega e se entrosa primeiro...” Marien fez isso. Corria o ano de 1973 e ele dirigiria o jornal em 1974 e 1975, deixando-o quando foi contratado pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Em poucos dias procurou Cariê e pediu para assumir logo a direção de A Gazeta. “O pessoal ficou contra o Cláudio porque ele não trabalhava, Cariê. Vivia passeando no Rio.”

Assumiu na época brava da censura. No quadro de avisos da redação, marcou um espaço e colocou acima, bem grande: “Censura” (guardou a única imagem existente sobre esse espaço). Os bilhetes chegavam à redação em um papel com carbono. Proibiam-se todos os discursos do bispo Dom Helder Câmara. Uma vaia levada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici em Portugal.

Marien copiava os textos, colocava as cópias no quadro, espaço da censura, e retinha os melhores originais consigo. Fez um arquivo grande que ele pretendia transformar no livro “Para que servem as lembranças”, que ele conseguiu concluir. Nos originais retidos, a burocracia de então: as notas da censura tinham que ser recebidas por um responsável, que em seguida assinava colocando data e hora. Em alguns casos, vinha um papel só com vários espaços para que eles corressem todos os jornais, rádios e Tvs.

Paralelamente às mudanças que fez no jornal – criou a editoria de Economia, que não existia, a de Texto, a Agenda (hoje Caderno Dois), levou as primeiras mulheres para a redação, criou a editoria de Diagramação e colocou ar refrigerado na redação, que era um forno. Do que fez, somente a tipologia do título A Gazeta foi mantido inalterado até hoje, mesmo com outras reformas gráficas sendo feitas –, e foi no meio dessa série de afazeres que um dia ele recebeu a visita de um homem meio obeso, que lhe pedia o obséquio de noticiar o sumiço de sua filha pequena. A menina Araceli Cabrera Crespo estava desaparecida há alguns dias. Marien noticiou. E começou dessa forma o mais longo noticiário policial da imprensa capixaba.

Dias depois surgiria uma nova visita, desta vez quando já se cogitava que a menina tinha sido assassinada. Era de Lola Crespo, a mãe que surgiu no jornal agredindo a todos, dizendo “quero minha filha” e falando que ela não estava morta. Só parou quando o editor de Polícia do jornal, Walmor Miranda, mostrou-lhe a carteira de delegado e determinou a ela que fosse embora.

Quando o cadáver foi encontrado, Marien já estava em O Diário e soube da descoberta de um corpo destruído por ácido nas matas do Hospital Infantil, onde hoje estão dois prédios de apartamentos.

Correu à redação, pegou pelo braço o fotógrafo Carlito Medeiros, que então se iniciava na profissão, e mandou que ele fosse lá fotografar. Foram as primeiras e únicas fotos de Araceli Cabrera Crespo morta. Marien, que depois foi pressionado a ceder os negativos à Polícia, escondeu-os em sua casa. Estão lá até hoje.

Vários editoriais de O Diário criticavam as investigações policiais de então. Em um deles, o jornal dizia que a NASA já havia mandado homens à Lua, mas aqui na terra ainda não se sabia identificar um ácido jogado num corpo. Marien ganhou muitos inimigos junto ao regime militar. Mas muitos amigos entre os jornalistas que trabalharam com ele durante décadas. O governo proibia os jornalistas de falarem que havia censura no Brasil.

Havia as engraçadas. Uma podia ser considerada prosaica: “De ordem do Exmo. Senhor Ministro da Justiça fica proibida qualquer publicação que vise indispor o público desportivo com o governo brasileiro, a respeito de declarações sobre o adiamento das homenagens oficiais ao jogador Pelé”. O comunicado, datado de 10 de julho de 1971, foi endereçado aos jornais A Gazeta, A Tribuna, O Diário, Jornal da Cidade, Rádio Espírito Santo, Rádio Capixaba e Rádio e TV Vitória. Ainda não havia TV Gazeta na época.

Nas pastas da casa de Marien estão as lembranças daqueles anos. Até mesmo algumas páginas do Jornal da Tarde, do grupo O Estado de S. Paulo, que cobria os espaços das matérias censuradas com receitas de doces e salgados. Era a maneira de avisar o leitor de que ele estava tendo um direito de cidadania – o direito à informação – furtado pelo regime militar.

Marien Calixte recebeu a Comenda Ademir Ramos uma homenagem do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo, em 2009, e Comenda Rubem Braga em novembro de 2013 do Governo do Estado do Espírito Santo e morreu em 25 de dezembro do mesmo ano após longa enfermidade.

FRANCISCO FLORES RODRIGUES (Chico Flores)

Trabalhou na Folha Capixaba, A Gazeta, A Tribuna, e estudou na União Soviética antes do golpe de 1964. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo e primeiro secretário geral da entidade.

Desde os anos 1950, o jornal Folha Capixaba, localizado no centro de Vitória, na tradicional Rua Duque de Caxias, tornou-se o porta-voz e veículo ligado ao Partido Comunista Brasileiro. O jornalista Francisco Flores reuniu em artigo-reportagem a reconstituição do empastelamento do jornal no dia 2 de abril de 1964, quando caixas tipográficas e máquinas de escrever, livros e móveis foram atiradas no meio da rua por vândalos ligados do regime militar que havia vencido (e prendido) a maioria dos integrantes do PCB: Hermógenes Lima Fonseca, Vespasiano Meirelles, Aldemar Neves, Mauricio de Oliveira, Darly Santos, Manoel Martins de São Leão, Rubens José Vervloet Gomes, Adam Emil Czartorisky Gonçalves, Cody Santana Có, Anselmo Gonçalves, Clementino Dalmácio, Manoel Santana, Zélia Stein, Xerxes Gusmão Neto, Ewerton Montenegro Guimarães, Alcides Ferreira, dentre tantos outros.

“Quando perguntei ao Darly Santos se conhecia todos os detalhes do vandalismo contra a Folha Capixaba, ocorrido na manhã de 31 de março de 1964, ele me respondeu que não, mas me acrescentou que sabia apenas o que lhe tinha sido transmitido por Manoel Martins de São Leão, também membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Espírito Santo.

- São Leão me disse que foi o primeiro a chegar ao local, a tempo de assistir aquele grupo de pessoas invadir a redação do jornal e lançar na rua livros, caixas cheias papéis e documentos, além de máquinas de

datilografia – respondeu-me Darly, ajeitando-se na cadeira, como um erudito diante de uma seleta plateia se preparando para uma longa palestra.

- Mas antes, vamos abrir a primeira cerveja do dia - completou sorrindo.

Esse encontro com Darly Santos ocorreu na ensolarada manhã de um domingo de março de 1974, em sua casa, na Barra de Jucu, que não passava de uma bucólica vila de pescadores de acesso rodoviário precário, localizada na foz do Rio Jucu, a 16 quilômetros ao sul do centro do município de Vila Velha. Ainda se assemelhava a uma remota e improvável povoação, com demografia rarefeita e pontilhada por algumas dezenas de casas de estuque pintadas de branco, protegida por densa e severa mata de restinga.

Lembro-me também que, apesar da pequena distância partindo-se de Vila Velha, a ida até à Barra de Jucu tornava-se uma viagem longa e cansativa se estivesse chovendo. Todavia, em dias ensolarados, assemelhava-se a um agradável passeio turístico cheio de surpresas. Duas eram as opções de trajeto: pelo bairro da Toca, depois prosseguindo por mais 15 quilômetros de estrada de barro; ou pela Praia da Costa, percorrendo o longo trecho de areia e terra da Avenida Gil Vellozo, a partir do edifício Guruçá, o primeiro prédio de apartamentos da orla vilavelhense.

Sempre preferi a segunda opção, não só pela indescritivelmente contagiante e bela paisagem formada pelo Oceano Atlântico, à minha esquerda, e pela cerrada restinga que escondia jabuticabeiras, pitangueiras e diversos pés de jamelão e araçá, à minha direita. Inclusive, por aguçado senso de oportunidade, jamais fui à Barra de Jucu, sem antes colocar, na mala do meu velho Simca Chambord modelo 1962, algumas sacolas de supermercado para armazenar as frutas colhidas ao longo do percurso, que variavam de mês a mês.

De agosto a setembro, por exemplo, a farta colheita era de jabuticabas; e de dezembro até final de janeiro, eu colhia jamelão que em casa era transformado em geleia pela minha prendada companheira. Mas, em qualquer mês do ano eu tinha araçá e pitanga em abundância. Eu me supria de farta quantidade de frutas silvestres ao longo dos 12 meses e ainda sobrava para dar aos vizinhos e aos colegas de redação de A Gazeta, na velha sede da rua General Osório, no centro de Vitória.

Eu até considerava as minhas visitas semanais a Darly Santos, na Barra de Jucu, “frutíferas” em todos os sentidos e por isso jamais as negligenciava. Aliás, esses encontros já faziam parte de minha rotina domingueira que perdurou até a morte desse insigne poeta, radialista e jornalista, no dia 20 de maio de 1985. E, naquela manhã ensolarada de um domingo de março de 1977, como fazíamos sempre, também estávamos sentados na varanda, de frente para a rua ainda sem nome e calçamento que se parecia mais com uma trilha margeada por restingas esparsas, mas que, mesmo sendo dia de descanso, estava movimentada de pescadores que se dirigiam à Praia da Concha, para fazer manutenção nos barcos e prepará-los para voltar ao mar, na madrugada de segunda-feira. Todos cumprimentavam Darly e alguns até se aproximavam para um aperto de mão.

Foi a sorridente Maria, a fiel companheira de Darly havia vários anos, quem trouxe a primeira garrafa de cerveja do dia e os dois copos e os colocou sobre a pequena mesa de vime que ornamentava a varanda, avisando-nos que estava fritando linguiça de porco para o tira-gosto. Também disse que em seguida sairia para comprar A Gazeta e retornou ao interior da casa também branca e construída de estuque igual às outras. Como eu estava sedento em consequência da ressaca da noite de sábado, bebi o primeiro copo de cerveja com sofreguidão. O mesmo fez Darly, comentando que os primeiros goles são sempre os melhores, com o que concordei. Ele também disse que adoraria estar bebendo uma “Krusovice” tcheca, ao invés de uma “Antártica” brasileira, pois para ele, a Tchecoslováquia produzia a melhor e a mais saudável e honesta cerveja do mundo.

- Eu sei e nos meus anos em Moscou, fazendo o curso de Direito Internacional, na Universidade Patrício Lumumba, bebi muita “Pilsner Urquell”, que é um pouco mais leve do que a “Krusovice”, mas não menos saborosa - disse-lhe eu, complementando:

“Mas, é melhor nos contentarmos com a velha e boa “Antártica”, pois cerveja de país comunista, no Brasil de hoje, só em sonho”.

- Toda ditadura é burra, Chico!

Rimos, enchemos mais um copo e fizemos um brinde ao socialismo.

- Chico, eu não quero morrer sem antes ver o Brasil deixar de ser uma pátria madrasta para a maioria e se transformar num país justo para todos os brasileiros.

Maria retornou com uma terrina nas mãos, cheia de pedaços de linguiça de porco fritos, colocou-a sobre a mesa, se despediu e saiu, avisando que voltaria logo, *“pois também quero participar da festa. Só vou comprar A Gazeta”*. Darly se levantou e a acompanhou até o portão, onde a beijou e retornou, sentando-se. Pegou o copo, levou-o à boca e bebeu mais alguns goles da cerveja.

- Bem, agora vamos à história dos últimos instantes de agonia e morte da Folha Capixaba – sugeri.

- Vamos – respondeu Darly, ajeitando-se novamente na cadeira. De antemão, eu sabia que seria um relato longo, cheio de minudências e carregado de dramaticidade, pois Darly era um intelectual compenetrado e voraz devorador de livros que jamais perdia uma oportunidade de contar, com o mesmo talento inato de cronista, uma simples história do cotidiano, sempre num português claro e castiço e sem entediar uma plateia ou um isolado interlocutor. Ele se dizia um respeitador da língua e cultivava o hábito, desagradável para alguns, de corrigir quem ousasse cometer erro de linguagem, mesmo numa descontraída conversa de botequim.

- Não foi logo em seguida ao ato de vandalismo contra a redação da Folha Capixaba que ouvi o relato de São Leão, mas sim, uns dois anos depois – disse-me Darly, começando o relato.

- Por que demorou tanto tempo – perguntei.

- Logo nos primeiros dias após o golpe militar que colocou os militares no poder, a dispersão foi geral. Um tipo de dispersão que eu entendi, no princípio, pois a situação não estava muito clara e tangível a ponto de se saber o que deveria ser feito. Todos os membros do partido conhecidos meus, da direção ao militante de base, pareciam estar evitando locais públicos, talvez para não virar alvo de provocações dos que comemoravam o novo regime.

- Então, nesse primeiro período pós-golpe, você não teve contato com nenhum membro do partido, sequer aqueles mais chegados, como os colegas de trabalho?

- Tive, sim, mas apenas para cumprimentos, em encontros ocasionais. – explicou-me Darly continuando: *- Pelo menos, para mim, a dispersão durou até o dia em que resolvemos reunir a pequena base do partido que funcionava na Rádio Espírito Santo e que era integrada por mim, o violonista e compositor Maurício de Oliveira, e os jornalistas Adam Emil Czartorisk, Cody Santana Có e Anselmo Gonçalves.*

- Sabe Darly, eu até estou propenso a acreditar que a retomada das atividades partidárias, aqui no Estado, foi imposta à direção do partido pelas unidades de base, como vocês, na Rádio Espírito Santo, e em outras empresas, bairros...

- Justiça seja feita Chico: a nossa base na Rádio dificilmente se reunia, mesmo antes do golpe. Aliás, isso sempre constou da nossa autocrítica, mas acompanhávamos e nos integrávamos à vida partidária através do Maurício de Oliveira, que era membro do Comitê Estadual e nos transmitia os informes do partido, mediava a discussão, distribuía as tarefas e arrecadava nossas contribuições mensais. Sei até que muitos camaradas nos consideravam “burgueses”.

- Não só a sua, mas várias outras bases negligenciavam as reuniões. Sei de algumas que se reuniam, no máximo, uma vez a cada dois ou três meses, como a do bairro Santa Lúcia, que era a causa das dores de cabeça do Mestre Flores, meu pai. Ele até comentava: “Como posso exigir reuniões de uma base composta por um maquinista da Vale que passa dias e dias viajando; três pescadores que passam semanas no mar; um motorista de caminhão de cargas que sai de casa avisando à companhia que não

sabe quando volta; e duas donas de casas que já são avós?”

- No nosso caso, Chico, negligenciávamos as reuniões por indisciplina, mesmo. Eu, por exemplo, sou indisciplinado por natureza. Não cultuo a pontualidade e nem compromissos com hora marcada. Mas, naquela época, eu ansiava por uma reunião da nossa base para discutir a nova realidade do país e obter orientações sobre como proceder, mas, segundo Maurício Oliveira, naquele momento, a direção queria evitar equívocos e precipitações. Ele informou-nos também que a hora era a de concentrar toda energia na reorganização e fortalecimento partidários, antes de deflagrar a luta contra a ditadura que tentava, apressadamente, se ajustar à realidade, pois os militares golpistas ainda estavam perplexos com o êxito rápido do golpe.

- É verdade. Foi uma aventura que deu certo e surpreendeu tanto a cúpula militar brasileira quanto os dirigentes dos órgãos do governo americano envolvidos – disse-lhe eu, enchendo novamente os copos de cerveja. Darly sorveu mais um gole e sentenciou: “É bom molhar a palavra”.

- Foi nessa época – prosseguiu Darly – que recebi uma intimação para comparecer à sede d da Polícia Federal, que ainda estava em fase de implantação na Avenida Vitória, quase em frente ao Asilo dos Velhos.

- Foi você quem inaugurou a fase da repressão aos comunistas, no Espírito Santo?

- Não fui eu, pois quando lá cheguei, dois dias depois de intimado, encontrei sentado numa surrada cadeira de cor preta, numa espécie de antessala, Maurício de Oliveira.

- Então, se Maurício chegou primeiro, foi ele quem inaugurou a fase da repressão aos comunistas, no Espírito Santo.

- Também não foi Maurício – respondeu-me Darly – completando: “Por lá, já haviam passado vários outros companheiros. Mas, tenha calma e paciência que eu conto tudo”.

- Claro que terei calma e paciência, pois ainda tenho muitas horas para ficar com você e Maria. Lembra se que eu nunca encerrei essas visitas semanais a vocês dois antes da janta.

- Eu gosto de me lembrar dessa minha primeira visita à Polícia Federal, pois ela foi hilariante – prosseguiu Darly.

- Eu não entendi.

- É que encontrei Maurício muito sério, parecia preocupado. Falava pouco e com o tom de voz baixo, e era monossilábico ao responder às minhas perguntas.

- Mas, Maurício nunca foi falastrão e, além disso, é gago – interrompi de novo.

- Eu sei, mas dessa vez ele parecia mergulhado em profunda introspecção.

- Devia, mesmo, ser engraçado ver um Maurício introspectivo.

- Mas, a parte engraçada aconteceu quando já estávamos, nós dois, dentro do gabinete do delegado, sendo submetidos ao interrogatório.

- Houve truculência? – perguntei.

- Não. Ele apenas mandou-nos sentar e perguntou logo de início: “Vocês são comunistas?”

- Gostaria de ter visto essa cena.

- Foi Mauricio quem responde primeiro: “O senhor quer dizer violonista. Sim, sou violonista”.

- O delegado reagiu?

- Não, apenas desviou o olhar para mim, como que esperando resposta, e eu respondi imitando Maurício: Em primeiro lugar sou jornalista, em segundo radialista e em terceiro poeta. Mas podemos discutir o que é ser comunista.

Eu fiquei imaginando uma cena em que Darly Santos, com o dedo riste, voz empostada e olhando fixamente para o delegado da Polícia Federal, repetia com eloquência os termos de uma crônica que ele escrevera, anos antes do golpe militar, na edição da Folha Capixaba comemorativa do aniversário do PCB:

- “Eu considero comunista aquela pessoa que vê o mundo como corroído por contradições e que se disponha a transformá-lo. É comunista todo aquele que vê o homem em primeiro lugar e faz dele o principal objetivo e a prioridade das políticas governamentais.. Também é comunista aquele que quer que o produto interno bruto de um país seja destinado a suprir as necessidades de todos e não apenas para aumentar a riqueza de alguns poucos”.

Imaginei-o ainda colocando a mão no ombro do delegado e, como um professor solícito falando pausadamente para um aluno menos atento às aulas, dissesse: *“É comunista aqueles que acreditam que o mundo deve ser modificado para que todos tenham as mesmas condições de vida e possam exercer, em plenitude, as qualidades humanas”*.

Nessa cena hipotética, vi ainda o delegado transformado em um ser quase insignificante, diante da irretorquível retórica de Darly, que completava: *“Ninguém vira comunista de uma hora para a outra, porque comunista é resultado de um processo de conhecimento. A tomada de decisão de ser comunista se apresenta quando se percebe que a fome e a miséria não fazem parte da vida, mas sim, foram criadas em benefício de alguns poucos. Portanto, é comunista todo aquele que está disposto a fazer história e a criar um mundo em que todos sejam iguais e desfrutem de oportunidades iguais de estudo, de trabalho, de moradia e qualidade de vida”*.

- Porra, Chico, você está me ouvindo? Parece que está longe...

- Desculpe-me Darly. Deixei-me levar pela imaginação. Prossiga, prossiga...

- Pois é. Em seguida, o delegado relacionou o nome de algumas pessoas, a maioria de membros do Comitê Estadual do partido, e perguntou-nos se os conhecíamos.

- Vocês negaram?

- Claro que não. Eu disse que conhecia todos e acrescentei que Vitória era uma cidade pequena, onde todos se conheciam. Além disso, senhor delegado, eu sou jornalista e radialista que, por dever e exigências da profissão, precisa se relacionar com todo mundo.

- E Maurício respondeu o quê?

- Maurício seguiu a mesma linha e respondeu que era músico, apresentava-se em clubes, solenidades e em shows aberto à população, além de ter nascido e se criado em Vitória, e que por isso conhecia todo mundo.

A minha conversa com Darly foi interrompida com a chegada de Maria, sobraçando um exemplar da edição de A Gazeta daquele domingo. Ela beijou o marido, colocou o jornal em cima da mesa e disse que também tinha passado pelo restaurante Barramar e encomendado mais dez garrafas de cerveja que seriam trazidas ainda na parte da manhã.

- *Espero que não demorem e que estejam geladas, porque o nosso estoque caseiro já está bem baixo* – advertiu Darly.

Maria passou a mão na cabeça de Darly, desgrenhando seus cabelos, e seguiu para o interior da casa, de onde retornou em seguida, trazendo uma cadeira, mais uma garrafa de cerveja e mais um copo que ela mesma encheu. Depois, sentou-se bem próxima do marido, sorveu alguns goles de cerveja e disse: - *Continuem a conversa, mesmo que estejam apenas contando anedotas cabeludas.*

Darly informou-a sobre o tema de nossa conversa e continuou narrando a sua primeira experiência de enfrentamento da repressão que se iniciava em todo o país contra os comunistas. Disse que o delegado fez em seguida uma preleção, relacionando os principais propósitos do novo regime, que eram o de livrar o país do perigo comunista que se tornara uma ameaça ao mundo livre e cristão, reorganizar o Governo e a Federação, criar condições para o desenvolvimento do país e trazer paz, segurança e prosperidade para todos os brasileiros.

- *O delegado disse ainda um monte de tolices próprias de pessoas que sequer têm noção do que estão fazendo* – comentou Darly, assegurando-me que, naquele momento, chegou à conclusão de que o partido não poderia prolongar mais as preliminares para iniciar a luta contra a ditadura militar, mas sim, começar a agir imediatamente, inclusive, com ações armadas, senão iremos pagar muito caro, brevemente.

- *A realidade, Darly, está mostrando hoje, 13 anos depois, que você estava certo, ao criticar inércia do partido diante do golpe militar que ainda estava perplexo com o êxito e tentava se consolidar o mais rápido possível.*

- Hoje, Chico, está mais do que provado que a direção do partido fez avaliação errada da realidade e não foi capaz de preparar os comunistas e as massas para enfrentar os golpistas, dando tempo à ditadura militar para preparar, com competência, a repressão aos comunistas e neutralizar um contra golpe.

Eu não interrompi a narrativa do companheiro e amigo e continuei ouvindo-o em silêncio, enquanto ele prosseguia com a sua avaliação dos erros Partido Comunista, nos primeiros meses da ditadura militar. No entanto, notei que ele não demonstrava revolta, mas em seu semblante e no tom de voz, percebi sinais de tristeza, melancolia e frustração. Era como se ele estivesse contendo as lágrimas, sem conseguir evitar o pranto internamente.

Continuei silente e o ouvindo atentamente, pois o que dizia vinha se comprovando desde 1973, quando um terço dos membros do Comitê Central já tinha sido assassinado e centenas de militantes comunistas estavam presos e submetidos a torturas, nos porões de órgãos de repressão da ditadura militar, em várias regiões do Brasil. Alguns poucos que tinham recursos já haviam conseguido sair do Brasil e se asilaram em outros países; outros mergulharam na clandestinidade, tomaram destino incerto e se esconderam.

- Chico, a incompetência e consequente inércia da direção do partido permitiu que a ditadura militar nos aniquilasse completamente. A falência de nossa direção partidária praticamente nos entregou à reação golpista, pois até 1969, quando saiu o AI-5 que fechou o Congresso Nacional e recrudescer a repressão, nós estávamos de braços cruzados, sem adotar nenhum tipo de ação, nem legal e nem ilegal. Nossa postura era a de meros espectadores.

- Eu acho até, Darly, que a direção do partido, nos dois primeiros anos da ditadura, ainda alimentava a esperança de que o general presidente da República, Castelo Branco, eleito pelo Congresso Nacional, em abril de 1964, para cumprir os cinco anos de mandato de Jânio Quadros, iniciado em janeiro de 1961, convocasse eleições livres, logo em seguida.

- Para nossos dirigentes, Chico, qualquer tipo de ação, naqueles primeiros instantes em que o golpe militar tentava se consolidar, seria considerado simples foquismo provocado por desespero pequeno burguês. E o resultado dessa inépcia nós estamos colhendo hoje, com o colapso do partido e a prisão, tortura e morte de muitos companheiros, Brasil afora.

- Aqui, no Espírito Santo, o estrago também é considerável – disse-lhe eu.

- Sim, é desastroso. Temos o jornalista Otacílio Nunes Gomes, o redator-chefe da Folha Capixaba, que foi preso no ano passado, sofreu tortura nas dependências da Polícia Federal, em Vitória, durante dois meses, depois foi transferido para o Rio de Janeiro e está encarcerado nas dependências do Cenimar da Marinha, em péssimo estado de saúde, segundo me informou sua companheira.

- Ainda podemos relacionar outros casos dramáticos...

- Sim, Chico, como o caso de Clementino Dalmácio, que foi preso várias vezes e está respondendo a Inquérito Policial Militar, o tal de IPI, com base na Lei de Segurança Nacional, por crime de subversão; Vespasiano Meirelles, que há dois anos foi preso pela terceira vez desde o golpe e também está respondendo a IPI por subversão; Hermógenes Lima Fonseca, diretor responsável da Folha, que está respondendo IPI por subversão e também sofre a humilhação de prestar contas de sua vida e seus afazeres aos órgãos de repressão, praticamente, todo dia; e Manoel Santana, colunista da Folha, igualmente preso duas vezes até agora, submetido a torturas e que está respondendo IPI e não se encontra bem de saúde.

- Não podemos nos esquecer da Zélia Stein, aquela jovem lourinha que publicava poemas modernos na seção “Página dos Jovens” da Folha Capixaba e militava também no DCE da Ufes, que foi presa, sofreu tortura e mudou-se do Espírito Santo para sempre – acrescentei.

- O mesmo, Chico, aconteceu com Xerxes Gusmão Neto, que editava a “Página dos Jovens” na Folha Capixaba e tinha militância ativa no DCE da Ufes, e com Ewerton Montenegro Guimarães que também escrevia na mesma seção dos jovens e militava no movimento estudantil universitário, só que esses dois, mesmo sob vigilância dos órgãos de repressão, preferiram manter-se no Espírito Santo. Ainda na relação de jovens estudantes capixabas vítimas da repressão, estão Jorge Wilson Pereira, que resolveu deixar Vitória e ir para Barra de São Francisco, onde se mantém na atividade revolucionária, militando

nas Ligas Camponesas, e Renato Soares, que conseguiu fugir do Brasil e se asilou na Europa.

- Agora vamos voltar ao tema principal dessa nossa conversa, que é o vandalismo contra a redação da Folha Capixaba, na manhã de 31 de março de 1964. Mas, primeiro, você está me devendo a relação dos comunistas que foram intimados pela Polícia Federal antes de você e Maurício Oliveira.

- O primeiro – continuou Darly - foi Vespasiano Meirelles, que era considerado pela repressão um “comunista histórico” por ser membro do partido desde a sua fundação, em 1922, e era uma espécie de assíduo frequentador dos cárceres da repressão no Brasil, desde a Intentona Comunista, em 1935. O segundo foi o médico Aldemar Neves, seguido do professor Rubens Gomes, Alcides Ferreira, o seu pai Mestre Flores e Manoel Martins de São Leão. Claro que estávamos apenas nas preliminares do regime militar e o pior viria depois”.

- E por falar em São Leão, já podemos entrar na história do último dia da Folha Capixaba.

- Podemos, sim - concordou Darly - mas antes vou molhar a palavra e folhear a Gazeta para contar os erros a revisão na minha crônica de hoje.

Enquanto Darly lia o jornal, eu me deixei acalantar pela lembrança de comunistas, uns ainda vivos outros não, alguns antigos e outros não tanto, mas todos igualmente abnegados defensores de uma causa que para eles tornara-se motivação vida. Seus semblantes surgiam em minha mente como uma exposição de fotografias em moldura clássica de madeira montada num carrossel que girava por impulso próprio.

Vi Renê Ramos Pinto que, na década de 1950, transformado em um dos líderes da Revolta Camponesade Cotaxé e que, 14 anos mais tarde, estava preso e torturado nos cárceres da ditadura militar. Todavia, sem perdeu as esperanças de ver e viver, um dia, num Brasil socialista. Igualmente vi José Cipriano, que chorando de revolta e frustração pelo golpe militar e, que inconformado com o pacifismo do partido, mudou-se para o nordeste do país para integrar a resistência armada na forma de guerrilhas.

Outro semblante que em minha mente surgiu com detalhes foi o de Arildo Valadão, um comunista ainda muito jovem, mas que demonstrava ser suficientemente adulto para abraçar uma causa revolucionária de proporções e consequências inimagináveis, e fazer dela motivação de vida. Vi-o morto e decapitado por agentes da repressão. Vi também o velho Júlio Moreira, alfaiate de primeira linha e membro do PCB desde 1935, sendo um dos primeiros candidatos comunista a deputado estadual, no curto período da legalidade, de 1945 a 1947.

Surpreendi-me até, quando me surgiu na mente a fotografia do Mestre Flores, ainda bem jovem, sorrindo e segurando contra o peito um velho e inútil fuzil BAR M1918 americano da Primeira Guerra Mundial, num treinamento de guerrilha promovido pelo partido, em meados da década de 1950, nas matas de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro.

A fotografia seguinte que vi, no carrossel que continuava girando, foi a do bombeiro hidráulico e jogador de futebol pelo Rio Branco, Vespasiano Meirelles, erguendo uma faixa em que se lia: “Preso e torturado, em 1935, pelo Governo Getúlio Vargas. Preso e torturado, em 1937, pelo Governo Getúlio Vargas. Preso e torturado, em 1947, pelo Dutra. Preso e torturado, em 1965, pela ditadura militar. Preso e torturado, em 1969, pela ditadura militar. Preso e torturado, em 1971, pela ditadura militar. Preso e torturado, em 1973, pela ditadura militar. Mas, não deixei de ser comunista”.

Outra peça destacada na exposição fotográfica do carrossel que continuava girando mostrava-me Clementino Dalmácio, em cima de um palanque montado na Praça Oito, no dia 1º de maio de 1945, “Dia do Trabalho”, fazendo o discurso que o transformou no primeiro capixaba a assumir, publicamente, a condição de comunista. Também vi, em seguida, a fotografia do cavouqueiro Benjamim de Carvalho Campos sendo cumprimentado pela sua eleição a deputado estadual pela legenda do Partido Comunista Brasileiro, em 1946.

Havia várias outras peças fotográficas expostas no carrossel que eu não pude ver porque ele parou de girar, quando Darly Santos, encerrando a leitura de A Gazeta, perguntou-me quem tinha escrito o editorial do dia, se eu ou Chico Silveira.

- *Nem eu nem o Chico Silveira. Quem escreveu foi o nosso querido editor-chefe Jackson Lima* – respondi.

- *O Jackson precisa entender que o uso do verbo no gerúndio compromete a elegância do texto.*

- *Amanhã, transmitirei sua advertência a ele* – respondi, lembrando-o também que o tema da nossa conversa ainda estava incompleto, pois faltava o relato sobre o vandalismo contra Folha Capixaba, na manhã de 31 de março de 1964. Na verdade, eu não estava com pressa de encerrar o assunto, pois sabia que Darly guardava muita informação sobre a vida do partido e dos seus membros, no Espírito Santo, pois o partido também era para ele uma motivação de vida. Porém, sabia que, se o estimulasse a pormenorizar sua crítica ao uso do gerúndio, eu seria submetido a uma longa e entediante e inoportuna aula de Português.

- *Chico, como eu disse antes, me encontrei com São Leão dois anos depois do golpe militar, pois soubera que ele tinha alguns exemplares da última edição da Folha. Lembra-se que era ele quem cuidava da expedição do jornal para assinantes e o fazia como se fosse tarefa do partido?*

- *Sei, sim, e amanhã, mesmo, vou procurá-lo para obter também um exemplar, que não podem ser encontrados em lugar nenhum de Vitória, a exceção da Biblioteca Municipal que guarda apenas três de anos diferentes e que estão em péssimas condições.*

- *Desista, Chico, pois os que São Leão tinha foram queimados pela companheira dele, tão logo ele recebeu a primeira intimação para comparecer à sede da Polícia Federal. Aliás, foi generalizada, aqui no Espírito Santo, a queima de documentos e qualquer outra coisa que causasse a mais tênue suspeita de participação em atividades consideradas subversivas pelos agentes da repressão.*

- *É uma pena, Darly, mas no futuro, a História deverá cobrar vai cobrar muito caro desses golpistas.*

- *Eu já sonho com essa possibilidade, Chico. Sonho com o Brasil retornando à normalidade democrática e com o povo brasileiro resgatando o direito de escolher seus governantes, através do voto livre e soberano.*

- *Vamos sonhar, mas por enquanto, principalmente aqui nesta varanda, vamos continuar a história da morte da Folha capixaba.*

- *Em me encontrei com São Leão na casa dele, na Ilha do Príncipe. Eram mais de quatro horas da tarde e eu estava com um pouco de pressa, pois teria de retornar ao centro de Vitória para pegar o último ônibus que me levaria para casa, na Barra de Jucu. Era um velho ônibus Chevrolet caixa seca, modelo 1952, da Viação Biancucci que fazia duas viagens por dia: a primeira às 6 horas da manhã, partindo da Barra, e a Segunda às 6 horas da tarde, partindo de Vitória.*

- *O Governo já está discutindo a viabilidade da construção de uma rodovia ligando Vila Velha a Guarapari, passando pela Barra de Jucu, e que se chamará Rodovia do Sol.*

- *Chico, isso não vingará. É uma utopia de Cacau Monjardim que vive sonhando com uma explosão imobiliária entre Vila Velha e Guarapari. Aliás, ele não fala e não escreve sobre outro tema. Num dos seus últimos artigos, no segundo caderno de A Gazeta, por exemplo, ele previu a construção de hotéis de luxo, ao longo do litoral, dotados de marinas para atracação de iates de grande porte e que atrairiam turistas americanos, ingleses e franceses. Citou até a construção de um aeroporto internacional na Ponta da Fruta, que não passa de um abrigo de emergência para os pescadores aqui da Barra, em épocas de vento sul.*

- *Pelo menos, os artigos de Cacau sobre o que ele mesmo chama de “caminhos do sul” são bem mais saudáveis e digeríveis do que as baboseiras publicadas por vários outros jornalistas da terra fazendo apologia da ditadura militar* – disse-lhe eu, completando com o pedido para que retornasse à história do vandalismo contra a Folha.

- *Você está certo Chico* – respondeu-me Darly, continuando: - *São Leão me recebeu com esfuziante alegria e até disse que eu era o visitante mais ilustre já recebido em sua casa, então. Eu agradei o elogio disse que eu é que me sentia honrado, nos sentamos na varanda, informei sobre o motivo da minha visita e ele começou a falar.*

- Darly, não era ainda 8 horas da manhã quando eu cheguei à frente do prédio da Folha Capixaba, na rua Duque de Caxias. Sai de casa por volta das 7 horas, depois de uma noite praticamente sem dormir, pois estava preocupado e, ao mesmo tempo, tomado por uma ansiedade que me deixava, cada vez mais, nervoso. Eu só pensava em me encontrar com algum companheiro da direção do partido para obter maiores informações sobre o que estava acontecendo e receber orientação sobre como eu deveria proceder.

- Por que você não foi até a casa do companheiro Agostinho, que mora na Vila Rubim, a 500 metros daqui - perguntei a São Leão.

- Darly, você não mora aqui e não sabe que, à noite, é difícil e até perigoso caminhar pelas ruas, pois nenhuma delas é iluminada e pode-se cair numa dessas ribanceiras que circundam toda Ilha do Príncipe. Por isso fiquei à espera do raiar do dia, tempo que para mim demorou um século, principalmente a partir do momento em que eu ouvi, na Rádio Tupi, a notícia da fuga do presidente João Goular para o Uruguai e da decretação de vacância de poder pelo presidente do Senado, senador Auro Moura Andrade.

Em seguida, Chico, São Leão me contou que ao chegar à Praça Oito, encontrou Marinete, aquela moça que cuida do caixa da Folha, caminhando apressada, em direção à Praça Costa Pereira, pela avenida Jerônimo Monteiro. Ele a interceptou e notou que ela estava chorando.

- Eu fiquei apavorado, Darly, quando vi Marinete chorado. Logo pensei no pai dela, o velho Souza, que é o secretário-geral do partido, aqui no Estado, e até me precipitei, ao perguntar se ele já tinha sido preso. Ela me disse que o pai dela estava em casa, em Cobilândia, com pressão cardíaca alta, mas que a redação do jornal tinha sido invadida por um bando de pessoas, que estavam revirando tudo, e que estava indo à casa de Otacílio, no Morro da Fonte Grande, avisá-lo.

- São Leão contou-me também, Chico, que deixou Marinete prosseguir e dirigiu-se à rua Duque de Caxias.

- Darly, quando cheguei na Duque de Caxias, eu vi coisas sendo jogadas na rua pelas janelas da redação, e resolvi entrar no prédio. Subi os dois vãos de escadas entrei nas dependências do jornal e vi uns dez homens abrindo gavetas, arrastando móveis e rindo. Tinha um que parecia ser o líder, pois dava ordens aos demais e até falava que o passo seguinte seria “encontrar os comunistas e exterminá-los”.

- São Leão me contou ainda que ele desceu do prédio, juntou-se a um grupo de curiosos parados na rua e assistindo ao vandalismo sem lhe dar muita importância, e se aproximou do monte de papéis, livros e caixas de papelão, além de uma máquina de datilografia Remington espatifada no piso de paralelepípedos, e recolheu o que achava serem documentos importantes e alguns exemplares da última edição da Folha rodada no sábado anterior.

- Darly, São Leão identificou os vândalos?

- Ele me disse, Chico, que todos eram desconhecidos para ele, mas deu detalhes esclarecedores.

- Darly, eu não reconheci ninguém, mas vi que dois homens estavam de terno, não lembro se marrom ou preto. Tinha também um rapaz louro com voz de locutor de rádio e muito ativo, e uma outra pessoa, também de cabelos louros, que me pareceu ser padre, pois usava aquela espécie de coleira branca no pescoço que todo padre usa quando não está de batina. Os demais vestiam roupa comum e não vi neles nada diferente que pudesse destacar.

- Muito interessante, Darly, o que São Leão relatou-lhe. Permite até que a gente faça algumas ilações, como por exemplo, deduzir que os homens de terno poderiam ser agentes policiais.

- É bem provável, Chico. Já o homem, também louro, usando “clergyman”, pode ser mesmo um padre mas é impossível identificá-lo, pois em Vitória, todos os padres são louros, descendentes de imigrantes italianos.

- Porém, Darly, o rapaz louro com voz de locutor você já deve ter identificado ou, no mínimo, suspeitado de alguém.

- Também não, Chico, porque, em 1964, os únicos louros que trabalhavam em rádio, em Vitória, éramos eu, Adam Emil Czastorski e Norberto Júnior, que era simpatizante do partido. Acredito até que o tal jovem não passasse de um coroinha que acompanhava o padre.

- São Leão não observou mais nada que se destacasse daquele inusitado contexto? – perguntei.
- Ele me disse, Chico, que havia, entre os curiosos aglomerados em frente ao prédio da Folha, uma dupla de policiais militares fardados que apenas observavam.
- Na certa, Darly, os PMs foram enviados para lá com missão de evitar tumultos e facilitar a ação dos vândalos.
- Não duvido nada, Chico, pois foi isso mesmo que São Leão também suspeitou.
- Eu notei – prosseguiu São Leão - que os dois meganhas só me observavam, enquanto eu remexia os entulhos resultantes do vandalismo e resgatava o que achava importante, e nada faziam para deter os sujeitos que estava dentro da redação da Folha.
- Eu também perguntei a São Leão se ele tinha notado, além dos policiais, alguma outra autoridade entre os curiosos disse-me Darly.
- Não, não vi – respondeu-me São Leão, continuando - mas pode ser que houvesse e eu não tivesse percebido, pois estava desnortado e só pensava em salvar o que pudesse do que eu achava serem documentos importantes do partido. E foi o que eu fiz. Enrolei tudo que consegui apanhar com os exemplares da Folha, coloquei embaixo do braço e dei no pé.
- Darly deu por encerrado o relato de seu encontro com São Leão e ficamos em silêncio quebrado apenas pelo farfalhar da folhagem das duas túmidas castanheiras do quintal da casa, que balançavam acicatadas pelas rajadas vento nordeste que começava a soprar forte, naquele domingo morno de março de 1977. Passava do meio dia e, na rua de piso arenoso e margeada por esparsas restingas, via-se apenas pequenos e breves redemoinhos de vento que movimentavam areia.
- Bem, gente, o papo está bom, mas eu estou com fome e vou preparar o almoço – disse-nos Maria, levantando-se.
- Eu tenho uma ideia melhor – retrucou Darly, completando: - Vamos comer peroá frito e tomar a saideira no Barramar.
- Eu e Maria aprovamos a sugestão.

Permaneci com aquele casal maravilhoso por cerca de mais três horas e depois me despedi e partir em direção à minha casa, localizada à rua Maria Amália, centro de Vila Velha, levando comigo, ao mesmo tempo, a tristeza de tê-los deixado e a alegria de saber que, na mala do meu velho Sinca Chambord, havia uma sacola de supermercado cheia de arachás.

RUBENS GOMES

Jornalista, publicitário, escritor e militante da causa ambiental, Rubens Manoel Camara Gomes, preso 11 vezes pelo regime militar, um dos fundadores do Sindicato dos Jornalistas/ES, foi o primeiro delegado junto à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Trabalhou em O Diário, A Gazeta, A Tribuna, Correio Braziliense, Jornal do Brasil, Última Hora, Correio da Manhã, e fundou os jornais alternativos Presença (1971-Rio), A Raposa (1980-Curitiba-PR), A Ilha (1970) e Vitorianews (1977-1978), em Vitória. Integrante do Fórum Direito à Memória e à Verdade desde 2011. Primeiro jornalista capixaba a receber o prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 1980. Desde fevereiro de 2011, foi coordenador de imprensa da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESP/ES), diretor de comunicação do Centro Educacional Brasileiro e Centro Cultural Majestic.

“A primeira parte foi concluída relatando como a censura prévia aos jornais diários de Vitória se acentuou a partir da decretação do Ato Institucional número 5, quando comunicados diários eram entregues nas redações com as proibições do dia, complementando relato anterior sobre o assunto no depoimento do jornalista Álvaro José da Silva.

A minha vida pessoal foi marcada, no dia do golpe militar, pela prisão do meu pai. Eu tinha 13 anos de idade, mas já acompanhava toda a movimentação política. Nesse dia, meu pai não deixou que eu fosse com ele para o Sindicato dos Estivadores. Antes do golpe, meu pai era representante comercial, mas, como ele ficou seis meses preso por conta do golpe, a empresa foi perdendo as representações, que foram sendo passadas para outros comerciantes. Quando ele saiu da prisão, teve que dar baixa na empresa, e era uma empresa comercial importante, representava os Moinhos Santistas, a Samba, e outras grandes empresas e produtos. Era uma espécie de atacadista e teve que encerrar, dar baixa. Ele teve que recomeçar a vida dele.

Em 1966, ele conseguiu registrar um colégio, o Colégio Brasileiro de Vitória. Foi uma dificuldade para ele conseguir o registro para ser o diretor desse colégio, porque tinha que ter o registro do MEC. Mas ele conseguiu, porque não respondia a nenhum processo diretamente. Só a partir de 1968, meu pai respondeu a um processo na auditoria da Aeronáutica, no Rio. Como foi um processo que envolveu muita gente e foi muito mal feito, ele foi absolvido dois anos depois.

No dia 1º de abril de 1964, as lideranças que resistiam ao golpe se concentraram no Sindicato dos Estivadores e foram para frente da escadaria do Palácio Anchieta. O governador Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, desceu, ouviu as reivindicações deles e disse: “Se apoiam a legalidade, ficassem com o Jango” e subiu para o Palácio. Tem até uma história que é verdadeira. Ligaram pra ele: “Oh, Chiquinho, de que lado o senhor está?” A resposta veio imediatamente: “Eu estou do lado da Escola Normal”, referindo-se ao Colégio Maria Ortiz, ao lado do Palácio. Isso ilustra bem a hesitação do político capixaba de tomar uma decisão naquele momento, pois ele havia hospedado a família do presidente Jango Goulart durante boa parte do verão de 1964.

Em 1966, o Chiquinho acabou pressionado por uma CPI da Assembleia Legislativa. Na verdade, o general Castelo Branco mandou para Vitória o coronel Dilermando Reis, que ficou aqui um mês se reunindo com a Assembleia, e o Chiquinho acabou renunciando diante das pressões. Assumiu o Rubens Rangel, que era o vice, e como ele era do PTB, embora ele fosse um cara que se relacionava bem com todo mundo, ele não era um cara radical, ele ficou no governo apenas até a Assembleia eleger o novo governador, que foi o primeiro governador da ditadura no Espírito Santo, o Christiano Dias Lopes Filho.

Zé Pavão comanda a repressão - Quando o Christiano Dias Lopes Filho, em 1967, foi eleito governador biônico pelos militares, ele chamou o irmão dele, o José Dias Lopes, para ser o secretário de Segurança dele. O irmão do Christiano tinha tido uma passagem no governo do Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, antes do golpe, em 1961, 1962 por aí, quando ele foi responsável por uma espécie de choque de ordem no Rio. Ele tirava os mendigos da rua (...) só que ele jogava os mendigos no rio. Ou seja, ele assumiu tendo essa acusação de extermínio de mendigos, que eram jogados no Rio da Guarda, que fica perto da Floresta da Tijuca. Isso foi notícia em O Globo, no Jornal do Brasil, no Correio da Manhã. Mas isso foi antes do golpe.

O Diário, de certa forma, passou a ser uma oposição ao governo Christiano, o que coincidiu também com endurecimento do regime militar. Começou a escolha dos governadores indiretos nos estados, foi cancelada a eleição presidencial. O José Dias Lopes era chamado de Zé Pavão, era o apelido dele. Até o advento do AI-5, O Diário noticiava colocando no título das matérias o apelo dele. Por exemplo: “Zé Pavão diz que vai demitir delegado”. Depois do AI-5, não podia mais haver esse tipo de título. Só se voltou a se ter uma postura mais crítica dos fatos que fugiram do controle deles, como o caso do Esquadrão da Morte, quando foram localizados os corpos de pessoas executadas, em 1969 para 1970.

O José Dias Lopes, do Esquadrão da Morte, acabou absolvido pela justiça do Espírito Santo, porque era irmão do governador. Condenaram delegados, escrivães, uns 12 policiais, mas o José Dias Lopes acabou absolvido no final.

Uma juventude intensa sai às ruas em passeatas.

Eu era muito novo, mas exercia uma grande atividade paralela. Eu presidi a UESE (União Espiritossantense de Estudantes Secundários) e depois fui fundador da UMES (União Municipal de Estudantes Secundários), que congregava os grêmios, já como sucessora da UESE, lacrada pelos militares. A UESE foi fechada juntamente com a UEE (União Estadual dos Estudantes), que congregava os universitários juntamente com o DCRE (Diretório Central dos Estudantes) da Ufes. Aí nós fizemos a UESE Livre e, paralelamente, fundamos a UMES.

Eu atuava muito na articulação dos movimentos estudantis e na luta contra a ditadura de uma maneira geral e, paralelamente, era jornalista em O Diário. Eu estudava de manhã, militava, tinha atividade teatral, fazia cinema e, ao mesmo tempo, era jornalista. O grupo era formado pelo Paulo Torre, o Milson Henriques, Antônio Carlos Neves, dentre muitos outros.

Havia muita gente infiltrada, uma tática da repressão era infiltrar. Não havia tempo para se checar quem era quem. A gente chefiou uma delegação capixaba no congresso da UBES, em Salvador (BA), que começou no dia da decretação do AI-5. Nós estávamos em 10 delegados do Espírito Santo. Nós já tínhamos nos encontrado em uma escola em Salvador e, na primeira assembleia, foi decidido que, por questões de segurança, só ficariam dois delegados por estado. Do ES, ficamos eu e o Gildo Loyola, nós fomos para uma igreja na periferia de Salvador. Foi a sorte do congresso, que conseguiu ser realizado sem ninguém ser preso, porque, quando nós voltamos, dois da nossa delegação eram agentes infiltrados.

O Gildo Loyola foi preso e sofreu bárbaras torturas. Eu fui chamado e fiquei preso no Exército um tempão. Depois, antes da eleição de 1970, eles prenderam três mil pessoas no Brasil inteiro. Aqui no ES, foram 150, como estratégia para intimidar os formadores de opinião e facilitar a vitória dos candidatos a senadores pela Arena contra os candidatos do MDB.. Eu e o Everton Guimarães ficamos na mesma cela durante 15 dias, entre 30 de outubro e 14 de novembro.

No dia 14, soltaram a gente sem interrogatório, sem nada. O Hermógenes Fonseca, Aldemar de Oliveira Neves, Caetano Magalhães estavam presos também, junto a outras lideranças estudantis, sindicais e políticos de oposição ao regime militar.

Se correr o bicho pega. Se ficar o bicho come!

Eu fui preso 11 vezes. Numa passeata que percorreu toda a avenida Jerônimo Monteiro, no centro de Vitória, no dia da missa de sétimo dia da morte do estudante Edson Luis de Lima Souto, no restaurante estudantil Calabouço, no Rio, o próprio José Dias Lopes, secretário de Segurança, me deu voz de prisão. Eu era menor de idade e já trabalhava em jornal. Ele me prendeu na Praça Costa Pereira, na dispersão da passeata. O capitão Gonçalves me pegou pelo braço e Zé Pavão mandou que eu fosse recolhido para Bento Ferreira. No fim da tarde, me levaram para Polícia Federal e eu fiquei de sábado até segunda-feira. O juiz federal que me entregou ao meu pai na segunda-feira, deu um longo sermão nele, me chamando de subversivo e que deveria ficar sob severo controle para não persistir em atividades “subversivas”. Em uma das vezes que eu estava preso na Polícia Federal, eu concluía um caderno que precisava paginar.

A gente paginava, colocava nas ramas (páginas) os clichês, os blocos de matéria, os títulos, a gente que montava, foi uma coisa que eu aprendi com o Marien Calixte, um grande mestre.

A gente fazia a composição das fotos com as crônicas da Carmélia, da Ana Maria Tristão, que era outra cronista da época. O jornal precisava desse caderno, que era o caderno imobiliário, cheio de anúncios. O Fernando Jakes Teubner, Jakaré, era um dos arrendatários de O Diário, então ele e o Edgar dos Anjos foram lá conversar com o chefe da Polícia Federal, o dr. Enfezulino, o Elias Haddad, que havia atuado em programas da Rádio Nacional, Depois do golpe ele virou superintendente da Polícia Federal aqui no Espírito Santo.

Ele era um cara conversável. Ele mandou dois agentes numa kombi da Polícia Federal me levarem até O Diário, por volta das 10 horas da manhã, O pessoal ligou para minha mãe e ela levou almoço para mim. Terminei de paginar o caderno, levado para a impressão, e às 17h voltei na mesma kombi para a Polícia Federal. Fiquei preso até conseguirem minha liberação definitiva, alguns dias depois.

“Caminhando, cantando, seguindo a canção...”

O José Dias Lopes comandou pessoalmente a repressão às passeatas estudantis, na Avenida Jerônimo Monteiro, tanto na ocasião dos protestos após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, no Calabouço, no Rio, como na ocasião das passeatas de protestos contra as prisões em Ibiúna, no congresso da UNE.

Essa dos estudantes em protesto pela morte no Calabouço, os jornais deram de primeira página, porque, logo na sequência, no Rio, houve a passeata dos Cem Mil, famosa com Chico Buarque, Caetano Veloso, e tantos outros artistas, comandada pelos líderes estudantis da UNE de então, Franklin Martins, Vladimir Palmeira, José Dirceu, etc. Nós fizemos uma passeata aqui que tomou toda a avenida Jerônimo Monteiro, desde a antiga Capitania dos Portos, onde foi a concentração, até em frente ao Santa Cecília, no Parque Moscoso. Lá começou a repressão.

Eles prenderam o César Ronald, que era o presidente do DCE, logo que ele acabou o discurso dele. Mas nós o arrancamos do camburão e o colocamos no Fusca de um estudante. Ele subiu a Rua Dom Fernando pelo Parque Moscoso e fugiu para Campos, porque a família dele era de lá.

Quando houve a passeata de protesto pela prisão dos estudantes que iriam participar do Congresso da UNE em Ibiúna, nós também fizemos uma passeata com concentração em frente à Faculdade de Direito que era ao lado do Palácio Anchieta. Nós queríamos pressionar o governador no sentido dele interferir para soltar os 30 e tantos capixabas que tinham sido presos lá. As manifestações que ocorreram eram noticiadas principalmente pelo O Diário.

Enquanto A Gazeta dava uma página, O Diário dava três, quatro. Quando ocorreu essa manifestação, da Jerônimo Monteiro, os jornais já não podiam noticiar, porque o AI-5 fechou tudo, já que a censura assumiu ares profissionais.

Quem quer ser um jornalista?

No final de 1965, um ano e poucos meses depois do golpe militar de 64, eu já estava aprendendo a fazer jornalismo no jornal O Diário. Eu fiz estágio durante três meses no Jornal do Brasil e O Diário me patrocinou. Foi quando conheci Fernando Gabeira e o Alberto Dines, que era o editor chefe, Juvenal Portela, meu chefe de reportagem, Reinaldo Jardim (que depois da experiência do jornal O Sol realizava a reforma gráfica do JB, com a criação do Caderno B).

Após deixar o governo, Chiquinho, dono de O Diário, arrendou o jornal para três empresários, o Edgar dos Anjos, o Fernando Jakes Teubner e o Cacau Monjardim. Os três continuaram a linha progressista do jornal. Levaram para lá o Rogério Medeiros, que fazia uma coluna política e a cobertura da Assembleia na época, e o Plínio Marchini, que tinha sido diretor de O Diário na década de 1950, fase de maior oposição ao Carlos Lindenberg.

Na época, havia um duelo de editoriais. A Gazeta “esculhambando” o Chiquinho e O Diário chamando o Carlos Lindenberg de “Papa-terra” dentre outros adjetivos. Esse era o grande conflito da época: a briga do Chiquinho e o Grupo do Lindenberg. Isso até o AI-5, quando o Diário fazia jornalismo e a Gazeta já se via obrigada a seguir o mesmo caminho também.

Quando houve o AI-5, o diretor responsável de O Diário, que era um dos arrendatários, o Cacau Monjardim disse: “Tira o meu nome daí (da direção)”. Mas ninguém queria ficar no lugar dele por causa do fechamento do regime militar. Então, o Rogério Medeiros falou: “Bom, já que a gente tem que dormir (isso já eram 2 horas da manhã), pode botar meu nome”.

Mas depois ele nunca mais saiu do posto. Na verdade, o Rogério Medeiros era um chefe de reportagem, um orientador. Quando a gente voltava da rua com a matéria, ele discutia qual seria o foco da matéria. O Plínio Marchini também fazia muito isso, porque o Plínio estava vivendo uma fase de ostracismo político. Depois do golpe de 1964 o Chiquinho o nomeou para o Conselho de Recursos Fiscais, que era um cargo que tinha boa remuneração, mas o afastava do jornalismo. Ele voltou a convite do Edgar dos Anjos, do Jakaré e do Cacau Monjardim, e então, junto com o Rogério ele e os outros veteranos foram quem ensinou a gente o que era um jornal, a chamada Escolinha d'O Diário da Rua Sete.

Autocensura explícita - Até o AI-5, havia muita autocensura. A imprensa praticava um posicionamento conforme os seus donos determinavam. Em O Diário havia um Caderno da Semana, coordenado pelo Rogério Medeiros. Uma edição foi apreendida pelo próprio diretor da época, que era o Cacau Monjardim.

O Cacau não deixou sair porque a gente estava tratando do maio de 1968, sobre a revolta na França. Também demos destaque para matéria sobre o filme de Glauber Rocha, “Deus e o Diabo na Terra do Sol”; o cinema novo brasileiro, artigo do Paulo Torre; teve um artigo meu, sobre o Tropicalismo e a sua explosão nos festivais de música; então, ele achou que isso ia ferrar a situação do jornal com os militares e o governo Christiano Dias Lopes.

Depois, começou um momento no qual o jornal só podia ir para as bancas depois que recebesse o telefonema do Exército. Às 5 horas, saía um jipe do Exército e passava em A Gazeta, em A Tribuna, em O Diário. Pegava três exemplares e levava para o Exército. Esse tipo de atitude motivou a autocensura. O mesmo medo que levou o Cacau, José Carlos Monjardim Cavalcanti, a apreender e levar para casa o Caderno da Semana que tinha como título principal “Cohn-Bendit quer mudar tudo”. Na minha visão, foi o mesmo medo que no dia do AI-5 levou-o a dizer “Não sou mais o diretor responsável a partir de hoje”, foi isso que o motivou.

O exercício do jornalismo sob censura era um ato de coragem. E ainda hoje acontece censura. O Século Diário está funcionando, mesmo sob censura, mesmo sob a “aporrinhção” que representa responder a mais de 40 processos, como o Século está respondendo hoje.

A partir do dia 13 de dezembro de 1968, o capitão Masiero e o major Romão iam todas as noites à redação olhar todas as matérias. A cobertura da vinda de Dom Helder a Vitória não foi publicada, só foi publicada no meu livro sobre a história do Hotel Majestic. No dia 13 de dezembro, o dia do AI-5, Dom Helder Câmara, que era um dos maiores adversários da ditadura, já então escancarada, veio ao estado ser o paraninfo da turma de Economia da UFES que se formaria no dia 13 de dezembro, às 20h, no Cine Juparanã, na Avenida Jerônimo Monteiro.

Representantes do Exército e Polícia Federal/Dops foram ao aeroporto e determinaram: “Dom Helder, o senhor não poderá comparecer à cerimônia. O senhor sabe que foi decretado o AI-5 e, como o seu retorno para Recife está marcado para amanhã, o senhor até lá permaneça com Dom João na Arquidiocese de Vitória, não saia de lá, só amanhã para o aeroporto, e nós estaremos acompanhando o senhor para garantir a sua segurança”.

Ele foi confinado e não pôde ir. Sabe quem era o orador da turma? O meu pai, Rubens José Vervloet Gomes. O papai foi fazer o discurso que o Dom Helder não pôde; ele fez um discurso absolutamente socialista e, na hora em que ele desceu do palco, recebeu voz de prisão, mas o texto do discurso que ele tinha lido, os caras não haviam gravado, pois naquela época a tecnologia não era como hoje.

Então, a notícia sobre a vinda de Dom Helder a Vitória e a prisão do meu pai não pôde sair, constituindo assim na primeira censura. O SNI local era comandado pelo major Romão, coadjuvado pelo capitão Henrique Masiero e funcionava no mesmo Ed. IAPI onde também ficava a Procuradoria da República (Ministério Público Federal), que servia na época como órgão auxiliar da repressão.

Na época do AI-5, agentes infiltrados denunciaram a delegação capixaba que havia ido a Salvador no congresso da UBES, que elegeu o pernambucano Marcos Melo para presidente. Quando os capixabas voltaram, foram presos em sequência pela Polícia Federal e levados para interrogatório no Exército.

A gente estava fazendo jornalismo, da mesma forma que o Correio da Manhã. O maio de 1968 foi noticiado normalmente no Brasil e é claro que isso acabou influenciando também a revolta dos estudantes brasileiros contra a ditadura.

A comunicação hoje é instantânea, mas, naquela época, já vinham as radiofotos de Paris, porque a censura não era tão raivosa como se tornou a partir do AI-5. Todo o regime, de uma maneira geral, os anos de chumbo mesmo, aqueles em que o Elio Gaspari, em seu livro, chama de a ditadura escancarada, foram mesmo depois do AI-5, pois prenderam, mataram (...). Diante de tantas barbaridades cometidas, a censura que veio a partir 73 do AI-5 foi um “crimizinho”, se é que podemos chamar de menor ou maior crimes e atrocidades tão violentas, porque realmente a censura era uma violência total.

Modernização e cooptação da imprensa - A Gazeta foi obrigada a começar um processo de modernização, iniciado pelo Cariê que, em 1970, inaugurou o primeiro esquema offset. A Gazeta foi o primeiro jornal a comprar uma impressora rotativa em offset no Espírito Santo. A exemplo do Chateaubriand, que tinha feito uma Rede dos Diários Associados, o Ademar de Barros, que tinha sido governador e prefeito de São Paulo e era deputado federal na época, comprou e montou A Tribuna e colocou o Djalma Juarez Magalhães como diretor do jornal, mas como preposto.

O Djalma Juarez sempre foi muito ligado aos militares, informante do SNI, como se comentava então. A Tribuna tinha uma postura também conservadora, até por orientação do Ademar de Barros, já que o jornal era de sua propriedade.

Em 1968, o Grupo João Santos comprou A Tribuna. O próprio João Santos Filho veio de Pernambuco para Cachoeiro a fim de comandar o processo de ampliação e modernização da fábrica de cimento Barbará (hoje Cimento Nassau), que também era de propriedade deles, embora ele naturalmente tivesse interesses políticos no Estado e no País.

O marechal Cordeiro de Faria era diretor superintendente do Grupo e foi um dos líderes do golpe de 1964. Isso significou um alinhamento do jornal com o golpe, mas, ao mesmo tempo, o João Santos era muito inteligente e sabia que, se não tivesse jornalismo de qualidade e interagindo com as coisas do estado, ele não acrescentaria nada. Então, ele contratou o Plínio Marchini e, como A Gazeta adotou a impressão offset em 1970, em 1973 ele montou um parque gráfico próprio e também colocou offset e os dois passaram a concorrer de igual para igual.

Isso coincidiu com o ocaso de O Diário. O jornal foi comprado pelos empresários Otacílio Coser e Graciano Espíndula, da Blomaco, mas eles viram que jornal não era o negócio deles, o negócio deles era o Fundap. O Otacílio fez a Coimex e o Graciano a Blomaco, as duas empresas que mais operaram no Fundap, e deram o jornal para o Marien Calixte, que foi o último diretor, o que encerrou o jornal já funcionando em Jardim da Penha.

Burlando a censura - Sempre que dava, a gente tentava burlar a censura. Eu posso citar o espetáculo “Ensaio Geral”, que aconteceu no auditório da Escola Técnica em 1969, já depois do AI-5, embora a censura se intensificasse para todos os jornais, por meio dos famosos comunicados e recadinhos que eram

entregues nas redações. O espetáculo “Ensaio Geral” aconteceu logo depois de um Festival de Música do Milson Henriques, em 1969. O Milson promoveu com o Marien Calixte três festivais de música e, depois do segundo, nós dois fizemos (produzimos e dirigimos) um espetáculo chamado “Roda do Sol”, que misturava textos com música e aconteceu no auditório da Escola Técnica Federal.

Na sequência, nós já fizemos o espetáculo chamado “Ensaio Geral”, que tinha um texto do Milson e meu muito mais contundente, porém ele foi totalmente proibido. Nós resolvemos fazer só com as músicas e performances onde fazíamos mímica do texto proibido, como se estivéssemos falando o texto e intercalando as músicas. Uma das músicas do final era “Cérebro Eletrônico”, do Gilberto Gil, que foi cantada por Cristina Esteves. A música tinha sido lançada pela Gal Costa e o próprio Gil também. A última música foi “Proibido Proibir”, do Caetano Veloso, cantada pelo Afonso Abreu com os Mamíferos. Quatro cadeiras ficavam reservadas para os quatro censores da Polícia Federal, e nós lançamos o cenário exatamente na direção das cadeiras que a gente sabia que era da censura. O cenário era de isopor, mas ficou claro que era o nosso protesto por causa da censura do texto, que foi expresso pela mímica. Na hora da música “Proibido Proibir”, eu subi no púlpito e fiquei simulando como se estivesse fazendo um comício contra a ditadura.

Outro fato engraçado ocorreu quando houve a Revolução dos Cravos, já em 1974, em Portugal, que derrubou a ditadura do Salazar. A gente tinha muito isso, de dar destaque a um fato, como a derrubada de uma ditadura como a portuguesa, de 80 anos. Isso na nossa visão fortaleceria a luta contra a ditadura aqui. Houve um empresário português, dono de fábrica de cimento, que deixou Portugal e mudou-se para o Brasil, chegou e deu uma entrevista “esculhambando” os militares do país dele e dizia: “O que os militares estão fazendo no meu País é roubo”, porque tinham desapropriado a fábrica de cimento dele.

Quem leu a manchete passando pela banca não sabia que aquilo era em Portugal. Coisas desse tipo, que foram feitas não só por mim como por inúmeros outros jornalistas.

A esperança renasce – o fim do golpe

Na época, eu estava no Correio Braziliense, em Brasília, e coordenei a cobertura das “Diretas Já” e da derrota da Emenda Dante de Oliveira. Foi uma experiência fantástica profissionalmente. Eu acompanhei toda a sessão e a gente sempre em permanente contato com a redação. Ainda estávamos no tempo do telex, como a comunicação mudou! Mas a gente conseguiu atualizar. Depois de cercar o Congresso para evitar a pressão popular, o general Nilton Cruz, comandante militar do Planalto, deu um “IPI urra!” para a tropa comemorando a “vitória”. Nós estávamos indo para o jornal para concluir o fechamento. Chegamos ao jornal e o pessoal dizendo: “Acabamos de ouvir o ipi urra, ipi urra!”. Isso já eram 4h e fomos para redação e conseguimos colocar o detalhe diferenciado no jornal, num cantinho da primeira página.

Eu digo que a nossa democracia está em construção e transformação. O que alimenta a democracia é a eleição. Em 2014, vamos ver se vamos ter condição de avançar ou não. A democracia é um processo permanente, um exercício diário.

Assim como foi ontem, continua sendo hoje

Quando o Estado de São Paulo era censurado, colocava um soneto de Camões. Houve a fase das receitas de bolo; na editoria de política, de repente havia uma receita de bolo, então já se sabia que ali uma notícia tinha sido censurada. Hoje o Século Diário está sob censura, o próprio Estadão está por causa do Sarney, por causa da operação “Boi Barrica”. Eles publicam todos os dias: “Estamos sob censura há tantos dias...”. Na época não podia publicar a frase “Estamos sob censura”, pois essa era uma das notícias censuradas já automaticamente. Só em 1979, início dos anos 1980, após a anistia houve uma grande reportagem do Antônio Carlos Fon, na capa da Veja, chamada “Descendo aos porões” contendo 10 páginas com relatos das atrocidades da ditadura”.

VITOR COSTA

Confirma ligações com Marighela na Comissão da Verdade e recorda perseguições.

Texto de Ruvens Gomes

O jornalista, advogado e ex-procurador do Estado, Vitor Costa, 80 anos, prestou depoimento à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo no último mês de setembro. Foi o único jornalista capixaba cassado, na última lista de cassações editada pela ditadura militar em 1969. No depoimento gravado em vídeo que será enviado à Fenaj, Comissão Nacional e Comissão Estadual da Verdade, Vitor Costa recordou seu afastamento do comitê central do PCB do ES, por apoiar a dissidência aberta nacionalmente pelo líder comunista Carlos Marighela.

Ele relata prisões e depoimentos que prestou no Exército, ao lado de outras vítimas da ditadura no Estado, como o médico Aldemar Neves, o comerciante (depois professor e diretor de escola) Rubens Vervloet Gomes, o contabilista Hermógenes Lima Fonseca, dentre outros, Vitor Costa fez um longo relato de como ocorriam as relações políticas no Espírito Santo, com a disputa entre os liderados pelos ex-governadores Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar, então donos de dois dos três jornais diários da época em Vitória, A Gazeta e O Diário, respectivamente.

Vitor Costa recorda que chegou a ser afastado como colaborador da Folha Capixaba, ainda em 1963, por apoiar Marighela e sua postura em relação ao Partidão (PCB). Foi quando foi para A Gazeta e se tornou redator da coluna Praça 8, com foco na cobertura da Assembleia e nas articulações políticas da época. Com o golpe, após providencial desaparecimento com apoio até de viaturas oficiais do Estado, Vitor Costa retornou à cena política a convite do primeiro governador eleito indiretamente pela ditadura, Cristiano Dias Lopes Filho, de quem era amigo pessoal. Em 1969, foi surpreendido pela cassação de seus direitos políticos.

ADAM EMIL

"Viagem à Cortina de Ferro causou inúmeras perseguições" - O depoimento do jornalista Adam Emil Czartorisky Gonçalves recordou a viagem que o jornalista descendente de poloneses que haviam emigrado para o Espírito Santo fugindo dos nazistas durante a 2ª Guerra Mundial, havia realizado com um grupo de amigos, no final dos anos 50, para países da chamada "Cortina de Ferro", no tempo da "guerra fria" envolvendo o grupo de países liderado pelos Estados Unidos e pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Do grupo participaram outros jornalistas, médicos, advogados e dirigentes comunistas do PCB, como Plínio Marchini, Lycurgo Resende, Hermógenes Lima Fonseca, Aldemar de Oliveira Neves, dentre outros. "Quando retornamos, fiz um artigo em O Diário contando o que havíamos visto durante as semanas em que percorremos a Rússia, Tchecoslováquia, Polónia, etc, e fui surpreendido com a acusação de ter me tornado comunista na viagem. Respondi com outro artigo em O Diário lembrando que o então governador Carlos Lindenberg havia acabado de visitar o Leprosário de Itanhenga, em Cariacica, e nem por isso deveria ser chamado de leproso, assim como eu não me tornara comunista por visitar a URSS", lembrou Adam. Ele relatou também perseguições ao jornalista Marien Calixte, por sua postura liberal e sua presença em reuniões com o então presidente João Goulart em suas visitas ao Estado, quando ficava hospedado com a família na residência oficial do governo do Estado na Praia da Costa, em Vila Velha. "Além disso, o Marien apoiava a luta do PCB pela encampação da Central do Brasil e pelo monopólio do petróleo", citou o jornalista.

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro foi a primeira instituição sindical a criar a sua Comissão da Verdade, Memória e Justiça que durou 12 meses, pesquisando nos arquivos dos DOPS-GB-RJ, com 20 gravações, 36 matérias elaboradas. Formada pelos jornalistas Continentino Porto, Mário Augusto Jakobiskink, Mário de Sousa, Pinheiro Júnior, Sílvia Maria Junqueira (Silvinha) e Rafael de Oliveira, o objetivo da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro foi investigar as violações de direitos humanos que os jornalistas sofreram por agentes públicos fluminenses entre 1964-1985, durante o período da ditadura. A CVMJ trabalhou em parceria com a Comissão da Verdade de Niterói, que forneceu a lista dos jornalistas que estiveram presos no Ginásio Caio Martins, Polícia Militar, DOPS e na Fortaleza de Santa Cruz e com a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

DEPOIMENTOS

Entre os depoimentos registrados, foi ouvido o jornalista comunista **Hélcio Estrela**, que trabalhou no Jornal do Brasil durante 12 anos. Foi preso no dia 2 de abril, em São João da Barra, encaminhado ao presídio de Campos dos Goytacazes, depois para uma unidade da Polícia Militar. Foi trazido para o DOPS de Niterói, onde ficou preso quase dois meses. Demitido da Polícia Civil, como delegado concursado, foi pedir emprego ao então diretor de redação do Jornal do Brasil, jornalista Alberto Dines. Foi constantemente convidado para depor no DOPS-GB. Dines, então, resolveu transferi-lo para São Paulo. Ficou apenas 12 meses. Foi ser diretor de redação do Jornal Notícias Populares, mesmo diário que publica o Jornal Folha de São Paulo. Lá, o delegado Sérgio Fleury enviou-lhe um “convite intimação” para comparecer ao DOPS paulista. E alertou-lhe que sabia de sua presença em São Paulo e de suas ligações com os comunistas de Niterói, São Gonçalo e do Rio. Recebera informações de que dera cobertura ao deputado ferroviário e comunista Aristóteles de Miranda Melo em sua fuga do interior de Macaé, onde estava cercado pelo Exército, colocando-o em asilo político na Embaixada da Bolívia no Rio, onde já se encontravam asilados o deputado federal Marcelo Siqueira e o ex-senador José Serra, respectivamente, vice-presidente e presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Fleury quis saber, ainda, de suas ligações com Carlos Lamarca e Carlos Marighela, bem como de supostos documentos “incriminadores”. Hélcio negou as acusações e respondeu que nunca teve ligações com Lamarca. Mas, para a Comissão da Verdade do SJPERJ, Hélcio Estrela não negou que teria conseguido Carteira de Trabalho e de Identidade para alguns companheiros comunistas. E explica: “Quando ainda estava em Niterói, logo após sair da primeira cadeia, consegui Identidade e Carteira de Trabalho para alguns militantes comunistas, mas essa operação foi intermediada pelo advogado Arnaldo Farias, notório comunista do Movimento de 1935, meu amigo e espécie de guru ideológico, a quem entreguei os documentos. Entre os que receberam Carteira de Trabalho e de Identidade, estava o Carlos Marighela, mas não tive contato direto com ele na ocasião, embora o conhecesse”.

Dentre as dezenas de depoimentos gravados, ouvimos o do jornalista **José Alves Pinheiro Júnior**, que narrou como foi a perseguição da ditadura contra ele e seus companheiros da Última Hora, jornal economicamente boicotado pelo governo militar até o fechamento na década de 1970. Pinheiro escapou de violência e talvez da morte no ataque paramilitar que depredou, empastelou e incendiou a UH em 1º de Abril

de 1964. E, a partir de 13 de novembro de 1968, foi constrangido por oficiais armados a editar páginas censuradas do jornal. Então as intimações e ameaças de prisão viraram rotina. Pinheiro conta para CVMJ com o foi preso por militares três vezes durante reportagem em Juiz de Fora em 31 de março e 1º de abril de 1964. E depois pelo DOPS de Niterói, onde testemunhou torturas a presos comuns, de cujo espancamento nas dependências do DOPS saiu, por sorte, apenas salpicando pelo sangue do preso

A Comissão da Verdade ouviu o jornalista **Jourdam Amóra**, que foi possivelmente, o jornalista mais vigiado, perseguido e preso pelos agentes do DOPS fluminense desde os tempos de estudante. Sempre querendo vincular Jourdam as atividades subversivas, num informe dos “arapongas” do DOPS fluminense, relatam que eram editadas nas páginas da A Tribuna, matérias elaboradas por “elementos vinculados ao ex-PCB, em cujas atividades não se encontram uma só menção em todas as edições”.

A Comissão da Verdade ouviu a jornalista **Fátima Lacerda**, que acusa um ex-presidente do SJPERJ de ter ameaçado, naquela época, sua filha e família. Segundo Fátima, o ex-presidente Tácito Tani, tinha como aliado Alvear Barroso, presidente da Associação Fluminense de Jornalistas, que diziam manter estreito vínculo com o CENIMAR.

O que é surpreendente nos depoimentos dos jornalistas que foram acusados pelo presidente Tácito Tani de “terroristas” todos, em seus depoimentos na CVMJ, denunciam ele de ser responsável de encaminhar informes sobre jornalistas que lhe faziam oposição no SJPERJ, de “comunistas” e “subversivos”. O jornalista **Fernando Paulino** disse na Comissão da Verdade, que “vigorou na alma de Tácito, a convicção de que o golpe de 1964 era intocável”. As interpretações dos agentes do DOPS sobre Tácito variam quando se trata de que o jornalista Jairo Mendes (acusado de comunista e subversivo) era o mentor do então presidente do SJPERJ, mas convergem para ressaltar que Tácito afirma “ser informante do Major-2 da 2ª Brigada de Infantaria de Niterói, e também assessor do coronel Homem de Carvalho, comandante da Polícia do Exército”.

Antes de ter uma atuação efetiva no DOPS-RJ, o comissário Wilson Madeira era colunista social de um jornal em Petrópolis. Entrou como sócio do Sindicato dos Jornalistas em 1º de abril de 1975, como representante do Jornal do Grande Rio, de propriedade de Tácito.

Foi ouvido, ainda, a jornalista **Dulce Tupy**, que falou do seu comprometimento com os movimentos estudantis e sua militância no PCB, tendo respondido a um Inquérito Policial Militar (IPM). O jornalista **Flávio Henrique** relatou na CVMJ memória de sua infância e lembranças dos tempos de terror da ditadura que ele vivenciou dentro de sua casa, pois era filho do comunista Afonso Henrique de Barros e sobrinho do jornalista Jairo Mendes.

O jornalista **Mário Augusto Jakobiskink** em depoimento na CVMJ revelou com detalhes passagens que atravessou durante o período ditatorial no Brasil. Já **Inaldo Batista** relatou que o seu pai Miguel Batista, procurado como comunista, preso e torturado pelos agentes da repressão, por ter um extenso informe sobre sua militância no PCB, sua casa era constantemente visitada pelos agentes do DOPS e que ele e sua família passou a ser obrigado a assinarem mensalmente ponto no DOPS.

As professoras Maria Felisberta de Andrade e Adayl de Carvalho, parceiras de Jairo Mendes, estiveram presas com a jornalista **Lourdes Pacheco (Lou)** no comando da Polícia Militar, em Niterói. Antes elas tiveram presas no Ginásio Caio Martins. A jornalista Lou era colunista da Última Hora e redatora da Agência Fluminense de Informações (AFI) disse que desconhecia os verdadeiros motivos de sua prisão, e que era acusada de subversiva, ter ido a Cuba e trabalhado com um cidadão chamado Patesco, que “eu mesmo nunca vi falar”.

Dentre as dezenas de depoimentos gravados, foram ouvidos a irmã e o filho do jornalista Jairo Mendes, que presidiu o Sindicato do antigo Estado do Rio. Jairo esteve preso no Ginásio Caio Martins, que serviu de presídio para cerca de 360 pessoas e transferido em seguida para o DOPS de Niterói. Jairo morreu vítima de

tuberculose, na miséria, e recebia ajuda dos amigos para sustentar a família. No dia 1º de abril quando foi preso, Jairo Mendes trabalhava na Última Hora fluminense, onde assinava a coluna sindical.

Além de Jairo, a CVMJ ao ter acesso aos arquivos do DOPS fluminense, verificou que no relatório datado em 10 de dezembro de 1976, constava os seguintes informes:

“O jornalista Oriovaldo Rangel é comunista ligado aos jornalistas Tácito Tani e Vitor Combo, e figura numa relação de elementos que coopera ativamente para o comunismo”.

Um relatório do DOPS, datado 08 de abril de 1973, folhas 24, revela que no dia 22 de março de 1973, o Jornal Luta Democrática publicou artigo do jornalista Aparecido Baioneta da Silva, sob título “Governo fluminense não dá bola a deputado agitador”

Para dar maior credibilidade aos informes, o DOPS procura mostrar o artigo que acusa o líder da oposição de ser elemento “agitador”, vinculado ao PCB, e ao ex-líder ferroviário, deputado cassado Aristóteles Miranda de Melo.

Dois anos depois do golpe militar, os “arapongas” do DOPS deflagraram a “Operação Caça aos Comunistas” no meio sindical. Os mais visados eram o jornalista Jairo Mendes, presidente do SJPERJ e o bancário Sílvio Lessa, presidente do Sindicato dos Bancários. Lessa que mais tarde passou a ser o advogado dos jornalistas, começou a ser vigiado pelos agentes da repressão.

O comissário Azeredo, conhecido como o “ferrabrás” da DOPS, elaborou o seguinte informe: “Em 1970 colocou na sede do Sindicato dos Bancários, uma faixa preta, simbolizando luta contra a Revolução de 1964, por ter cerceado as liberdades sindicais”.

As espionagens dos órgãos de segurança dos governos militares infiltravam-se em todos os segmentos da sociedade brasileira, principalmente nas instituições universitárias. Conseguiu, por exemplo, estabelecer uma base de informações na Universidade Federal Fluminense (UFF). Os militares que deram o golpe de 64 mantinham constantes contatos com as faculdades sempre preocupados com as reações dos universitários e professores à ditadura.

Ao mesmo tempo, por exemplo, os órgãos de segurança da UFF achavam que os universitários não estavam respirando um clima que pudesse preservar a ordem política a instituição e a decisão mais apropriada seria a demissão dos professores considerados comunistas e esquerdistas.

Um dos professores atingidos foi da área de Comunicação Social, Antonio Serra, de ter sido demitido sem nenhum comunicado oficial.

O jornalista **Continentino Porto** era o editor do informe do jornal O Dia na sucursal de Niterói. Em depoimento a CVMJ mostrou como o contínuo do jornal passou a ser o censor das matérias do jornal no lugar do coronel censor.

Foi nítida a existência de um processo montado pelo DOPS fluminense em torno da jornalista Irene Wanderley, casada com o médico e empresário da construção civil, Ruben Guaya Wanderley, que financiava os comunistas de Niterói. Ambos considerados pelos agentes da repressão, como “terroristas” e comunistas inimigo da “Revolução”.

Apesar das lembranças serem sempre um incômodo para quem viveu momentos de perseguição e interrogatórios pelos agentes do DOPS, o jornalista **Luiz Carlos Azedo** não cansa de dizer que os inquéritos que viveu em Niterói e no Rio, fazem parte da história.

Nos arquivos do DOPS-RJ existem vários informes elaborados pelo agente Azeredo, que lhe eram encaminhados pelos informantes do CENIMAR, jornalista Joaquim Vieira Ferreira, conhecido como Joaquim Metralha.

Enquanto o general Mourão Filho comandava as tropas militares que vinham de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, havia na Assembléia Legislativa fluminense um parlamentar comunista que acreditava na possibilidade que a situação política pudesse subitamente mudar, como pensava o deputado Afonso

Nogueira Monteiro, que foi preso pelo coronel Campelo, dentro do gabinete do deputado Cordolino Ambrósio, presidente da Assembléia Legislativa, que teve como testemunha o jornalista Continente Porto, que fazia a cobertura dos trabalhos legislativos pelo Diários Associados, que relata para a CVMJ como o militar tentou algemar o parlamentar.

Os militares da “linha dura”, longe de ocultar suas ordens e censura aos jornais diários e programas radiofônicos como o Jornal falado Grande Jornal Fluminense (Rádio Jornal do Brasil) e A Tribuna, manifestava-se por meio de decisões através de radiogramas, como consta nos arquivos do DOPS, proibindo que divulgassem o aniversário de Lenine

Nem o jornalista argentino Vitor Combo Tanasse escapou de ser bisbilhotado pelos agentes do DOPS. Além de entrar na vida pessoal de Vitor, eles elaboraram vários informes, acusando-o de ter participado de atos de terrorismo na Argentina e que mantinha ligações com os jornalistas comunistas.

O agente Joaquim Metralha elaborou um relatório denunciando o repórter fotográfico Maurício Lage, que tinha sido desligado da Última Hora fluminense e passou a ser o responsável da organização do Concurso Miss Estado do Rio de Janeiro.

No informe do DOPS, Maurício é acusado de ser ligado ao grupo de comunistas Maurício Hill, Oriovaldo Alves Rangel, Victor Combo, Vera de Vives e Jairo Mendes.

No informe, o agente Joaquim Metralha procura titulá-lo como jornalista “picareta”.

Os informantes do DOPS-RJ mostravam que seus “arapongas” usavam critérios distintos, além das torturas psicológicas para poder acusar políticos e jornalistas de comunistas. Uma suspeita simpatia com o Partido Comunista Brasileiro era suficiente para acusar e decretar o fim do futuro jovem que tinha uma carreira promissora.

Foi o caso do jornalista Rogério Monteiro, ex-secretário de Comunicação Social do governador Moreira Franco e do ex-vice-governador Elói Dutra.

No relatório datado em 1961, consta que Rogério Monteiro cumprindo orientação do PCB- no partidão era identificado como “senador” infiltrou-se no PTB.

Zé Gamela, o repentista revolucionário, filiado ao partido Comunista Brasileiro, que se rebelou contra ditadura de 1964, mambembando pelo Brasil afora como artista de circo e teatro, diretor do Jornal do cordel, era constantemente intimado pelo DOPS-RJ para esclarecer sobre os informes encaminhados pelo agente Joaquim Metralha. de ser comunista notório e sobre seu círculo de relações constituído de indivíduos com tendências de esquerda radical. Esses fatos foram mostrados pelo jornalista Mário de Sousa

Em 1969, o jornalista João Luiz Faria Neto foi convocado pelo governador Geremias Mattos Fontes para ser o Subsecretário da Casa Civil. Numa manhã, oficiais da 2ª Brigada de Infantaria de Niterói, foram ao Palácio do Ingá prender o principal assessor do governador.

Mas o que chama atenção dos pesquisadores é que o DOPS não produziu nenhum informe sobre o que foi registrado no gabinete de Geremias, principalmente porque a ordem de prisão veio do Ministério do Exército.

Os “arapongas” descobriram em 28 de junho de 1976, que o jornalista Oscar Maurício Azedo, que dirigiu a sucursal do Diário Carioca fluminense, em Niterói, estava colocando na ABI, vários jornalistas subversivos. Esse relatório, com no outros, tiveram sua difusão restrita, tendo em vista que o DOPS quis preservar a fonte.

Após ser solto pelo DOPS fluminense e pelos militares da Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, o deputado Afonso Celso Nogueira, defensor do presidente do SJPERJ, Jairo Mendes, foi preso em São Paulo.

O parlamentar comunista, que jamais se envolveu em luta armada, filiado ao PCB, que foi preso duas vezes pelos agentes do DOPS fluminense, mas torturado, jamais, até o dia 1º de outubro de 1975, na Fazenda 31 de Março, em São Paulo.

Afonso Celso mostrou a Comissão da Verdade as marcas de torturas nos dois braços, motivadas pelos choques elétricos e por um produto químico que foi jogado sobre o seu corpo. Foi pendurado também num poço lamacento que os torturadores chamavam de "piscina". Foi colocado ainda no pau-de-arara.

Afonsinho, hoje com 92 anos, é o único sobrevivente da Fazenda 31 de Março, a Casa das Torturas e Mortes.

Em depoimento a CVMJ, a jornalista **Iris Ágatha** disse que assistiu em 1973, as prisões dos professores Alberto e Leão Aquino e a morte do professor Jaques, momentos que ficaram gravados em sua memória. Com seu estilo de linguagem culta e despojada e com seu jeito tranquilo, Ágatha disse que começou seu envolvimento nos movimentos universitários e partidários na época do regime militar de 1964.

Na verdade, é nítida a existência de informes elaborados pelos agentes do DOPS-RJ sem nenhuma comprovação das acusações feitas aos jornalistas que atuavam no território fluminense.

Num dos informes. Datado de 02 de junho de 1972, consta que em 1965, elementos agitadores eram componentes do "Grupo dos Onze", da "Campanha de Jovens livres e Conscientes" e da "Federação dos Estudantes de Miracema, citando como integrante o jornalista Eraldo Quintanilha.

No mesmo informe, consta que Maria Alice Barroso, Diretora do Instituto Nacional do Livro, tem ligações com os jornalistas comunistas João Luiz Faria Neto, Eraldo Quintanilha, Oriovaldo Rangel e outros elementos do PCB/RJ.

Bem antes do golpe de 1964, já operava em Niterói, uma liga anticomunista, criada pelo jornalista Joaquim Vieira Ferreira, Joaquim Metralha, íntimo do agente do SNI Thales Boto, sobrinho do Almirante Pena Boto, que deu respaldo as suas denúncias, relatórios e informes. Metralha fornecia informações para o SNI, DOPS-RJ e para o Serviço Secreto da Marinha-CENIMAR, desde quando o Almirante Pena Boto era comandante Chefe da Esquadra.

Em 05 de junho de 1970, IIº Exército encaminhou ao DOPS-RJ, documento confidencial, no qual comunica que em face do resultado de investigações procedidas pelo Centro de Informações do Exército, resolveu declarar inidônea, para estabelecer contatos com as agências do sistema de informações do Exército, em assuntos pertinentes às suas missões específicas, Joaquim Vieira Ferreira, conhecido como Joaquim Metralha. Dois anos depois, o Ministério do Exército encaminha expediente ao I Exército, cópia do modelo de ficha de informações sobre o número de subversivos e terroristas presos no país. O DOPS fluminense recebeu esse documento em 26 de janeiro de 1972. O I Exército exigiu que fosse cumprido prazo para encaminhar ao gabinete do ministro, as informações solicitadas. Ou seja, informações sobre as prisões ocorridas em 1970, 1971 e as de 1968 e 1969.

Coube, portanto, a missão da Comissão da Verdade, Memória e Justiça, do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro de apurar e esclarecer o que ocorreu com os jornalistas fluminenses nos porões da ditadura, pois, estaremos atendendo a parentes das vítimas que foram perseguidas, presas e torturadas pelos agentes da repressão. Uma das etapas mais importantes da CVMJ foi encaminhar ofício ao Arquivo Público do Estado, pedindo acesso aos documentos e informes elaborados pelos "arapongas" dos antigos DOPS fluminense e carioca. No Arquivo Público a Comissão pesquisou milhares de informes, transformados em relatórios. Com essas informações, tivemos conhecimento como eram elaborados os documentos. Pedimos ao então governador Sérgio Cabral, o tombamento das instalações do antigo DOPS de Niterói, que fica no prédio da atual Delegacia de Polícia-Centro-Avenida Amaral Peixoto, ao lado do prédio da Câmara Municipal de Niterói, onde fomos autorizados a fotografar.

Com cerca de milhares de fichas de investigações, livros, fotos, imagens, recortes de jornais, relatórios, arquivados em milhares de pastas fazem parte da herança que o DOPS fluminense transferiu em 1982 para o

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Muitos dos documentos do DOPS-RJ estão guardados em locais diversos, outros, possivelmente, sumidos. A documentação existente é incompleta, acreditando-se que muitos documentos foram desviados. Talvez essa ação se deva ter sido feita pelos “arapongas” do antigo DOPS-RJ.

O Exército sempre negou a existência de um relatório assinado pelo tenente-coronel Edival Alves Pimentel, da 1ª Região Militar do Exército, enviado a todos os DOPS do país, repassado ao SNI, com o carimbo secreto, constando em uma das suas páginas, possíveis locais em que o revolucionário Che Guevara estivera num campo de treinamento de guerrilha no município de Petrópolis, próximo a Serra de Petrópolis e também em Duque de Caxias. O comissário Wilson Madeira, DOPS-RJ, em seu informe garante que Che estava no Estado do Rio de Janeiro.

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ato de criação da Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

A Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornsliatas Estado de São Paulo (CVMJ-SP) foi criada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, conforme deliberação da Diretoria Executiva, em de 30 de julho de 2012, referendada pela reunião da Diretoria Plena de 18 de agosto de 2012 e pelo 14º Congresso Estadual dos Jornalistas, realizado em os dias 21 e 23 de setembro de 2012. A finalidade da CVMJ-SP é esclarecer violações aos direitos humanos praticados contra jornalistas ou em situações a eles afeitas abrangendo o mesmo período fixado para a Comissão Nacional da Verdade, ou seja, de 1946 à 1988. O prazo de duração dos trabalhos da CVMJ-SP é de dois anos, podendo ser prorrogado a critério da Comissão e do Sindicato dos Jornalistas.

A CVMJ-SP será representada oficialmente pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e coordenada por quatro jornalistas convidados pela diretoria executiva. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo nomeará, a seu critério, um grupo de trabalho para auxiliar a Comissão em suas ações. São objetivos da CVMJ-SP: I – Reunir artigos, matérias, reportagens, documentos e entrevistas censuradas no período a fim de estabelecer a verdade histórica. II – Esclarecer casos de tortura, prisões, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria em casos envolvendo jornalistas e profissionais da comunicação. III – Circunstanciar casos de perseguições políticas, sindicais, profissionais e de violações de direitos humanos contra jornalistas relacionadas às suas atividades, fora ou no interior das empresas. IV – Esclarecer casos de violação à liberdade de imprensa, de opinião e de atividade sindical no período supracitado.

Para cumprir seus objetivos a CVMJ-SP poderá: I – convidar jornalistas, ou profissionais de outras áreas, para prestar depoimentos, testemunhos ou entrevistas sobre os fatos de interesse da CVMJ-SP, bem como doar e fornecer documentos e arquivos pessoais à Comissão. II – coletar depoimentos e informações sobre atentados aos direitos humanos praticados contra jornalistas ou que envolveram atividades do setor da comunicação. III – receber documentos e matérias que foram alvo de censura nos órgãos de imprensa.

As conclusões, levantamentos e informações obtidas pela CVMJ-SP serão oferecidas subsidiariamente à Comissão Nacional da Verdade da Fenaj, cabendo a ela o uso como melhor lhe aprouver. As reuniões da CVMJ-SP poderão ser abertas ao público ou de caráter sigiloso, a critério de seus integrantes ou a pedido de seus depoentes. Os integrantes CVMJ-SP não serão remunerados, sendo, no entanto, seu trabalho considerado de relevância histórica para o resgate do período de arbítrio e para a história do Sindicato dos Jornalistas. Para executar suas atividades a CVMJ-SP poderá celebrar parcerias com entidades de direitos humanos, de ensino, órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais e promover intercâmbio de informações e documentos. O resultado dos trabalhos da CVMJ-SP será publicizado para a categoria e à sociedade civil, objetivando restabelecer a verdade histórica.

Atividades da Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo

A Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo, formada por Milton Bellintani (coordenador), Amadeu Memolo, Priscilla Chandretti, Priscilla Vierros, Silvério Rocha Neto e Vilma Amaro, focou seus trabalhos em ouvir jornalistas que tiveram papel relevante na resistência à ditadura ou que foram testemunhas de episódios importantes no período. É o caso dos fotógrafos Geraldo Guimarães e Sérgio Tafner Jorge, que trabalhavam respectivamente nas revistas Veja e Manchete quando do assassinato de

Carlos Marighella, em 4 de novembro de 1969. Os relatos de ambos não coincidem sobre as circunstâncias da morte do líder da Ação Libertadora Nacional (ALN). Enquanto Jorge corrobora a versão de que Marighella teria sido morto na Alameda da Casa Branca, Guimarães afirma que a cena da morte foi forjada e que o militante histórico teria sido levado já sem vida para o local.

A Comissão da Verdade listou 25 casos de jornalistas profissionais, ou de militantes responsáveis pela comunicação clandestina de suas organizações, que foram assassinados durante a ditadura. Destes, 18 figuram na lista de desaparecidos políticos. Os familiares de Antônio Benetazzo, inicialmente enterrado como indigente no Cemitério de Perus, na Região Metropolitana de São Paulo; de Joaquim Câmara Ferreira; Luiz Eduardo da Rocha Merlino, cujo corpo sem identificação foi reconhecido no Instituto Médico Legal; Pedro Pomar, enterrado pela ditadura com nome falso no Cemitério de Perus, mas cujos restos foram resgatados pela família – assim como ocorreu com Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter; Vladimir Herzog; e Wânio José de Mattos, que morreu no Hospital de Campanha improvisado no entorno do Estádio Nacional de Santiago do Chile, onde foi detido após o golpe de 1973, puderam sepultar seus entes queridos.

Benetazzo e Vlado foram assassinados no DOI Codi de São Paulo, onde Merlino foi torturado até quase a morte – consumada no Hospital Geral do Exército. Câmara Ferreira morreu sob tortura no centro clandestino conhecido como Sítio 31 de Março, no bairro de Parelheiros, em São Paulo, que pertencia ao delegado e torturador Sérgio Paranhos Fleury.

A Comissão da Verdade elaborou, ainda, uma lista com 116 livros-reportagem ou autobiográficos escritos por jornalistas ou sobre jornalismo, com vistas à formação de uma biblioteca de referência que apoie o trabalho de investigação sobre os Anos de Chumbo por jornalistas, escritores, historiadores, advogados, organizações da sociedade civil, sítios de memória e consciência, museus e pesquisadores em geral. A Comissão considera que as obras escritas ainda no período ditatorial representam os primeiros trabalhos de denúncia e apuração dos crimes da ditadura e que os produzidos após 1985 representam a reafirmação do compromisso pelo Direito à Verdade, à Memória e à Justiça.

Audiências públicas e entrevistas realizadas

A Comissão da Verdade entrevistou 15 jornalistas; 2 fotógrafos; 1 cartunista; 1 cinegrafista; e 1 proprietário de banca de jornais e revistas. As entrevistas gravadas em vídeo serão disponibilizadas proximamente no site do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, facilitando o acesso à categoria, a estudantes e pesquisadores em geral. Elas formam o acervo inicial da memória coletiva em construção sobre o papel dos jornalistas na resistência à ditadura de 1964-1985. Algumas foram gravadas apenas em áudio. Uma delas foi respondida por e-mail e outra por escrito, sendo impressa em papel e assinada pelo depoente (Boris Casoy).

Três destas audiências foram realizadas conjuntamente: duas com a Comissão da Verdade Estadual “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (os depoimentos dos fotógrafos Sérgio Tafner Jorge e Geraldo Guimarães), na sede do Sindicato dos Jornalistas, e uma com a Comissão da Verdade Municipal “Vladimir Herzog” da Câmara Municipal de São Paulo (a audiência pública sobre os atentados às bancas de jornais e revistas entre 1979 e 1981, na Câmara de Vereadores paulistana).

A Comissão entende que este conjunto de depoimentos, longe de ser o ponto final do esforço de apuração do impacto da ditadura no jornalismo, no trabalho dos jornalistas e no impedimento de acesso à população da informação com credibilidade, significa o ponto de partida para um trabalho permanente de investigação do passado autoritário com vistas à superação dos resquícios que atuam no presente e retardam o florescimento de uma sociedade democrática, justa e com plenos direitos e oportunidades iguais para todos os seus cidadãos.

DEPOIMENTOS

A seguir destacamos contribuições de cada depoimento, ressaltando que todos, na íntegra, estão à disposição para consulta pública na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo:

ADALBERTO MAURO VALADÃO

Jornalista há mais de 40 anos, trabalhou no Jornal Diário da Manhã, Jornal Diário de Notícias, Rádios 79, PRA7, Clube, Brasiliense/ Rádio Tropical, Rádio Cultura, TV Thathi, NET, EPTV e RP9. Atualmente é comentarista esportivo na Rádio CBN, em Ribeirão Preto (SP).

Em entrevista realizada por e-mail, Valadão destacou o papel desempenhado pelo jornal estudantil Pasquim, feito por estudantes de esquerda na cidade de Ribeirão Preto. “Tudo era tão melindroso que os exemplares tinham de ser entregues de mão em mão, com muito cuidado.” Segundo ele, dois jornalistas tiveram grande influência na formação política dos jovens da época. “Um dos grandes defensores da democracia foi o grande jornalista Luciano Lepera, homem de caráter, brilhante, que na minha opinião foi um dos melhores e maiores políticos que essa cidade já teve – como vereador e como deputado estadual. Homem de luta, que dificilmente haverá outro igual. Extremamente correto, digno, nunca pensou em dinheiro ou benfeitorias pessoais. Lutava pelo povo brasileiro de verdade. Por essas e muitas outras qualidades foi reconhecido na época

pelo governador Abreu Sodré, de direita. Sodré, então governador do estado de São Paulo, esteve em Ribeirão Preto, na Sociedade Recreativa de Esportes numa solenidade em que seria homenageado, e chamou por Luciano Lepera. Fez questão que ele se sentasse ao seu lado e o elogiou pela inteligência, por ser homem de luta e por ser um político de honestidade inigualável. Tinha também outro jornalista brilhante defensor da democracia, Antonio Carlos Santana, que foi diretor do Diário da Manhã, muito perseguido pela ditadura militar.”

BORIS CASOY

Convidado a dar seu depoimento à Comissão da Verdade, o jornalista Boris Casoy disse inicialmente que não aceitaria comparecer a uma audiência, mas que não descartava a possibilidade de responder por escrito a perguntas que lhe fossem enviadas. Após um debate interno na Comissão da Verdade sobre a conveniência de aceitar o limite proposto, optou-se por enviar a Casoy uma lista de perguntas relativas ao período em que ocupou cargos na hierarquia da Folha de S. Paulo e sobre a informação de que no passado ele teve seu nome vinculado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Casoy classificou como caluniosa uma reportagem da revista O Cruzeiro sobre a organização clandestina de extrema direita que afirmou que ele integrava o grupo. “Ao contrário, em minha vida acadêmica sempre fui contra tal organização”, respondeu. Questionado sobre como interpretava o fato de a Folha não ter sofrido censura e o Estado de S. Paulo e Veja sim, respondeu: “(...) foram das poucas exceções na imprensa brasileira. Ao decidir contra a autocensura, foram obrigados a receber censores na redação”.

Finalmente, respondeu sobre afirmações de ex-presos políticos de que carros da Folha de S. Paulo teriam sido usados em ações da repressão contra militantes. “Esses fatos teriam ocorrido antes de eu trabalhar na Folha. Todas as vezes que conversei com diretores a esse respeito, eles garantiam desconhecimento do uso de veículos da empresa em operações desse tipo”.

Sobre este assunto, a jornalista Ana Estela de Sousa Pinto escreveu nas páginas 59 e 60 do livro Folha Explica Folha, lançado pela editora do Grupo Folha em 2012. “Um ex-jornalista da Folha reconhece o uso de caminhonete da empresa por militares, mas antes do golpe. É Antônio Aggio Jr., o diretor da Folha da Tarde

responsável pela ferocidade editorial do vespertino contra a guerrilha. Em 1964, o então repórter emprestou um veículo do jornal para que seu padrinho, coronel Antônio Lepiani, participasse em São Paulo da reunião em que militares articulariam o golpe que derrubaria Jango. Aggio diz que tomou a decisão sem consultar ninguém e que, quando contou o episódio a Frias, na década de 1980, o dono da Folha ficou 'branco de raiva' e o repreendeu. Questionado em 2010, em entrevista, se havia repetido os empréstimos durante a ditadura, o ex-diretor da FT negou. Para ele, a história foi 'inventada' mais tarde, depois da revelação tardia de sua atitude em 1964. A hipótese de Aggio, no entanto, não se sustenta. O empréstimo de caminhonetes para a polícia era voz corrente entre a guerrilha já no início dos anos 1970. Há referência a esse uso no diário de um preso político recolhido ao Presídio Tiradentes, que relata uma greve de fome ali deflagrada em junho de 1972, contra a transferência de sete militantes considerados 'irrecuperáveis' pelo governo. Do ponto de vista político, o tratamento dado pela Folha a essa greve foi crucial para fixar nos grupos de esquerda a convicção de que a empresa e seus donos apoiavam a ditadura e a tortura, além de provocar rupturas internas.”

GABRIEL ROMEIRO

Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo de 1984 a 1986, Gabriel Romeiro deixou a Ordem dos Dominicanos para se dedicar ao jornalismo. Depois de atuar na revista Realidade por indicação de Frei Betto, dominicano como ele e então repórter da publicação, passou pelo Ex e pelo jornalismo da TV Cultura antes de se fixar na TV Bandeirantes. Romeiro relatou a tensão da cobertura do enterro de Herzog, com quem trabalhou na TV Cultura, e a estratégia para empurrar os limites impostos pela ditadura. “O enterro do Vlado foi na segunda de manhã e nós entraríamos no ar logo em seguida, no Jornal do Meio-Dia. Não me falaram nada sobre o que não fazer. Não tava proibido nada. Fizemos a cobertura melhor possível. Aquele cortejo com uns 200 automóveis, aquela coisa enorme para um jornalista morto na prisão, que era assim que se descrevia a situação... Pusemos aquilo no ar. Era um negócio absolutamente inusitado. Quando acabou de ir pro ar, veio o Claudio Petraglia, diretor de produção e programação, que era meu chefe na Bandeirantes. Veio me dar os parabéns e agradecer porque tinha sido tudo na medida certa. Ele não veio falar pra não fazer nada com medo de eu cuspir na cara dele, porque trabalhou com a gente na TV Cultura. Foi nosso chefe lá. Chefe meu, do Vlado, de todo mundo. Ele não ia chegar pra mim e dizer algo como 'olha Gabriel, manera aí no noticiário'. Mas ele achou que foi tudo na medida certa, de ir adiante e ao mesmo tempo ter aquela mínima contenção pra não ser chamado de provocação. Quer dizer, (a cobertura) poderia ser vista como provocação... mas naqueles dias ninguém conseguia se conter. Todo mundo avançou o sinal.”

JORGE SILVA

Cinegrafista da equipe de jornalismo da TV Cultura comandada por Vladimir Herzog, em 1975, Silva procurou a Comissão da Verdade para oferecer seu depoimento. Embora não tenha revelado nenhum fato novo sobre os bastidores do departamento de jornalismo da emissora nos dias que se seguiram à morte de Vlado, cabe registrar a sua disposição em colaborar com o resgate da memória comum dos jornalista naqueles dias. Para facilitar o trabalho da Comissão, levou ao Sindicato um vídeo previamente gravado com seu testemunho.

FLAMÍNIO FANTINI, BETINHO DUARTE E VIRGÍNIA PINHEIRO (Jornal Em Tempo)

O depoimento da equipe do jornal Em Tempo, que primeiro publicou uma lista de torturadores da ditadura – 233, denunciados no documento produzido por presos políticos do presídio do Barro Branco, em São Paulo, que ficaria conhecido como “Bagulhão” –, foi o mais animado de todos os que a Comissão da Verdade

realizou. Flaminio e Betinho, que vieram de Belo Horizonte às próprias custas, e Virgínia ocuparam o auditório Vladimir Herzog com fac-símiles de capas e reportagens do jornal, com ajuda de Marília Andrade, ex-sócia da publicação. Flaminio, um dos editores do Em Tempo, relatou como foi a saída da equipe do jornal Movimento para formar o novo jornal. Em seguida, discorreu sobre a retaliação sofrida pelo jornal após a denúncia dos agentes da ditadura. “A redação em São Paulo foi invadida, pichada e depredada pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Em Belo Horizonte, jogaram ácido nas máquinas da gráfica que imprimia o jornal. Fomos ameaçados seguidamente, mas não nos intimidamos.”

Betinho e Virgínia relataram que os atentados a bancas conseguiram o que os ataques diretos à publicação não lograram. “Os donos de bancas e jornalistas receberam ordens de não vender jornais da imprensa alternativa, entre eles o Em Tempo. Se o fizessem, os ataques prosseguiriam. Com medo, pararam de nos vender. Tentamos vender diretamente ao público e incrementar as assinaturas. Não foi suficiente e acabamos fechando”, disse Virgínia. “Mas o Em Tempo marcou época como um jornal bem feito, com reportagens que alcançaram grande impacto. Cumprimos nosso papel”, disse Betinho Duarte.

PADRE CIDO

Antonio Aparecido Pereira, o Padre Cido, é pároco da Igreja Católica há mais de 42 anos. Destes, por 31 ele esteve à frente do jornal O São Paulo, editado pela Cúria Metropolitana de São Paulo. “Ajudei a escrever a história da Igreja na cidade. Essa história é também um pouco da história da cidade, porque essas duas histórias caminham um pouco juntas. Em São Paulo nós temos cerca de 400 ruas com nomes de bispos e padres. Isso é sinal de que as duas histórias, da cidade e da Igreja, se confundem um pouco”, disse Padre Cido à Comissão da Verdade.

A publicação, comandada diretamente pelo arcebispo da cidade, esteve submetida à censura por dez anos nos anos críticos do cerco da ditadura aos jornalistas – iniciados após a edição do AI-5, com o sequestro e tortura de dezenas de profissionais de imprensa e militantes políticos responsáveis pela imprensa clandestina em suas organizações, muitos que hoje figuram na lista de desaparecidos, culminando com o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975. “Quando fui designado para o jornal, voltei a estudar e cursei a faculdade de jornalismo”, contou Padre Cido. Segundo relatou, o cerco à comunicação da Igreja Católica em São Paulo resultou em inúmeras matérias proibidas e na cassação da concessão da Rádio 9 de Julho, devolvida à instituição apenas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para denunciar as proibições, O São Paulo publicava espaços em branco onde deveriam estar as matérias censuradas.

“Dom Paulo Evaristo Arns marcou minha vida. Nos tornamos amigos pessoais. Em Roma, fui o motorista dele. O período em que fiquei mais próximo a ele foi quando assumiu o jornal. Me lembro de uma reunião que me comoveu muito, no dia em que mataram Santo Dias da Silva (líder operário ligado à Igreja que participou da Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo). Ele dividiu a equipe, determinando o papel de cada um na crise que se seguiu. ‘Eu estou indo para o necrotério’, disse. Sempre muito sereno. Uma pessoa extraordinária mesmo. Um místico. Todo mundo pensa que talvez fosse um homem apenas. Tanto é que as duas biografias sobre ele salientam salientou mais seu trabalho político. Um dia ele disse: ‘Agora vou escrever a minha autobiografia, porque quero também lembrar que sou um pastor da Igreja’. Certa vez me contou que seu maior orgulho em 60 anos de sacerdócio era ter celebrado a missa diariamente. Não ter faltado um dia. Então nós não estávamos diante apenas de um líder político. Ele amava o jornal. Dom Paulo respeitava o direito de opinião dos jornalistas. Uma vez publiquei uma entrevista com uma prostituta que defendia a profissionalização da atividade. Ele veio falar comigo sorrindo: ‘Cido, pense que eu chego em Roma e esse jornal tá na frente dos cardeais... Você tá ficando mais é doido?’ E não falou mais nisso. Era uma Igreja comprometida com a transformação da sociedade, comprometida com os pequenos, com os pobres.

Isso se refletia no jornal, o que talvez incomodasse a ditadura militar. Eu me orgulho de ter pertencido à igreja e naquela reflexão toda havia uma mística no trabalho. Ninguém pense que a gente fazia aquilo por mero trabalho político, não. Havia quase uma fundamentação bíblica para aquele trabalho. Em nossas missas na Catedral da Sé, os operários levaram suas carteiras profissionais e suas ferramentas para depositar ao pé do altar. O trabalho social que existe hoje na Igreja começou com Dom Paulo: ecologia, trabalho com a Pastoral Afro, com a população negra, com soropositivos, com o menor carente abandonado... Todos tiveram início naqueles tempos. Todos.”

DAVID DE MORAES, ARMANDO SARTORI e VILMA AMARO

David, que foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo no período 1978-1981; Sartori, que fez parte da equipe do jornal Movimento; e Vilma, que integrou a equipe do jornal Em Tempo, participaram da audiência sobre Atentados às Bancas de Jornais e Revistas em 1979 a 1981, em São Paulo, realizada conjuntamente com a Comissão Municipal da Verdade “Vladimir Herzog” da Câmara Municipal de São Paulo, na sede do Legislativo paulistano.

*** Nota da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas (Fenaj)**

No relatório final da CVMJ do Estado de São Paulo constam ainda os nomes dos jornalistas: Claudio Guerra, Geraldo Guimarães, Laerte Coutinho, Lu Fernandes, Luiz Paulo Costa, Mino Carta, Paulo Cannabrava Filho, Sergio Gomes, Sérgio Tafner Jorge, Raimundo Rodrigues Pereira. Esses profissionais aparecem no item dos depoimentos, mas não consta nenhuma transcrição das entrevistas ou manifestações dos referidos depoentes. O relatório da CVMJ-SP ressalva, no entanto, que “todos os depoimentos, na íntegra, estão à disposição para consulta pública na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Lista de jornalistas mortos e desaparecidos

Relação elaborada a partir do informe “A Imprensa torturada e assassinada”, do jornalista Luiz Antonio Maciel, feito com base em documentos obtidos pelo Centro de Documentação Eremias Delizoicov e pela Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Os dados referentes a Jane Vanini, Lincoln Cordeiro Oest e Nestor Veras foram coletados no DOSSIÊ - Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil, também do Centro de Documentação Eremias Delizoicov.

ANTÔNIO BENETAZZO

Estudante de filosofia e arquitetura na Universidade de São Paulo, foi um dos idealizadores de um dos primeiros jornais alternativos do período da ditadura militar – o jornal Amanhã –, do qual participou Eduardo Merlino, também morto pela ditadura militar. Nascido em Verona, na Itália, em 1941, foi educado por seus pais segundo os ideais da luta contra o nazismo e o fascismo na Europa. Essa formação o levou na adolescência, já no Brasil - para onde seus pais se mudaram quando ele ainda era pequeno -, a uma participação efetiva em movimentos populares e estudantis. Ainda estudante secundarista, ingressou no PCB, e depois participou ativamente dos Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi presidente do Centro Acadêmico de Filosofia da USP e professor de história em cursos pré-vestibulares. Em 1967, saiu do PCB e ingressou na Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, uma dissidência do PCB, e posteriormente passou para a clandestinidade.

Viajou a Cuba, em 1971, para fazer cursos de formação política e de combate, junto com outros brasileiros, que decidiram formar uma nova organização política, o Movimento de Libertação Popular (Molipo). Mais uma vez Benetazzo se voltou para o jornalismo, como redator do órgão oficial do partido. Preso em 28 de outubro de 1972, foi torturado ininterruptamente durante dois dias no Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI, sucessor da Operação Bandeirantes, do II Exército) de São Paulo, instalado numa delegacia de polícia da Rua Tutóia, no bairro do Paraíso.

Morreu no dia 30, com 31 anos, em consequência de traumatismo cranioencefálico. No dia 2 de novembro, os jornais divulgaram nota oficial dos órgãos de segurança informando que Benetazzo havia sido atropelado e morto por um caminhão, ao tentar fugir quando era levado por agentes da repressão para um encontro com companheiros de organização. Foi enterrado no Cemitério de Perus, como indigente, mas posteriormente a família conseguiu resgatar seus restos mortais. Em 16 de janeiro de 1973, embora já morto e enterrado, teve a prisão decretada pela Segunda Auditoria de Guerra da Segunda Região Militar.

DAVID CAPISTRANO DA COSTA

Militante histórico do Partidão, nasceu em 1913 em Boa Viagem, no Ceará, é considerado desaparecido desde 1974, quando tinha 61 anos de idade. Capistrano, que era sargento da Aeronáutica, participou do Levante de 1935, o que resultou em sua expulsão das Forças Armadas e uma condenação, à revelia, a 19 anos de prisão. Em 1945, porém, foi anistiado. Capistrano também participou como combatente das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa durante a ocupação nazista. Ficou preso num campo de concentração alemão, mas foi libertado e regressou ao Brasil em 1941.

Em 1947, já anistiado, foi eleito deputado estadual em Pernambuco. Atuou na política pernambucana até 1964, tendo dirigido os jornais A Hora e Folha do Povo. Com o golpe de 64 passou para a clandestinidade e, em 1971, não tendo mais condições de ficar no Brasil, asilou-se na então Checoslováquia. Em 1974, ao retornar ao Brasil pela fronteira da Argentina, foi preso, mas oficialmente é tido como desaparecido.

Sua prisão está comprovada pelo documento do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) número 203/187: “Segundo anotações neste Departamento, em 16 de setembro de 1974, David Capistrano da Costa encontra-se preso há quatro meses, sendo motivo a Campanha da Comissão Nacional Pró-Anistia dos Presos Políticos”. Relatório da Marinha informa que ele havia sido preso na Unidade de Atendimento do Rocha, em São Paulo, possivelmente o Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha.

O médico Amílcar Lobo, que participava das torturas nos órgãos de repressão no Rio de Janeiro, disse à Maria Carolina, filha de Capistrano, que David havia sido o último preso a que ele deu assistência enquanto era torturado nas instalações da Rua Barão de Mesquita.

Já Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS de Vitória (ES) no livro Memórias de uma guerra suja, afirma que pegou o corpo de Capistrano na “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), e o levou até o forno da usina de álcool Cambahyba, no município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, onde foi incinerado. O Complexo Agroindustrial de Cambahyba pertencia a Heli Ribeiro Gomes, que vice-governador do estado do Rio de Janeiro entre 1967 e 1971.

DJALMA CARVALHO MARANHÃO

Natural de Natal, em 27 de novembro de 1915, militante do PCB desde a década de 30, era considerado um político nacionalista, carismático e democrata. No início do Estado Novo, criou em Natal um jornal e um time de futebol.

Expulso do PCB por divergências com a direção, se filiou ao Partido Social Progressista, onde foi eleito

deputado estadual e, depois, nomeado prefeito. Em 1958, eleito suplente de deputado federal pela conservadora União Democrática Nacional (UDN) e, em 1960, prefeito de Natal pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Na carreira de jornalista, foi revisor, repórter esportivo, repórter político, redator, secretário de redação, editorialista, diretor e proprietário de jornais. Fundou o Monitor Comercial, o Diário de Natal e a Folha da Tarde, diretor e proprietário do Jornal de Natal. Como escritor, publicou O Brasil e a Luta Antiimperialista, no Rio de Janeiro, em 1960, e Cascuda, Mestre do Folclore Brasileiro, lançado em 1963 e Carta de um Exilado (obra póstuma).

Com o golpe de 64, teve o mandato cassado, foi preso e confinado na ilha de Fernando de Noronha. Libertado no fim de 1964, partiu para o exílio no Uruguai. Viveu em Montevideu até 30 de julho de 1971, onde morreu, de parada cardíaca, aos 55 anos de idade. Julgado à revelia, no Brasil, havia sido condenado a 18 anos de prisão. Seu corpo, acompanhado por uma grande multidão, foi sepultado no Cemitério do Alecrim, em Natal.

EDMUR PÉRICLES CAMARGO

Paulistano, nascido em 1914, ingressou no PCB em 1944 e dois anos depois foi trabalhar no Sindicato dos Armadores do Rio de Janeiro. Posteriormente, em 1952, começou a exercer a profissão de jornalista em A Tribuna Gaúcha, órgão do partido no Rio Grande do Sul. Entre 1951 e 1953, participou, no norte do Paraná, da chamada Revolta de Porecatu – a luta de posseiros contra grandes proprietários de terra.

Com o golpe de 1964, exilou-se no Uruguai, só retornando ao Brasil como clandestino três anos depois. Voltou ao Rio Grande do Sul, em 1969, onde criou a organização Marighella, Mao, Marx e Guevara (M3-G), que mantinha contatos com a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Junto com outros integrantes do M3-G, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM), em 1970, no Rio Grande do Sul.

Preso, foi para o Chile em 1971 com outros 69 presos políticos, na troca com o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, que havia sido sequestrado em 7 de dezembro de 1970. Após o golpe que derrubou o presidente chileno Salvador Allende, em 1973, viajou com outros brasileiros para o Uruguai, de onde pretendiam entrar no Brasil. No entanto, segundo Relatório do Ministério da Marinha, foi preso em 11 de junho de 1974 por autoridades brasileiras e argentinas quando o avião pousou em Buenos Aires e nunca mais foi visto.

GILBERTO OLÍMPIO MARIA

Paulista de Marissol, nascido em março de 1942, militou no PCB e, posteriormente, no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A partir de 1961, durante dois anos, cursou Engenharia na antiga Checoslováquia, mas retornou ao Brasil onde trabalhou no jornal A Classe Operária, do PCB, até o golpe de 1964. Nesse mesmo ano, casou-se com Victória Grabois, filha de Maurício Grabois, e se mudou para Guaratinga, no Mato Grosso, onde o casal – junto com outros militantes – passou a organizar a resistência de camponeses contra a ditadura, projeto abandonado no ano seguinte, por problemas de segurança.

Em 1966, foi para a China e, ao retornar ao Brasil, morou em vários locais até se fixar em Caianos, no interior de Goiás. Na Guerrilha do Araguaia, liderou o Destacamento C, junto com Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina. Relatório do Ministério da Marinha revela que foi morto em 25 de dezembro de 1973, durante intenso ataque das Forças Armadas contra acampamento guerrilheiro na Serra das Andorinhas. Como seu corpo não foi encontrado, é considerado oficialmente desaparecido.

HIRAN DE LIMA PEREIRA

Alto dirigente do PCB, nasceu em Caicó, Rio Grande do Norte, em 1913. Em 1946 foi eleito deputado federal, obtendo uma das maiores votações do partido, mas perdeu o mandato quando o registro partidário foi cassado. Em 1949 mudou-se para Recife, onde trabalhou como redator da Folha do Povo, órgão oficial do PCB de Pernambuco.

No final da década de 50, quando Miguel Arraes foi eleito prefeito de Recife, Hiran de Lima foi convidado a ser o secretário da Administração, cargo que manteve durante as duas gestões seguintes, de outros prefeitos. Paralelamente atuou como ator no Teatro Popular do Nordeste na peça A Pena e a Lei, de Ariano Suassuna, direção de Ermilo Borba Filho.

O golpe de 64 levou-o a entrar na clandestinidade. Inicialmente, permaneceu em Recife, mas, depois, se mudou para o Rio de Janeiro e São Paulo como dirigente do PCB. Teria sido preso em janeiro ou abril de 1975, com 61 anos de idade, por agentes do Exército e do DOI-CODI de São Paulo e nunca mais foi visto. É tido como desaparecido. A família acredita que seus ossos estejam entre os exumados do Cemitério de Perus.

IEDA SANTOS DELGADO

Carioca nascida em 1945, era advogada e funcionária do Departamento Nacional de Produção Mineral, no Rio de Janeiro, onde trabalhava também como jornalista no suplemento literário da Tribuna da Imprensa.

Ieda foi presa no dia 11 de abril de 1974, em São Paulo. Relatório do Serviço de Informação do DOPS/SP, segundo documento do Ministério da Aeronáutica, datado de 17 de março de 1975, informa que Ieda estava envolvida com pessoas presas ou sequestradas pela polícia. Tinha 29 anos, nunca mais foi vista e é considerada desaparecida.

JANE VANINI

Jane foi morta em 06/12/1974, na cidade chilena de Concepción, pelas forças repressivas da ditadura do general Augusto Pinochet. Seu nome somente passou a constar da lista de desaparecidos brasileiros no Chile em 1980, pois seus companheiros no Brasil acreditavam que ela havia conseguido sobreviver. Sua família foi informada de sua morte, mas aos pais, idosos, as irmãs preferiram contar que Jane morrera do coração.

Jane mudou para São Paulo em 1966, onde cursou Ciências Sociais na USP. Trabalhou na Editora Abril, onde conheceu Sérgio Capozzi. Em agosto de 1969, o casal passou a integrar a ALN, fazendo de sua residência o abrigo de Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, principal dirigente da ALN após a morte de Marighella. Os vizinhos e amigos passaram a conhecê-lo como Tio Nico, pensando que fosse algum parente. Em abril de 1970, o casal foi identificado pelos órgãos de segurança do regime militar, mas os colegas da Editora Abril ajudaram Capozzi a fugir, quando a OBAN tentou prendê-lo no trabalho. O casal passou a viver na clandestinidade e seguiu de navio para Montevidéu, em seguida para Cuba, onde participaram de treinamento militar e Jane passou a trabalhar na Rádio Havana.

Com a cisão ocorrida na ALN, Jane Vanini passou a integrar o MOLIPO e regressou ao Brasil em setembro de 1971. Do chamado Grupo dos 28, que fundou essa organização, Jane ficou entre os 12 que conseguiram sobreviver após a sequência de prisões e mortes impostas pelo aparelho de repressão, entre novembro de 1971 e maio de 1973. Durante sua permanência clandestina no Brasil, documentos dos órgãos de segurança informam que Jane teria se estabelecido, com Sergio Capozzi e Otávio Ângelo num aparelho rural do MOLIPO na região do rio Lages, entre Araguaina e Vanderlândia, no atual estado do Tocantins.

Jane se refugiou no Chile durante o governo de Salvador Allende, passando a militar no MIR –

Movimento de Izquierda Revolucionaria. Trabalhou na Revista Punto Final até 1973, quando já tinha se separado de Capozzi e casado com o jornalista chileno José Carrasco Tapia, conhecido como Pepe Carrasco, dirigente do MIR. Seu novo nome era Gabriela Hernandez. Com o golpe militar, que derrubou Salvador Allende, recusou-se a deixar o Chile e novamente passou à clandestinidade. Foi morar com Pepe em Concepción, agora sob a identidade Carmen Carrasco Tapia.

No dia 06/12/1974, ao meio-dia, Pepe foi preso pela polícia fascista de Pinochet. Como Pepe não voltou para casa, Jane procurou outros militantes do MIR para saber se tinham alguma informação sobre ele. Ela queria resgatá-lo das mãos da DINA, a polícia política de Pinochet, mas a ação foi descartada. Sentindo a determinação de Jane, seus companheiros do MIR chegaram a trancá-la num banheiro, buscando preservar sua vida. Mas ela fugiu pela janela do banheiro e voltou para casa, esperando resgatar seu companheiro.

Por volta de 22 horas, os agentes policiais chegaram à casa e encontraram Jane, que resistiu sozinha durante quatro horas. Após a chegada de reforços, Jane foi ferida e presa. Na casa, ficara um bilhete para Pepe, com os dizeres: “Perdóname mi amor, fue un último intento por salvarte”.

O governo chileno, em dezembro de 1993, reconheceu sua responsabilidade pela morte de Jane Vanini, determinando o pagamento de uma pensão à sua mãe. No Chile redemocratizado, ela passou a ser homenageada como heroína da luta contra o fascismo, tornando-se, só então, conhecida por sua verdadeira história. No Brasil, seu processo de anistia foi indeferido sob o entendimento de que a morte ocorreu no Chile, e que não foi comprovado qualquer responsabilidade ou envolvimento de agentes do estado brasileiro.

Seus restos mortais nunca foram localizados, embora tenha ocorrido um erro de comunicação, em maio de 2005, entre autoridades brasileiras e chilenas, que levou à divulgação pela imprensa de que eles tinham sido encontrados num cemitério clandestino de Concepción.

Pepe, da prisão, somente conseguiu escrever para a família de Jane em março de 1975. Tinha o endereço de uma das irmãs, Dulce, a quem Jane sempre tratou por “Madrinha”. Pepe cumpriu sua pena e, libertado, seguiu para o exílio. Retornou ao Chile em 1984, mas, em 08/09/1986, depois de um atentado contra a vida do ditador Augusto Pinochet, foi retirado de sua casa por agentes da DINA e assassinado a tiros.

JAYME AMORIM MIRANDA

Advogado e jornalista, nascido em julho de 1926 em Maceió, Alagoas, foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro e diretor do jornal Voz do Povo (fechado após o golpe de 1964), na capital alagoana. Relatório do Ministério da Marinha de 1979 informa que fazia parte da relação de jornalistas do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro que haviam sido cassados pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5.

Por sua vez, o Ministério do Exército informa em relatório que ele “esteve em Moscou e seu nome aparece numa lista de brasileiros que em 1974 transitaram pelo aeroporto de Orly/França, com destino aos países socialistas, com o nome falso de Juarez Amorim da Rocha”. Segundo informações oficiais foi preso no dia 4 de fevereiro de 1975 ao sair de casa, no Catumbi, Rio de Janeiro e nunca mais foi visto.

A filha de Jayme Miranda, Olga Miranda, por ocasião dos 30 anos do desaparecimento de seu pai declarou, em evento na Assembleia Legislativa de Alagoas, que as informações obtidas pela família relatam o lançamento do corpo de seu pai em alto-mar.

Em entrevista à revista Veja de 18/11/1992, o ex-agente do DOI CODI Marival Chaves declara que Jayme Amorim de Miranda foi preso na Operação Radar, uma das incursões do DOI de São Paulo ao Rio e que foi levado para Itapevi onde foi morto.

Mesmo desaparecido, segundo reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo de 21 setembro de 1978 (Auditoria da Marinha absolve acusados do PC) o Conselho Permanente de Justiça o absolveu, junto com vários outros presos políticos, por prescrição da pena.

JOAQUIM CÂMARA FERREIRA

Joaquim Câmara Ferreira, sócio nº 432 do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, nasceu em 5 de setembro de 1913 em São Paulo e foi diretor de vários jornais do PCB, ao qual se filiou em 1933. Com o início do Estado Novo, em 1937, partiu para a vida clandestina. Detido pela polícia política da ditadura Vargas na gráfica do PCB, onde estava trabalhando, ficou vários anos preso e foi muito torturado, a ponto de perder definitivamente as unhas das mãos. Em 1946, Toledo ou Velho, como também era conhecido, elegeu-se vereador em Jaboticabal, interior de São Paulo, mas perdeu o mandato com a cassação do registro do PCB.

Em 1964, foi preso pela polícia política por fazer uma conferência para operários em São Bernardo do Campo sobre “o papel da imprensa na luta pelas reformas de base”. Libertado pouco tempo depois, foi condenado à revelia a dois anos de reclusão. Participou da elaboração do Manifesto do Agrupamento Comunista de São Paulo em 1967, que provocaria uma cisão no PCB e a criação da Ação Libertadora Nacional (ALN). Quando Carlos Marighella foi morto pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, em novembro de 1969, em São Paulo, Câmara Ferreira estava em Cuba e voltou ao Brasil para assumir o comando da organização.

Menos de um ano depois, no dia 23 de outubro de 1970, por volta das 19 horas, Câmara Ferreira foi preso pela equipe do delegado Fleury no bairro de Moema. A violência começou já no carro de polícia que o levou para o sítio clandestino de Fleury, onde morreu após algumas horas de tortura. A nota oficial do DOPS paulista atribuiu a morte do dirigente a problemas cardíacos resultante do fato de ter reagido à prisão e lutado com os policiais. Essa versão, entretanto, foi desmentida pela presa política Maria de Lourdes Rego Melo, que relatou a prisão de Toledo, a viagem ao sítio de Fleury e a morte sob tortura. Câmara Ferreira chegou a ser atendido por um médico, levado pelo delegado para que o mantivesse vivo por mais tempo na tentativa de conseguir informações relevantes sob tortura. O corpo de Câmara Ferreira foi sepultado pela família no Cemitério da Consolação.

JOSÉ ROBERTO SPIEGNER

Nascido em 1948, em Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, Spieger começou a atuar desde cedo no movimento estudantil, quando aluno do Colégio Pedro II. Fez cursos de cinema e jornalismo. Em 1966 passou em primeiro lugar no vestibular para a Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atuou ativamente no Diretório Acadêmico. Simultaneamente ingressou no Movimento Revolucionário de Outubro (MR-8) e em 1968 foi para a clandestinidade.

Dois anos depois, em 17 de fevereiro de 1970, foi morto com 22 anos de idade em suposto tiroteio com agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro. Foi enterrado pela família no Cemitério Comunal Israelita de Vila Rosali, no Rio de Janeiro.

LINCOLN CORDEIRO OEST

Natural do Rio de Janeiro, de 17 de julho de 1907, militante do Pcdob desde 15 anos, atuou no movimento operário e participou, como militar, do levante de novembro de 1935 da ANL - Aliança Nacional Libertadora. Em 1946, foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista, sendo cassado em 1948, quando a sigla foi colocada novamente na ilegalidade. Jornalista, em 1962 fez parte da Comissão de Solidariedade a Cuba e organizou a Comissão Cultural Brasil-Coréia do Norte.

Em 10/04/1964, dia seguinte à decretação do primeiro Ato Institucional, os seus direitos políticos foram cassados pelo regime militar, sendo ele o 18º de uma lista de 100 nomes. Oest passou a viver na clandestinidade e enfrentou uma primeira prisão em 1968, pelo DOPS de São Paulo, onde foi torturado e após

18 dias liberado por ausência de acusações. Em 20/12/1972, integrando a Executiva do Comitê Central do PCdoB, foi novamente preso, aos 65 anos de idade, agora pelos agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro, que o torturaram até a morte, no dia seguinte.

O comunicado oficial sobre sua morte anunciava que “foi morto ao tentar uma fuga na hora da prisão”. O corpo de Lincoln foi reconhecido por sua filha, Vânia Moniz Oest, somente no dia 6/1/1973, sendo sepultado por sua família no Cemitério São João Batista (RJ) no dia 8.

LUIZ EDUARDO DA ROCHA MERLINO

Merlino nasceu em Santos, em 1948, e iniciou carreira no jornalismo muito jovem. Em 1966, com 18 anos, integra a equipe do recém-fundado Jornal da Tarde. Dois anos depois, passa a trabalhar na redação da Folha da Tarde, e, aproveitando a condição de também ser aluno da Universidade de São Paulo, onde cursava história, fez a cobertura do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Ibiúna, em setembro de 1968.

Apesar de ter iniciado sua militância política na União Estadual dos Estudantes (UEE) ainda adolescente e ser integrante do Partido Operário Comunista (POC) – sob o codinome de Nicolau -, Merlino foi um dos poucos estudantes que, detido no congresso, não permaneceu preso, pois estava atuando como repórter para a Folha da Tarde na cobertura do evento. Como jornalista ele também trabalhou no Jornal do Bairro (1969/1970) e no Amanhã, um dos primeiros jornais alternativos a surgir na época da repressão.

Em dezembro de 1970, com sua companheira Angela Mendes de Almeida, viajou legalmente à França para estudar e fazer contatos com a IV Internacional representando o POC. Em maio de 1971 participou, em Rouen, na França, como observador, do 2º Congresso da Liga Comunista, organização francesa da IV Internacional, de orientação trotskista.

Merlino volta para o Brasil no início de julho e se dirigiu para a casa da mãe, Iracema, em Santos, no litoral paulista. Em 15 de julho de 1971, dias depois de seu retorno, o jornalista é preso pela Oban em casa e levado para a Rua Tutóia, em São Paulo. A prisão é testemunhada, além da mãe, pela irmã, Regina, e por sua tia que estavam presentes.

Uma hipótese para esta rápida ação é que agentes do governo francês, infiltrados no Congresso, tenham transmitido aos órgãos da repressão brasileiros informações sobre a presença de Merlino no encontro. Em nota oficial sobre o caso a seção francesa da IV Internacional aponta para a possibilidade de um suposto acordo entre os dois governos: “A liga Comunista denuncia nesta oportunidade a cumplicidade do governo francês que, ao impedir a estadia na França de Apolônio de Carvalho, militante revolucionário brasileiro e velho combatente da Resistência, mostra uma vez mais seu intento de cobrir os crimes da ditadura brasileira”.

Em São Paulo ele foi torturado por 24 horas seguidas e abandonado em uma solitária, chamada de “cela forte”, ou “X-zero”. Por permanecer durante longo tempo no pau-de-arara, passou a não sentir mais as pernas e a ter dificuldades para urinar, devido à gangrena nas pernas. Como seu estado de saúde se agravou, no dia 17 foi levado para o Hospital Geral do Exército, onde morreu em 19 de julho, conforme atestado de óbito.

A família recebeu a notícia da morte no dia 20 e a versão apresentada foi a de atropelamento na Rodovia Regis Bittencourt (BR-116). Segundo os policiais, Merlino se atirara embaixo de um carro em uma tentativa de fuga nas imediações da cidade de Jacupiranga (SP) quando estava sendo levado para o Rio Grande do Sul para uma sessão de reconhecimento de outros presos políticos.

No entanto, o corpo não foi entregue à família e a informação era de que não se encontrava no Instituto Médico Legal. Graças a iniciativa de parentes e do cunhado de Merlino, então delegado de polícia, que,

usando de suas prerrogativas, vasculhou as gavetas do IML e encontrou o corpo do jornalista. Assim, ele pode ser sepultado em Santos. Se não fosse esta atuação arrojada da família, seria enterrado como indigente ou possivelmente na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, local onde a repressão escondeu vários presos políticos.

A versão do atropelamento foi contestada desde o início pois as versões dos agentes da repressão eram contraditórias. Nesse mesmo dia, o policial militar Gabriel informava aos outros presos na Oban que o jornalista morrera em decorrência de problemas cardíacos. Guido Rocha, escultor, que também se encontrava preso com Merlino, testemunhou sua agonia na cela. Atualmente está comprovado que o jornalista morreu sob torturas, comandada pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

LUIZ INÁCIO MARANHÃO FILHO

Luiz Inácio Maranhão Filho nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, em 25 de janeiro de 1921 e filiou-se ao PCB em 1944. Como jornalista trabalhou em A República, Diário de Natal e na Folha Popular, órgão do PCB local. Em 1948 transfere-se para Recife onde conclui o curso de Direito e trabalha no jornal Folha do Povo.

Foi advogado, professor (lecionou no tradicional Atheneu, de Natal) e deputado estadual, eleito pelo Partido Trabalhista Nacional, entre 1958 e 1962. Em 1964, viajou para Cuba, acompanhado do líder das Ligas Camponesas e também deputado federal por Pernambuco, Francisco Julião. Com o golpe de 1964, foi demitido do Atheneu, preso e torturado no Regimento de Obuses em Natal. Depois é levado para a Ilha de Fernando de Noronha, junto de seu irmão Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal (também preso político, que foi exilado e morreu no Uruguai). Após ser liberado continua sua militância junto ao Comitê Central do PCB.

No dia 3 de abril de 1974, quando passava por uma praça em São Paulo foi cercado por agentes da equipe do delegado Fleury, algemado e levado em um carro em frente à várias testemunhas que pensaram se tratar de um assalto tentaram ajudá-lo. Nunca mais foi visto e sua prisão foi denunciada no plenário da Câmara Federal pelo Deputado Tales Ramalho, que leu carta da esposa de Luiz, Odette Roselli Garcia Maranhão, solicitando ao governo explicações sobre o seu desaparecimento.

O ex-médico e torturador Amílcar Lobo declarou, em entrevista à revista IstoÉ de 8 de abril de 1987, ter conhecido Maranhão no DOI Codi do Rio de Janeiro. O ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra, afirmou em depoimento que Luiz Inácio Maranhão Filho teve o corpo incinerado no forno de uma usina de açúcar no Rio de Janeiro.

LUIZ GUILHARDINI

Operário naval, ferreiro e jornalista, nasceu em janeiro de 1920 em Santos, onde desenvolveu atividades políticas junto aos portuários como membro do antigo Partidão, ao qual se filiou em 1945. Em 1953, mudou-se para o Rio de Janeiro e integrou o Comitê Regional dos Marítimos. Com a criação do Partido Comunista do Brasil, como dissidência do PCB, ingressou na organização e, em 1966, foi eleito para o Comitê Central.

No dia 4 de janeiro de 1973, a casa onde morava com a família, no Rio de Janeiro, foi invadida por 13 homens. Ele, a mulher, Orandina, e o filho adotivo, de 8 anos, foram colocados em cômodos separados e torturados. Depois os três foram encapuzados e levados, ao que se supõe, para o DOI-CODI do Rio de Janeiro. A partir de determinado momento, o filho, Gino, foi levado para assistir às torturas sofridas por Guilhardini, ao mesmo tempo em que também sofria sevícias. Nove dias depois, ao ser interrogada, Orandina soube da morte do marido por intermédio de um dos agentes: “Seu homem bancou o durão e foi pro inferno. Você também está a caminho para lhe fazer companhia.”

Guilhardini foi enterrado com o nome verdadeiro como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, e, em 1980/81, seus ossos foram exumados e jogados numa vala clandestina, junto com as ossadas de outros indigentes.

MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA

Nascido em Santa Fé, Bahia, em 1923, fez o curso secundário em Salvador, onde começou a atuar politicamente e ajudou a fundar a União de Estudantes da Bahia. Depois participou da União Nacional de Estudantes. Em 1942, com 19 anos, já integrante do PCB, foi um dos líderes do movimento de massas na capital baiana contra o nazi-fascismo. Três anos depois passou a integrar o Comitê Estadual do PCB e em 1957 foi eleito para o Comitê Central do partido.

Jornalista, dirigiu os jornais partidários *Novos Rumos* e *Voz Operária*. Teve os direitos políticos cassados por 10 anos pelo general-presidente Castelo Branco em 1966 e, em 1967, durante o VI Congresso do PCB, foi expulso da organização junto com Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, entre outros. No ano seguinte, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Em 16 de janeiro de 1970, por volta das 20 horas, saiu de casa com a intenção de voltar logo. Nunca mais retornou e é dado oficialmente como desaparecido. Na verdade, foi preso pelo DOI/CODI do Rio de Janeiro e morreu durante a madrugada, por não suportar as torturas, que incluíram sessões de afogamento. Sua mulher, Dilma, relata num documento as circunstâncias de sua morte: “Alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e pelo nariz, nu, jogado no chão, arquejante, pedindo água, e os militares em volta, rindo, não permitindo que lhe fosse prestado nenhum socorro”. Revela ainda que ele foi empalado com um cassetete dentado e teve o corpo esfolado com escova de arame.

MAURÍCIO GRABOIS

Baiano de Salvador, descendente de judeus russos e nascido em 1912, foi amigo e colega de ginásio de Carlos Marighella, com quem passou a atuar politicamente ainda na adolescência. Militante do PCB na década de 30, começou a organizar células do partido nas Forças Armadas como aluno da Escola Militar do Realengo, onde ingressou em 1931 e da qual foi expulso dois anos depois. Coursou a Escola de Agronomia até o segundo ano, mas abandonou os estudos para se dedicar exclusivamente à atuação política.

Durante o Estado Novo, de 1935 a 1947, foi processado, condenado à revelia e posteriormente preso. Trabalhou na Panair do Brasil e fundou e dirigiu a Editora Horizonte, do PCB, no Rio de Janeiro. Foi diretor do jornal *A Classe Operária* de maio de 1945 até 1949, quando a publicação foi fechada. Em 1945 foi eleito pelo PCB para a Assembleia Nacional Constituinte, como deputado federal pelo Distrito Federal, então no Rio de Janeiro, e chegou a ser o líder da bancada comunista, mas perdeu o mandato em 1947, quando o partido foi fechado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e no ano seguinte começou a atuar na clandestinidade.

Com João Amazonas, Pedro Pomar e outros, rompeu com o PCB em 1962, resgatou a sigla Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e relançou o jornal *A Classe Operária*, que passou a dirigir junto com Pedro Pomar como órgão oficial do partido. Em 1967 mudou-se para a localidade de Faveira, na região do Araguaia, onde implantou o núcleo do que seria a Guerrilha do Araguaia. Em 1972, tropas do Exército, com cerca de 20 mil soldados, cercaram os guerrilheiros e mataram 59 combatentes do PCdoB. O grupo do qual Maurício Grabois fazia parte teria sido morto na Serra das Andorinhas por um destacamento comandado pelo major

Sebastião Curió. Maurício Grabois e muitos dos seus companheiros mortos na guerrilha ainda são oficialmente considerados desaparecidos, pois até hoje seus restos mortais não foram encontrados.

NESTOR VERAS

Paulista de Ribeirão Preto, nascido em 19 de julho de 1915, Nestor era de origem camponesa e integrou a equipe do jornal Terra Livre. Lançado em maio de 1949 pelo Partido Comunista para abordar as questões do trabalhador rural, o jornal foi a primeira publicação brasileira de circulação nacional voltada para o homem do campo e durou até 1964.

Sua trajetória política sempre foi ligada à temática rural. Nestor Vera integrou o Comitê Central do PCB e tornou-se o principal responsável pelo setor camponês do partido. Cassado em 1964 pelo Ato Institucional nº 1, foi condenado a cinco anos de reclusão pela Lei de Segurança Nacional.

Foi secretário-geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e tesoureiro da primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, entidade sindical fundada em dezembro de 1963. Foi um dos organizadores do congresso camponês realizado em Belo Horizonte em 1961, integrando nesse encontro a comissão sobre reforma agrária. Dessa comissão saiu o texto “Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores” e “Trabalhadores Agrícolas”, sobre o caráter da reforma agrária no Brasil. Casou em 1938 com Maria Miguel Dias com quem teve cinco filhos.

Segundo Luiz Carlos Prestes, Nestor Veras foi preso em abril de 1975, em frente a uma drogaria em Belo Horizonte. O livro Desaparecidos Políticos, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, de 1979, registra a informação, não confirmada, de que os órgãos de segurança teriam trocado Nestor Vera por um brasileiro preso na Argentina, citando como fontes a revista IstoÉ, edições de 14/02/1979 e 09/05/1979, e o Pasquim, número 508, de março de 1979.

O ex-delegado do DOPS de Vitória (ES), Cláudio Guerra, em seu livro depoimento Memórias de uma guerra suja, afirma que Veras estava preso na delegacia de Furtos de Belo Horizonte quando ele e dois investigadores o tiraram de lá, levaram até uma mata, o executaram e enterraram no que ele diz ser um cemitério clandestino na estrada para Itabira. “Nestor Veras tinha sido muito torturado e estava agonizando. Eu lhe dei o tiro de misericórdia, na verdade dois, um no peito e outro na cabeça”. Afirma o delgado no, acrescentando que, ao lado da cova de Nestor Veras, enterrou outros dois corpos de militantes dos quais não sabia os nomes.

ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JÚNIOR

Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Orlando Bonfim, nasceu em Santa Teresa, no Espírito Santo, em 1915. Trabalhou como jornalista profissional no jornal Estado de Minas, aonde chegou a secretário de redação. Exerceu a atividade até 1964, quando o jornal Novos Rumos, que dirigia no Rio de Janeiro, foi fechado pelo golpe militar. Anteriormente, havia dirigido o jornal Imprensa Popular.

Filiado ao PCB, foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros de 1943, que pedia o fim do Estado Novo e o restabelecimento da democracia; em 1946 foi eleito vereador em Belo Horizonte e escolhido como líder do partido. Paralelamente, praticava a advocacia gratuitamente.

No dia 8 de outubro de 1975, a família recebeu um telefonema anônimo, de pessoa que se dizia amigo de Bonfim, informando que ele estava preso. Nunca mais foi visto, nem seu corpo encontrado. Na revista Veja de 18 de novembro de 1992, um ex-agente do DOI-Codi de São Paulo, sargento Marival Dias Chaves do Canto, revelou que ele foi preso no Rio de Janeiro, trazido para São Paulo e morto com injeção de matar cavalo. Seu corpo teria sido jogado no Rio Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré e a Rodovia Castelo Branco.

PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAÚJO POMAR

Pedro Pomar, como era mais conhecido, nasceu em Óbidos, no Pará, em 1913, mas quando tinha 5 anos foi com a família para Nova York, onde viveu por um ano. Aos 13 anos, saiu de Óbidos para fazer o ginásio em Belém, onde começou a participar de atividades políticas. Em setembro de 1932, com 19 anos, quando cursava a Faculdade de Medicina e jogava futebol profissionalmente, participou da organização de um levante armado em apoio ao Movimento Constitucionalista de 32. Provavelmente nessa época foi recrutado pela escritora Eneida de Moraes para ingressar no PCB.

Preso várias vezes em Belém, da última vez fugiu da cadeia com outros membros do partido para o Rio de Janeiro, onde passou dificuldades e teve de trabalhar até como pintor de paredes. Ajudou a formar a Comissão Nacional de Organização Provisória, encarregada de reorganizar o PCB em todo o território.

Mudou-se para São Paulo e, em 1947, se elegeu deputado federal pela coligação PCB-PSP, com a maior votação da época: 100 mil votos. Eleito para o Comitê Central e para a Comissão Executiva do PCB, foi secretário de Educação e Propaganda do partido, responsável por cerca de 30 jornais do partido em todo o país. Foi também diretor da Tribuna Popular e da Imprensa Popular e colaborou para o Notícias de Hoje.

Na década de 50, estudou na União Soviética durante dois anos, mas, em 1962, foi expulso do partido e, junto com outros companheiros, criou o PCdoB, do qual se tornou membro do Comitê Central e redator chefe do jornal A Classe Operária. Teve divergências também com a direção do novo partido, que havia decidido promover a Guerrilha do Araguaia. Quando três dirigentes da organização morreram na região em 1972, assumiu a direção do partido.

No dia 16 de dezembro de 1976, quando participava de uma reunião da cúpula da organização no bairro da Lapa, em São Paulo, agentes do DOI-CODI cercaram a casa e fuzilaram todos os presentes. Pedro Pomar morreu atingido por cerca de 50 tiros. Foi enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, com nome falso, mas a família conseguiu descobrir onde ele fora sepultado e levou os restos mortais para Belém do Pará.

RUI OSVALDO AGUIAR PFTZENREUTER

Nascido em Orleans, Santa Catarina, em 1942, formou-se em Jornalismo e Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em dezembro de 1964.

Integrante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), foi preso em São Paulo em 14 de abril de 1972 por agentes do DOI-CODI e morreu sob tortura nas instalações da Rua Tutoia no dia seguinte, aos 30 anos de idade. A versão oficial, entretanto, é outra. Relatório da Aeronáutica diz que em 15 de abril, em São Paulo, “ao receber voz de prisão, sacou de sua arma e atirou na equipe de segurança, sendo ferido; mesmo assim conseguiu se evadir, aproveitando a escuridão, porém caiu adiante, sendo conduzido ao hospital e falecendo no trajeto”.

A certidão de óbito, datada de 26 de abril, diz que a causa da morte foi anemia aguda traumática, mas não descreve as lesões causadas pela tortura. Também foi enterrado no Cemitério de Perus como indigente, mas em maio a família conseguiu resgatar o corpo e sepultá-lo no cemitério de sua cidade natal.

SIDNEY FIX MARQUES DOS SANTOS

Estudante de Geologia da Universidade de São Paulo, nascido em São Paulo em 1940, abandonou o curso em 1964 para se dedicar à militância política. Filiado ao Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), tornou-se o editor-responsável pelo jornal Frente Operária, órgão oficial da organização.

Em 1972, exilou-se na Argentina, onde trabalhou como programador da multinacional IBM. No dia 15 de fevereiro de 1976, às 21h30, agentes da Superintendência de Segurança Federal da Argentina invadiram sua

casa em Buenos Aires e o levaram. Seu corpo nunca foi localizado e o governo argentino nunca forneceu atestado de óbito. Até hoje é considerado desaparecido.

THOMAZ ANTÔNIO DA SILVA MEIRELLES NETO

Natural de Parintins, Amazonas, nascido em 1937, formou-se em sociologia pela Universidade de Moscou, o que foi considerado pela Justiça Militar, num processo de 1971, como justificativa suficiente para condená-lo: “Nove anos passados na União Soviética servem de prova da intenção de delinquir”.

Em 1958, com 21 anos, mudou-se do Amazonas para o Rio de Janeiro, no qual participou ativamente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), da UNE e dos Centros Populares de Cultura. Paralelamente, trabalhava profissionalmente como jornalista. Por ser militante do PCB, conseguiu em 1962 estudar na União Soviética. De volta ao Brasil, em 1969, partiu para a ação política clandestina. Rompido com o PCB, entrou para a ALN de Carlos Marighella.

No dia 7 de maio de 1974 foi preso no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, e nunca mais foi visto. Em entrevista publicada pela revista IstoÉ em 8 de abril de 1987, o ex-médico e torturador Amílcar Lobo diz ter visto Thomaz no DOI-CODI do Rio de Janeiro.

O ator Carlos Vereza, que foi amigo de Thomaz e o escondeu em sua casa, disse que ele era fascinante e elegante, sempre usava paletós suíços, calças francesas e sapatos finíssimos, além de um 38 dentro de uma pasta. “Ele gostava de se vestir bem. Gostava de Sartre, de Camus, do existencialismo, do teatro do absurdo. Isso era lição de abertura, que não impedia que fosse uma das pessoas mais procuradas (pela repressão)”.

VLADIMIR HERZOG

Diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, morreu no dia 25 de outubro de 1975 em consequência de torturas no DOI Codi de São Paulo após apresentar-se espontaneamente para depor. Um dia antes, na sede da emissora, dois policiais o procuraram com o objetivo de levá-lo para ser interrogado acerca de suas supostas ligações com o PCB – Partido Comunista Brasileiro. Pela circunstância de sua morte, o comando do centro clandestino de repressão determinou a montagem de uma farsa para encobrir a causa real, simulando que se suicidara. A reação corajosa da mulher, Clarice Herzog, denunciando sua morte como crime, do rabino Henry Sobel – que negou-se a enterrá-lo na área de suicidas do Cemitério Israelita – e de D. Paulo Evaristo Arns, que organizou um Ato Ecumênico em Memória de Vlado, do qual também participou o reverendo James Wright, da Igreja Presbiteriana, constituem um marco na história da resistência à ditadura. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, à época presidido por Audálio Dantas, desempenhou papel decisivo na articulação da sociedade civil e de personalidades no repúdio a este crime.

Dias depois, 1004 jornalistas subscreveram um manifesto pedindo que fossem esclarecidas as reais circunstâncias da morte de Herzog – publicado como anúncio pago nos jornais.

Naqueles dias de crise, a sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo foi o ponto de encontro dos resistentes. Em homenagem a Vlado, o auditório da entidade, onde acontecem as assembleias da categoria e reuniões gerais, foi batizado com seu nome.

Em 1978, o Congresso Nacional pela Anistia aprovou a criação Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, que já realizou 36 edições. Hoje é organizado pelo Instituto Vladimir Herzog, criado pela família, e de sua Comissão Organizadora participam a Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo; o Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo; a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP; a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; o Centro de Informação

das Nações Unidas no Brasil – UNIC Rio; a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI; a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom; e o Instituto Vladimir Herzog.

WÂNIO JOSÉ DE MATTOS

Wanio foi repórter da Folha da Manhã (atual Folha de S. Paulo) e Capitão da Polícia Militar de São Paulo. Nascido em Rio do Peixe (vila que a partir de 1949, ao se tornar município, passou a se chamar Piratuba), Santa Catarina, em 27 de abril de 1926, era membro da Vanguarda Popular Revolucionária-VPR. Preso pela Operação Bandeirantes no final dos anos de 1970, foi expulso da PM e banido para o Chile, em 1971, junto com outros 69 presos políticos, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

Com o golpe que derrubou o presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, no Chile, Wanio e a mulher foram presos e levados para o Estádio Nacional, em Santiago. Morreu em 16 de outubro daquele ano, sem tratamento médico, em consequência de ferimentos causados durante sua prisão. A certidão de óbito emitida pelo Hospital de Campaña do Estádio Nacional, sem assinaturas de médicos legistas, deu como causa da morte “peritonite aguda”. A família só teve conhecimento das circunstâncias da morte de Wanio com a divulgação do Relatório Rettig, de 1992, que serviu de base para receber indenização do governo chileno.

Jornalistas demitidos ilegalmente enquanto estavam presos

A Comissão da Verdade apurou três casos de jornalistas demitidos ilegalmente enquanto estavam presos: Rose Nogueira, pela Folha da Tarde, Sergio Gomes, pela Agência Folhas, e Vilma Amaro, pela Última Hora – todos então empregados no Grupo Folha. Sergio Gomes relatou ainda que reconheceu um segurança de portaria da empresa como sendo um dos carcereiros do DOI Codi de São Paulo no período em que esteve preso.

Perseguição a jornalistas no pós-ditadura: jornalistas assassinados e os exílios de Caco Barcellos, André Caramante e Mauri König. Reprodução de reportagem produzida pelo jornalista Milton Bellintani, coordenador da Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo, para a Revista ESPM nº 5, de junho de 2012.

“Compromisso de risco”

Os repórteres André Caramante e Mauri König, que tiveram de exilar-se no segundo semestre de 2012 para se proteger de ameaças, são dois casos que acendem o sinal vermelho de um país que já é um dos menos seguros para o trabalho da imprensa. Assassinatos de jornalistas nos últimos 20 anos superam baixas na ditadura de 1964.

A imagem que abre esta matéria é um retrato da situação do jornalismo investigativo no Brasil, apesar de mostrar o outdoor de um prédio do South Bronx – área do bairro mais pobre de Nova York, que já foi um dos redutos da violência nos Estados Unidos. A placa alerta a comunidade para denunciar policiais que ajam fora da lei, fotografando, filmando e avisando por celular sobre qualquer excesso cometido por agentes públicos que têm como dever garantir a segurança dos cidadãos. O que isso tem a ver com o nosso país? A foto foi feita com a câmara do celular do repórter André Caramante, do jornal Folha de S. Paulo, durante o exílio de 90 dias que ele e a família viveram entre setembro e dezembro do ano passado devido a ameaças que passou a sofrer após publicar uma reportagem sobre o então candidato a vereador Paulo Telhada – ex-comandante da Rota – eleito como o quinto mais votado no pleito municipal de outubro, em São Paulo.

No texto “Ex-chefe da Rota vira político e prega a violência no Facebook”, publicado em 14 de julho, Caramante escreveu que o policial reformado usava sua página pessoal “para veicular relatos de supostos confrontos com civis (sempre chamados de ‘vagabundos’)”. A reação não tardou. No mesmo dia, Telhada postou críticas ao repórter e sugeriu que se deveria reagir contra os “notórios defensores de bandidos”, como qualificou Caramante. Nas semanas que se seguiram, dezenas de apoiadores da página publicaram ameaças ao jornalista.

Desde maio, a violência explodira em São Paulo com a ocorrência de chacinas em bairros da periferia seguindo um padrão: homens encapuzados chegavam em motos ou carros pretos, desciam e executavam seus alvos. As ações aconteciam sempre após atentados que tiveram como alvos policiais. André Caramante escreveu que se tratava de uma guerra entre o PCC (a organização criminosa Primeiro Comando da Capital) e policiais militares da Força Tática e da Rota. Apesar de veementes desmentidos oficiais, a afirmação se confirmou nos meses seguintes. Boa parte dos mortos não tinha passagem pela polícia. Em muitos casos, pessoas de fora dos bairros foram vistas recolhendo cartuchos de balas espalhados nas cenas dos crimes antes da chegada da polícia.

Em 13 anos de experiência de cobertura da segurança pública, o repórter da Folha denunciou a existência de sete grupos de extermínio formados por policiais. Por causa disso, acumulou processos por “calúnia e difamação” de agentes que se sentiram atingidos. Não foi condenado em nenhum deles, mas viu o time de desafetos crescer. Para Caramante, as ameaças contra ele e a família partiram de simpatizantes de policiais como esses.

“Foram feitas ligações anônimas à redação da Folha dizendo que sabiam onde eu moro, onde fica a escola de meus filhos e que a ‘nossa hora’ estava para chegar”, conta. “Além disso, postaram um foto do diretor de redação do jornal, Sérgio Dávila, como sendo eu. Entendi como um recado também à direção da empresa de que o cerco se apertava. Então, em comum acordo com o jornal, se decidiu que eu deveria trabalhar à distância.”

A estratégia durou menos de três semanas. Caramante e a Folha concluíram que não era seguro permanecer na cidade. No dia 11 de setembro, o repórter, a mulher e os dois filhos – um com menos de 2 anos e a outra com menos de 5 – embarcaram para Nova York. Por causa da data, que remete aos atentados às Torres Gêmeas do World Trade Center, na Big Apple, ao escritório e residência presidencial da Casa Branca e à sede do Departamento de Defesa americano (Pentágono), em Washington, as tarifas de voos para os EUA continuam mais baixas no “nine-eleven”, mesmo tendo se passado onze anos.

Na saída do Brasil, em vez de alívio, um inesperado momento de tensão. “Fomos retidos por 40 minutos na Emigração, aguardando a liberação de nossos quatro passaportes”, recorda Caramante. “Passageiros que chegaram depois foram liberados sem a mesma vistoria. Depois de entregarmos os bilhetes de embarque, fui retirado da fila, já no finger, por funcionários da Infraero e da Polícia Federal. Estava com meu filho mais novo no colo. Minha mulher ficou com ele e com nossa filha, aguardando minha liberação. Fui conduzido para trás de um biombo, longe da vista dela. Pediram que eu levantasse a camisa e aplicaram um produto químico nas barras da minha calça, no tênis, cinto e também em minhas mãos. Questionei o procedimento e ouvi que se tratava de uma verificação de rotina para ‘saber se eu transportava algum tipo de material ilícito’. Indaguei também o motivo de ter sido o único a passar pelo procedimento, em um voo de 230 passageiros. Responderam que meu filho, um bebê, havia sido ‘escolhido por amostragem’. Como estava em meu colo, coube a mim passar pela averiguação especial. Só então fui liberado para embarcar. Todos os demais passageiros já estavam acomodados.”

O episódio, como era de prever, fez a viagem de pouco mais de nove horas até Nova York parecer mais longa. Em silêncio na maior parte do tempo, e mal conseguindo dormir, Caramante e a mulher tentavam

antecipar o futuro se perguntando quando a vida da família voltaria ao normal. Lá fora, embora se sentindo em segurança, o casal de jornalistas descobriu que a democracia brasileira produz exílios.

“Ameaças seguem padrão de cartilha”

O jornalista Mauri König, 47 anos, acompanhou com interesse cada passo da saga de Caramante. Repórter do jornal Gazeta do Povo, do Paraná, e diretor da Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, o fez por solidariedade profissional e humana, mas também porque a experiência do colega o lembrou das duas ocasiões em que esteve frente a frente com o perigo. A primeira no ano 2000, quando foi detido, espancado e “deixado para morrer” por policiais paraguaios, como recorda, por haver denunciado em reportagem para o jornal O Estado do Paraná o sequestro e alistamento forçado de crianças pelo exército do Paraguai. “Apurei que ao menos 109 morreram tentando escapar, entre elas crianças brasileiras e argentinas”, conta König. “Senti medo de morrer, mas os abusos cessaram graças à denúncia.” A segunda aconteceu em 2003, em Foz do Iguaçu, quando ele publicou na Gazeta do Povo que policiais civis haviam se aliado a ladrões de automóveis que operavam na fronteira brasileira-paraguaia. “Tive de me mudar para Curitiba para escapar”, conta.

Mauri König só não imaginava que se lembraria do exílio da família Caramante menos de uma semana depois de ela voltar ao Brasil, sem alarde. Mauri, a mulher e o filho de 3 anos tiveram de viver seu próprio exílio, ao embarcar para o Peru devido a novas ameaças que recebera, ele acredita que provavelmente de policiais civis, devido à série de reportagens “Polícia fora da lei”, publicada em maio pela Gazeta, em que mostrou agentes públicos utilizando carros oficiais para fazer compras, levar os filhos à escola e, alguns, até frequentarem motéis. A série teve a participação de Diego Ribeiro, Felipe Aníbal e Albari Rosa, mas as ameaças se concentraram em König, possivelmente pelo conjunto da obra.

Assim como aconteceu com Caramante, as redes sociais foram utilizadas para potencializar as ameaças. A exemplo do que fez a Folha de S.Paulo, a Gazeta do Povo juntou fotos das postagens e comunicou as autoridades para que fossem tomadas providências legais contra os promotores das ameaças. E fez mais: contratou seguranças para proteger seus quatro jornalistas. “Até ser tomada a decisão de sair, minha família mudou de hotel regularmente a fim de dificultar a nossa localização”, diz König.

Mas a volta do exílio peruano de 60 dias não significou que a vida do jornalista voltaria ao normal. Assustada, a mulher comunicou a ele que se mudaria do estado, levando o filho de 3 anos com ela. “Me vi revivendo um filme. Em 2003, meu primeiro casamento acabou devido ao trauma que vivemos. Minha ex-mulher partiu de Foz levando meus dois outros filhos, hoje com 13 e 15 anos. Dessa vez, eles leram que eu teria de sair do país. Fui embora sem conseguir vê-los.”

“No Brasil, impunidade eleva risco do trabalho da imprensa”

Segundo o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), organização não governamental de promoção da liberdade de imprensa sediada em Nova York, o Brasil é um dos países de maior risco para a atuação de jornalistas. Ficou em 11º no Índice Anual de Impunidade. O indicador leva em conta o número de mortes, prisões, legislação restritiva, censura estatal, impunidade em ataques contra a imprensa e jornalistas levados ao exílio.

Só em 2013, três repórteres foram assassinados com intervalo de 60 dias. Todos em consequência do trabalho como jornalistas. O radialista Renato Machado Gonçalves, presidente da Associação A Voz de São João da Barra e administrador da Rádio Comunitária Barra FM, foi morto no dia 8 de janeiro ao sair de casa, em São João da Barra, estado do Rio de Janeiro, por dois pistoleiros que chegaram em uma moto. A polícia

investiga as hipóteses de crime político, vingança por briga e crime passional. Em 22 de fevereiro, o radialista Mafaldo Bezerra Goes, da FM Rio Jaguaribe, de Jaguaribe, no Ceará, foi assassinado por pistoleiros com cinco tiros à queima roupa. A suspeita é de que tenha sido vítima de traficantes que atuam na cidade. Na madrugada do dia 9 de março, o repórter Rodrigo Neto, da Rádio Vanguarda AM e do jornal Vale do Aço, de Ipatinga, foi executado com três tiros. Recentemente, ele denunciou à Comissão de Direitos Humanos a participação de policiais em atividades ilegais. Em 2012, quatro jornalistas foram mortos no país.

Somados os casos de jornalistas assassinados desde 1992, o número chega a 25, o que coloca o Brasil como terceiro país das Américas em que mais se matam jornalistas, atrás do México e da Colômbia. Nestes 20 anos, em plena democracia, foram assassinados o dobro de jornalistas do que na ditadura de 1964-1985, segundo a Comissão da Verdade Estadual “Rubens Paiva”, da Assembleia Legislativa de São Paulo: 12, número apurado pelo relatório “Direito à Memória e à Verdade”, produzido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 2007. Na contabilidade de outras organizações de defesa dos direitos humanos, chega a 20, por incluírem militantes políticos que em algum momento de sua trajetória atuaram na imprensa partidária – legal ou clandestina.

Os dois jornalistas mortos no período cujos assassinatos tiveram maior repercussão foram Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, ligado ao PCB – Partido Comunista Brasileiro, morto sob tortura no DOI-Codi de São Paulo, em 1975; e Luiz Eduardo da Rocha Merlino, do POC – Partido Operário Comunista, com passagens no início da carreira pelo Jornal da Tarde e a Folha da Tarde – que morreu em decorrência de torturas sofridas, em 1971, também no DOI-Codi. Suas mortes foram mascaradas como sendo, respectivamente, suicídio por enforcamento e atropelamento por caminhão na rodovia BR-116, após fuga. As duas versões foram desmontadas graças à obstinação das famílias, que jamais aceitaram os laudos do regime e exigiram na justiça a investigação completa das circunstâncias em que morreram. Em 23 de junho de 2012, o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, que dirigia o DOI-Codi paulistano à época, foi condenado a pagar 100 mil reais de indenização à família de Merlino pela juíza Claudia de Lima Menge, da 20ª Vara Cível do foro central de São Paulo. Em 23 de setembro, o juiz da 2ª Vara de Registros Públicos do Tribunal de Justiça de São Paulo Márcio Martins Bonilha Filho determinou que no atestado de óbito de Vladimir Herzog passasse a constar que a “morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército - SP (DOI-Codi)”.

A lista de jornalistas assassinados nos chamados anos de chumbo inclui, ainda, altos dirigentes de organizações políticas clandestinas: Mário Alves de Souza Vieira, do PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”, da ALN - Ação Libertadora Nacional; Hiran de Lima Pereira, Jayme Amorim Miranda e Orlando Bonfim, do PCB; e Maurício Grabois e Pedro Pomar, do PC do B - Partido Comunista do Brasil. Todos figuram na lista de desaparecidos políticos.

“Indústria de processos”

Além dos assassinatos, que têm como objetivo colateral intimidar pelo exemplo outros repórteres investigativos, os processos judiciais compõem um padrão de coação. Segundo Mauri König declarou ao CPJ, as ações judiciais “minam a democracia e a imprensa do país, e criam um clima de insegurança legal que se reflete na qualidade da cobertura de questões de interesse público.”

O jornalista e sociólogo paraense Lúcio Flávio Pinto, autor do quinzenário Jornal Pessoal, publicação impressa com versão para a internet, soma 33 processos em decorrência de seu trabalho. Editor e repórter da publicação, que faz recusando qualquer tipo de apoio publicitário, ele também é seu próprio advogado.

De tempos em tempos, quando se recolhe, os amigos aprenderam a identificar que está redigindo a peça de defesa de um novo processo. A quem incomoda? Segundo explica em seu projeto, criado em 1987, aos “inimigos da Amazônia” – foco principal de seu trabalho e tema dos 22 livros que tem publicados.

“Como descobrir o limite do risco?”

No país em que ao menos 45 jornalistas foram mortos nos últimos 45 anos, seria exagero afirmar que André Caramante e Mauri König podem ser considerados sobreviventes? Antes deles, outros repórteres se viram na linha divisória entre o risco calculado e o imponderável. Foi assim com Caco Barcellos, que teve de deixar o Brasil após a publicação de seu livro Rota 66, em 1992, em que denunciou padrões de extermínio da população jovem, negra e pobre da periferia paulistana – a maioria sem passagem pela polícia e com carteira de trabalho assinada. Na volta, anos depois, mudou o foco de sua atuação na TV Globo. Em Londres, onde atuou como correspondente, Barcellos aprendeu com organizações humanitárias que toda ameaça deve ser tornada pública e que deve haver, sim, um limite para correr riscos.

Já o fotógrafo Nilton Claudino e uma colega repórter do jornal O Dia, do Rio de Janeiro, só descobriram isso depois de cair nas mãos de policiais e ex-policiais que integram as chamadas milícias, grupo paramilitar que disputa território para venda de drogas e proteção com narcotraficantes cariocas. Em 2008, disfarçados para investigar a atuação de milicianos em uma favela do Rio, foram descobertos, torturados e mantidos vivos pelos algozes como forma de mandar um recado aos jornalistas para se manterem longe da disputa nas ruas e morros. Abandonado pela mulher, filhos e amigos próximos, Claudino descreveu a epopeia que viveram em depoimento à revista Piauí 59, edição de agosto de 2011. No texto “Minha dor não sai no jornal”, ele conta que decidiram morar em uma favela para fazer a reportagem. “Fui descoberto, torturado e humilhado. Perdi minha mulher, meus filhos, os amigos, a casa, o Rio, o sol, a praia, o futebol, tudo”. E, mais adiante, resumiu sua situação. “Retomar a vida é difícil. Faço tratamento psicológico e psiquiátrico, tomo uma dúzia de remédios. Quase não vejo meus filhos, que estão crescendo longe de mim. Tenho agora um neto que mal conheço. Não soube mais nada da repórter e do motorista, sumiram. Esqueci dos amigos. Preciso de fotos para me lembrar do rosto de quem gosto. Mas me lembro nitidamente dos que me torturaram.”

Relatório inédito, divulgado mundialmente pela ONG internacional ARTICLE 19 em 14 de março, revela que 52 jornalistas e defensores de Direitos Humanos sofreram graves violações à liberdade de expressão no ano de 2012 no Brasil – e 207, no México. No Brasil, o levantamento identificou casos de homicídio (30%), tentativas de homicídio (15%), ameaças de morte (51%) e sequestros ou desaparecimento (4%). As vítimas haviam denunciado publicamente atos de violência praticados por policiais, sobre conflitos agrários, crimes ambientais e casos de corrupção. A íntegra do relatório “Graves violações à liberdade de expressão de jornalistas e defensores de Direitos Humanos” está disponível no site www.article19.org.

No lançamento do relatório, a diretora da ARTICLE 19 na América do Sul, Paula Martins, afirmou que “o Estado não apenas tem se omitido como acaba sendo protagonista de certas ações”. De acordo com ela, “embora não haja uma intenção da institucionalização da censura no Brasil, em boa parte dos casos percebemos que os processos de intimidação e violência ocorrem por meio da atuação de representantes do Estado, seja através da polícia, de políticos ou agentes públicos”.

“Sim, jornalismo também se aprende na escola”

Onde nasce o repórter? Quando se opera o parto que faz emergir de dentro o compromisso com algo que parece infinitamente maior do que a capacidade individual de fazer alguma diferença? Para Caramante, a escola de jornalismo foi um elemento determinante de suas escolhas. André tinha apenas 17 anos quando passou no vestibular de jornalismo da Uniban, então um recém-criado Centro Universitário localizado praticamente sob o viaduto que liga as avenidas Rio Branco, na fronteira do centro paulistano, com a Rudge, que faz a ligação com a Ponte da Casa Verde e de onde se divisa a periferia norte de São Paulo. Trabalhava como marreteiro e, depois, office boy, e era um dos alunos que tinham sérias dúvidas se o curso seria, afinal, reconhecido pelo Ministério da Educação e, mais que isso, se faria diferença em suas vidas. Se a faculdade o decepcionou, o mesmo não aconteceu com um grupo de professores que o ajudou a dar forma à sua vocação de repórter. Sua banca de Trabalho de Conclusão, em 1998, diz isso por si só: dela fizeram parte o repórter Caco Barcellos, a seção brasileira da Anistia Internacional e a Pastoral Carcerária, convidados a avaliar o livro-reportagem que escreveu a seis mãos com as colegas Kátia Cavalleiro e Solange Facó sobre um ex-presos da Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, que escreveu um relato de 140 páginas sobre o massacre de dezoito presos em 29 de março de 1982 e a vida na cadeia mais famosa da história de São Paulo. Quem leu o trabalho nunca duvidou de onde Caramante chegaria.

Formado em Letras, König resolveu cursar jornalismo com a idade que Caramante tem hoje, 35 anos. E já com nove anos de trabalho prático na imprensa de Foz do Iguaçu, cobrindo a Tríplice Fronteira. Apesar de certamente ter mais a ensinar do que aprender, não subestimou o aprendizado que poderia extrair da experiência. Mas buscou nas redações a sua melhor escola. “Tive a sorte de conhecer o jornalista Montezuma Cruz, com quem trabalhei na Folha de Londrina e a quem considero o meu grande professor. Com ele aprendi que jornalismo é, essencialmente, compromisso social. E a fazer reportagens mais aprofundadas. Aprendi que o bom jornalismo vai além do relato dos acontecimentos, que deve ir às causas que determinam os fatos e, por isso, interessam mais à sociedade”, diz.

“Redes de proteção”

Quando as ameaças a André e Mauri se tornaram públicas, entidades profissionais de jornalistas de todo o país e também organizações humanitárias do Brasil, Estados Unidos e Europa logo manifestaram solidariedade, fazendo ecoar nas redes sociais a denúncia do risco que eles sofriam e cobrando das autoridades brasileiras providências no sentido de protegê-los. A Anistia Internacional, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, a Abraj - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, o Instituto Vladimir Herzog, o Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, a Conectas, e a Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas, entre outras organizações, iniciaram uma mobilização que deu resultado. No caso de Caramante, ela ganhou escala com a entrevista concedida por ele à jornalista Eliane Brum, já estando fora do país, que recebeu mais de 300 mil acessos. O barulho virtual demonstrou que o tema estava nas ruas. Não há como duvidar de que contribuiu para ambos e suas famílias voltarem ao país em segurança.

Ivo Herzog, diretor do Instituto Vladimir Herzog, tinha apenas nove anos quando o pai, Vladimir, foi morto na ditadura. Ele explica que o Instituto articula, ao lado da Abraj, da Conectas, da organização Repórteres sem Fronteiras e do Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, a criação de um grupo de proteção a jornalistas ameaçados. Nemércio Nogueira, diretor executivo do Instituto Vladimir Herzog, explica que um dos objetivos é prestar assistência jurídica aos ameaçados. “É indispensável que a sociedade como um todo se conscientize de que, institucionalmente, a população é a maior prejudicada na medida em que seu

direito a informação é frustrado ou cerceado, seja por qualquer tipo de censura, pela excessiva judicialização da atividade jornalística, pela intimidação, por manobras decorrentes de corrupção e desvio de função, pela violência física contra profissionais de imprensa e assassinatos, bem como pela impunidade de quem comete esses crimes”, afirma.

“O maior prêmio de todos”

Mauri König e André Caramante são jornalistas premiados. Colecionam reconhecimentos profissionais e também outros que resultam dos compromissos assumidos com o interesse público e a defesa dos direitos humanos. Em 2012, König recebeu o Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa concedido pelo CPJ, que dedicou a colegas persseguidos em outros países e à memória do jornalista Tim Lopes, morto em 2002 por traficantes, no Rio de Janeiro. No ano passado, Caramante foi lembrado no discurso de abertura do 34º Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos como alguém que deveria estar presente à cerimônia “e não estava ali por se encontrar exilado”. E foi um dos ganhadores do 16º Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, entregue três dias antes de sua volta dos EUA. Para receber o diploma em seu lugar, pediu que a diarista Maria da Conceição Ferreira Alves o representasse. Ela é mãe de Antonio Carlos Silva Alves, morto aos 31 anos no dia 8 de outubro de 2008, na periferia paulistana, por policiais militares que provavelmente confundiram a dificuldade dele para falar – decorrente de sua deficiência intelectual – com uma ardilosa estratégia para enganá-los. Seu corpo foi encontrado no dia seguinte, a muitos quilômetros de casa, com a cabeça e mãos decepados para dificultar a identificação. Os policiais responsáveis pelo crime foram identificados, presos e expulsos da PM. O advogado de defesa conseguiu anular o julgamento. Três foram soltos. Na Folha, André Caramante relatou cada passo dessa saga com ares de farsa. Maria da Conceição escreveu uma carta à presidenta Dilma Rousseff relatando que ela e a família passaram a sofrer ameaças. Na noite em que vestiu sua melhor roupa e subiu ao púlpito da Assembleia Legislativa de São Paulo, deixou sua dor de lado para engrossar a homenagem a Caramante. Perguntou se ele e a família estavam bem e quis saber quando voltariam. Contou a todos que nunca antes alguém havia se referido ao filho dela com o respeito demonstrado pelo repórter.

Por causa de compromissos assim, André e Mauri foram convidados a participar de uma reunião de um grupo de trabalho criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília, em fevereiro, a convite da ministra Maria do Rosário. Ali, eles finalmente se conheceram e tiveram a oportunidade de relatar suas experiências aos demais presentes – um deles, delegado da Polícia Federal.

Na volta ao Brasil, em comum acordo com os jornais em que trabalham, Mauri König e André Caramante se afastaram momentaneamente da cobertura de segurança pública com o objetivo de deixarem de ser alvos e de proteger suas famílias.

Há mais de seis anos e meio André Caramante não pode exercer o direito constitucional de ir e vir, no que se refere ao trajeto casa-trabalho-casa. A Folha disponibiliza um carro para apanhá-lo e, ao final da jornada, levá-lo de volta. Os motoristas do jornal já se habituaram ao fato de que ele sempre pede para descer em uma esquina em que não existe nem casa nem prédio. E é também por ali que sabem que devem buscá-lo.

Mauri König ainda não se acostumou a chegar em casa e não encontrar a mulher e o filho. Seu tempo presente é um eterno sonhar com o futuro em que estarão novamente juntos.

Os dois repórteres contabilizam suas perdas. Sem dúvida, são pequenas comparado ao que significa imaginar que reportagens não estariam fazendo se o país fosse capaz de proteger do risco máximo os jornalistas que têm compromisso.”

116 livros de jornalistas ou sobre jornalismo que abordam o período da ditadura de 1964-1985

A Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo apurou nada menos de 116 livros dedicados ao estudo dos impactos da ditadura escritos por jornalistas, ou de estudiosos de outras áreas que abordaram como o jornalismo foi afetado pelo autoritarismo. Alguns deles foram lançados no calor da resistência ao regime, como o histórico *O Ato e o Fato*, de Carlos Heitor Cony, que contém crônicas escritas no ano de 1964; *Tortura*, de Antonio Carlos Fon, lançado em 1980, meses após a aprovação da Anistia, e que denunciou os crimes da ditadura; *Dossiê Herzog*, de Fernando Pacheco Jordão e Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?, de Carlos Alberto Luppi, ambos também com primeira edição em 1980; e *Iara*, de Judith Patarra, que pode ser considerado um dos primeiros grandes livros-reportagem produzido sobre o período.

Essas publicações pioneiras certamente serviram de inspiração a mais de centena de livros que viriam depois delas. É possível imaginar que Marighella, de Mário Magalhães, teria a força de reportagem não fossem os ensinamentos das obras que o precederam? Ou que Elio Gaspari teria avançado em sua série sobre a ditadura sem conhecer as investigações anteriores realizadas por colegas? Provavelmente não.

Esta lista preliminar de 116 livros emblemáticos sobre o período contém dois que nasceram como trabalhos de conclusão de estudantes de jornalismo, incluídos neste relatório como exemplos do interesse das novas gerações de jornalistas em conhecer esse período da história política, reconhecimento pelo bom trabalho realizado e incentivo para que a chama da reportagem investigativa se mantenha viva entre os estudantes.

Com a divulgação desta lista, a Comissão da Verdade conta que colegas e pesquisadores contribuam para relacionar outras obras produzidas por jornalistas ou sobre o jornalismo na ditadura de 1964-1985, e aqui não listadas, formando uma bibliografia de referência para profissionais de imprensa e acadêmicos em geral.

1. **1964 - O Verão do Golpe**, Roberto Sander (Maquinaria Editora, 2013)
2. **1968 Destinos 2008 – Passeata dos 100 mil**, Evandro Teixeira (Textual, 2007)
3. **1968: o ano que não terminou**, Zuenir Ventura (Editora Nova Fronteira, 1989 e 2006/Editora Planeta, 2008)
4. **1968: O que fizemos de nós**, Zuenir Ventura (Editora Planeta 2009)
5. **70/80 - Cultura em trânsito: da repressão à abertura**, Elio Gaspari, Heloísa Buarque de Hollanda e Zuenir Ventura (Aeroplano, 2000)
6. **A casa da vovó – uma biografia do DOI-Codi** (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime, Marcelo Godoy (Alameda Casa Editorial, 2014)
7. **A ascensão dos generais**, Rodolfo Konder (Portugal - Editorial Caminho, 1977)
8. **A Ditadura da dívida**, Bernardo Kucinski (Brasiliense, 1987)
9. **A Ditadura Derrotada**, Elio Gaspari (Companhia das Letras, 2003)
10. **A Ditadura Encurralada**, Elio Gaspari (Companhia das Letras, 2004)
11. **A Ditadura Envergonhada**, Elio Gaspari (Companhia das Letras, 2002)
12. **A Ditadura Escancarada**, Elio Gaspari (Companhia das Letras, 2002)
13. **A Greve na Voz dos Trabalhadores - da Scania a Itu**, Ricardo Moraes e Carlos Alberto de Noronha (Editora Alfa-Omega / Oboré, 1979)
14. **A guerrilha de Caparaó**, Gilson Rebello (Editora Alfa-Omega, 1980)
15. **A Ilha**, Fernando Moraes (Editora Alfa-Omega, 1976)
16. **A máfia manda flores - Mariel, o fim de um mito**, Paulo Markun e Ernesto Rodrigues (Global Editora, 1981)

17. **A Memória e o Esquecimento**, Rodolfo Konder (Editora Global, 1997)
18. **A Palavra e o Sonho**, Rodolfo Konder (Editora Global, 1999)
19. **A regra do jogo**, Cláudio Abramo (Companhia das Letras, 1999)
20. **A rotativa parou! – Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer**, Benício Medeiros (Civilização Brasileira, 2009)
21. **Abraços que sufocam**, Antonio Roberto Espinosa (Viramundo, 2000)
22. **Adhemar de Barros - Trajetória e Realizações**, Paulo Cannabrava Filho (Editora Terceiro Nome, 2004)
23. **América, Latina – o trabalho fotográfico de Geraldo Guimarães**, Geraldo Guimarães (Masao-Ono Editor, 1978)
24. **Anistia Internacional - Uma Porta para o Futuro**, Rodolfo Konder (Pontes Editora, 1988)
25. **Aqui dentro – Páginas de uma memória: Carandiru**, Maureen Bisiliat, Sophia Bisiliat, André Caramante e João Wainer (Imprensa Oficial, 2003)
26. **As Capas desta História** (Coleção Resistir é Preciso), Ricardo Carvalho [coordenador], José Luiz Del Roio, Vladimir Sacchetta e José Maurício de Oliveira (Instituto Vladimir Herzog, 2012)
27. **As Duas Guerras de Vlado Herzog - Da Perseguição Nazista na Europa à Morte Sob Tortura no Brasil**, Audálio Dantas (Civilização Brasileira, 2013)
28. **As Manobras da Informação – Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil** (1965-1979), João Batista Abreu (Mauad Editora, 2000)
29. **As Portas do Tempo**, Rodolfo Konder (Editora Saraiva, 1996)
30. **Autópsia do medo – Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**, Percival de Souza (Editora Globo, 2000)
31. **Brazil Carnival of the oppressed, Bernardo Kucinski** (Londres: Latina American Bureau, 1995)
32. **Cadeia para os Mortos**, Rodolfo Konder (Editora Alfa-Omega, 1977)
33. **Cale-se – A saga de Vannuchi Leme / A USP como Aldeia Gaulesa / O show proibido de Gilberto Gil**, Caio Túlio Costa (Red Editorial, 2014)
34. **Cem Quilos de Ouro**, Fernando Moraes (Companhia das Letras, 2003)
35. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978) - O exercício cotidiano da dominação e da resistência** / O Estado de São Paulo e Movimento, Maria Aparecida de Aquino (EDUSC, 1999)
36. **Chico Mendes: Crime e Castigo: Quinze anos depois, o autor volta ao Acre para concluir a mais premiada reportagem sobre o herói dos povos da floresta**, Zuenir Ventura (Companhia das Letras, 2003)
37. **Cidadania proibida – o Caso Herzog através da Imprensa**, Lilian Maria Farias de Lima Perosa (Edições Imprensa Oficial e Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 2001)
38. **Comando das Trevas**, Rodolfo Konder (Editora Global, 1978)
39. **Corações Camponeses – Crimes do Estado Brasileiro**, Trabalho de Conclusão de Curso de Emanuelle Herrera e Israel Dias (Edição dos Autores, 2014)
40. **Crônicas da vida operária**, Roniwalter Jatobá (Global Editora, 1980)
41. **Cuba Hoje - 20 Anos de Revolução**, Jorge Escosteguy (Editora Alfa-Omega, 1979)
42. **D. Paulo Evaristo Arns, o Cardeal do povo**, Getúlio Bittencourt e Paulo Markun (Editora Alfa-Omega, 1978)
43. **Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos : artigos, entrevistas, documentos, reportagens, depoimentos, fotografias**, Reinaldo Cabral, Ronaldo Lapa (Edições Opção, Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ, 1979)
44. **De Volta aos Canibais**, Rodolfo Konder (Sequência Editorial, 1986)
45. **Dossiê Herzog – prisão, Tortura e Morte no Brasil**, Fernando Pacheco Jordão (Global Editora, 2005 – 6ª edição, revista e ampliada)
46. **Eduardo Leite BACURI**, Vanessa Gonçalves (Plena Editorial, 2011)
47. **Ensaio Geral** (Ficção), Antonio Marcello (Editora Alfa-Omega, 1978)
48. **Erkundungen/Antologia**, Rodolfo Konder (Alemanha, 1988)

49. **Estação paraíso (poemas)**, Alipio Freire (Editora Expressão Popular, 2007)
50. **Folha Explica Folha**, Ana Estela de Sousa Pinto (PubliFolha, 2012)
51. **Glória Roubada – O outro lado das Copas**, Edgardo Martolio (Editora Figurati, 2014)
52. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**, Fernando Portela (Global Editora, 1979)
53. **Guerrilha do Araguaia – 1972-1982**, autor não especificado (Editora Anita Garibaldi, 1982)
54. **Herança de um sonho: as memórias de um comunista**, Marco Antônio Tavares Coelho (Editora Record, 2000)
55. **Histórias que a bola esqueceu – A trajetória do Esporte Clube Metrópol e de sua torcida**, José da Silva Jr. (CMM Comunicação, 1997)
56. **Holocausto Brasileiro – Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil**, Daniela Arbex (Geração Editorial, 2013)
57. **Hóspede da Solidão**, Rodolfo Konder (Hóspede da Solidão, 2000)
58. **Iara** – Reportagem biográfica, Judith Lieblisch Patarra (Editora Rosa dos Tempos, 1992)
59. **João sem Terra – Vereda de uma luta**, Marcia Camarano (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República)
60. **Jornal Movimento – Uma Reportagem**, Carlos Azevedo, Marina Amaral e Natália Viana (Manifesto Editora, 2011)
61. **Jornalistas e Revolucionários**, Bernardo Kucinski (Edusp, 1991)
62. **K**, Bernardo Kucinski (Expressão Popular, 2011)
63. **Labirintos de Pedra**, Rodolfo Konder (Editora Global, 2002)
64. **Luta, Substantivo Feminino – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**, Igor Ojeda e Tatiana Merlino, organizadores (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010)
65. **Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?**, Carlos Alberto Luppi (Editora e Livraria Escrita, 1980)
66. **Marighella – O guerrilheiro que incendiou o mundo**, Mário Magalhães (Companhia das Letras, 2012)
67. **Massacre na Lapa – Como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B, São Paulo 1976**, Pedro Estevam da Rocha Pomar (Editora Fundação Perseu Abramo, 2006)
68. **MATA! – O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia**, Leonêncio Nossa (Companhia das Letras, 2012)
69. **Memórias de uma guerra suja**, depoimento de Claudio Guerra a Marcelo Netto e Rogério Medeiros (TopBooks, 2012)
70. **Meu Querido Vlado – A História de Vladimir Herzog e do Sonho de uma Geração**, Paulo Markun (Editora Objetiva, 2005)
71. **Militarismo e Imperialismo En El Brasil**, Paulo Cannabrava Filho (Editora Tiempo Contemporaneo, 1970)
72. **Minha razão de viver – Memórias de um repórter**, Samuel Wainer (Editora Record, 2000 – 17ª edição)
73. **No Olho do Furacão: América Latina nos anos 60 / 70**, Paulo Cannabrava Filho (Cortez Editora, 2003)
74. **O ato e o fato**, Carlos Heitor Cony (Civilização Brasileira, 1964 e 1984/Editora Objetiva, 2004)
75. **O Baú do Guerrilheiro – Memórias da luta armada urbana no Brasil**, Ottoni Fernandes Júnior (Editora Record, 2004)
76. **O cardeal e o repórter – histórias que fazem história**, Ricardo Carvalho (Global Editora, 2010)
77. **O caso dos nove chineses**, Ciza Guedes e Murilo Fiuza (Editora Objetiva, 2014)
78. **O fim da Ditadura Militar**, Bernardo Kucinski (Editora Contexto, 2001)
79. **O Livro Negro da Ditadura Militar**, organização de Divo Guisoni (Fundação Maurício Grabois e Editora Anita Garibaldi, 2014)
80. **O país transtornado – Memórias do Brasil recente**, Milton Saldanha (Editora Movimento, 2012)
81. **O papel do Jornal – uma releitura**, Alberto Dines (Summus Editorial 1986 – 6ª edição)

82. **O Rio da Nossa Loucura**, Rodolfo Konder (Editora Saraiva, 1994)
83. **O Veterano de Guerra**, Rodolfo Konder (Editora Ibla, 1988)
84. **Operação Condor – O Sequestro dos uruguaios / Uma reportagem dos tempos da ditadura**, Luiz Cláudio Cunha (L&PM Editores, 2008)
85. **Os Cartazes desta História – Memória gráfica da Resistência à ditadura militar e da redemocratização (1964-1985)** (Coleção Resistir é Preciso), Vladimir Sacchetta [organização], José Luiz Del Roio e Ricardo Carvalho (Escrituras/Instituto Vladimir Herzog, 2013)
86. **Os protagonistas desta história – A imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à Anistia)** (Coleção Resistir é Preciso / Livreto + 12 DVDs), Ricardo Carvalho [editor de conteúdo] (Instituto Vladimir Herzog, 2012)
87. **Palavras Aladas**, Rodolfo Konder (Scortecci Editorial, 1988)
88. **Para um Jornalismo Responsável**, Paulo Cannabrava Filho (Apijor, 2005)
89. **Passaporte sem carimbo**, Antonio Callado (Avenir Editora, 1978)
90. **Pau de Arara, La Violence Militaire au Brésil**, Bernardo Kucinski (França: Cahiers Libres, 1971)
91. **PC Linha Leste**, Antonio Carlos Felix Nunes (Editora Livramento, 1980)
92. **Pedro Pomar, Luis Maklouf, João Amazonas, Clóvis Moura, Arnaldo Mendez, Wladimir Pomar e Pedro Pomar** (Editora Brasil Debates, 1980)
93. **Personagens do caso Herzog – Três Décadas Depois**, Trabalho de Conclusão de Curso de Fabrício Calado Moreira, Mateus Munin e Ricardo Matsumoto Tommasini (Edição dos Autores, 2004)
94. **Por Que Eu Traí - Confissões de Cabo Anselmo**, Octávio Ribeiro [Pena Branca] (Global Editora, 1984)
95. **Quem derrubou João Saldanha**, Carlos Ferreira Vilarinho (Livrosdefutebol.com, 2010)
96. **Querida família**, Flávia Schilling (Editora CooJornal, 1978)
97. **Raphael Martinelli – Estações de Ferro**, Roberto Gicello Bastos (2014)
98. **Rastros na Neve - Viagens de um Jornalista**, Rodolfo Konder (Edições UniFMU, 2005)
99. **Repressão e resistência – Censura a Livros na Ditadura Militar**, Sandra Reimão (Edusp/FPESP, 2011)
100. **Rota 66 – A história da polícia que mata**, Caco Barcellos (Editora Record, 2012 – 14ª edição)
101. **Semeadores da Utopia – A história do Cepis** - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, Bárbara Lopes (Expressão Popular, 2013)
102. **Sob o comando das trevas**, Rodolfo Konder (Portugal - Editorial Caminho, 1978)
103. **Socos na porta**, Fernando Moraes (Editora Alfa-Omega, 1980)
104. **Soledad no Recife**, Urariano Mota (Boitempo Editorial, 2009)
105. **Sombras no Espelho**, Rodolfo Konder (Edições UniFMU, 2006)
106. **Tempo de Ameaça**, Rodolfo Konder (Ed. Alfa-Omega, 1978)
107. **Tempo de reportagem – Histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro**, Audálio Dantas (Leya, 2012)
108. **Tiradentes, um presídio da ditadura – Memórias de presos políticos**, Alípio Freire, Izaías Almada e J.A. de Granville Ponce, organizadores (Scipione Cultural, 1997)
109. **Tortura – A história da repressão política no Brasil**, Antonio Carlos Fon (Global Editora, 1979)
110. **Transamazônica**, Fernando Moraes (Editora Brasiliense, 1970)
111. **Travessias Torturadas – Direitos Humanos e ditadura no Brasil 1964-1985**, Dermi Azevedo (Offset Editora, 2012)
112. **Um trabalhador da notícia** – textos de Perseu Abramo, organização de Bia Abramo (Editora Fundação Perseu Abramo (1997)
113. **Vala Clandestina de Perus – Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira**, Ivan Seixas e outros autores (Instituto Macuco, 2012)
114. **Veja sob censura – 1968-1976**, Maria Fernanda Lopes de Almeida (Editora Jaboticaba, 2008)
115. **Versões e Ficções: o sequestro da história**, Elio Gaspari e Daniel Reis Filho (Editora Perseu Abramo, 1997)
116. **Vlado - retrato de um homem e de uma época**, Paulo Markun (Brasiliense, 1985)

Lugares de Memória e Consciência

A Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo considera que o Auditório Vladimir Herzog, em particular, e a sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo como um todo estão entre os primeiros lugares de memória sobre esse período da história do país, tendo se tornado a partir do assassinato do jornalista Vladimir Herzog um espaço da resistência democrática brasileira e latino-americana.

Igualmente, avalia que as sedes dos jornais da imprensa alternativa e partidária durante a resistência devem ser considerados como sítios de consciência, assim como os centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio que funcionaram no estado de São Paulo, notadamente o extinto DOI Codi paulistano, a exemplo do que ocorreu com a sede do antigo Deops - Departamento Estadual de Ordem Política e Social, hoje Memorial da Resistência de São Paulo, e a Auditoria Militar de São Paulo, onde em breve funcionará o Memorial da Luta pela Justiça da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo.

Finalmente, acredita que esses lugares devem ser transformados em espaços vivos de reflexão e promoção dos direitos humanos, o que requer não apenas que se desenvolvam programações com vistas à sua utilização como a ampla difusão de sua existência e significado.

Nesse sentido, entende como sendo patrimônios a serem abraçados por todos os jornalistas brasileiros, além dos sítios citados anteriormente, o Monumento aos Mortos e Desaparecidos inaugurado em dezembro em frente ao parque do Ibirapuera, e a Praça Vladimir Herzog, situada entre a Praça da bandeira e o edifício da Câmara Municipal de São Paulo.

A identificação de outros lugares de memória com especial significado para os jornalistas é o primeiro passo para que se reivindique sua elevação a essa condição e posterior apropriação pela cidadania como marcos de defesa de novos valores e não mais cicatrizes dos tempos de silêncio.

Conclusões

A Comissão da Verdade se sente segura para afirmar que os jornalistas brasileiros se colocaram no fronte de resistência à ditadura desde o primeiro momento, utilizando como ferramentas de combate a sua capacidade profissional e o compromisso com o interesse público.

Diante da censura, buscaram formas alternativas de informar os brasileiros sobre as contradições do regime e crimes perpetrados contra os direitos humanos. Frente aos limites à livre informação e à autocensura imposta pelas grandes empresas jornalísticas, que não só apoiaram o golpe de 1964 como trabalharam ativamente para a sua deflagração, trabalharam incessantemente para encontrar maneiras de abrir brechas no muro de silêncio erguido pelo autoritarismo.

Essa postura contribuiu, ainda, para a renovação da linguagem jornalística e o nascimento de projetos editoriais inovadores sob a responsabilidade de profissionais identificados com os valores democráticos, casos de diários como o Jornal do Brasil e o Jornal da Tarde, e revistas como Realidade, Veja, ISTOÉ e Senhor, no âmbito da grande imprensa, e de publicações da chamada imprensa alternativa como Sol, Balão, Ex, Bondinho, Pasquim, Opinião, Movimento, Versus, CooJornal, Em Tempo e Lampião, entre outros.

A Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo considera que o trabalho realizado ao longo de dois anos é um ponto de partida para que a categoria realize uma investigação permanente sobre as graves violações aos direitos humanos antes, durante e depois da ditadura civil e militar de 1964-1985.

Recomendações:

- Dar prosseguimento ao registro de depoimentos de jornalistas que testemunharam ou foram protagonistas na resistência profissional e cidadã à ditadura civil e militar de 1964-1985, ampliando o conceito de mandato específico da Comissão da Verdade dos Jornalistas com esse objetivo para o de trabalho permanente de construção da memória comum dos jornalistas e sobre o papel do jornalismo em uma sociedade democrática.
- Fazer gestões junto aos órgãos competentes para transformar a sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, situada à Rua Rego Freitas 530, sobreloja, em Lugar de Memória e Consciência da cidade de São Paulo, onde deverão ser afixas duas placas no Auditório Vladimir Herzog: uma demarcando este espaço como fórum de resistência dos jornalistas e da sociedade civil durante a ditadura de 1964-1985 e a outra contendo uma réplica do manifesto assinado por 1004 jornalistas, em 1975, pedindo esclarecimentos sobre as circunstâncias da morte do jornalista Vladimir Herzog.
- Iniciar a montagem de uma biblioteca na sede da entidade com todos os livros de referência sobre o período escritos por jornalistas ou que tenham o jornalismo como objeto de estudo durante a ditadura.
- Sugerir à Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas que crie o fórum Direito à Verdade, à Memória e à Justiça composto de todas as Comissões da Verdade dos Sindicatos de Jornalistas do país que realizaram trabalhos nesse sentido.
- Lançar uma campanha convidando os jornalistas a darem seus depoimentos sobre o impacto da ditadura em sua atividade profissional, política e pessoal – bem como em seus familiares que tenham sido afetados pela perseguição que sofreram na época.
- Criar grupos de trabalho na Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas e Sindicatos de Jornalistas dedicado à formação de jornalistas em direitos humanos e temas relacionados à memória política brasileira.
- Recomendar aos Departamentos Jurídicos das entidades de jornalistas que apurem as demandas trabalhistas que envolveram denúncias de perseguição política sofrida no âmbito das empresas, em especial demissões ilegais realizadas durante o período em que jornalistas estiveram presos na ditadura.
- Apurar junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça o número de jornalistas que requereram anistia e reparação – financeira e/ou psicológica –, com vistas a convidá-los para que prestem depoimentos reservados ao grupo de trabalho que sucederá esta Comissão. A Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo entende que esses testemunhos terão grande valor histórico, considerando o grau de consciência desses colegas demonstrado ao demandaram o Estado brasileiro em defesa de seus direitos individuais.

- Tomando por base o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, propor ao Instituto Vladimir Herzog a formação de um banco de dados com as reportagens que abordaram o período da ditadura de 1964-1985 e seus impactos na vida brasileira.

- Propor à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça a produção de um livro, ou série de livros, contendo essas reportagens, com lançamento sugerido para outubro de 2016.

- Propor à Fenaj e aos Sindicatos dos Jornalistas que nomeiem seus espaços, como auditórios, salas de reunião e bibliotecas, com os 25 jornalistas assassinados pela ditadura de 1964-1985.

- Convidar jornalistas reconhecidos pelo seu protagonismo na resistência à ditadura para participar do desenvolvimento de um livro com os perfis dos 25 jornalistas mortos e/ou desaparecidos na ditadura, a ser lançado em outubro de 2016, durante a cerimônia anual de anúncio dos ganhadores do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

REGIONAL SUL

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DO RIO GRANDE DO SUL

A Comissão da Verdade dos jornalistas do Estado do Rio Grande do sul foi composta no mês de Janeiro de 2013, em Porto Alegre. O objetivo principal do trabalho da Comissão é o de levantar e resgatar a história de jornalistas vítimas da Ditadura civil-militar no período entre 1964 e 1985. Além disso, a Comissão também levantou os casos de veículos de comunicação que sofreram com a repressão. Foram consultados os seguintes arquivos: Acervo da Luta contra a Ditadura” - fundo proveniente principalmente das SOPS (Seções de Ordem Política e Social), órgão da polícia política, subordinada ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) que funcionavam no interior do Estado-, encontrados no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo de periódicos disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre.

A principal forma de resgate da história dos jornalistas vítimas da ditadura civil-militar no Brasil, presentes neste trabalho, foram os depoimentos gravados com os mesmos, transcritos da forma mais objetiva possível, e que, aliados à documentação disponível ao acesso, mostraram-se como importante método no resgate da história desses profissionais, ajudando a compor não só as suas trajetórias individuais, mas também como ferramenta no resgate da história e da memória referentes ao período Ditatorial no Brasil. Foi utilizada ainda bibliografia já escrita sobre a trajetória de alguns jornais, e que constam devidamente referenciados.

A Comissão da Verdade dos jornalistas do Rio Grande do Sul deteve-se em dois grandes casos de repressão ao jornalismo Gaúcho: o caso do jornal Última Hora em Porto Alegre e do jornal da Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre, o CooJornal. No interior do estado, procuramos resgatar história da repressão sobre o jornal 'A Platéia', da cidade fronteira de Santana do Livramento. Buscamos também histórias de outros jornalistas que tiveram sua vida profissional afetada durante o período da repressão.

O jornal 'Última Hora' do Rio Grande do Sul

O jornal Última Hora foi fundado no ano de 1951- durante o governo de Getúlio Vargas-, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Samuel Wainer, chegando a ter circulação em sete estados do Brasil. No Rio Grande do Sul, a Última Hora começa a circular em 1960, marcando algumas inovações importantes no jornalismo do Estado- entre suas particularidades, está a visão popular diante de uma sociedade altamente conservadora. O período em que circulou a Última Hora- entre 1960 e 1964- foi marcado por movimentações na vida política, social e econômica do Brasil. Estes anos foram marcados pelo processo de intensificação da industrialização brasileira, tomado como principal característica do governo Juscelino Kubitschek (1958-1961), além disso, há as propostas mudanças de cunho estrutural defendidas pelo seu sucessor João Goulart, com as chamadas 'Reformas de Base', ao passo que a organização de vários setores da classe trabalhadora, tanto na cidade- através de seus sindicatos-, quanto no campo- com as 'Ligas Camponesas'- começam a ter mais visibilidade e força nas suas reivindicações frente ao governo, ao mesmo tempo em que setores da classe média brasileira viam com receio essa crescente participação política de setores populares.

É nessa conjuntura que a Última Hora gaúcha circula, tendo um papel de destaque principalmente no que se refere à tentativa de golpe de Estado ocorrida em 1961 contra o presidente João Goulart, atuando ativamente na defesa da Legalidade.

Com a eclosão do golpe que instaurou a Ditadura Militar no Brasil, em 1 de abril de 1964, o jornal alinhou-se na oposição e na defesa do governo constitucional, circulando com a mesma linha editorial até o dia 05 de abril de 1964. Porém, não havia condições de prosseguir com a proposta de um jornal com um alinhamento mais popular sob a pressão de uma Ditadura. A Última Hora gaúcha deixa de circular em 25 de abril de 1964, marcando uma importante fase da história do jornalismo brasileiro e da resistência contra a Ditadura civil-militar no Brasil.

O depoimento de Carlos Bastos, assim como as entrevistas realizadas anteriormente e resgatas por nós, dos jornalistas Paulo Totti, Mario de Almeida e João Aveline, ajudam a compreender a história da Última Hora no Rio Grande do Sul, que se encerrou logo após o golpe militar, em maio de 1964.

Coojornal, o jornal da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre

A Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre começa a ser pensada depois da crise ocorrida na Folha da Manhã (do Grupo Caldas Júnior), jornal criado em 1969 e que não consegue vencer três anos de experiência. O ápice da crise se dá com o pedido de demissão de 21 jornalistas logo após o afastamento, exercido pelo jornal, do jornalista Caco Barcelos, que havia elaborado uma matéria sobre a violência da polícia em comunidades de Canoas/RS.

Assim, em assembleia realizada no mês de agosto de 1974 na Associação riograndense de Imprensa (ARI), foi criada a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre. O jornal da Cooperativa, chamado “Coojornal”, circulou entre novembro de 1976 e dezembro de 1982, abrindo espaço para reportagens que questionavam e denunciavam as arbitrariedades da Ditadura, passando a ser monitorado por aparatos do governo.

Primeiramente, se tinha como princípio “prestar serviços jornalísticos para terceiros de modo a ampliar o mercado de trabalho”, só depois é que surge a viabilidade de existência de um jornal da Cooperativa. Em outubro de 1976, o Coojornal chega às bancas pela primeira vez, alcançando circulação nacional. Mesmo surgindo já com o fim da censura prévia (estabelecida em 1968 com o Ato Institucional número 5), numa conjuntura de Abertura Política (lenta, gradual e segura), anunciada pelo General Geisel em 1974, e que extingue o AI-5, o Coojornal não escapa da restrição à liberdade jornalística, chegando a ser monitorado em diversas circunstâncias pelos órgãos de informação da ditadura:

“A partir de 15 de novembro de 1975, o Coojornal, de responsabilidade da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, começa a circular. Entre seus dirigentes e redatores estão os elementos relacionados abaixo, todos eles expurgados da Companhia Jornalística Caldas Junior por suas conotações comunistas. (Banco de Dados do SNI/1975)”.

Entre os sete anos de existência do Coojornal, podemos citar e analisar três reportagens que marcaram a trajetória do periódico: a edição número 18 “4.468 é o número total de cassados em 13 anos de revolução”, a Edição número 34, com a reportagem “Ex-Tupamaros”, e a edição número 50 “Os relatórios do Exército sobre a Guerrilha”.

O depoimento de José Antônio Vieira, assim como a contribuição dos integrantes da Comissão da Verdade dos jornalistas, Rafael Guimaraes e Elmar Bones, ajudam a dar conta de resgatar os principais momentos do jornal, seu processo de formação, as reportagens mais visadas pela Ditadura Militar e as formas de atuação e sobrevivência do jornal durante este período. Expomos brevemente as três reportagens abaixo:

Reportagem: ‘4.682 é o número total de cassados em 13 anos de Revolução’. Data: Julho de 1977/ Edição número 18. Reportagem contendo o levantamento das pessoas que perderam seus direitos políticos desde o Golpe de 1964, originalmente produzido pela revista ‘Extra- realidade brasileira’, não chega a ser

publicado pela mesma pois a Ditadura decreta censura prévia na revista. A reportagem é feita por três jornalistas de São Paulo: Mylton da Silva, Joel Rufino e Hamilton Almeida Filho, baseada em pesquisa de todas as edições do Diário Oficial desde março de 1964. Entre os nomes de mais de quatro mil cassados, encontram-se o jornalista Samuel Wainer, do jornal Última Hora. A Edição número 18 do Coojornal foi a primeira a sofrer ação mais direta da Ditadura Militar, quando agentes da Polícia Federal passam a pressionar os anunciantes para que deixassem o jornal.

“Ex- Tupamaros”. Data: Novembro 1978/ Edição número 34.

Reportagem feita pela jornalista Zélia Leal sobre os militantes do grupo guerrilheiro uruguaio conhecido como “MLN (Movimento de Libertação Nacional)- Tupamaros” que se encontravam no exílio, em Paris:

Num apartamento, nos arredores de Paris, os Tupamaros fazem uma auto-crítica pública. Quatro integrantes da cúpula do movimento guerrilheiro mais famoso da América Latina falam durante cinco horas para a Coojornal. É a primeira vez, depois de quatro anos de exílio, que eles falam à imprensa, apesar da insistência com que os procuram jornalistas norte-americanos, europeus e latinos. Nem todas as perguntas foram respondidas. “Muitas feridas ainda estão abertas”, dizem eles. Mas o conteúdo da entrevista é suficiente para provocar surpresa e frustração. Surpresa para quem esperava o anúncio de novas ofensivas revolucionárias. Frustração para os defensores da luta armada que verão os temíveis Tupãs falando de eleições e democracia como velhas raposas políticas. Eles vivem hoje espalhados pelos subúrbios das capitais européias- Londres, Paris, Estocolmo, Bruxelas, Genebra, Amsterdã. São dezenas, quase todos muito jovens, com idade em torno de 30 anos e podem ser confundidos com qualquer tranqüilo cidadão europeu. São casais estáveis, cheios de filhos pequenos nascidos no exílio. Quase todos são bolsistas em alguma Universidade européia.

Convivi com eles também na Bélgica e na Holanda e encontrei tipos- como eles dizem- que na época eram considerados perigosíssimos. Conservam uma característica do tempo da guerrilha: o nome deles é difícil de saber. Tiveram tantos nomes na clandestinidade que até agora se confundem em si. Hoje, fazem questão de se dizer ex-Tupamaros, pois estão revisando o passado e planejando voltar o Uruguai. (Zélia Leal)”

Com esta reportagem, o Coojornal é citado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e acusado de estar recendo ajuda financeira dos Tupamaros uruguaiois, em função do grande número de matérias vinculados no jornal sobre o grupo guerrilheiro.

Reportagem: **“Os relatórios do Exército sobre a Guerrilha”.**

Data: Fevereiro de 1980/Edição número 50.

Matéria sobre a repressão da Ditadura Militar à Guerrilha no Vale da Ribeira, em São Paulo, e da Operação Pajuçara, que assassinou o Capitão Carlos Lamarca na Bahia, ambas de oposição à Ditadura Militar. A reportagem ganhou o prêmio Esso de jornalismo no mesmo ano, e rendeu ainda um processo movido pelo III Exército. Em julho de 1981 quatro jornalistas são condenados a 5 meses de prisão, são eles: Rafael Guimaraes, Elmar Bones, Rosvita Saueressig e Osmar Trindade. Dois deles- Rafael Guimaraes e Osmar Trindade foram diretamente presos, já que ambos respondiam a outros processos por crimes de imprensa, sendo liberados após 17 dias de reclusão. Em fevereiro 1983, os quatro jornalistas são presos e liberados após cinco dias, em virtude de um habeas corpus.

O Jornal 'A Plateia'

O jornal A Plateia foi fundado no fim da década de 1950, comandado pelo jornalista Melanchton Toscano Barbosa. O jornal sofreu sucessivas investidas da Ditadura Militar, o que acabou atingindo-o financeiramente ao longo dos anos e comprometendo sua circulação. A Comissão ainda está reunindo os documentos mapeados sobre o reflexo da repressão no jornal da fronteira, assim como os depoimentos de Kenny Braga e Danilo Ucha ajudam a dar conta de um importante período da história do 'A Plateia'.

DEPOIMENTOS

LUIZ OSCAR MATZENBACHER

Era estudante de Ciências Sociais da UFRGS e atuava como jornalista quando escreve uma nota, em 1970, enquanto presidente do DCE da Universidade, denunciando o desaparecimento do estudante Ary Abreu de Lima. Luiz Oscar é banido da academia, ficando proibido de estudar em todo território nacional. Em 1972, quando já estava em São Paulo, volta a ser preso pela Operação Bandeirantes (OBAN).

“As torturas ficam na memória para sempre” - O sol da primavera infiltrava-se por entre as folhas dos jacarandás da calçada da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A beleza daqueles jacarandás iluminados pelo sol oblíquo de Porto Alegre sumiu, logo depois, do meu olhar por muito tempo. E nem sei se poderei voltar um dia a ver aquela cena em toda a intensidade. Minha capacidade de olhar o mundo começou a se alterar ali, quando eu estava bem em frente ao prédio onde funcionavam a Casa do Estudante, o Restaurante Universitário e o Diretório Central de Estudantes. No canteiro central da Avenida João Pessoa, havia uma “parada”, ou ponto, de bondes. Naquela época os últimos bondes de Porto Alegre, ainda uniam os bairros Menino Deus, Partenon, Glória, Azenha e Teresópolis, ao centro da capital gaúcha. Os elétricos sobre trilhos ainda eram o meio de transporte mais barato para os estudantes que pagavam tarifa reduzida. E eu, o então estudante de Ciências Sociais e jornalista Luiz Oscar Donat Matzenbacher (22 anos), era ainda naquela manhã o presidente do DCE-UFRGS. Ingênuo, eu nem imaginava, ao distribuir uma nota oficial da entidade, que jamais eu iria me diplomar em Sociologia e que depois de uma intensa militância no movimento estudantil, eu me transformaria de jornalista provisionado em jornalista graduado em Jornalismo, pela UFRGS e pós-graduado com Especialização em Estilo Jornalístico, pela PUC-RS. Muito menos poderia prever que teria pela frente mais de 40 anos de atividades profissionais jornalísticas. Mas quem imaginaria que eu seria um ano e meio depois daquela manhã clara a ser submetido por meses a fio às sevícias físicas e psicológicas do mais temido Centro de Torturas do Brasil, a Operação Bandeirantes – OBAN, o DOI-CODI do II Exército, na Rua Tutóia, na capital paulista. Antes do Paraíso do Jornalismo Brasileiro e do reingresso na Universidade, eu tive que passar pelo Inferno de Dante da OBAN. Depois dos interrogatórios esmagadores do ego na

OBAN, ser repórter e editor e jornal também eram inimagináveis. Minha vida, meus afetos, sonhos, minhas paixões e alegrias sofreram um corte profundo a partir daquele momento. Em pé, junto à porta envidraçada do DCE e do Restaurante Universitário, eu esperava os estudantes que desciam dos bondes ou que atravessavam a avenida, vindos do velho campus central, para o almoço. A cada um eu entregava uma nota oficial do DCE-UFRGS, mandada distribuir pelo Conselho Deliberativo da DCE. Era uma nota curta, redigida em tom grave, preocupado. Intitulava-se “Morre um Estudante”. Em seu primeiro parágrafo perguntava: “A 28 de outubro do corrente ano, faleceu o estudante de engenharia da UFRGS Ary Abreu Lima da Rosa, conhecido entre seus colegas por Oscarito, contando 21 anos de idade. Sua morte ocorreu quando estava cumprindo pena de seis meses de prisão política na Base Aérea de Canoas. Morreu por quê?” Sabíamos apenas que Oscarito havia sido preso pelo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS-RS em 1969. E naquele dia 21 de novembro de 1970, mais de um ano depois de sua prisão, nos informaram apenas que Oscarito havia morrido no dia 28 de outubro de 1970. Os seis meses legais (sic) de sua prisão já haviam decorrido. Perguntávamos o que o Ary da Rosa fazia então, preso no quartel da Aeronáutica de Canoas na data da sua morte. E até hoje, quase meio século depois, eu ainda não sei como Oscarito morreu. Alegaram, depois, que Oscarito cometeu suicídio. Mas não apresentaram laudo médico.

E muito menos permitiram a exumação do cadáver. Eu era presidente do DCE-UFRGS, cumpria minha obrigação ao buscar informações, mediante nota oficial. Eu havia sido eleito vice-presidente, na diretoria encabeçada pelo estudante de Ciências Sociais, João Ernesto Maraschin. Mas o Maraschin, dois meses antes, fora suspenso, pelo Decreto-Lei 477 aplicado pelo Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. E naqueles tempos de censura à imprensa, atos institucionais, em plena Ditadura Médici, do Congresso Nacional fechado pelas armas e com o Poder Judiciário sufocado pelo arbítrio, o DCE era a única e tênue luz no túnel para os estudantes universitários de Porto Alegre, reclamarem e pedirem o fim das torturas aplicadas a colegas, que redundavam até na morte de alguns deles. Uma das minhas rotinas, além de estudar e fazer funcionar o DCE que ocupava um andar inteiro com farmácia, gabinetes médicos, dentários e de assistência social, biblioteca, equipamentos de lazer e entretenimento, era receber em minha sala, as comissões de alunos da UFRGS, de outras universidades e de escolas secundárias, inclusive também de outros estados e países, pedindo que eu denunciasses a prisão de estudantes ou o desaparecimento de colegas presos pelo DOPS e órgãos de segurança interna dos militares. Foi assim com o Oscarito. Um grupo de estudantes de Engenharia trouxe a triste notícia. Ainda não existiam as Comissões de Direitos Humanos, que só vieram funcionar uma década depois. A imprensa sofria a mais dura censura. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) era apenas uma entidade assistencial. E os perseguidos encontravam no DCE-UFRGS a tênue esperança de defesa. Não tínhamos a quem recorrer contra aquela força brutal da ditadura. Mas contávamos com algumas dezenas de estudantes destemidos e com a nossa coragem civil de redigir notas à população e distribuí-las na Universidade, enviá-las à imprensa gaúcha, nacional e até jornais do exterior. Ou as entregávamos nos escritórios dos representantes das principais agências de notícias que funcionavam em Porto Alegre, como a AP, UPI, Reuters, AJB agência O Estado e Agência Globo entre outras. Também

imprimíamos as notas na forma de panfletos mimeografados e as distribuíamos nas filas dos teatros, cinemas ou as jogávamos das janelas dos principais edifícios da Rua dos Andradas, Avenida Borges de Medeiros e Rua Sete de Setembro. Eram as únicas maneiras de evitar que torturas do Dops, DOI-CODI e serviços secretos militares acabassem causando ferimentos graves e até a morte de estudantes indefesos, opositores do regime autoritário. Era como se fôssemos, 35 anos depois de encerrada a Segunda Guerra Mundial, verdadeiros militantes civis da Resistência Brasileira em Porto Alegre. Era o tempo do medo, como jamais, em tal intensidade, os brasileiros haviam conhecido. E poucos tinham a mesma coragem de enfrentar o arbítrio, armados apenas de canetas, folhas de papel e de antigas máquinas de mimeógrafos. Em 1994, ao escrever artigo sobre a repressão na universidade a pedido do professor Paulo Guedes que organizava o livro UFRGS Identidade e Memórias – 1934-1994 - para a Editora da Universidade - me dei pela primeira vez a liberdade de lembrar como foi difícil viver naqueles tempos. E ao redigir o artigo “O Decreto-Lei 477 E a Morte De Um Estudante”, tive que remexer em meus arquivos pessoais, da época na qual eu tinha apenas 21 anos de idade. Pela primeira vez, mais de 20 anos depois, eu mergulhava em meus arquivos, em busca dos dados e fatos. E como agora, aos buscar novamente o fundo da memória e voltar aos meus arquivos, para redigir outro artigo, a pedido do jornalista Antônio Manoel Oliveira, da Comissão da Verdade, senti aflorarem todas as emoções que estavam guardadas em algum compartimento em algum canto do cérebro e da consciência. Resolvi revisar e ampliar o artigo de 1994, que hoje o considero quase perfeito em termos de memória da verdade dos fatos vividos em plena ditadura e assim cumprir “a pauta” determinada pelo meu padrinho no jornalismo, Antônio Manoel de Oliveira. Reforcei o texto com uma visão de 1994 e outra atual -2012/2013 - sobre os anos 1970. Pois sei que os jovens jornalistas e estudantes de hoje, dificilmente entenderiam como eram trágicos aqueles tempos. Olho os papéis amarelados pelo tempo e ao manuseá-los sinto minhas mãos gelarem novamente. Volto a suar frio. Sinto-me como se estivesse novamente sentado em frente à Comissão de Inquérito, presidida pelo então diretor do Instituto de Medicina Veterinária da UFRGS, Danilo Krause, que a mando do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e do reitor da UFRGS, Eduardo Faraco, queria descobrir e acusar em inquérito quem havia redigido a nota “Morre Um Estudante”. Mas não se preocupava em investigar como morreu e quem causara a morte do estudante Ary Abreu Lima de Rosa, que além de estudar e namorar como qualquer jovem era um apaixonado pelo roque e música pop. O Inquérito Sumário, instaurado na sala da secretaria do Conselho Universitário, concluiu que nós, os estudantes Luiz Oscar Matzenbacher, presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE-UFRGS); Renato Miranda, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia; Luiz Carlos Santana, presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Renato Dagnino, presidente do Centro dos Estudantes de Engenharia, éramos culpados pela redação e distribuição da nota “Morre Um Estudante”. E nós fomos punidos pelo Decreto-Lei 477. Suspensos, perdemos os cargos para os quais havíamos sido eleitos e ficamos proibidos de estudar em todo o território brasileiro, por três anos. Mas os arbitrários causadores da morte de Ary Abreu Lima de Rosa continuaram impunes. Minha vida, daí em diante e por longos meses, transformou-se em um verdadeiro inferno. Em 1972 quando tentava estudar em São Paulo, fui preso pela Operação Bandeirantes (OBAN/DOI-CODI-SP). Fui torturado no pau-de-arara, sofri choques elétricos, afogamentos simulados, espancamentos, palmatórias, telefone (espancamento com as

duas mãos em concha contra os ouvidos do torturado), longas horas em pé com holofotes voltados para os olhos, a terrível cadeira-do-dragão, uma cadeira de ferro que aumentava a sensação de dor dos choques elétricos e a roleta-russa. Fiquei três meses incomunicável no DOI-CODI SP e mais três meses incomunicável no DOPS-SP. Antes de passar para a fase legal (sic) do processo na II Auditoria da Justiça Militar Federal de São Paulo, fui levado no bagageiro de uma camioneta Veraneio para a Polícia do Exército (RJ), onde fui interrogado em uma máquina que teria sido importada da Inglaterra – era uma espécie de sala de emissora de rádio ou TV, onde o interrogado ficava amarrado e do outro lado, como se fosse um estúdio de rádio, com paredes envidraçadas, dois militares fardados lançavam raios de luzes multicoloridas, fumaça de diversas cores e gases, intercalados de perguntas e sons ensurdecedores ou fantasmagóricos. Acho que estou vivo porque em diversas capitais brasileiras, inúmeros estudantes fizeram por mim o que eu havia feito pelo Oscarito. As notícias ou panfletos relatando a minha prisão salvaram a minha vida, as de vários jornalistas e dezenas de outros estudantes, que fomos presos sob a vaga acusação de reorganizar a União Nacional de Estudantes (UNE), “sob orientação do comitê estudantil do Partido Comunista do Brasil – PCdoB”. Na verdade, coordenávamos em São Paulo, os festejos dos 50 Anos da Semana de Arte Moderna -1922-1972 – A Homenagem dos Estudantes Brasileiros à Arte Moderna Brasileira. Hoje creio que a melhor maneira de transmitir o clima que se vivia naquela é reproduzir os depoimentos oficiais que sob diversas formas de coação fui obrigado a dar a comissões de inquérito, oficiais do Exército, IPMs e delegados de polícia –Dops – desde o dia em que fui denunciado por denunciar a morte de Ary Abreu Lima da Rosa na Base Aérea de Canoas, em circunstâncias até hoje obscuras. Eis o primeiro depoimento, na própria Reitoria da UFRGS: “Aos oito dias do mês de janeiro de 1971, na Sala do conselho Universitário – 7º andar do prédio-sede da Reitoria – às 10h, aí presentes o senhor professor Danilo Luiz Krause, designado para realizar o processo sumário que deverá apurar responsabilidades por publicações atribuídas ao Conselho Deliberativo do Diretório Central dos Estudantes, bem como sua diretoria, que venha se enquadrar nos termos do Decreto-Lei nº 477, de 1969 o senhor Luiz Oscar Matzenbacher, presidente do DCE, doravante chamado para os termos deste depoimento, de somente, DEPOENTE e comprometendo-se dizer toda a verdade e somente a verdade. 1ª pergunta - Que participação teve na redação, aprovação e distribuição do volante “Morre um Estudante”? Resposta do depoente: - A redação e aprovação competem ao Conselho Deliberativo do DCE e a distribuição coube aos órgãos executivos”. 2ª pergunta: - Foi regularmente convocado para a reunião do Conselho Deliberativo do DCE em que este assunto foi tratado. Resposta do Depoente: - Só é convocado para as reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo, quem é membro nato desse Conselho. Seguiram-se outras perguntas que provocavam a todo o instante que eu fornecesse os nomes das pessoas que participaram da reunião. E eu não respondi. No dia 11 de janeiro de 1971 um novo depoimento. 2ª pergunta do segundo depoimento: - O depoente fez parte da comissão que redigiu o volante “Morre Um Estudante”? Resposta: - Todos os que fizeram parte da reunião participaram desta comissão. Estranho que seja aberto processo sumário sobre uma nota do Conselho Deliberativo do DCE que pede esclarecimentos sobre a morte de um estudante e estes esclarecimentos não foram dados pelas autoridades competentes. 4ª pergunta do 2º depoimento: - Quais os membros do Conselho Deliberativo e do executivo do DCE

presentes? Resposta: - Deveria estar presente a maioria dos presidentes dos diretórios acadêmicos, em exercício na época, dos quais não posso precisar quem estava presente, porque já faz algum tempo em que se realizou a referida reunião e não me detive em observar atentamente quem estava lá, mesmo porque isso não é de minha competência. Minhas evasivas foram em vão. Alguém deu os nomes e no dia 28 de janeiro de 1971 o diretor da Faculdade de Filosofia, Romeu Muccillo, entregou-me o seguinte ofício: “Ilmo Sr Luiz Oscar Donat Matzenbacher, dando cumprimento à deliberação superior, encaminho-lhe para conhecimento, cópia da decisão do Senhor Professor Reitor Magnífico, datada de 26 do corrente, aplicando em V.Sa às penas previstas no art. 1º parágrafo 1º do aludido decreto, conforme o apurado no Processo nº 1.414/71. – erraram a grafia do meu sobrenome nos demais ofícios sobre a publicação do decreto-lei 477. Grafaram como Donato Matzembacher, embora todos os documentos oficiais na UFRGS, inclusive minha matrícula estivessem corretos como Donat Matzenbacher. Um advogado me disse na época que assessores do Reitor, ou do Diretor da Filosofia da UFRGS e talvez do Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, mudaram ardilosamente a grafia por temerem um futuro processo meu contra eles, quando acabasse a ditadura. O mais estranho é que na minha rematrícula em 1974, depois dos três anos de suspensão previstos pelo decreto-lei 477, a Reitoria da UFRGS voltou a grafar meu sobrenome corretamente como Donat Matzenbacher. Eles sabiam que estavam agindo errado e tentavam impedir um processo indenizatório e não erraram por pura incompetência e ignorância, mas deliberadamente.

Mas daí em diante, eu, que na época estudava Ciências Sociais na UFRGS e até poucos meses antes era repórter do Jornal Zero Hora, em Porto Alegre, fui transformado em mais um exilado dentro de minha pátria. Tive que fugir para São Paulo, temendo o mesmo fim do Oscarito, e depois de tentar me matricular em várias universidades paulistas, sobrevivendo com a venda de folhetos e material de divulgação da UNE sobre a Homenagem dos Estudantes Brasileiros aos 50 Anos da Semana de Arte Moderna 1922-1972 - passei a participar do movimento estudantil clandestino. Até que fui preso e torturado por seis meses na OBAN e DOPS de São Paulo. No jargão da época dizia-se que eu havia caído para a repressão no dia do início dos festejos dos 50 Anos da Semana de Arte Moderna, que em São Paulo se realizava no Teatro da Fundação Getúlio Vargas. Fui preso junto com dezenas de outros estudantes e alguns jornalistas, entre os quais os jornalistas Luiz Arthur Turíbio, Moacyr Oliveira, Maria Lopes de Miranda. E fiquei sob interrogatório, tortura, incomunicabilidade durante seis meses na OBAN e DOPS-SP e ainda na Polícia do Exército do RJ (nesta por um dia). Ainda assim encontrei forças de relatar as torturas, o que poucos tinham a coragem de fazer naquela época, em depoimentos prestados na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar de São Paulo. No auto de qualificação e interrogatório de 23 de novembro de 1972, perante um corpo de jurados constituído de oficiais das Forças Armadas, reuni coragem não sei hoje, de onde e respondi: “Que de todas as testemunhas arroladas pelo IPM – Inquérito Policial Militar – conheceu o depoente apenas Lúcia Maria Lopes de Miranda, que é namorada do co-denunciado Luiz Arthur Turíbio, é o interrogado testemunha das coações que ela e seu namorado sofreram durante o inquérito no Doi-codi. No mesmo dia, no mesmo interrogatório na Justiça Militar, relatei e denunciei as torturas contra mim praticadas e que fizeram parte do processo de julgamento e foi assim documentadas em

depoimento oficial na Justiça Militar Federal de SP: “Então o interrogando alega que passou a ser agredido violentamente, que mais tarde, foi colocado durante seis horas na denominada cadeira do dragão, onde sofreu choques até ficar inconsciente, tendo acordado em uma mesa de hospital, onde lhe enfiaram uma bucha de amoníaco pela boca, isto porque quando levaram-se às suas narinas prendeu a respiração: que regressando à OBAN foi novamente torturado...” Mas, mesmo assim fui condenado a seis meses de detenção. Já havia cumprido mais de oito meses – de abril de 1972 a dezembro de 1972 na OBAN, DOPS e Presídio Tiradentes, em São Paulo, quando fui liberado mediante compromisso de me apresentar uma vez por mês à Auditoria Militar Federal da cidade onde eu trabalhasse e morasse. E me foi dado um mês para apresentar prova de trabalho com carteira assinada, já que eu ainda continuava suspenso pelo decreto-lei 477 e não podia apresentar prova para cumprir a condicional até o julgamento, demonstrando que voltara a estudar. Eles exigiam aquilo que me negavam por um decreto-lei, o 477. O julgamento foi em 1973 e na época eu já trabalhava na Rádio Gaúcha de Porto Alegre e ao longo de 1973 na sucursal do Jornal de Santa Catarina em Florianópolis (SC). Em 1974 quando reingressei na UFRGS, pedi transferência do Curso Ciências Sociais para o de Jornalismo; fui atendido em 1975 e finalmente em 1980 consegui me formar e obtive o diploma de Bacharel em Comunicação Social-Jornalismo, com o qual eu transformei o meu registro de Jornalista Provisionado em Jornalista Profissional Diplomado, em 1981, profissão que exerço desde 1870, tendo passado pela Zero Hora, Rádio Gaúcha, Correio do Povo, Agência Folhas, Rádio progresso, Jornal do Comércio de Porto Alegre, jornal o Sul e desde 1986 jornalista técnico-científico da Secretaria de Comunicação Social e Casa Civil do Palácio Piratini. Hoje quando atendo o pedido do Antônio Manuel Oliveira para dar este depoimento à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, lembro daquilo que expressei em 1994, quando atendendo pedido do professor Paulo Guedes sobre a repressão política na universidade eu fiz o grande relato que lembro até hoje.

Lembro o longo reaprendizado que me impus com cinco anos de psicoterapia – hoje já são quase 20 anos e mais um período de psicanálise, para poder suportar os efeitos que estas lembranças ainda provocam em mim. As lembranças voltam de repente, aleatoriamente, provocando inclusive a repetição dos sintomas físicos de dor, palpitações, pressão alta e taquicardia que eu senti durante as torturas sofridas em 1972, mais de quatro décadas lá atrás. Creio que entre todos os personagens que viveram aqueles tempos, a longa cicatrização das feridas abstratas é também difícil, demorada e hoje duvido que ainda venha a ocorrer em sua totalidade. Quando vejo um portão de ferro, lembro o portão da OBAN, quando um vizinho instala uma lâmpada mais brilhante, voltada contra a minha janela, lembro imediatamente dos holofotes da sala de tortura da OBAN. Alguns produtos de limpeza doméstica me lembram a bucha de algodão para me “despertar” para voltar à tortura. É um longo reaprendizado para entender que gestos agressivos de amigos ou adversários não são a repetição das torturas e assim por diante. É um renascer permanente a cada recordação. Infelizmente é assim. São recordações das quais não posso fugir e creio que nunca poderei fugir. Ficarão comigo até a minha morte. Possa amenizá-las pensando nas coisas boas da vida, nos prazeres, na arte, na literatura, no bom cinema e assim vou comprimindo as más lembranças da tortura para o fundo da memória, mas elas escapam, às vezes. É muito ruim, muito desagradável.

Mas hoje ficou feliz ao constatar que a plena recuperação do regime democrático brasileiro é uma realidade cada vez mais presente. Tenho a certeza que as cenas da vida real como aqueles que vivemos em 1972, jamais se repetirão no Brasil. O país é outro. A repressão desapareceu. Foi substituída pela civilização, inclusive, pelo que me é permitido presenciar ao longo de minha carreira jornalística, até mesmo nas Forças Armadas e nas organizações policiais. O Brasil é grande e forte demais para voltar a ser uma Republiqueta governada por uma Ditadura. E hoje tenho novamente orgulho de ser brasileiro, de ter estudado na UFRGS, de ter presidido o DCE e depois de ter sido diretor da UNE, na diretoria clandestina que dirigiu esta entidade de 1970 a 1972. Foram as circunstâncias de ter passado no vestibular em 1969, que me jogaram dentro do olho daquele furacão repressor. Foi o destino, diriam uns. A nobreza de espírito obrigou, diriam outros. Não me arrependo de minha resistência pacífica à Ditadura Militar. O esforço valeu. Milhares fizeram o mesmo. Vencemos e hoje com orgulho podemos dizer: O fascismo não passará no Brasil jamais, e cada vez menos passará no mundo inteiro, pois a natureza humana evoluiu e o rejeita como um corpo estranho. O homem está aprendendo que a liberdade é o alimento vital da civilização. Prova está no fato de que nos Estados Unidos temos um presidente – Barack Obama - descendente de muçulmanos africanos e no Brasil temos uma presidenta Dilma Rousseff - ex-presa política e extorturada, inclusive na OBAN em 1972, como eu. Bem como já tivemos um ex-exilado, Fernando Henrique Cardoso e um ex-preso político e líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva, na Presidência da República. A democracia e a liberdade venceram mesmo e vieram para ficar”.

Nota da CVMJ/RS: Em 2009, Luiz Oscar Donat Matzenbacher entrou com ação na Justiça Federal, contra a União, objetivando o recebimento de indenização em virtude de danos materiais e morais sofridos em razão de ter sido vítima de perseguição política durante o regime militar. Alega que a reparação concedida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que lhe reconheceu a condição de anistiado político, não é suficiente para reparar integralmente os danos materiais e morais sofridos durante o regime de exceção. O autor recebeu reparação econômica no valor equivalente a noventa salários mínimos nos autos do processo administrativo n. 2001.03.01067, no qual foi reconhecida a sua condição de anistiado político. Entendeu a Comissão de Anistia que ele sofreu perseguição política nos tempos de acadêmico do curso de Ciências Sociais, quando fora suspenso por um período de três anos (1971 a 1973). Segundo a inicial, tal valor não quita integralmente os danos materiais e, muito menos, os danos morais sofridos pelo autor, pois, por motivação exclusivamente política, além de ter sido impedido de frequentar os bancos escolares, foi afastado de suas atividades profissionais no Jornal Zero Hora, em 1970; foi preso e vítima de maus tratos, sevícias e tortura, que lhe acarretaram problemas de saúde físicos e psíquicos; foi constrangido e censurado pelo Ministro da Marinha, em 1984, quando obrigado a desembarcar na Argentina na primeira viagem do Navio Barão de Teffé à Antártica; e foi monitorado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) até 1989. Requer, por isso: a) o pagamento de prestação mensal pela perda do emprego, no período de 08/08/1970 a 08/04/2009, equivalente a 412 salários mínimos, já compensados os 90 salários mínimos recebidos administrativamente; b) indenização por danos morais de caráter compensatório no valor de R\$ 200.000,00; c) indenização por danos morais de caráter punitivo/inibitório no valor de 10.800 salários mínimos; d) indenização beneficente em favor de uma entidade filantrópica do município no qual reside, em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Em 10 de junho de 2011, saiu a sentença: “Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a União ao pagamento de indenização por danos morais, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), corrigidos monetariamente pelo IPCA-E a partir de hoje e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação (07/07/2009), na forma da fundamentação supra. Extingo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se”.

DANILO UCHA

Nascido em Santana do Livramento, começou no jornalismo como editor do jornal 'A Plateia'. Vem para Porto Alegre em 1965, trabalhando no Diário de Notícias, na rádio Farroupilha, Folha da Tarde e como correspondente do Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. Entre meados da década de 1960, Danilo Ucha cobriu muitas passeatas e movimentos de rua, sendo bastante reprimido enquanto exercia sua profissão. Sai da empresa Caldas Junior nos anos de 1970, quando vai para a Europa. Voltando ao Rio Grande do Sul, passa a trabalhar na Zero Hora, atuando ainda na formação do CoorJornal.

Liana: Vou começar perguntando sobre a tua atuação no “A Plateia” de Santana do Livramento, tu és de Santana do Livramento, não é?

Danilo: Sim, sou de Santana do Livramento, onde comecei no jornalismo no início dos anos sessenta, na Plateia, era estudante secundarista ainda, fui ser revisor- eu, o bicudo (Elmar Bones) e o Kenny Braga. Fomos revisores da Plateia. E depois, em um determinado momento, a gente passou para a redação, para fazer cobertura. E começamos num período que eu considero um dos mais brilhantes, e que abriu o Brasil para o mundo e para certas idéias, que são os anos 1960, que tem a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, e ao mesmo tempo acontece a revolução cubana que vende em 1959, e aquilo trouxe uma esperança para toda aquela juventude. Nós éramos jovens, tínhamos 16, 17 ou 18 anos, e também nos engajamos nessa abertura, nessa luta. E obviamente o melhor caminho que a gente achou para se manifestar foi no jornalismo, que nos parecia uma coisa mais aberta, com mais possibilidades de manifestação, a gente era metido a intelectual. E então entramos para o “A Plateia” como revisores e depois passamos para a cobertura. E em 1963 a gente também, em função de tudo isso, entrou no Movimento Estudantil secundarista, eu fui eleito presidente da União Santanense de estudantes secundários, e levei comigo, para a minha diretoria, o Elmar, o Kenny, o Glênio Lemos que também era mais voltado para o Direito mas escrevia e gostava do jornalismo, trabalhou na Plateia conosco. E aí nós fizemos todo aquele movimento de jovem que queria mudanças no país. O governo brasileiro da época, com o João Goulart, lançou um movimento nacional chamado “As reformas de base” e nós nos engajamos nesse movimento como líderes estudantis. Levamos deputados e palestrantes para fazer apresentações e palestras em Livramento sobre as Reformas de base, tinha um deputado eleito em 1963 chamado Antônio Visintainer, que era do PTB e que era um dos representantes do Jango na região e fazia todas as palestras, explicava quais eram as reformas de base: reforma bancária, reforma urbana, reforma agrária, reforma política- que até hoje não saiu, então a gente tinha um movimento, um tempo muito agitado na cidade. O pessoal da sociedade mais conservadora nos chamava de comunistas, nós éramos comunistas! E isso veio a ter repercussão em 1964, e 1963 foi um ano muito rico de movimento, fazíamos pichações nas ruas, pintávamos as ruas: “Reforma ou revolução”, e depois o pessoal da direita vinha: “Reforma sim, revolução não”, e em cidade pequena né, havia uma

agitação muito grande nesse setor, e também no movimento estudantil havia uma oposição de direita a nós, que éramos considerados de esquerda, então havia muita luta, muita disputa, comícios nas ruas, um momento muito interessante. E então vem o golpe militar de 1964, que de certa forma nos pegou de surpresa, e também tem uma série de eventos, como líderes estudantis...

Danilo: Eu estava mais ou menos contando para ela a situação dos anos sessenta, foi um momento muito rico, principalmente para nós que éramos jovens, tínhamos 16,17,18 anos...havia a guerra fria: Estados Unidos e União Soviética, isto é, quase todo mundo teve que tomar um partido, um lado, ao mesmo tempo tinha toda aquela euforia da vitória da revolução cubana que nos atingiu muito por causa do Uruguai. Como o Uruguai é um país relativamente pequeno, mas um importante no contexto da América Latina, tudo o que acontecia no mundo chegava para nós mais rapidamente do que para outros brasileiros, porque nós estávamos na fronteira, e o Uruguai sendo um país e Riveira sendo uma capital, tudo que acontecia no mundo chegava logo ali... Então chegava também para nós que estávamos do outro lado. A gente viveu todo aquele período de crescimento, de abertura, o Brasil estava se transformando de um país agrícola para um país industrial, tudo isso estava mudando os conceitos e abrindo os olhos dos brasileiros para o mundo. Antes era um país fechado, totalmente agrícola... era um caldo de cultura muito grande. E a gente, nesse tempo, começou a trabalhar na Plateia como revisor: eu, o Kenny e o Bicudo, e éramos também metidos a boêmios, tínhamos o bicudo de músico, tocador de violão. Passávamos a noite na rua, saíamos do jornal de madrugada e íamos para os bares discutir, perguntar, e lavava uma vida muito agitada, isso em 1963. Quando vem o golpe de 1964, nós ainda estamos na liderança da União Santanense de estudantes secundários, e tomamos posição ao lado do presidente eleito, empossado, que era o Jango, e ao mesmo tempo, na prefeitura municipal, que era do PTB, se faz um movimento de defesa da constituição, da legalidade, que era o caso do Jango. Ocupamos a prefeitura na madrugada do dia 31 de março e na madrugada do dia seguinte, dia 1, nós fomos expulsos porque oficiais do Exército invadiram a prefeitura armados de metralhadora. É interessante isso, por que estavam os oficiais armados de metralhadora? Porque eles não tinham conseguido levar os soldados nem os sargentos que tinham se rebelado e estavam a favor do Jango, só os oficiais estavam contra. Então ali por uma, duas horas da madrugada, quando estávamos ocupando a prefeitura, nos escorraçaram de lá. No dia seguinte, dia 01, eu fui preso pelo comandante do sétimo regimento de cavalaria, e fui levado para o gabinete dele...

João Souza: 1 de abril de 1964, antes teve a Legalidade...

Danilo: Ah, sim...na Legalidade nós fizemos o mesmo movimento de defesa para que o Jango assumisse a presidência da república, já que ele era o vice-presidente eleito, montamos vigília noturna no CTG fronteira aberta. Aí nós éramos tudo estudantes, estávamos no Movimento estudantil, em 1961, se não me engano, eu era vice-presidente da União Santanense de estudantes secundários, e o presidente, que era o Napoleão Dante Moreira, estava prestando serviço militar, então ele ficou preso no quartel. E aí eu assumi a presidência. A União Nacional dos Estudantes mandou um emissário para Livramento, e com a orientação desse colega- isso em 1961-, nós montamos um grande comitê no CTG "Fronteira Aberta" e lá a gente recebia as pessoas que queriam se inscrever para uma possível participação numa luta de manutenção da Legalidade. Como foi feita aqui em Porto Alegre, no 'mata borrão', nós fazíamos lá em Livramento, o pessoal se inscrevia, dava o nome, a sua habilidade, o que se podia fazer, e passamos quatro ou cinco noites, inclusive eu passei três noites sem dormir, fazendo uma espécie de plantão para a defesa do mandato do Jânio. Quando houve a decisão favorável a participação do Brizola aqui em Porto Alegre, aí terminou o movimento, uma pena é que não se guardou nada de todo aquele material que foi coletado.

Elmar Bones: Mas a tua eleição (para a União Santanense de estudantes secundários) foi em 1963, né?

Danilo: Foi em 1963. No grupo estava o Elmar, o Kenny Braga, o Glênio Lemos e vários outros companheiros nossos, e a gente assumiu com aquele espírito de liberdade, de mudar as coisas. E fez uma agitação muito grande na cidade, que de certa forma é um pouco estranho por ser uma cidade do interior, mas tem esse componente que é uma fronteira com o Uruguai, tinha muita informação do lado do Uruguai, o que acontece em Montevideo hoje no dia seguinte está em Riveira. Nós tínhamos uma convivência muito grande com os uruguaios, também havia a participação dos partidos de esquerda do Uruguai, que eram fortes...

Elmar Bones: E aquelas pichações?

Danilo: Pois era onde eu estava chegando. Então em 1962, 1963, a gente começou a se aproximar da Plateia como jornal. Primeiro levando textos, colocando nossas notícias como movimento estudantil, a gente acabou fazendo um jornal chamado “O estudante hoje”, no qual a gente publicava todas as ansiedades do pessoal, artigos...

João Souza: O jornal era impresso na Plateia?

Danilo: Isso! Eu estava contando também que havia um deputado do PTB, Antônio Visintainer, que era de certa forma o representante do João Goulart na região da campanha. Nós convidamos ele, e ele muito ia a Livramento para fazer manifestações, palestras sobre as reformas de base, que eram: a Reforma Urbana, Agrária, Política, e a Tributária. Então em 1963, quando nós fomos eleitos para a presidência, de certa forma acirrou...

João Souza: Em que mês, mais ou menos?

Danilo: Deve ter sido maio, junho... não me lembro o mês da eleição mas eu tenho bem claro um evento que nós fizemos, e que agora em outubro de 2013, nós vamos fazer uma comemoração dos 50 anos desse evento, que foi o maior evento esportivo da fronteira chamado “Jogos internacionais da primavera”, e isso de certa forma foi bem pensado como uma diversificação do nosso comportamento, para não dizer que nós só pensávamos em política. Como havia uma oposição muito grande de direita, para não dizerem que nós só pensávamos em política, nós fizemos esses jogos, que eram de todos os colégios de Livramento contra todos dos colégios de Riveira. Isso eu me lembro, foi em setembro de 1963, por isso que eram jogos da primavera. Agora nós vamos fazer uma comemoração lá em Livramento dos 50 anos dos jogos, levantamos todos os atletas que participaram, todos os professores- infelizmente a maioria já morreu. Conseguimos encontrar a madre Tereza, que era diretora do Colégio das Freiras...

Elmar Bones: E que proibia que o nosso jornal entrasse no colégio, a gente tinha que ficar na frente com uma mesinha, para entregar o jornal para os alunos na porta...

Danilo: Com ela nós tínhamos muita briga, até que tinha um bom relacionamento, porque como eu era o presidente da entidade, eu tinha que manter um certo relacionamento social, mas ela era uma das nossas opositoras e nós éramos chamados de comunistas. Então é todo esse caldo de cultura que chega em 1964 e nós fomos pegos de surpresa. Havia uma euforia tão grande, havia disputa entre esquerda e direita, fazíamos pichação de rua, como disse o Elmar. Ontem mesmo eu achei um documento que dizia que nós pichamos as ruas- e só para quem não conhece Livramento: ela termina na rua divisória com o Uruguai, e a cidade vem pra baixo-, nós pichamos desde a linha divisória até a praça general Osório, em todas as esquinas: “Reforma ou revolução”, e isso a gente fazia de madrugada, e a direita colocava “Reforma sim, revolução não”...

Elmar Bones: E esses documentos que tu achou, o que é?

Danilo: São documentos daquela época. Quando o secretário de São Paulo diz agora que eles vão identificar jornalista para não apanhar da Polícia, eu me lembrei que tenho as identificações que nós éramos obrigados a usar em 1965, aqui em Porto Alegre, e era exatamente o contrário: era para a polícia nos identificar e nos bater. Eu achei as braçadeiras lá, tinha o teu nome e o do jornal, eu era do Correio da Manhã do Rio de Janeiro, tu eras obrigado a usar aquela braçadeira, os caras te identificavam e te batiam. Isso em 1965, 1966, 1967 aqui em Porto Alegre, até 1968. Esses quatro anos eu participei das passeatas aqui em Porto Alegre, mas continuando em Livramento, em 1964 a gente é pego de surpresa porque havia uma euforia muito grande e tal, não imaginava que haveria aquele golpe. Quando sai o golpe, o prefeito de Livramento que também era do PTB, Sérgio Fuentes, se apresenta e a gente ocupa junto com ele a prefeitura, colocamos uma rádio clandestina dentro da prefeitura no ar que transmitia as notícias que nos interessava porque as rádios não pegavam, para divulgar as informações.

Elmar Bones: Eu tenho na minha mente que foi o pessoal do Partido Comunista de Riveira que conseguiu o transmissor, que estava em cima de uma caminhonete, que veio por trás da prefeitura. Tanto que quando o Exército cercou mais tarde, tiraram pelos fundos...

Danilo: Bom, daí ocupamos e ficamos de donos da prefeitura. Na madrugada de 31 de março para 1 de abril, eu lembro que estava sentado no gabinete do prefeito, com os pés em cima da mesa, quando entraram os oficiais armados de metralhadora e nos expulsaram. Dia 1 de manhã eu fui preso pelo 7º regimento de cavalaria e levado lá para o quartel, que estava sob o comando do coronel Geraldo Kinach de Souza, e era juiz de direito na cidade o José Paulo Bisol, e eu me lembro que estava sentado na sala do comandante e o Bisol telefonava para ele dizendo que ele tinha que me liberar porque ele (Bisol) não iria conseguir segurar os estudantes que estavam se reunindo para invadir o quartel. Bom, isso durou o dia todo. E ao mesmo tempo, como eu estava na sala do comandante, ouvia todos os telefonemas que ele recebia, não só do Bisol como do pessoal aqui do terceiro Exército e o pessoal do Rio, os dois tentando convencê-lo a optar por um dos lados, e ele não optava. Aliás, essa indecisão quase custou a carreira dele, no fim ele optou pelo golpe, mas ele demorou para decidir. Eu lembro que depois ele foi transferido para os confins do Mato Grosso, e não sei como terminou. Então, isso foi no dia primeiro, e aí pelas 6 ou 7 horas mandou os soldados me devolverem aonde eles tinham me pegado. Tem um outro episódio: no dia dois ou três, a Câmara de vereadores faz uma reunião para destituir o prefeito, que tinha se rebelado contra os milicos, aí o golpe já estava consolidado, e ao mesmo tempo o pessoal da direita e os estudantes fazem uma reunião para me destituir da USES, o interessante é que na reunião da minha destituição tinha 10 vezes mais gente do que na de destituição do prefeito, e as reuniões eram a mesma hora e ao mesmo tempo, a do prefeito na prefeitura e a nossa na sede da USES.

João Souza: E aí, te destituíram?

Danilo: Claro que me destituíram! E o seguinte: alguém fez uma bobagem, o pessoal do próprio Exército ou da Direita, estava uma discussão terrível ali, meia-noite, algo assim, sabe como é reunião de estudante, né? Um discursava a meu favor, outro discursava contra, e a rua era estreita, cheia de gente, a meia noite começa uma gritaria lá fora porque o Exército trouxe três caminhões de soldados- não eram soldados, eram oficiais, e foram empurrando a multidão para tentar certamente nos prender, estávamos eu, o Bicudo, o Kenny, toda a diretoria reunida. E aí os soldados começam a avançar e apertar as pessoas e quando eles estão quase chegando onde nós estávamos, alguém apaga a luz da cidade. Eu acho que fazia parte do plano, mas o cara errou o tempo, se antecipou, e foi aquela gritaria e correria para tudo quanto é lado e os soldados

não sabiam o que fazer, e nós conseguimos, por causa do escuro e pela beira da calçada, fomos saindo um por um, e obviamente dali fomos todos para Riveira. Só que dali a Riveira dá uns cinco quilômetros, não é tão perto, eu acho que foi a noite mais terrível que eu tive na minha vida, caminhando no escuro, enxergar nada e sabendo que poderia acontecer qualquer coisa. E então ficamos lá, semi-exilados, cada um na casa de um parente, e acho que uns 10 dias depois eu voltei para minha casa em Livramento, aí uma patrulha foi na minha casa e me levou ao 8º regimento de artilharia, e eu comecei a responder o IPM (Inquérito Policial Militar), nesse aspecto foi normal...

João Souza: Tu tinhas 18 ou 19 anos?

Danilo Ucha: Uns 17 anos, talvez. O cara me fez uma pergunta e eu até brinquei com ele: “O senhor é apologista do regime de Fidel Castro?”, eu disse: “Não sei nem o que quer dizer apologista”. Na verdade eu tenho certeza que eu não sabia mesmo. Nunca esqueci dessa pergunta, e o nome dele era Tenente Gonzales. Aí não aconteceu nada, respondi o IPM, foi várias vezes lá no quartel prestar depoimento e ficou nisso mesmo. Depois eu tentei achar esse inquérito na região militar de Bagé, nunca consegui achar.

Bom, agora vem aquilo que eu acho que interessa mais. Aí a gente já tinha um envolvimento com o Toscano Barbosa, que era o diretor e dona de 'A Plateia', a gente precisava trabalhar e ao mesmo tempo queria continuar naquele movimento, e como era Ditadura- não podia ter agitação política, a gente queria ir para o jornal. Então nós fomos para o jornal ser revisores, eu, o Kenny e o Bicudo, depois alguns foram para a redação fazer alguns textos e tal. A Plateia tem um papel importante na nossa formação política, social e também jornalística porque o Toscano Barbosa era um cara diferente, e ele talvez tenha sido o único jornal do interior do país a ficar contra o golpe. Naquela época quase tudo ou era copiado do rádio ou recortado de outros jornais, com atraso, por exemplo, ele recortava muito os artigos do Correio da Manhã do Rio de Janeiro, que talvez foi o único jornal da grande imprensa que ficou contra o Golpe, ao menos no início. Então o jornal Correio da Manhã publicava matérias que os outros não publicavam, tinha o (Carlos Heitor) Cony como colunista, e ele naquele momento optou por também ser contra os militares, cada dia escrevia um artigo mais violento contra a Ditadura, contra o que era feito, contra a cassação de mandatos e aquela coisa toda. E “A Plateia” reproduzia esses artigos, e tinha problema com os militares da cidade que ficavam controlando, quase todo o dia ele tinha que dar explicação lá no quartel, as vezes ele se esquentava e passava para o lado de Riveira, ficava sentado lá num bar e não ia. A Plateia representou um papel muito importante naquele momento para a sociedade santanense, para nós! E talvez até para alguns aqui em Porto Alegre, porque eu me lembro que era uma época que o jornal vinha para Porto Alegre, ele não circulava muito amplamente, mas em uma ou duas bancas, e muita gente procurava o jornal porque nele encontrava o material do Correio da Manhã do Rio. E a gente também estava na Plateia com aquele entusiasmo todo: “Porque tem que ser, tem que fazer”, e o Toscano gostava, foi fazendo. Isso custou para ele o jornal, não imediatamente, mas ao longo do tempo...

Elmar Bones: Inviabilizaram o jornal dele.

Danilo: A sociedade santanense, extremamente conservadora e muito direitista, foi boicotando o jornal, principalmente no aspecto de anúncios. E eu também desconfio, não tenho provas, que naquele momento as forças que dominavam também pressionaram os anunciantes dele, disso eu tenho quase certeza. Só uma curiosidade: uma das explicações, que acho ele (Toscano Barbosa) e o Kenny Braga tiveram que dar aos milicos foi na comemoração... que dia é a renúncia do Jânio*?

Elmar Bones: 21 de agosto de 1961...

João Souza: 21 não, foi 24!

Danilo: Enfim, foi em uma data dessas aí. Na renúncia do Jânio¹, como se faz até hoje, o Toscano resolveu contar a história da renúncia e publicar aquele documento que ele explicava porque ele renunciava, e por um erro de revisão, na expressão onde diz “renuncio porque ‘não sei o que’, forças ocultas me pressionaram...”, saiu “Forças Militares”, eu acho que foi erro de revisão. Daí ele e o Kenny, que eram os que editavam os artigos, tiveram que dar explicação, e acho que a explicação que eles deram foi de erro de revisão.

João Souza: E aí “A Plateia”, pressionada, inviabilizada economicamente, ela chega até aonde? 1968 com o AI-5?

Danilo: Eu sou muito ruim, João, para datas. Só olhando no papel, eu sei as histórias, mas as datas eu não sei. Eu sei que ela vai num processo de diminuição de anúncios...

Elmar Bones: O Toscano teve um “sobre-vida” quando o Dirceu Nogueira, que era Santanense, foi ministro dos transportes do Castelo Branco, e aí deram um refresco para ele, mas foi um momento.

Danilo: Eu sei a história. Vai caindo, vai caindo e ele é obrigado a vender, e vende para um grupo de São Luiz Gonzaga que existe até hoje. Só que esse grupo chegou lá com aquele espírito de São Luiz Gonzaga, que era na época uma cidade menor do que Livramento, uma cidade provinciana, e chega com um jornalismo mais interiorano, e o de Livramento já era muito mais desenvolvido por influência do Uruguai. Aliás, eu tinha vontade de defender uma tese na Universidade que era sobre porque Livramento em 200 anos mais de 150 jornais, e em algum momento teve três jornais diários, e todos os jornais altamente combativos. Na minha opinião, e obviamente teria que pesquisar para fazer a tese, isso é influência direta da imprensa uruguaia, que sempre foi muito mais combativa, sempre teve jornal. E outro componente dessa minha tese que não foi defendida, é porque Livramento tem tantos jornalistas, mas eu acredito, pelo meu conhecimento, que Livramento deve ser a cidade brasileira que tem maior número de jornalistas...

Elmar Bones: Isso proporcionalmente, tu queres dizer?

Danilo: Isso, de nascidos na própria cidade. Uma vez eu consegui reunir a maior parte dos jornalistas que estavam atuando na imprensa brasileira naquele momento, nós reunimos 75 jornalistas, quer dizer, eu não estou falando de jornalistas ao longo do tempo, mas em um determinado momento, mas eu não lembro em que ano. Essa documentação eu tenho, nós trouxemos 75 jornalistas, do Acre, do Rio de Janeiro, de Brasília, São Paulo, Porto Alegre, toda essa gente de Livramento. Esses dias eu fiz um levantamento para o Jornal da Noite e não publiquei ainda: na TV Globo hoje tem 12 Santanenses. Bom, daí em 1965 nós viemos para Porto Alegre, eu vim fazer arquitetura e eles vieram fazer jornalismo...

João Souza: E o AI-5?

Danilo: No AI-5 eu lembro perfeitamente: eu estava sentado em cima de uma mesa na Folha da Tarde...

João Souza: Isso já em Porto Alegre...

Danilo: Eu era redator da Folha da Tarde, me lembro perfeitamente da cena: Toda a redação da Folha da Tarde parou, todo mundo sentou em cima das mesas e ficamos ouvindo no rádio a leitura do AI-5. Antes nós tínhamos levado um pau aqui na frente da Prefeitura: eu, o Assis Hoffmann², e como era o nome daquele fotógrafo da Caldas Junior? O Otacílio! Quebraram os óculos dele... Ainda ontem mandei uma mensagem para o desembargador, o Rui, dizendo que com essas manifestações...o Rui colocou uma notinha no facebook dizendo que as primeiras bordoadas que ele levou da Brigada foi em 1965 ali na frente da Filosofia (Faculdade de Filosofia da UFRGS), e eu disse para ele: eu estava lá e também levei! Só que depois em levei em 1966, 1967, 1968...Em duas situações: primeiro como estudante, em 1965, e em 1966 e 1967 já como jornalista. Em 1966 eu trabalhava na rádio Farroupilha, em 1976 eu trabalhava na Folha da Tarde e na rádio Guaíba.

² Na época, fotógrafo de Zero Hora.

Nascido em Cachoeira no Sul, José Antônio Vieira da Cunha foi um dos idealizadores e fundadores da Cooperativa dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e do CooJornal. Depoimento sobre a Coojornal.

Rafael Guimarães: Acho que podemos começar pelo primeiro sinal do jornal, a matéria dos cassados...

JA: É, a matéria que realmente trouxe os holofotes da repressão e da censura e da Polícia Federal foi a matéria sobre o total de cassados no país naquele momento. Acho que podíamos localizar o Coojornal?

Rafael Guimarães: É, acho que sim. O jornal da Cooperativa...

JA: Brevemente... Criou-se em agosto de 1974 a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre e reunia um grupo de jornalistas, os fundadores foram 6, com a intenção de criar alternativa para o mercado de trabalho e criar um jornal que pudesse ser um jornal dos jornalistas. Então a Cooperativa, durante um ano, um ano e pouco, ficou na fase de estruturação, se capitalizando a partir das cotas compradas por aqueles fundadores e mais alguns outros que foram entrando como sócios ao longo do tempo. Até que em certo tempo ela começou a operar praticamente com a edição de jornais e boletins para terceiros, que seriam empresas, associações, entidades, sindicatos e coisas do gênero.

Rafael Guimarães: Algumas coisas para o meio cooperativista também...

JA: Sim, entre elas veículos para a área cooperativista, como a revista “Agricultura e Cooperativismo”, que era uma revista mensal editada pela Fecotriga, tinha depois o jornal “rancho”, que circulava junto às cooperativas de crédito do Rio Grande do Sul...

Rafael Guimarães: De consumo...

JA: Isso, de consumo. Naquela época, as empresas de trigo e soja tinham suas cooperativas de consumo, então o jornal tinha essa ampla circulação, e outras publicações menores para cooperativas e para sindicatos, empresas, como eu disse. Em certo momento a Cooperativa começou a editar um boletim para os seus associados, e tinha inicialmente quatro páginas, depois oito, depois doze. E esse boletim tinha como nome a sigla da própria cooperativa, que era Coojornal - Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. E em certo momento nós identificamos que o mercado estava maduro, a Cooperativa teria capacidade para passar a editar um jornal que se entendeu que deveria ser mensal. E este jornal deveria ser colocado em bancas, e como o boletim coojornal tinha uma história de oito edições mensais- já tinha de alguma forma fixado o nome junto à categoria dos jornalistas em especial, e junto às empresas de comunicação, um pouco junto às agências de publicidade também, às faculdades de comunicação-, entendeu-se de manter aquele nome, “Coojornal” para o jornal mensal, que foi então editado e se manteve a numeração das edições, e quando ele foi para as bancas tinha a edição numero nove, em outubro de 1966...

Rafael Guimarães: Exatamente no mês que eu cheguei.

JÁ: É? E o coojornal desde o começo se caracterizou por algumas, vou repetir o nome, características que o diferenciava de um jornal da imprensa convencional, comercial. O primeiro deles é o fato de ser um jornal de jornalistas, de propriedade dos jornalistas, já que ele era da Cooperativa, e vale registrar que ela é um ambiente altamente democrático, ela não visa lucro, em princípio, a não ser o bem-estar dos seus associados, que se dá através da possibilidade de oferecer trabalho aos jornalistas e a partir daí eles se remunerarem. Então esse núcleo de jornalistas da Cooperativa- como eu disse, um órgão democrático, que cada associado tem direito a um voto, independente da participação societária dele no empreendimento. As

decisões principais que são relevantes para o desenvolvimento da Cooperativa são tomadas em Assembleia Geral, da qual todos os associados podem participar. Dentro de todo esse ambiente é que se criou esse jornal que foi pra banca, então era um jornal altamente independente em relação a interesses de empresas, de governos e coisas do gênero. E o norte que a gente traçou ali no começo era que esse jornal tinha que ser um jornal que contemplasse um pouco esses anseios dos seus donos, portanto, seus jornalistas, ao mesmo tempo que se caracteriza-se por uma postura bastante profissional, de independência, e esse profissionalismo se dava inclusive na forma de abordagem das matérias, muitas delas eram reportagens eminentemente jornalísticas, outros eram trabalhos que entravam muito na área política, não tinha um viés partidário. Naquela época, ele tinha como parâmetro, como referência para o público leitor, jornais como o “Movimento”, como o “Versus”, como o “Opinião”, que esses sim, tinham esse viés político e em alguns momentos partidário. Mas o Coojornal tinha essa outra postura, um pouco diferenciada, mas que fazia com que ele tivesse conquistado um espaço muito importante nesse ambiente jornalístico, nesse ambiente político nacional, porque ele chegou a ter uma tiragem de 33 mil exemplares, e que vendia muito bem em zonas como a Sul do Rio de Janeiro, com a distribuição nacional que a gente fazia. E este jornal foi considerado, naquela época, isso em 1978/1979, um dos cinco principais jornais da imprensa alternativa no Brasil. Tem um livro chamado “Jornalistas e revolucionários”, do Bernardo Kucinski, que em certo momento ele registra isso, a importância do Coojornal naquele ambiente político do país, o ambiente da Ditadura, da repressão, das restrições à liberdade de imprensa e assim por diante. E o coojornal, e a Cooperativa, de alguma forma, sempre tiveram uma dificuldade muito grande de operar num circuito digamos comercial convencional, exatamente por isso. O jornal acabou criando certas “barreiras” que dificultavam a própria comercialização dele, que barreiras eram essas? Ele era visto, por amplos setores governamentais, empresarias e oficiais, como um jornal de esquerda, um jornal de comunistas, um jornal que “fazia oposição sistemática” ao regime, e assim por diante. Então isso criava essas dificuldades do ponto de vista de comercialização dele e da própria cooperativa, então acabou sendo uma convivência que a gente era obrigado a ter nesse viés empresarial e governamental. E não por acaso, boa parte dos trabalhos que a cooperativa fazia nesta área de prestação de serviços, era para entidades de classe- sindicato dos bancários, no caso do jornal “O Bancário”, ele tinha uma tiragem de milhares de exemplares; fazíamos a revista do IAP, o jornal do CPERS, que esse sim era um jornal de 150 mil exemplares-, para as cooperativas: a Cotriljui, a Cotrijal, a Cooperativa de Encantado, a Unimed, a CoCEEE. Porque ordem nós tínhamos uma boa afinidade com esse setor da economia regional, e de outro nós tínhamos aquela dificuldade muito grande de conseguir trazer trabalhos da área governamental ou empresarial convencional.

Os próprios empresários identificavam ali um jornal que respirava política jornalisticamente. E o jornal acabou atraindo também a atenção de jornalistas e do mercado do Rio, São Paulo e Brasília, e houve um momento em que havia uma dificuldade muito grande de os veículos da grande imprensa veicular determinadas notícias, informações ou reportagens. Então começou a haver um fluxo de jornalistas muito grande, de São Paulo e do Rio de Janeiro, principalmente, mas também de Brasília, identificaram no Coojornal aquela válvula de escape e colocaram jornais e notícias que só ele- Coojornal-, teria condições de publicar. Eu me lembro que a morte do Vladimir Herzog, por exemplo, um dos raros locais, se não o único, que ela foi contada com todos os detalhes, foi no Coojornal. Inclusive teve um negócio super delicado, na indignação com que a gente fazia matérias como aquela, em certo momento nós não colocamos “suicídio”, nós colocamos “o assassinato” do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI. E aí o jornal quando começou a circulação, chegou em São Paulo e o Jorge Scorsegui, da ISTO É ou da Veja àquela época, me ligou na hora que recebeu o jornal e disse “Vieria, vocês estão malucos? Vocês querem ser presos?”

Vocês estão dizendo aqui que o Exército matou o Vladimir Herzog! A versão oficial, que está saindo em todos os lugares, inclusive nos jornais daqui, é que foi suicídio. A gente duvida, ninguém acredita, na teoria do suicídio, mas não tem como provar o contrário.” Daí nós rapidamente conversamos ali, com o pessoal da diretoria, da edição, e decidimos imprimir 10 exemplares do jornal tirando o “assassinato” por suicídio, e colocamos “morte do jornalista Vladimir Herzog”, que era uma cautela. Então aqueles 10 exemplares ficaram lá em uma gaveta, porque se eventualmente acontecesse qualquer problema, a estratégia seria pedir desculpas: “Olha, foi um descuido. Mas nós recuperamos, recolhemos quase todo o jornal e está aqui o jornal que circulou mesmo”. Felizmente não teve a necessidade de fazer isso, mas para ti ter uma idéia de como era o ambiente político do regime, da situação que se vivia naquele momento.

Rafael Guimarães: O Coojornal foi também o primeiro a noticiar o Araguaia, e antes do pessoal do Movimento, que tinha mais ligação com o PC do B, o Coojornal fez uma matéria sobre o Araguaia um mês antes.

JA: Então a gente sempre acabou convivendo com essa dificuldade grande, do ponto de vista político. Até que em certo momento, teve um colaborador nosso, “Hamiltinho”, jornalista que morava em São Paulo, fez uma matéria para a...

Rafael Guimarães: Essa história eu até me lembro bem. Eles tinham uma publicação chamada “Extra-realidade brasileira”, tinham saído do “Bondinho”, depois do “Ex”, e o “Extra” eles faziam em fascículos, saíram três ou quatro só. A outra era sobre um menino de rua de São Paulo que virou o maior bandido da cidade, e eles tinham pacto de não aceitar a censura prévia- quando baixaram a censura prévia no Bondinho eles fecharam, quando colocaram no “Ex” fecharam-, e daí eles tinham o material pronto para fazer, não lembro se era o quarto ou quinto fascículo que seria sobre os cassados, colocaram a censura prévia. E eles tinham esse pacto, “não vamos aceitar censura prévia”, só que ficaram com um enorme material, e que nada mais foi do que pegar pesquisadores e ir pro Diário Oficial pesquisar 13 anos, para ver quais eram os cassados. E chegou naquele número 4 mil e pouco, foi uma surpresa...

JA: Mas o gancho que deu sentido jornalístico para o assunto é que o governo, na época, tinha apenas dois partidos: a Arena e o MDB, que era o único partido de oposição, e o líder no Congresso Nacional era o Deputado Alencar Furtado, e ele fez uma determinada manifestação lá no Plenário da Câmara, que o governo considerou altamente ofensiva e cassou o Deputado Alencar Furtado. Foi um escândalo político, porque o governo ousava cassar o líder da oposição no Congresso Nacional. Então deu o gancho, com a cassação dele se fez uma manchete dizendo que o “líder do MDB é o milionésimo, quinquagésimo...” alguma coisa assim, “cassado no país”, e se fazia todo um histórico das cassações ocorridas- desde as primeiras, que foram do Juscelino Kubtchek, do (Luiz Carlos) Prestes... Aquela matéria incomodou profundamente o governo, talvez pela ousadia de fazer aquela reunião e reflexão de tudo o que aconteceu desde que a Ditadura se instalou no país.

Rafael Guimarães: E o número de pessoas... Porque se pensava, “ah, era o Brizola, o Prestes e mais meia dúzia de comunistas” e tal, quando foram ver eram quatro mil! Ai entram os funcionários públicos que foram demitidos por atos de exceção, os professores expurgados, era um número absurdo.

JA: É que escancarou aquela repressão que o regime trazia. E então o que aconteceu, a Polícia Federal, certamente determinada por Brasília, colocou dois de seus agentes a visitarem todos os anunciantes do Coojornal. Que por, iconicamente, aquela edição foi a de maior tiragem até então do jornal, e que depois nunca mais vai se repetir, e foi também a que mais teve anunciantes em toda a sua história. Eram 33

anunciantes, quase que a metade deles de página inteira, era uma edição altamente lucrativa, nós estávamos eufóricos com o desempenho do jornal nas bancas, portanto editorialmente, e do desempenho comercial do jornal, que apesar de todas as adversidades, e estávamos conseguindo ter um resultado excelente com aquele jornal. Então esses 33 anunciantes foram visitados um por um por dois agentes da Polícia Federal, com jornal embaixo do braço, para dizer que o governo não via com bons olhos que aquela empresa, aquele empresário, aquela entidade, estivesse anunciando num jornal como este, que caracterizadamente fazia uma oposição ao governo. Isso deu um efeito imediato, porque na edição seguinte, quase um mês depois, apenas três desses anunciantes permaneceram. Não por acaso, todos elas Cooperativas: Cotrijui, a Unimed, e não me recordo a terceira... Muitos deles, inclusive nos pediram desculpas, um deles era o Ughini, nosso amigo, que tinha um varejo- e tem até hoje, na rua Voluntários- “não tenho condições políticas, empresariais, porque podem me reprimir, perseguir, fazer o diabo que quiserem”. O curso Unificado ou Universitário também, os diretores do curso foram lá e disseram “olha, nós gostaríamos muito de continuar, mas acontece que 'isso e aquilo', infelizmente não podemos”, outros simplesmente foram embora e não deram explicação nenhuma. E o presidente da Federação, das Unimeds na época, que era o Doutor Arnaldo Malman, foi o único que afrontou, isto é, disse o seguinte: “é, pois não, eu acato a sua observação só que eu não posso tomar essa decisão porque eu sou presidente de uma Cooperativa, e para tomar uma decisão dessas é preciso tomar a partir dos Cooperativados, então eu vou ter que submeter esse assunto à uma Assembléia Geral, não posso eu decidir, e para isso eu gostaria que o senhor me desse por escrito uma observação sobre o que eu posso ou não posso fazer”, e é evidente que os agentes da Polícia disseram que aquilo eles não poderiam fazer, e ele disse “então, se vocês não podem me dar uma explicação por escrito eu não posso deixar o jornal sem falar com os meus cooperados” “bom, se o senhor continuar anunciando, provavelmente vai ser chamado a depor na Polícia Federal”, e ele disse: “não tem problema, vou depor a hora que precisar”, e foi o que aconteceu: ele continuou anunciando, e na edição seguinte ele foi chamado na Polícia Federal para dar explicação porque estava anunciando no jornal e tal... E sustentou que simplesmente não tinha nenhuma explicação lá, que era uma decisão dos seus cooperados, e insistiu na tecla: “se me derem uma explicação formal eu levo aos cooperados e submeto a eles”. É claro que não aconteceu nem uma coisa nem outra, e também ir contra uma cooperativa de médicos, eu acho que o regime achou que fosse um exagero querer influenciar e reprimir também ali, e aparentemente não aconteceu nada nem com ele, nem com a Cooperativa. Mas então aquela perseguição, aquela ação, foi muito pontual, mas definitiva, porque ela trouxe um prejuízo incalculável para o Coojornal e para a Cooperativa, porque de uma hora para outra um jornal que tinha uma tiragem de 33/35 mil exemplares, teve que reduzir essa tiragem e seu número de páginas, porque em vez de trinta e três anunciantes tinha apenas três- 10% do que tinha. E é claro que com isso o jornal deixou de ser rentável, e ao contrário, passou a ser deficitário, e isso começou a “agudizar” problemas que a Cooperativa já tinha ao natural, até porque o ponto de honra daquela cooperativa era continuar mantendo o jornal aquela postura que ele sempre teve, e isso custava dinheiro.

Um outro episódio muito relevante desse tipo de censura que nós tivemos foi no anuário, a publicação chamada “Ano econômico”, que foi um anuário que nós criamos, que idealizamos, e que seria uma espécie de “maiores e melhores” do nosso meio. Nessa época tinha a exame que tinha a publicação das melhores, e nós discutimos que poderíamos fazer no Rio Grande do Sul algo semelhante e deu certo, fizemos. O “ano econômico” foi um sucesso do ponto de vista editorial e comercial, com uma publicação de quase 200 páginas, que fazia a leitura da economia do Rio Grande do Sul, as principais tendências delas e tudo mais. Nós lançamos o ano econômico na Assembléia Legislativa, com a presença do governador Amaral de Souza... não! Esse foi o “Rio Grande”, estou fazendo confusão. Na segunda edição de “O ano econômico”,

nós lançamos na Federasul, numa reunião almoço que teria como palestrante o governador Amaral de Souza. Neste mesmo dia, que era uma quarta-feira, o comandante do Terceiro Exército, Geraldo Antônio Bandeira, convocou um grupo de 30 empresários e as principais autoridades do estado para, entre elas o Governador, para fazer uma digressão sobre o que como o regime estava vendo o comportamento da imprensa no Brasil, e aquela apresentação era sobre a imprensa local em especial. E teve alguns episódios, um deles foi que estava lá o Alexandre Baumgarten, que era o editor da revista “O Cruzeiro”, que tinha sido uma revista- junto com a “Manchete”-, das mais importantes do Brasil nas décadas de 1950 e 1960, e que ali, no final dos anos 1970, eles estavam completamente desprestigiados. E um grupo, identificado com o regime militar, assumiu o controle dessa revista e esse evento todo foi para que o Alexandre Baumgarten apresentasse a revista “O Cruzeiro” sobre o belo trabalho que ela estava fazendo, exaltando a nacionalidade, questões patrióticas, o papel do governo no desenvolvimento do país e assim por diante. O próprio comandante do III Exército recomendava que aqueles empresários que formavam a nata do empresariado riograndense passassem...

Rafael Guimarães: Não me lembrava desse episódio.

JA: Houve até um constrangimento ali, dois ou três empresários acabaram assinando autorizações de anúncios na revista “O Cruzeiro”, e em outro momento desta reunião é que um militar, ao fazer a exposição sobre o que estava acontecendo na mídia do Rio Grande do Sul, mostrou o Coojornal como exemplo de jornal que criticava o regime, fazia oposição sistemática ao regime, portanto, não merecia receber atenção dos empresários. E o jornal Zero Hora, Correio do Povo- ele fez uma leitura, “esses sim são confiáveis, mas tem que ter cuidado porque nas redações tem comunistas infiltrados”

Rafael Guimarães: Eles pegaram até uma edição da Zero Hora cuja a página central era o (Rafael) Videla, presidente argentino, e encapado tinha o caderno de vestibular cujo o tema de vestibular era Fascismo, então grudava (uma página na outra), e eles disseram: “Olha aqui, é propaganda subliminar”, e o Maurício Sirotski levantou indignado.

JA: E não só esse episódio. Eu quero dizer o seguinte...os militares podem ter o seu entendimento sobre as redações e tal, mas no jornal dele (Maurício Sirotski) não ia permitir esse tipo de intervenção. E o Breno Caldas levantou e disse: “Faço minhas as palavras do meu colega Mauricio”, ele era mais retraído. Então teve esse episódio. E esta reunião foi convocada, nós temos convicção que não por acaso, para o mesmo dia e horário em que nós faríamos o lançamento da edição do segundo ano de “O ano econômico”, lá na Federasul. Da qual participou, em vez do Governador, o vice-governador, que era o senhor Otávio Germano. Mas era uma reunião bastante esvaziada.

Rafael Guimarães: Só um parênteses: o Alexandre Baumgarten, que o Vieira citou, logo depois apareceu morto numa praia do Rio de Janeiro, um crime com todas as características de queima de arquivo, um cara que sabia de mais. Quando começou aquela história da abertura, o confronto interno do governo, do pessoal que achava que não tinha mais como segurar a abertura e o pessoal da linha dura que queria manter a Ditadura. E nessa coisa o Alexandre Baumgarten foi literalmente queimado.

JA: E aí quando nós, algum tempo depois, começamos a preparar a terceira edição do anuário econômico, começamos a ter uma reação tremenda dos anunciantes, e ao contrário das primeiras edições que haviam sido muitíssimo bem sucedidas do ponto de vista comercial, nós não íamos conseguir fazer a terceira edição porque era uma sucessão de negativas. Todas as empresas que haviam anunciado nos dois anos anteriores diziam: “Não, esse ano não”, e não era nenhuma crise econômica. Até que alguém nos disse: “os caras não

querem anunciar porque vocês estão marcados, vocês já foram fichados pela Polícia, já houve a perseguição ao Coojornal”, e tudo mais...

Rafael Guimarães: E até do ponto de vista editorial, né. “O ano econômico” apresentava balanços, índices e tal, mas tinha matérias: “a empresa que se destacou nesse seguimento”, fazia matérias. Até para a parte jornalística já havia uma resistência...então, tanto sabotado do ponto de vista comercial mas também com uma enorme dificuldade de fazer matérias para dar o peso, enfim...

JA: Nesse caso a solução até foi boa, do ponto de vista digamos comercial, porque nós identificamos que a Zero Hora lia com muita atenção aquele anuário e chegou a alimentar a idéia de fazer um semelhante, aí nós fomos conversar, uma ou duas conversas, com a direção da Zero Hora, e a Zero Hora acabou comprando o título “Ano econômico”, foi uma venda bem feita que nós fizemos, com um recurso bem interessante, e durante vários anos depois disso o grupo Zero Hora editou “O ano econômico”.

Rafael Guimarães: Acho que aí entramos na relação com os Tupamaros, aqueles pedidos de investigação...

JA: Sim. Publicamos uma matéria com os Tupamaros, e aí houve uma série de trocas de documentos oficiais e segretos iniciando uma investigação de que nós seríamos os agentes do grupo Tupamaros do Uruguai no Brasil....

Rafael Guimarães: É porque o jornal tinha muita matéria...

JA: Nós tínhamos uma correspondente na França, Zélia Leal, que em certo momento fez uma belíssima entrevista com um grupo de Tupamaros exilados na Europa, em Paris. E aquilo teve uma imensa repercussão, no Uruguai também, repercutiu muito na imprensa nacional...

Rafael Guimarães: Teve o caso da Flávia Schilling, fizemos várias entrevistas com ela, devido a proximidade com o Uruguai, o fato de ela ser gaúcha...

JA: Editamos o livro dela, “Cartas para a família”...

Rafael Guimarães: E fazíamos muitas matérias sobre ela, sobre a campanha da libertação...e o pessoal aqui do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, o Jair Krischke, que tinha um trabalho muito intenso no sentido de fazer denúncias de tortura e também de tirar pessoas lá do Uruguai, e o jornal dava muita cobertura para isso. Então tudo isso criou uma paranóia da Ditadura- “tem relação com os Tupamaros, são financiados”, eles falavam até dos Montoneros, mas era mais dos Tupamaros, porque a relação do jornal era mais com o Uruguai em função da Flávia, do seqüestro dos Uruguaios que já tinha acontecido- foi em 1978, e esses documentos de pedido de investigação são de 1979.

JA: No seqüestro nós tínhamos bastante ativa a nossa agência de notícias coojornal, e esta agência é que abasteceu quase todos os principais jornais e revistas na época, veiculavam as notícias que nós fazíamos, vindo ao Uruguai, todo um acompanhamento. A “Isto é” era cliente da nossa agência Coojornal, a própria Folha de São Paulo, o Correio Braziliense...E o ápice de tudo foi também a reportagem sobre os documentos secretos do Exército, do qual teve uma participação importante, e deu tudo aquilo que deu, não sei se a gente precisaria detalhar isso também...

Liana: Acho que seria interessante falar um pouco sobre isso...

Rafael Guimarães: É que apareceu um cabo do Exército, Carlos Mário de Quadros, no jornal trazendo o telegrama do SNI pedindo a investigação - “olha o que estão querendo fazer com vocês”-, ele usou esse telegrama como um cartão de visita pra depois dizer que estava com os relatórios do Exército. Daí ficamos naquele negócio: “O que vamos fazer? Vamos publicar ou não vamos?”. Bom, vamos fazer um teste:

colocamos o telegrama, fizemos uma denúncia né: “O SNI acha que esse jornal é financiado pelos Tupamaros”- acho que é essa a manchete -, e vamos ver o que acontece, isso aí foi no final de 1979. Ficamos esperando reação e não houve, e então “bom, agora nós temos o relatório”, vamos ver o que fazer. Tivemos uma série de reuniões...

JA: É, a gente avaliou muito como fazer, como abordar. Tínhamos todo o cuidado porque nós já sabíamos que era uma “nitroglicerina” aquilo, porque eram documentos reservados e que o Exército apontava ali várias dificuldades, problemas e deficiências do próprio exército. Os relatórios apontavam que os soldados eram mal aparelhados para combater a guerrilha, que vestiam roupas inadequadas, calçavam calçados inadequados, que não resistiam dois dias de viagem por dentro da selva e assim por diante...

Rafael Guimarães: É, e para complementar, naquela operação de Guerrilha do Vale da Ribeira, do foco de guerrilha lá, o Exército fez uma propaganda que dizia que era um grupo muito grande...e houve um episódio que o grupo de Guerrilheiros lá, os cinco ou seis, capturaram a patrulha do Exército. Aquela coisa de filme: vestiram as roupas dos caras, pegaram o caminhão, furaram o cerco e fugiram...Está no relatório do General do Exército. Naquele período específico era uma desmoralização completa, o general colocou lá: “É, nos estamos mal preparados, prova está que pode acontecer uma coisa dessas”. Essas coisas que, para eles, com todo o orgulho, com toda a necessidade que eles tinham de afirmação do Exército como paladino, de salvar a pátria, era uma vergonha. E nós tínhamos o cuidado de publicar os relatórios com alguns códigos, que o “Geraldão” fez, algumas traduções da linguagem militar que um leigo não entenderia. Então tinham muitas notinhas de rodapé, textos de apresentação e depois os relatórios puros, né, explicando que o A15 é um fuzil, o que é “não sei o que”, e depois também tinha uns panfletos dos grupos guerrilheiros que dizia a versão deles sobre aqueles episódios e tudo mais, era uma coisa bem jornalística mesmo, sem juízo de valor.

JA: Mas o que bateu fundo foi isso: desmoralização do Exército, e teve uma repercussão a nível nacional extraordinária, eu lembro que o Jornal do Brasil- que naquela época era o jornal que mais fustigava o governo dentro dos limites possíveis-, publicou com chamada na capa, reproduzindo a capa do Coojornal e publicou quase que na íntegra a reportagem. Até tinha uma discussão séria com o editor do Jornal do Brasil, uma conversa por telefone que durou mais de uma hora- “prejudicaram terrivelmente a venda do Coojornal, porque quando o Coojornal chegasse efetivamente no Rio de Janeiro ninguém mais vai querer comprar porque vocês já publicaram tudo” porque eles publicaram a partir do envio de um exemplar feito pelo correspondente aqui (José Mitchell), e aí foi uma longa discussão e ganhamos até uma indenização do Jornal do Brasil por ter feito aquilo, era uma coisa maluca. Enfim, o importante é isso: teve uma repercussão extraordinária em nível nacional, tal era nitroglicerina que esse assunto representava.

Rafael Guimarães: E em outro relatório também, que era sobre o cerco e a morte do Lamarca no interior da Bahia, também dá a entender que o Lamarca foi fuzilado sem nenhuma possibilidade de rendição, ele e o segurança, o Zezinho, foram mortos debaixo de uma árvore, o Lamarca até estava dormindo. Foram mortos sem nenhuma possibilidade de defesa, e isso o relatório também diz, tanto é que foi usado depois no filme “Lamarca”, do Sérgio Rezende.

JA: E essa repressão forte que acabou acontecendo em cima do Coojornal e dos seus apoiadores foi fatal para a própria cooperativa, pro próprio Coojornal né. E que foram pouco a pouco definhando com a falta de recursos, dificuldade de comercialização, de mobilização junto à sociedade. Eu lembro que a gente alimentava uma expectativa em 1982 de que se aqui no Rio Grande do Sul vencesse a oposição para o governo do Estado a gente teria um oxigênio, uma sobrevida, interromperia aquele fluxo de trazer prejuízo

para nós. Mas infelizmente aqui venceu a situação, então todo aquele ambiente de reprovação, de condenação, de restrição ao Coojornal e à Cooperativa se manteve, o eleito democraticamente era um Arenista, era do PDS, ex-Arena, de Direita, de conservadorismo, e assim por diante.

Rafael Guimarães: É, e tinha uma dívida muito grande da Cooperativa com a Caixa Estadual, que até o episódio do processo vinha sendo pagas normalmente, parcelas sendo pagas. Quando houve esse episódio teve também um período de inflação alta, a dívida foi se acumulando e nós não conseguíamos...os anunciantes se afastando do jornal, os clientes se afastando, tivemos que vender máquinas, toda aquela coisa deprimente que foi- demitir pessoas, e a dívida crescendo...e quanto mais não seja, com um governo de oposição poderia até estancar essa dívida, reprogramar ela ao longo do tempo e dar uma folga.

JA: E prova que se tivesse um governo de oposição sendo eleito seria um sinal para a sociedade: “Olha, as coisas agora aqui no Rio Grande do Sul estão mais abertas, mais democráticas”, não tem mais aquele regime de repressão forte e assim por diante. Então isso aí oxigenaria o ambiente empresarial no Rio Grande do Sul e nos possibilitaria ter uma inserção melhor por parte de empresas da iniciativa privada as nossas iniciativas ao começar anunciando no próprio coojornal. Então infelizmente isso se frustrou com a eleição do candidato do PDS, se manteve toda aquela situação anterior.

Rafael Guimarães: E resumindo a história do processo: quando foi publicado no jornal inicialmente o ministério negou, disse que eram falsos, que eram forjados- na primeira nota do ministério do Exército- e depois, na segunda nota, disseram que iam processar o jornal porque esses documentos eram confidenciais e portanto, de acordo com a Lei de Segurança Nacional, eles não poderiam ser divulgados. E aí se abriu o processo. Foi localizado o Cabo porque quando publicamos o documento, tivemos o cuidado de manter aquelas numerações né, e chegaram até o quartel de Bagé, até o Cabo, e ele então nos comprometeu: a mim, o (Osmar) Trindade, o Elmar e a Rosvita, que são as pessoas com que ele teve contato, embora a matéria fosse assinada pelo Elmar e pelo Trindade, por uma questão política, o Elmar como editor e o Trindade como ex-chefe de redação, não lembro o que era. Mas ele comprometeu nós quatro, nós fomos processados, condenados...

JA: Tu não assinavas a matéria também?

Rafael Guimarães: Não assinava, nem a Rosvita. E fomos condenados na auditoria militar, sendo que no Conselho de sentença, que era seis coronéis e um civil, que era o juiz, carioca até. Tivemos que prestar depoimentos...eu dei um depoimento de seis horas para um coronel que só fazia “assim” com as mãos, depois a acariação com o Cabo e nós com a tática de negar, porque não sabia em que circunstâncias o Cabo tinha confessado. Então a nossa tática foi negar qualquer conhecimento do Cabo. Mas foi gozado: na hora dá uma calma na gente. E daí quando deu o conselho de sentenças os Coronéis: “oito anos de prisão para eles”, e o juiz: “não, isso é um absurdo, não pode haver isso, não há tipificação para tanto”. Daí então fizeram um acordo: “pena de seis meses, mas tem que sair gente presa daqui”, e saímos eu e o Trindade porque a gente respondia uma interpelação policial movida pelo Coronel Átila Rohsetzer, a partir de uma matéria que a gente fez para o jornal “O Rio Grande” onde apontávamos ele como comandante do seqüestro (dos uruguaios) aqui, ele não nos processou pela matéria, mas sim para saber qual era a fonte, e nós: “não, a fonte é sagrada, não vamos revelar.” Então, como havia a interpelação julgaram que não éramos réus primários, o que era um absurdo, mas eles precisavam dar uma satisfação. Saímos presos eu e o Trindade, ficamos lá acho que vinte dias. Houve também, como era julho- e isso tem que fazer um elogio para o Marco Túlio de Rose³-, nós poderíamos ter entrado com o Habeas Corpus mas o Marco Túlio demorou a entrar e foi

3 . Marco Túlio de Rose é formado em Ciências Jurídicas e foi advogado dos jornalistas durante o processo.

muito criticado por isso: “Pô, o Marco Tulio não entra”, porque o juiz de plantão que estava no Superior Tribunal Militar, naqueles primeiros quinze dias de julho, era mentor do juiz que nos condenou e certamente não nos daria o Habeas Corpus, até em função da sua relação com o juiz. Então ele levou “pau” de todo mundo, deixou quinze dias presos, porque ele sabia que se entrasse com o pedido ia ser negado e íamos ficar seis meses presos. Então bastou mudar o juiz de plantão, nos outros quinze dias do mês entrou um outro cara: “não, isso é um absurdo, não tem porque manter os caras presos”.

JA: Ao mesmo tempo teve uma pressão política muito forte, os principais líderes da oposição aqui no Rio Grande do Sul...

Rafael Guimarães: Teotônio Vilela foi nos visitar, que era um dissidente do PDS, já estava envolvido com a Anistia.

JA: Aquilo certamente marcou muito a posição do juiz...

Rafael Guimarães: Depois houve, com a Cooperativa já praticamente fechada, isso em 1983, houve uma segunda condenação e fomos os quatro presos- o Trindade, o “bicudo” (Elmar Bones), Rosvita e eu, ficamos cinco dias de novo, saímos com Habeas Corpus e aí parece que houve um entendimento de que não deveria ser julgado pelo supremo porque também não tinha mais clima naquele momento jornalista ser processado. E aí realmente, como o Vieira disse com toda a razão, levou de “roldão” toda a Cooperativa, a pressão dos próprios julgamentos, que terminou num sufocamento empresarial, comercial, e inviabilizou a continuidade da Cooperativa.

JA: Isso foi determinante, mas houve todo um conjunto de situações que levaram àquilo, mas esta sufocação aí foi determinante. Num outro quadro, num outro ambiente tu conseguirias compor melhor, respirar melhor, avançar mais...

Rafael Guimarães: As dificuldades seriam contornáveis num outro ambiente político, sem dúvida nenhuma. Houve um prejuízo para as pessoas, eu, por exemplo, na segunda prisão, estava indo trabalhar na Zero Hora, no lugar do André que estava saindo, eu estava com o dinheiro contando para trabalhar na Zero Hora e já tinha ido falar com o Felberg inclusive, quando eu saí já não existia mais o emprego, em lugar nenhum. Fiquei muito tempo desempregado, consegui emprego apenas em julho (a prisão havia sido em fevereiro) na Câmara Municipal, porque o (Danilo) Ucha tinha saído e me indicou. O Trindade teve que ir embora, ficou em Moçambique mais de dez anos, não tinha mais emprego para ele aqui em lugar nenhum. O Elmar já estava trabalhando na Gazeta, e a Rosvita eu acho que estava na TVE, ela já estava lá e não foi demitida por causa disso. Mas em geral houve um afastamento geral, eu sempre comparo com um parente com uma doença terminal, as pessoas sempre se preocupam, visitam uma vez, duas, já não vai mais na terceira, e já começa a não querer mais ouvir falar. A cooperativa mobilizou as pessoas durante um período muito grande, foi um acontecimento muito importante que teve na imprensa gaúcha.

JA: O próprio ambiente político começou a mudar isso aí.

Rafael Guimarães: E acabou de uma forma um pouco triste no final, que anos depois começou a ser retomada, nas Universidades...

JA: Porque também o que acontecia naquela época, é que os nossos jornais aqui eram extremamente acomodados àquela situação da Ditadura, do que pode e do que não pode, e se sentindo de algum modo amordaçados, então movimentavam-se em direção nenhuma. O coojornal era a grande válvula de escape, e dentro dele a Cooperativa, as coisas meio que se confundiam. Naquela época o Sindicato dos Jornalistas não conseguia fazer assembléia que trouxesse um número razoável de associados porque, dentre outras coisas,

o Sindicato também estava tolhido, e a Cooperativa era o grande ambiente democrático, uma válvula de escape dos jornalistas. Então as assembleias da Cooperativa reuniam 150 pessoas, era um absurdo, tinha 300 associados dos quais uns 20% fora do Rio Grande do Sul. Era um negocio extraordinário do ponto de vista político e classista, era um ambiente político onde se discutia, as pessoas tomavam posição.

LUCÍDIO CASTELO BRANCO

Nascido no Piauí, chega a Porto Alegre no ano de 1949. Começou no jornalismo aos 17 anos de idade, trabalhando durante duas décadas no jornal Folha Tarde e como correspondente do Jornal do Brasil em Porto Alegre. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de 1965 a 1967, e da Federação Nacional dos jornalistas (FENAJ) entre 1968 e 1971. Depoimento sobre sua atuação no Sindicato dos Jornalistas e na FENAJ.

Liana: Vamos começar falando um pouco da tua atuação no Sindicato dos Jornalistas, ali na metade dos anos de 1960...

Castelo: Eu fui presidente do Sindicato justamente porque ele estava sob intervenção, foi feito o Golpe de Estado, Castelo Branco assumiu o poder, não tenho culpa de ter o mesmo sobrenome, paciência. Em 1964, depois da “revolução”, entrevistaram em todos os Sindicatos, e a Ditadura baixou uma portaria, através do Ministério do Trabalho, determinando que todo e qualquer candidato a qualquer cargo eletivo, de qualquer sindicato de classe, teria que apresentar um atestado do DOPS, atestado de “bom moço”. O ministro do trabalho era o coronel Valter Perachi Barcelos, depois governador, e durante todo o ano de 1964 e metade de 1965, eles tentaram regularizar a situação de todos os Sindicatos, todo mundo foi lá no DOPS, buscou atestado e o único sindicato que resistiu foi o Sindicato dos jornalistas de Porto Alegre. E convocada a eleição, apresentavam-se sempre dois candidatos: um da situação e outro da oposição, nenhum dos integrantes das duas chapas ia ao DOPS buscar o atestado. Então convoca eleição, apresenta as chapas, as delegacias do trabalho não aprovavam, prorroga a intervenção, mais três meses de intervenção, convoca eleição e a mesma coisa. A terceira vez que eles convocaram a eleição, nós éramos o único sindicato do estado - não sei se do Brasil, e em Porto Alegre especialmente -, que não tínhamos feito eleição para não atender a exigência da Ditadura. Isso eu considero um fato histórico na vida do sindicato dos jornalistas do Rio Grande do Sul naquela época. Então o ministro do trabalho, que era o Perachi Barcelos, veio ao Rio Grande do Sul fazer um apelo aos jornalistas para regularizar a situação. Ele conhecia todo mundo, todo mundo era amigo dele, era deputado a muitos anos já, e veio a Porto Alegre, telefonou para o Alberto André, que era presidente da Associação de Imprensa (Ari), e pediu para convocar uma reunião para o sábado lá na Ari, para o pessoal do sindicato, que ele queria conversar. Então a gente já sabia, ele ia fazer um apelo para a gente “afrouxar” né, mas aí os dois candidatos- um era o professor Amaro Junior, um velho colunista esportivo da Folha da Tarde, e o outro era o Antônio Carlos Porto, o “Portinho”, que também foi presidente do sindicato, já falecido-, os dois se apresentaram como candidatos e como sempre não foram buscar o atestado do DOPS. E a reunião dos jornalistas sempre era aos sábados na ARI, foi feita a reunião e aí os dois candidatos chegaram para mim- na época eu era repórter político da Folha da tarde, não existia esse negocio de editor, nada disso -, e aí o pessoal “Castelo, você como repórter político sempre teve mais acesso ao Deputado Perachi Barcelos, não temos nada contra ele nem contra a 'revolução', mas nenhum de nós vai se humilhar e ir lá no DOPS pedir um atestado de bom moço.” Feita a reunião e tal, chegou o ministro, todo mundo ali, ele fez muita festa para todo mundo, e aí começou com a historia dele, que estava muito chateado que logo na terra dele era o único sindicato que não tinha ainda regularizado a situação, e que para ele era

muito constrangedor, e que nós regularizássemos as chapas. Quando ele acabou de falar, o mais velho deles disse: “Ministro, aqui o Castelo Branco que o senhor conhece, repórter político, ele vai falar em nosso nome”, eu digo “olha, Ministro, é um recado dos colegas, dos dois que há nove meses são candidatos a presidência do sindicato e a eleição não sai porque o delegado do trabalho não registra as chapas, e não registra por alegação de que não foram atendidas as exigências da portaria 177, que obriga a ir lá pedir um atestado. Eu não tenho nada contra o senhor, agora se for mantida essa decisão do ministério do Trabalho, o nosso apelo é que feche o sindicato e transfira os bens do sindicato para associação de imprensa e tá tudo bem”, “Ah, mas eu não posso fazer isso, é uma violência e eu não quero praticar violência”, “mas violência é essa portaria, ministro”, ele disse “eu tenho uma solução, a minha sugestão é a seguinte: eu vou voltar para o Rio de Janeiro hoje à tarde e prometo a vocês que segunda-feira, o diário oficial da União publica uma portaria dizendo que as exigências contidas na portaria 177 fica a critério do respectivo Delegado regional do trabalho”, e o delegado estava do lado dele: “Não, se o senhor vai baixar uma portaria, eu conheço todo mundo”, e aí todo mundo aplaudiu, e na hora que eu vou sair os dois candidatos me chamam: “Castelo, não tem porque a gente estar disputando a presidência do Sindicato porque é para ser você. Nós a essa altura estamos renunciando de ser candidato”. E eu digo “olha, aí é diferente. Eu gosto muito do sindicato, sou filiado mas eu não considero aquilo um sindicato, se vocês quiserem que eu vá para lá transformar uma sociedade de amigos da Imprensa em sindicato profissional de jornalistas, aí é outra coisa, mas eu tenho que fazer tudo o que tem que ser feito”, aí perguntaram “mas o que tem que ser feito?”, “colocar todo mundo que não é jornalista para fora do Sindicato”, porque o ministro da educação, o Tarso Dutra, era sócio do Sindicato, o Bispo de Porto Alegre, todos os secretários dos deputados eram. Porque naquela época ser jornalista era um privilégio, nem IPTU pagava. Tudo isso ninguém se dava conta que era concedido pelos patrões, para os caras não pedirem aumento, não fazerem exigências, então aquilo ali era uma maneira de entrar num círculo social e arranjar um bom emprego. Eles concordaram comigo e então fizeram a eleição, eu assumi e alertei: “eu vou transformar esse sindicato. Quem não for jornalista não vai ficar no sindicato”. Nomeei uma comissão de três membros, dois candidatos à presidência e mais outro, “já que vocês me colocaram no fogo eu estou colocado vocês no fogo também. Vocês têm trinta dias para me dar o endereço e aonde trabalham esses oitocentos sócios do sindicato”, mandei fazer um levantamento, eram oitocentos e vinte, uma coisa assim: “mas como nós vamos fazer?”, e eu: “a maneira de fazer deixa comigo”. E aí eu recebi, trinta dias depois a relação daqueles oitocentos e vinte e poucos. Só trinta indicaram o endereço onde trabalhavam, mas não apresentaram as provas, e dos trinta só um apresentou a prova, foi à justiça e ganhou, que era o dono de uma fábrica metalúrgica, ele fez um jornal para os funcionários, ele mandava imprimir, foi o único que ficou. Então o Sindicato, que tinha mil e seiscentos associados, ficou reduzido a seiscentos e poucos. Porque o resto simplesmente eu mandei eliminar imediatamente, mas eu não coloquei nome de ninguém, coloquei o número da matrícula. Então eu “limpei” o sindicato, pela primeira vez instalei o primeiro dissídio coletivo - eles nem sabiam o que era -, e tinha a vantagem que eu era bacharel em direito na época, e sabia das coisas, e o sindicato começou a funcionar muito bem. Nós terminamos comprando aquela sede que está lá até hoje, nós vivíamos num corredorzinho, numa meia sala, por empréstimo da associação dos repórteres fotográficos, e compramos aquela sede. E briguei muito pelo projeto de regulamentação da profissão de jornalista, que tinha sido aprovado logo que eu me elegi presidente do sindicato tinham aprovado esse projeto de regulamentação. Então para mim ficou como bandeira. Naquela época, graças a deus eram só dois anos (de mandato), a única coisa que eu sei, como presidente do sindicato, sobre violência é a prisão de alguns colegas que como o Índio Vargas, o Hamilton Chaves. Aqui no estado, pelo menos o pessoal de Porto Alegre, foi pouca gente presa. A não ser o pessoal do velho Partido Comunista, que não se entregava, vivia na luta,

mas o resto vivia a vida normal de jornalista. Constrangimento como profissional eu acho que me comportei muito bem, porque na época eu era correspondente do Jornal do Brasil em Porto Alegre, depois é que eu fiz a sucursal do Jornal do Brasil. E em 1967, na época do cinquentenário da Revolução Comunista, eu ainda era presidente do sindicato quando fui chamando junto com todos os diretores dos jornais e rádios de Porto Alegre, porque o jornal do Brasil tinha publicado naquele mês dois cadernos especiais sobre a Revolução Russa, e eles chamaram todo mundo lá, “que a revolução não iria admitir que aquilo continuasse acontecendo”, e quando ele começou a dizer isso, era um Coronel que estava falando, eu digo “com licença, o único aqui que não é dono de jornal sou eu, eu sou empregado do Jornal do Brasil, eu não imprimo jornal, eu não edito, eu não faço nada, eu tenho a obrigação de mandar notícias de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, e isso eu não vou deixar de mandar. Vocês vão tirar o meu trabalho. Eu vou pedir licença, estou ciente do que o senhor está dizendo, mas vou dizer o seguinte: nem que eu queira, não tenho como publicar notícia, eu não sou dono de nenhum veículo de comunicação.” Passei por este constrangimento, mas acho que me sai bem. E comigo foi a única coisa que aconteceu. Como presidente do Sindicato não sofri nenhuma violência, como repórter político fui praticamente excluído do noticiário, era proibido publicar o nome do Brizola, que tinha sido governador do Estado, e dezenas de nomes eram proibidos, então o noticiário político acabou. Morreu nessa época o noticiário político da Folha da Tarde, onde eu trabalhei vinte anos.

Liana: O senhor trabalhou um longo tempo na Folha da Tarde...

Castelo Branco: Vinte anos.

Liana: E como era a questão da censura?

Castelo Branco: A censura era rigorosa. Era uma auto-censura, a Folha da Tarde pertencia a um grupo de empresas que merecia confiança, era a Caldas Junior. Quem nos censurava era o secretário de redação, eu cumpria a minha obrigação, eu só saía, fazia o noticiário e voltava, se o secretário me falasse “não pode o nome do Brizola”, eu deixava de usar o nome do Brizola, foi o único tipo de constrangimento. Mas daí também eu perdi o entusiasmo, o Jornal do Brasil também já me deu a incumbência de abrir uma sucursal, daí eu saí da Caldas Junior, fui fazer a sucursal do Jornal do Brasil onde trabalhei mais 27 anos, e mais alguns anos com assessoria de comunicação.

Liana: Chegaste a presidir a FENAJ também, não é?

Castelo Branco: Sim, senhora. Eu acho que eles gostaram do que eu fiz em Porto Alegre, me chamaram e me colocaram na FENAJ. E na FENAJ minha grande conquista, primeiro foi mudar a FENAJ para Brasília, era um compromisso meu quando fui eleito. Segundo, tive a felicidade de antes de sair ver aprovada a regulamentação da profissão, o famoso projeto que tava no Congresso e que não saía nunca, meu último ato como presidente da FENAJ foi um Congresso de jornalistas na minha terra- eu sou Piauiense, nasci em Teresina-, e lá tive uma conversa com o então ministro do Trabalho, e aí já não era o Perachi, era o Jarbas Passarinho, e nessa conversa ele assumiu o compromisso de conseguir que o Congresso aprovasse a regulamentação dos jornalistas. Mas nesse meio tempo é fechado o Congresso e eu perco as esperanças, mas ele cumpriu a promessa. Dois meses depois recebo um telegrama dele dizendo que tinha satisfação de comunicar o jornalista e amigo que ele tinha cumprido a promessa dele, e acabava de ser assinado pela junta militar de governo a lei que regulamentou a profissão de jornalista. Aliás, teve duas regulamentações de jornalista, e por ironia do destino, ambas feitas por decreto lei de Ditaduras- a primeira regulamentação na Ditadura Vargas, e a segunda na Ditadura da junta Militar de governo que sucedeu o Castelo Branco⁴. E uma

4 . A Junta Militar governou no período após a saída de Costa e Silva, anterior ao governo Médice, de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969. A regulamentação da profissão de jornalista ocorreu pelo decreto lei nº 972 no dia 17 outubro de 1969.

pena eu ainda estar vivo para assistir essa violência do Supremo Tribunal Federal, que para atender a patrões acabou com a regulamentação. E em matéria de constrangimento, como presidente da FENAJ, tive alguns problemas com visita de colegas presos, volta e meia eu tinha que sair daqui e ir a Goiás, Belo Horizonte para dar assistência às famílias dos colegas. Mas eu pessoalmente nunca sofri nenhuma violência. Jornalistas presos tem o Índio Vargas, o Hamilton Chaves, mas esse já morreu...

Liana: Então, não sei se o senhor gostaria de falar mais alguma coisa...

Castelo Branco: Eu graças a Deus não tive o desprazer de sofrer nenhuma tortura, nenhuma...a não ser esse constrangimento lá no Terceiro Exército, que ficou por isso mesmo. E a censura, mas a censura era feita dentro do jornal, não era com o censor não, era o secretário de redação...

Liana: A gente tem alguns relatos de terem agentes da Ditadura mesmo dentro das redações...

Castelo Branco: Tinha. Repórter de polícia normalmente era policial, e os maiores repórteres de polícia do Correio do Povo e da Folha da Tarde eram todos funcionários das polícia. Entrava em jornal para arrumar emprego, vou lhe contar uma coisa: a minha ficção pela regulamentação da profissão foi quando eu, já jornalista e estudante de Direito, fui pedir meu primeiro aumento, porque achava que merecia, um repórter com dois anos de prática o cara me disse: "Você está merecendo um salário melhor sim, mas fica tranquilo que eu vou te arranjar um emprego na prefeitura." Até o emprego dos jornalistas era subvencionado, aí é que eu me dei conta- isso não é profissão, isto é um bico. Não era outra coisa, era isso. O cara estava se formando em Medicina e ia ser revisor no jornal só para conhecer gente e arranjar um emprego, o cenário quando eu comecei a trabalhar em jornal era esse.

Liana: Então eu acho que é isso, muito obrigada.

CARLOS BASTOS

Iniciou como jornalista no periódico 'O Clarim', de Leonel Brizola, em 1955, onde fazia a cobertura do setor sindical. Passou pela rádio Gaúcha, chegando à edição do jornal Última Hora, também foi correspondente do Jornal do Brasil. Depoimento sobre o impacto do Golpe Militar no jornal Última Hora do Rio Grande do Sul, citando os principais acontecimentos e nomes de outros jornalistas que estiveram presentes na redação do jornal nos primeiros dias após o dia 31 de março.

Antônio de Oliveira: Começamos contando o que aconteceu no Golpe lá na Última Hora...

Carlos Bastos: Bom, o chefe de reportagem da Última Hora era o Mário de Almeida⁵, dono de teatro, dono de peças de teatro famosas na época, ele integrava aquele grupo de teatro de equipe, e naquele período ele estava...há um ano já, não mais que um ano, como chefe de reportagem da Última Hora. Ele tinha uma coluna que era um pau, da primeira linha a última linha, na polícia. Ele chamava o chefe de polícia, o Prates Dias de economista frustrado, mas era pau e pau...Eu não me lembro o nome da coluna⁵, mas era uma "paulera". Tanto é que nós todos que trabalhávamos na Última Hora naquele período do golpe tínhamos consciência de que os mais marcados, como disse, eram... O Ary (de Carvalho), diretor do jornal, mandou ele se esconder naqueles dias, e o Paulo Totti (eram os mais marcados). Mas nós sabíamos que risco de vida eles não corriam, o resto da redação não corria risco de vida naquele período, mas o Mário nós tínhamos certeza de que os caras iam faturar ele. Porque o "troço" dele não era só contra o chefe de polícia, era contra a polícia em si, contra os métodos da polícia, a coluna dele era uma crítica violenta contra a polícia...

5 . A coluna de Mário de Almeida chamava-se "Sem Censura"

Elmar Bones: E diga-se que na época a polícia era muito arbitrária, era uma turma pesada...

Carlos Bastos: Exatamente. O Mário me cobra, me cobrava uma coisa que ele não entendia e que na época eu não entendi também: que ele baixou a primeira página da Última Hora no dia do golpe...o golpe foi no dia 31, a Última Hora saiu no dia 1 de abril, ele não entendia porque ele tinha baixado uma primeira página e tinha saído outra. Na época eu também não entendi aquilo... meio paranormal para saber as coisas que estão acontecendo, é que depois a gente a gente fechou a história. É que o Ary (de Carvalho), dono do O Dia⁶ depois, que era o preposto do Samuel (Wainer) em Porto Alegre, ele era o diretor do jornal, e o Ary é óbvio que mudou a página, porque ali naquela noite ele já se acertou com o outro lado. Ele tinha um intermediário que era um colunista do esporte, que era o advogado do jornal, que era o Godoy Bezerra, que era da UDN...ele aproximou o Ary dos milicos, porque o Ary em seguida virou de lado.

Antônio de Oliveira: Sim, no mesmo dia.

Carlos Bastos: É. Ele começou a fazer jogo oposto, daí mais adiante, quando o Samuel foi para Paris- o Samuel resolveu fechar todas as 'Última Hora', tinha na Bahia, tinha no Paraná, ele ia ficar só com o jornal do Rio e de São Paulo- mas daí o Ary colocou um grupo de empresários aí, quatro empresários, que assumiram as dívidas...porque ela (o jornal) não tinha gráfica, não tinha...ela tinha só...

João Souza: Ela tinha as dívidas dos salários...

Carlos Bastos: Do salários, alguma coisa de despesa de prestação de serviço, não sei o que era, era um passivo que tinha. Eles assumiram esse passivo e fizeram do Ary sócio, o Ary ficou com 50% e esse grupo ficou com 50% e esse grupo é que vendeu pro Maurício (Sirotsky)....

Elmar Bones: Porque a Última Hora parou de circular no dia 2 ou 3 de abril e voltou em maio...

Carlos Bastos: Não, não. Ela não parou de funcionar, ela parou de funcionar- a Última Hora- no dia 4 de abril, e aí três ou quatro dias depois começou a circular a Zero Hora...

Elmar Bones: Não foi em maio que ela...

João Souza: Ela pára ali pelo dia 3, 4...

Carlos Bastos: De abril, tu diz?

Elmar Bones: É...

Carlos Bastos: Não. Ela não parou nem uma semana...

Elmar Bones: Olha que eu tenho toda a coleção...

Carlos Bastos: Não, mas ela não parou nem uma semana, eu tenho certeza disso, continuei trabalhando na Última Hora. Até vou contar um episódio aqui, que eu já contei para o Sul (portal Sul 21) em outros depoimentos que eu fiz, é sobre o Mário de Almeida.

João Souza: Tem um dia que ela pára completamente e a gente começa a se reunir com o pessoal do jornal...

Carlos Bastos: É, foi ali uma questão de dias. Tanto é que reabre a Última Hora e aí eu sou demitido, é por isso que eu saí, entendeste, fui demitido. Mas o que aconteceu de arbitrariedades que eu saiba...João, eu acho que tu tens uma memória melhor do que a minha, tu vais se lembrar. Mas eu me lembro do caso do "Baiano", que era o cunhado do Ary de Carvalho, fotógrafo, era irmão da mulher do Ary de Carvalho, ele foi preso e entregou onde o Mário estava escondido. E aí aconteceu o seguinte: a grande preocupação era esconder o Mário. O Nestor Fedrizzi, que era o editor do jornal, estava escondendo o Mário. O Nestor tinha mudado de uma casa lá perto do campo do... um apartamento que ele morava lá, e tinha vindo para um apartamento na

6 . O Dia, jornal carioca fundado por Ary de Carvalho.

Thomaz Flores, e deixou o Mário lá no apartamento antigo dele. Aí eu vi que toda a redação sabia onde o Mário estava: “mas isso aqui vai dar bolo”, daí a pouco um cara é preso, batem no cara e o cara entrega sem querer. E foi o que aconteceu. Daí um dia eu disse para o Nestor: “Nestor, vamos fazer o seguinte, tu vais me entregar o Mário e tu não vais saber aonde é que eu vou colocar o Mário, e eu vou tirar o Mário de lá”, porque o João Ferreira, e o Taio Pinheiro Machado, tio dos Pinheiro Machado, irmão mais moço do Pinheirinho, que era muito meu amigo, porque meu carro estava sendo muito procurado pelos caras...uma milícia, que estava ajudando os milicos, e eu tinha um contato que era o Zé “bolão”, que já morreu, que era meu amigo, e que era íntimo amigo do marido da Ieda Maria Vargas, e esse marido da Ieda Maria Vargas estava nesse grupo, e ele contava para o Zé Bolão: “Olha, nós estamos seguindo o Bastos”, e o Zé Bolão me contava, então eu sabia que estava sendo seguido. Então eu peguei... Eu, o Mário e o João Ferreira no carro do Taio, e aí tiramos o Mário do apartamento do Nestor e levamos para o apartamento de um irmão meu que era solteirão, e só eu sabia que ele estava lá, eu e o João Ferreira. Era perfeito o caso, eu não encontrava com o meu irmão, eu não ia ao apartamento do meu irmão. Nós dois éramos solteiros e nos encontrávamos na hora do almoço na casa do meu pai, e daí eu mandava mensagem para o Mário, ele ficou um mês lá- o Mário surtou, ele bebia muito, e ficou trancado lá no apartamento de um quarto e sala, na Mucio Teixeira ali na Cidade Baixa e ele surtou. Daí eu e o João Ferreira fomos na casa da Ivete Brandalise, a pedido do Mário, “vão na casa da Ivete que ela tem a família dela lá em Santa Catarina, eu tenho que sair de Porto Alegre, não agüento mais isso aqui”, e aí nós fomos na casa da Ivete, e ela fez uma ponderação procedente: “Olha, lá em Concórdia todo mundo conhece o Mário, ele chega em Concórdia e meia hora depois ele está preso”, e era certo o que ela disse. Mas daí ela nos deu uma saída: “vamos lá na Barros Cassal número tal...” - era o pai do Paulo José, da Globo- “que ele tem uma fazenda em Lavras”, e daí foi o que nós fizemos- eu e o João Ferreira-, batemos na casa do pai do Paulo José, que era do Partidão (PCB) [...] Daí ele disse: “Qual é o problema de vocês?”, “Olha, nós somos amigos do Mário de Almeida...”, “Então entra”. Daí eu entrei e tinha uns trinta guris tomando um sopão, o velho estava guardando no apartamento na Barros Cassal uns trinta estudantes, líderes estudantis, a senhora dele estava servindo uma sopa para a gurizada. Aí ele me disse: “Olha, vocês têm mais sorte do que juízo, amanhã eu vou ir para a fazenda e eu levo o Mário, só que o Mário é dinamite pura e eu não vou sair em Porto Alegre com ele, vocês entreguem-me ele lá na estrada, lá perto do Arroio dos Ratos”. E foi o que nós fizemos. No dia seguinte nós entregamos o Mário. De pessoas que prenderam eu me lembro do “Gaguinho”, foi preso.

Elmar Bones: Essa história é boa...

Carlos Bastos: Pois é, mas eu não lembro como é que foi direito. Mas o Gaguinho apanhou, é que o Gaguinho era o Editor de Polícia. Eu, um dia, estou chegando, encostado um 'Decavé' vermelho, quase do lado da Última Hora, na frente da redação- isso dois ou três dias depois do golpe-, e eu vejo aquele delegado Barbedo⁷, na frente da porta da Última Hora, ele era bem jovem na época. E aí eu vejo uma movimentação estranha lá dentro, e aí eu dei um jeito e saí, estava estacionando, dei ré, o Barbeiro olhou para mim mas não me reconheceu direito, e fui estacionar em outro lugar. Daí fui ver mais de perto e a polícia tinha invadido a redação, foi o dia que eles invadiram a redação. Mas daí eu não entrei, fui para a praça da Alfândega avisando o pessoal para não ir para a redação. Mas não foi nesse dia... (que prenderam o Gaguinho). Acho que foi um ou dois dias depois que prenderam o Baiano, esse baiano entregou onde é que estava o... (Mário de Almeida). Então nós tiramos, vamos dizer na quarta-feira, o Mário de Almeida do apartamento do Nestor (Fredizzi) no começo da noite, na madrugada os “caras” bateram lá no apartamento do Nestor, mas daí os caras foram no apartamento novo do Nestor, e aí o Nestor não estava em casa, e a empregada acabou entregando que tinha

7 . Cláudio Cabral Barbedo: Delegado da Polícia Federal; dirigiu o DOPS-RS na década de 1970.

um outro apartamento antigo e eles foram no apartamento antigo, mas o Mário já havia saído.

Elmar Bones: Nessa invasão da Última Hora tem um aspecto importante que é o arquivo documental que sumiu, que são as fotografias. Os caras foram direto no arquivo fotográfico e levaram tudo.

João Souza: Do que eu me lembro foi antes, a primeira coisa que fizeram foi pegar as fotos.

Elmar Bones: Ah, foi antes... Pegaram essas fotos e levaram, deve estar em algum lugar.

João Souza: Pegaram e ali eles encontraram: líder sindical, enfim... eles foram no arquivo que tinha fotos de ações políticas, do Movimento Sindical. Mas eles foram antes dessa invasão, e o Gaguinho foi mesmo muito mais... principalmente por causa das relações do jornal com a polícia, porque ele era o editor de polícia, por essas condições que ele foi preso.

Carlos Bastos: Eu não lembro de mais ninguém preso, sinceramente. Eu me lembro daquele Norberto Silveira...

João Souza: E o Walter Hass se exilaram, até hoje ninguém sabe por que.

Carlos Bastos: No dia do golpe os dois se tocaram para Rivera, ninguém sabe por que. Comunicavam-se de lá: “estamos exilados aqui”, no primeiro dia.

Elmar Bones: O Severo conta uma história, um episódio, que o Ary, quando deu o golpe e que a polícia interveio na Última Hora, não sei como é que foi, ele se escondeu na casa da velha Conceição, uns quinze dias...

Carlos Bastos: Ele pode até ter ficado um dia ou dois, porque em seguida ele negociou...ele tinha o Godoy Bezerra de intermediário...

João Souza: Ele já estava negociando com um cara do arroz...

Carlos Bastos: “Não sei o que” Ribeiro, eram quatro empresários...Foram os que compraram a metade da Última Hora e que depois venderam para o Maurício (Sirotsky).

João Souza: E já começaram a discutir a criação do novo jornal, tanto é que depois de uma semana estavam reunidos para escolher o nome do jornal.

Carlos Bastos: Mas eu tenho uma divergência contigo, João. A Última Hora continuou rodando acho que até o fim do mês de abril, porque o seguinte: Eu dei um furo nacional na Última Hora, da chegada do Brizola em Montevideú. Foi o seguinte, eu estou tomando chop no bar estilo, aqui na Independência, e o Sereno⁸ disse assim pra mim: “Samuca, tu queres dar um furo amanhã?”, isto eram onze horas da noite, ele disse assim: “Eu não vou te dizer como, mas o Brizolla está chegando amanhã de manhã”. Daí eu liguei para o jornal e dei a notícia, saiu na primeira página do Última Hora, em Porto Alegre foi o único jornal que deu que o Brizolla ia chegar naquele dia, por isso que eu me lembro...porque o Brizolla só foi para o Uruguai nos últimos dias de abril ou nos primeiros dias de maio, eu não me lembro que dia o Brizolla foi para o Uruguai, mas foi quase um mês ou mais de um mês depois do golpe. Ele ficou um mês em Porto Alegre. Eu me lembro que saiu no jornal, e por isso que eu digo que teve uma interrupção de no máximo uma semana, parou como Última Hora e daí reabriu como Zero Hora uma semana depois.

Antônio de Oliveira: Recuperando o caso do Gaguinho então, na CPI do caso “Mãos Amarradas” tem uma testemunha, uma mulher, que diz que quando ela estava presa no DOPS ali na Ipiranga, prenderam um jornalista que atendia pelo nome de “Gaguinho” e que gritava muito.

Carlos Bastos: Ele foi muito torturado. Os caras se vingaram dele porque ele era editor de polícia.

8 . Sereno Chaise, eleito prefeito de Porto Alegre em 1963.

Antônio de Oliveira: E o Gaguinho contava que apanhou tanto dos caras que nem o endereço do apartamento onde se reunia com o pessoal, ele apanhou tanto que queria entregar e não lembrava do endereço mais.

Elmar Bones: O Gaguinho era o José Antônio Ribeiro...

Antônio de Oliveira: Ele disse que podia entregar porque não existia mais nada lá nesse endereço que os caras queriam.

Carlos Bastos: O que eu me lembro do Gaguinho e do Baiano é que o Gaguinho entregou onde estava o Mário de Almeida...

João Souza: Em que momento o Aveline foi preso...

Carlos Bastos: Não, foi bem depois. O Aveline, naquele momento todo, ficou escondido- ele e o (Paulo) Totti. Essa é uma história interessante, o Aveline e o Totti me designaram representante deles lá na redação, então eu falava com o Nestor. E aí, assim como ele bateu a “passarinha” no negócio do Mário de Almeida, ele bateu a “passarinha” no negócio do Totti e do Aveline. Quinze dias, eu ia perguntar- porque eles me pressionaram- eles estavam querendo não voltar a trabalhar ou ser demitido do jornal, queriam a solução do caso deles, não queriam voltar a trabalhar, queriam ser demitidos, queriam resolver o problema deles.

Eu fui no Nestor um dia, eu digo: “Nestor, está demorando muito isso, os cara estão a fim de pegar os dois, eles vão continuar escondidos. Daqui a pouco eles vão cair no abandono de emprego. E aí?”, “Ah, é. Vou te dar uma idéia, eu vou bater o ponto dos dois, e tu como chefe da redação vai assinar. Depois que fez uma mês que eles já tinham saído, no começo de maio isso, o Aveline e o Totti quiseram ir na casa do Ary falar. Sábado de tarde, ele morava lá perto da Carlos Gomes, e eu levei os dois lá. “Olha, nós não queremos continuar na Última Hora, nós queremos sair, nós queremos ser indenizados...”, “Pois é, mas tem um problema, é que os novos donos não querem indenizar os funcionários comunistas, e vocês caíram no abandono de emprego”. Daí eu disse pra ele: “Olha, mas eles não caíram no abandono de emprego”, “Mas como?” “Eu bati o ponto deles, e o Nestor como chefe de redação rubricava.” Aí ele se entregou: “O Nestor não podia ter feito isso”.

Carlos Bastos: Eu acho que teve mais alguém preso. Eu lembro do Baiano porque ele entregou onde estava o Mário de Almeida, e o Gaguinho bateram muito, mas foi por vingança porque ele era editor de polícia. O Mário de Almeida sempre diz, quinze anos depois disso (mais até), em (19)70, eu estava na Guaíba, na entrega de um prêmio de Imprensa, o filho do Breno (Caldas)- o Antônio-, trabalhava na Guaíba e o Mário de Almeida veio, representando quem? A Fundação Roberto Marinho (risos), aí o Mario disse pro Antônio: “Pede para o Bastos te contar a história, o Bastos salvou minha vida!”. O Mário eles iam matar, porque o Mário era muito agressivo no texto dele.

Elmar Bones: Houve essa leva inicial e depois a coisa abrandou. Todo mundo achou até que ia vir uma normalização e tal, não houve censura nos jornais, houve uma “limpa” dos mais visados, tinham algumas vinganças localizadas como essa do Gago, né, nesse primeiro momento. Foi a Última Hora fechada, quer dizer, parou de circular, e essa prisão do Gago e de outros que houve..o Totti e o Aveline não chegaram a ser presos aí?

Carlos Bastos: Não, o Totti e o Aveline não foram presos, nesse momento não. Eu acho que o Totti também foi preso, mas lá adiante...

Elmar Bones: Sim. Até acho que nos outros jornais não houve nada, até porque eles estavam na jogada...

Carlos Bastos: Mas eu acho que teve mais alguém preso, mas eu não estou lembrando. Eu me lembro da história do José Hass que foi para Livramento...

Elmar Bones: Eu tenho uma caixa com os originais que o Jefferson fez um livro da Última Hora aonde ele ouviu todo mundo. E tem desses primeiros dias.

Antônio de Oliveira: Bastos, e o dia da invasão?

Carlos Bastos: É que a invasão foi nesse dia e eu não entrei na redação, quando eu cheguei o Barbeiro estava na frente e eu vi uma movimentação estranha lá dentro, e então eu passei na praça para avisar o pessoal que estava indo para o jornal.

Elmar Bones: Eu acho que essa parte da invasão e das fotos o Assis (Hoffman) conta bem...

Carlos Bastos: Porque o Assis estava lá dentro da redação. O Jacques também, mas ele já morreu. Foi no meio da tarde que eles invadiram, eu me lembro que eu estava chegando na redação e o Barbeiro estava na frente, eu dei ré e fui embora e cheguei avisando ali na praça da Alfândega.

João Souza: Eu não me lembro se o Dirceu Chirivino estava lá nessa época...

Carlos Bastos: Estava. Ele estava no arquivo, era funcionário do arquivo.

Antônio de Oliveira: Naquele tempo não tinha policiais-jornalistas dentro da redação?

Carlos Bastos: Tinha aquele bem forte, alto...depois foi da Zero Hora, acho que era inspetor de polícia....

Antônio de Oliveira: Não tinha o delegado aquele, Wilde Pacheco?

Carlos Bastos: O Wilde trabalhou na Última Hora? Acho que ele não trabalhou na Última Hora. Porque em 1964 ele já era delegado, tanto é que é ele que foi lá tomar conta da casa do filho do Luiz Alves, o Índio Vargas tem uma discussão com ele.

Esse pessoal da polícia entrou depois, no tempo da Zero Hora, aí era o Wilson Rodrigues, o Edegar...

Antônio de Oliveira: Carlos Castilhos também, era da Zero Hora.

Elmar Bones: Depois começou uma outra onda de prisões, no final de 1965...

Carlos Bastos: É aí que o Aveline vai preso.

Elmar Bones: Houve duas levas depois de 1965.

Carlos Bastos: Aí eu não sei se o Totti tava lá dentro e se não foi preso também.

Elmar Bones: Não, o Totti já foi lá em 1969. Já foi no AI-5. Houve dois endurecimentos ante as guerrilhas do Brizola né, que diziam...que o Brizola estava preparando um grupo para entrar aqui. Eu sei por que acabei sendo preso nessa por bobagem, não tinha nada a ver, morava em Livramento e vim fazer o vestibular aqui no final de 1964, fiz e passei. No início de 1965 eu estava em aula e me pegaram em função de querer saber da história da ligação com os guerrilheiros do Uruguai, passamos por um sufoco.

Carlos Bastos: É que o Aveline eu acho que foi aí por 1965 que foi preso...

João Souza: Eu lembro de 1973, 1974...na Polícia Federal, eu ia visitá-lo lá.

Carlos Bastos: Mas aí já estava na Zero Hora. Ele foi preso mais de uma vez, ele foi preso antes de entrar na Zero Hora. O Aveline tinha sido chefe da Rádio Gaúcha, ele saiu da gaúcha para ir para a Última Hora, mas daí eu não lembro mesmo da história depois de 1970, o Lauro já era da redação e eu o chefe de reportagem, e o Aveline vai pedir emprego lá, e eu e o Lauro vamos propor ao Maurício para ele empregar o Aveline. Aí o Maurício: “Eu adoro o velho Aveline, foi meu chefe lá na gaúcha, o cara era secretário do partidão. Vocês querem que eu entre em choque com os milicos colocando o Aveline na redação?”, “Mas o nosso plano não é colocar o Aveline na redação, é colocá-lo como secretário gráfico, no porão.” Daí o Maurício: “Bah, que sacada!” Foi assim que o Aveline entrou. Ficou uns três anos lá embaixo, depois que ele veio para a redação. Mas ele foi preso em 1960.... dois anos depois do golpe, depois ele foi preso de novo.

Antônio de Oliveira: Eu me lembro de uma vez que prenderam vários, em São Paulo. E eu fui na casa dele para avisar, digo: “Olha, prenderam um pessoal em São Paulo, fiquei sabendo ontem porque alguém ligou.” Aí eu fui lá e quando cheguei ele disse: “Não, eu já sei. Eu inclusive já estou esperando eles”. Afastou a porta e mostrou a malinha dele pronta já, esperando a Polícia Federal chegar em casa.

Carlos Bastos: Eles tinham uns esquemas de se esconder em paredes, umas coisas assim. Eu lembro que uma vez fui encontrar com o Totti...ele morava aqui perto da rua da Praia com a mulher, estava casado. E ele estava na casa de um cunhado dele que morava perto da Sogipa, na cidade, ele se escondia assim- na casa de um amigo, de um parente. E o Aveline era assim, nesses esquemas também. Mas o Aveline eu encontrava na rua, nunca encontrei com ele num lugar que ele estivesse. O Totti eu encontrava nessa casa.

Antônio de Oliveira: Essa do Maurício de esconder o pessoal, eu lembro que eu era estudante de jornalismo e fui participar de um programa ao vivo na TV gaúcha, dirigido pelo Cândido Norberto. Chegamos lá era sobre a pena de morte, por telefone as pessoas se manifestavam. Chegamos lá, um grupo de estudantes visitando a TV, e o Cândido: “Ah, eu preciso de alguém que seja a favor da pena de morte, por que todo mundo é contra”, aí o pessoal me indicou e eu fui. Mas eu estava num momento de muita emoção pois eu tinha perdido um amigo meu que era delegado de Polícia, que tinha sido assassinado, ele trabalhava comigo e estudava comigo. E eu, num momento de muita emoção que estava vivendo, defendi a pena de morte com uma convicção, e começou a pena de morte a ganhar a votação. Aí deu um telefonema do Maurício dizendo que tinha que reverter aquilo, por que não podia ganhar a pena de morte. Aí o produtor do programa ligou para o seminário de Viamão parece, e lá tinha 200 e poucas internas, não sei o quê, daí reverteu a contagem. Sabe quem era o produtor que não podia aparecer no programa? Glênio Peres. Ele trabalhava na TV gaúcha mas sem poder aparecer, por que a orientação do Maurício era não colocar o nome dele para não prejudicar.

Carlos Bastos: Mas eu acho que o Cândido não estava na gaúcha, ele foi caçado e o Maurício contratou ele.

Elmar Bones: Sim, mas o Cândido foi cassado em 1966.

Carlos Bastos: Não, em 1969. Naquele grupo de 1969...

Elmar Bones: Não, em 1966. Ele foi cassado quando sai a candidatura do Rui...

Carlos Bastos: Mas em 1966 ele foi contratado pelo Maurício para cobrir a copa...

Elmar Bones: Mas o caso do Cândido: era um dos caras que mais criticava o Brizola, que mais atacava o PTB...

Carlos Bastos: Mas é que ele era crítico do golpe, né.

Elmar Bones: Depois né, por que os caras deram o golpe com a promessa de que iam “limpar” a área, mas daí voltaram a normalidade, não voltou e muita gente “virou” contra.

E daí, jornalista eu acho que foi haver só depois de 1968/1969 (presos). Eu me lembro que uma vez o Totti estava em Buenos Aires, fazendo uma matéria para a Veja, e não conseguia voltar porque estavam atrás dele aqui. Por intervenção do Alberto André, que foi no aeroporto esperar o Totti... Depois aí só lá na Coojornal. O pessoal da imprensa, né...o Coojornal é 1979/1989 na abertura, porque nesse período de 1966/1965 não me lembro. O que tem é o Flávio Tavares...

Carlos Bastos: Foi em 1966, o episódio lá do Caparaó. Ele já estava fora daqui, saiu em 1962...

João Borges: E o Fernando Goulart? Foi preso em 1972/1973...

Carlos Bastos: Naquele nosso período da Zero Hora, teve um cara que foi preso e fugiu...

Antônio de Oliveira: Cleiton Rogério Nertz.

Carlos Bastos: Isso. Mas foi depois, em 1970 e poucos...

Elmar Bones: Eu quase me ferrei por causa disso lá em São Paulo, ele tava no meu apartamento... Ele fugiu com o Totti, eu recebo um telefonema do Totti: “Olha, vai te procurar um amigo meu aí ele vai te explicar, é uma coisa grave, daí tu tá apoio a ele”. Daí me apareceu o Cleiton com uma malinha lá em São Paulo, coloquei ele lá num canto- era para ficar uma semana e ficou dois, três meses.

João Souza: E o episódio do (Fernando) Goulart?

Antônio de Oliveira: O Fernando era do “Partidão” (PCB)...Eu me lembro da prisão dele...

Carlos Bastos: E o (Paulo) Totti eu lembro eu lembro que não era do PCB, era do POC⁹(Partido Operário Comunista)...

Elmar Bones: Ele era do POC, estava envolvido num grupo que tentou fazer um seqüestro de um cônsul norte-americano aqui...e que fracassou, e ele foi identificado, o Cleiton foi identificado, e os caras estavam atrás dele. Mas eu acho importante a questão dessas diligências, por causa das diligências do Roberto André, que eu acho que tem que ser uma coisa que deve ser resgatada.

Antônio de Oliveira: O Roberto André estava sempre pronto quando precisavam dele.

Carlos Bastos: Tem outro, que era presidente do Sindicato na época do golpe, o Castelo (Lucídio Castelo Branco)... E eu acho que teve mais gente presa na Última Hora...

Elmar Bones: Tem outra coisa, indiretamente: o Brizola, no dia 31 de março (1964), ele estava em Porto Alegre?

Carlos Bastos: Estava.

Elmar Bones: Mas não há pista dele, onde ele andava?

Carlos Bastos: Ele andou, nos primeiros dias, de um dia para o outro...

Elmar Bones: Ele era Deputado Federal no Rio...

Carlos Bastos: Era Deputado Federal no Rio, mas nos dias do golpe ele andou aqui em Porto Alegre, fez aquele comício aqui na frente da Prefeitura, mas daí saiu de Porto Alegre, mudou de casa.

Elmar Bones: E o Josué Guimarães? Não teve um episódio com ele nessa virada de 1964?

Carlos Bastos: O Josué estava em Brasília, ele participou muito da Legalidade, aí foi para o Rio de Janeiro.

JOÃO BAPTISTA AVELINE

O jornalista João Aveline filiou-se ao PCB em 1943, atuou durante 10 anos no jornal do Partido, “A Tribuna Gaúcha”. Trabalhou também na rádio Gaúcha, Tribuna da Imprensa, Correio do Povo, Última Hora (Jornal que ajudou a fundar, tornando-se chefe de reportagem) e finalmente Zero Hora.

De acordo com a entrevista cedida à historiadora Alessandra Gasparotto, no ano de 2010¹⁰, Aveline revela que foi preso em virtude da captura de um companheiro de partido em São Paulo: “Ele tinha uma ligação aqui e, por infelicidade nossa e dele, terminou falando sobre algumas coisas que aconteceram no Rio Grande do Sul. Dentre elas, uma ligação que tínhamos com o Partido Comunista Argentino. Essa ligação nem era feita pelo Comitê Estadual do Rio Grande do Sul com os argentinos, era feita lá em cima pelo Comitê Central argentino e consistia na saída de pessoas do Brasil, via Argentina, que de lá iam para a Europa, porque viajar

9 . O Partido Operário Comunista (POC) foi fundado em 1968 foi resultado da fusão entre o grupo da chamada Polop (Política Operária) e a dissidência leninista do Partido Comunista Brasileiro, no Estado do Rio Grande do Sul.

10 . A Ditadura da Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória/Organizadores: Enrique Serra Padrós, Vânia Barbosa, Vanessa Albertinence Lopes, Ananda Simões Fernandes.-2.ed., rev e ampl.- Porto Alegre: Corag, 2010.- v.1;272 p.:il, pag.135.

diretamente daqui era muito difícil. Então, a gente tinha de sair clandestinamente, de automóvel, numa viatura individual trazida por alguns companheiros, atravessar a fronteira, pegar um avião e ir para a Europa. Foi assim que ele e outros saíram. Para operar essa ligação, eles usavam o Comitê Central e colocavam alguns companheiros nossos à disposição. Nós, aqui, cedemos alguns quadros para isso, alugamos casa na fronteira; em Porto Alegre tínhamos uma casa na qual ficavam as pessoas que vinham do Rio de Janeiro. Depois, eram transferidas para a fronteira e, dali, para Buenos Aires e Montevideu. (...) Nós fomos presos sob a alegação de que estávamos revendendo dólares de Moscou via Argentina. Foi essa a acusação. (...) Então, foi isso que aconteceu, nós fomos presos, mas acabamos absolvidos pela inconsistência de provas.”

Transcrição de parte da entrevista cedida por João Aveline ao Jornalista Jefferson Barros, no ano de 1999, sobre a formação da Última Hora e o impacto do Golpe Militar no jornal¹¹.

Jefferson: Você ficou fora da redação (da Última Hora) desde o dia primeiro (de abril de 1964)?

João Aveline: Não. No dia primeiro, eu participei da última manchete, que era: “Jango no Brasil, Brizola sobra”, dizia Tereza Brizola. Foi impresso no Diário de Notícias. Teve primeiro que imprimir o Diário e depois trancava a máquina para não imprimir lá dentro. O jornal rodou uns cinco dias, mas eu não participei, eu fui no máximo até domingo. Isto foi de uma sexta para sábado. Sábado nós fizemos uma reunião na casa do Nestor Fedrizzi para uma avaliação do que estava acontecendo em matéria de política e de jornal, do que fazer com o jornal...Porque o jornal já havia sido tiroteado na véspera. Isso na invasão policial, eles tirotearam. Não invadiram mas tirotearam a redação. Não se sabe quem era, talvez a Polícia...E que nos odiavam. Uma última tese: o repórter de polícia, quando fica muito amigo da polícia, tem que trocar, para não haver compadrio. Então, as matérias de polícia que a gente fazia...os caras nos odiavam. Nós chamamos o delegado, esse Barbedo¹², que anda aí- que era o delegado que comandou tudo aí- de delegado aprendiz. Então os caras tinham ódio da gente, independente do ódio de classes, de posição adversas, eles tinham ódio dos jornalistas. Quase mataram o Gago¹³ nesta ocasião, prenderam o Gago por lá. Quando nós chegamos na casa do Nestor (Fedrizzi), decidimos tirar os móveis da Última Hora. Tiramos tudo, botamos tudo numa empresa de mudanças, que o camarada Clóvis Mezoma arrumou para nós. Esse camarada ajeitou a situação. Combinamos de, no domingo, deixar só o essencial em cima das mesas, e todo mundo ir trabalhar. Domingo, quando eu cheguei para trabalhar, encontrei o Teodoro. E ele, que era o diretor comercial, disse: “Vocês não podem, o Samuel (Wainer) deu essa orientação, os visados aqui são o Aveline, o Mário de Almeida e o Paulo Totti. O Mário de Almeida, a esta altura já deve ter chegado em Montevideu. Agora tem que ver com vocês. O fato é o seguinte: vocês não podem nem ficar por aqui. Vocês vão ser presos aqui.” Aí eu pensei: “Bom, vou esperar o Totti, quando ele chegar a gente decide...”. Quando o Totti chegou, nós dois saímos. Apareceu um fotógrafo do Correio do Povo, chamado Pedro Flores

Jefferson: Vocês estavam em organizações diferentes, porque o Totti, naquela época não era mais do partido...

João Aveline: Não. Ele ainda estava. Posteriormente foi que ele saiu. Ele se ligou a uma corrente dirigida pelo Mário Alves¹⁴- de vez em quando vinha aqui no Estado e tal. Então, quando o Totti chegou explicaram a situação. E o Pedro Flores ouviu a conversa e nos deu guarita. A gente sugeriu de deixar a porta do carro dele

11 . A coletânea de entrevistas de vários jornalistas que estiveram presentes na trajetória do jornal Última Hora no Rio Grande do sul está disponível, de forma sistematizada, no livro “Golpe Mata Jornal: Desafios de um tablóide popular em uma sociedade conservadora”, do jornalista Jefferson Barros.

12 . Delegado Cláudio Cabral Barbedo: Delegado da Polícia Federal; dirigiu o DOPS-RS na década de 1970.

13 . José Antônio Ribeiro era conhecido como “Gaguinho”, faleceu no ano de 1991.

14 . A dissidência do PCB formada por Mário Alves chamava-se PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, que optou pela luta armada como enfrentamento contra a Ditadura.

aberta, encostar na frente, para a gente descer, pegar o carro e ele sair fora dali. Aí ele saiu com a gente. Nós perambulamos por aí algum tempo, ficamos na casa do (Aníbal) Bendatti alguns dias. Sei que na casa do Bendatti nós ficamos nove dias, morando num sofá cama, como ele dizia.

Jefferson: Vocês não saíram do Brasil?

João Aveline: Não. Nem eu, nem o Totti.

João Aveline: Aí o Ary de Carvalho recebeu do Samuel a incumbência de desfazer a transferência do jornal, vendendo a dívida que restava. E ele vendeu. Se não me engano por 120 milhões de cruzeiros, um troço assim. Eu não tenho muita certeza, mas eu sei que foi vendido. O que era isso? Eram as caminhonetes que tinham lá, máquinas de escrever, mesas, arquivos, etc. Venderam isso. E o Ary de Carvalho fez mais do que isso. Ele questionou tudo isso e se inseriu dentro do grupo que estava comprando o jornal, chefiado por um camarada chamado “Ricardo Aicher”, que tinha uma casa de auto-peças, em cima do cinema rex. E efetivamente foi vendido para esse grupo. A cabeça desse grupo era o Ricardo. E o Ary ficou, e estabeleceu conosco uma política diferente. Uma política que deixava a entender que nós é que tínhamos abandonado o serviço. Um dia eu e o Totti fomos a casa dele, no bairro Auxiliadora, levados pelo Carlos Bastos, que era nosso intermediário, uma figura muito legal. Aí chegando lá, ele nos disse que não deveríamos ter ido. Aí dissemos: “Olha, Ary, nós estamos aqui pelo seguinte: nós saímos do jornal sem eira nem beira...”, e ele: “Ah, eu dou uma grana para vocês irem para o Uruguai.”, (Aveline): “Não, nós não queremos sair do Brasil. Decidimos não sair, decidimos ficar aqui mesmo”, (Ary): “Não, porque este grupo que está lá nem sabe da existência de vocês”, (Aveline): “Sabe sim, porque o nosso ponto está sendo assinado”- porque o Nestor Fedrizzi, um cara muito legal, batia o nosso ponto. Aí ficou acertado que em três dias ele nos mandaria um aviso prévio. Dali a três dias ele nos mandou o aviso prévio, nós recebemos. E nós havíamos avisado que depois do aviso prévio nós esperaríamos trinta dias- se não recebêssemos o que tínhamos direito, nós iríamos a Justiça. Foi o que aconteceu. Ele mandou o aviso prévio, não cumpriu os trinta dias, nós fomos a Justiça e lá terminamos ganhando. Aí fiquei desempregado, e depois de um tempo fui trabalhar na revista Granja. Nesse período (de transição do jornal, que a partir de maio começa a circular como Zero Hora) o Maurício Sobrinho entrou na negociação como sócio. (...) Em linhas gerais foi assim que a Última Hora veio para o Rio Grande do Sul. A vivência dela no RS foi de muita dificuldade- de 1960 a 1964.

A CVMJ entrevistou **Maria Helena Aveline**, filha de João Aveline, a respeito da sua atuação como jornalista e de sua prisão, ocorrida em 1975. Ela disponibilizou materiais (entrevistas) realizadas em anos anteriores, ajudando a recompor a trajetória do jornalista, assim como sua trajetória no jornal Última Hora.

Maria Helena: Meu nome é Maria Helena Aveline, sou filha do João Baptista Aveline. O que eu posso dizer dele, que ele sempre nos contou, foi que a vida dele era assim: No início, quando ele terminou o Ginásio, entrou para o Colégio Militar porque achava linda a farda. E aí foi para o Colégio Militar, estudou no Colégio Militar, terminou o curso e tinha que ir lá para a a...no Rio de Janeiro, em Rezende. Ele chegou lá e foi fazer o exame, tinha uma doença chamada varicose, alguma coisa assim, e aí ele não pode entrar na Escola Militar, para ti ver como são as coisas. Daí ele ficou zanzando no Rio de Janeiro, ficou dormindo até em banco de praça lá, naquela época podia. E aí namoradas, curtidão, foi ficando, até que arrumou um emprego na Polícia, tinha uns 19 anos e ficou lá, trabalhando na Polícia como detetive, na Polícia do Filinto Muller. Lá pelas tantas ele descobriu o Partido Comunista Brasileiro, aí conheceu minha mãe- já em (19)44, 19(45)-, aí casaram, se apaixonaram e tiveram o primeiro filho lá, o Luiz Carlos Aveline, nome em homenagem ao Luiz Carlos Prestes. Vieram para Porto Alegre com o filho, chegando aqui em Porto Alegre ficou morando na casa da minha avó e

Vieram para Porto Alegre com o filho, chegando aqui em Porto Alegre ficou morando na casa da minha avó e dizia: “E agora, o que eu vou fazer?” Aí tinha que terminar o último ano do terceiro ano, seria o último ano hoje do segundo grau, e foi terminar no Julinho, no velho Julio de Castilhos que era ali onde é a faculdade de Direito, ali queimou, pegou fogo e fizeram esse novo aqui. Aí foi estudar no colégio Júlio de Castilhos, fez o último ano lá, terminou e já aí já começou envolvido com “A Tribuna”¹⁵ do PCB, e foi se envolvendo, gostando, militando, se apaixonou: foi tudo na vida dele. Quando ele era guri vivia com os bolsos cheios de santo, era católico e coroinha da Igreja, depois ele ficou fixado no Partido Comunista, era deus no céu e Lênin na terra, foi indo: era Lênin, Marx, Engels. E foi aquela coisa toda, nós éramos crianças...depois minha mãe me teve, veio o outro irmão, José Aveline, em 1950, e depois o mais moço, Álvaro Alberto em 1957. Quatro filhos e o pai sempre na política, aí ele começou a trabalhar. O primeiro emprego dele foi de 'Caruncho', como eles chamavam lá no Correio do Povo, era o revisor. Depois ele trabalhou na rádio Itaí, depois rádio Gaúcha, rádio Difusora...e sempre chefe de reportagem. Aí o Maurício Sirotsky Sobrinho era apaixonado por ele e dizia: “Tu fica com o teu comunismo que eu fico com o meu capitalismo. E nós vamos nos dar muito bem, porque tu és um ótimo jornalista.” Porque ele era um jornalista espetacular, e era mesmo, todos eram apaixonados por ele, como jornalista e como político. E aí ele trabalhava nos dois campos, jornalismo e política. Daí a Última Hora, do Samuel Wainer, convidou ele para trabalhar e fazer uma sucursal da Última Hora aqui em Porto Alegre, no início da década de 1960, 1961, por aí, na rua Sete de Setembro. E aí ele foi chefe de reportagem, eu ia lá visitar o meu pai, tinha uns 10 ou 11 anos e ia lá visitar aquela redação, eles batiam e levantavam a máquina-até eu fazia isso. Daí veio a Legalidade, e ele foi para os porões da Legalidade com o Brizola e com arma e tudo, e lá ele participou da Legalidade o tempo todo, infelizmente perderam..o Jango deu para trás, por um lado não sei se foi bom ou certo, porque diz que haveria derramamento de sangue né. Isso foi em 1961, aí em 1964 veio o Golpe, eu não chamo de revolução jamais, porque foi um golpe mesmo e quem tinha que assumir era o vice, isso foi influência dos americanos. Aí veio o Golpe de (19)64, eu tinha 16 anos...todo mundo ficou apreensivo, quando veio o Ato Institucional numero cinco (AI-5) foi que a coisa piorou, aí sim não podia se dar entrevista, não podia nada, era ator, artista, teatro, cinema, musica, tudo... Nesse meio tempo ele sempre ia ajudando os colegas, era o “mentor” da gurizada do Julinho, da turma toda..mentor daqui,mentor dali, faço isso, faço aquilo. Tinha um primo dele, o Carlos Aveline, que sabotaram um avião lá no aeroporto Salgado Filho...depois ele escreveu um livro, não sei se tu sabes... o “Macaco preso para interrogatório”¹⁶, é que esse Macaco aqui, meu pai e o Carlos Aveline que eram dois comunistas, resolveram pegar um macaco lá no fim da linha do Partenon, colocaram na gaiola, com uma corrente no pescoço do macaco e colocaram “Abaixo a carestia”, em plena Ditadura. Aí eles colocaram o macaco lá praça, e o meu tio Carlos Aveline disse: “Pode deixar que daqui a pouco eu abro essa gaiola e esse macaco se vai árvore a cima”, aí lá se foi o maçoado com o “Abaixo a carestia”. Aí o Célio Marques Fernandes, que era prefeito de Porto Alegre, mandou prender todos os macacos para interrogatório, tu vê a ignorância da Ditadura. Diz que os milicos viviam aqui na redenção, cuidando tudo quanto era macaco, não descobriram que foi o pai e o tio Carlos e tal...Ele foi fazendo as coisas dele, as reuniões. Depois teve Congresso do Partido Comunista, se dividiram ali entre Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil, porque um era a favor da luta armada e o outro não. E assim foi indo a nossa vida, não é?

Liana: Tu chegas a lembrar da reação no início do Golpe? Porque a Última Hora foi fechada nesses primeiros dias e depois ela reabre...

15 . A Tribuna Popular foi um jornal organizado em 1945 por membros ligados ao Partido Comunista Brasileiro, no Rio de Janeiro. Chegou a ter circulação em diversas capitais do país. Em Porto Alegre, chamava-se “Tribuna Gaúcha”.

16 . “Macaco preso para interrogatório”, livro escrito por João Aveline e publicado em 1999.

Maria Helena: Nos primeiros dias de golpe foi apreensivo, né. O meu tio, que era irmão dele, trabalhava no INCRA e ele dizia assim: “As tropas estão na rua”, parecia um louco. E a gente pensava que ir ser por um mês, dois meses...vinte anos nós jamais imaginávamos. A gente não falava muito, a gente procurou...eu segui a minha vida, estudava num colégio de freiras, a minha vó, que era muito católica queria que eu fosse estudar num colégio de freiras, mas lá não se falava nada, não se comentava nada. Íamos para reuniões dançantes, bailinhos na UFRGS, na Odonto, Engenharia- a gente levava a vida assim. Teve uma vez, na famosa passeata de 1968, que nós participamos- eu, meu irmão e mais amigos-, segurando a bandeira do Brasil, um numa ponta e o meu irmão na outra ponta, e nós gritando: “É pacífica, é pacífica!”, porque tinha que ser, nós levávamos borrachada mesmo. Lá de cima dos edifícios da rua da praia uma papelada em cima de nós, em 1968. Aí quando chegamos à frente da Prefeitura o nosso líder pegou o mega fone: “Atenção, atenção, pode soltar!”, a gurizada cortou um saco de linhagem cheio de bola de gude na cavalaria, mas nada de quebrar patrimônio, porque Deus me livre se fizessemos isso, e mesmo assim muitos foram presos. E eu e o meu irmão nos refugiamos na embaixada americana, no consulado americano que ficava do lado da Prefeitura, ali do lado do Banco do Brasil, na rua Uruguai. Nos refugiamos lá dentro, eu lembro que um funcionário da embaixada dos Estados Unidos disse assim: “Estudantes brasileiros, estes serão protegidos por nós”, e os tiros lá para dentro! Ficamos lá até a meia-noite, uma hora da madrugada, e o meu pai, nas rádios e tudo- “Ah, foram presos mais 5”, “foram presos mais 17 estudantes”- bem faceiro: “ah, isso é que são os meus filhos!”. Lá pelas tantas, à 1 hora da madrugada- naquela época era muito tarde-, conseguimos chegar em casa, eu e o Luiz Carlos. Nós chegamos ali na Marechal Floriano, num restaurante, e o dono falou assim: “Aqui ninguém entra, milico não entra aqui, porque os meus clientes estão aqui dentro e não vão entrar aqui”, e eles parados ali, cutucando a gente com baionetas: “Vamos andando”, não podia nada de bolinho aqui, bolinho ali, era tudo disperso. E lá pela uma hora da manhã, tudo calmo, pegamos um ônibus e fomos embora para casa, eu e o Luiz Carlos, chegamos em casa e a vó e a mãe apreensivas: “Mas o que houve?” E nós faceiros, porque nós tínhamos feito passeata né, era uma coisa que a gente queria derrubar a Ditadura, que era um elefante e nós éramos umas formiguinhas. E assim foi até o Ato Institucional número 5, que aí sim foi dureza mesmo, não podia nem pensar, quanto mais falar.

Liana: Então a partir de 1968 deu para sentir que realmente endureceu...

Maria Helena: Endureceu, depois do AI-5 endureceu mesmo. O teatro de Arena, a gente ia para lá, fecharam bateram, deram pau nas pessoas, quebraram tudo. A gente não podia fazer nada, tinha que sair daqui, ir para o Julinho, saía da aula e ia para casa, e ninguém falava nada. Ninguém dizia uma palavra, não podia nem pensar, quanto mais falar. E assim foi indo, até que em 1975 ele (João Aveline) foi preso. Eu já estava trabalhando na secretaria da saúde, estava fazendo, naquela época, nutrição que só tinha na Unisinos, e eu consegui um estágio no hospital São Pedro, e nós morávamos no Partenon, bem em frente ao hospital São Pedro. Estou me despedindo do pai- ele tinha um fusquinha verde que ele recém tinha comprado-, e ele estava saindo assim- morávamos numa casa germinada, nós e o único irmão dele-, e eu me despedi dele: “Tchau, pai, vou para hospital São Pedro”, aí primeiro eu olhei uns homens parados que disseram assim: “Nós somos companheiros do João Aveline, tu podes me dizer onde está o camarada João Aveline?”, e eu digo: “Ele está lá”- olha a minha inocência!-, “Ele está lá tirando o carro agora, saindo para trabalhar e estou indo também. Ele está lá, podes ir lá”. Eram uns quatro, mais ou menos, chegaram lá tinha um revolver na cabeça dele, quando eu olhei aquilo meio prateado na cabeça dele: “mas o que é isso?”, sai dali a uns 70 metros e disse: “O que é isso, pai?”, aí ele tirando o carro para fora, foi pego de surpresa, e aí eles já tiraram ele dali algemado, colocaram ele dentro de um opala azul de placa amarela, para não dizer que era do Estado e

fingindo que era particular, colocaram ele algemado, e eu dizendo: “Mas que barbaridade, o que é isso?”, aí ele (João Aveline) chegou para mim: “Entra, entra!”, porque ele tinha medo que me levassem junto, eu era uma menina de 23 anos, eles iam me levar e aí tu já viu, iam fazer horrores comigo na frente dele, eles faziam isso, iam me seviciar, fazer horrores para obrigar ele a confessar- ele confessaria, pelo o que eu conhecia dele, confessaria tudo-, e ele não queria entregar companheiros, nunca entregou, foi um homem reto, nunca entregou nenhum companheiro. Alguns outros entregaram, mas ele não entregou, podiam matar ele, mas ele não entregava. E aí ele fazia para mim: “Entra, entra!”, mas mal sabia ele que os homens entraram lá em casa, e enquanto um homem que estava cuidando dele algemado, eles entraram na minha casa: “Coloca o carro do teu pai para dentro, tu sabe dirigir?”, aí coloquei o carro para dentro, mal sabia dirigir com 23 anos. Aí coloquei o carro para dentro, eles revistaram todo o carro, arrebitaram todo para ver se tinha algum documento, algum livro, algum jornal da Voz da Unidade na época, qualquer coisa. Eu sei que eles entraram e eu primeiro fiquei com a chave do carro na mão, e aí disseram assim: “Me dá a chave”, eu disse: “Eu não dou, esquece. Por que eu vou dar a chave do carro do meu pai? Ele já está lá preso, amarrado, para que eu vou dar a chave do carro?”, e eles truculentos: “Me dá a chave do carro do teu pai”, eles passaram um ferro, uma chave, rasgaram o meu braço, a chave caiu, eles pegaram e foram lá, abriram e arrebitaram todo o carro, e encontraram pouca coisa, não o que eles queriam. Como eles moravam em casas germinadas, nos fundos não tinha pátio, então a minha tia, mãe e cunhadas por ali e tal, aí eu chego assim: “Mãe, prenderam...”, minha mãe sofria do coração, no momento ela já começou a tremer, e aquela coisa toda, aqueles bandidos com revolver na minha mãe, nas vizinhas! Aí veio uma vizinha fazer um chá para a minha mãe, ela pegava no açúcar e ele fazia assim (gesto com revolver), eles com revolver apontando! Uns três lá dentro de casa, cada um com um revolver. E eu sentada, e um deles: “Onde é o quarto do Aveline?”, e eu disse: “Ali”, era o quarto do meu tio, não era o quarto do meu pai! Que não tinha nada praticamente, só trabalhava no INCRA, ele era simpatizante, ajudava, mas não estavam atrás dele. Meu tio tinha miniatura de galos de rinha, era bem diferente do meu pai, não era muito intelectual. Ai os caras chegaram lá no quarto do meu tio e só galos de rinha! E a minha mãe e minha tia entenderam, graças a Deus! Eu tinha medo que uma delas dissesse: “Não, o quarto do teu pai não é aqui, é na outra casa”, e eles no quarto do meu tio, revistaram as quatro pontas do colchão, e disseram: “Vamos embora, no quarto do Aveline só tem estatueta de galo de briga, essa coisa toda”. Lá em casa estava assim de pilhas de jornal da Voz Unidade, Engels, Marx, tudo o que tu possa imaginar. E a mãe quieta, tremendo, teve um edema pulmonar agudo ali na hora, e eu não sabia se atendia a ela, a eles e o pai lá fora, amarrado. Aí eles voltaram e disseram: “Vamos embora, só tem galo de briga na casa do Aveline”, mal sabiam que tinha outra casa do lado, foram tudo embora e levaram ele. E um vizinho que estava ali, que era motorista de táxi, foi seguindo até a Aparício Borges, foi dobrando e lá pelas tantas os caras pararam e trancaram o motorista de taxi: “O que o senhor quer atrás de nós?”, “Quero saber aonde é que vocês vão levar o meu amigo, o seu João Aveline, que é uma pessoa muito boa, generosa, que não tem crime nenhum”, “Não, eles fez sim. Nós vamos descobrir! E tu te mandas daqui”. Aí lá se foi o meu pai, e eu pensando- já com um tino jornalístico-, peguei o telefone e liguei para a Zero Hora, naquela época ele estava na Zero Hora e o Maurício (Sirotsky) era vivo ainda. Eu liguei para lá e disse: “Olha, avisa o Maurício Sobrinho, o Lauro Schirmer, o Ernesto Corrêa, toda essa turma aí que ele não vai trabalhar hoje de tarde sabe por quê? Porque simplesmente ele foi preso agora de tarde, de uma forma truculenta, a minha mãe foi às pressas para o hospital, teve um edema pulmonar agudo, então eu estou avisando”. Eu telefonei para a Bandeirantes, e disse a mesma coisa, só não disse que não ia trabalhar: “João Aveline está sendo preso de uma forma truculenta..”, fiz uma baita divulgação, liguei para a Folha da Tarde, Folha da manhã, tudo quanto é jornal que tu possas imagina, rádio Itáí, Difusora, Guaíba, fiz um escarcéu daqueles! Quando eu vi, lá pelas tantas, era a

Bandeirantes lá perto de casa, era a Zero Hora, meios de comunicação na frente de casa, e eu falando, a mãe lá no Hospital, aquela coisa toda e o pai desaparecido. Eu fiz isso porque eu sabia que levariam ele para ficar incomunicável, mesmo assim ele ficou 12 dias incomunicável. Ele tinha úlcera, precisava de um remédio, a mãe se recuperou e voltou para casa, e tinha uma vizinha em frente que talvez conseguisse lá no hospital militar alguma coisa, não conseguiu, aí o (Milton) Galdino, não sei se tu já ouviu falar, era um jornalista do setor de polícia, era meio “direitoso” mas muito amigo do meu pai, gostava do velho. Aí o jornalista Galdino salvou e disse que ia conseguir sim esse remédio, de todas as maneiras, ele se dava com as altas cúpulas da direita do Golpe, os “direitosos” mesmo. E o Galdino conseguiu mais ou menos entregar o remédio esse, aí ele foi lá em casa, no setor de polícia da Zero Hora- “O Aveline me conhece” - e tal, e a mãe deu uns três ou quatro vidros de remédio para ele tomar, o remédio para úlcera, mas naquelas alturas ele já tinha apanhado, já tinha sido torturado, já tinha levado choque, levou telefone e ficou surdo de um ouvido, bateram nele até não poder mais. Ele tinha uma camisola, ele pelado, nu, completamente nu, só com uma camisola, e daí davam choques no anus, pênis, fizeram horrores com ele, bofetadas na cara, e nós lutando atrás de advogados, de jornal, disso e daquilo. Aí uma vizinha descobriu- e nisso tudo nós lutando, porque se não fosse isso ele morreria na cela, não sei o que iria acontecer, iam sumir com ele-, lá no Hospital Militar, na Marquês do Pombal, disseram que ele estava lá e acordou com um médico, porque tinha médico a serviço da Ditadura: “Não, o senhor está bem, está tudo bem...”, para mostrar que tava tudo bem. Semanas depois nos fomos visitá-lo lá na Avenida Paraná, onde ficava a Polícia Federal, ele estava preso lá. Chegamos e ele estava assim um trapo, um animal, a barba lá em baixo, sem um pivô aqui na frente, um relógio quebrado que era do pai dele, e disse: “Leva esse relógio que era do meu pai e que minha mãe guardou para mim, que eu vou ficar aqui”, a mãe levou umas frutas para ele, ela sofrendo, ele sofrendo e nós ali. Ele não queria até que nós fôssemos vê-lo, e assim foi.

Liana: Ele ficou mais ou menos quanto tempo preso?

Maria Helena: Ele ficou de 18 de março mais ou menos...ele ficou 62¹⁷ dias. Depois transferiram ele para o 18º RI no Partenon, e lá foi que melhor atenderam ele, vamos dizer assim. Os “miliquinhos” coitados, eram inconscientes, não tinham muita consciência- sabiam que tinha uma Ditadura, mas eles não tinham ódio dos comunistas, da pessoa. E ele (João Aveline) inteligente, tinha os amigos nas celas ao lado, dizia: “Ah, tu leva esse livro lá para o fulano de tal”, que era o Papillon, aí os “miliquinhos” levavam- “ah, muito obrigada”, “ah, o outro levou uma maçã para o senhor”, “o senhor fuma?”, ele fumava na época, e ele dizia: “eu quero um cigarrinho” e tal. E a cela era uma coisa horrorosa, aí nos fomos lá visitar e ele estava com a barba aqui em baixo, todo ruim, mas estava menos pior, debilitado. E ali ele ficou e tal. O meu irmão do Rio (de Janeiro), não tinha máquina digital naquela época, nem celular, nada! Ele tinha uma máquina Olimpo, pegou disfarçadamente e tirou uma foto do pai. E não é que essa foto desapareceu? Por completo. Estava dentro de casa, mas não se sabe como desapareceu. Uma pena. E aí nós íamos embora para casa, ele ficou ali mais uns dias, e daí saiu.

Liana: Essa prisão foi em (19)75, essa foi a única vez?

Maria Helena: Uma única vez, em 1975. Diz ele que quando nós éramos criança... Ele retornou para casa.

Liana: Sim, mas ele não voltou a ser preso depois de (19)75?

Maria Helena: Não, porque ele se cuidou. Não voltou mais a ser preso, mas ele continuou lutando, sempre na militância, mas com mais sutileza, mais devagar, se cuidando muito. A gente dizia: “Te cuida, pai”. Muitos companheiros iam lá para casa e nós vestíamos eles de mulher, os homens vestidos de Travestis no

17 . Na entrevista, concedida em 2005, Aveline diz que ficou dois meses preso.

Partenon, eram umas coisas até hilárias. Tinha uns caras que apareciam lá em casa e o pai: “O que tu estas fazendo aqui? Tu estas sendo seguido, te manda!”, “Eu vim trazer um doce para ti”, tinha essas coisas. Naquela época foram presos 12 pessoas, entre jornalistas e advogados- o Honório Peres, o Hilário Pinha, e mais algum pessoal do Sindicato da Carris, uma turminha aí. Eu sei que um amigo dele, o Ivo Amaral- já morreu-, foi embora numa madrugada e nós chorando: “Não vá, Ivo! Nós te amamos”, mas tinha que ir embora, coitado, e nunca mais vimos o Ivo. Daí de lá para cá de 1975, eu casei, aquela coisa toda, ele estava ali. Tem até uma foto, eu casei só no civil e toda de preto, só com um lenço cor de rosa, a minha psicóloga dizia assim: “Esse preto diz alguma coisa”, foi em (19)75. Até a Célia Ribeiro, que era amiga dele lá da Zero Hora, pessoas assim...ele se dava com pessoal da “high society”, como o Maurício Sobrinho, o Jaime Sirotsky, e mais os comunistas, o pessoal da Carris, os militantes mais simples. Então, isso foi em (19)75 né, e aí foi indo- (19)76, (19)77-, mas sempre na luta, sempre participando de Congressos do Partido, tudo as escondidas, tu imagina o Congresso do Partido Comunista às escondidas! E assim foi indo.

Liana: E depois já começa a Abertura...

Maria Helena: Já começa a década de 1980... Aí em (19)84 terminou, graças ao nosso “querido”, “amado” Figueiredo- graças a ele não, a nós! E ele participou das “Diretas já!” Foi uma história essa das “Diretas já”, e acho que não foi naquele período, foi depois já, terminou essa história do PCB e aí transformaram em PPS e que a gente chamava de Pepsi- “tu vais passar para esse tal de Pepsi?”, e tinha o tal do PDS que era ultra-direita, aí diziam assim: “Agora nós vamos chamar o Aveline do PPS”, “Uh, Uh”, porque as pessoas não ouviam direito que era PPS e sim PDS, mas isso já era mais para achar graça, já tinha praticamente terminado a Ditadura, né. Foi aliviando, aí teve o Tancredo Neves, que aquilo ali para mim foi um golpe, a morte do Tancredo foi uma coisa muito estranha.

Liana: Como foi o processo de buscar na Justiça a indenização, reparação dele?

Maria Helena: Ele teve que fazer um depoimento, não lembro quem é o advogado, só sei que tem o Depoimento dele, o original.

Liana: Tu queres dizer mais alguma coisa?

Maria Helena: Não, acho que não. Depois disso ele ficou muito neurótico, muito nervoso. Ligava a televisão no último volume, ficou surdo, muito alterado, agressivo, é o que eu posso dizer. Ele nunca mais foi o mesmo, até no próprio Sindicato dos jornalistas, na Zero Hora, o pessoal falava “Oh, o Aveline está agressivo”. Mas depois foi indo, a família foi levando, até que os filhos do Maurício (Sirotsky) colocaram ele para a rua, ele sofreu muito com isso, porque ele queria trabalhar até o fim. Aí fez esse livro aqui (‘Macaco preso para interrogatório’), estava escrevendo outro antes de morrer- uns dois meses antes, até alguém da escola do Legislativo, queria escrever um segundo livro dele, mas não era um livro muito político, era um livro mais de falar da vida particular dele- da mãe, dos 10 anos que ele morou no Rio de Janeiro, como ele entrou para o Partido Comunista. Volta e meia ele coloca o Partido Comunista no meio, sempre! A paixão dele, ele morreu apaixonado pelo Partido, só que quando ele morreu disse pra mim: “Quando eu morrer, no meu skife, eu quero a bandeira do Partido Comunista Brasileiro, a original que está lá em Ipanema. Mas eu não sou filiado mais ao PCB, a nenhum partido. O comunismo é o meu ideal”.

Liana: Então eu acho que é isso, muito obrigada.

Nascido em Santana do Livramento, começou no jornal “A Plateia”, que foi fechado pela polícia por um editorial escrito por Kenny Braga. Veio para Porto Alegre ainda no final de 1964, quando passou para o vestibular para o curso de jornalismo. Chegou a ser preso por suspeita de colaboração em uma tentativa de rebelião contra a Ditadura Militar comandada pelo ex-coronel do Exército Jefferson Cardin. De volta a Santana do Livramento, trabalha no jornal Folha Popular, e mais tarde na Folha da Tarde e no Diário de notícias, na capital gaúcha.

Elmar Bones: Então vamos começar, o foco é o “A Plateia”....

Kenny: No início dos anos de 1960, eu fazia o curso clássico no Colégio Salzano Vieira da Cunha, em Santana do Livramento.

Elmar Bones: Isso em 1962...

Kenny: Em 1962, para ser mais preciso. Aí eu senti necessidade de ter um emprego remunerado, de atender...enfim, de comprar a minha roupa, viver independente do dinheiro que meus avós me davam. E eu consegui um emprego de revisor no jornal “A Plateia”, de Santana do Livramento, e então liderado pelo jornalista Toscano Barbosa. Outros colegas, nessa época, também trabalhavam lá- o Elmar Bones, começou também como revisor, o Danilo Ucha, não lembro se o Glênio, que foi ex-prefeito de Porto Alegre trabalhou lá também, acho que não...

Mas enfim, eu comecei como revisor no jornal “A Plateia” naquele momento de grande efervescência política. O Toscano (Barbosa) entendeu que eu tinha condições para trabalhar na redação, e eu fui requisitado pela redação. E como todo o repórter iniciante, eu trabalhei algum tempo como repórter de polícia. Na realidade, a redação de polícia copiava os registros e depois traduzia aquilo para o jornalismo, para a notícia. Logo depois eu fui melhor aproveitado, tive uma ascensão dentro da redação de “A Plateia”, fui repórter, redator...E quando ocorreu o golpe Militar em 1964, eu ainda continuava trabalhando no Jornal, e ‘A Plateia’ era um jornal muito importante no contexto do jornalismo gaúcho: um jornal stand-up, várias páginas...

Elmar Bones: Dois cadernos...

Kenny: Um jornal diário, um stand-up muito bem feito. E eu lembro que o jornal tinha um avião próprio para distribuir, principalmente para aquelas municípios mais próximos da Fronteira oeste. E em 1964, o Toscano Barbosa teve uma posição marcante no jornalismo gaúcho, porque quase todos- os jornais do Rio Grande do Sul, ou apoiaram o Golpe Militar de 1964 ou silenciaram diante das atrocidades que viriam depois.

Elmar Bones: O que era uma forma de apoio também....

Kenny Braga: Era uma forma de apoio o silêncio, né. O Toscano tomou uma posição completamente diferente, e o curioso é que o Toscano não era uma pessoa engajada politicamente do ponto de vista partidário. Quais eram os partidos políticos da época? Era o PTB, a UDN, o PSD, o Partido Comunista que era bastante atuante. Mas o Toscano não se identificava com nenhum partido político, ele tinha a posição seguinte: O jornal é meu e eu mando no jornal, eu faço o que eu quero com o jornal. E aí, evidentemente, houve interferências externas. Porque lá em Livramento, ocorreu o seguinte, as chamadas “forças vivas”, que sustentavam “A Plateia” do ponto de vista econômico, de anúncios- a Associação rural de Livramento, a Associação comercial-, todos ficaram a favor do Golpe. E num primeiro momento o Toscano sentiu que havia um boicote ao jornal, porque o Comércio se tornou avaro, digamos assim, em matéria de anúncios para o jornal “A Plateia”, talvez sofrendo pressões dos militares.

Elmar Bonnes: Então, de início o Toscano assumiu uma posição, que eu acho que os jornais todos diziam que o Jango estava fora do país, que já tinha um novo poder em Brasília quando o Jango ainda estava em Porto Alegre, e os dois únicos jornais que circulavam no país naquele momento dizendo que o Jango estava no Brasil e ainda era o presidente era a Última Hora, aqui em Porto Alegre, e o “A Plateia”, em Santana do Livramento. Aí que foram para cima de “A Plateia”, a Última Hora fecharam aqui, e aí ele ficou marcado...

Kenny Braga: A verdade é essa: o jornal ficou marcado e o Toscano ficou marcado. Como se fosse um ferrenho opositor dos militares...

Elmar Bonnes: E ele estava só defendendo a Legalidade...

Kenny Braga: E o direito de editar o seu jornal da maneira que ele entendesse melhor. Eu lembro de um momento muito interessante do jornal, houve um coronel - da guarnição militar de Rosário -, que ficou insatisfeito com uma matéria publicada no jornal. E do alto de sua autoridade local, mandou apreender a edição de “A Plateia”, e o Toscano ficou indignado com aquela atitude, porque era evidentemente uma afronta total à liberdade de expressão, e o jornal foi apreendido. Eu lembro que cheguei de manhã no jornal, ele me contou o fato e disse assim: “Pau nesse canalha! Escreva um editorial condenando essa barbaridade.” E eu já estava querendo me acertar mesmo com os caras, estava indignado com o que estava acontecendo, e me lembro que escrevi um editorial chamado “Sinal dos Tempos”, condenando aquela arbitrariedade cometida pelo coronel de Rosário, e dei o texto que eu havia produzido para o Toscano, que fez pequenas correções- “Pode baixar para a oficina!”. E daí tudo bem, o jornal determinou que o Editorial fosse publicado na primeira página, com destaque na primeira página. Eu tinha minha vida, que dividia entre o curso clássico, 'A Platéia' a as noitadas...Terminei meu expediente aquele dia e fui para Rivera, me encontrar com os meus amigos naquele bar memorável....

Elmar Bonnes: Imperial?

Kenny Braga: Imperial. E nós nos encontramos todas as noites no Imperial, era uma mistura, tinha de tudo. E evidentemente que eu dormia tarde, e naquela manhã, evidentemente que fui para Rivera beber e esqueci do editorial, quando eu cheguei na Plateia, que era localizada na antiga sociedade italiana, na rua Rivadávia Correia, a uma quadra da linha divisória, era quase na linha divisória que ficava a redação da Plateia...Quando eu cheguei e olhei na esquina, eu vi que toda a quadra estava ocupada por militares, soldados do Exército com armas na mão. E me “bateu” o editorial: “isso aí é problema com “A Plateia”, eu deduzi porque não tinha nem informação naquele momento. E estrategicamente fiz a volta, desci uma quadra e subi uma escadaria que me levava direto para Rivera, fui parar na frente do Cassino de Rivera. E de lá eu telefonei para a redação e me atendeu um grande amigo meu, o saudoso jornalista Luiz Carlos Vale, que era editor de esportes, muito brincalhão, inteligente, bem humorado. E nós saíamos sempre à noite, estávamos sempre juntos, ele gostava muito de mim e eu gostava muito dele. Quando eu ele me ouve, diz assim: “Onde tu está, 'paiaço'?”, eu digo: “estou aqui em Rivera”, “então não volta tão cedo”, “mas por quê?”, “porque o Toscano já foi levado agora, na primeira hora da manhã, para a 2ª DC de Uruguaiana, e agora os caras estão a procura de quem escreveu o editorial”, e eu digo: “Mas escrevi a mando do dono”. Eu tinha meus avós que moravam em Rivera, e daí “ah, vou ficar aqui em Rivera mesmo”, fui para a casa da minha vó e disse: “Olha, me dá um quarto aí”. Mas aí eu senti que a coisa estava complicada, o Toscano ficou uns três dias preso dando explicações sobre o Editorial, e eu em Rivera. E daí quando o Toscano foi libertado...

João Souza: Foi uma intervenção no jornal...

Kenny Braga: Sim, sim. O Toscano foi libertado, o jornal noticiou a prisão...

João Souza: Naquele dia o jornal saiu?

Kenny Braga: Saiu. O jornal não foi proibido de circular, em nenhum momento. Daí eu voltei e continuei trabalhando, e os meses correndo, após o golpe. E nós transcrevíamos na Plateia, um jornal interiorano do Brasil, a coluna do Carlos Heitor Cony, que era publicada no Correio da Manhã, e que uma das raras colunas naquela época através da qual a democracia suspirava. Aquelas colunas escritas naquela época transformaram-se em um livro famoso: “O ato e o fato”, que deve ser lido hoje por todas as novas gerações. O Cony foi muito bravo naquela época, foi um guerreiro, sofreu ameaças- a família dele foi ameaçada-, teve que se retirar do apartamento dele porque escrevia esses artigos. Embora o Carlos Heitor Cony sempre fosse digamos um opositor ao Governo João Goulart, tanto que o último artigo do Correio da Manhã sobre o governo Jango foi “Fora, basta”, e esse artigo foi escrito pelo Carlos Heitor Cony. Só que ele percebeu que aqueles militares que estavam tomando o poder queriam eternizar-se no poder, e derrubaram o Jango com uma proposta profundamente anti-democrática, e ele não concordou com aquilo e reagiu através da sua coluna. E nós publicávamos em Livramento a coluna do Carlos Heitor Cony. E aí tiveram alguns episódios muito engraçados...Certa vez o Toscano recortava a coluna do Carlos Heitor Cony do jornal e mandava encaminhar para a oficina de produção, e ele tinha um aquário- o aquário da redação era o Toscano-, aí ele me chamou: “Seu Kenny, vem aqui. Tá muito boa a coluna do Cony de hoje, mas tem que substituir as duas ultimas frases da coluna porque eu não gostei...”, “como é que eu vou substituir? A coluna é assinada!”, “se o senhor não substituir quem vai substituir sou eu”, e eu escrevi as duas frases, dei outro “feicho” para a coluna do Cony e o artigo saiu no outro dia. Passaram-se os anos e um dia eu estava com o Carlos Heitor Cony na ARI e eu contei isso aí, ele não parava mais de rir- “eu não acredito que fizeram isso”. Eu escrevia crônicas eventuais com a minha assinatura, e os caras do Serviço de Informação monitoravam a minha atividade. E eu lembro que um dia estava fazendo uma festa na minha casa e me levaram para o quartel, no 8º regimento de cavalaria. Quando eu me deparei com um Major, Cláudio Marques, me convidou para sentar e tinha todas as minhas colunas selecionadas e anotadas e aí ele quis me falar sobre uma invasão que a União Soviética tinha feito, não lembro exatamente, e ele quis falar sobre a União Soviética. Eu digo: “Major, dá licença, essas coisas aí eu sei, o senhor não me chamou aqui no quartel para ensinar história”, “não, para te advertir que está acontecendo 'isso e isso', que nós estamos em cima de vocês e tal.”

Elmar Bonnes: Mas tem um antecedente de 1964, que “A Plateia” também foi importante, que era o Movimento Estudantil, nós éramos do Movimento Estudantil, ligados à União dos estudantes e que fazíamos parte de um Comitê de estudantes, operários...

Kenny Braga: Muito boa a lembrança. Nós militávamos no Movimento Estudantil, eu, o Elmar, o Danilo Ucha. Nós não éramos ligados a nenhum partido político, a nossa ligação era com a União Santanense dos estudantes secundários, que era presidida na época pelo Danilo Ucha, isso antes do Golpe Militar.

Elmar Bonnes: Mas que integravam o Comitê com sindicatos, ligas camponesas, tinha um monte de coisas...

Kenny Braga: E nós apoiávamos claramente as Reformas de base do João Goulart.

Elmar Bonnes: E uma deliberação desse Comitê uma noite, isso janeiro ou fevereiro de 1964, foi que esse grupo fizesse uma ofensiva em defesa das reformas de base, e não porque deliberação, nós quatro decidimos fazer uma pixação nas principais ruas da cidade. Pegamos duas latas de Cal, duas broxas e fomos para o centro da cidade. Descemos a rua dos Andradas, que era a principal, e em casa cruzamento nós escrevíamos assim: “Reformas ou revolução”.

João Souza: No mínimo isso...

Elmar Bonnes: Só isso!

Kenny Braga: Influência da Revolução Cubana, pretensão...

Elmar Bonnes: Total! E em Livramento são duas ruas: uma que desce e uma que sobe, que é a Rivadavia Correia, e nós descemos pixando a Andradas e subimos pixando a Rivadavia. Encerramos na alta madrugada, acho que era inverno...uma noite fria...

Kenny Braga: Nós éramos movidos a uma boa canha...

Elmar Bonnes: Então no dia seguinte a cidade se alarmou, tem um comando guerrilheiro operando na cidade! E esse major Zorron, que era o comandante da guarnição, mandou no dia seguinte um caminhão cheio de milico, cal e broxa e não apagaram o que nós escrevemos, colocaram assim: “Reformas sim, revolução não!”

João Souza: Um major inteligente...

Elmar Bonnes: E colocou um artigo no jornal 'A Plateia' dizendo o seguinte: “Queremos acalmar a população, sabemos quem são, são os mesmos de sempre, inocentes úteis que nós conhecemos...” e daí nos fomos no Toscano: “O cara nos chamou de irresponsável e inocentes úteis, nós queremos responder”. Não sei quem fez, acho que foi o Caio 'Capeta' que fez um artigo rebatendo o comandante: “Nós sabemos também quem são os golpistas que estão preparando o golpe, os gorilas...”, então ficamos marcados por isso, e o jornal também, porque dava abrigo para nós. O clima naquele momento, acho que era início de 1964, era incerto, então não houve nada, mas logo depois houve o Golpe. E aí nos dias seguintes nós fizemos um churrasco na casa do Kenny para comemorar com os colegas do clássico, e enquanto nos estamos reunidos bate um camburão do Exército para levar preso tu (Kenny Braga)...

Kenny Braga: Só eu fui preso...

Elmar Bonnes: O Ucha também não?

Kenny Braga: Não lembro...

João Souza: O caminhão foi buscá-los então...

Elmar Bonnes: Para levar essa preleção do comandante lá...não foi prisão nem nada, foi só uma “mijada”, “ah, vocês tomem cuidado”, esse tipo de coisa...

Kenny Braga: Uma tentativa de intimidação.

João Souza: Quem mais foi levado?

Kenny Braga: Eu não lembro exatamente se o Ucha foi nesse momento. Eu lembro que fui e fiquei indignado, porque estava no auge da festa, nós cercados por moças bonitas e naquele momento o cara me tira para dar informações no Exército. Quer dizer, é de mais.

João Souza: Qual a repercussão que isso teve? Saiu no jornal?

Kenny Braga: Eu lembro que contei, através de uma crônica, o que tinha ocorrido...Foi lá que eu comecei a ter intimidade com a crônica e a gostar de escrever no gênero crônica foi no 'A Plateia' de Santana do Livramento, primeiro jornal que eu escrevi, que me abriu as portas. E o Toscano tinha uma característica muito curiosa, ele nos incentivava em tudo...

Elmar Bonnes: Ele imprimia o nosso jornal da União dos estudantes.

Kenny Braga: E se tu não tinha uma roupa, se ele percebia que tu não tinhas uma roupa, ele nos chamava e dizia assim: “Vai comprar no Saion”, que era uma loja que tinha em Livramento, “vai comprar lá que depois eu

pago.” E quando nós chegamos de férias, quando nós já estávamos em Porto Alegre né, Elmar, nós já éramos universitários, se nós não tínhamos dinheiro, pedíamos pro Toscano.

Elmar Bonnes: É. Houve esse aperto inicial e depois houve uma distensão. Pararam as perseguições...

Kenny Braga: Tinham feito uma limpeza...

Elmar Bonnes: Tiraram todos os elementos, e aparentemente iria voltar a eleição, a democracia...era uma “intervenção preventiva”, como eles diziam. E então, nesse primeiro momento, houve essas medidas repressivas e depois a coisa se acalmou e o ano de 1964 transcorreu sem maiores problemas.

Kenny Braga: E começa então o ano de 1965, nosso grupo de estudantes vem para Porto Alegre para fazer o vestibular na faculdade de jornalismo da UFRGS, que funcionava junto à faculdade de Filosofia. E fomos aprovados no vestibular para jornalismo, eu, o Elmar e o Ucha. E o Glênio Lemos, que era outro companheiro nosso, fez vestibular para a faculdade de Direito da UFRGS e também passou, mais tarde foi Deputado Estadual, prefeito de Livramento. E aí é que eu tenho um lapso e o Elmar vai me ajudar, a nossa prisão aqui em Porto Alegre foi após o vestibular?

Elmar Bonnes: É, foi em abril de 1965.

Kenny Braga: Foi em março, mas foi após o vestibular. O que ocorreu foi o seguinte: dia 25, e o João lembra muito disso pois já era profissional na época, ocorreu aquela tentativa de movimento sedicioso em Tenente Portela e Três Passos. No dia 25 de março de 1965, e nós já estávamos em Porto Alegre. E aí o Coronel Jefferson (Cardin), que era ligado ao Brizola, e que havia sido expulso do Exército, tentou implantar um foco guerrilheiro no Rio Grande do Sul, naquela região de Tenente Portela e Três Passos. Evidente que o movimento fracassou, e é muito curiosa essa história, só esse capítulo merecia um livro, e não existe livro. Tomaram o quartel, houve a morte de um ou dois soldados, depois leram um manifesto de madrugada numa rádio local de Três Passos e ninguém ouviu, dizendo qual era o propósito daquele movimento e tal e claro, foram perseguidos, presos em Foz do Iguaçu. Foi uma coisa alucinada, eles não tinham nenhuma condição de plantar nada. E aí ocorreu a nossa prisão, nesses dias.

Elmar Bonnes: E aí a repressão achou que era um movimento que estava ramificado. E nós tínhamos sido proibidos de sair da cidade sem avisar o Exército, coisa que nós não fizemos, saímos sem avisar ninguém. Quando houve essa prisão nos disseram: “Se vocês quiserem sair de Livramento tem que comunicar o Exército”, então quando nós saímos de Livramento- que era uma cidade pequena, e nós estudantes que sempre estávamos pelo centro-, logo foi percebida a nossa ausência. E além de ter passado pelo quartel, estar fichado lá e tal, obviamente que os serviços de segurança passaram para cá essa informação: “Olha, tem quatro elementos que saíram daqui misteriosamente e estão em Porto Alegre.”

Kenny Braga: Em síntese: eles entendiam que nós estávamos, de certa forma, vinculados ao movimento de Três Passos e Tenente Portela, o que era uma alucinação completa. Nós não sabíamos quem era, nós nunca tínhamos ouvido falar do Coronel Jefferson Cardin. Nós tínhamos pouco conhecimento do que ocorreu lá, e eles “não, se eles foram para lá estão vinculados ao movimento de alguma forma”.

João Souza: Como foi a prisão de vocês aqui?

Kenny Braga: A nossa prisão foi na Rua da Praia.

Elmar Bonnes: A gente almoçava no RU (Restaurante Universitário)...

Kenny Braga: E vinha caminhando pela rua da praia, eu e o Elmar.

Elmar Bones: E o Glênio...

Kenny Braga: Mas o Glênio estava junto?

Elmar Bones: tava, claro. Foi preso junto.

Kenny Braga: Nós caminhando e ainda encantados pela rua da praia. Estávamos próximos do edifício do Sindicato...

Elmar Bonnes: Nos pegaram ali na Uruguai...

Kenny Braga: É. Eu lembro que estava de terno, acho que o primeiro terno que eu vesti, e daí se aproximaram dois agentes do DOPS...

Elmar Bonnes: E aí disseram assim: “Fulano e fulano?”, “Sim”, “Dops, estão presos!”. “Mas é só uma declaração que a gente precisa e vocês já vão ser liberados”.

Kenny Braga: Aí nos levaram em direção à viatura que estava estacionada na Praça da Alfândega. No prédio do antigo Correios, e dali nós fomos levados para o DOPS, onde é o chamado Palácio da Polícia, e ali ficamos presos incomunicáveis.

João Souza: No DOPS mesmo?

Kenny Braga: No DOPS. Eu me lembro que naquele momento a gente sofreu mais o terror psicológico. Porque nós tínhamos conhecimento do que estava acontecendo em outros lugares do Brasil, nós tínhamos conhecimento da forma com que eles tratavam, como eles encaminhavam a rede repressiva. E nós estávamos presos lá, num primeiro momento, sem o conhecimento de ninguém, ninguém ficou sabendo. Vivemos naqueles dias um terror psicológico intenso...

Elmar Bonnes: Quatro dias incomunicáveis...

Kenny Braga: Quatro dias incomunicáveis. A impressão que tinha é que iam nos matar... Eu e o Elmar ficamos em selas diferentes mas nós nos falávamos por baixo da porta. E eu lembro que dizia para o Elmar: “Elmar, vão nos tirar na noite para fazer alguma coisa. Mas eu não vou assim, vou me atirar da viatura em movimento, para que alguém saiba que eu estou sendo levado para algum lugar.”

Elmar Bonnes: Nos tiraram à noite e nos levaram para comer...

Kenny Braga: É. Eles nos tiraram de noite e nos levaram para comer.

João Souza: Pra comer aonde?

Kenny Braga: E aí é que está, as contradições desse país é que são engraçadas! Nos levaram no restaurante Copacabana, que naquele momento dava apoio aos caras... E ali no Copacabana nós jantamos e eu lembro que havia um policial que dizia assim: “Olha, guris, peçam o que vocês quiserem, comam e bebam o que vocês quiserem, eu estou aqui por obrigação.”

Elmar Bonnes: Tinha um que dizia: “Comam bem que depois nós vamos dar um passeio”, esse nos assustava.

Kenny Braga: Então nós sofremos nesse momento um grande terror psicológico.

João Souza: Aí voltaram?

Elmar Bonnes: Voltaram para o mesmo lugar, para a sela.

João Souza: Foram interrogados?

Kenny Braga: No Palácio da Polícia. Aí o seguinte: eles não nos torturaram, eles se convenceram que nós não tínhamos nenhuma ligação...

João Souza: Como foi o dia seguinte? O interrogatório...

Elmar Bonnes: É que por exemplo, no meu caso, eu morava com uma tia minha...

Kenny Braga: O Elmar morava na Tristeza com um primo dele, José Darci da Costa Rodrigues, professor, e aí acabaram prendendo o Darci também que não tinha nada a ver, por causa dos livros...estava numa escola ali perto. E como ele tinha aquela coleção de livros da Abril que tinha vermelho e negro...

Kenny Braga: Capa vermelha era um livro muito perigoso...

Elmar Bonnes: E tinha uns discos, hinos da União Soviética, o “Cadernos do povo brasileiro”, da Civilização Brasileira, hinos do tempo da Revolução Espanhola. Os caras virão aquilo e disseram “nós vamos levar também”, e levaram.

Kenny Braga: E eu não me compliquei mais, porque eu tinha livros também que naquele momento me implicavam, por razões óbvias, na casa de uma tia minha em Teresópolis. E o marido da minha tia era brigadiano, e eu não sei, pouco antes da minha prisão ele diz, “olha, Kenny, se vierem aqui em casa e virem esse livro, eu vou me complicar porque eu sou brigadiano. Então vamos fazer o seguinte, eu não quero que tu jogues fora, mas vamos colocar todos esses livros dentro de um saco e colocar lá no mato.” Tinha um mato no fundo da casa dele, um riacho, e aí ele colocou um plástico por fora para não estragar os livros, atou e deixou lá no mato. Mas os caras foram na casa dele depois, no momento em que eu estava preso, mas só confirmar. Não entraram, e se entrassem não iam achar nada, porque os livros estavam lá no mato.

Elmar Bonnes: Foram na pensão do Glênio também, e na casa da minha tia, encontraram esses livros e levaram eles juntos.

Kenny Braga: Então houve a nossa prisão e a prisão de outras pessoas que de certo modo conviviam conosco.

João Souza: E aí, o terceiro dia de interrogatório?

Elmar Bonnes: Não, não. Daí dois dias de interrogatório, quarto dia de interrogatório, eles viram...

Kenny Braga: Nós contamos as coisas que nós estamos contando aqui.

Elmar Bonnes: Eles foram checar todas as informações e batia, imagina. No segundo interrogatório eram “esses livros”, “essas cartas, o que tu escrevia”, sobre esse material, e eles chegaram a conclusão que nós não tínhamos ligação. Tanto que o delegado do DOPS, depois lembro o nome, ficou nosso amigo...ele passou por mim no corredor e dizia assim: “Olha aqui, eu sei que vocês não têm nada com isso, estou convencido. Mas vocês podem se complicar muito com isso, eu sei que vocês são estudantes, tomem cuidado.” Daí nos levaram então para aonde estavam os presos políticos- eram 15 na época, mais ou menos-, que era o SESME (Serviço Social de menores)”.

Kenny Braga: Onde é hoje o asilo Padre Cacique.

Elmar Bonnes: E ali no Sesme havia uma parte onde estavam os menores delinquentes, tinha uma ala para mulheres presidiárias, porque ainda não tinha a prisão feminina, e um pavilhão único para os presos políticos. Era um pavilhão, dormiam todos no chão, tinha um cara que era de Santa Catarina, tinha outro que estava ficando meio maluco de tanto que apanhou.

Kenny Braga: Mas aí tem um episódio muito curioso, porque a minha vó era ligada ao PSD...

João Souza: PSD era o velho Partido Social Democrático...

Kenny Braga: É. Ela era ligada e militante do PSD, era uma grande “cabo eleitoral” lá em Livramento. E eu detestava aquilo, eu tinha uma posição contrária a dela, a minha simpatia toda era pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora eu não fosse vinculado. E nesse momento, essa vinculação dela ao PSD- porque ele

estava no barco do golpe militar-, e havia um cidadão de Livramento, um fazendeiro, pessoa ilustre- Plínio Pires- que trabalha na casa civil, no Palácio Piratini. E ele ficou sabendo, através do secretário de segurança, da nossa prisão e avisou o Argemiro Simões, que era outro do PSD lá em Livramento. E o Argemiro Simões, que era amigo da minha avó, imediatamente comunicou a ela, e eu lembro que ela chegou aqui a tempo de quebrar a nossa incomunicabilidade, nem o advogado quebrou! Eu não sei até hoje como ela conseguiu entrar lá. E aí, a impressão que eu tenho, é que ela falou com o Plínio, que falou com o Secretário de Segurança, que deu licença para que ela nos visitasse lá na sela onde nós estávamos incomunicáveis. E eu lembro a que a primeira pergunta dela para mim: “Como é que tu estas, meu filho? Fizeram alguma coisa contigo? Te violaram, te bateram?”, eu digo “não aconteceu nada comigo”, e aí ela se tranqüilizou mais, foi uma coisa bem rápida e só para ela ver que eu estava inteiro e foi embora. Foi um episódio curioso esse aí.

João Souza: Esse aí já era o quarto dia da prisão?

Kenny Braga: Esse foi o terceiro ou quarto dia, eu acho. E depois ela foi embora para Livramento, tinha suas obrigações, só veio aqui me ver. Alguém deve ter dito para ela “olha, isso aí é uma prisão momentânea”.

João Souza: Quantos dias mais ficaram presos?

Elmar Bonnes: Mais 14 dias.

Kenny Braga: Foram quase 18 dias de prisão. Quando eu sai da prisão, meu terno parecia que ia andar sozinho, não tomava banho, não trocava de roupa.

Elmar Bonnes: E inclusive quem fazia comida para nós era uma presidiária.

João Souza: E lá no SESME, vocês continuaram a ser interrogados?

Elmar Bonnes: Não, não houve. Houve um outro interrogatório breve na saída, uma coisa muito informal.

Kenny Braga: Aí aconteceu uma coisa muito curiosa, nós estamos falando de 1965/1966, e no meu primeiro emprego aqui em Porto Alegre eu trabalhei na redação da rádio Farroupilha que funcionava aqui, na esquina democrática. E naquele momento, antes de me dirigir, de fazer um pedido de emprego, eu fazia muitas coisas, inclusive era porteiro de motel. E em 1966 eu comecei a trabalhar na Folha da Tarde, na Caldas Junior, e foi aí que deslanchou a minha vida como jornalista, em 1968 eu fui para Livramento e passei um ano lá, mas aí é outro capítulo da história, aquela loucura toda de 1968 eu acompanhei à distância, porque eu trabalhava na Folha Popular de Santana do Livramento, eu era cronista lá.

Elmar Bonnes: E “A Plateia” já estava em decadência. Porque é importante dizer isso né, Kenny, o “A Plateia” não se recuperou mais, aqueles episódios acabaram resultando na venda da Plateia.

Kenny Braga: “A Plateia” não resistiu ao cerco econômico...

Elmar Bonnes: Além da repressão ostensiva sobre o jornal, a prisão do Toscano- acho que foi mais de uma. O fato de o jornal ter sido alvo da repressão deixou o jornal muito marcado, e os reacionários lá de Livramento cortaram os anúncios.

Kenny Braga: O Toscano era originário dos Diários e Emissoras Associados, do Assis Chateaubriand, e o “Cruzeiro” era a melhor revista da América Latina, então ele tinha amizade com o Chateaubriand, e era representante do “Cruzeiro” antes de ir para Livramento, e aí ele ganhou muito dinheiro com essa condição de ser representante. E aí ele teve condições de comprar A Plateia. Quando ele chegou à conclusão que não haveria como recuperar 'A Plateia' naquelas condições políticas, ele se desfez do jornal e foi trabalhar em Brasília, trabalhou muito tempo como funcionário do senado, porque havia um ministro que era amigo dele da época de Livramento, Dirceu Nogueira. Isso era muito comum na política do interior gaúcho. Aí o Toscano foi trabalhar lá e morreu em Brasília. E eu lamento até hoje que não tenha dado, não sei se existe, um depoimento exaustivo a respeito dessa época. Houve um momento no Brasil, que os dois jornais que faziam oposição ao

regime, era o Correio da Manhã no Rio de Janeiro e 'A Plateia' em Santana do Livramento...

Elmar Bonnes: E a Última Hora aqui. A Última Hora foi fechada no dia 1º de abril em todo o país e aqui foi até o dia 4, eu acho...

Kenny Braga: Ela não durou muito. Estou dizendo que após o fechamento da Última Hora, os que resistiram, até vamos dizer assim, de uma forma “romântica”, eram 'A Plateia' e o Correio da Manhã.

Elmar Bonnes: E ambos os jornais morreram. 'A Plateia' sobreviveu em condições completamente diferentes, virou um “jornalzinho”, depois de 30 anos que voltou a uma situação boa, mas viveu moribundo durante muito tempo. E o Correio da Manhã fechou.

Kenny Braga: Então assim, nós tivemos coisas muito ruins nesse período de 1964, mas também tivemos as nossas gratificações, no sentido de que nós não ficamos omissos, nós participávamos politicamente daquele momento, embora não fôssemos vinculados a nenhum partido. Nós não nos omitimos. Eu acho que nós corremos mais riscos lá em Livramento.

MÁRIO DE ALMEIDA

Natural de São Paulo, atuou como jornalista e dramaturgo. Veio trabalhar na Última Hora gaúcha como colunista de teatro, temporariamente, chegando a escrever no plantão noturno e posteriormente chegando à chefia de reportagem no mesmo jornal. A sua coluna política chamada “Sem Censura” foi muito visada pelo regime pelas duras críticas que fazia à polícia gaúcha, dentre outras questões. Em função da visibilidade a que estava exposto, Mário de Almeida teve que abandonar o Rio Grande do Sul logo depois do Golpe.

A seguir, transcrição de parte da entrevista cedida por Mário de Almeida ao Jornalista Jefferson Barros, no ano de 1999, sobre a formação da Última Hora e o impacto do Golpe Militar no jornal ¹⁸.

Jefferson: Mário, conta um pouco sobre a sua experiência na Última Hora, como é que você veio?

Mário de Almeida: Eu tinha ido a Porto Alegre para, a pedido da Bojana, dirigir uma peça do Teatro Universitário, quando eu deveria voltar definitivamente para o Rio, amigos propuseram que a gente continuasse juntos, mas eu tinha compromissos no Rio, voltei a dirigir espetáculos aqui, inaugurei o Teatro de Arena em Campo Grande, Rio de Janeiro e daí voltei a trabalhar. E desse trabalho, depois, surgiu a idéia de formar o teatro de equipe e a condição básica para vir era a construção de um teatro aqui e foi feito. Quando nós estávamos na construção desse teatro, o Sérgio Rosa me procurou para quebrar um galho para a Última Hora, como colunista de teatro e eu disse que temporariamente, e pra quebrar o galho, eu faria.

Jefferson: Colunista da Última Hora?

Mário de Almeida: Isso, de teatro. Um pouco depois, já tem o teatro funcionando, anos depois, quando aí eu já era o diretor, o Osvaldo Peralber tinha ido a Porto Alegre, à Feira do Livro, assinar, autografar o livro onde conta a experiência e a saída dele do Partido Comunista. Esse retrato foi apropriado pela direita brasileira como um documento contra o partido, e quando eu vi no Correio do Povo que ele tinha sido homenageado em um jantar no Country Club, o que havia de mais reacionário no Rio Grande do Sul, eu fui para a Última Hora e disse: “Olha, vocês vão lá no aeroporto, na hora que o Osvaldo sair, e pergunta para ele se ele é materialista, o que ele acha da propriedade privada e se ele acredita em Deus, essas coisas. E daí vocês dizem que “fulano de tal”, que veio autografar o seu livro, ao se despedir no aeroporto afirmou suas idéias contra a empresa privada, etc, e foi recepcionado ontem por fulano, beltrano, ciclano...”

¹⁸ . A coletânea de entrevistas de vários jornalistas que estiveram presentes na trajetória do jornal Última Hora no Rio Grande do sul está disponível, de forma sistematizada, no livro “Golpe Mata Jornal: Desafios de um tablóide popular em uma sociedade conservadora”, do jornalista Jefferson Barros.

Jefferson: Você espontaneamente foi ao jornal e deu essa pauta?

Mário de Almeida: É!

Jefferson: Você é paulista, né?

Mário de Almeida: Sou. Daí o Tarso de Castro, que era meu amigo porque freqüentava o meio de teatro, mas principalmente o pessoal de teatro mesmo, ele era amigo de todos nós, o Euzébio, o Tarrete. Então ele falou: “Mário, você não quer vir para cá como repórter especial?”, quando aí o Nestor me fez uma proposta de cobrir o plantão noturno da Última Hora.

Jefferson: O senhor já conhecia o Ary (de Carvalho)?

Mário de Almeida: Não, eu conheci ele lá, apresentado pelo Zé Silveira e pelo Nestor, que me conheciam. Bom, eu era uma figura notória em Porto Alegre pela minha atividade teatral e pelo movimento da Legalidade, essas coisas todas. Daí me fizeram, depois de pouco tempo dessa experiência no noturno, me fizeram o convite de assumir a chefia de reportagem, coisa que vou e aceito. Eu entrava umas duas horas da tarde no jornal...

Jefferson: Isso foi em 1962, né?

Mário de Almeida: É. Bom, algum tempo depois, o Ary me chamou, aí a gente tinha mais intimidade, etc, fazia o editorial e disse: “Oh, Mário! Estou doido para abrir uma coluna”, diga-se entre parênteses, o jornal onde o Ary trabalha sempre tem 150 colunas, ele adora, “e eu quero abrir uma coluna para você publicar coisas que não são notícias, mas que a gente tem interesse e tal, posições políticas. E para você ficar a vontade, nome vai ser ‘sem censura’”. Bom, depois foi ampliada, quase uma página de tablóide e tal...

Jefferson: Mas a sua coluna era basicamente uma coluna política, né?

Mário de Almeida: Não. Quer dizer, basicamente sim. Mas não a política da, sob o aspecto do dia-a-dia partidária, mas a política do comportamento dos políticos, muito mais. A minha coluna era tão, assim tão agressiva, que para não ferir o tom, quando alguém fazia alguma coisa que me enchia os versos eu dizia: “Colher de chá pra fulano de tal”.

Jefferson: Era mais Janguista ou era mais Brizolista?

Mário de Almeida: A minha coluna é de esquerda, certamente é de esquerda...

Jefferson: É brizolista...

Mário de Almeida: Mas sem...nem ditamos o Partido Comunista, nem ditamos o Brizola. Sempre as minhas inclinações pessoais, que diga-se de passagem, nunca fui getulista, fui sempre contra a Ditadura.

Jefferson: Você fazia a chefia de reportagem em 1962?

Mário de Almeida: Sim.

Jefferson: Lendo, pesquisando sobre a Última Hora na época, eu tenho depoimentos espontâneos de outros jornalistas, a campanha eleitoral de 1962 para governador, a que elegeu o Meneghetti pela segunda vez (eleição de 1962), derrotando o candidato do Brizola...

Mário de Almeida: Uma grande bobada do PTB.

Jefferson: A Última Hora era extremamente imparcial. E quando era uma eleição fundamental...

Mário de Almeida: Eu tenho que abrir um parênteses para dizer o seguinte: a divisão funcional da Última Hora, a reportagem geral, supervisionava a policial e não interferia a...

Jefferson: A política era do Flávio Tavares...

Mário de Almeida: Do Flávio, do que depois foi ser o diretor da RBS de jornalismo...

Jefferson: O Carlos Bastos?

Mário de Almeida: Isso, Carlos Bastos. Do Bastos eu devo a coragem diante das pessoas, pelo fato de estar vivo, porque se eu sou pego nas primeiras 72 horas (refere-se ao Golpe), eu estava no fundo do Guaíba...

Jefferson: Mas você percebia essa imparcialidade do jornal diariamente, né?

Mário de Almeida: Certo, claro.

Jefferson: Eu acho suspeita a imparcialidade do Última Hora naquela eleição...

Mário de Almeida: Eu não achei suspeita. O que eu achava era que o PTB tinha dado uma mancada muito grande, muito grande. Porque sair como o Brizola saiu, com a popularidade regional e nacional após o mandato e enfiar membros nitidamente de perfil das classes produtoras, né?

Jefferson: É o Edílio Telssen?

Mário de Almeida: É, um empresário. Eu achei que fosse um rata, uma falta de visão e o Brizola foi derrotado, quer dizer...

Jefferson: Foi derrotado pela divisão, né?

Mário de Almeida: Sim.

Jefferson: O Fernando Ferrari teve 121 votos, o Meneghetti ganhou por menos de 70 mil...

Mário de Almeida: Então, eu acho que a Última Hora foi um pouco omissa talvez, mas eu acho que essa omissão não foi uma omissão que prejudicasse o PTB, na minha opinião foi um negócio que prejudicou o Michael.

Jefferson: Vamos ficar na sua coluna, foi nessa época o carro chefe...

Mário de Almeida: Sim, mas nessa época a coluna ainda não existia...

Jefferson: Sim, mas nessa época a partir de...

Mário de Almeida: Ah, bom. Depois as pesquisas que o Ary mandava fazer, a minha coluna era disparada...

Jefferson: E incluía muita gente? Como é que era a sua coluna?

Mário de Almeida: Vamos começar a contar desde o começo?

Quando eu era garoto e adolescente, eu ia muito ao cinema, havia um telejornal francês que toda vez que um atleta ou alguém fazia um grande feito, os alpinistas subiam lá, “parabéns, campeão”. Daí eu fiz isso ao contrário. Então, por exemplo, o chefe de polícia disse que a experiência agrária que o Brizola fez lá no Banhado do Colégio...Um dia o Prates diz que olhou, e o chefe de Polícia disse que aqui não dava amigo nenhum, não sei o que. Daí eu terminei dizendo que ele tinha dito isso e que realmente faltava amigo para tanto burro. E acrescentava “Parabéns, Campeão”. Esse parabéns campeão pegou na cidade...

Jefferson: Ficou danado com você. Cobravam na rua ou não?

Mário de Almeida: Não, as cobranças que eu tive foi ao contrário. Quando eu dava colher de chá que o Glênio Peres estava fazendo frontais, poxa, tem que ter colher de chá? Eu digo: Tem que é pra não sair dos trilhos. Mas ele sabe que é um amigo, não que a nota fosse dada como se ele fosse amigo. Bom, tu queres uma história curiosa? O maior freguês da minha coluna foi o Pedro Cabral¹⁹, por causa do seu passado em Partido Comunista...

19 . Pedro Cabral, chefe da Casa Civil no Governo Ildo Meneghetti.

Jefferson: Foi você que criou o Senhor PC?

Mário de Almeida: Fui. Porque ele tinha sido do Partido Comunista. Pedro Cabral tava feito, né? Não é nenhuma criação, descobri o homem. Vou te contar um fato muito pitoresco que dava a penetração da coluna. Quando era umas quatro horas, eu chamava as minhas meninas- me achava uma cafetina-, “Vamos, vamos passear, vamos rodar a bolsinha”. E começava às 4 horas os repórteres que cobriam as diversas áreas, daí chegou um lá e disse assim: “Sabem quem comprou um carro 'assim?'”, eu disse: “Quem?”, “o Pedro Cabral”, “Ah é! Tudo bem!”. Chega um segundo repórter: “Sabem quem comprou um carro tã, tã, tã” e assim foi...Numa determinada hora um telefonema: “Oh, Mario, você não me conhece, eu sou seu leitor assíduo há anos e eu quero lhe dizer que o Pedro Cabral comprou hoje a vista, um carro 'assim, assim'. Eu disse: “Te agradeço a informação, mas eu não posso publicar isso aí, porque é um processo se eu não puder provar depois, pode ser uma armadilha, você entende?”, “eu entendo sim, mas tem uma coisa, você guarda sigilo”, “Guardo”. “Então você liga para esse telefone e fala com o Jorge que sou eu, porque quem vendeu o carro para ele fui eu.” Daí eu liguei e publiquei, isso dá uma idéia...

Eu vou contar uma história para vocês. Abro o jornal Correio do Povo, num domingo, e li uma entrevista exclusiva do Pedro Cabral no Correio do Povo, dizendo que estava se articulando um golpe no Rio Grande do Sul para derrubar o Meneghetti. Então o Correio do Povo entrevistou um cidadão e tudo dizia que era coisa do Brizola e de seus companheiros. Eu cheguei no jornal: “E aí, já leu?”, e eu “Sim”, “e nós?”, “To pensando...”, de repente eu matei a charada. Esse tipo de entrevista relativa à Segurança Pública o Meneghetti, o secretário de segurança pública e o secretário de Justiça poderiam dar, que era o rei da função. Então se o “Brilho” deu, tem que ver se é por conta própria e se deu tem que ser demitido. Se ele não deu por conta própria, ele só pode ter dado a pedido do Meneghetti, e se o Meneghetti pediu é porque ele quer tirar dois secretários de Estado. Se isso é verdade ou não, não tem nenhuma importância, é sobre isso que nós temos que fazer. Daí virou pra mim e disse: “Genial, passa o editorial e só conta...”, e eu fiz.

Jefferson: Qual foi o desdobramento?

Mário de Almeida: O desdobramento foi o seguinte, quatro dias depois eu fechando o meu jornal. Ah, liguei pra um comunista que eu não sei o nome, mas cujo o apelido era JK, era do Diário de Notícias, muito influente na época...Eu liguei para ele e disse: “Vem depressa, amigo”, porque ele também estava de folga, na coletiva. Quarta ou quinta-feira eu chego na Última Hora e começou a cobrança, “Como é? Ninguém vai falar?”, eu entro no jornal, no início do meu expediente, aí me chamam, “vem cá”. Aí entrei, e ele disse “eu vim aqui agradecer o alerta que você me deu de me demitir”. “Eu me demiti porque não tava mais agüentando a pressão dentro de casa. A minha mulher dizia 'pô, o Mário tá encima de você', sai, deixei minha casa e vim aqui agradecer por vocês por terem me alertado, porque eu realmente fui vítima”. Ele era um sujeito decente que pertencia a uma aliança que estava acontecendo, do PDC...

Jefferson: Me diz uma coisa, é aí que você se tornou uma das três pessoas procuradas pelo Golpe lá na redação?

Mário de Almeida: Eu, a Marina (?) e o Paulo Totti.

Jefferson: Como é que foram esses dias finais?

Mário de Almeida: Na noite do comício eu estava conversando com o Sérgio Porto quando chegou o Samuca: “E aí então, Comunista”, me provocando, “tá feliz, né?”, e eu digo: “Feliz o que, Samuel?”, “a única coisa que pode me fazer feliz é que nós vamos deixar de trabalhar juntos”. Ah, vou te dizer uma genial. Depois desse arranca rabo aí, que acabou eu favorecendo a ele, né? Eu sentia uma alegria, daqui a pouco nos deixamos de trabalhar juntos. Eu disse para ele: “Samuel, eu não estou pensando, vai acontecer um golpe, eu

não tenho a menor dúvida, e eu vim agora da gôndola, tem uns comunistas tudo festejando”. A partir daí começamos a conversar sério.

Jefferson: Ele (Samuel Wainer) não poderia confiar em generais que conspiravam, tendo um jornalista por testemunha?

Mário de Almeida: É. Daí eu cheguei em Porto Alegre, o Ary (de Carvalho) me consultou, eu digo: “Com o senhor não tem problema, estou arrumando a gaveta”. Bom, a partir do dia 22 ou 23 (março), acho que era eu o Nestor Fedrizzi, combinamos que independentemente de a gente trabalhar 20, 22 horas, nós tínhamos uma tabela. Então nós fizemos, dia 23 de maio fecha, dia 24, porque a gente sabia que estava iminente e poxa, a gente estava trabalhando 18, 20 horas...

Jefferson: Isso quando?

Mário de Almeida: Na noite de primeiro de abril, não...

Jefferson: Dia 31?

Mário de Almeida: Não. Primeiro de abril, com o golpe já dado.

Eu recebo a notícia de que o Jango desembarcava no Salgado Filho em torno de meia-noite e seria esperado pelo Brizola. Lá fui eu apara o aeroporto. Chegou mesmo em torno da meia-noite, uma chuvinha chata...e já deram o rumo: Casa do Comandante do terceiro Exército. Chegando lá é claro que eu não podia entrar e tal, eu estava no Jipe do jornal, passa uma hora mais ou menos, isto é noite de primeiro de abril para dois...

Jefferson: Madrugada de dois?

Mário de Almeida: Isso. Daí eu pedi a ele que fosse me falar o que era. E ele chegou pra mim e disse: “Mário, todo mundo no Uruguai”. Então a matéria para mim estava terminada, me mandei para o jornal, que era meu dia, fiz a primeira página que era, se não me engano era: “Jango e Brizola no Uruguai”, dei a notícia e tal, fico pensando na minha Coluna que já vinha dando o golpe há dias. Se você pegar vai ver, eu e o Flávio Tavares....Daí me ocorreu a carta do Getúlio e me chega o arquivista branco, a foto tem mas a carta não. Eu te contei do Gaguinho?

Jefferson: Não.

Mário de Almeida: Eu digo: “Gaguinho, pega um continuo aí com um guarda - chuva, isso era umas duas da manhã, tem uma pedra na Praça da Alfândega que tem a cara, vai e copia isso rápido”. Daí chegou ele, não sei se fui eu ou ele que cartografamos a carta e eu fui para o Diário de Noticias na época, entreguei o que faltava e voltei para o jornal porque ele estava abandonado, não tinha ninguém. Era umas seis da manhã, aparece o Nestor Fedrizzi e disse: “O que você está fazendo aí?”, eu digo: “Esperando alguém, ora. Eu não estou na tabela do dia?”, “ta maluco cara, já devem estar te procurando”. Daí eu subi na caminhonete dele, ele deu uma passada no Guimarães, a Policia já estava e daí ficamos rodando até pintar uma idéia de aonde eu iria, daí ele se lembrou que havia mudado e fiquei...

Eu estava totalmente sozinho, e o (Carlos) Bastos é que me levava comida. Colocaram uma pessoa que trabalhava muito comigo, o Baiano, no pau de arara, e ele acabou dizendo onde eu estava, deu todas as dicas possíveis e imagináveis, daí o Bastos soube e foi me apanhar. Ficamos presos na ponte...

Jefferson: Foi em poder da Policia Rodoviária que vocês ficaram?

Mário de Almeida: Não, mandaram esperar o amanhecer porque a lanterna estava estragada...

Jefferson: E vocês ficaram lá quantas horas?

Mário de Almeida: Ali na saída da ponte, nosso encontro era ao raiar do sol em Guaíba...

Jefferson: E como é que foi? De Guaíba você saiu pra São Paulo?

Mário de Almeida: Não. Lavras do sul, com a roupa do corpo.

Jefferson: Daí encerrou sua experiência na Última Hora? Esse foi seu último ato no Última Hora?

Mário de Almeida: Não só da Última Hora como do Rio Grande do Sul, porque quando acabaram as listas de prisão, o Arlindo foi para Porto Alegre, eu dormi na casa dele uma noite e aí fomos para São Paulo, dormimos em Curitiba, daí eu fui encontrar o Paulo José em São Paulo. Recebo um extra na agência onde trabalhava, dizendo “Mário, repouse no campo, veia coroca”. Daí, dava quase um ano já, eu recomeçando a minha vida profissional, há pouco tempo eu tinha decidido vir morar no Rio de novo. E o dono da agência era meu amigo e do Samuel, um homem de esquerda que disse: “Está acontecendo isso e isso, e eu não tenho mais saco para me esconder, eu só estou te avisando para que se vierem aqui me agarrar você está sabendo o que é e me ajude.”

Jefferson: Afinal não vieram, né?

Mário de Almeida: Não, veio um que morreu. O que aconteceu foi o seguinte: apareceu um policial do exército, daqui do Rio de Janeiro na Última Hora e pediu para ver os últimos dias da coluna, viu e pediu exemplar dos jornais, não tinha mais, só tinha aquele e então pediu para a gente fotografar, e a gente não tinha serviço de fotografia. Então, no dia seguinte, ele apareceu lá com o fotógrafo e não deu maiores explicações, e até hoje não deu nada. Na minha opinião isso foi coisa de brasileiro, o cara sabia qualquer coisa.

Jefferson: Não deu nada.

Mário de Almeida: É, e eu tive a sorte de não fugir.

Jefferson: Como é que é essa síntese daquela redação? Porque a redação da Última Hora toda tinha um espírito, o entusiasmo, o vestir a camiseta. Como é que era esse negócio? Você tinha essa síntese, todo o seu jornalismo são esses dois anos. Conta aí para nós.

Mário de Almeida: É por índole, por formação humana e não profissional. Eu gosto de desafios e quando o Última Hora resolveu enfrentar as mazelas da polícia do Meneghetti eu, por exemplo, fui ao Cassino de Cassino e fotografei- quer dizer, o fotógrafo atrás de mim-, uma armação terrível para a gente não ser até morto, se fosse o caso, e porque ninguém conseguia fazer isso. Então, esse desafio eu disse: “Deixa comigo”. E fomos bem sucedidos, fizemos a gentileza de por tarja preta nos olhos dos jogadores, porque o que a gente queria era provar que a Polícia levava dinheiro, tirava leite de criança mesmo. E tinha outro Movimento na época, o Movimento dos Sem-Terra²⁰, não sei se era assim que se chamava na época, e os repórteres iam lá e a PM não deixava. Na terceira tentativa eu peguei o Nestor Fedrizzi, umas quatro horas da manhã: “Fedrizzi, vamos entrar nesse troço?” Daí eu telefonei para um vereador lá do município vizinho e disse: “Oh, nós queremos entrar”, e ele disse: “Um filho meu leva vocês por um lugar menos difícil, mas tá cercado de tropas”. Tudo bem, fomos, andamos, o Nestor e o fotógrafo, subindo o morro, descendo o morro, quando de longe eu avistei o acampamento, daí eu disse ao Nestor: “Deixa eu iniciar”. Daí eu cheguei lá, tinha um cabo, “rapaz, nós somos do Diário de Notícias.”

Jefferson: Por que você disse do Diário de Notícias?

Mário de Almeida: Porque se fosse do Última Hora não ia entrar nunca. “Sou do Diário de Notícias e estou autorizado pelo tenente para entrar aqui, tirar umas fotos”. Isso foi em fevereiro, foi minha última matéria antes de vir passar minhas últimas férias aqui, antes do comício do dia 13. Daí entrei entrevistando e fotografando tudo. Chegou um velhinho para mim: “Seu moço, roubaram a minha dentadura”, “Como assim?”, ele abriu a boca e não tinha nenhum dente, “roubaram a minha faca, eu vou comer carne como?”.

20 . À época existia o MASTER- Movimento dos agricultores sem terra.

Bom, daí eu cheguei na redação. A minha despedida, duas, três horas da tarde, eu só ia revelar as fotos, “o chefe de vocês, com amor e com respeito, pretende tirar umas boas férias”. Então eram coisas assim, esses desafios foram muito bons, e aprendi a lidar com a natureza humana, eu que já vinha de teatro e já tinha vivido vários personagens, convivi com personagens verdadeiros de vários tipos. É uma profissão que eu acho que todo mundo...antes de ser médico devia passar três meses numa redação.

NEY FONSECA

Trabalhou na revista do Globo e na rádio e TV Guaíba. Logo no início da Ditadura Militar foi enquadrado em um IPM (Inquérito Policial Militar), acusado de ser ligado a jornalistas brasileiros que haviam ido à China comunista, o que o prejudicou durante anos na sua atividade como jornalista. Em 1967 vai trabalhar no jornal “A Plateia”, de Santana do Livramento, onde escreve um artigo sobre a transição entre os militares Castelo Branco e Costa e Silva na sucessão presidencial, e que acaba sendo alvo da Ditadura.

“Em 1962 eu participei da Legalidade. Brizola continuava no governo do Estado e Jango assumira a presidência da República. O Brasil caminhava para a plena democracia. Tínhamos liberdade de expressão. Livros editados na União Soviética e em Cuba circulavam sem problemas. Eu recebia revistas vindas da China e da Polônia.

Convidado pelo presidente da ARI²¹, Alberto André, passei a divulgar a Associação nos jornais gaúchos. Trabalhava na Revista do Globo e dava assessoria de divulgação para a Rádio e TV Gaúcha, além de produzir o programa “Gente”, apresentado por Mauricio Sobrinho. Colegas de Última Hora, como o Flavio Tavares, Adauto Vasconcelos e Tarso de Castro haviam ido para o Rio de Janeiro trabalhar com Samuel Wainer. Havia um movimento de divulgação da China Comunista que passara a levar jornalistas para visitar aquele país. Antonio Carlos Ribeiro, do “Correio do Povo”, tinha ido e na volta escreveu o livro: “O Despertar do Dragão Chinês”, livro que seria uma dor de cabeça para Ribeiro na ditadura.

Certo dia André recebeu um pedido de Brizola: para que a ARI recebesse um grupo de jornalistas chineses que estavam abrindo uma filial no Rio de Janeiro da Agência Nova China. Foi um coquetel impecável na recepção de nossos colegas chineses. Conversando com o chefe da delegação ele me acenou com um convite para ir à China. Por isso dei meu cartão de visitas e fiquei esperando o convite oficial.

Quando aconteceu o golpe de 1964, uma das primeiras notícias que recebi é de que os jornalistas chineses haviam sido presos acusados de espionagem para a China, e também a prisão de meu colega Flavio Tavares. Naquele mês de abril viajei para Livramento para fazer uma série de reportagens para a Revista do Globo. No aeroporto fui cercado por soldados do exército e um oficial pediu minha identidade. Consultou uma lista e me deixou passar.

Retornei dias depois para Porto Alegre. Quando cheguei à noite em casa, meu pai me avisou que soldados comandados por um tenente haviam me procurado e deixaram um papel onde informavam que eu estava enquadrado num IPM (Inquérito Policial Militar) e que deveria me apresentar cedo no comando do III Exército. Meu pai assustado teve a providência de reunir meus livros cubanos e soviéticos e queimar numa fogueira.

No III Exército fui recebido pelo coronel Annes Dias. Ele me disse que havia uma ordem de detenção vinda do Rio de Janeiro e que me acusavam de ser “espião da China Comunista”. E também por ser ligado a Flavio Tavares – me esclareceu o coronel – e que junto com ele havia enviado um telegrama a Fidel Castro parabenizando-o pela vitória da Revolução Cubana.

21 . Associação Riograndense de Imprensa.

Durante dias fui interrogado pelo cel. Annes Dias. A certa altura perguntou-me se conhecia certos nomes. Como eram chineses não pude reconhecer. Depois me lembrei da recepção da ARI e contei que este nome deveria constar do livro de ouro de visitantes.

O coronel convocou Alberto André que compareceu no III Exército com tal livro onde, de fato, constavam as assinaturas. Finalmente, por falta de provas, fui liberado. Mas meu nome ficou nos arquivos do Exército. Até o fim da ditadura tive credenciais jornalísticas negadas pelo exército para me aproximar de presidentes e ministros por ser considerado “pessoa perigosa”. A partir de 1964 tive dificuldades de ter acesso como jornalista a visitas presidenciais. Deixei a Revista do Globo e fui ser vendedor de produtos da Kibon.

Em 1967 fui convidado por Toscano Barbosa, dono da Platéia, de Livramento para ser repórter. Fui para a fronteira de e reencontrei o Adão Carrazoni que havia sido meu chefe no Jornal do Dia.

Fazia reportagem geral e, em especial, cobrir a luta contra o abigeato na fronteira. Como dava ênfase ao trabalho da Brigada Militar desgostei a Polícia Civil. O Brasil passava por uma fase de transição. Castelo Branco estava deixando a presidência e o general Artur Costa e Silva se arvorara sucessor. Certa manhã o Toscano me chamou e pediu que escrevesse um artigo criticando esta troca. “Quero que faça um bom ataque”, me pediu ele.

No dia seguinte meu artigo saiu na primeira página e assinado. “O Brasil precisa de um rei”. Iria se tornar uma peça subversiva. No fim da tarde quando voltava para o hotel vi que havia camionetes da Polícia perto dali. Atravessei a linha e fui pedir auxílio a Cátio, dono do Hotel Cassino de Rivera.

Ele me deu as chaves de um apartamento e de lá liguei para o Xavier, um inspetor de polícia meu conhecido. Ele me perguntou onde andava. Desconheci a pergunta e ele me disse que havia uma ordem de me recolher e me enviar para Porto Alegre. Com o auxílio de meu colega uruguaio Martin, fui a Jefatura de Polícia de Rivera e contei toda a história para o coronel do exército que era o chefe. Ele me confessou que era um comunista e me deu asilo político: “Usted deve ir imediatamente para Montevidéu!”.

Martin foi apanhar minha bagagem e Toscano disse que o problema era comigo. Com falta de dinheiro não tinha como ir para Montevidéu. Estava com apenas 50 pesos no bolso. A noite estava circulando pelo hotel quando resolvi arriscar na roleta. Coloquei os 50 pesos sobre o número 32. Acabei ganhando, não sei como, 36 vezes os 50 pesos. Com o auxílio de Martin corri para Rodoviária de Rivera e comprei uma passagem de madrugada para Montevidéu.

Era uma noite fria. Esperando a hora de embarcar fiquei numa saleta do hotel na penumbra e com a lareira acesa. De repente, um grupo de homens invadiu a sala e pensei como: É um seqüestro. Engano, eram asilados que viviam em Rivera. Alguns me alcançaram algum dinheiro, outros davam dicas para Montevidéu e um, me entregou um pacote: “São revistas para dona Neuza”.

Quando cheguei às 11 horas em Montevidéu tinha já um destino. O Hotel Alhambra que pertencia a Jango. Ao chegar apresentei-me a Braga, um deputado cassado de Pernambuco e que havia sido colocado ali como gerente. Ele me colocou num apartamento e de lá liguei para Brizola, cujo telefone havia sido dado em Rivera. Brizola, que me conhecia desde a Legalidade, ficou surpreso: “Que fazes aqui?” Contei a história e ele me convidou para jantar em seu apartamento nas vizinhanças do Palácio do Governo. Só que Brizola estava confinado em Atlântida e vinha escondido para a capital.

Depois de uma visita a João Goulart em seu apartamento de Positos ele propôs me colocar numa pensão não muito longe dali. Era uma espécie de República de universitários uruguaios e chilenos e alguns sargentos da FAB asilados. O curioso era estes sargentos. Em 1963 se rebelaram contra Jango e alguns deles acabaram pedindo asilo ao Uruguai. Quando Jango por sua vez chegou asilado, procurou os militares e ofereceu proteção. Desde então estes sargentos eram pau para toda a obra de Jango.

Neste asilo reencontrei meu primo Maia Neto. Ele fora diretor de um dos jornais mais modernos da década de cinquenta: A Hora. O golpe o encontrou como diretor da radio Mayring Veiga, no Rio. Perseguido, conseguiu pular para dentro da embaixada uruguaia e depois seguiu num avião da Força Aérea Uruguaia para o asilo.

Permaneci asilado até o final do ano, quando depois de tratativas de meu pai com a família Costa e Silva. O ministro Adroaldo Mesquita da Costa fora advogado de minha avó. Com isso retornei ao Brasil e reassumi meu cargo de revisor da Imprensa Oficial donde havia pedido dois anos para tratamento particular.

Mas eu estava marcado. Na direção havia dois jornalistas que aderiram ao golpe e começaram a me perseguir. Acabaram instaurando um inquérito por abandono de cargo e desejavam me demitir. Acabei tendo um colapso nervoso e fui fazer tratamento em clínica psiquiátrica. Com isso consegui que me aposentasse apenas com 15 anos de serviço e enquadrado nos níveis mais baixos da administração.

Só consegui retornar ao jornalismo quando meu ex-colega e amigo Adauto Vasconcelos assumiu a direção da sucursal de “O Globo” e me convidou para trabalhar com ele. Adauto também havia sido perseguido, mas foi mantido pelos Matinhos. Quando havia um ato público, ele enviava meu nome para o comando do III Exército e vinha a resposta negativa. Não me concediam credenciais jornalísticas por ser considerado um subversivo perigoso. Permaneci como jornalista até 1978 quando resolvi trabalhar por conta própria produzindo desenhos do patrimônio arquitetônico e que comercializei por todo o Estado. Quando Brizola retornou ao Brasil, encontrava-me seguido com ele e mantivemos a amizade até o fim de sua vida”.

PAULO TOTTI

Trabalhou na redação da Última Hora no período no período pré-Golpe, tendo que abandonar o jornal logo após o início da Ditadura, indo para o Rio de Janeiro. Paulo Totti, assim como João Aveline e Mario de Almeida, eram os mais visados pelo novo regime na redação da Última Hora gaúcha. De volta ao Rio Grande do Sul para trabalhar na rádio Guaíba. A seguir, transcrição de parte da entrevista cedida por Paulo Totti ao Jornalista Jefferson Barros, no ano de 1999, sobre a formação da Última Hora e o impacto do Golpe Militar no jornal²².

Jefferson: Como era a redação do jornal Última Hora antes de 1964?

Paulo Totti: Nessa época, o chefe da redação era o Zé Silveira que já tinha divergência com o Ary²³ e fez uma grande manchete que era de opinião de um sargento que dizia “Reforma agrária na lei ou na marra”, essa foi uma das manchetes que até o Otávio Malta, no Rio, não citou que era a Última Hora publicou uma manchete que é uma pregação à subversão, bom, teve dois momentos que eu me lembro que marcaram a divergência era entre o pessoal do partido e as linhas aliadas, os brizolistas, com a linha do jornal, e eu era do PCB ainda, fui até 1965. Conheci o João Amazonas lá, eu saí em 1965 expulso junto com o pessoal do POC, o jornal começou a fazer uma campanha contra a tarifa de ônibus que era do prefeito Loureiro da Silva, de repente o jornal parou e as ordens todas eram pra fazer matérias defendendo a posição dos ônibus...

Jefferson: A pauta 500?

Paulo Totti: Isso, a pauta 500, exatamente. A gente ficou muito bravo, e saiu lá, dentro do fuxico da redação, era de que o jornal, o Noé e o Samuel Wainer tinham um milhão de alguma coisa, era um milhão, em

22 . A coletânea de entrevistas de vários jornalistas que estiveram presentes na trajetória do jornal Última Hora no Rio Grande do sul está disponível, de forma sistematizada, no livro “Golpe Mata Jornal: Desafios de um tablóide popular em uma sociedade conservadora”, do jornalista Jefferson Barros.

23 . Ary de Carvalho.

não sei o que era naquela época, não era dólar, era um milhão dos donos de ônibus, não era nada contra, quem conhece a imprensa brasileira sabe que tanto quanto a polícia arranca dinheiro de bicheiros, donos de jornal arrancam muito dinheiro de proprietários de ônibus e tal no país inteiro, naquela época e agora...

Jefferson: Era uma coisa de ônibus e tal, não se refletia grandes divergências políticas...

Paulo Totti: Não, as grandes divergências surgiram, esse foi um momento em que a redação ficou muito brava e perdeu um pouco, pra quem tinha um certo entusiasmo com o Samuel Wainer, apesar de considerar que se ganhava pouco e tal, mas ainda achava que ele era um cara íntegro, nesse momento isso “esmaireceu” um pouco a postura dele, perdeu a idealização que se fazia do Samuel e depois foi quando ele foi contra a política do Jango do monopólio de encampação de refinarias, isso já na época das reformas de base, nos últimos meses.... Nada também, né. Ele fez exatamente o que todos fazem, hoje tem jornal que tira dinheiro da Petrobrás, como tirou da Shell, mas a gente defendia uma posição política diferente, daí quando a unidade que teve o uso do jornal como instrumento para cumprir determinações, para integrar o jornal e as causas que nós achávamos populares, nesse momento teve uma quebra ali e deixamos também de ter um tipo de influência junto ao jornal. O Ary de Carvalho mudou esse tipo de postura, ele deixou o jornal a serviço do seu dono, sem dar muita importância para o que a redação pensava e também começou a usar o jornal como uma forma de ele se promover na sociedade e se integrar dentro da vida do Rio Grande do Sul e daí a amizade com o Mário de Almeida, com a Lara (de Lemos), só os dois não percebiam que era ele utilizando o grande contato, prestígio que o Mário tinha lá nos meios intelectuais, e o Mário continuava com uma posição política ainda muito boa, tanto é que as três pessoas que a Ditadura queria acabar, prender, era o Mário de Almeida, o (João) Aveline e eu. Até teve um episódio muito ilustrativo da época, tinha um belíssimo repórter, o José Antônio Ribeiro, o “Gaguinho”, que foi participar de uma reunião na minha casa na época do golpe, ele foi preso e tinha um lutador lá, um cara com dois metros de altura, que parecia naqueles espetáculos de TV e que era um torturador, quer dizer, era um espancador porque a tortura surgiu em 1968, até 1968 não existia ciência nenhuma. Mas daí o “Gaguinho” foi preso, esse cara dava telefones nele e no início os caras queriam saber onde eu morava e no início ele resistiu, daí ele me contou que apanhou tanto e que no final ele queria contar, mas daí o próprio terror que ele ficou, o pânico dele, evitou que ele se lembrasse, então ele apanhou mais ainda, ele confundiu a José do Patrocínio, onde eu morava, com a Henrique Dias e tal...

Jefferson: Mas você estava na redação no dia 31?

Paulo Totti: Estava na redação, dia 31, e daí estava no fechamento, fiquei sempre na cozinha do jornal nessa época e eu me lembro que depois de ficar umas três noites sem dormir eu fui pra casa às seis horas da manhã...

Jefferson: Você se refugiou quando? Quando o Meneghetti voltou de Passo Fundo você ainda estava na redação?

Paulo Totti: Não, já tinha saído. Porque eu me lembro, no dia 30,31 a gente ficou dando plantão, daí tinham reuniões, o assistente do Partido, o Sólon, que trabalhava na Assembleia, depois foi deputado, não me lembro o sobrenome dele, o Aveline deve saber. (...) Daí teve aquele troço, aquelas coisas que o Sereno (Chaise) teve a mesma intenção mas não teve o mesmo apoio, talvez, e nem mesmo a mesma coragem de (19)61, houve aquela passeata que saiu da prefeitura para chegar lá na frente do palácio, chegaram lá e resolveram fazer a manifestação, quando saíram da prefeitura para ocupar o palácio que estava vazio e podia ser ocupado, criar um fato político de resistência qualquer, que pelo menos atrasasse duas horas o curso da história, mas era um fato político e nisso houve recuo. Depois de passar todo esse troço, eu me lembro que

fui dormir seis horas da manhã, quando eu acordei, por volta das onze horas, e no caminho- eu morava perto do jornal-, era ali naquela esquina da Borges de Medeiros com a Rua da Praia... Não, não! Eu não morava mais ali, eu confundi com a Legalidade. Em (19)64 eu já estava casado e morava lá na José do Patrocínio, mas ia a pé para o jornal, quando eu chego na praça da Alfândega eu encontro o Esmar Cardone, ele branco- trabalhava nos jornais do comércio e na TV, ele nunca trabalhou na Última Hora-, dizendo: “Eu vou me mandar”, e eu disse: “Mas o que houve?”, e ele disse: “Olha, acabou tudo, o Jango viajou para o exterior, no momento em que o Jango viajou eu estava dormindo e o Sereno (Chaise) recolheu a resistência, acabou tudo e eu estou indo embora. Me lembro que foi a última vez que eu encontrei com ele, depois fui rever, ele veio, saiu dali, veio para o Rio de Janeiro, teve uma trajetória de sucesso no jornal e foi trabalhar no Diário Carioca, e depois fui revê-lo no Globo (...). Quando eu cheguei lá na redação já estava aquele clima de recolhimento de todas as coisas, de frustração, e alguém disse: “Olha, a policia esta atrás de você”, e aí eu encontrei o Aveline, que ainda estava na redação, mas daí o Ary de Carvalho disse pra gente se mandar que a policia vinha atrás de nós e daí a gente foi. Uma casa a gente ficou dois ou três dias, foi a do Bendart e da Yara, a gente ficou lá. Não com o (Nestor) Fedrizzi, ele deu ajuda para o Mário.

Jefferson: Quando a policia e o DOPS invadiram a redação você não estava mais lá?

Paulo Totti: Não, não estava. E uma das coisas que a redação tinha pedido pro Ary de Carvalho era tirar as fichas do pessoal, do departamento pessoal e o Ary de Carvalho recusou-se a tirar e a policia foi lá e pegou, tinha tudo. Havia muita desconfiança sobre o comportamento do Ary como pessoa, a gente achava que ele tava numa jogada, e um dia eu, o Aveline, e o Mário se recusava a entrar nisso, ele achava que não, confiava no Ary, e o Ary mandava a gente não aparecer...

Jefferson: Sim, mas e o Mário, você e o Aveline não ficaram no mesmos locais?

Paulo Totti: Não, eu e o Aveline ficamos na casa do Bendarti, o Ayala também, que era o líder sindical, e a gente desconfiou que o Ary tava querendo nos demitir por abandono de serviço. Correu esse boato, porque a gente desconfiava disso, daí ele disse que ia se apresentar lá, que ele então nos mandasse... Mas ele disse que nós não poderíamos continuar trabalhando lá porque a policia não queria, mas também não nos dava a carta de demissão. Até agora eu não estou muito convencido que existia uma preocupação tão grande, como se houvesse assim, o comando do terceiro exército, junto com o pessoal do Piratini considerasse nós três como adversários tão principais ali, na Última Hora até podia ser, mas que nos desse importância de acordo com as versões que vinham de parte do Ary de Carvalho sobre nós, que eu não sei de onde é que saia essa fonte de periculosidade...

Jefferson: Qual a parte da sua militância em (19)58, (19)59 lá em Passo Fundo que constava em sua ficha?

Paulo Totti: O que eu sei sobre a minha ficha foi um interrogatório quando eu fui preso em (19)71, daí o cara olhava lá e dizia, e uma das coisas é que eu tinha feito curso em Cuba e que eu tinha ido para o Congresso da Juventude Comunista na URSS...nunca fui, né.

Jefferson: No Rio Grande do Sul, caras como o Mário de Almeida se tornaram, por assinar uma coluna, talvez os cabeças da subversão e diz que o Brizola mandou queimar as fichas, aí a oposição ficou: “Mas quem são os subversivos?”

Paulo Totti: É, pois é. As coisas contra mim que apareceram neste momento lá, que o chefe do inquérito me perguntou era sobre as coisas que eu tinha feito no Rio, nada do que eu tinha feito no Rio Grande do Sul.

Jefferson: Uma das razões, quando a policia invadiu a Última Hora, além de prender, amedrontar, fechar a Última Hora e todas essas coisas, é que eles foram direto ao arquivo fotográfico, eles queriam duas coisas: uma era a foto de delegado de policia procurando, batendo em alguém, mas basicamente de dirigentes sindicais que eles não sabiam quem era e nem de que lado...

Paulo Totti: Isso, porque eles não tinham essas fotos. E certamente para quem quisesse fazer a repressão, a Última Hora era um belo arquivo, porque tinha um arquivo fotográfico muito bom, e porque se acompanhava as atividades desses caras...

Jefferson: Era o primeiro arquivo fotográfico jornalístico, organizado...

Paulo Totti: Mas aquela coisa, eles são primitivos mas não são burros. Uma coisa assim de dizer que a Última Hora mudou só depois do golpe, se a gente soubesse, já poderia ter salientado, ter visto o caminho pelo qual o Ary de Carvalho ia conduzir o trabalho. Eu me lembro na edição do Reveillon de 1963, 1º de janeiro de 1964, estou lá, fazendo a cobertura e tal, de repente aparece uma foto da diretoria, a foto mais importante da edição, ou uma das mais importantes da edição- pra constar que desusado para a época, o acontecimento não tinha nada a ver, o resto eram fogos, bailes tradicionais do Rio Grande do Sul, populares, da alta sociedade, empresários e aparece uma foto de um clube de pequenos empresários...cinco ou seis dos seus futuros sócios na Última Hora, porque esse “pull” de empresários tinha uma participação, e depois liderava esse “pull”, primeiro foram eles, depois apareceu a participação...

Jefferson: Segundo ele, o título Zero Hora ele tinha registrado alguns anos atrás, um pouco antes da campanha presidencial, porque o Jânio o convidou para fazer um jornal em São Paulo, que ele queria fazer junto com esse título, portanto ele tinha desde 1959, é exatamente para concorrer com a Última Hora, que era lodi...

Paulo Totti: e Zero Hora era uma coluna do jornal da Última Hora, que naquela época se tinha dado um plantão da redação, todos os jornais tinham, que era o último clichê, eram notícias da Última Hora, e a Última Hora usava a Zero Hora.

Jefferson: Você era o editor internacional em 1963...trabalhou com o Ib (Kern)? Por que ele saiu? Segundo o Ib, o Samuel o apresentou ao então comandante do terceiro exército. Isso é uma coisa inteligente da Última Hora, segundo ele o Samuel o apresentou e lhe disse, Samuel disse: “General, o senhor é uma espécie de diretor do jornal.” Agora o seguinte: isso se refletia na redação?

Paulo Totti: Não, não se refletia não. O que tinha era o Jair, tinha uma linha política afinada com o Jango, com o Samuel e o fato do Samuel dizer que “cara, você manda no jornal”, isso só um cara muito conspirador, como era o Ib, cheio de idéias conspiratórias na cabeça, podia achar que o Jair ia mandar no jornal dessa forma...

Jefferson: Bom, você voltou para a Legalidade...

Paulo Totti: Não, olha o mais interessante, minha mulher estava grávida, ela nasceu no dia 4 de agosto, o Yuri, o João Paulo é o segundo, em 1964. Daí o que eu me lembro é que eu voltei para a legalidade tentar levar minha vida e não aconteceu nada, não fui preso em 1964...se bem que tem depoimentos de alguém, de um colega sério de lá, que me disse: “Olha, a policia continua atrás de você e do Mário de Almeida”, e descobriu o endereço do Mário no Rio, então a gente precisava avisar o Mário. Eu lembro, como enchia muito o saco, eu era secretário e o Mário de Almeida era chefe de reportagem, que vive reclamando que as matérias chegam atrasadas, e o chefe de reportagem fica reclamando que o secretário não sabe editar direitos as matérias que o corpo de reportagem faz, e o Mário dizia: “Pô, você parece uma velha coroca”, daí eu mandei um telegrama

para ele: “Tome cuidado”, recomendando alguma coisa para ele fazer, tirar uma semana de férias e assinei “velha coroca”, daí ele recebeu isso daí e disse que saiu dois dias e depois achou que não ia acontecer nada, voltou para casa e realmente não aconteceu nada...

Jefferson: É, realmente. Mas aconteceu a repressão, nos primórdios de 1964, mas foi uma repressão desorganizada, particularmente no Rio Grande do Sul, que não tinha para onde apelar, mas mesmo no resto do país...

Paulo Totti: Exatamente. Era uma coisa muito localizada, eram os óbvios, ou então aqueles troços assim, o sujeito está trabalhando em algum lugar, daí faz alguma manifestação qualquer de opinião e o dedo-duro está ali e ia falar para a polícia, “olha, aquele cara é comunista”, daí iam lá e prendiam.

Jefferson: E depois você voltou para a Gaúcha, ou para Guaíba, você não ficou na Zero Hora?

Paulo Totti: Não, eu saí. Fui demitido, fui trabalhar primeiro numa agência de publicidade, que o Bruxo me arrumou, lá em Madureira, era um velho comunista, era do pai dele a agência, e que era do Samuel Madureira e aí o Paulo Madureira foi, ele era o filho que tinha trabalhado no jornal. E logo depois, ainda em 1964, eu soube que tinha uma vaga na rádio Guaíba, ainda os meus amigos diziam que eu estava ilegal, que não deveria aparecer. Fui lá e falei com o capitão Erasmo, que pediu para eu fazer um texto lá, e deu uma notícia do jornal e pediu para eu fazer um texto de rádio, daí eu sempre fui rápido, daí ele disse que eu estava empregado, e trabalhei lá. O Ibsen foi para a Folha da manhã.

Jefferson: Me diz uma coisa, para conclusão, de certa maneira, apesar da rádio municipal de Passo Fundo, você começou o jornalismo na Última Hora gaúcha, e até você lembrou uma coisa interessante aí, quando lembro que foi demitido lá em Tramandaí e a demissão não se concretizou, a sua trajetória poderia ter sido...

Paulo Totti: Sim, eu podia acabar um bancário, né. Para mim, pessoalmente, eu acho que foi uma coisa, foi o dinamismo. Uma coisa que foi boa para a minha vida, em termos pessoais, trajetória profissional, o dinamismo da Última Hora que era o negócio de você ser dedicado ao jornalismo, ser ousado, essas coisas assim. De ter uma coragem estimulada pelo jornal, isso foi uma coisa que eu procurei guardar pelo resto da vida e a outra coisa que talvez não tenha sido tão boa para emprego em jornal, foi que era um ambiente muito democrático.

Jefferson: Esse ambiente democrático do debate...no Brasil e no Rio Grande do Sul, de 1961 a 1964, era uma coisa específica daquela redação gaúcha?

Paulo Totti: Eu acho que tem, eu sempre tive sorte, nunca cheguei a trabalhar com mau caráter numa redação, com exceção de dois anos do Globo, numa redação em que a maior parte das vezes eu não concordava com a linha do jornal e o ambiente do trabalho. Os chefes, eu tinha como chefe Nestor Fedrizzi, Miranda Jordão, Flávio Tavares... eu acho que dei mais sorte do que tivesse uma conjuntura histórica aí.

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS DE SANTA CATARINA

Com o objetivo de contribuir com os propósitos da Lei 12.528, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011, criando, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, e comprometida com a luta pela valorização dos direitos humanos, a Federação Nacional dos Jornalistas instalou, durante o 35º Congresso Nacional da categoria, realizado em Rio Branco (AC), de 7 a 10 de novembro de 2012, a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas Brasileiros.

A necessidade de esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, bem como de identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática destas violações ocorridos no período estipulado são fundamentais para o reencontro do país com sua história e para que se possa propor a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir a violação de direitos humanos, assegurando sua não repetição.

Neste contexto, a categoria profissional dos jornalistas foi uma das mais atingidas com os crimes de Estado cometidos no regime ditatorial. Para além das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos, muitos profissionais perderam seus empregos e direitos civis, foram submetidos à clandestinidade ou ao exílio, indiciados em processos, resistiram à censura e foram alvo da repressão pela própria natureza de sua função de garantir à sociedade o direito à informação com qualidade.

Recuperar a verdade e assegurar o direito à memória e à justiça dos jornalistas vítimas da ditadura são os objetivos da Comissão Nacional instituída pela FENAJ, em trabalho articulado com as comissões que os jornalistas criaram em vários estados. Neste sentido, pretendeu-se receber testemunhos, informações, dados e documentos, requisitá-los aos órgãos e entidades do poder público, promover audiências públicas, entre outras atividades.

Como parte deste trabalho, a Comissão da Memória, Verdade e Justiça dos Jornalistas de Santa Catarina foi instalada em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC - em 5 de dezembro de 2012. Na ocasião participaram como palestrantes o coordenador do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e ex-presos políticos, Gilney Viana, o deputado estadual Amauri Soares, o jornalista e escritor Paulo Markun, que relatou sua prisão no episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog, no DOI CODI em São Paulo, e o advogado e membro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Prudente José Silveira de Mello. No encerramento da audiência, foi definida a CMVJ/SC, composta pelos jornalistas Elaine Borges, Celso Martins, Leonel Camasão, Paulo Lehmkuhl Vieira e pelo advogado Prudente Mello.

Ainda no final de 2012, na sede do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, foram traçadas as ações da Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC para coleta de dados, informações e relatos de profissionais vitimados pela ditadura militar. A primeira etapa foi um levantamento preliminar de dados e entrevistas. Posteriormente a CMVJ/SC formalizou Acordo de Cooperação Recíproca com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, buscando acesso a informações oficiais. Em 28 de outubro de 2014, em solenidade de abertura da 88ª Caravana da Anistia, durante o 1º Congresso Internacional de Direitos Humanos, em Florianópolis, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça entregou oficialmente o relatório de suas investigações no que concernia aos jornalistas de Santa Catarina (Anexo I).

As informações obtidas neste processo de investigações sobre os jornalistas atuantes em Santa Catarina atingidos por ações da ditadura militar são relatadas a seguir e compõem um quadro parcial de um período histórico que deve ser repudiado por todos os defensores das liberdades democráticas e dos direitos humanos. Tal período não deve ser esquecido, para que nunca mais se repita, como também para que impunidade dos agentes da repressão não seja admitida, sob pena de se premiar os autores de crimes de lesa-humanidade.

Uma chaga ainda aberta

O caso mais emblemático dos anos de chumbo envolvendo personagens de Santa Catarina foi o do jornalista e sociólogo Ruy Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, natural de Orleans, no Sul do estado. Ele foi preso pelo DOI-CODI de São Paulo em 15 de abril de 1972 e sua morte está registrada oficialmente como em 20 de abril do mesmo ano. O laudo oficial diz que Ruy morreu “em tiroteio com forças de segurança” e que a causa da morte foi “anemia aguda traumática”. Ele foi enterrado como indigente no cemitério de Perus (SP). Posteriormente sua família conseguiu resgatar e transladar o corpo de Ruy para sua terra natal.

A Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC recebeu um depoimento (ANEXO II) escrito pelo irmão mais velho de Ruy, Rudney Otto Pfützenreuter, que reside em Florianópolis. Ele o concedeu com a condição de nada ser alterado. No relato, manifesta simpatia à ditadura militar e divergência com a militância de esquerda de Ruy, a quem tentou fazer com que se desligasse da militância política. “Reprovo totalmente a brutalidade, mas, convenhamos, está comprovado, se não fosse a Revolução de 64 o Brasil teria virado uma republiqueta comunista, a intenção dos esquerdistas, ou ainda, conforme rumores correntes na época, a ideia principal era fazer da América do Sul uma União Soviética”, diz no documento.

Também deixa claro que suas considerações não são unanimidade na família. “Para ser franco, eu não gosto de tocar neste assunto, até porque o tema torvou os laços sagrados entre nós, irmãos”. Em contato com um dos membros da Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC, ele revelou que sequer quis se envolver com o processo encaminhado pela família à Comissão de Anistia e dos recursos da indenização.

Alguma coisa está fora da ordem.

Fato é que as exatas circunstâncias do assassinato de Ruy não foram elucidadas. A versão da ditadura é contradita por uma fotografia obtida pela família do jornalista, onde são perceptíveis hematomas e escoriações não registrados no laudo do Instituto Médico Legal.

Em depoimento (disponível em <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=338237>) à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, em audiência pública realizada no dia 23 de setembro de 2013, o ex-presos político Sebastião Neto sustenta que a foto, constante no processo do Supremo Tribunal Militar, mostra um esmagamento da cabeça possivelmente provocado por fortes pancadas.

Outro irmão de Ruy, Rogério Pfützenreuter, prossegue na árdua luta travada pelo pai, Osvaldo, pela elucidação dos fatos e promoção da Justiça. Na mesma audiência, além de informar que a indenização ganha pela família seria usada na elaboração de um livro sobre Ruy, para que “sirva de estímulo às novas gerações e a humanidade possa se encontrar consigo mesma no caminho do socialismo”, Rogério autorizou a Comissão a incluir o nome de seu irmão no processo em tramitação para que vários atestados de óbito sejam retificados com o acréscimo da expressão “sob tortura no 2º Exército”.

No Anexo III constam outros registros sobre Ruy Pfützenreuter. Quem tiver informações sobre sua trajetória e se disponibilizar a repassá-las pode entrar em contato com a família ligando para (41) 9974-6061, ou enviando mensagem para rogpf@terra.com.br.

Ex-presos políticos: a reparação repara?

Em meados de 2013 a CMVJ/SC teve acesso ao Relatório das Atividades da Comissão Especial de Indenização aos Ex-presos Políticos do Estado de Santa Catarina (ANEXO IV), instituída pelo Ato nº 571, de 15 de abril de 1998, do então governador Paulo Afonso Vieira. Após um prazo de 60 dias, a Comissão Especial recebeu 415 requerimentos de indenização, dos quais 277 apresentados por ex-presos políticos e 138 por dependente de ex-presos políticos. Foram deferidos 315 processos, dentre eles todos os 5 referentes aos seguintes jornalistas:

1. Francisco José Pereira

Natural de Florianópolis, exerceu mais frequentemente o jornalismo nas décadas de 1950 e 1960, no Diário da Tarde (1952 a 1955), no semanário O Invicto (1953 a 1954), jornal Unidade (1959-1963) e Folha Catarinense (1963 a 1964, quando a gráfica foi destruída após o golpe militar)). Militou no movimento estudantil catarinense e, após sua formatura em Direito em 1969, dedicou-se à advocacia trabalhista em Criciúma e em Blumenau. Era membro da Executiva Estadual do PCB quando foi preso em 1º de abril de 1964, ficando detido por sete meses no Quartel da Polícia Militar do Paraná. Condenado a 12 anos de reclusão, conseguiu fugir e viveu no exílio por 15 anos. Retornou ao Brasil em 1980, após a edição da Lei de Anistia. Faleceu em 2 de julho de 2012.

2. Neri Clito Vieira

Jornalista e coronel da reserva da Polícia Militar de Santa Catarina, foi uma das vozes destoantes na corporação no período do golpe militar de 1964 ao liderar um movimento por melhores salários. Após algumas prisões, teve a patente de capitão cassada pelo governador Celso Ramos. Mais tarde entrou com ação na Justiça e conquistou sua reintegração no início dos anos de 1980. Foi uma das referências do chamado “MDB histórico” em Santa Catarina.

Foi editor da revista “Vento Sul”, Secretário de Imprensa no governo de Casildo Maldaner e diretor da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC). Faleceu em 1999.

3. Salim Miguel

Jornalista e escritor nascido no Líbano, veio para o Brasil em 1927, com 3 anos de idade, residindo inicialmente no Rio de Janeiro e depois em Santa Catarina, onde sua família se fixou. Entre outras atividades jornalísticas, trabalhou na Bloch Editores, colaborou com o Jornal do Brasil e foi editor da revista Ficção. Integrou o movimento cultural conhecido como Grupo Sul, que se desenvolveu de 1947 a 1957 e destaca-se no meio literário catarinense e brasileiro, com 30 livros publicados e diversas premiações, entre elas o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras (2009), pelo conjunto de sua obra. Ficou preso 48 dias (de 2 de abril a 20 de maio de 1964) no Quartel da Polícia Militar de Florianópolis. Sócio de uma livraria instalada no Centro da Capital, Florianópolis, teve a livraria invadida pelo Exército e todos os livros queimados em praça pública nos primeiros dias do Golpe de 64.

Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth (disponível em <http://www.lucianecarminatti.com.br/index.php/noticias/345-comissao-da-verdade-comeca-a-ouvir-depoimentos-de-ex-presos-politicos>) declarou não saber até hoje porque foi preso, já que nunca foi filiado a nenhum partido político. Seu sócio na livraria e sua esposa, sim, eram filiados ao PCB. Dias após sua prisão, sua esposa, a professora e escritora Eglê Malheiros, também foi presa.

4. Sérgio da Costa Ramos

Escritor e jornalista florianopolitano, atualmente é colunista no jornal Diário Catarinense. Era funcionário do Governo do Estado de Santa Catarina (1966), estudante de Direito, e editorialista do Jornal “O Estado” quando respondeu a Inquérito Policial Militar (IPM). Foi preso e ficou detido durante 6 meses, em 1969. Primeiro no Quartel da Polícia Militar – PM de Santa Catarina, seguindo para a Cadeia de Biguaçu/SC, e finalmente foi removido para Penitenciária Estadual de Florianópolis. Seu “crime” foi escrever as crônicas “Seu Arthur e eu na calada da noite” - que abordava um fictício passeio noturno em Florianópolis com o então Marechal presidente Arthur da Costa e Silva - e “Por que morre Edson Luiz”, um protesto contra o assassinato do estudante no Rio de Janeiro.

Segundo dados da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em virtude de suas publicações, foi levado à Delegacia para prestar depoimento no dia 21 de dezembro de 1968, sendo expedido mandado de prisão em 29 de janeiro de 1969. Respondeu ao IPM em 1969, por prática de atividade subversiva. Foi absolvido em 1972 pelo Superior Tribunal Militar.

No período de 1968 a 1969, não percebeu remuneração do Jornal “O Estado”, pois constava do “index informal” daqueles que não poderiam ser contratados.

Em 1975, foi designado para exercer o cargo de Consultor Jurídico, mas foi cancelada sua designação logo depois. Afirma que em seguida fora colocado à disposição do Banco de Desenvolvimento do Estado, o que representou uma “demissão branca”. Durante o período em que ficou na prisão, teve seus salários estornados ao Tesouro do Estado, por determinação do governador Ivo Silveira. Foi preterido em vários momentos às promoções e aumentos salariais.

5. Sérgio Luiz de Castro Bonson

Nascido em Florianópolis, em 1949, e graduado em História, Bonson fez de seus traços uma marca nos 35 anos de sua atuação no Jornalismo. Começou como cartunista no extinto jornal O Estado, em 1970, trabalhando depois em outros periódicos como o Jornal de Santa Catarina, Diário Catarinense e Folha de São Paulo, entre outros. Faleceu em dezembro de 2005, quando dedicava-se à pintura. Nos anos 70, em função do uso do humor como instrumento de crítica política e resistência à ditadura militar, foi demitido do Instituto Estadual de Educação, onde lecionava a disciplina de História, por pressões das autoridades do Governo do Estado.

Comissão de Anistia registra dados sobre Derengovski e Pimentel

O relatório entregue pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, à Comissão da Verdade dos Jornalistas de Santa Catarina em 28 de outubro de 2014, além de dados sobre Sérgio da Costa Ramos, acrescentou a este relatório informações sobre dois jornalistas catarinenses que não haviam sido identificadas em nenhuma das fontes pesquisadas anteriormente: Paulo Ramos Derengovski e Lauro Pimentel. Reproduzimos, a seguir, as informações contidas no referido relatório.

Paulo Ramos Derengovski

Foi militante do movimento estudantil (União Nacional dos Estudantes - UNE, União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES e Centro Popular de Cultura). No entanto, não conseguiu completar sua formação universitária. Em 1965, foi alvo de um Inquérito Policial Militar por sua participação na UNE e UBES. Como repórter e militante da UNE, foi a Cuba participar da 2ª Declaração de Havana e teve seu artigo

vetado para publicação no jornal “Novos Rumos”. O jornal era citado como instrumento do “comunismo no Brasil”, conforme o IPM 709, um dos que mais atingiram a imprensa e os jornalistas. Foi também acusado de participação subversiva, tendo sido arrolado no IPM 709 da “imprensa comunista” e no IPM do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.

Foi demitido da Folha de São Paulo em dezembro de 1968, após uma entrevista realizada com o General Affonso de Albuquerque Lima intitulada “O AI-5 foi para realizar as reformas de base”. Em 1969, foi demitido da empresa Folha da Manhã, onde era subsecretário de redação, com justificativa de sua participação no IPM 709. Em 1970, trabalhava na revista Manchete, da empresa Bloch Editores, quando novamente foi demitido por pressão de órgãos de informações e a partir do AI-5, que instituiu a censura.

Para negar admissão de “comunistas”, os empregadores se respaldavam no art. 48 do Decreto-Lei 314, de 1967, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social. Após ter realizado viagem à China, não pode retornar ao país, ficando exilado durante um ano em Paris. Ao regressar ao Brasil, continuou a publicar artigos, mas sem vínculo empregatício. Relata que além de não poder exercer sua profissão e ser perseguido, foi atingido psicologicamente. Teve que deixar o Rio de Janeiro e foi viver em Santa Catarina. Em 1985 volta a trabalhar como free lancer nos jornais O Estado e Jornal do Comércio.

O perseguido anexou declarações da Secretaria Geral da Presidência da República que apontam seu monitoramento até 1990. Significa dizer que mesmo em tempos democráticos o jornalista ainda tinha seus artigos monitorados em jornais de grande circulação.

Lauro Pimentel

Atuou como jornalista, redator e publicitário. Fazia parte do “Grupo dos Onze” e foi Presidente de Honra do Diretório Distrital do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Trabalhou no Diário de Notícias do Rio Grande do Sul e era editor em suplementos do Diário de Notícias do Rio Grande do Sul e dos suplementos nacionais dos Diários e Emissoras Associados, veiculados em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e Paraná. Foi demitido em 1965.

Em 1964, foi denunciado em IPM instaurado pelo Comandante do 3º Batalhão Rodoviário do Exército, com a finalidade de apurar ações subversivas e contra-revolucionárias praticadas em municípios do Rio Grande do Sul. Em maio do mesmo ano foi preso no Presídio Estadual de Lagoa Vermelha, permanecendo em cárcere privado e incomunicável durante oito dias.

Em 1965, O Ministério Público Militar ofereceu denúncia contra o jornalista por sua participação no Grupo dos Onze, sendo cadastrado nos órgãos de segurança pública como subversivo e opositor ao regime militar. O jornalista ficou afastado de suas atividades remuneradas e impedido de exercer sua atividade profissional por 20 anos.

No ano de 2000, renunciou a candidatura a Prefeito de Florianópolis em favor do candidato único da coligação da qual seu partido participava.

Marcílio Krieger, o “Maurício sequestrador”

O caso de Marcílio Krieger é um dos mais emblemáticos de Santa Catarina. Natural de Brusque (SC) e formado em Direito (1964) pela UFSC, presidiu a União Catarinense dos Estudantes nos anos de 1961 e 1962, quando também produzia comentários radiofônicos e artigos para jornais.

Foi preso e torturado em São Paulo, em junho de 1968, ficando quase 3 meses na prisão, por sua militância na Ação Popular. Em dezembro de 1969 exilou-se, vivendo no Chile, Peru e Portugal. Retornou ao Brasil em 1979, sendo um dos primeiros beneficiados com a Lei de Anistia. Atuou no jornal O Estado e TV

Barriga Verde, com rápida passagem como professor do curso de Jornalismo da UFSC, no início dos anos de 1980. Exerceu a advocacia trabalhista e depois se dedicou ao direito desportivo, no qual se tornou uma referência nacional, inclusive na criação do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

Em entrevista concedida em agosto de 2009 ao Memorial dos Direitos Humanos e publicada no livro “Memória Viva” (disponível em www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/memoria_viva.pdf), Marcílio recupera, nas 27 páginas dedicadas ao seu relato, situações que vivenciou, como sua fuga e de mais 4 estudantes - por uma passagem secreta - quando o prédio da UNE, no RJ, foi incendiado.

O uso de seu passaporte pelo ex-deputado estadual e desaparecido político Paulo Stuart Wright em diversas viagens gerou a divulgação, por agentes da ditadura, da falsa informação de que um tal de “Maurício” era sequestrador de avião, argumento utilizado para buscar identificar seu paradeiro para posterior prisão.

No depoimento Marcílio sustenta, também, que a anistia de Leonel Brizola foi baseada em ação do seu advogado, Sobral Filho, junto ao Supremo Tribunal Federal. “Posteriormente, com a Lei da Anistia, o Sobral defendeu a minha liberação no Supremo Tribunal Federal, e veja como acontecem coisas engraçadas na História, graças ao voto de anistia ser dado a mim, é que o Brizola conseguiu também pelo mesmo motivo”, relatou Marcílio Krieger, que faleceu em 2010.

Osmar Schlindwein

Foi impedido de assumir a presidência do SJSC. Eleito em 1975 para presidir o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Osmar Schlindwein foi comunicado pelo representante regional do Ministério do Trabalho, 24 horas antes da posse, de que não poderia assumir o cargo. Motivo: estava “fichado” nos arquivos dos órgãos militares. Em seu lugar assumiu o jornalista Moacir Pereira. Com uma trajetória marcada principalmente pelo exercício de funções administrativas e de direção em veículos de comunicação, Osmar Schlindwein atuou por longo período no jornal O Estado e, após sua extinção, trabalhou no Jornal de Santa Catarina, A Notícia e dirigiu a Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina IOESC).

Na época o jornal O Estado era muito visado e a censura era constante. Convocado a depor por autoridades militares, ficou apreensivo e consultou o advogado Carlos Alberto Silveira Lenzi, que o orientou a comparecer e colocou-se à disposição caso precisasse.

“Como nunca tive nenhum vínculo partidário, compareci numa boa. Me fizeram um monte de perguntas e depois me liberaram”, conta Osmar em depoimento a membros da Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC. Mais tarde, foi eleito para presidir o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. Um dia antes de assumir, foi colhido de surpresa: “A cidade era pequena e todo mundo se conhecia, daí, o representante do Ministério do Trabalho, que era meu amigo, me chamou e disse: olha Osmar, recebi ordens dos militares e tu não poderás assumir”. Só naquele momento ele soube que estava fichado por conta do depoimento dado anteriormente.

“Informei meus colegas de diretoria, daí foi uma correria, todo mundo ficou com medo, o vice não quis assumir, o secretário também não, Daí o Moacir Pereira segurou a peteca”, lembra.

O “fichamento” sem qualquer motivo pelos órgãos da ditadura renderam ao pacato cidadão brusquense radicado em Florianópolis outros percalços posteriormente. Algumas oportunidades de trabalho lhe foram negadas. “Uma delas foi quando fui sondado e depois vetado para assumir um cargo na antiga Caixa Econômica Estadual”, completa.

Ex- diretor do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de Santa Catarina, hoje Osmar tem um escritório de representação de diversos jornais catarinenses na capital, Florianópolis.

A resistência e luta de Silvio Rangel com sua “Gazeta do Vale”

Silvio Rangel de Figueiredo tinha 17 anos quando eclodiu o Golpe Militar de 64. Seguidor do movimento de resistência iniciado por Leonel Brizola, para além dos comentários e textos veiculados em rádios e jornais gaúchos, por influência de integrantes da Juventude Operária Católica (JOC), participou de diversos comícios e atos de protestos contra a ditadura.

Numa ocasião, em Caxias do Sul (RS), foi preso e transferido para um quartel em Porto Alegre, onde foi detido e submetido a interrogatórios e tortura por uma semana. Em relato à Comissão da Verdade dos Jornalistas de SC, disse acreditar que as torturas não tiveram continuidade por nunca ter respondido a duas perguntas que lhe eram feitas constantemente: se era padre e qual o seu grau de parentesco com o general João Batista Figueiredo. E foi por influência da igreja que foi libertado, ficando 3 anos na clandestinidade, vivendo em cidades próximas às fronteiras do Brasil com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia para conseguir escapar rapidamente de possíveis perseguições. Influenciado por parentes e membros da igreja, radicou-se em Santa Catarina, na cidade de Gaspar, ficando 2 anos em absoluto silêncio, quando se dedicou à fundação da Biblioteca Pública local.

Mais tarde fundou o semanário *Gazeta do Vale* e constantemente envolvia-se em polêmicas por sua produção jornalística crítica à ditadura. Conta que, em certa ocasião, teve a impressão de uma edição de seu jornal interrompida na gráfica do *Jornal de Santa Catarina*, em Blumenau, por ordem vinda de Florianópolis. O motivo do empastelamento do jornal foi a manchete “Filho do Governador Bornhausen tem tratamento VIP”, que se referia a boa vida de um dos filhos do então governador catarinense nos Estados Unidos.

A *Gazeta do Vale* foi, segundo Silvio Rangel, o primeiro impresso catarinense a denunciar que autoridades brasileiras, inclusive o Governador Jorge Bornhausen (nomeado pelo governo militar), tinham 14 bilhões de dólares em contas na Suíça. Por conta da matéria “Escândalo envolve governador Jorge Bornhausen”, o governador o processou com base na Lei de Segurança Nacional e Silvio foi submetido a interrogatório e Julgamento no Tribunal da 5ª Auditoria Militar do Paraná, em Curitiba.

A denúncia das contas na Suíça, que envolveu posteriormente os jornalistas Nelson Rolim de Moura, Sérgio Rubim e Jurandir Camargo, ganhou notoriedade nacional e a defesa dos profissionais, feita pelos advogados catarinenses Nelson Wedekin e Roberto Motta, ganhou o reforço de renomados advogados brasileiros, como Idibal Pivetta, Luiz Eduardo Greenhaug e José Carlos Dias.

Após 11 horas de julgamento, o Tribunal se deu por incompetente para julgar a matéria e Bornhausen recorreu ao Superior Tribunal Militar, que sustentou posição em contrário, levando os réus a recorrerem ao Supremo Tribunal Federal. “O processo se arrastou e fomos beneficiados com a extinção da ação porque o Congresso Nacional derrubou alguns artigos da Lei de Segurança Nacional, dentre eles aqueles nos quais nós havíamos sido enquadrados”, lembra Silvio Rangel.

A perseguição física e política, no entanto, não parou. Agentes do governo atuaram junto aos anunciantes do jornal *Gazeta do Vale*, a tal ponto que, inviabilizado financeiramente, o semanário parou de circular.

“Afinal”, o alternativo que marcou época

Nos anos de 1980 e 1981 o jornal alternativo “Afinal” balançou com a imprensa e a sociedade catarinense. Fundado pelos jornalistas Nelson Rolim de Moura, Sérgio Rubim e Jurandir Camargo, recebeu, em seguida o reforço de Ney Vidal, Eloy Gallotti, Flávio Carvalho, Rivaldo Souza e de outros profissionais que ficavam no anonimato para evitar possíveis retaliações. “O Afinal foi criado após um programa de demissão em massa patrocinado pelo então governador Jorge Bornhausen nas redações do jornal *O Estado*. O clima já vinha pesado desde a Novembrada quando tivemos todos os textos censurados no jornal”, conta Sérgio

Rubim no seu “Blog do Canga”. Proibido de circular nas bancas, o jornal era vendido de mão em mão, em dois pontos estratégicos do centro de Florianópolis, na frente do “Ponto Chic” e na esquina da Rua Felipe Schmidt com a igreja São Francisco. Os próprios editores e repórteres se encarregavam da tarefa, sempre bradando as principais manchetes denunciando a corrupção no governo e as agruras da ditadura.

Rubim, Camargo e Rolim foram processados na Lei de Segurança Nacional (LSN) pelo então governador Jorge Bornhausen por publicarem a matéria “A Suíça é um barato” com a lista das autoridades brasileiras que tinham contas bancárias na Suíça. Em seu blog, Sérgio Rubim “entrega” a fonte: “A lista com os nomes de brasileiros nos foi entregue na Praça XV por um integrante da oficialidade jovem do exército descontente com a corrupção dos políticos e militares do golpe de 64”.

Já informados de que em julgamento similar jornalistas do jornal Hora do Povo haviam sido julgados e presos, Rubim e Camargo, aproveitando-se do adiamento do julgamento de seu processo na Auditoria da 5ª RM, exilaram-se no Uruguai, só retornando ao Brasil 3 anos depois, beneficiando-se da decisão do Congresso Nacional que extinguiu artigos da LSN.

Referências aos jornalistas do Gazeta do Vale e Afinal foram identificadas em pesquisas sobre arquivos da ditadura e estão disponíveis em:

www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2011/05/arquivopf-foz-docxxx.pdf>

e em:

www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/DSI%20Avulsos%20final%2020%20ago.pdf>

Não à impunidade! É preciso fazer justiça

Assim como em todo o Brasil, o período ditatorial militar deixou marcas profundas na sociedade catarinense. As cassações de mandatos parlamentares, prisões, torturas - físicas e psicológicas - e desaparecimentos foram os atos mais cruéis e visíveis de um processo que incluiu perseguições e cerceamento das liberdades democráticas. Lideranças políticas, estudantes, intelectuais, dirigentes sindicais e populares foram os mais visados. Mas esta brutalidade atingiu, direta ou indiretamente, toda uma sociedade, que foi silenciada sob o império do medo. Em verdade, mais do que a interrupção de projetos de vida, os atos de exceção interromperam um projeto de país, com consequências sentidas até os dias atuais.

E não foi diferente entre os jornalistas que atuavam ou ainda atuam no Jornalismo catarinense. Outros profissionais procurados pela Comissão da Verdade dos Jornalistas de Santa Catarina relataram casos de censura e mesmo de colaboração de proprietários de veículos de imprensa de Santa Catarina com os órgãos da repressão. Preferiram, entretanto, manter-se no anonimato e não apresentar provas e/ou depoimentos formais, razão pela qual tais casos não foram citados neste relatório.

Certamente os casos aqui registrados compõem uma parte de uma história que merece ser revisitada e mais profundamente investigada. Neste momento em que se desenvolve a chamada “Justiça de Transição”, é necessário que se registre que o processo de investigação estabelecido agora ocorre numa situação em que muitas das vítimas diretas da repressão já faleceram, como também alguns de seus algozes. Outros agentes do Estado que praticaram atos abomináveis, no entanto, beneficiaram-se com o passar do tempo e prosseguem premiados com a impunidade pelos crimes que cometeram. As vítimas da ditadura merecem, sim, reparação e respeito à sua memória. E é preciso identificar os autores dos crimes de lesa humanidade e colocá-los no rol dos culpados, como também é imprescindível a aprovação de projetos de lei visando à alteração da Lei da Anistia e a judicialização dos agentes de Estado que praticaram graves violações aos direitos humanos, sob pena do Brasil não se reencontrar com sua verdadeira história e não fazer justiça.

MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS

Audálio Dantas

Atuando no Jornalismo desde 1954, trabalhou em grandes veículos de comunicação do país, como a Folha da Manhã, revistas O Cruzeiro, Quatro Rodas, Veja, Realidade, Manchete, entre outros. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo de 1975, ano em que seu amigo, o jornalista Vladimir Herzog foi torturado e morto no DOI-CODI, até 1978, quando foi eleito deputado federal pelo MDB. Em 1983, foi o primeiro presidente eleito por voto direto para a Federação Nacional dos Jornalistas. Sua trajetória de defesa das liberdades democráticas marca sua longa trajetória no Jornalismo brasileiro. Entre as diversas premiações merecidamente recebidas, destacamos o Prêmio de Defesa dos Direitos Humanos da ONU, em 1981. Autor de diversos livros, lançou recentemente "As Duas Guerras de Vlado Herzog".

Carlos Alberto Oliveira dos Santos (Caó)

Advogado e jornalista, foi preso na década de 60 devido à sua atuação política. Iniciou no Jornalismo em 1964, no Rio de Janeiro, no jornal Luta Democrática. Atuou em órgãos como o Diário Carioca, Tribuna da Imprensa, O Jornal, Jornal do Commercio, TV Tupi e Jornal do Brasil. Presidiu o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro de 1981 a 1984. Em 1982 elegeu-se deputado federal pelo PDT e foi Secretário do trabalho e da Habitação do governo de Leonel Brizola. Reeito deputado federal, participou do processo constituinte de 1987 a 1988, sendo responsável pela inclusão, na Carta Magna, da definição de que o racismo é um crime inafiançável e imprescritível e de projeto de lei que regulamentou a Constituição prevendo pena de prisão para os crimes de racismo.

Sérgio Murillo de Andrade

Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina por duas gestões, 1993 a 1999. Na FENAJ, já foi vice-presidente Sul, Secretário-Geral e presidiu a entidade de 2004 a 2010. Trabalhou no Diário Catarinense e Gazeta Mercantil, foi correspondente do Diário do Sul e atuou como free-lancer de diversas publicações nacionais. Coordenou a comunicação de campanhas eleitorais em Santa Catarina. Foi professor de jornalismo e assessor de imprensa no serviço público e empresarial. É diretor de Relações Institucionais da FENAJ.

Nilmário Miranda

Deputado estadual pelo PT mineiro de 1987 a 1990 e deputado federal de 1991 a 2003, assumiu recentemente novo mandato de deputado federal. Preso político por 3 anos na década de 1970, foi o primeiro ministro dos Direitos Humanos do Brasil, durante o governo Lula. Além de sua trajetória no combate à ditadura e na defesa dos direitos humanos, contribui com as lutas dos jornalistas brasileiros, junto ao Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e à FENAJ. É autor de várias publicações sobre direitos humanos. Dentre elas o livro Dos filhos deste solo, lançado em 1999, juntamente com o jornalista Carlos Tibúrcio.

Rose Nogueira Atuou em veículos como a Folha de São Paulo, TV Cultura e TV Globo. Presa e torturada em 1969, ficou detida no Presídio Tiradentes, em São Paulo, por 9 meses. Presidiu o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe-SP) de 2006 a 2009. Militante do Grupo Tortura Nunca Mais, representa a entidade na Comissão da Verdade de São Paulo e é diretora do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. É autora do livro Crimes de maio, sobre os assassinatos ocorridos durante as ações do PCC (Primeiro Comando da Capital) em 2006.

DIRETORIA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ)

EXECUTIVA

Presidente: Celso Schröder - Rio Grande do Sul

1ª Vice-Presidente: Maria José Braga- Goiás

2ª Vice-Presidente: Valdice Gomes da Silva - Alagoas

Secretário Geral: Guto Camargo - São Paulo

1ª Secretária: Valci Zuculoto - Santa Catarina

1ª Tesoureira: Suzana Tatagiba - Espírito Santo

2ª Tesoureira: Samira de Castro - Ceará

Suplente: Wilson Reis - Amazonas

Suplente: Bruno Cruz - Rio de Janeiro

VICE-PRESIDÊNCIAS REGIONAIS

Vice Regional Centro-Oeste: Wanderlei Pozzembom - Distrito Federal

Vice Regional Sul: Valmor Fritsche - Santa Catarina

Vice Regional Sudeste: Aloísio Moraes - Minas Gerais

Vice Regional Nordeste I: Rafael Freire- Paraíba

Vice Regional Nordeste II: Osinaldo Moraes Silva - Pernambuco

Vice Regional Norte I: José Gilvan da Costa - Roraima

Vice Regional Norte II: Júnior Veras- Tocantins

ANEXO I

Relatório da Comissão de Anistia

Pesquisa sobre violações de direitos humanos contra jornalistas e a relação dos 50 jornalistas que pediram anistia.

ANEXO II

Lista extraída do livro “Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão”, organizado por Maria José Coelho e Vera Rotta, patrocínio do Ministério da Justiça/Comissão de Anistia (Brasília & Florianópolis – Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012), com 27 jornalistas mortos e desaparecidos no período da ditadura militar (1964-1985).

ANEXO III

Todos os relatórios originais das Comissões da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas dos Sindicatos Estaduais/Regionais (Amazonas, Pará, Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Dourados/MS, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), assim como entrevistas em vídeo, fotos e documentos históricos do período da ditadura militar relacionados aos jornalistas brasileiros acompanharão este relatório final da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Abril de 2015

FENAJ / RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DOS JORNALISTAS • FENAJ / RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DOS JORNALISTAS